



REQUERIMENTOS DE REGISTRO, ATAS DE INSTALAÇÃO,
ESTATUTOS E ASSINATURAS

FRENTES PARLAMENTARES

52ª LEGISLATURA (2003 - 2007)

Janeiro 2022

APRESENTAÇÃO

Deputados e Senadores formam Frentes Parlamentares para defenderem interesses em comum e que superam as divisões partidárias ou geográficas. Pela sua própria natureza, as Frentes Parlamentares são dinâmicas, atuando de formas variadas e nem sempre rotineiras.

Esta pesquisa pretende facilitar o acesso aos documentos fundamentais das Frentes Parlamentares: os requerimentos de registro, as atas de fundação ou instalação, os estatutos das Frentes e as assinaturas dos Deputados.

O trabalho foi concluído em dezembro/2021 pela Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi), do Centro de Documentação e Informação (Cedi). Por ser uma solicitação de informação recebida de forma recorrente pela área de atendimento, a equipe de trabalho preparou este documento de forma a atender o maior número de interessados.

Equipe de pesquisa e elaboração deste documento:

- Adriana Pamplona
- Bianka Moraes
- Cristiane Caexeta
- Jessica Ailanda
- Karol Cavalcante
- Marianna Carvalho
- Marcus Guedes
- Paula Nakamura

Foto da capa: Leonardo Sá/Agência Senado

Frentes
PARLAMENTARES

Sumário

Frente Parlamentar Ambientalista.....	6
Frente Parlamentar Antidrogas.....	9
Frente Parlamentar Contra o Câncer	17
Frente Parlamentar da Adoção	22
Frente Parlamentar da Avicultura	27
Frente Parlamentar da Cultura	35
Frente Parlamentar da Ecologia Urbana e a Questão dos Resíduos (LIXO)	39
Frente Parlamentar da Educação	40
Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira	45
Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.....	57
Frente Parlamentar da Pró-redução da Carga Tributária	58
Frente Parlamentar da Radiodifusão	59
Frente Parlamentar da Saúde	66
Frente Parlamentar da Silvicultura	68
Frente Parlamentar das Agências Reguladoras.....	71
Frente Parlamentar das Hepatites e Transplantes.....	78
Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais	80
Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas	88
Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros	93
Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular Brasileira.....	94
Frente Parlamentar de Apoio ao Setor de Celulose e Papel do Brasil	102
Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais.....	110
Frente Parlamentar de Apoio aos Programas para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome	112
Frente Parlamentar de Combate à Corrupção	118
Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria	120
Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal	129
Frente Parlamentar de Combate ao Uso do Cigarro.....	135
Frente Parlamentar de Defesa da Vasp	140
Frente Parlamentar de Defesa das Rodovias e Usuários	142
Frente Parlamentar de Informática	144
Frente Parlamentar de Mobilização pela Engenharia.....	148
Frente Parlamentar de Trabalho Sobre a Criação de Novos Estados e Territórios no Brasil....	151
Frente Parlamentar do Centro-Oeste	153

Nota: o Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005 criou o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Portanto, as Frentes constituídas antes da publicação desse Ato não possuem padronização na documentação apresentada para o registro.

Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRENGOOP)	154
Frente Parlamentar do Esporte.....	160
Frente Parlamentar do Idoso	164
Frente Parlamentar do Livro e da Leitura	165
Frente Parlamentar do Saneamento Básico	174
Frente Parlamentar do Transporte Público.....	176
Frente Parlamentar dos Advogados.....	180
Frente Parlamentar dos Municípios da Faixa de Fronteira	182
Frente Parlamentar em Apoio às Cooperativas de Saúde	183
Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física	184
Frente Parlamentar em Defesa da BR-153.....	186
Frente Parlamentar em Defesa da BR-319.....	192
Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira.....	193
Frente Parlamentar em Defesa da Carreira e da Profissionalização dos Servidores Públicos ..	203
Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional	204
Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis	208
Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial	215
Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira	226
Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira	227
Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional.....	229
Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular	230
Frente Parlamentar em Defesa da Proporcional dos Municípios Brasileiros	231
Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular	235
Frente Parlamentar em Defesa da Regularização do uso e ocupação dos terrenos de marinha	238
Frente Parlamentar em Defesa da Regularização Fundiária dos Estados da Amazônia	240
Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco	242
Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública	247
Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública e Gratuita	248
Frente Parlamentar em Defesa da Vida	251
Frente Parlamentar em Defesa das Águas	254
Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude	255
Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor	259
Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Minerais, Hídricos e Saneamento Ambiental.....	263
Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional	269

Nota: o Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005 criou o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Portanto, as Frentes constituídas antes da publicação desse Ato não possuem padronização na documentação apresentada para o registro.

Frente Parlamentar em Defesa do Leite	272
Frente Parlamentar em Defesa do Regime Próprio da Previdência Municipal	273
Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro	274
Frente Parlamentar em Defesa do Rio Doce.....	280
Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro.....	282
Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário (FPTF).....	286
Frente Parlamentar em Defesa do Turismo.....	303
Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	305
Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	306
Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios do AM, RO, RR e antigo DF.....	315
Frente Parlamentar em Defesa dos Pequenos e Médios Laticínios do Brasil (FPMLB)	321
Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas	322
Frente Parlamentar Evangélica (FPE)	326
Frente Parlamentar Latino-Americana pelo Software Livre e a Inclusão Digital	331
Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura	334
Frente Parlamentar Mista das Indústrias Têxteis, de Confecções e de Moda.....	340
Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)	344
Frente Parlamentar Mista de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, hospitais e Entidades Filantrópicas	345
Frente Parlamentar Mista de Educação à Distância	346
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Aquicultura e Pesca	352
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral	353
Frente Parlamentar Mista em Defesa do Projeto Rondon.....	355
Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais	375
Frente Parlamentar Multissetorial Pró-Ferrovia Norte-Sul.....	387
Frente Parlamentar Municipalista	388
Frente Parlamentar Nacional pela Reforma Urbana.....	390
Frente Parlamentar para a Valorização do Magistério	393
Frente Parlamentar para o Semi-Árido	403
Frente Parlamentar pela Criação da Justiça Agrária	405
Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Trabalho Infantil	410
Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual	411
Frente Parlamentar pela Paz e pelo Desarmamento	412
Frente Parlamentar pela Produção, Emprego e Desenvolvimento	414
Frente Parlamentar pela Regulamentação e Normatização da Internet no Brasil	415

Nota: o Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005 criou o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Portanto, as Frentes constituídas antes da publicação desse Ato não possuem padronização na documentação apresentada para o registro.

Frente Parlamentar pela Valorização da Administração Pública	416
Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa	417
Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro	422
Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural – Extensão Rural Pública.....	435
Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logístico, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos	437
Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos	449
Frente Parlamentar Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação	459
Frente Parlamentar Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas	460
Frente Parlamentar Pró-biocombustíveis	469
Frente Parlamentar Universidade Para Todos	480

Brasília, 3 de abril de 2003. – Deputado **José Borba**.

Defiro. **Publique-se.**

Em 5-5-03. – **João P. Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 617/03

(Do Sr. Alberto Fraga)

Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 91/1999, 1.228/1999, 2.741/2000 e 6.174/2002.

Senhor Presidente,

Estando em tramitação, os Projetos de Lei nº 91/1999 (Requerimento nº 278/2003), do Deputado Alberto Fraga, que “Estabelece o aumento de pena para quem cometer crime contra policial em serviço, PL nº 1.228/1999 do Deputado Luiz Antonio Fleury, que acrescenta circunstâncias agravantes à pena e aumenta o prazo máximo para pena privativa de liberdade, PL nº 2.741/2000 do Senado Federal, que inclui circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas e PL nº 6.174/2002 do Deputado José Carlos Coutinho que estabelece como agravante penal os crimes cometidos contra policiais civis ou militares no exercício da função”, requeiro a V. Ex^a, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das referidas proposições.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2003. – Deputado **Alberto Fraga**.

Defiro a apensação do PL nº 91/99 ao PL. nº 6.174/02, esclarecendo que os demais já se encontram apensados. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Em 5-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 621, DE 2003

(Do Deputado Dr. Hélio)

Requer a retirada de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 104, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a retirada do Requerimento de Informação nº 173/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2003. – DR. **Hélio**, Deputado federal – PDT/SP.

Defiro a retirada do Requerimento de Informação nº 173/2003, nos termos do art. 114, VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. **Publique-se.**

Em 5-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 30 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
M.D. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar Ambientalista, que reúne Deputados Federais e Senadores preocupados com a degradação ambiental no País. Pretendemos, em conjunto com a sociedade civil, apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não-governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a dê ciência ao Plenário da criação dessa

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA*"Parlamentares em prol do desenvolvimento sustentável"*

COORDENADOR: DEPUTADO FERNANDO GABEIRA

Anexo IV – Gab.332

Fone: (61) 318-5332 Fax: 318-2332

LISTA DE ADESÃO DA FRENTE - 2003


NOME	PARTIDO	ESTADO	TELEFONE
1. ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	318-5441
2. AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	318-5833
3. ALCESTE ALMEIDA	PPS	RR	318-5902
4. ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ	318-5858
5. ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	318-5737
6. ANN PONTES	PMDB	PA	318-5919
7. ANTONIO CARLOS BIFFI	PT	MS	318-5385
8. AUGUSTO NARDES	PPB	RS	318-5936
9. BERNARDO ARISTON	PSB	RJ	318-5710
10. CARLOS ABICALIL	PT	MT	318-5623
11. CEZAR SILVESTRI	PPS	PR	318-5476
12. CLAUDIO VIGNATTI	PT	SC	318-5473
13. COLBERT MARTINS	PPS	BA	318-5319
14. DAVI ALCOLUMBRE	PDT	AP	318-5231
15. DELEY	PT	RJ	318-5432
16. DR. HELENO	PSDB	RJ	318-5628
17. DR. PINOTTI	PMDB	SP	318-5525
18. DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	318-5546
19. EDSON GONÇALVES DUARTE	PV	BA	318-5535
20. EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	318-5540
21. ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	318-5446
22. FERNANDO GABEIRA	PT	RJ	318-5332
23. GERALDO RESENDE	PPS	MS	318-5905
24. JAIME MARTINS	PL	MG	318-5333
25. JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	318-5223
26. JOÃO ALFREDO	PT	CE	318-5441
27. JOÃO FONTES	PT	SE	318-5256
28. JOBBE NETO	PSDB	SP	318-5718
29. JORGE BOEIRA	PT	SC	318-5335
30. JOSÉ BORBA	PMDB	PR	318-5616
31. JOSÉ GERALDO TORRES	PT	PA	318-5266
32. JOSE PIMENTEL	PT	CE	318-5281
33. JOSE ROCHA	PFL	BA	318-5908
34. JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	PFL	MG	318-5854
35. JOSUE BENGTON	PTB	PA	318-5305
36. JUIZA DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	318-5330
37. JUNIOR BETÃO	PPS	AC	318-5817
38. LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	318-5516

Frente Parlamentar.

Respeitosamente, – Deputado **Fernando Gabeira**.

39. LEANDRO VILELA	PMDB	GO	318-5574
40. LEONARDO MATOS	PV	MG	318-5914
41. LUCIANO ZICA	PT	SP	318-5627
42. MARCELO CASTRO	PMDB	PI	318-5811
43. MARCELO ORTIZ	PV	SP	318-5931
44. MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	318-5210
45. MARCUS VICENTE	PTB	ES	318-5362
46. MAURO PASSOS	PT	SC	318-5337
47. NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	318-5920
48. NEYDE APARECIDA	PT	GO	318-5638
49. NILSON PINTO	PSDB	BA	318-5527
50. ORLANDO DESCONSI	PT	RS	318-5329
51. OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	318-5845
52. PAULO MARINHO	PFL	MA	318-5921
53. PAULO PIMENTA	PT	RS	318-5552
54. PERPETUA ALMEIDA	PCdoB	AC	318-5625
55. REGINALDO LOPES	PT	MG	318-5565
56. RICARDO BARROS	PPB	PR	318-5412
57. RICARTE DE FREITAS JR	PTB	MT	318-5822
58. ROBERTO GOUVEIA	PT	SP	318-5568
59. ROBERTO PESSOA	PFL	CE	318-5607
60. RONALDO VASCONCELOS	PTB	MG	318-5246
61. SARNEY FILHO	PV	MA	318-5202
62. SEVERINO CAVALCANTI	PPB	PE	318-5707
63. VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	318-5724
64. ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA	318-5571

Publique-se.
Em 05/05/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Brasília, 27 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, venho oficialmente informar a esta Casa que em 25/06/2003, no Auditório Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, foi lançada a FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS, hoje com 146 membros e composta com a seguinte Diretoria:

Presidente	Deputado Givaldo Carimbão (PSDB-AL)
Vice-Presidente.....	Senador Magno Malta (PL-ES)
Secretário-Geral.....	Deputado Neucimar Fraga (PL-ES)
1º Secretário.....	Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
2º Secretário.....	Deputada Zulaê Cobra (PSDB-SP)
Secretário de Articulação.....	Deputada Cecilta Pinheiro (PFL-MT).

Para as informações que se fizerem necessárias, encaminho, anexo, o Estatuto da Frente Parlamentar Antidrogas.

Atenciosamente,

Givaldo Carimbão
Deputado Federal

Excelentíssimo Sr.
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

DEPUTADO FEDERAL
GIVALDO CARIMBÃO
COMPROMISSO CRISTÃO E SOCIAL

FRENTE PARLAMENTAR
ANTIDROGAS
2003

FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS

ESTATUTO

2003

FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS

ESTATUTO

1. APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Companheiro(a),

Como sabemos, o abuso do uso das drogas tem causado sérios prejuízos para o nosso país. A maioria dos acidentes de trânsito e a criminalidade está relacionada ao uso das drogas lícitas e ilícitas. Há mais mortes relacionadas com as drogas do que com a guerra.

Antes que o usuário de drogas chegue ao crime, é possível a sua recuperação e reinserção social com um custo muito menor do que se gasta com um preso. Para se ter uma idéia, o Brasil gasta em média, por mês, R\$ 1.000,00 (mil reais) por preso durante uma pena média de cem meses. Portanto, um preso custa para a Nação, em média, R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e o pior é que em geral ele não se recupera. Ao passo que a recuperação e reinserção de um dependente de drogas, pelo "método terapêutico" usado por várias instituições nacionais, custa em média R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês no período de 9 a 12 meses, totalizando, no máximo, R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com a grande vantagem de que 80% do pessoal atendido são recuperados e reintegrados na sociedade.

Enquanto o Ministério da Justiça tem um orçamento superior a R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) destinados à repressão, que entendemos ser necessário, a Secretaria Nacional Antidrogas, órgão governamental responsável pelo apoio às entidades que trabalha na recuperação dos usuários de drogas, tem apenas **R\$ 68,00** (sessenta e oito reais) do Tesouro Nacional, para 2003. Pasmem os Senhores, é isto mesmo: **R\$ 68,00**, e R\$ 3.000.000 (três milhões) no orçamento geral, dependendo dos recursos obtidos da venda de objetos apreendidos dos traficantes.

Ora, não podemos ficar calados e desarticulados diante da situação acima apresentada. Várias instituições, neste país, já estão trabalhando para a recuperação e a reinserção social dos usuários e dependentes químicos. Temos o dever de contribuir para essa causa justa e digna, por isso criamos a FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS.

Gostaria que todos os nobres companheiros com a sensibilidade de trabalho social e cristão participassem dessa "Frente". Já contamos com a várias adesões de Deputados e Senadores, conforme anexos I e II deste estatuto. Os interessados em lutar por essa causa, e que ainda não fazem parte dessas listas, poderão procurar o meu Gabinete, (732 - Anexo 4) para assinar o termo de adesão.

Vamos unir as nossas forças para dar maior dignidade ao nosso País.

Abraços do companheiro,

GIVALDO CARIMBÃO
Deputado Federal PSB/AL
Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas

2. O QUE É A FRENTE PARLAMENTAR ANTIDROGAS

É um grupo formado por Deputados Federais e Senadores da República, independente de sua filiação partidária, de sua natureza política e de sua ideologia. A criação da Frente Parlamentar Antidrogas foi feita por meio de uma carta-convite, juntamente com a ficha de Termo de Adesão. Os Parlamentares que aderiram a essa Frente estão listados no anexo I e II deste Estatuto.

3. OBJETIVO

Trabalhar solidária e coordenadamente na defesa dos interesses daqueles que buscam resolver os problemas das drogas (1), que ameaçam a soberania do País e afetam a estrutura social e econômica interna, representando-os no Congresso Nacional e em todas as áreas e níveis de governo, atuando de forma participativa no Legislativo e interferindo, quando for possível, no Executivo.

4. MISSÃO

Trabalhar no aperfeiçoamento e na implementação de uma legislação que promova o desenvolvimento de ações objetivas para a redução da demanda (2) e da oferta de drogas em nosso País, exigindo que o Governo adote uma postura firme no combate e prevenção às drogas ilícitas e no tratamento, recuperação e reinserção social dos dependentes de drogas. Priorizar a integração harmoniosa entre os órgãos governamentais e não-governamentais e o Congresso Nacional, desempenhando seu papel na elaboração de trabalhos legislativos, participando dos encaminhamentos técnicos e políticos de temas que são tratados em todos os níveis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

5. FORMA DE ATUAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

5.1 Formulação de políticas públicas, audiências públicas com representantes do Governo, incluindo a convocação de Ministros e Secretários.

5.2 Apresentação de Projetos de Leis (PL), Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP) e tantas outras propostas que se fizerem necessárias para promover o seu desenvolvimento, discutindo, amplamente no Congresso Nacional, as propostas legislativas em tramitação que estejam relacionadas às drogas lícitas e ilícitas.

5.3 Apresentando Propostas de Emendas ou Vetos quando se fizerem necessários, com o firme propósito de criar as condições adequadas para a redução da demanda, ou seja, combate ao tráfico, educação, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas.

5.4 Promoção de seminários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para divulgar as ações e a importância da redução da demanda das drogas para a sociedade brasileira, em especial pela sua importância socioeconômica, bem como discutir e representar sugestões ao aprimoramento da legislação brasileira.

(1) Droga é toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na percepção e no comportamento, podendo causar dependência química.

(2) Redução da demanda é um conjunto de ações relacionadas a prevenção, redução de danos, tratamento, recuperação e reinserção de indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas (lícitas e ilícitas)

5.5 Promoção de debate nas diversas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mediante proposições para realizações de audiências públicas, com o objetivo de debater com os setores organizados da sociedade, os representantes dos setores do Governo e do Congresso Nacional os diversos temas e medidas que afetam o desenvolvimento da sociedade, objetivando a busca de solução conjunta ou denunciando o abuso das ações implementadas pelos setores envolvidos.

5.6 Utilização do tempo disponível nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para promover discursos nos Pequenos e Grandes Expedientes para divulgação e promoção das ações desenvolvidas pela Frente Parlamentar Antidrogas e sua importância para a sociedade brasileira, em todos os aspectos, bem como da insatisfação, quando necessário, das medidas e procedimentos adotados, seja nos Poderes Executivo ou Legislativo, que venham prejudicar o desenvolvimento e ferir o princípio dos direitos e deveres previstos na nossa Carta Magna.

6. FORMA DE ATUAÇÃO JUNTO AO PODER EXECUTIVO

De maneira organizada, democrática e participativa, os parlamentares integrantes da Frente Parlamentar estarão atentos às diversas ações implementadas pelo Poder Executivo, com o objetivo de evitar que normas ou outros instrumentos reguladores venham prejudicar o desenvolvimento das ações antidrogas, promovendo os debates necessários para a adequação de regulamento aos seus interesses e da sociedade brasileira.

7. AUDIÊNCIAS E OUTRAS AÇÕES

A Frente Parlamentar Antidrogas estará à disposição para o agendamento de audiências com representantes do poder Legislativo (Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Presidentes de Comissões Permanentes e Temporárias, Líderes de Partidos e de Bloco Partidários), representantes do Poder Executivo e em todos os níveis e escalões de Governo.

8. MEIOS DE DIVULGAÇÃO

A atuação da Frente Parlamentar Antidrogas será divulgada por intermédio de notas à imprensa e na Internet, com o objetivo de tornarem públicas as ações e a sua representatividade. Serão elaborados, também, informativos para esclarecer o processo legislativo de matérias de interesse dos setores que combatem as drogas e tratam dos usuários de droga, contendo um detalhamento das medidas publicadas e anunciadas, das leis aprovadas e de matérias que estejam em tramitação no Congresso Nacional.

9. ORGANIZAÇÃO

A Frente Parlamentar Antidrogas tem a seguinte estrutura:

- 1 - Membros
- 2 - Diretoria

9.1 MEMBROS:

9.1.1 Os Membros, são todos os parlamentares que aderiram a Frente Parlamentar Antidrogas

9.1.2 Os Membros reunir-se-ão ordinária ou extraordinariamente por convocação do Presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos parlamentares filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

9.1.3 A reunião será instalada com qualquer número, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples ou por 2/3 (dis terços) dos votos dos filiados presentes, cabendo ao Presidente o voto de Minerva.

9.1.4 As deliberações ocorrerão em primeira convocação, com qualquer número de participantes

9.2 A DIRETORIA:

A Diretoria compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, 1º Secretário, 2º Secretário e Secretário de Articulação.

Os membros da Diretoria serão eleitos para o período de igual mandato parlamentar, podendo ser reeleitos para períodos de igual duração.

9.3 COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

9.3.1 Aos Membros compete:

- I. eleger ou destituir os membros da Diretoria;
- II. zelar pelo cumprimento das disposições deste Estatuto;
- III. alterar o presente Estatuto, decidindo, inclusive, sobre os possíveis casos omissos; e
- IV. deliberar sobre assuntos para os quais for convocada.

9.3.2 À Diretoria compete:

- I. zelar pelo bom funcionamento dos trabalhos sob a responsabilidade da Frente Parlamentar Antidrogas;
- II. estabelecer as diretrizes estratégicas de ação para os respectivos mandatos;
- III. proporcionar iniciativas que facilitem a integração de todos os integrantes;
- IV. incentivar a difusão e a defesa dos ideais da Frente Parlamentar Antidrogas, junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; e
- V. interagir com as demais Frente Parlamentares, em especial com as que lidam com os assuntos sobre drogas.

10. ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

10.1 Ao Presidente compete:

- I. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente Parlamentar Antidrogas;
- II. delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;
- III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- IV. praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente Parlamentar Antidrogas; e
- V. representar socialmente a Frente Parlamentar em atividades internas e externas.

10.2 Ao Vice-presidente compete:

- I. substituir o Presidente em ausência e seus impedimentos;
- II. exercer outras atividades que lhes forem delegadas.

10.3 Ao Secretário Geral compete:

- I. substituir o Presidente em ausência e seus impedimentos e na ausência do Vice-Presidente;
- II. coordenar e elaborar as atas das reuniões de Diretoria e dos trabalhos das Assembleias Gerais;
- III. exercer outras atividades que lhes forem delegadas.

10.4 Ao 1º Secretário compete:

- I. substituir o Secretário-Geral em ausência e seus impedimentos;
- II. exercer outras atividades que lhes forem delegadas.

10.5 Ao 2º Secretário compete:

- I. substituir o 1º Secretário em ausência e seus impedimentos;
- II. Exercer outras atividades que lhes forem delegadas.

10.6 Ao Secretário de Articulação incumbe:

- I. Acompanhar as atuações do Congresso nos assuntos das drogas;
- II. exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As dúvidas e os casos omissos sugeridos na aplicação do presente Estatuto serão dirimidos pelo Presidente da Frente Parlamentar Antidrogas e submetidos à aprovação da Assembleia Geral

11.2 O presente Estatuto poderá ser alterado em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, desde que conte com pelo menos 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos filiados presentes.

11.3 A Frente Parlamentar Antidrogas somente poderá ser extinta por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária Específica, desde que conte com pelo menos 2/3 (dois terços) dos filiados presentes

11.4. Os cargos dos dirigentes da Frente Parlamentar Antidrogas, ocupados por Parlamentares, não serão remunerados

11.5 As eleições para os cargos de dirigentes da Frente Parlamentar Antidrogas ocorrerão no primeiro semestre do primeiro ano da legislatura.

11.6 Foram indicados para o primeiro mandato, 2003 a 2006, da Frente Parlamentar Antidrogas os seguintes parlamentares:

Presidente:	Deputado GIVALDO CARIMBÃO	PSB/AL
Vice-Presidente:	Senador MAGNO MALTA	PL/ES
Secretário-Geral:	Deputado NEUCIMAR FRAGA	PL/ES
1º Secretário:	Senador SÉRGIO GUERRA	PSDB/PE
2º Secretário:	Deputada ZULAE COBRA	PSDB/SP
Secretário de Articulação:	Deputada CECILTA PINHEIRO	PFL/MT

11.7 Aos seus filiados, a Frente Parlamentar Antidrogas concederá um diploma de membro efetivo.

Brasília/DF, 12 de junho de 2003

Publique-se.
Em 01/12/2003

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

necessário ter compromisso com a formação desses cidadãos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Enalteçamos a intenção do Deputado Carlos Abicalil, pois a proposição em análise demonstra a preocupação do nobre colega com o bem-estar dos usuários dos transportes coletivos no Brasil, ao apresentar proposta que limita a exibição de filmes nos veículos de transporte coletivo àqueles de cunho educacional ou cultural, buscando, com isso, tornar as viagens mais agradáveis e melhorar a formação cultural dos usuários.

O exame dessa questão envolve vários aspectos, prendemo-nos, no entanto, à análise daqueles que poderiam influenciar de alguma maneira a prestação do serviço de transporte coletivo. Nesse sentido, entendemos que a proposição traz benefícios indiretos à segurança das viagens, uma vez que proíbe a veiculação de filmes com cenas que, em última instância, poderiam afetar os ânimos dos passageiros e colocar em risco a tranquilidade e a segurança dos demais usuários.

Assim, pensamos que o projeto de lei é tecnicamente viável porque, ao limitar o conteúdo dos filmes exibidos, traz benefícios para a sociedade, sem qualquer ônus para as empresas de transporte público.

Não obstante a análise de mérito desta Comissão, entendemos que a proposição em exame deve ser distribuída, também, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que é o órgão regimentalmente incumbido de analisar o impacto e o alcance das proposições na formação educacional e cultural da população brasileira.

Diante do exposto, no que cabe a esta comissão regimentalmente analisar, nosso voto é pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 2.021, de 2003.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 2003. – Deputado Fernando Gonçalves, Relator.

Defiro. Revejo, nos termos do art. 140 do RICD, o despacho apostado ao PL nº 2.021/03, para determinar a inclusão da Comissão de Educação e Cultura, que deverá pronunciar-se após a Comissão de Viação e Transportes. Oficie-se. Publique-se.

Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

OF.MO. nº 994/03

Brasília, 9 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência para comunicar que no último dia 2 de dezembro, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira, de característica suprapartidária e de âmbito nacional, com o objetivo de garantir a competitividade da indústria aeronáutica brasileira.

Neste sentido, encarecemos os préstimos de Vossa Excelência para que seja incluída na home page da Câmara dos Deputados.

No aguardo da costumeira atenção, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. – Deputado Marcelo Ortiz, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira.

Publique-se.

Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

Ofício nº 174/03

Brasília-DF, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência comunicar a criação da Frente Parlamentar contra O Câncer.

Esclareço que sou coordenador dessa Frente Parlamentar e encaminho em anexo a relação de todos os membros.

Agradeço antecipadamente a atenção dispensada e, na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Dr. Pinotti, Deputado Federal, PFL/SP.

FRENTE PARLAMENTAR CONTRA O CANCER

Nº	Deputados	E-Mail
1	ADELOR VIEIRA	dep.adelorvieira@camara.gov.br
2	AGNALDO MUNIZ	dep.agnaldomuniz@camara.gov.br
3	ALCESTE ALMEIDA	dep.alcestealmeida@camara.gov.br
4	ALEX CANZIANI	dep.alexcanziani@camara.gov.br
5	ALMERINDA DE CARVALHO	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br
6	ANDRÉ LUIZ	dep.andreluiz@camara.gov.br
7	ANTONIO CAMBRAIA	dep.antoniocambraia@camara.gov.br
8	ANTONIO CARLOS BISCAIA	dep.biscaia@camara.gov.br
9	ARNON CRUZ BEZERRA	dep.arnonbezerra@camara.gov.br
10	ÁTILA LINS	dep.atilalins@camara.gov.br
11	CARLOS MOTA	dep.carlosmota@camara.gov.br
12	CASARA	dep.casara@camara.gov.br
13	CELCITA PINHEIRO	dep.celcitapinheiro@camara.gov.br
14	CHICO DA PRINCESA	dep.chicodaprincesa@camara.gov.br
15	CORAUCI SOBRINHO	dep.coraucisobrinho@camara.gov.br
16	DARCISIO PERONDI	dep.darcisioperondi@camara.gov.br
17	DAVI ALCOLUMBRE	dep.davialcolumbre@camara.gov.br
18	DR. BENEDITO DIAS	dep.dr.beneditodias@camara.gov.br
19	DR. FRANCISCO GONÇALVES	dep.dr.franciscogoncalves@camara.gov.br
20	DR. HÉLIO	dep.dr.helio@camara.gov.br
21	DR. PINOTTI	dep.dr.pinotti@camara.gov.br
22	DR. RIBAMAR ALVES	dep.dr.ribamaralves@camara.gov.br
23	DR. RODOLFO PEREIRA	dep.dr.rodolfopereira@camara.gov.br
24	EDUARDO BARBOSA	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
25	EDUARDO VALVERDE	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
26	FRANCISCO DORNELLES	dep.franciscodornelles@camara.gov.br
27	GERSON GABRIELLI	dep.gersongabrielli@camara.gov.br
28	GONZAGA MOTA	dep.gonzagamota@camara.gov.br
29	GONZAGA PATRIOTA	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br
30	GUSTAVO FRUET	dep.gustavofruet@camara.gov.br
31	HENRIQUE AFONSO	dep.henriqueafonso@camara.gov.br
32	HERMES PARCIANELLO	dep.hermesparcianello@camara.gov.br
33	INÁCIO ARRUDA	dep.inacioarruda@camara.gov.br
34	JAIME MARTINS	dep.jaimemartins@camara.gov.br
35	JAMIL MURAD	dep.jamilmurad@camara.gov.br
36	JOÃO BATISTA	dep.joaobatista@camara.gov.br
37	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	dep.josecarlosaraujo@camara.gov.br
38	JOSÉ CARLOS ELIAS	dep.josecarloselias@camara.gov.br
39	JOSUÉ BENGTON	dep.josuebengtson@camara.gov.br
40	JUIZA DENISE FROSSARD	dep.juizadenisefrossard@camara.gov.br
41	LAURA CARNEIRO	dep.lauracarneiro@camara.gov.br
42	LEANDRO VILELA	dep.leandrovilela@camara.gov.br
43	LUIS CARLOS HENZE	dep.luiscarlosheinze@camara.gov.br
44	LUIZ BITTENCOURT	dep.luizbittencourt@camara.gov.br
45	MANINHA	dep.maninha@camara.gov.br
46	MARCOS DE JESUS	dep.marcosdejesus@camara.gov.br
47	MARCUS VICENTE	dep.marcusvicente@camara.gov.br
48	MARIA HELENA	dep.mariahelena@camara.gov.br
49	MÁRIO HERINGER	dep.marioheringer@camara.gov.br
50	MAURÍCIO QUINTANELA	dep.mauricioquintellaessa@camara.gov.br
51	MAURO LOPES	dep.maurolopes@camara.gov.br

52	MEDEIROS	dep.medeiros@camara.gov.br
53	MOACIR MICHELETTO	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
54	NEIVA MOREIRA	dep.neivamoreira@camara.gov.br
55	NELSON BRONIER	dep.nelsonbornier@camara.gov.br
56	NILSON PINTO	dep.nilsonpinto@camara.gov.br
57	ODAIR	dep.odair@camara.gov.br
58	OSVALDO REIS	dep.osvaldoreis@camara.gov.br
59	PAULO MARINHO	dep.paulomarinho@camara.gov.br
60	PAULO ROCHA	dep.paulorocha@camara.gov.br
61	RAFAEL GUERRA	dep.rafaelguerra@camara.gov.br
62	REGINALDO GERMANO	dep.reginaldogermano@camara.gov.br
63	REINALDO BETÃO	dep.reinaldobetao@camara.gov.br
64	RENATO CASAGRANDE	dep.renatocasagrande@camara.gov.br
65	RENILDO CALHEIROS	dep.renildocalheiros@camara.gov.br
66	ROBERTO BALESTRA	dep.robertobalestra@camara.gov.br
67	ROGÉRIO TEÓFILO	dep.rogerioteofilo@camara.gov.br
68	RUBENS OTONI	dep.rubensotoni@camara.gov.br
69	SANDRA ROSADO	dep.sandrarosado@camara.gov.br
70	SERAFIM VENZOM	dep.serafimvenzom@camara.gov.br
71	TELMA DE SOUZA	dep.telmaDESOUZA@camara.gov.br
72	VIEIRA REIS	dep.vieirareis@camara.gov.br
73	VITTORIO MEDIOLI	dep.vittoriomedioli@camara.gov.br
74	ZELINDA NOVAES	dep.zelindanovaes@camara.gov.br
75	GILBERTO NASCIMENTO	dep.gilbertonascimento@camara.gov.br
76	ANDRÉ ZACHAROW	dep.andrezacarow@camara.gov.br
77	DANIEL ALMEIDA	dep.danielalmeida@camara.gov.br
78	NEY LOPES	dep.neylopes@camara.gov.br
79	MARIANGELA DUARTE	dep.mariangeladuarte@camara.gov.br
80	JOÃO MATOS	dep.joaomatos@camara.gov.br
81	ROGÉRIO SILVA	dep.rogeriosilva@camara.gov.br
82	COLBERT MARTINS	dep.colbertmartins@camara.gov.br

N.º	SENADORES	E-Mail
1	SÉRGIO ZAMBIASI	sergio.sambiasi@senador.gov.br
2	NEY SUASSUNA	neysuassuna@senador.gov.br
3	ARTHUR VIRGÍLIO NETO	arthur.virgilio@senador.gov.br
4	MOZARILDO CAVALCANTI	mozarildo@senador.gov.br
5	EDUARDO AZEREDO	eduardo.azeredo@senador.gov.br
6	FLÁVIO JOSÉ ARNS	flavioarns@senador.gov.br
7	SÉRGIO CABRAL	sergio.cabral@senador.gov.br
8	JORGE BORNHAUSEN	bornhausen@senador.gov.br
9	PAULO PAIM	paulopaim@senador.gov.br
10	JOÃO RIBEIRO	joaoribeiro@senador.gov.br
11	LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS	luiz.otavio@senador.gov.br

FRENTE PARLAMENTAR CONTRA O CÂNCER

Diretoria Executiva	PARTIDO	ESTADO	Diretoria Executiva
Presidente – Deputado DR. PINOTTI	PFL	SP	dep.dr.pinotti@camara.gov.br
1º Vice Presidente – Senador JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	bornhausen@senado.gov.br
2º Vice Presidente – Deputado SERAFIM VENZOM	PSDB	SC	dep.serafimvenzom@camara.gov.br
3º Vice Presidente – Senador PAULO PAIM	PMDB	RJ	paulopaim@senado.gov.br
4º Vice Presidente – Deputado DR. HÉLIO	PDT	SP	dep.dr.helio@camara.gov.br
5º Vice Presidente – Deputada CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	dep.celcitapinheiro@camara.gov.br
Secretaria Geral – Deputada MANINHA	PT	DF	dep.maninha@camara.gov.br
Secretário Adjunto – Senador SERGIO CABRAL	PMDB	RJ	sergio.cabral@senado.gov.br
Tesoureiro Geral – Deputado JAMIL MURAD	PC do B	SP	dep.jamilmurad@camara.gov.br
Tesoureiro Adjunto – Deputado GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	dep.gustavofruet@camara.gov.br
Consultor Jurídico – Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	dep.biscaia@camara.gov.br
Conselho Consultivo			Conselho Consultivo
Presidente – Deputada LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	dep.lauracarneiro@camara.gov.br
Vice Presidente – Senador LUIZ OTÁVIO	PMDB	PA	luizotav@senado.gov.br
Secretário – Senador JOÃO RIBEIRO	PFL	TO	joaorib@senado.gov.br
Conselho Fiscal			Conselho Fiscal
Presidente – Senador FLÁVIO ARMS	PFL	TO	farns@senado.gov.br

Publique-se.
Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

REQUERIMENTO Nº DE 2003
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Requer a apensação do PL nº 1.748/03 ao PL nº 1.488/03.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorizar a apensação do Projeto de Lei nº 1.748/03 – do Sr. Carlos Nader – que “estimula a criação e manutenção de escolas técnicas de ensino industrial de nível médio, mediante a concessão de incentivos tributários” ao Projeto de Lei nº 1.488/2003 – do Sr. Carlos Nader – que “dispõe sobre medidas de estímulo para o reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico e tecnológico, bem como ao aprimoramento de recursos humanos”.

As proposições em tela deverão tramitar conjuntamente por tratar-se de matérias afins, conforme dispõem os artigos 142 e 143, II, b, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2003. –
Deputado Gastão Vieira, Presidente.

Indefiro a apensação, por não restar comprovada a conexão entre as matérias (art. 142 do RICD). Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.

Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

Brasília, 9 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados – Ed. Principal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Através da presente, comunico à Mesa que, em cumprimento a dispositivo legal, nesta data filiei-me no Partido Progressista –PP, encaminhando-lhe cópia de documento necessário e rogo a gentileza das devidas providências para que surta seus efeitos legais necessários.

Em anexo, cópia de:

Comprovante da nova filiação (ficha).

Cordialmente, – Ildeu Alves de Araújo, Deputado Federal – SP.

PP Partido Progressista		PARTIDO PROGRESSISTA Ficha do Filiado		11	
Nome: ILDEU ALVES DE ARAÚJO		Sexo: (X) M () F		UF: MG	
Data de Nascimento: 22.03.1943 Naturalidade: Serrania		Pai: Lazaro Alves de Araújo		Mãe: Maria Aparecida de Araújo	
Filiação: Mãe: Maria Aparecida de Araújo		Estado Civil: Casado Profissão: Advogado		Grau de Instrução: Superior	
Cônjuge: Avani Dias de Araújo		Data de Nascimento: 1/1		Endereço Residencial: Rua Padre Manoel da Nóbrega, 327 – Bairro Santa Catarina – Americana	
Endereço Comercial: Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 382		UF: SP CEP: 13.130-000		UF: DF CEP: 70.000-000	
Telefone Res: 318.5382 Tel: Trab: 318.5382		Cel: 318.5382		E-Mail: ildeuaraújo@camara.gov.br	
Telefone: 444332020 Zona: 158 Seção: 147 Município: Americana		UF: SP		CEP: 13.130-000	
Última filiação partidária: Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA		Direção Municipal de filiação: Partido Progressista		Assinatura do Filiado: Ildeu Alves de Araújo	
Assinatura do Presidente: Gastão Vieira		Assinatura do Abonador: Ildeu Alves de Araújo		Assinatura do Eleitor: Ildeu Alves de Araújo	
DECLARO QUE ESTOU DE ACORDO COM O PROGRAMA E ESTATUTO DO PARTIDO					
DATA: 09.12.03					
Anotações do Partido:					

Of.Pres. nº 282/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 506, de 2003.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido, projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Sandro Mabel**,
Presidente em exercício.

Publique-se.

Em 26-11-2003. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-190/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.036/03 – Do Sr. Ricardo Izar que “acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 26-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

Of. P-191/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V.Ex^a que a Co-

missão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.063/03 – Do Sr. Elimar Máximo Damasceno – que “altera o arts. 162 e 244, no capítulo XV “Das Infrações”, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 26-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Complementando minhas informações sobre a criação e formação da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura nesta Casa, reitero que esse ato ocorreu em outubro de 1993. Posteriormente, reconstitui essa Frente quando do início das legislaturas de 1995 e 1999.

Finalizando, confirmo, também, que em 11-3-2003, protocolizei nessa Presidência a reativação da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, a primeira a ser registrada nesta Legislatura.

Cordialmente, – **Edison Andrino**, Deputado
Federal.

Publique-se.

Em 26-11-2003. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 221/JM – GAB

Brasília, 25 de novembro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Atendendo solicitação da Secretaria Geral da Mesa, comunico-lhe que a Frente Parlamentar da Adoção, instalada em 22 de abril de 2003, no qual sou coordenador, composta atualmente por 99 parlamentares, sendo 90 Deputados Federais e 9 Senadores da República, têm como endereço para contato Câmara dos Deputados – anexo IV – gabinete 720 – Te-

telefone: 61-318-5720/3720 – Fax: 318-2720 - E-mail:
fpadocao@joaomatos.com.br.

Em anexo, envio-lhe listagem atualizada com os
nomes e endereços dos membros.

Sendo o que se apresenta para o momento, re-
novo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **João Matos**, Depu-
tado Federal.

MEMBROS DA FRENTE PARLAMENTAR DA ADOÇÃO

Coordenador: Deputado JOÃO MATOS –PMDB/SC

MEMBRO	NOME	PART./ESTADO	CONTATO	E-MAIL
Deputado	ADÃO PRETTO	PT/RS	318-5271	dep.adaopretto@camara.gov.br
Deputado	ADELOR VIEIRA	PMDB/SC	318-5441	dep.adelovieira@camara.gov.br
Deputado	ALBERTO FRAGA	PMDB/DF	318-5321	dep.albertofraga@camara.gov.br
Deputado	ALCESTE ALMEIDA	PPS/RR	318-5902	dep.alcestealmeida@camara.gov.br
Deputado	ALCEU COLLARES	PDT/RS	318-5807	dep.alceucollares@camara.gov.br
Deputado	ALEX CANZIANI	PTB/PR	318-5842	dep.alexcanziani@camara.gov.br
Deputada	ALMERINDA CARVALHO	PSB/RJ	318-5216	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br
Deputado	ANDRÉ LUIZ	PMDB/RJ	318-5858	dep.andreluiz@camara.gov.br
Deputado	ANDRÉ ZACHAROW	PDT/PR	318-5737	dep.andrezacharow@camara.gov.br
Deputado	ANSELMO	PT/RO	318-5802	dep.anseimo@camara.gov.br
Deputado	ANTONIO C.M. THAME	PSDB/SP	318-5624	dep.antoniocarlosmendesthame@camara.gov.br
Deputado	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB/CE	318-5708	dep.antoniocambraia@camara.gov.br
Deputado	ARNON BEZERRA	PSDB/CE	318-5413	dep.arnonbezerra@camara.gov.br
Deputado	ÁTILA LINS	PPS/AM	318-5730	dep.atilalins@camara.gov.br
Senador	AUGUSTO BOTELHO	PDT/RO	311-2041	augusto.botelho@senador.senado.gov.br
Deputado	AUGUSTO NARDES	PP/RS	318-5936	dep.augustonardes@camara.gov.br
Deputado	BETO ALBUQUERQUE	PSB/RS	318-5338	dep.betoalbuquerque@camara.gov.br
Deputado	Bispo JOÃO M. DE JESUS	PDT/RJ	318-5572	dep.bispojoaomendesjesus@camara.gov.br
Deputado	CARLITO MERSS	PT/SC	318-5273	dep.carlitomerss@camara.gov.br
Deputado	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB/GO	318-5830	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br
Deputado	CARLOS E. CADOCA	PMDB/PE	318-5415	dep.carloseduardocadoca@camara.gov.br
Deputado	CELSO RUSSOMANNO	PP/SP	318-5756	dep.celsorussomanno@camara.gov.br
Deputado	CORAUCI SOBRINHO	PFL/SP	318-5460	dep.coraucisobrinho@camara.gov.br
Deputado	DARCY COELHO	PFL/TO	318-5309	dep.darcicoelho@camara.gov.br
Deputado	DR. HELENO	PSDB/RJ	318-5628	dep.dr.heleno@camara.gov.br
Deputado	DR. HÉLIO	PDT/SP	318-5734	dep.dr.helio@camara.gov.br
Deputado	DR. PINOTTI	PMDB/SP	318-5525	dep.dr.pinotti@camara.gov.br
Deputado	EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG	318-5540	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
Deputada	ELAINE COSTA	PTB/RJ	318-5728	dep.elainecosta@camara.gov.br
Deputado	ELIMAR DAMASCENO	PRONA/SP	318-5446	dep.elimarmaximodamasceno@camara.gov.br
Deputado	ENIO BACCI	PDT/RS	318-5930	dep.eniobacci@camara.gov.br
Deputado	FERNANDO FERRO	PT/PE	318-5427	dep.fernandoferro@camara.gov.br

Deputado	FEU ROSA	PSDB/ES	318-5960	dep.feurosa@camara.gov.br
Senador	FLÁVIO ARNS	PT/PR	311-2402	farns@senador.gov.br
Deputado	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB/MG	318-5302	dep.dr.francisco@camara.gov.br
Deputado	FRANCISCO RODRIGUES	PFL/RR	318-5304	dep.franciscorodrigues@camara.gov.br
Deputado	GERALDO RESENDE	PPS/MS	318-5905	dep.geraldoresende@camara.gov.br
Deputado	GERVÁSIO SILVA	PFL/SC	318-5418	dep.gervasiosilva@camara.gov.br
Deputado	GIACOBBO	PPS/PR	318-5762	dep.giacobbo@camara.gov.br
Deputado	GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE	318-5430	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br
Deputado	HERCULANO ANGHINETTI	PP/MG	318-5241	dep.herculanoanghinetti@camara.gov.br
Deputado	HERMES PARCIANELLO	PMDB/PR	318-5234	dep.hermesparcanello@camara.gov.br
Deputado	IRIS SIMÕES	PTB/PR	318-5948	dep.irissimoes@camara.gov.br
Deputado	JOÃO CORREIA	PMDB/AC	318-5358	dep.joaocorreia@camara.gov.br
Deputado	JOÃO HERRMANN	PPS/SP	318-5913	dep.joaoherrmannneto@camara.gov.br
Deputado	JOÃO MATOS	PMDB/SC	318-5720	dep.joaomatos@camara.gov.br
Senador	JOSE MARANHÃO	PMDB/PB	311-2223	jose.maranhao@senador.gov.br
Deputado	JOSUÉ BENGTON	PTB/PA	318-5305	dep.josuebengton@camara.gov.br
Deputado	JÚLIO REDECKER	PSDB/RS	318-5621	dep.julioredecker@camara.gov.br
Deputada	KELLY MORAES	PTB/RS	318-5714	dep.kellymoraes@camara.gov.br
Deputada	LAURA CARNEIRO	PFL/RJ	318-5516	dep.lauracarneiro@camara.gov.br
Deputado	LUIZ BITENCOURT	PMDB/GO	318-5844	dep.luibittencourt@camara.gov.br
Senador	MAGNO MALTA	PL/ES	311-2382	magnomalta@senador.gov.br
Deputado	MARCELO CASTRO	PMDB/PI	318-5811	dep.marcelocastro@camara.gov.br
Deputado	MARCOS DE JESUS	PL/PE	318-5745	dep.marcosdejesus@camara.gov.br
Deputado	MARIA DO ROSÁRIO	PT/RS	318-5471	dep.mariadorosario@camara.gov.br
Deputado	MARCUS VICENTE	PTB/ES	318-5362	dep.marcusvicente@camara.gov.br
Deputado	MAURICIO RANDS	PT/PE	318-5237	dep.mauriciorands@camara.gov.br
Deputado	MAURO LOPES	PMDB/MG	318-5841	dep.maurolopes@camara.gov.br
Deputado	MILTON CARDIAS	PTB/RS	318-5705	dep.miltoncardias@camara.gov.br
Deputado	NILSON PINTO	PSDB/PA	318-5227	dep.nilsonpinto@camara.gov.br
Deputado	OSVALDO BIOLCHI	PMDB/RS	318-5925*	dep.osvaldobiolchi@camara.gov.br
Deputado	OSVALDO REIS	PMDB/TO	318-5835	dep.osvaldoreis@camara.gov.br
Deputado	PATRUS ANANIAS	PT/MG	318-5578	dep.patrusanancias@camara.gov.br
Deputado	PAULO AFONSO	PMDB/SC	318-5276	dep.pauloafonso@camara.gov.br
Deputado	PAULO BALTAZAR	PSB/RJ	318-5515	dep.paulobaltazar@camara.gov.br
Deputado	PAULO BAUER	PFL/SC	318-5383	dep.paulobauer@camara.gov.br
Deputado	PAULO MARINHO	PFL/MA	318-5921	dep.paulomarinho@camara.gov.br
Senador	PAULO PAIM	PT/RS	311-5227	paulopaim@senador.gov.br
Deputado	PAULO ROCHA	PT/PA	318-5483	dep.paulorocha@camara.gov.br
Deputado	PEDRO CORRÊA	PP/PE	318-5717	dep.pedrocorrea@camara.gov.br

Deputado	POMPEO DE MATTOS	PDT/RS	318-5810	dep.pompeodemattos@camara.gov.br
Senador	RAMEZ TEBET	PMDB/MS	311-2221	Ramez@senador.gov.br
Deputado	RENATO CASAGRANDE	PSB/ES	318-5662	dep.renatocasagrande@camara.gov.br
Deputado	ROBERTO BALESTRA	PP/GO	318-5219	dep.robertobalestra@camara.gov.br
Deputado	ROBERTO FREIRE	PPS/PE	318-5637	dep.robertofreire@camara.gov.br
Deputado	ROBERTO MAGALHÃES	PSDB/PE	318-5503	dep.robertomagalhaes@camara.gov.br
Deputado	ROBERTO PESSOA	PFL/CE	318-5607	dep.robertopessoa@camara.gov.br
Senador	RODOLPHO TOURINHO	PFL/BA	311-3173	rodolpho.tourinho@senador.senado.gov.br
Deputado	ROMEU QUEIROZ	PTB/MG	318-5250	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br
Deputado	RONALDO DIMAS	PSDB/TO	318-5943	dep.ronaldodimas@camara.gov.br
Senadora	ROSEANA SARNEY	PFL/MA	311-3069	roseana.sarney@senadora.gov.br
Deputado	RUBENS OTONI	PT/GO	318-5501	dep.rubensotoni@camara.gov.br
Deputado	SERAFIM VENZON	SEM PARTIDO/SC	318-5245	dep.serafinvizon@camara.gov.br
Deputado	SERGIO MIRANDA	PcdoB/MG	318-5462	dep.sergiomiranda@camara.gov.br
Senador	SERGIO ZAMBIASI	PDT/RS	311-1107	zambiasi@senador.gov.br
Deputado	SEVERIANO ALVES	PDT/BA	318-5738	dep.severianoalves@camara.gov.br
Deputado	SILAS BRASILEIRO	PMDB/MG	318-5932	dep.silasbrasileiro@camara.gov.br
Deputada	TELMA DE SOUZA	PT/SP	318-5467	dep.teimadesouza@camara.gov.br
Deputado	VALDENOR GUEDES	PPI/AP	318-5541	dep.valdenorguedes@camara.gov.br
Deputado	VITTORIO MEDIOLI	PSDB/MG	318-5754	dep.vittoriomedioli@camara.gov.br
Deputado	WELINTON FAGUNDES	PL/MT	318-5523	dep.welintonfagundes@camara.gov.br
Deputado	EDUARDO GOMES	PSDB/TO	318-5950	dep.eduardogomes@camara.gov.br
Senador	JOÃO MOTTA	PPS/ES	311-1129*	jbmotta@senador.gov.br
Deputado	FRANCISCO DORNELLES	PPI/RJ	318-5512	dep.franciscodornelles@camara.gov.br
Deputada	YEDA CRUSIUS	PSDB/RS	318-5956	dep.yedacrusius@camara.gov.br

Publique-se.

Em 26-11-2003. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Exmo sr. Presidente da câmara dos deputados sr.
João Paulo Cunha

Partido democrático trabalhista, por seu representante legal Engenheiro Leonel de Moura Brizola, vem à presença de V. Ex^a., expor e requer o que abaixo segue:

Como é de vosso conhecimento, tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 1.503/03, que acaba com o voto impresso e com outras formas de auditoria sobre o sistema eleitoral informatizado.

A proposição foi apresentada em maio de 2003, pelo Senador Eduardo Azeredo (PSDB - MG) e, no ato da aprovação restou evidenciado ser de autoria do Ministro Sepúlveda Pertence do TSE, que declarou não haver margem para emendas ou alterações, já que deverá estar aprovado até o dia 2 de outubro, para que possa valer para as eleições de 2004.

Na Câmara, o PL nº 1.503/03 somente foi remetido a CCJ, mas por solicitação do Deputado Corauci Sobrinho deferida e comunicada por meio do Ofício nº 270/03, foi redistribuído à Comissão de Ciência e Tecnologia (CCTIC) em 23-9-2003, para manifestação de mérito. Pedido semelhante foi apresentado pelo Deputado Benjamim Maranhão (PMDB - PB).

Na manhã do dia 24-9, o sistema de informação da Câmara registrava que a proposição estava na CCTIC, mas ao final da tarde foi requisitado pela CCP Coordenação de Comissões Permanentes e lá se encontra aguardando manifestação da Secretaria Geral da Mesa.

O projeto foi retirado da CCTIC sem que existisse ofício neste sentido e, houve alterações dos registros virtuais que mostravam a tramitação do projeto a partir do dia 19-9-2003.

Segundo o servidor Sr. Mozart Vianna de Paiva, Secretário Geral da Mesa, estaria sendo criando um "grupo de estudos político" para analisar os pareceres sobre a viabilidade do PL nº 1.503, um deles de autoria do Ministro Sepúlveda Pertence, substituindo assim a análise da CCTIC.

Em sentido contrário está o manifesto de alerta subscrito por professores titulares especialistas em informática, que expressam a preocupação da comu-

nidade acadêmica com a aprovação do PL nº 1.503/03 demonstrando expressamente várias contradições.

Conhecimentos técnicos especializados embasam estudos científicos colocados à disposição, merecendo apreciação, já que apontam para uma discussão em torno do tema, haja vista os interesse envolvidos, quais sejam democracia e cidadania, ambos insculpidos do sagrado direito do voto.

Assim, requer a inclusão do subscritor e do Deputado Alceu Collares (PDT - RS), no rol dos membros do grupo de estudos formado. Por derradeiro, solicitamos esclarecimentos quanto às alterações ocorridas no sistema de informação da Câmara, donde foram excluídos registros e/ou introduzidos outros em seus lugares, conforme de denota dos documentos juntados.

Nestes Termos, pede Deferimento, – **Leonel Brizola**, Presidente Nacional do PDT.

Os lançamentos havidos no sistema de informações da Câmara, relativos à tramitação do PL nº 1.503, de 2003, foram realizados de forma compatível com as decisões proferidas no curso do processo legislativo, sendo que a proposição já foi transformada em norma jurídica, a Lei nº 10.740, de 2003, restando assim prejudicada a pretensão relativa à integração do requerente e do Deputado Alceu Collares em grupo de estudos em relação à matéria. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 26-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003
(Da Comissão de Educação e Cultura)

**Requer a apensação do PL 2.394/03
ao PL 4.637/01.**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorizar a apensação do Projeto de Lei nº 2.394/03 – Do Sr. Wilson Santos – que "dispõe sobre o direito à meia-entrada para os estudantes do ensino fundamental, médio e superior, cursos pré-universitários e profissionalizantes, bem como para menores de dezoito anos, em casas de diversão, espetáculos, casas de exibi-

cias sem precedentes às estradas de todo o Estado do Maranhão. Principalmente na região tocantina (sul do estado), que tem suas principais rodovias construídas em terras íngremes, cujo solo é bastante propício para erosões de todos os tamanhos, ficando aquelas comunidades entregues a própria sorte.

Segundo informações do escritório regional do DNIT em Imperatriz/MA, existe um levantamento completo da situação caótica por que passa aquele trecho da citada rodovia, e o Governo Federal precisa agir com celeridade, autorizando a execução dos trabalhos de restauração da referida rodovia em caráter de emergência, pois assim o caso requer.

Bem sabemos que o esforço pela busca do superávit fiscal às vezes compromete programas governamentais de investimento. Sabemos também que V.Ex^a. faz o possível para que as metas e políticas desse Ministério sejam minimamente afetadas em razão dos cortes e contingenciamentos que se sucedem.

Acreditamos, todavia, que no caso específico das obras de restauração na Rodovia BR-010, há razões bastantes para que o projeto não seja mais adiado.

Em primeiro lugar, como já dissemos, em função do tempo significativo de espera pelo começo de obras citadas, situação que, prolongando-se, pode levar a uma custosa renegociação do objeto e da base financeira do empreendimento.

Em segundo, em face de no próprio Orçamento da União, já constar verba destinada aos serviços ora solicitados.

Em terceiro lugar, por fim, devido ao estado extremamente precário do mencionado trecho rodoviário, fato que vem provocando indignação junto às comunidades servidas pela referida estrada e comprometendo inclusive o escoamento da safra agrícola, bem como o tráfego de transeuntes naquele setor, afetando sobremaneira o alcance da divisas geradas no Estado, surgindo constantes preocupações por parte de políticos, autoridades estaduais, empresários e principalmente as GUSAs estabelecidas na região, que são os maiores responsáveis pelo alavancamento da economia tocantina.

A respeito da má qualidade de parte da BR-010, lembramos que a situação pode ser comprovada por intermédio do próprio levantamento realizado pelo DNIT e que se tornou público a toda população do Estado do Maranhão.

Concluindo, encaminhamos nossas cordiais saudações e reiteramos o pedido para que V.Ex^a. faça todo o possível no sentido de dar imediato início às obras de restauração da Rodovia BR-010, nos trechos mencionados.

Sala das Sessões, de 2006. – Deputado **Francisco Escórcio**.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Francisco Escórcio)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, solicitando o início das obras de restauração da rodovia BR-010.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, solicitando em caráter de urgência o início das obras de restauração da Rodovia BR-010, no trecho compreendido entre as cidades de Estreito a Itinga, no Estado Maranhão.

Sala das Sessões, de 2006. – Deputado **Francisco Escórcio**.

Texto Despacho:

Publique-se. Encaminhe-se.

Em 6-4-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.835, DE 2006

Excelentíssimo Senhor Deputado Aldo Rebelo Presidente da Câmara dos Deputados, Com base no Ato da Mesa nº 69, de 10-11-2005, requero, na qualidade de Presidente eleito e indicado para representar perante a Casa por todas as informações junto à Mesa, o Registro da Frente Parlamentar da Avicultura, destinada a difundir a importância da avicultura no Brasil, defendendo medidas de prevenção e o combate a doenças no território nacional, entre outras atividades.

Acompanha em anexo, Estatuto, Ata da Eleição da Mesa Diretora e as assinaturas dos Senhores Parlamentares que apóiam a criação e o registro da Frente Parlamentar.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 4 de abril de 2006. – Deputado **Carlos Batata**, Presidente.

Ata da Eleição da Mesa Diretora da Frente Parlamentar da Avicultura

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2006, às dez horas, no Gabinete 707 do anexo IV, da Câmara dos Deputados, sob a direção do Deputado Carlos Batata, PFL – PE, foram eleitos e empossados os Membros da Mesa Diretora da Frente Parlamentar da Avicultura, que passou a ser formada pelos os Senhores Deputados: Carlos Batata (PFL/PE) Presidente, Moacir Micheletto (PMDB/PR) 1º Vice-Presidente, Zonta (PP/SC) 2º Vice-Presidente, Eduardo Barrosa (PSDB/MG) 3º Vice-Presidente e Luis Carlos Heinze (PP/RS) Secretário-Geral. Encerrou as apresentações de idéias e sugestões e deu-se o início da coleta das assinaturas de um terço dos Membros do Poder Legislativo, exigida pelo o Ato da Mesa da Câmara dos Deputados, para o registro da Frente Parlamentar. Estabeleceu-se também, a realização, de uma Reunião

de Instalação da Frente, a ser realizada nas dependências da Câmara dos Deputados, com data e horário a definir pelo Presidente, para a qual serão convidados todos os Senhores Parlamentares que assinaram a criação da Frente, como também, os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, Ministros, Autoridades Federais e Estaduais, Associações e Empresários da Avicultura brasileira. As propostas e sugestões foram aceitas por unanimidade, e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos. – Deputado **Carlos Batata** – PFL/PE, Presidente. – Deputado **Luís Carlos Heinze** – PP/RS, Secretário-Geral.

Frente Parlamentar da Avicultura Estatuto

CAPÍTULO I

Da finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Parlamentar da Avicultura é composta por parlamentares de quaisquer partidos políticos, no exercício do mandato, atua em caráter permanente no âmbito do Congresso Nacional e onde se fizer necessário, no Brasil ou no exterior. Tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, funcionará em dependências do edifício da Câmara dos Deputados, e é regida por este Estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar da Avicultura tem os seguintes objetivos:

a) difundir a importância da avicultura no contexto da economia brasileira, com ênfase para os resultados crescentes na produção, exportação e comercialização interna de frangos inteiros, em cortes, industrializados, matrizes e ovos; bem como ressaltar o papel do setor na absorção de mão-de-obra, geração de empregos e distribuição de riquezas em todas as unidades da Federação onde está inserido;

b) instalar comitê permanente no âmbito da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados dedicado à questão da avicultura nacional, tendo por base o fato de o Brasil ser o maior exportador mundial de carne de frango e por objetivo acompanhar e analisar instruções normativas do Ministério da Agricultura e as medidas tomadas para a prevenção e o combate à **influenza aviária** e à Doença de **Newcastle** no território nacional, entre outros;

c) promover o debate com vistas à criação da Subcomissão da Avicultura, em caráter permanente, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, fórum adequado à realização de audiências públicas, apresentação de requerimentos e informações e promoção de painéis, simpósios e seminários que tenham por temas a avicultura, o seu desempenho no contexto da economia nacional e os cuidados e precauções relativas à ameaça da “gripe aviária”, assim como sua eficácia;

d) acompanhar o Programa Nacional de Sanidade Avícola, do Ministério da Saúde, o Guia de Trânsito Animal e demais providências oficiais para a regionalização da avicultura, através da delimitação de regiões sanitárias independentes, da proibição do Trânsito de aves vivas para o abate e o descarte entre as regiões

e do maior rigor nas ações de caráter sanitário, inclusive nos portos e aeroportos brasileiros;

e) defender a instituição de programas específicos e linhas de crédito subsidiado nos organismos oficiais, como BNDES, Banco do Nordeste e outros, para prevenir possíveis reveses do setor avícola nacional decorrentes da “gripe aviária” e de ações preventivas cujo custo incidirá sobre a produção e a comercialização interna, tanto quanto sobre os resultados da exportação;

f) apoiar a desoneração total das exportações do setor avícola, contribuindo para sua competitividade no âmbito internacional, onde conquistou e consolidou liderança e onde mantém expansão sobre novos mercados;

g) aproximar produtores, beneficiadores, laboratórios, frigoríficos, granjas, exportadores, autoridades e técnicos dos governos federal, estaduais e municipais, através de seminários, audiências públicas e fóruns de discussão realizados no Congresso Nacional ou nos estados, com participação, inclusive, de representantes de nações e empresas importadoras de carne de frango brasileira, quando for do interesse do setor;

h) fazer difundir da maneira mais ampla possível os resultados das ações promovidas, com a sensibilização dos meios de comunicação, produção de material para publicação e veiculação na mídia eletrônica e edição de impresso sempre que houver necessidade, pela importância do evento ou para divulgar balanço das atividades.

i) Intensificar o intercâmbio de informações com a avicultura dos países do Mercosul, sobretudo da Argentina, principal parceiro e maior interessado, por meio de viagens periódicas e convites a parlamentares vizinhos para painéis e fóruns de discussão que contribuam para o esclarecimento mútuo sobre ações em desenvolvimento, tanto no nível governamental quanto da iniciativa privada do mercado comum.

j) Assessorar parlamentares que se filiem à frente Parlamentar da Avicultura.

CAPÍTULO II

Dos Membros

Art. 3º A Frente Parlamentar da Avicultura é composta por parlamentares do Congresso Nacional que solicitem filiação junto à Coordenação.

§ 1º Somente os parlamentares têm direito a voto e prioridade no uso da palavra.

§ 2º Poderão acompanhar os trabalhos da Frente Parlamentar da Avicultura, com direito a voz, pesquisadores, técnicos e representantes de entidade ligadas ao setor.

CAPÍTULO III

Da Composição da Mesa

Art. 4º A Frente Parlamentar da Avicultura: a Assembléia Geral e a Coordenação.

Art. 5º A Assembléia (Mesa Diretora) compõe-se de cinco (5) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) 1º Vice-Presidente, 1 (um) 2º Vice-Presidente, 1

(um) 3º Vice-Presidente, 1 (um) Secretário-Geral e 10 (dez) Coordenadores (Vogais), escolhidos pela

Assembléia Geral para o prazo de uma legislatura, permitida a reeleição.

§ 1º Se qualquer membro da Coordenação deixar de fazer parte, a Assembléia Geral escolherá seu sucessor.

§ 2º A convocação da Frente Parlamentar da Avicultura poderá ser feita pelo Presidente, ou por dois terços dos filiados.

CAPÍTULO IV Da Competência

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

- a) Organizar as atividades da Frente Parlamentar da Avicultura;
- b) Constituir delegação;
- c) Examinar estatutos, pareceres, teses e trabalhos que possam subsidiar suas atividades;
- d) Propor alterações do estatuto;
- e) Propor a admissão de membros;
- f) Indicar observadores parlamentares e eventos externos;

g) Delegar ao Presidente total ou parcialmente suas competências;

h) Resolver casos omissos neste estatuto.

Art. 7º Compete à Coordenação:

- a) Organizar os programas de atividades da Frente Parlamentar da Avicultura;
- b) Constituir delegação;
- c) Examinar pareceres, teses e trabalhos a serem apresentados em conferências;
- d) Submeter a exame alterações do estatuto;

e) Propor a admissão de membros;

f) Indicar observadores parlamentares;

g) Comunicar, para fins regimentais, as Presidências das respectivas Casas do Congresso Nacional os nomes de integrantes de delegações de observadores parlamentares.

Art. 8º Compete ao Presidente:

a) Representar a Frente Parlamentar da Avicultura em suas atividades, convocar e presidir suas reuniões e fazer cumprir suas resoluções;

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído pelo 1º Vice-Presidente, pelo 2º Vice-Presidente, e assim sucessivamente.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 9º Após a aprovação do presente estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação, com mandato até o término da presente Legislatura.

Art. 10º A Frente Parlamentar da Avicultura, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvida a Assembléia Geral.

Art. 11º Este estatuto entrará em vigor nesta data, aprovado pelo plenário que constituiu a Frente Parlamentar da Avicultura.

Brasília, 28 de março de 2006. – Deputado **Carlos batista**, PFL/PE – Deputado **Luiz Carlos Heinze**, PP/RS, Secretário-Geral.

Relatório de Verificação de Apoio

REQUERIMENTO Nº 3.835/06

Proposição: REQ-3835/2006
Autor da Proposição: CARLOS BATATA
Data de Apresentação: 4/4/2006 19:35:00
Ementa: Requer registro da Frente Parlamentar da Avicultura.
Possui Assinaturas Suficientes: SIM
Totais de Assinaturas:

Confirmadas	199
Não Conferem	9
Fora do Exercício	-
Repetidas	2
Illegíveis	-
Retiradas	-
TOTAL	210
MINIMO	0
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Abelardo Lupion	PFL	PR
2	Airton Roveda	PPS	PR
3	Alex Canziani	PTB	PR
4	Alexandre Maia		
5	Alexandre Santos	PMDB	RJ
6	Alice Portugal	PCdoB	BA
7	Almeida de Jesus	PL	CE
8	Almerinda de Carvalho	PMDB	RJ
9	Amauri Gasques	PL	SP
10	Ana Alencar	PSDB	TO
11	André de Paula	PFL	PE
12	André Figueiredo	PDT	CE
13	Angela Guadagnin	PT	SP
14	Aníbal Gomes	PMDB	CE
15	Anivaldo Vale	PSDB	PA
16	Anselmo	PT	RO

17 Antonio Cambraia	PSDB	CE
18 Antônio Carlos Biffi	PT	MS
19 Antonio Cruz	PP	MS
20 Antonio Joaquim	PSDB	MA
21 Aracely de Paula	PL	MG
22 Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP
23 Arnon Bezerra	PTB	CE
24 Assis Miguel do Couto	PT	PR
25 Átila Lira	PSDB	PI
26 Badu Picanço	PL	AP
27 Benjamin Maranhão	PMDB	PB
28 Bernardo Ariston	PMDB	RJ
29 Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
30 Bosco Costa	PSDB	SE
31 Cabo Júlio	PMDB	MG
32 Carlito Merss	PT	SC
33 Carlos Alberto Leréia	PSDB	GO
34 Carlos Batata	PFL	PE
35 Carlos Melles	PFL	MG
36 Carlos Mota	PSB	MG
37 Carlos Nader	PL	RJ
38 Carlos Souza	PP	AM
39 Carlos Willian	PTC	MG
40 Celcita Pinheiro	PFL	MT
41 Celso Russomanno	PP	SP
42 Cezar Schirmer	PMDB	RS
43 Chicão Brígido	PMDB	AC
44 Chico Alencar	PSOL	RJ
45 Chico Sardelli		
46 Cleonânicio Fonseca	PP	SE
47 Cleuber Carneiro	PTB	MG
48 Coriolano Sales	PFL	BA
49 Costa Ferreira	PSC	MA
50 Daniel Almeida	PCdoB	BA
51 Darci Coelho	PP	TO
52 Davi Alcolumbre	PFL	AP
53 Deley	PSC	RJ
54 Dilceu Sperafico	PP	PR
55 Domiciano Cabral	PSDB	PB
56 Dr. Francisco Gonçalves	PPS	MG
57 Dr. Ribamar Alves	PSB	MA
58 Dra. Clair	PT	PR
59 Durval Orlato	PT	SP
60 Edinho Bez	PMDB	SC

61 Edmar Moreira	PFL	MG
62 Edson Duarte	PV	BA
63 Eduardo Barbosa	PSDB	MG
64 Eduardo Cunha	PMDB	RJ
65 Eduardo Valverde	PT	RO
66 Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP
67 Eliseu Padilha	PMDB	RS
68 Enio Bacci	PDT	RS
69 Enio Tatico	PTB	GO
70 Eunício Oliveira	PMDB	CE
71 Fernando Coruja	PPS	SC
72 Fernando de Fabinho	PFL	BA
73 Fernando Estima	PPS	SP
74 Fernando Ferro	PT	PE
75 Fernando Gonçalves	PTB	RJ
76 Francisco Appio	PP	RS
77 Francisco Garcia	PP	AM
78 Francisco Rodrigues	PFL	RR
79 Francisco Turra	PP	RS
80 Gastão Vieira	PMDB	MA
81 Geraldo Resende	PPS	MS
82 Gilmar Machado	PT	MG
83 Givaldo Carimbão	PSB	AL
84 <i>Gonzaga Mota</i>	PSDB	CE
85 Guilherme Menezes	PT	BA
86 Gustavo Fruet	PSDB	PR
87 Helenildo Ribeiro	PSDB	AL
88 Henrique Afonso	PT	AC
89 Henrique Eduardo Alves	PMDB	RN
90 Humberto Michiles	PL	AM
91 Iberê Ferreira	PSB	RN
92 Ildeu Araujo	PP	SP
93 Inácio Arruda	PCdoB	CE
94 Inaldo Leitão		
95 Iris Simões	PTB	PR
96 Isaías Silvestre	PSB	MG
97 Ivo José	PT	MG
98 Jaime Martins	PL	MG
99 Jefferson Campos	PTB	SP
100 João Batista	PP	SP
101 João Caldas	PL	AL
102 João Leão	PP	BA
103 João Magalhães	PMDB	MG
104 João Pizzolatti	PP	SC

105 João Tota	PP	AC
106 Joaquim Francisco	PFL	PE
107 Jonival Lucas Junior	PTB	BA
108 Jorge Boeira	PT	SC
109 Jorge Pinheiro	PL	DF
110 José Divino	PMR	RJ
111 José Eduardo Cardozo	PT	SP
112 Josias Quintal	PSB	RJ
113 Josué Bengtson	PTB	PA
114 Jovair Arantes	PTB	GO
115 Jovino Cândido	PV	SP
116 Júlio Delgado	<i>PSB</i>	<i>MG</i>
117 Júnior Betão	PL	AC
118 Lael Varella	PFL	MG
119 Leodegar Tiscoski	PP	SC
120 Leonardo Vilela	PSDB	GO
121 Lino Rossi		
122 Luciana Genro	PSOL	RS
123 Luciano Castro	PL	RR
124 Luis Carlos Heinze	PP	RS
125 Luiz Bassuma	PT	BA
126 Luiz Bittencourt	PMDB	GO
127 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR
128 <i>Manato</i>	<i>PDT</i>	<i>ES</i>
129 Marcelino Fraga	PMDB	ES
130 Marcelo Guimarães Filho	PFL	BA
131 Marcelo Ortiz	PV	SP
132 Marcos Abramo	PP	SP
133 Marcus Vicente	PTB	ES
134 Maria Helena	PSB	RR
135 Mário Heringer	PDT	MG
136 Maurício Quintella Lessa	PDT	AL
137 Mauro Lopes	PMDB	MG
138 Medeiros	PL	SP
139 Miguel de Souza	PL	RO
140 Milton Cardias		
141 Moacir Micheletto	PMDB	PR
142 Moraes Souza	PMDB	PI
143 Murilo Zauith	PFL	MS
144 Nelson Marquezelli	PTB	SP
145 Nelson Meurer	PP	PR
146 Nelson Pellegrino	PT	BA
147 Nelson Proença	PPS	RS
148 Nelson Trad	PMDB	MS

149 Neucimar Fraga	PL	ES
150 Neuton Lima	PTB	SP
151 Nilson Mourão	PT	AC
152 Nilson Pinto	PSDB	PA
153 Nilton Baiano	PP	ES
154 Nilton Capixaba	PTB	RO
155 Oliveira Filho	PL	PR
156 Osmânio Pereira	PTB	MG
157 Osvaldo Biolchi	PMDB	RS
158 Osvaldo Reis	PMDB	TO
159 Paes Landim	PTB	PI
160 Pastor Amarildo	PSC	TO
161 Pastor Reinaldo	PTB	RS
162 Paulo Gouvêa	PL	RS
163 Paulo Lima	PMDB	SP
164 Paulo Pimenta	PT	RS
165 Pedro Chaves	PMDB	GO
166 Pedro Corrêa		
167 Philemon Rodrigues	PTB	PB
168 Pompeo de Mattos	PDT	RS
169 Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
170 Reinaldo Betão	PL	RJ
171 Reinaldo Gripp	PL	RJ
172 Renato Casagrande	PSB	ES
173 Ricardo Rique		
174 Robério Nunes	PFL	BA
175 Roberto Brant	PFL	MG
176 Romeu Queiroz	PTB	MG
177 Rubens Otoni	PT	GO
178 Salatiel Carvalho	PFL	PE
179 Salvador Zimbaldi	PSB	SP
180 Sandes Júnior	PP	GO
181 Sebastião Madeira	PSDB	MA
182 Severiano Alves	PDT	BA
183 Simão Sessim	PP	RJ
184 Thelma de Oliveira	PSDB	MT
185 Vadão Gomes	PP	SP
186 Vadinho Baião	PT	MG
187 Vanderlei Assis	PP	SP
188 Vicente Chelotti	PMDB	DF
189 Vicentinho	PT	SP
190 Vignatti	PT	SC
191 Vilmar Rocha	PFL	GO
192 Vitorassi	PT	PR

193 Wellington Roberto	PL	PB
194 Wladimir Costa	PMDB	PA
195 Xico Graziano	PSDB	SP
196 Zenaldo Coutinho	PSDB	PA
197 Zequinha Marinho	PSC	PA
198 Zico Bronzeado	PT	AC
199 Zonta	PP	SC

Assinaturas que Não Conferem


Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Adão Pretto	PT	RS
2	Afonso Hamm		
3	Carlos Dunga	PTB	PB
4	Dr. Heleno	PSC	RJ
5	Edison Andrino		
6	Jair de Oliveira	PMDB	ES
7	Luci Choinacki	PT	SC
8	Paulo Rubem Santiago	PT	PE
9	Tatico	PTB	DF

Assinaturas Repetidas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
1	Carlos Batata	PFL	PE	1
2	Pastor Reinaldo	PTB	RS	1

Em 06/04/2006.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

GABINETE DO DEPUTADO AIRTON NOVEDA

Ofício nº 1/2003

Brasília, 15 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência, comunicar a minha desfiliação do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, e informar meu ingresso no PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme documentação anexa.

No ensejo apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Airton Roveda**.

Ficha de Filiação Partidária					
Partido do Movimento Democrático Brasileiro					
Nº de Inscrição	Nome do Filiado		Data de Nascimento		Via
	Airton Bernardo Roveda		14/02/1948		
Zona Eleitoral	Distrito	Nº Titulo	Unidade	Sexo	
33a	013	011775180612	União da Vitória	FE	masculino
Filiado			Mãe		
Amelio Roveda			Elia Lanzaolini Roveda		
Profissão	Residência		CPF		
Comerciante	Rua Doutor Cruz Machado, 373		046nn-nnn		
Nacionalidade	Estado Civil	Educacional	Idade	Data de Inscrição	
Brasileira / PR	separado	superior	42	13/09/2003	
Assinatura que consta de acordo com o Protocolo de Filiação do partido.					
Assinatura do Filiado			Assinatura da Assessoria		

1º SERVIÇO NOTARIAL
PACHECO
R. Adm. Bressanburg, 22-101-021 22-228
propostas para a notificação das
ações contestadas neste Serviço

TABELA DE
3ª FOLHA
APR-2003
117 OUT 2003
PR

1º SERVIÇO NOTARIAL

União da Vitória, 15 de setembro de 2003

Ilmo. Sr.

Domingos Forte Filho

Presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB

Airton Bernardo Roveda, filho de Amelio Roveda e Elia Lanzaolini Roveda, nascido em 14-2-1948, brasileiro, comerciante, residente e domiciliado à Rua Doutor Cruz Machado, nº 373, inscrito regularmente no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, sob nº 011775180612, zona nº 33 e seção 013, desde 18 de setembro de 1986, vem pela presente solicitar sua desfiliação deste Partido em caráter irrevogável.

Atenciosamente, – **Airton Bernardo Roveda**.

Defiro. Publique-se.

Ao Sr. Diretor-Geral.

Em 21-10-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 347/2003

Brasília, 15 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho solicitar a Vossa Excelência que seja autorizada a instalação da Frente Parlamentar da Cultura, de característica suprapartidária e de âmbito nacional, com o objetivo de propor leis relacionadas à Cultura, além do acompanhamento e apoio à legislação já existente.

2. Em anexo, encaminho o Manifesto da Frente e o Termo de Adesão subscrito por 125 parlamentares.

Atenciosamente, – Deputado **Darci Coelho**.

FRENTE PARLAMENTAR DA CULTURA

Nós, abaixo assinados, DEPUTADOS FEDERAIS da legislatura 2003-2007, filiados aos partidos que compõem a Câmara dos Deputados, sem qualquer distinção, vimos, por meio do presente documento, criar a Frente Parlamentar da Cultura.

Esta Frente Parlamentar tem como objetivo pre-cípua discutir a reforma da legislação cultural em vigor para dar suporte institucional a um novo desenvolvimento cultural e ao seu sistema público de apoio, garantindo o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes genuínas da cultura nacional a todos os brasileiros, indistintamente, como condição indispensável ao alcance da plena cidadania.

Assim, em face do importante papel da Cultura como eixo construtor de cada comunidade, como espaço de realização da cidadania e superação da exclusão social, julgamos de primordial importância formarmos a presente Frente Parlamentar.

Isto posto, propomo-nos a envidar todos os esforços possíveis ao nosso alcance, no âmbito legislativo, junto aos Poderes Executivos nas três esferas de Governo e em colaboração com entidades da sociedade civil, para incluir a cultura, como setor dinâmico da economia, como atividade geradora de emprego e renda, levando em conta tanto a unidade quanto a diversidade cultural brasileira, em suas diversas regiões geográficas e camadas sociais.

Brasília, 15 de outubro de 2003. – Deputado **Darci Coelho**.

FRENTE PARLAMENTAR DA CULTURA

Deputado	Partido	Estado	Gabinete
1. DARCI COELHO	PFL	TO	309
2. AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	833
3. ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	321
4. ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902
5. ALEX CANZIANI	PFB	PR	842
6. ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	331
7. ALMERINDA DE CARVALHO	PSB	RJ	216
8. AMAURI ROBLEDO GASQUES	PRONA	SP	354
9. ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ	858
10. ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	737
11. ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	575
12. ARNON BEZERRA	PSDB	CE	413
13. ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	410
14. ATILA LINS	PPS	AM	730
15. AUGUSTO NARDES	PP	RS	936
16. DR. BENEDITO DIAS	PP	AP	926
17. BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235
18. CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	830
19. CASARA	PSDB	RO	342
20. CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	528
21. CEZAR SCHIRNER	PMDB	RS	228
22. CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	201
23. COLBERT MARTINS	PPS	BA	319
24. CORIOLANO SALES	PFL	BA	832
25. CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	460
26. COSTA FERREIRA	PFL	MA	852
27. DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	317
28. DILCEU JOÃO SPERAFICO	PP	PR	746
29. EDISON ANDRINO	PMDB	SC	703
30. EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540
31. EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	846
32. EDUARDO GOMES	PSDB	TO	950
33. ENÉAS	PRONA	SP	306
34. FÁBIO SOUTO	PFL	BA	927
35. FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	213
36. FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	912
37. FRANCISCO APPIO	PP	RS	424
38. FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	512

39. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302
40. FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	304
41. GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	554
42. GERALDO RESENDE	PPS	MS	905
43. GERSON GABRIELLE	PFL	PA	439
44. GILBERTO KASSAB	PFL	SP	828
45. GILBERTO NASCIMENTO	PSB	SP	910
46. GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	430
47. DR. HELENO	PSDB	RJ	628
48. HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	234
49. INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	582
50. IRIS SIMÕES	PTB	PR	948
51. IVAN RANZOLIN	PP	SC	601
52. JACKSON BARRETO	PTB	SE	733
53. JAIME MARTINS	PL	MG	333
54. JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	223
55. JOÃO BATISTA	PFL	SP	962
56. JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	315
57. JOÃO CORREIA	PMDB	AC	358
58. JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	913
59. JOÃO LEÃO	PL	BA	320
60. JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	812
61. JOSUÉ BENEGETSON	PTB	PA	305
62. JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238
63. JÚLIO DELGADO	PPS	MG	323
64. LEANDRO VILELA	PMDB	GO	574
65. LEONARDO VILELA	PP	GO	936
66. LEONIDAS CRISTINO	PPS	CE	938
67. LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	844
68. LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	220
69. JUIZA DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	330
70. MANINHA	PT	DF	952
71. MARCELO ORTIZ	PV	SP	931
72. MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG	339
73. MARCOS ABRAMO	PFL	SP	311
74. MARCOS DE JESUS	PL	PE	745
75. MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP	371
76. MAURÍCIO RABELO	PL	TO	958
77. MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	210
78. MAURO LOPES	PMDB	MG	841
79. MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	713
80. MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	478
81. NELSON BORNIER	PSB	RJ	576
82. NEUSON MEURER	PP	PR	916

83. NELSON TRAD	PMDB	MS	452
84. NILTON CAPIXAPA	PTB	RO	318
85. OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	602
86. OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845
87. OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	925
88. OSVALDO REIS	PMDB	TO	935
89. PAES LANDIM	PFL	PI	648
90. PASTOR REINALDO	PTB	RS	438
91. PATRUS ANANIAS	PT	MG	578
92. PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	515
93. PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	346
94. PAULO MARINHO	PFL	MA	921
95. PEDRO CHAVES	PMDB	GO	406
96. PEDRO NOVAES	PMDB	MA	813
97. PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226
98. DR. PINOTTI	PMDB	SP	525
99. POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	310
100. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	206
101. REGINALDO GERMANO	PFL	BA	310
102. RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	662
103. RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE	356
104. DR. RIBARMAR ALVES	PSB	MA	729
105. ROBERTO BALESTRA	PP	GO	219
106. ROBERTO PESSOA	PL	CE	607
107. ROGERIO TEÓFILO	PFL	AL	416
108. ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250
109. RONALDO DIMAS	PSDB	TO	943
110. ROSE DE FREITAS	PSDB	ES	937
111. SANDRA ROSADO	PMDB	RN	650
112. SARNEY FILHO	PV	MA	202
113. SERAFIM VENZON	PSDB	SC	245
114. SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405
115. SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	932
116. SIMÃO SESSIM	PP	RJ	709
117. SANDES JÚNIOR	PP	GO	702
118. VIEIRA REIS	PMDB	RJ	352
119. VIGNATTI	PT	SC	473
120. VILMAR ROCHA	PFL	GO	644
121. VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	754
122. YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	756
123. WALTER FELDMAN	PSDB	SP	587
124. WELLINGTON ROBERTO	PL	PB	514
125. ZELINDA NOVAES	PFL	BA	312

Publique-se.

Em 20-10-03. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Diário Oficial



ADMINISTRAÇÃO DA EXCELENTÍSSIMA SRA. GOVERNADORA, PROFª WILMA MARIA DE FARIA

ANO 71 • NATAL, 20 DE NOVEMBRO DE 2003 • QUINTA-FEIRA • NÚMERO: 10.921

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais,

RESOLVE nomear CARLOS ALBERTO DE SOUSA ROSADO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos.

Palácio de Desportos de Lagoa Nova, em Natal, 19 de novembro de 2003, 11ª da República.

WILMA MARIA DE FARIA
Leonardo Arruda Câmara

Termo de posse e compromisso do Senhor Carlos Alberto de Sousa Rosado, no cargo em comissão de Secretário de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos.

Ao Vigésimo dia do mês de novembro de dois mil e três, às onze horas, no gabinete da governadora, na governadoria, Centro Administrativo do Rio de Natal, Lagoa Nova, Natal/RN, compareceu o Senhor Carlos Alberto de Sousa Rosado, que perante a Excelentíssima Senhora Wilma Maria de Faria, governadora constitucional do Estado do Rio Grande do Norte, prestou compromisso legal, no cargo de Secretário de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos, o qual foi nomeado por Decreto de 19 de novembro de dois mil e três, publicado no Diário Oficial de 20 de novembro de dois mil e três, jurando sob sua honra cumprir bem e fielmente os deveres inerentes ao cargo.

Do que, para constar, eu, Maria Vilma Salustiana de Faria, chefe de Secretaria de Governo do Estado, lavrei o presente termo, que vai assinado pela Excelentíssima governadora e o compromissado.

Carlos Alberto de Sousa Rosado
Assinatura

Considere-se afastado a partir desta data. Publique-se, nos termos do art. 56, inciso I, da CF c/c arts. 235, inciso IV, do RICD. Após convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 20-11-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

Ofício FPEU Nº 1/03

Brasília, 14 de novembro de 2003

Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Temos a satisfação de informar-lhe que, no último dia 30 de outubro, instalamos formalmente a Frente Parlamentar da Ecologia Urbana e a Questão dos Resíduos (lixo), com o objetivo, entre outros, de discutir e apresentar propostas sobre questões vitais para as populações urbanas nas áreas de processamento e coleta de lixo, energia, saneamento, habitação, etc.

Informamos, ainda, que na reunião de instalação da Frente foi decidido pelo apoio à constituição de Comissão Especial para analisar os projetos relativos à questão do lixo urbano, cujo pedido nesse sentido já foi deferido por Vossa Excelência, restando, agora, sua instalação, com a indicação dos parlamentares pelas respectivas lideranças partidárias.

Sendo só para o momento, agradeço sua atenção, colocando-me ao seu dispor.

Respeitosamente, – Dr. Pinotti, Deputado Federal / PFL – SP.

Publique-se.

Em 20-11-03. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Ofício nº 60/2003

Brasília, 20 de novembro de 2003

Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 56, § inciso I, da Constituição Federal, c/c artigo 235, inciso IV do RICD, comunico a Vossa Excelência o meu afastamento do mandato de Deputado Federal, a partir de, 20 de novembro de 2003, a fim de exercer o Cargo de Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte – SAPE/RN, conforme Termo de Posse em anexo.

Informo ainda, que optei pela remuneração de mandato de Deputado Federal, de acordo com o artigo 56, inciso § 3º, da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado Iberê Ferreira,
PTB-RN.

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

Ofício-Pres. n.º 505 /03

Brasília, 10 de julho de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorizar a apensação do Projeto de Lei 61/2003, ao Projeto de Lei de nº 160/1999, ambos em anexo.

A proposição em tela deverá ser apensada por tratar da mesma matéria, conforme dispõem os artigos 142 e 143, II, **b**, do Regimento Interno.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço. – Deputado **Léo Alcântara**, Presidente.

Defiro. Apense-se o PL. nº 61/03 ao PL. nº 160/99, nos termos do artigo 142, parágrafo único c/c artigo 143, inciso II, alínea **b**, todos do RICD. Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.

Em 16-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. GAB 160/2003

Brasília, 9 de julho de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência, a criação do Grupo da Frente Parlamentar da Pró-Redução da Carga Tributária, com o número de assinaturas dos Deputados relacionados em anexo.

Na certeza de que Vossa Excelência, dará atenção necessária ao assunto, renovo protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente – **Fernando Giacobbo**, Deputado Federal PL/PR. – Tático – Zequinha Marinho – Atila Lins – Luiz Bittencourt – Colbert Martins – Bonifácio de Andrada – Marcus Vicente – Astrubal Mendes Bentes – Alceste Almeida Ann Pontes – Welinton Fagundes – Inaldo Leitão – Denise Frossard Loschi – Carlos Alberto Lereia – Herculano Anghinetti – Darcisio Perondi – Nelson Marquezelli – Simão Sessin – Celso Russomano

no – Sandes Júnior – Érico Ribeiro – João Batista – André Luiz – Alceu Collares – Silas Brasileiro – Ronaldo Vasconcelos – Vittorio Mediolí – Augusto Nardes – Homero Silva Barreto – Alex Canziani – Athos Avelino Pereira – Francisco Sergio Turra – Pompeu de Mattos – Coriolando Sales – Osvaldo Reis – Feu Rosa – Maurício Rands – André Zacharow – Dr. Ribamar Alves – Paulo Marinho – Geraldo Resende – Edison Andrino – Pedro Corrêa – Givaldo de Sá Gouveia Carimbão – Marcos de Jesus – Enivaldo Ribeiro – José Borba – Renato Casagrande – Gilberto Nascimento – Paulo Rattes – Roberto Balestra – Jaime Martins – Júlio Delgado – Assis Miguel de Couto – Eduardo Barbosa – Luiz Piauhyllino – Hermes Parcianello – Almerinda de Carvalho – Romeu Queiroz – Gonzaga Patriota – Reginaldo Germano – Paulo Rocha.

Publique-se.

Em, 16-7-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 127/2003

Brasília, 11 de junho de 2003.

Sr. Presidente;

Temos o Prazer de encaminhar apensado o presente Estatuto que constitui a Frente Parlamentar da Educação.

Na oportunidade, registramos por importante que, as Atas de Fundação e da Aprovação dos Estatutos, Eleição dos Conselhos Diretor e Fiscal da Frente Parlamentar da Educação, serão posteriormente enviadas a esta Direção.

Cordialmente, – **Paulo Lima**, Deputado Federal, PMDB/SP

**ESTATUTO
FRENTE PARLAMENTAR DA EDUCAÇÃO****CAPÍTULO I
Da Denominação, Natureza, Sede, Duração e Finalidade**

Art. 1º A Frente Parlamentar da Educação é uma entidade civil sem fins lucrativos de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e de duração indeterminada, com sede e foro no Distrito Federal, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 507.

Art. 2º A Frente Parlamentar da Educação, tem por objetivo principal trabalhar, solidária e coordenadamente para transformar em realidade viva e concreta do povo brasileiro, os princípios doutrinários e constitucionais para melhorar a cobertura e a qualidade

de da Educação tendo em vista ser este um caminho vital para desenvolver com equilíbrio o país, combater as desigualdades, a pobreza e desconcentrar a renda.

Art. 3º A Frente Parlamentar da Educação atuará na defesa dos seguintes princípios:

I – Gerar uma maior conscientização da importância da educação na população objetivando aumentar a consciência dos direitos e deveres da cidadania;

II – Promover a educação de forma a fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

III – Tornar o potencial humano do país mobilizável para o crescimento econômico;

IV – Disseminar a importância da educação como forma de criar nos indivíduos um senso maior de disciplina, eficiência, ordem e precisão;

V – Elevar o quadro de saúde pública e de higiene por intermédio da educação;

VI – Utilizar a educação como forma de uso inteligente das horas de lazer; e

VII – Aumentar a base educacional indispensável ao incremento das ciências, das letras e das artes.

Art. 4º – A Frente Parlamentar da Educação é aberta à participação de Parlamentares de todos os Partidos Políticos e de todo cidadão ou entidade que aceite os seus princípios e deseje transformar em realidade os seus objetivos, que são:

I – Consolidar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como forma de garantir a Educação como instrumento de integração dos processos formativos que se desenvolvem nas escolas e universidades, na convivência humana, nas instituições de pesquisas, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil;

II – Garantir elevação no Orçamento Geral da União para o Ministério da Educação objetivando a manutenção e desenvolvimento de novos programas;

III – Discutir formas de estimular, reciclar e valorizar o corpo docente do sistema educacional brasileiro;

IV – Auxiliar a implementação de uma política educacional que pretenda extinguir o analfabetismo, utilizando as universidades como multiplicadores do processo visando atender as regiões municipais limítrofes dos respectivos campus;

V – Fortalecer e ampliar o sistema de creches visando melhorar a segurança, desenvolvimento cognitivo e conforto para as crianças viabilizando a ne-

cessária tranquilidade para as mães no mercado de trabalho;

VI – Disseminar a importância do ensino fundamental de qualidade;

VII – Promover debates sobre a elevação da carga horária e conseqüentemente dos períodos letivos focando a promoção do ensino profissionalizante nas escolas de ensino médio;

VIII – Discutir a importância da autonomia plena das Universidades, focados os campos acadêmico, administrativo, econômico-financeiro e trabalhista dentro da interpretação constitucional do espírito da lei;

IX – Promover dentro dos Cursos de Extensão programas voltados para Planos de Desenvolvimento Regional, especialmente através de Centros de Pesquisa de Assistência Social, Educação, Saúde e Reforma Agrária;

X – Aperfeiçoar e complementar a legislação da Educação, buscando, apoiando e agilizando projetos inovadores e criativos ao tempo em que fortalece os princípios constitucionais emanados da Carta Magna;

XI – Promover a utilização dos Hospitais Universitários de Ensino dentro do Programa Brasil Alfabetizado, utilizando seus alunos como agentes de trabalho comunitário viabilizando a extensão do projeto para os funcionários de baixa escolaridade;

XII – Reduzir as desigualdades sociais e regionais minimizando a pobreza e a marginalização por intermédio da universalização do atendimento escolar e da melhoria da qualidade do ensino; e

XIII – Estimular a formação de movimentos semelhantes à Frente Parlamentar de Educação nos legislativos dos Estados, DF, e Municípios, de maneira a defender os princípios da Educação e garantir o resgate das responsabilidades dessas esferas de governo.

Art. 5º A Frente Parlamentar da Educação atuará de forma articulada com as Comissões do Congresso Nacional; em especial com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Educação do Senado.

Art. 6º A Frente Parlamentar da Educação formulará a constituição de movimentos congêneres nos Legislativos Estaduais e Municipais.

Art. 7º A Frente Parlamentar da Educação tem as seguintes categorias de filiados:

I – Parlamentares e Ex-Parlamentares:

a) Fundador – O que assinou a Ata de lançamento no dia 3 de julho de 2003.

b) Efetivo – O que assinou o termo de adesão à Frente Parlamentar da Educação, aceitando seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.

II – Não Parlamentares:

a) Fundador – O que assinou a Ata de lançamento no dia 3 de julho de 2003.

b) Efetivo – O que assinou o termo de adesão à Frente Parlamentar da Educação, aceitando seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.

III – Entidades da área de Educação:

As empresas, organismos, fundações e quaisquer instituições públicas e privadas do setor de educação de forma direta e indireta que estejam envolvidas com a questão de educação e que se disponham a colaborar com a Frente Parlamentar da Educação.

Art. 9º São direitos dos filiados Parlamentares e Ex-Parlamentares:

I – Participar das atividades da Frente Parlamentar da Educação.

II – Participar das Assembléias Gerais.

III – Votar e ser votado.

IV – Requerer ao Presidente da Frente Parlamentar da Educação a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, em documento assinado por, pelo menos, 1/3 dos filiados; e

V – Ter acesso a todos os livros e registros da Frente Parlamentar da Educação.

Art. 10. São direitos dos filiados não Parlamentares:

I – Participar das atividades da Frente Parlamentar da Educação.

II – Participar das Assembléias Gerais sem direito a voto.

III – Ter acesso a todos os livros e registros da Frente Parlamentar da Educação.

Art. 11. São deveres dos filiados:

I – Divulgar a Frente Parlamentar da Educação seus princípios e objetivos.

II – Participar das reuniões e Assembléias Gerais e dos órgãos da Frente Parlamentar da Educação.

Art. 12. Por aprovação do Conselho Consultivo, poderão ser instituídas contribuições destinadas à realização dos objetivos da Frente Parlamentar da Educação.

Art. 13. A Frente Parlamentar da Educação tem a seguinte composição:

I – Assembléia Geral

II – Conselho Diretor

III – Conselho Consultivo

IV – Conselho Fiscal

V – Frentes Estaduais e

VI – Frentes Municipais

Art. 14. A Assembléia Geral, órgão de deliberação soberana e de mais alto grau da Frente Parlamentar da Educação é constituída pelos filiados Parlamentares e Ex-Parlamentares, em pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente a cada mês ou extraordinariamente por convocação do Presidente do Conselho Diretor ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos filiados Parlamentares.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 15. Compete à Assembléia Geral:

I – Eleger ou destituir os integrantes do Conselho Diretor, e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, cujos mandatos serão de 2 (dois) anos;

II – Aprovar balanços e relatórios do Conselho Diretor;

III – Alterar, no todo ou em parte, este Estatuto;

IV – Deliberar sobre assuntos para os quais foi convocada.

Art. 16. A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho Diretor, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, através de expediente aos filiados.

Parágrafo único. Em casos de urgência, o prazo de que trata este artigo poderá ser reduzido para 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 17. A Assembléia Geral será instalada com qualquer número, e suas decisões tomadas por maioria simples, observada a presença mínima de 15 (quinze) filiados, em primeira convocação, 30 minutos após, com qualquer número e cabendo ao Presidente do Conselho Diretor a decisão em caso de empate nas votações.

Art. 18. Conselho Diretor é composto de:

I – Presidente

II – Três Vice-Presidentes

III – Secretário Geral;

IV – Secretário Adjunto

V – Tesoureiro;

VI – Tesoureiro Adjunto;

VII – Consultor Jurídico.

Art. 19. Compete ao Presidente Conselho Diretor:

I – Representar ativa e passivamente a Frente Parlamentar da Educação, em juízo ou fora dele;

II – Superintender, supervisionar e fiscalizar as atividades da Frente Parlamentar da Educação;

III – Convocar a presidir as reuniões do Conselho Diretor e as Assembléias Gerais;

IV – Apresentar relatórios trimestrais ao Conselho Fiscal;

V – Efetuar contatos com entidades públicas e privadas, com vistas ao atendimento dos objetivos específicos da Frente Parlamentar da Educação;

VI – Organizar a estrutura administrativa, com poderes para contratar, definir atribuições, nomear e demitir auxiliares ou empregados, autorizar pagamentos e assinar, ou endossar, com o Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto ou procurador com poderes especiais, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que representem obrigações financeiras da Frente Parlamentar da Educação ou que se relacionem com o seu patrimônio.

Art. 20. Compete aos Vice-Presidentes, por designação do Presidente, substituí-lo nas suas ausências ou impedimento.

Art. 21. Compete ao Secretário Geral:

I – Dirigir os serviços gerais da Secretaria, assinando os expedientes de rotina interna e externa, mantendo-os em dia;

II – Superintender a distribuição dos assessores e empregados, determinando sua lotação, registro e ponto;

III – Colaborar com o Presidente no preparo dos relatórios trimestrais, recebendo e coordenando os relatórios de outros membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

IV – Lavrar as Atas das sessões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral.

Art. 22. Compete ao Secretário Adjunto auxiliar o Secretário Geral no cumprimento de suas atribuições, substituindo-o em seus impedimentos ou ausências.

Art. 23. Compete ao Tesoureiro:

I – Superintender os serviços de Tesouraria e Contabilidade;

II – Assinar ou endossar, com o Presidente, ou procurador com poderes especiais, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que envolvam responsabilidade financeira da Frente ou que se relacionem com o seu patrimônio;

III – Pagar as despesas autorizadas;

IV – Apresentar, mensalmente, ao Presidente, balancete geral de receita e despesa, e, trimestralmente, relatório das atividades da Tesouraria e a prestação de contas.

Art. 24. Compete ao Tesoureiro Adjunto auxiliar o Tesoureiro no cumprimento de suas atribuições, substituindo-o em seus impedimentos ou ausências, inclusive, se for o caso, assinado ou endossado com o Presidente, ou um dos Vice-Presidentes especialmente designados para tal, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos que envolvam responsabilidade financeira da Frente ou que se relacionem com o seu patrimônio.

Art. 25. Compete ao Consultor Jurídico:

I – Emitir pareceres e discutir questões de natureza jurídica de interesse da Frente;

II – Assessorar a Frente na elaboração e no acompanhamento de matérias legislativas pertinentes.

Art. 26. Ao Conselho Consultivo, formado de coordenadores de bancada, compete articular e mobilizar seus companheiros de partido em adesão à Frente Parlamentar da Educação e apoio à seus movimentos, bem como pronunciar-se a cerca de qualquer questão quando solicitado pelo Presidente.

Art. 27. Ao Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, compete:

I – Examinar, trimestralmente, a prestação de contas do Conselho Diretor;

II – Emitir parecer sobre a legalidade e a exatidão das despesas realizadas pelo Conselho Diretor, divulgando-o aos Parlamentares até 5 (cinco) dias úteis antes da Assembléia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim;

III – Requisitar informações, livros e documentos ao Presidente do Conselho Diretor.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si, um Presidente.

Art. 28. Às Frentes Estaduais e Municipais, organizadas nas respectivas bases, compete a divulgação e apoio aos princípios e objetivos da Frente Parlamentar da Educação.

CAPÍTULO IV

Do Patrimônio e do Exercício Social

Art. 29. O Patrimônio da Frente Parlamentar da Educação será constituído pelos bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir.

Art. 30. Constituem renda da Frente Parlamentar da Educação:

I – Legados e doações;

II – Contribuições dos filiados;

III – Auxílios e subvenções do Poder Públicos e outros valores que venha a receber.

Art. 31. Ao final de cada exercício social, que incidirá com o ano civil, será levantado o Balanço Geral para exame e aprovação, pela Assembléia Geral, nos 120 (cento e vinte) dias subseqüentes.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 32. Este Estatuto poderá ser alterado ou reformado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, desde que conte com os votos favoráveis de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos filiados presentes com direito a voto.

Art. 33. A Frente Parlamentar da Educação somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada, e que conte com os votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros com direito a voto.

Parágrafo único. Em caso de dissolução, o patrimônio da Frente será destinado a instituição indicada pela Assembléia Geral, que esteja registrada no Conselho Nacional de Educação.

Art. 34. Os dirigentes da Frente Parlamentar da Educação não são remunerados considerada função relevante.

Art. 35. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, **ad referendum** da Assembléia Geral.

Art. 36. Este Estatuto entra em vigor nesta data e será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União (DOU), no prazo de 60 (sessenta) dias.

Publique-se.

Em, 16-7-2003. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 925 /2003
(Da comissão de Educação, cultura e Desporto)

**Requer a apensação do PL 484/03
ao PL 370/03**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorizar a apensação do Projeto de Lei nº 484/2003 – do Sr. Carlos Nader – que “aporta novos recursos ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES” ao Projeto de Lei nº 370/2003 – do Sr. Osvaldo Biolchi – que “altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências”.

As proposições em tela deverão tramitar conjuntamente por tratar-se de matérias afins, conforme dispõem os artigos 142 e 143, II, **b**, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2003. – Deputada **Professora Raquel Teixeira**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência.

Defiro. Apense-se ao PL 370/03 o PL 484/03. **Oficie-se** e, após, **publique-se.**

Em, 16-7-03, **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 942 de 2003
(Da Sra. Ângela Guadagnin)

Solicita tramitação conjunta dos PL 311/2003 de autoria do deputado Carlos Nader e 638/2003 de autoria da deputada Sandra Rosado ao PL 290/2003 de autoria da deputada Maria do Rosário.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art 142 do RI, a tramitação conjunta dos PL 311/2003 de autoria do deputado Carlos Nader que “Altera a alínea f, do inciso II do art 12 da Lei 9.656, de 3 de julho de 1998, e dá outras providências” e PL 638/2003 de autoria da deputada Sandra Rosado que “Garante a permanência de acompanhante de pessoas idosas nos casos de internação em estabelecimentos de saúde, nas condições que especifica”, ao PL 290/2003 de autoria da deputada Maria do Rosário que “Dispõe sobre a presença de acompanhante no processo de parto nos hospitais, clínicas, maternidades da rede pública e estabelecimentos conveniados ao SUS – Sistema Único de Saúde, e dá outras providências”, por tratarem-se de matéria correlata.

Justificação

O requerimento que encaminhamos a Vossa Excelência surgiu de sugestão da Consultoria Legislativa da Casa que ao avaliar os projetos observaram a semelhança dos temas propostos e do dispositivo legal a ser modificado. Após analisar tal pleito encaminho a Vossa Excelência para que aprecie e reveja a distribuição.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2003. – Deputada **Ângela Guadagnin**. (Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família.)

Defiro. Apensem-se ao PL 290/03 os PL nº 311/03 e 638/03. **Oficie-se** e, após, **publique-se.**

Em 16-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

sensu, seja excluída da incumbência de se pronunciar em audiência, já que esse pronunciamento não foi requerido por nenhuma das Comissões às quais foi distribuído o Projeto de Lei em questão.

Sala da Comissão, 25 de maio de 2006. – Deputado **Carlos Alberto Leréia**, Presidente da Comissão de Minas e Energia.

Defiro, nos termos do art. 141 do RICD, a solicitação de redistribuição de proposição, e revejo o despacho inicial apostado ao PL nº 28/99, para incluir a CME, que deverá pronunciar-se antes da CCJC, haja vista a existência de parecer da CDC. Por oportuno, mantenha-se a CDC na eventualidade do disposto no art. 191. III. Do RICD. (Novo Despacho: CME, CDC e CCJC (art. 54, RICD). Apreciação Conclusiva das Comissões (art. 24, 11, RICD). Oficie-se à Comissão e, após, **publique-se**.

Em 7-6-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.082, DE 2006

(Do Sr. Betinho Rosado)

Requer registro da Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira – FPFb, conforme ato da Mesa nº 69/05.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 15, incisos I e VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, requeiro registro da Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira – FPFb, tendo como responsável legal, eu, Deputado Betinho Rosado.

A Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira foi lançada dia 15 de fevereiro de 2006 e componentes.

Encaminhamos, em anexo, ata da fundação, estatuto e relação dos componentes.

Sala de sessões, 6 de junho de 2006. – Deputado **Betinho Rosado**, (PFL-RN).

SGM - SECAP (7503)

7/6/2006 18:18:08

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição:

Req.nº4082/06

Autor da Proposição:

BETINHO ROSADO E OUTROS

Data de Apresentação: 6/6/2006

Ementa:

Cria a Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira-FPFb.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	191
Não Conferem	010
Fora do Exercício	004
Repetidas	012
Ilegíveis	000

Assinaturas Confirmadas

1	BETINHO ROSADO	PFL	RN
2	MAX ROSENMAN	PMDB	PR
3	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
4	JÚNIOR BETÃO	PL	AC
5	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
6	ENIO BACCI	PDT	RS
7	SANDRO MABEL	PL	GO
8	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
9	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
10	HAMILTON CASARA	PSDB	RO
11	HUMBERTO MICHILES	PL	AM
12	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
13	EDIR OLIVEIRA	PTB	RS
14	LUIZ BASSUMA	PT	BA
15	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
16	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
17	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB
18	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG
19	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
20	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
21	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG
22	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
23	AMAUARI GASQUES	PL	SP
24	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
25	JOÃO MENDES DE JESUS	PSB	RJ
26	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
27	EDINHO BEZ	PMDB	SC
28	CORIOLOANO SALES	PFL	BA

29	NELSON TRAD	PMDB	MS
30	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
31	PAES LANDIM	PTB	PI
32	JORGE GOMES	PSB	PE
33	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
34	MENDONÇA PRADO	PFL	SE
35	CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG
36	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
37	CARLOS SANTANA	PT	RJ
38	BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
39	IVAN VALENTE	PSOL	SP
40	SANDRO MATOS	PTB	RJ
41	CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE
42	CARLOS NADER	PL	RJ
43	BARBOSA NETO	PSB	GO
44	VICENTINHO	PT	SP
45	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	BA
46	JÚLIO CESAR	PFL	PI
47	JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC
48	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
49	EDMAR MOREIRA	PFL	MG
50	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
51	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
52	WAGNER LAGO	PDT	MA
53	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
54	ABELARDO LUPION	PFL	PR
55	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
56	ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB
57	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
58	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
59	CARLOS MOTA	PSB	MG
60	LUCIANO LEITOA	PSB	MA
61	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
62	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
63	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
64	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
65	ZÉ LIMA	PP	PA
66	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
67	ELISEU PADILHA	PMDB	RS
68	JORGE BOEIRA	PT	SC
69	LEONARDO MATTOS	PV	MG
70	JAIME MARTINS	PL	MG
71	JORGE PINHEIRO	PL	DF
72	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
73	NELSON PROENÇA	PPS	RS
74	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
75	JOÃO TOTA	PP	AC
76	MARCELO ORTIZ	PV	SP

77	ARNON BEZERRA	PTB	CE
78	SALVADOR ZIMBALDI	PSB	SP
79	CARLOS SOUZA	PP	AM
80	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
81	LUCI CHOINACKI	PT	SC
82	ALCESTE ALMEIDA	PTB	RR
83	MURILO ZAUITH	PFL	MS
84	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
85	PAULO BAUER	PSDB	SC
86	FERNANDO ESTIMA	PPS	SP
87	JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ
88	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
89	ALEX CANZIANI	PTB	PR
90	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
91	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
92	JOÃO BATISTA	PP	SP
93	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
94	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
95	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
96	MARCONDES GADELHA	PSB	PB
97	JOÃO LEÃO	PP	BA
98	SÉRGIO MIRANDA	PDT	MG
99	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
100	NATAN DONADON	PMDB	RO
101	ROMEL ANIZIO	PP	MG
102	SANDES JÚNIOR	PP	GO
103	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
104	JOÃO CALDAS	PL	AL
105	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
106	OSVALDO REIS	PMDB	TO
107	BABÁ	PSOL	PA
108	HÉLIO ESTEVES	PT	AP
109	CARLOS BATATA	PFL	PE
110	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
111	JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP
112	JOÃO MAGNO	PT	MG
113	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
114	IBERÉ FERREIRA	PSB	RN
115	ANSELMO	PT	RO
116	FRANCISCO APPIO	PP	RS
117	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
118	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
119	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
120	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE
121	RUBENS OTONI	PT	GO
122	MEDEIROS	PL	SP
123	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
124	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL

125	PEDRO FERNANDES	PTB	MA
126	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
127	ZICO BRONZEADO	PT	AC
128	SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
129	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES
130	HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL
131	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
132	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
133	ADEMIR CAMILO	PDT	MG
134	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
135	ALMIR MOURA	PFL	RJ
136	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS
137	CARLOS WILLIAN	PTC	MG
138	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
139	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
140	DURVAL ORLATO	PT	SP
141	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
142	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
143	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
144	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
145	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
146	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
147	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO
148	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
149	NELSON MEURER	PP	PR
150	ORLANDO DESCONSI	PT	RS
151	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
152	PAULO PIMENTA	PT	RS
153	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
154	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
155	RICARDO BARROS	PP	PR
156	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
157	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
158	RONALDO DIMAS	PSDB	TO
159	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
160	SANDRA ROSADO	PSB	RN
161	VITTORIO MEDIOLI	PV	MG
162	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
163	WALTER BARELLI	PSDB	SP
164	WELLINGTON FAGUNDES	PL	MT
165	ZONTA	PP	SC
166	FEU ROSA	PP	ES
167	FRANCISCO TURRA	PP	RS
168	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA
169	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
170	ILDEU ARAUJO	PP	SP
171	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
172	INALDO LEITÃO	PL	PB

173	IVO JOSÉ	PT	MG
174	JOSÉ DIVINO	PRB	RJ
175	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG
176	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
177	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
178	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
179	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
180	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
181	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC
182	LINCOLN PORTELA	PL	MG
183	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
184	LUIZ PIAUHYLINO	PDT	PE
185	MANATO	PDT	ES
186	MARCELO TEIXEIRA	PSDB	CE
187	MARCUS VICENTE	PTB	ES
188	MARIA HELENA	PSB	RR
189	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
190	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
191	MAURO PASSOS	PT	SC

Assinaturas que Não Conferem

1	ZÉ GERARDO	PMDB	CE
2	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
3	HELENO SILVA	PL	SE
4	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
5	B. SÁ	PSB	PI
6	TATICO	PTB	DF
7	NILTON BAIANO	PP	ES
8	COLBERT MARTINS	PPS	BA
9	DR. HELENO	PSC	RJ
10	EDUARDO VALVERDE	PT	RO

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	AFONSO HAMM	PP	RS
2	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS
3	MILTON CARDIAS	PTB	RS
4	PEDRO CORRÊA	PP	PE

Assinaturas Repetidas

1	BETINHO ROSADO	PFL	RN
2	ANSELMO	PT	RO
3	BARBOSA NETO	PSB	GO
4	MAX ROSENMANN	PMDB	PR
5	MAX ROSENMANN	PMDB	PR
6	MEDEIROS	PL	SP
7	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS
8	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
9	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
10	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
11	JAIME MARTINS	PL	MG
12	LUIZ CARREIRA	PFL	BA

FICHA DE ADESÃONome do Senador (a): ANA JÚLIA PEREIRAPartido: PT UF: PAGabinete: 17 Ala Teófilo Uchida Telefone: 3311 2104Assinatura: Ana Júlia Pereira

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

FICHA DE ADESÃONome do Senador (a): FLÁVIO ARNSPartido: PT UF: PRGabinete: FILINTO MÜLLER, 06 Telefone: 3311. 2401Assinatura: Filinto Müller

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

FICHA DE ADESAONome do Senador (a): ROMERO JUCA'Partido: PMDB UF: RRGabinete: 10-MA SEN. Telefone: 3311 0110/11
AFONSO ARINOSAssinatura: 

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

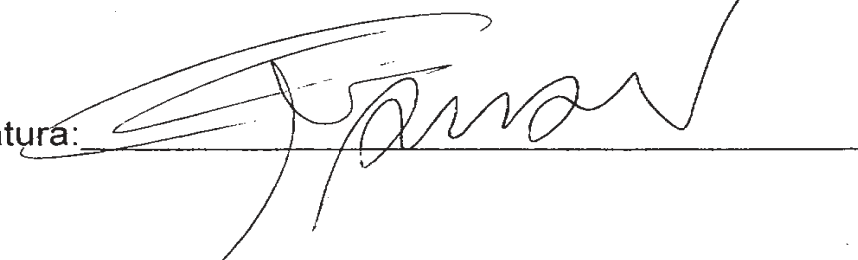
FICHA DE ADESAONome do Senador (a): Cristovam Ricardo Cavalcanti BuarquePartido: PDT UF: DFGabinete: 05 Telefone: 33112286Assinatura: Minh A.

João Luiz Hornem de Carvalho: jlhornem@senado.gov.br
Fone: 33112282 - 92878204

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

FICHA DE ADESÃONome do Deputado: Senador Paulo PaimPartido: PT UF: RSGabinete: Anexo I 22º Telefone: 3311-5232Assinatura: 

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

FICHA DE ADESÃONome do Deputado: Senador Leonel PavanPartido: PSDB UF: SCGabinete: 14 Telefone: 3311 4041 / 4014 / 4192Assinatura: 

(Helone) }
Contato nesse
gabinete
↓
96459774

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

FICHA DE ADESÃONome do Senador (a): Rodolpho TourinhoPartido: PFL UF: BAGabinete: 09 Telefone: 3311-1467Assinatura: 

Depois de assinada, favor contatar o gabinete do Deputado Afonso Hamm pelos telefones: 53424 /51424 /55424 ou enviar por fax: 52424.

ATA



Aos oito dias do mês de fevereiro de 2006, reuniram - se no Gab 424 - Anexo IV do Deputado Afonso Hamm às 9:30, os deputados **Afonso Hamm** PP/RS, **Betinho Rosado** PFL/RN, **Wilson Cignachi** PMDB/RS, **Maxx Rosenmann** PMDB/PR, **Gonzaga Patriota** PSB/PE e o Representante do IBRAF Sr. **Carlos Alberto Pereira de Albuquerque**, para tratar da criação da frente parlamentar da fruticultura nacional onde o Deputado Afonso Hamm colocou que deverá ser marcado o lançamento da Frente Parlamentar para quarta feira dia 15/02/06 às 08:00 horas - local a definir e o Deputado Gonzaga Patriota colocou que existe necessidade de trabalhar o setor na ANVISA, depois o Deputado Betinho Rosado, colocou que deverá ser dada atenção as taxas de exportação, logo após foi colocado por todos os membros, as frutas importantes, logo após o Deputado Afonso Hamm colocou a possibilidade de se criar as coordenações regionais para fazer eventos regionais e estaduais, logo após o Deputado Cignachi colocou que existe necessidade de redução dos, PIS e CONFINS e IPI para a redução de impostos das frutas como bandeira de luta da Frente Parlamentar, foi apoiado pelo representante do IBRAF, logo após foi colocado pelo Deputado Maxx Rosemann a necessidade de se determinar pontos principais para se trabalhar na Frente Parlamentar abrangendo - se as Associações Nacionais que trabalham com frutas em todo o Brasil, abrangendo toda a cadeia produtiva, com o apoio do MAPA, possibilitando uma " AGENDA POSITIVA", uma "frente de soluções" e destacou um ponto sendo a energia noturna com custo menor, com possibilidade de participação do MDIC, BB, MAPA, EMBRAPA, CASA CIVIL, MDA, ASSOCIAÇÕES, SEC. AGRIC. ESTADUAIS E SEC. AGRIC. MUNIC, trabalhar - se com a demanda interna e externa com o acompanhamento feito por assessorias parlamentares e os Deputados fizeram o pagamento do café da manhã, sendo Cignachi - 50, Maxx Rosenmann - 50, Afonso Hamm - 50.

Assim sendo com Mauricio Vianna Peres lavrei e assinei com os Deputados abaixo a presente ATA.


MAURICIO VIANNA PERES - ASSESSOR DE GABINETE


CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE - IBRAF


DEP. AFONSO HAMM


DEP. BETINHO ROSADO


DEP. WILSON CIGNACHI


DEP. MAXX ROSENMANN


DEP. GONZAGA PATRIOTA

FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA

Brasília, 31 de maio de 2006

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Regimento Interno com fundamento no artigo 15, inciso I e VIII, e ao Ato da Mesa 69, de 10 de novembro de 2005, vimos requerer a V.Ex.^a que se digne em **autorizar o registro da Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira** que se destina a promover o aprimoramento da Legislação Federal sobre a Fruticultura Brasileira.

Fundamento e Objetivo: A Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira, com sede no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração, é uma entidade associativa que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor frutícola nacional.

Finalidades inerentes as suas atividades e ações de:

I – acompanhar a política oficial de desenvolvimento da fruticultura nacional, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

II – promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da agroindústria nacional de frutas, divulgando seus resultados;

III – promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agro industriais para a fruticultura;

IV – procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à fruticultura nacional, fluindo no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

V – conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a fruticultura nacional; e

VI – apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da fruticultura nacional, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Nestes termos, em nome dos parlamentares signatários deste documento que apoiam a formação da Frente Parlamentar da Fruticultura Brasileira e eu, na condição de presidente, responsável perante a Casa por todas as informações prestadas a Mesa, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e consideração, colocando-se a disposição de V.Ex.^a para outros esclarecimentos que se fizerem necessárias.

Cordialmente,



Deputado Betinho Rosado - Presidente

Documentos Anexos:

- Anexo 01 – Ata de Fundação da Frente
- Anexo 02 – Estatuto da Frente
- Anexo 03 – Lista de Assinaturas de Parlamentares

Excelentíssimo Senhor
Deputado **Aldo Rebelo**
Presidente da Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília – DF

ESTATUTO

Art. 1º - A FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA é uma entidade associativa que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional e tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do setor frutícola nacional.

Parágrafo Único - A FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA, que tem sede no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art 2º - São finalidades da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA:

I - acompanhar a política oficial de desenvolvimento da fruticultura nacional, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

II - promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da agroindústria nacional de frutas, divulgando seus resultados;

III - promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agro industriais para a fruticultura;

IV - procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à fruticultura nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

V - conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a fruticultura nacional; e

VI - apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da fruticultura nacional, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Art. 3º - Integram a FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA :

I - como membros fundadores os Deputados Federais e Senadores da República que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de noventa dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

II - como membros efetivos os parlamentares que subscreveram o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior; e

III - como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA.

Parágrafo Único - A FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA poderá conceder títulos honoríficos aprovados em assembléia, a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem nas análises e na prática de políticas para o desenvolvimento da fruticultura nacional.

Art. 4º - São órgãos de direção da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA:

I - a Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos; e

II - a Mesa Diretora, integrada por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 1º Secretário, Tesoureiro e 1º Tesoureiro, e, 05 (cinco) Coordenadores Regionais que representarão as regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, dentre os membros efetivos da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA e para o cargo de Secretário Executivo um profissional selecionado e indicado pelo Presidente.

Art. 5º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês de março e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art 6º - Compete à Assembléia Geral:

I - aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA, por maioria absoluta de votos dos seus membros;

II - eleger e da posse à Mesa Diretora;

III - zelar pelo cumprimento das finalidades da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA;

IV – admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

V – homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora; e

VI – apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º - A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, por meio da divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º - Compete à Mesa Diretora:

I – organizar e divulgar programas, projetos e eventos da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA;

II – nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

III – manter contato com as Mesas Diretores e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, visando o acompanhamento de todo o processo legislativo que se referir às políticas agrícolas, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos de fruticultura dos demais Poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

IV – praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA;

V – firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas de desenvolvimento da agricultura nacional; e

VI – exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º - Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de 1 (um) ano, permitida uma única reeleição para todos os cargos.

Parágrafo Único – O mandato de Presidente será findo quando o ocupante deste cargo, por qualquer que seja o motivo, deixar de ser parlamentar. Observada esta condição e somente para este cargo, no prazo de 30 (trinta) dias se procederá as ações pertinentes e estatutárias para a realização de uma nova eleição.

Art 10º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembleia Geral de Constituição da Frente Parlamentar de Apoio à Fruticultura Brasileira – FRENTE PARLAMENTAR DA FRUTICULTURA BRASILEIRA.

Versão Final Aprovada na 2ª Reunião Ordinária, Sala de Reuniões do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados – Brasília, 15 de março de 2006.

Em 07/06/2006.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-185/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou Projeto de Lei nº 396/03 – do Sr. Bernardo Ariston – que “dispõe sobre a adaptação de veículos do sistema de transporte coletivo para atender às pessoas obesas, cria normas e dá outras providências” e o de nº 2.317/03, apensado.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**, Presidente.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. P-188/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 6.961/02 – do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que “denomina Rodovia Synval Guazzell” o trecho da rodovia BR-116, entre as cidades de Vacaria e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosa mente, – Deputado **Romeu Queiroz**, Presidente.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. P-189/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realiza-

da hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 607-A/03 – do Sr. Carlos Nader – que “torna obrigatório a existência de ambulância e de profissionais da área de saúde nos postos da Polícia Rodoviária Federal

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**, Presidente.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 1.896/03-GAN

Brasília-DF, 26 de novembro de 2003

Vossa Excelência

João Paulo Cunha

MD. Presidente da Câmara dos Deputados

Câmara dos deputados – Ed. Principal

70.160-900 – Brasília – DF

Assunto: Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo vimos à presença de Vossa Excelência com o intuito de apresentar-lhe a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, criada em 1995, com o intuito de defender este segmento no Congresso Nacional, visando seu crescimento e a manutenção dos empregos gerados pelos micro e pequenos empresários no País.

A Frente Parlamentar é composta até o momento por 130 Deputados Federais e 5 Senadores e temos sido seu coordenador desde a sua criação.

Limitados ao exposto e esperando contar com o apoio de Vossa Excelência e desta Casa, dada a relevância do trabalho que vimos realizando até agora, como a aprovação do Simples, do Refis, o Estatuto da Micro e Pequena Empresa e dezenas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, aproveitamos a oportunidade para manifestar nosso apreço e consideração.

Respeitosamente, – Deputado Federal **Augusto Nardes**, PP/RS.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

**COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

Ofício-Pres. n.º 505 /03

Brasília, 10 de julho de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência autorizar a apensação do Projeto de Lei 61/2003, ao Projeto de Lei de nº 160/1999, ambos em anexo.

A proposição em tela deverá ser apensada por tratar da mesma matéria, conforme dispõem os artigos 142 e 143, II, **b**, do Regimento Interno.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço. – Deputado **Léo Alcântara**, Presidente.

Defiro. Apense-se o PL. nº 61/03 ao PL. nº 160/99, nos termos do artigo 142, parágrafo único c/c artigo 143, inciso II, alínea **b**, todos do RICD. Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.

Em 16-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. GAB 160/2003

Brasília, 9 de julho de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência, a criação do Grupo da Frente Parlamentar da Pró-Redução da Carga Tributária, com o número de assinaturas dos Deputados relacionados em anexo.

Na certeza de que Vossa Excelência, dará atenção necessária ao assunto, renovo protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente – **Fernando Giacobbo**, Deputado Federal PL/PR. – Tático – Zequinha Marinho – Atila Lins – Luiz Bittencourt – Colbert Martins – Bonifácio de Andrada – Marcus Vicente – Astrubal Mendes Bentes – Alceste Almeida Ann Pontes – Welinton Fagundes – Inaldo Leitão – Denise Frossard Loschi – Carlos Alberto Lereia – Herculano Anghinetti – Darcisio Perondi – Nelson Marquezelli – Simão Sessin – Celso Russomano

no – Sandes Júnior – Érico Ribeiro – João Batista – André Luiz – Alceu Collares – Silas Brasileiro – Ronaldo Vasconcelos – Vittorio Mediolí – Augusto Nardes – Homero Silva Barreto – Alex Canziani – Athos Avelino Pereira – Francisco Sergio Turra – Pompeu de Mattos – Coriolando Sales – Osvaldo Reis – Feu Rosa – Maurício Rands – André Zacharow – Dr. Ribamar Alves – Paulo Marinho – Geraldo Resende – Edison Andriano – Pedro Corrêa – Givaldo de Sá Gouveia Carimbão – Marcos de Jesus – Enivaldo Ribeiro – José Borba – Renato Casagrande – Gilberto Nascimento – Paulo Rattes – Roberto Balestra – Jaime Martins – Júlio Delgado – Assis Miguel de Couto – Eduardo Barbosa – Luiz Piauhyllino – Hermes Parcianello – Almerinda de Carvalho – Romeu Queiroz – Gonzaga Patriota – Reginaldo Germano – Paulo Rocha.

Publique-se.

Em, 16-7-2003. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 127/2003

Brasília, 11 de junho de 2003.

Sr. Presidente;

Temos o Prazer de encaminhar apensado o presente Estatuto que constitui a Frente Parlamentar da Educação.

Na oportunidade, registramos por importante que, as Atas de Fundação e da Aprovação dos Estatutos, Eleição dos Conselhos Diretor e Fiscal da Frente Parlamentar da Educação, serão posteriormente enviadas a esta Direção.

Cordialmente, – **Paulo Lima**, Deputado Federal, PMDB/SP

**ESTATUTO
FRENTE PARLAMENTAR DA EDUCAÇÃO****CAPÍTULO I
Da Denominação, Natureza, Sede, Duração e
Finalidade**

Art. 1º A Frente Parlamentar da Educação é uma entidade civil sem fins lucrativos de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e de duração indeterminada, com sede e foro no Distrito Federal, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 507.

Art. 2º A Frente Parlamentar da Educação, tem por objetivo principal trabalhar, solidária e coordenadamente para transformar em realidade viva e concreta do povo brasileiro, os princípios doutrinários e constitucionais para melhorar a cobertura e a qualidade

Of. Pres. Nº 71/05

Brasília, 4 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.124/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. Pres. Nº 84/05

Brasília, 11 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.022/04 e seus apensados, os Projetos de Lei Nºs 2.611/03 e 4.663/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do parecer a eles oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Pre-
sidente.

Of. Pres. Nº 91/05

Brasília, 11 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.692/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente .

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. Nº 268/05/BN/CD

Brasília, 12 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência cordialmente, como coordenador da Frente Multissetorial Pró-Ferrovia Norte-Sul, venho solicitar a publicação da Criação da Frente no **Diário Oficial da União**.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Frente Multissetorial foi lançada dia 29 de abril na cidade de Anápolis/GO e já contamos com um relevante número de senadores e deputados federais que manifestaram por escrito a adesão a proposta.

Certo de contar com a especial consideração de Vossa Excelência a este importante pleito, como patrono da proposta, expresso minha mais alta estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Barbosa Neto**.

Publique – Se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício Nº 425/2005

Brasília, 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente :

Cumprimentando-o cordialmente encaminho em anexo documentação de constituição da Frente Parlamentar da Radiodifusão, formada nesta data por 70 deputados com objetivos bem definidos de defender a livre manifestação do pensamento; da criação; da expressão e a informação jornalística sob qualquer forma de veículo de comunicação social.

Desta forma, solicito que Vossa Excelência adote as medidas pertinentes para publicação e divulgação da constituição da Frente Parlamentar da Radiodifusão no âmbito da Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Ivan Ranzolin**, Deputado Federal.

Frente Parlamentar da Radiodifusão Autor: Depu-
tado **Ivan Ranzolin**, Brasília-DF.

Índice

1 – Manifesto de Criação da Frente Parlamentar – Pág. 4

2 – Radiodifusão Diagnóstico de Problemas – Pág. 9

3 – Integrantes da Frente Parlamentar da Radiodifusão – Pág. 15

Frente Parlamentar da Radiodifusão:

Manifesto de Criação

A história do rádio teve início em 1863 quando, em Cambridge – Inglaterra, James Clerk Maxwell demonstrou teoricamente a provável existência das ondas eletromagnéticas. James era professor de física experimental e a partir desta revelação outros pesquisadores se interessaram pelo assunto. O alemão Henrich Rudolph Hertz (1857-1894) foi um deles.

O princípio da propagação radiofônica veio mesmo em 1887, através de Hertz. Ele fez saltar faíscas através do ar que separavam duas bolas de cobre. Por causa disso os antigos “quilociclos” passaram a ser chamados de “ondas hertzianas” ou “quilohertz”.

A industrialização de equipamentos se deu com a criação da primeira companhia de rádio, fundada em Londres – Inglaterra pelo cientista italiano Guglielmo Marconi. Em 1896 Marconi já havia demonstrado o funcionamento de seus aparelhos de emissão e recepção de sinais na própria Inglaterra, quando percebeu a importância comercial da telegrafia.

Até então o rádio era exclusivamente “telegrafia sem fio”, algo já bastante útil e inovador para a época, tanto que outros cientistas e professores se dedicaram a melhorar seu funcionamento como tal. Oliver Lodge (Inglaterra) e Ernest Branly (França), por exemplo, inventaram o “coesor”, um dispositivo que melhorava a detecção. Não se imaginava, até então, a possibilidade do rádio transmitir mensagens faladas, através do espaço.

As inovações continuavam a surgir e o rádio evoluía rapidamente. Em 1897 Oliver Lodge inventou o circuito elétrico sintonizado, que possibilitava a mudança de sintonia selecionando a frequência desejada.

No Brasil o rádio crescia: um Padre-cientista gaúcho, chamado Roberto Landell de Moura, nascido em 21 de janeiro de 1861, construiu diversos aparelhos importantes para a história do rádio e que foram expostos ao público de São Paulo em 1893: Teleauxiofono (telefonía com fio); Caleofono (telefonía com fio); Anematófono (telefonía sem fio); Teletiton (telegrafia fonética, sem fio, com o qual duas pessoas podem comunicar-se sem serem ouvidas por outras); e Edífono (destinado a ducificar e depurar as vibrações parasitas da voz fonografada, reproduzindo-a ao natural).

Em 1890 o padre-cientista Landell de Moura previa em suas teses a “telegrafia sem fio”, a “radiotelegrafia”, a “radiodifusão”, os “satélites de comunicações” e os “raios laser”. Dez anos mais tarde, obteve do governo brasileiro a carta patente Nº 3.279, que lhe reconhece os méritos de pioneirismo científico, universal, na área das telecomunicações. No ano seguinte ele embarcou para os Estados Unidos e em 1904, o “The Patent Office at Washington” lhe concedeu três cartas patentes: para o telégrafo sem fio, para o telefone sem fio e para o transmissor de ondas sonoras.

O Padre Landell de Moura foi precursor nas transmissões de vozes e ruídos.

Nos Estados Unidos foram anos de pesquisas, tentativas e aprimoramentos até Lee Forest instalar a primeira “estação-estúdio” de radiodifusão, em Nova Iorque, no ano de 1916. Aconteceu então o primeiro programa de rádio, que se tem notícia. Ele tinha conferências, música de câmara e gravações. Surgiu também o primeiro registro de radiojornalismo, com a transmissão das apurações eleitorais para a presidência dos Estados Unidos.

A partir de 1919 começa a chamada “Era do rádio”. O microfone surge através da ampliação dos recursos do bocal do telefone, conseguidos em 1920, nos Estados Unidos, por engenheiro da Westinghouse.

Foi a própria Westinghouse que fez nascer, meio por acaso, a radiofusão. Ela fabricava aparelhos de rádio para as tropas da Primeira Guerra Mundial e com o término do conflito ficou com um grande estoque de aparelhos encalhados. A solução para evitar o prejuízo foi instalar uma grande antena no pátio da fábrica e transmitir música para os habitantes do bairro. Os aparelhos encalhados foram então comercializados.

A primeira transmissão radiofônica oficial no Brasil foi o discurso do presidente Epitácio Pessoa, no Rio de Janeiro, em plena comemoração do centenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1922. O discurso aconteceu numa exposição, na Praia Vermelha – Rio de Janeiro e o transmissor foi instalado no alto do Corcovado, pela Westinghouse Electric Co.

Para se ter uma idéia de porque a época ficou conhecida como a “Era do Rádio”, nos EUA o rádio crescia surpreendentemente. Em 1921 eram 4 emissoras, mas no final de 1922, os americanos contavam 382 emissoras. A chegada do rádio comercial não demorou. Logo as emissoras reivindicaram o direito de conseguir sobreviver com seus próprios recursos. A pioneira no rádio comercial foi a WEAf de Nova Iorque, pertencente à Telephone and Telegraph Co. Ela irradiava anúncios e cobrava dois dólares por 12 segundos de comercial e cem dólares por 10 minutos.

O “pai do rádio brasileiro” foi Edgard Roquete Pinto. Ele e Henry Morize fundaram em 20 de abril de 1923, a primeira estação de rádio brasileira:

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Foi aí que surgiu o conceito de “rádio sociedade” ou “rádio clube”, no qual os ouvintes eram associados e contribuíam com mensalidades para a manutenção da emissora.

O Dia Mundial das Telecomunicações é comemorado em 17 de maio porque foi nesta data, em 1865, que se instituiu a “União Telegráfica Internacional”.

Datas Importantes:

1887 – Henrich Rudolph Hertz descobre as ondas de rádio.

1893 – Padre Roberto Landell de Moura faz a primeira transmissão de palavra falada, sem fios, através de ondas eletromagnéticas.

1896 – Gluglielmo Marconi realiza as primeiras transmissões sem fios.

1922 – Primeira transmissão radiofônica oficial brasileira.

1923 – Roquette Pinto e Henrique Morize fundam a primeira emissora brasileira

Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

É feita a primeira transmissão de rádio em cadeia no mundo, envolvendo a WEAF e a WNAC, de Boston.

No dia 30 de novembro é criada a Sociedade Rádio Educadora Paulista

1926 – John Baird realiza as primeiras transmissões de imagens

1931 – É fundada a PRB 9 – Rádio Record de São Paulo.

No início dos anos 30 o Brasil já tinha 29 emissoras de rádio, transmitindo óperas, músicas e textos instrutivos.

1932 – O Governo de Getúlio Vargas autoriza a publicidade em rádio.

Ademar Casé estréia seu programa na Rádio Philips. Casé (avô da atriz Regina Casé) criou o 1º jingle do rádio brasileiro: “Oh! Padeiro desta rua/Tenha sempre na lembrança/Não me traga outro pão/Que não seja o pão Bragança..”

1933 – O americano Edwing Armstrong demonstra o sistema FM para os executivos da RCA.

1934 – Criada a Rádio Difusora, apelidada de “Som de Cristal”, onde surge o termo “radialista”, inventado por Nicolau Tuma.

1935- Acontece na Alemanha, a primeira emissão oficial de TV.

Assis Chateaubriand inaugura em 25 de setembro a PRG-3, Rádio Tupi RJ.

1936 – Em Londres é inaugurada a estação de TV da BBC.

Ao som de “Luar do Sertão”, às 21 horas do dia 12 de setembro, ouvia-se: “Alô, alô Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro!”. Surge a PRE-8, adquirida por apenas 50 contos de réis da Rádio Philips.

O ano de 1936 marca também a estréia no rádio de Ary Barroso. Um polêmico narrador esportivo que tocava gaita quando narrava os gols. Tornou-se uma das mais importantes figuras do Rádio. Começou na Rádio Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro. Apresentador de vários programas de sucesso e compositor da música “Aquarela do Brasil”, entre outras.

1938 – Início da televisão na Rússia.

No dia das bruxas, a rádio americana CBS, apresenta o programa “A Guerra dos Mundos”, com Orson Welles, que simula uma invasão de marcianos aos Estados Unidos. O realismo era tamanho que uma onda de pânico tomou conta do País. O locutor anunciava: “Atenção senhoras e senhores ouvintes... os marcianos estão invadindo a Terra...”. A emissora teve que interromper a transmissão tamanha foi a confusão.

Também em 1938 acontece a primeira transmissão esportiva em rede nacional no Brasil, na Copa de 38, por Leonardo Gagliano Neto, da Rádio Clube do Brasil do RJ.

1939 – O americano Edwin Armstrong inicia operação da primeira FM em Alpine, New Jersey.

Almirante (“a maior patente do rádio!”) chamava-se Henrique Foréis Domingues. Fez sucesso nas décadas de 30 e 40. Criou o primeiro programa de auditório do rádio brasileiro, chamado “Caixa de Perguntas”. Em 1939, na Rádio Nacional.

1941 – Em 12 de julho, começa a transmissão da primeira rádio novela do País, que foi apresentada durante cerca de três anos, pela PRE-8, Rádio Nacional do RJ. Era a novela “Em Busca da Felicidade”. A seguir foi a vez de “O Direito de Nascer”.

Na década de 40 entra no ar o primeiro jornal falado do rádio brasileiro: o “Grande Jornal Falado Tupi”, de São Paulo.

Surge o noticiário mais importante do rádio brasileiro: “Repórter Esso”. A primeira transmissão aconteceu às 12h45min do dia 28 de agosto de 1941, quando a voz de Romeu Fernandez anunciou o ataque de aviões da Alemanha à Normandia, durante a 2ª Guerra Mundial. O gaúcho Heron Domingues marcou a história do rádio apresentando durante anos o “Repórter Esso”. Em São Paulo a transmissão era feita pela Record PRB-9.

O humorista Chico Anysio começou no rádio, na década de 40, produzindo e apresentando programas, entre eles o “Rua da Alegria”, na Rádio Tupi do Rio de Janeiro.

1942 – Abelardo Barbosa (Chacrinha) surgiu no final dos anos 30, na PRA-8 Rádio Clube de Pernambuco. Em 1942 ele foi para a Rádio Difusora Fluminense. A partir de então ficou conhecido como Chacrinha, pois a emissora ficava numa chácara em Niterói. É criado o “Cassino do Chacrinha”. Em 1959 o “Velho Guerreiro” estréia na Televisão.

1946 – Surgem os gravadores de fita magnética, dando maior agilidade ao rádio.

1948 – Na Rádio Nacional faz sucesso o programa “Balança mas não cai”.

Num dia 1º de abril, em algum ano próximo à Copa de 1950, o locutor esportivo Geraldo José de Almeida, da Rádio Record, irradia um jogo inteiro do time do São Paulo, que estava excursionando pela Europa. No final da partida um resultado que chocou os torcedores: o São Paulo havia perdido por 7 X 0. No dia seguinte a Rádio Record anuncia que tudo não passou de uma farsa. O jogo nem tinha acontecido. Era brincadeira do dia da mentira.

1950 – A TV BBC de Londres realiza a primeira transmissão de imagens para além do Canal da Mancha.

É inaugurada oficialmente a primeira emissora de televisão brasileira: TV Tupi de São Paulo, no dia 18 de setembro.

1951 – É inaugurada a TV Tupi do Rio de Janeiro.

1953 – A cantora Emilinha Borba, que começou na Rádio Cruzeiro do Sul, foi consagrada a “Rainha do Rádio”, na Rádio Nacional, em 1953.

1954 – Inventada em 1940 por Peter Goldmark a TV a cores entra em funcionamento.

1962 – Primeira transmissão via satélite.

1962 – Em 27 de novembro, é criada a Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABERT.

1965 – O Brasil é integrado no Sistema Intelsat.

1965 – Inauguração do MIS – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

1967 – Criado no dia 25 de fevereiro o Ministério das Comunicações.

A presente proposta visa à criação da Frente Parlamentar da Radiodifusão, com objetivos bem definidos de defender a livre manifestação do pensamento; da criação; da expressão e a informação jornalística sob qualquer forma de veículo de comunicação social. Vedar qualquer tipo de censura de natureza política, ideológica e artística; Trabalhar para que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atendam aos princípios de finalidade educativa, artística, cultural e informativa. Promover a cultura nacional e regional, com estímulo à produção independente que objetive sua divulgação. Apoiar a regionalização da produção cultural, artística e jornalista, com respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Como forma de ação visando fortalecer e defender a radiodifusão brasileira, propomos a criação da Frente Parlamentar da Radiodifusão, com o apoio dos parlamentares que subscreveram o formulário de adesão.

Plenário Ulysses Guimarães, 17 de Maio de 2005.
– Deputado **Ivan Ranzolin**, (PP-SC).

RADIODIFUSÃO

Diagnóstico de Alguns de Seus Problemas

I – Política de Concessão de Serviços de Radiodifusão

Preocupa-nos a falta de uma política adequada, para a concessão do serviço de radiodifusão, sonora e de sons e imagens (televisão), comercial, educativa e comunitária.

Vemos com extrema preocupação um congestionamento do espectro e a distribuição dos serviços de radiodifusão em localidades de médio e grande porte, e o fato de pequenas localidades do Brasil, em número bastante expressivo, não terem oportunidade de ser contemplada com esse serviço; recebendo sinais provenientes de emissoras de outras localidades, tendo que conviver com usos, costumes e o regionalismo advindo dessas localidades.

Entendemos que o direito aos meios de comunicação deve ser propiciados a todos, indiscriminadamente e que devemos proteger principalmente as localidades de faixa de fronteira, em defesa do território Nacional, da língua Portuguesa adotada no Brasil, bem como, dos usos e costumes dessas localidades e Nacional.

Citamos como exemplo, o Estado de Santa Catarina, que embora tenha um bom número de emissoras, tem os mesmos problemas de outros Estados, ou seja, uma concentração de emissoras em localidades de médio e grande porte, enquanto que um total de cento e uma cidades, ou seja, um terço das cidades Catarinenses não possui emissora de radiodifusão, instalada, em instalação ou aguardando decisão de Edital de concorrência ou habilitação.

Entendemos que o serviço de radiodifusão comunitária – Radcom, criado com a finalidade de atender bairros, vilas e localidades de pequeno porte por ter uma tramitação mais ágil, poderia rapidamente preencher essas lacunas. No entanto, vemos a repetição do mesmo problema, ou seja, a abertura de Editais de habilitação em localidades aonde já existe serviços de radiodifusão, sendo em algumas, aberto para mais de um bairro e/ ou vila.

II – Emissoras Clandestinas (Piratas)

É preciso criar formas de reponsabilizar solidariamente pessoas e/ou entidades que direta ou indiretamente facilitem a prática de crime de telecomunicações, pela execução de serviço de radiodifusão, sem o necessário ato de outorga ou autorização obtido do poder concedente.

Como uma das medidas, propomos que a venda de equipamentos transmissores para os serviços de radiodifusão, incluindo-se aí a Radcom, só possa ser efetivada a entidades jurídicas que tenham obtido autorização prévia do Ministério das Comunicações.

Isso não é novidade, tal artigo já fez parte de legislação do Ministério das Comunicações que tratava da homologação/registo de transmissores de radiodifusão.

Lembramos que para todos os serviços de radio-difusão os transmissores têm que ser certificados/homologados pela Anatel.

Portanto, se constatado que um determinado fabricante, cujo transmissor tenha sido certificado/homologado pela Anatel, tenha fornecido esse produto sem ter se certificado tratar-se de entidade autorizada a executar o serviço, deve, na esfera administrativa, ser punido com a perda do certificado de registro/homologação junto a Anatel, não podendo assim fornecer seus produtos no futuro; e na esfera jurídica responder solidariamente pela facilitação de crime de telecomunicações. Quanto aos que não possuem certificado de registro/homologação da Anatel, para os seus transmissores, além de responder solidariamente em processo de facilitação de prática de crime de telecomunicações, responder por fornecer transmissores de radiodifusão sem que tenha obtido prévia certificação/homologação dos seus transmissores.

III – Problemas com as Rádios Comunitárias – Radcom

Infelizmente, mesmo depois dos inúmeros anos de prestação de relevantes serviços às comunidades, onde estão inseridas as nossas emissoras, vimos com tristeza à criação de um serviço de radiodifusão, denominado: Comunitária e o que é pior, hoje sermos apelidados de emissoras comerciais, como se esse fosse o nosso único objetivo, e não a promoção da educação, cultura, informação, das artes, do entretenimento e lazer, das diversas comunidades residentes nos diversos bairros e vilas, atingidos pelas nossas emissoras.

1) Comercialização de propaganda:

Legislação aplicável:

Artigo 18 da Lei Nº 9.612, de 19-2-1998;

Artigo 32 do Decreto 2.615, de 3-5-1998;

– Subitem 19.6 da norma complementar 1/2004, de 23-1-2004.

Poderão as Radcom admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Problemas:

1.1) Mais de 50% das Radcom, hoje comercializam propaganda, ferindo a legislação vigente que admite apenas a divulgação de mensagens institucionais das entidades apoiadoras;

1.2) Quase que a totalidade das emissoras de Radcom, admitem patrocínio de estabelecimentos situados fora da área da comunidade atendida. Por lei, a cobertura é restrita ao atendimento de determinada comunidade de um bairro, vila ou localidade de pequeno porte (definida como toda cidade ou povoado cuja área urbana

possa estar contida nos limites de uma área de cobertura restrita, que é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros a partir da antena transmissora).

2) Área de cobertura:

As áreas de cobertura das Radcom, comprovadas na prática, superam um raio de mil metros, medidos a partir do local de instalação da antena transmissora, cobrindo áreas que vão além dos limites territoriais do bairro ou vila, para o (a) qual tenha o executante recebido autorização, chegando algumas a cobrir mais de um município, desvirtuando o propósito de criação do serviço, que é o de atender a uma determinada comunidade. Vale ressaltar que isso ocorre, mesmo a Radcom operando de acordo com a potência e altura de antena hoje determinada na legislação vigente.

Ressaltamos esse fato, devido à existência de projetos tramitando no Congresso Nacional, propondo a elevação da potência e outras características técnicas, hoje estabelecidas, sob a alegação de ser insuficiente para cobrir as áreas de interesse. Isso pode ser possível, para uma minoria de bairros ou vilas localizadas em cidades de grande porte, capitais de Estado ou regiões Metropolitanas, mas não para a imensa maioria desses locais das cidades Brasileiras.

Se aprovado essa pretensão, facilitará a possibilidade de ocorrência de interferências entre estações de Radcom, instaladas na mesma cidade, que pela legislação vigente devem operar na mesma frequência; já que a separação mínima hoje exigida, entre emissoras de Radcom, é de 4 Km, insuficiente para garantir a proteção de ambas.

3) Atos de concessão de Outorga:

Requeremos que os atos que autorizam a execução do serviço de Radcom, tragam a notação expressa de que o serviço é autorizado com a finalidade de atendimento de uma área restrita, de um determinado bairro vila ou localidade de pequeno porte, uma vez que têm trazido a execução desse serviço para cidades, muitas vezes não enquadradas como de pequeno porte (ver Decreto Legislativo do Congresso Nacional abaixo).

Faço saber que a Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria Nº 808, de 28 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba a executar, por três anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2002 – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Estabelece ainda o subitem 13.2, da norma complementar 001/2004, que a portaria ministerial, que formalizará a autorização, deverá indicar a localidade e o Estado. Entendemos que deveria trazer a portaria: Autorizar a execução do serviço na área restrita ao Bairro/Vila... cidade de... Estado de..... ou na cidade de (quando se tratar de localidade de pequeno porte... Estado de.... O Decreto Nº 4.733, de 10-6-2003, que dispõe sobre as políticas públicas de Telecomunicações, estabelece que a definição e a classificação de Localidade, para efeito de serviços de telecomunicações, deverão considerar os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que define:

Localidade é conceituada como sendo todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes. Classificação e definição de tipos de Localidades:

- Capital Federal;
- Capital;
- Cidade;
- Vila;
- Aglomerado Rural:
- De extensão urbana;
- Isolado (Povoado, Núcleo e Lugarejo)
- Propriedade Rural;
- Local;
- Aldeia.

Logo, o termo localidade é bastante genérico.

O fato da Portaria não trazer a área a qual está restrita a execução

do serviço, tem causado problemas, principalmente no que diz respeito à admissão de patrocínio, pois entidades entendem que têm direito de buscá-los dentro da cidade, quando a rigor a sua área de atendimento está restrita a um bairro, vila ou a uma localidade de pequeno porte.

4 – Fiscalizações e Punições:

O Ministério das Comunicações, a quem cabe fiscalizar conteúdo da programação e veiculação de comerciais pelas Radcom, hoje não tem estrutura de fiscalização nos Estados e a Anatel só fiscaliza esses parâmetros por solicitação direta do Ministério das Comunicações, logo, entendemos que, ou o Ministério cria a estrutura necessária ou estabelece convênio com a Anatel, para uma prática mais rotineira de fiscalização desses parâmetros.

Também propomos que seja colocada em prática uma graduação para aplicação das penas, como

forma de evitar a reincidência e a prática contumaz de infrações recorrentes.

- Primária: advertência ou multa
- Reincidente: Multa maior ou interrupção do funcionamento por um período
- Nova reincidência: Interrupção do funcionamento por um período maior.
- Se persistir na prática: cassação do ato de outorga.

5 – Critérios para abertura de novos Editais de habilitação para Radcom:

Propomos:

1) Não sejam abertos em localidade de pequeno porte aonde exista pequenas emissoras de rádio comerciais, principalmente se for de Ondas Médias (que hoje realizam um serviço essencialmente voltado à comunidade, com ganhos financeiros irrisórios); pois devido à qualidade do serviço de FM, haverá uma migração do público ouvinte para a Radcom, com perda considerável para a emissora de Ondas Médias, prejudicando a subsistência da mesma;

2) Não seja aberto em bairros centrais de cidades não consideradas de pequeno porte ou em bairros ou vilas, aonde se encontre instalada emissora de radiodifusão comercial;

3) Não seja aberto em localidades de grande concentração de serviços de radiodifusão. Citamos como exemplo a cidade de Itajaí/SC, aonde foram autorizadas duas emissoras de Radcom, acumulando:

- 3 emissoras de FM comerciais;
- 3 de emissoras de FM Educativa;
- 2 emissoras de AM;
- 1 emissora de TV comercial;
- 2 emissoras de TV Educativa

Como o Ministério das Comunicações não possui uma estrutura de pessoal suficiente para a análise de um volume grande de processos decorrentes dos Editais de habilitação, a fim de evitar morosidade nos processos, propomos que em um mesmo Edital seja proposto um único canal para cada cidade. Citamos como exemplo o Edital de habilitação, publicado no Aviso 1 de 2004, que abriu inscrições para interessados em executar o serviço de Radcom em quatro diferentes locais da cidade de São Joaquim/SC.

Não sejam concedidas a entidades e/ou administradores, que tenham comprovadamente seus nomes envolvidos em processos pela prática de crimes de telecomunicações, devido à execução de serviços de radiodifusão sem que tenham obtido autorização ou outorga do poder concedente. Como poderão esses assumir compromissos de respeito à legislação e a garantia de proteção aos serviços devidamente autorizados, se incorreram em prática delituosa. Mesmo que seja a entidade a única que tenha se habilitado ao

serviço é preferível para a salvaguarda de problemas futuros, que seja cancelado o Edital de habilitação.

Nome	Gabinete	Partido	Estado
ADELOR VIEIRA	441	PMDB	SC
ADEMIR CAMILO	744	PL	MG
ALMERINDA DE CARVALHO	216	PMDB	RJ
ALMIR SÁ	481	PL	RR
ANDRÉ DE PAULA	423	PFL	PE
ANTÔNIO CAMBRAIA	708	PSDB	CE
ARY KARA	734	PTB	SP
ASSIS MIGUEL DA COSTA	428	PTB	PR
CARLOS NADER	533	PL	RJ
CEZAR BANDEIRA	502	PFL	MA
CLEUBER CARNEIRO	862	PTB	MG
COLBERT MARTINS	319	PPS	BA
COSTA FERREIRA	852	PSC	MA
DARCI COELHO	309	PP	TO
DR. BENEDITO DIAS	926	PP	AP
DR. HELENO	628	PMDB	RS
DRA. CLAIR	469	PTB	PR
EDUARDO CUNHA	510	PMDB	RJ
ELISEU PADILHA	209	PMDB	RS
ENIVALDO RIBEIRO	840	PP	PB
FELIPE MENDONÇA	912	PFL	BA
FERNANDO DE FABINHO	904	PFL	BA
FRANCISCO APPIO	424	PP	RS
GIVALDO CARIMBÃO	732	PSB	AL
HUMBERTO MICHILES	580	PL	AM
ILDEU ARAÚJO	382	PP	SP
INALDO LEITÃO	605	PL	PB
ISAIAS SILVESTRE	531	PSB	MG
IVAN RANZOLIN	601	PP	SC
JAIME MARTINS	333	PL	MG
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	735	PFL	DF
JOSÉ ROCHA	908	PFL	BA
JOSUÉ BENGTON	305	PTB	PA
LEANDRO VILELA	574	PMDB	GO
LEODEGAR TISCOSKI	254	PP	SC
LOBBE NETO	718	PSDB	SP
LUCIANO CASTRO	401	PL	RR
LUIZ BITTENCOURT	844	PMDB	GO
LUIZ PIAUHLINO	224	PDT	PE
MANATO	217	PDT	ES

MARCUS VICENTE	362	PTB	ES
MARIA DO CARMO LARA	373	PT	MG
MAURO BENEVIDES	607	PMDB	CE
MAURO LOPES	841	PMDB	MG
MILTON CARDIAS	705	PTB	RS
MOACIR MICHELETTI	478	PMDB	PR
MOREIRA FRANCO	301	PMDB	RJ
NELSON MARQUELLI	920	PTB	SP
NEUTON LIMA	508	PTB	SP
OSMÂNIO PEREIRA	602	PTB	MG
PASTOR REINALDO	438	PTB	RS
ROGÉRIO TEÓFILI	416	PPS	AL
ROMEU QUEIROZ	250	PTB	MG
RUBENS OTONI	501	PT	GO
SABRINA FEGHALI	421	PC DO B	RJ
SANDRA ROSADO	650	PSB	RN
SILVIO TORRES	585	PSDB	SP
SIMÃO SESSIM	709	PP	RJ
VANESSA GRAZZIOTIN	724	PC DO B	AM
VITORIO MDIOLI	754	PV	MG
WAGNER LAGO	629	PP	MA
WANDERVAL SANTOS	348	PL	SP
ZONTA	366	PP	SC

Frente Parlamentar da Radiodifusão
Brasília – DF

Publique-se.

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nº 28, DE 2005

(Do Sr. Colbert Martins)

Solicita ao Tribunal de Contas da União a apuração da responsabilidade sobre possível desvio e desrespeito à legislação que impõe a responsabilidade fiscal às transferências constitucionais federais, em face do Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, no Estado da Bahia.

Senhor Presidente,

Solicito, com fulcro no que dispõe a Constituição Federal e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Contas da União, Senhor Ministro Adylson Motta, a presente Solicitação de Informações, que busca inteirar-se sobre desrespeito à legislação que impõe a responsabilidade fiscal, em face do uso ilimitado por parte do governo do Estado da Bahia de contratação sem concurso de funcionários públicos pela Secretaria de Educação, via Regime Especial de Direito Administrativo, especificando todas as operações obscuras e indevidas, se for o caso, com especial enfoque àquelas que exorbita os limites do permitido.

Justificação

Num momento em que fica cada vez mais claro que a educação é a chave que abrirá as portas para o progresso num país tão desigual como o nosso, ficamos estarecidos ao constatar que na Bahia a Secretaria Estadual da Educação, durante o ano de 2004, caminhando na contramão do que recomenda a boa gestão da coisa pública e indo contra o que foi prometido, contratou 16.213 servidores da educação sem concurso público. O fato tem levantado a suspeita de toda a sociedade e sobretudo do Tribunal de Contas do Estado que suspeita de que o governo esteja usando o recurso extraordinário da contratação temporária para burlar exigência de concurso.

Com isso quem mais perde são nossos alunos, crianças, jovens e adultos que freqüentam as escolas em busca de uma formação que lhes proporcione condições de entrar no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Mas não é só isso: no ano passado, o governo pagou R\$207 milhões em contratos pelo Regime Especial de Direito Administrativo, o Reda. Quase quatro vezes mais que no ano 2000, quanto o gasto totalizou apenas R\$56 milhões. Além disso, ao mesmo tempo em que diminuiu o número de professores da rede pública de ensino com diploma universitário, aumentou o volume de contratação de estudantes universitários.

OF/A/PSB/3/04.

Brasília, 22 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os deputados Paulo Baltazar como titular e Jurandir Bóia como suplente da Comissão Especial destinada a averiguar o processo relacionado à crise da Parmalat.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Vice-Líder do PSB.

Publique-se.

Em 27-1-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF/A/PSB/4/04.

Brasília, 22 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o deputado Hamilton Casara como titular da Comissão Externa a avaliar, *in loco*, a situação da demarcação em área contínua da reserva indígena “Raposa Serra do Sol”, no estado de Roraima.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, Vice-Líder do PSB.

Publique-se.

Em 27-1-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. Nº 668-P/2003 – CCJR

Brasília, 17 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto

Legislativo, conforme relação anexa, aprovados por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

OF. Nº 668-P/2003

Aprovados dia 17-12-03

PARECERES CCJR DE PDLS

414-A/03	528-A/03	553-A/03	578-A/03	619-A/03
643-A/03	665-A/03	676-A/03		

Publique-se.

Em 27-1-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

FPS Nº 7/2004

Brasília – DF, 27 de janeiro de 2004

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados
João Paulo Cunha
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, conforme solicitação da Secretaria Geral da Mesa, reitero a V.Exª que a Frente Parlamentar da Saúde foi por mim reativada, em maio de 2003 e, como é do conhecimento de V.Exª vem atuando intensamente nesta Casa desde então. Informo também que estou encaminhando à SGM cópia do Estatuto, composição de Diretoria eleita e objetivos da entidade.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente, – **Rafael Guerra**, Presidente
da Frente Parlamentar da Saúde.

Objetivos da Frente Parlamentar da Saúde

São finalidades da Frente Parlamentar da Saúde:

I – acompanhar a política oficial de desenvolvimento da saúde nacional, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

II – promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da saúde nacional, divulgando seus resultados;

III – promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros

países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas de saúde;

IV – procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à saúde nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

V – conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e tecnologias que fomentem a saúde nacional;

VI – apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da saúde nacional, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Diretoria da Frente Parlamentar da Saúde

Presidente: Rafael Guerra (PSDB)

1º vice: Deputado Henrique Fontana (PT)

2º vice: Senador João Bosco Papaleo (PMDB)

3º vice: Deputado Paulo Lima (PMDB)

Secretário Geral: Deputado Dr. Francisco (PTB)

Secretário Adjunto: Deputado Dr. Ribamar Alves (PSB)

Tesoureiro: Deputado Mário Heringer (PDT)

Tesoureiro Adjunto: Senador Augusto Botelho (PDT)

Consultor Jurídico: Deputado Carlos Mota (PL)

Conselho Consultivo (Coordenadores das bancadas)

PT - Deputado Roberto Gouveia

PFL - Senador Marco Maciel

PMDB - Deputado Dr. Pinotti

PSDB - Deputado Sebastião Madeira

PP - Deputado Dr. Benedito Dias

PTB - Deputado Fernando Gonçalves

PPS - Deputado Geraldo Resende

PL - Deputado José Santana de Vasconcelos

PDT - Deputado Dr. Rodolfo Pereira

PSB - Deputado Dr. Evilásio

PC do B - Deputado Jamil Murad

PRONA - Deputado Amauri Robledo Gasques

Conselho Fiscal

Titulares

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)

Deputado Adenor Vieira (PMDB)

Suplentes


Deputada Almerinda de Carvalho (PSB)

Deputado Athos Avelino (PPS)

Deputado Manato (PDT)

Publique-se.

Em 27/01/2004


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Brasília, em 16 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho encaminhar-lhe para o devido registro na Secretaria Geral desta Casa, a ata da reunião de reativação e nova composição da diretoria do Grupo Parlamentar Brasil – Portugal, realizada no último dia 11 de junho de 2003.

Atenciosamente, – Deputado **Paes Landim**, Presidente.

ATA DE REATIVAÇÃO DO “GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-PORTUGAL”

Às dezoito horas do dia onze de junho de dois mil e três, na Sala de Reuniões do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília-DF, estando presentes os Deputados Aldo Rebelo, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Átila Lira, Augusto Nardes, Bonifácio de Andrada, Carlos Santana, Giro Nogueira, Félix Mendonça, José Sarney Filho, Júlio Lopes, Leonardo Alcântara, Nelson Marquizezelli, Ney Lopes, Osmânio Pereira, Osvaldo Coêlho, Paulo Delgado, Pedro Corrêa, Promotor Afonso Gil, Ricardo Fiúza, Roberto Pessoa, Salvador Zimbaldi, Vicente Arruda, e as Deputadas Zulaiê Cobra, Kátia Abreu e Francisca Trindade, foi oficialmente aberta a reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Potugal, com a finalidade de debater e deliberar sobre a seguinte pauta: Reativação, eleição e posse da diretoria do Grupo. Foi escolhido para presidir e secretariar os trabalhos os Deputados Paes Landim e Júlio Lopes, respectivamente. Após apresentar a pauta aos presentes, o Presidente enfatizou a importância do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal no intercâmbio de experiências parlamentares, políticas e culturais entre os dois países. Em seguida, abriu prazo para a apresentação de chapas para concorrerem à diretoria do Grupo. Encerrado o prazo constatou-se que uma única chapa foi apresentada à Mesa, com a seguinte composição: Presidente – Deputado Paes Landim; Vice-Presidente – Deputado Bonifácio de Andrada; Secretário-Geral – Deputado Júlio Lopes; Conselho Consultivo – Deputada Zulaiê Cobra, Deputado Aloysio Nunes Ferreira, Deputado Paulo Delgado, Deputado José Sarney Filho e o Deputado Ney Lopes. Submetida à apreciação dos presentes a chapa foi aprovada por unanimidade. Empossados os eleitos, o Presidente eleito, Deputado Paes Landim, agradeceu aos presentes e reiterou a sua determinação em desenvolver, ainda mais, o intercâmbio entre os dois Países amigos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e determinou que se lavrasse a

presente ata, que vai assinada pela Mesa que dirigiu os trabalhos. – Deputado **Júlio Lopes**, Secretário – Deputado **Paes Landim**, Presidente.

Publique-se.

Em, 31-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício GS.56/03

Brasília, 24 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me à presença de Vossa Excelência para comunicar a instalação da Frente Parlamentar da Silvicultura que ocorreu hoje, 17 de junho de 2003, no plenário 13 desta casa.

Ao tempo informo que estou encaminhando em anexo cópia da Ata de Instalação da Frente Parlamentar da Silvicultura.

Pela especial atenção que Vossa Excelência dispensar ao assunto em questão, antecipo agradecimentos, com votos de distinta consideração e apreço.

Cordialmente, – Deputado **Gervásio Silva**.

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DA SILVICULTURA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e três, às 18 horas no plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniram-se todos os deputados que aderiram a Frente Parlamentar da Silvicultura que tem como objetivo fundamental Promover a integração do setor Florestal e da sociedade; Contribuir com estudos e propostas para o setor de produção e fomento florestal; Acompanhar e propor adequação na legislação ambiental/florestal; Adoção de mecanismo financeiros e tributários que possam estimular a produção; Criação de modelo institucional que seja vinculado a um Ministério de Desenvolvimento à produção estimulado pelo agronegócio. Na abertura da reunião, presidida pelo Deputado Gervásio Silva, que compôs a mesa com o Deputado Federal José Militão; Deputado Federal Francisco Turra; Sr. Marcílio Caron Neto – Representante dos Sindicatos e Associações; José Carlos Pissani – Representante dos Empresários; João Paulo Capobianco Representante da Ministra do Meio Ambiente; Carlos Priciano Cavalcanti – Representante do Ministério do Meio Ambiente; após a composição da mesa o Deputado Federal Gervásio Silva agradeceu a presença de todos e colocou que a Frente Parlamentar da Silvicultura é uma frente supra partidária e que está comprometida em trabalhar pelos interesses do setor florestal e levar ao

conhecimento de todos a importância que se tem o setor. Após todos os componentes da mesa fizeram uso da palavra ficando o Representante do Ministério do Meio Ambiente para fazer suas colocações após os membros da mesa e dos Deputados inscritos, se fizeram presente também na instalação da Frente Parlamentar da Silvicultura o Presidente da Câmara Deputado João Paulo Cunha e o Líder do PFL José Carlos Aleluia, na sequência falaram os Deputados: Zonta, Luiz Carreira, César Silvestri, Max Rossemann,

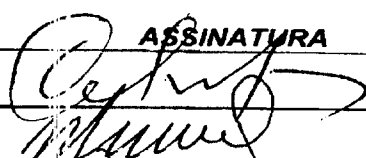
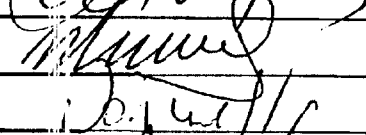
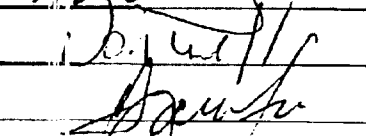
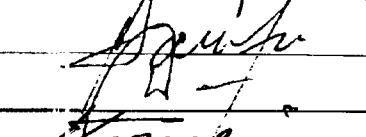
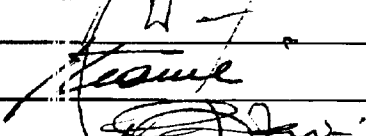
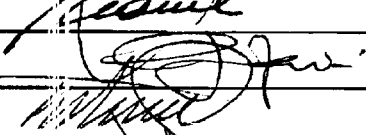

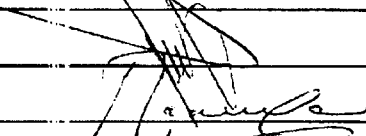
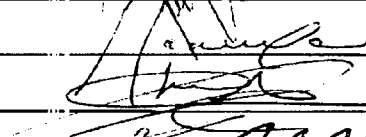
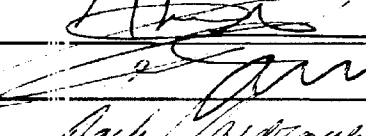
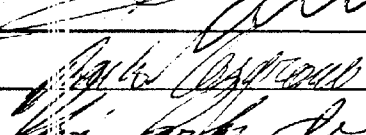
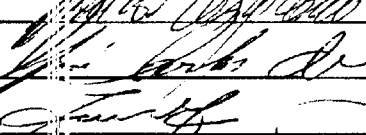
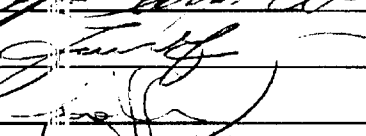
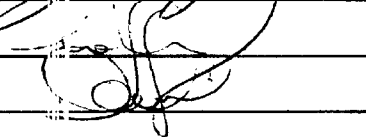
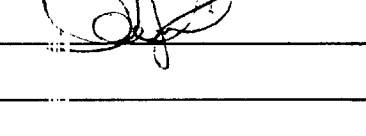


Renato Casagrande, José Carlos Araújo, Francisco Appio, João Almeida, Ivan Ranzolin, Antônio Carlos Mendes Thame, Abelardo Lupion, Júlio Semeghini. Após o pronunciamento de todos o Deputado Gervásio Silva deu-se por instalada o Frente Parlamentar da Silvicultura agradecendo a presença de todos, passando em seguida a assinatura dos presentes e nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião.

Brasília, 17 de junho de 2003. – Deputado Gervásio Silva.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
FRENTE PARLAMENTAR DA SILVICULTURA**


REUNIÃO: 17/06/2003 - terça-feira - 18:00 h.

Local: Plenário 13 - Câmara dos Deputados

	PARLAMENTAR	GAB.	ASSINATURA
1	ZONTA	366	
2	FRANCISCO APPIO	801	
3	JOÃO ALMEIDA		
4	J. ALELUIA	652	
5	LUÍZ CARREIRA	PFL	
6	THAME	624	
7	FRANCISCO APPIO	424	
8	FRANCISCO APPIO	801	
9	JOSÉ MILITANT	402	
10	ROBERTO CASAGRANDE	252	
11	JULIO SEMEGHINI	242	
12	LEONEL RANZOLIN		
13	RENATO CASAGRANDE	662	
14	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	280	
15	RANZOLIN	60	
16	ROBERTO CASAGRANDE	306	
17	ABELARDO LUPION	924	

	PARLAMENTAR	GAB.	ASSINATURA
17	Helando Lupion	522	Helando Lupion
18	Onyx Lorenzoni	376	Onyx Lorenzoni
19	Ronaldo Azevedo	227	Ronaldo Azevedo
20	EDUARDO SCIARRA	433	EdUARdo
21	CEZAR SILVESTRI	476	CEZAR SILVESTRI PPS/PR
22	Max Rossmann	758	
23	Claudio Vignatti	473	
24	João Magno		
25	110 JOSE	573	
26	João Almeida		
27	Presidente João Paulo		
28	Rodrigo Maia		
29			
30			

Publique-se.
Em 31/07/03


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

OF/GAB.RB/Nº 44/2004

Brasília, 30 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, comunico a
Vossa Excelência que aos 27 dias do mês de agosto

de 2003 às 14:30, foi instalada a Frente Parlamentar
Das Agências Reguladoras, no plenário 02, anexo II
da Câmara dos Deputados.

Envio anexo, a Ata da Instalação, Coordenadores
e Membros que fazem parte da Frente.

Agradecendo antecipadamente a atenção dis-
pensada ao exposto, aproveito para renovar protestos
de elevado apreço.

Cordialmente, – Deputado Federal, Ricardo
Barros, PP/PR.

FRENTE PARLAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

ATA

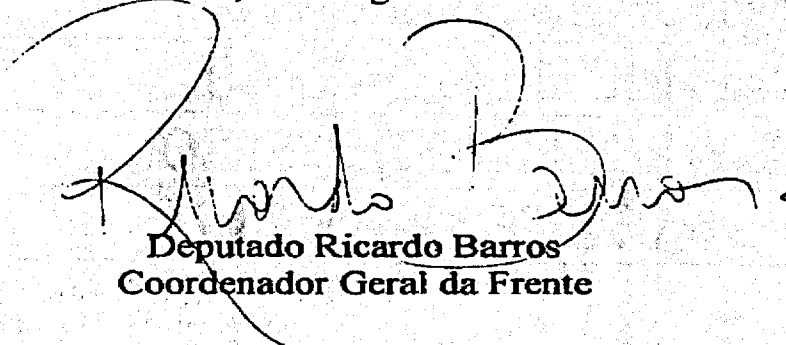
Aos 27 dias do mês de agosto de 2003 às 14:30 foi
instalada a FRENTE PARLAMENTAR DAS AGENCIAS
REGULADORAS, no plenário 2 Anexo II da Câmara dos Deputados.

Estiveram presentes parlamentares integrantes da Frente, a
Presidente da ABAR- Associação Brasileira das Agência de Regulação,
Presidentes da ANATEL, ANCINE, ANP, ANA e Representantes das
demais Agências, representantes do Governo Federal, bem como
representantes dos setores das quais as agências têm ingerência.

Presidiu a sessão o Deputado Ricardo Barros, dando a
palavra aos Presidentes e aos Parlamentares presentes.

O objetivo da frente é estabelecer uma interlocução entre
Governo e Agências a fim de solucionar assuntos pertinentes aos mesmos.

Brasília, 27 de agosto de 2003



Deputado Ricardo Barros
Coordenador Geral da Frente

Frente Parlamentar **Das Agências Reguladoras**

Coordenadores:

Deputado ALBERTO GOLDMAN
Deputado AROLDO CEDRAZ
Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Deputado BETO ALBUQUERQUE
Deputado EDUARDO GOMES
Deputado ELISEU PADILHA
Deputado ELISEU RESENDE
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA
Deputado JORGE BITTAR
Senador JOSÉ JORGE
Deputado JÚLIO SEMEGHINI
Deputado RICARDO BARROS
Deputado ROBERTO JEFFERSON
Deputado WALTER PINHEIRO

MEMBROS DA FRENTE PARLAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

PARLAMENTAR	PARTIDO/ESTADO	GAB.	TELEFONES	CELULAR	SIM/NÃO ATEDIMENTO
ABELARDO LUPION	PFL/PR	522	318-5522/3522		
ALBERTO FRAGA	PMDB/DF	321	318-5321/3321		
ALBERTO GOLDMAN	PSDB/SP	324	318-5324/3324		
ALEX CANZIANI	PTB/PR	842	318-5842/3842		
ALMIR SÁ	PL/RR	481	318-5481/3481		
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSBD/SP	626	318-5626/3626		
ANDRÉ LUIZ	PMDB/RJ	858	318-5858/3858		
ANDRÉ ZACHAROW	PDT/PR	737	318-5737/3737		
ANIVALDO VALE	PSDB/PA	570	318-5570/3570		
ARIOSTO HOLANDA	PSDB/CE	575	318-5575/3575		
ARNALDO FARIA DE SA	PTB/SP	939	318-5939/3939		
ARNON BEZERRA	PSDB/CE	413	318-5413/3413		
ARÓLDO CEDRAZ	PFL/BA	928	318-5928/3928		
BARBOSA NETO	PMDB/GO	736	318-5736/3736		
BISPO RODRIGUES	PL/RJ	613	318-5613/3613		
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB/MG	235	318-5235/3235		
CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB/PE	415	318-5415/3415		
CARLOS MELLES	PFL/MG	243	318-5243/3243		
CASARA	PSDB/RO	342	318-5342/3342		
CEZAR SILVESTRI	PPS/PR	476	318-5476/3476		
CEZE SCHIRMER	PMDB/RS	228	318-5228/3228		
CHICO DA PRINCESA	PL/PR	633	318-5633/3633		
CLEONANCIO FONSECA	PP/SE	824	318-5824/3824		
CORAUCI SOBRINHO	PFL/SP	460	318-5460/3460		
CORIOIANO SALES	PFL/BA	832	318-5832/3832		
COSTA FERREIRA	PFL/MA	852	318-5852/3852		
CUSTÓDIO MATOS	PSDB/MG	417	318-5417/3417		
DILCEU SPERAFICO	PP/PR	746	318-5746/3746		
DRA. CLAIR	PT/PR	469	318-5469/3469		
EDUARDO PAES	PSDB/RJ	742	318-5742/3742		
EDUARDO SCIARRA	PFL/PR	433	318-5433/3433		
ELISEU PADILHA	PMDB/RS	209	318-5209/3209		

ELISEU RESENDE	PFL/MG	204	318-5204/3204		
ÉRICO RIBEIRO	PP/RS	741	318-5741/3741		
EUNICIO OLIVEIRA	PMDB/CE	244	318-5244/3244		
FABIO SOUTO	PFL/BA	827	318-5827/3827		
FERNANDO DINIZ	PMDB/MG	307	318-5307/3307		
FEU ROSA	S.PARTIDO	960	318-5960/3960		
FRANCISCO DORNELLES	PP/RJ	512	318-5512/3512		
FRANCISCO TURRA	PP/RS	801	318-5801/3801		
GERSON GABRIELLI	PFL/BA	439	318-5439/3439		
GIACOBO	PPS/PR	762	318-5762/3762		
GILBERTO KASSAB	PFL/SP	828	318-5828/3828		
IRIS SIMÕES	PTB/PR	948	318-5948/3948		
JADER BARBALHO	PMDB/PA	831	318-5831/3831		
JAIME MARTINS	PL/MG	333	318-5333/3333		
JORGE ALBERTO	PMDB/SE	723	318-5723/3723		
JORGE BITTAR	PT/RJ	232	318-5232/3232		
JOSÉ BORBA	PMDB/PR	616	318-5616/3616		
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL/BA	856	318-5856/3856		
JOSÉ CARLOS ARAUJO	PFL/BA	280	318-5280/3280		
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB/ES	230	318-5230/3230		
JOSÉ IVO SARTORI	PMDB/RS	927	318-5927/3927		
JOSÉ JANENE	PP/PR	608	318-5608/5608		
JOSÉ LINHARES	PP/CE	860	318-5860/3860		
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL/PE	314	318-5314/3314		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL/DF	735	318-5735/3735		
JOSIAS QUINTAL	PSB/RJ	611	318-5611/3611		
JULIO CESAR	PFL/PI	944	318-5944/3944		
JULIO REDECKER	PSDB/RS	621	318-5621/3621		
JULIO SEMEGHINI	PSDB/SP	242	318-5242/3242		
LAURA CARNEIRO	PFL/RJ	516	318-5516/3516		
LEÓDEGARD TISCOSKI	PP/SC	245	318-5245/3245		
LINCOLN PORTELA	PL/MG	615	318-5615/3615		
LUIS CARLOS HEINZE	PP/RS	526	318-5526/3526		
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB/PR	220	318-5220/3220		
LUIZ CARLOS SANTOS	PFL/SP	836	318-5836/3836		

MARCIO REINALDO MOREIRA	PP/MG	819	318-5819/3819		
MARIA HELENA	PMDB/RR	909	318-5909/3909		
MARINHA RAUPP	PMDB/RO	614	318-5614/3614		
MAURÍCIO QUINTELLA	PSB/AL	941	318-5941/3941		
MAURO LOPES	PMDB/MG	841	318-5841/3841		
MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB/RS	222	318-5222/3222		
MILTON MONTI	PL/SP	328	318-5328/3328		
MOACIR MICHELETTO	PMDB/PR	478	318-5478/3478		
MOREIRA FRANCO	PMDB/RJ	301	318-5301/3301		
NARCIO RODRIGUES	PSDB/MG	431	318-5431/3341		
NELSON BORNIER	PSB/RJ	576	318-5576/3576		
NELSON TRAD	PMDB/MS	452	318-5452/3452		
NEY LOPES	PFL/RN	326	318-5326/3326		
NILTON BAIANO	PP/ES	618	318-5618-3618		
OSMAR SERRAGLIO	PMDB/PR	845	318-5845/3845		
PAES LANDIM	PFL/PI	648	318-5648/3648		
PAUDERNEY AVELINO	PFL/AM	260	318-5260/3260		
PAULO KOBAYASHI	PSDB/SP	727	318-5727/3727		
PAULO LIMA	PMDB/SP	507	318-5507/3507		
PEDRO CHAVES	PMDB/GO	406	318-5406/3406		
PEDRO CORRÊA	PP/PE	717	318-5717/3717		
PEDRO FERNANDES	PTB/MA	814	318-5814/3814		
PEDRO HENRY	PP/MT	829	318-5829/3829		
PEDRO IRUJO	PFL/BA	818	318-5818/3818		
PEDRO NOVAES	PMDB/MA	813	318-5813/3813		
RENATO CASAGRANDE	PSB/ES	662	318-5662/3662		
RICARDO BARROS	PP/PR	412	318-5412/3412		
RICARDO RIQUE	S.PARTIDO	805	318-5805/3805		
RICARTE DE FREITAS	PTB/MT	822	318-5822/3822		
ROBERTO BALESTRA	PP/GO	219	318-5219/3219		
ROBERTO BRANT	PFL/MG	450	318-5450/3450		
ROMEL ANIZIO	PP/MG	862	318-5862/3862		
ROMEL FEIJÓ	PSDB/CE	506	318-5506/3506		
SERAFIM VENZON	S.PARTIDO/SC	245	318-5245/3245		
SILAS BRASILEIRO	PMDB/MG	932	318-5932/3932		

SILAS CÂMARA	PTB/AM	532	318-5532/3532		
TAKAYAMA	PSB/PR	583	318-5583/3583		
TELMA DE SOUZA	PT/SP	467	318-5467/3467		
VADÃO GOMES	PP/SP	750	318-5750/3750		
VALDENOR GUEDES	PP/AP	541	318-5541/3541		
VILMAR ROCHA	PFL/GO	644	318-5644/3644		
WALTER FELDMAN	PSDB/SP	585	318-5585/3585		
WELINTON FAGUNDES	PL/MT	523	318-5523/3523		
WILSON SANTOS	PSDB/MT	808	318-5808/3808		
ZÉ LIMA	PP/PA	610	318-5610/3610		
ZELINDA NOVAES	PFL/BA	312	318-5312/3312		
ZONTA	PP/SC	366	318-5366/3366		
Participante	Empresa/Setor		Telefone		
Jerson Kelman	ANA -Presidencia		61-445-5441		
Ronaldo Peixoto Alexandre	ANA -Aspar		61-445-5441		
Márcio Lago Couto	ANATEL-Superintendência Executiva				
Luiz Guilherme Schymura	ANATEL-Presidencia		61-312-2003		
Eliane Bastos Vellosso	ANATEL-Aspar		61-312-2039		
Gustavo Dahi	ANCINE-Presidencia		21-3849-1339		
Alkiana Mello	ANCINE-Aspar		61-329-8931		
José Mário Abdo	ANNEL-Presidencia		61-426-5603		
Tereza Cristina	ANNEL-Aspar		61-426-5906		
Sebastião do Rego Barros	ANP-Presidencia		21-3804-1000		
Luiz Tito	ANP-Aspar		61-224-0546		
Januário Montone	ANS-Presidencia		21-2505-0011		
Dagmar de Oliveira	ANS-Aspar		61-213-3006		
Carlos Alberto Wanderley Nóbrega	ANTAQ-Presidencia		61-315-4715		
Bernadette Ballarin Bruni	ANTAQ-Aspar		61-315-4940		
José Alexandre Nogueira de Resende	ANTT-Presidencia		61-321-6331		
Amir Galdino de Oliveira	ANTT-Aspar		61-321-4990		
Cláudio Maierovich Pecanha	ANVISA-Presidencia		61-448-1001		
Cláudio Pereira Aguiar	ANVISA-Aspar		61-448-1028		
Maria Augusta Feldman	ABAR-Presidencia		51-3288-8802		
Carlos Fernando	ABAR-SEC.EXEC		11-3257-0676		
Zevi Kann	ABAR-Comissão Geral		11-3231-0187		
Ministro Miro Teixeira	Comunicações		61-225-9381		
Ministro Anderson Adauto Pereira	Transportes		61-311-7881		
Ministro Humberto Sérgio Costa Lima	Saúde		61-315-2392		
Ministro Dilma Vana Rousseff	Minias e Energia		61-319-5041		
Ministro Antonio Palocci	Fazenda		61-412-2515		
Ministro José Dirceu	Casa Civil		61-411-1573		

Publique-se.

Em 31-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. nº 36/GD 2004

Brasília-DF, 24 de Março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, relatório de viagem realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar fatos relacionados à Pirataria de Produtos Industrializados e Sonegação Fiscal, – CPIPIRAT, no dia 12-3-2004 conforme determina o ato da mesa nº 35/03.

Sendo o que requer o momento.

Cordialmente, – **Vanessa Grazziotin**, Deputada
Federal PcdB/AM.

RELATÓRIO

Dia 12-3-2004. Local: São Paulo

No dia 12 de março do ano em curso, com início às 10 horas, realizamos diligência em São Paulo, para ouvir o Senhor Juiz João Carlos da Rocha Mattos, na Câmara Legislativa de São Paulo – que é acusado de formação de quadrilha, falsidade ideológica, mentor do esquema de venda de sentenças, entre outras acusações. – **Vanessa Grazziotin**, Deputada Federal PcdB/AM.



Viagens em Missão Oficial

Participante: Deputado Vanessa Grazziotin

Detalhes da Missão	
Assunto: CPI-PIRATARIA DI. IGÊNCIA P/ TOMADA DEPOIMENTO PESSOAS ACUSADAS DE PERTECEREM A MAIORES QUADRILHAS DE COMERCIANTES DE PRODUTOS FALSIFICADOS	
Período: 12/03/04 a 12/03/04	
Destino: São Paulo/SP	
Diárias	
Quantidade	: 0,5
Valor Unitário	: R\$ 300
Passagens	
Passagens pagas por: Câmara dos Deputados	
Tipo de Passagem	: Classe Econômica Promocional



Conteúdo do Relatório

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.

Em 31-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

RELATÓRIO DA XIX REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARLATINO, SALVADOR, BAHIA, DE 2 A 5 DE DEZEMBRO DE 2003 – HOTEL TROPICAL.

Sob a presidência do Deputado Bonifácio de Andrada (Brasil) e secretariado pelo Senador Philip Nieuw (Antilhas Holandesas) e pela 19ª vez, a C.A.C.E.C.T do Parlatino se reúne, com as eminentes presenças dos seguintes parlamentares:

Aruba: Senador Kenneth S. Jong e Senador Harry G. Oplaat;

Antilhas Neerlandesas: Senador Philip Nieuw;
Brasil: Deputado Bonifácio Andrada e Deputado Amauri Robledo Gasques;

Chile: Deputado Ximena Vidal;

Costa Rica: Deputado Nury Garita Sánchez e Deputada Ligia Zunica Clachar;

Cuba: Deputada María Josefa Ruiz Mederos;

Ecuador: Deputado Pedro Valverde;

Guatemala: Deputado Manó Augusto Guerrero, Deputado Donald Barias, Deputado Luis Antonio Natreño e Deputado Miguel Dominguez;

México: Senador Marco Antonio Adame;

Paraguay: Senador Juan Manuel Marcos e Senadora Adriana Franco de Fernández;

Venezuela: Deputado Rafael Correa Flores, Deputado Filinto Durán e Deputado Victor Hugo D' Paola.

Convidados Especiais:

Confederação de Educadores Americanos – Professor Fernando Rodal;

Oficina Regional de Educação da Unesco para a América Latina e Caribe – Drª Carolina Jerez;

Organização das Universidades Interamericanas e Universidade do Sul de Santa Catarina – Dr. Gerson Luiz Joner da Silveira.

Projeto de Comunicação com Gestos Internacionais e Projeto da Unesco pelo Escravo – Sr. Xabier Prado Orbán;

Assessores:

Alfredo Jimenez Barros – Coordenador Técnico do Parlamento Latinoamericano;

Edna G. Inamine – Assessora Parlamentar da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional Brasileiro.

As atividades foram divididas basicamente em 8 itens:

1 – Plano de Educação para o Desenvolvimento e Integração da América Latina;

sentante desta Casa na reunião do Parlatino na cidade de Santiago no período de 13 a 16 de abril de 2004.

Como tema primordial examinamos propostas para a preservação da soberania na América Latina procurando fazer mais humana a vida nas cidades e pra os povos; que haja qualidade de vida na educação, na saúde e aprimoramento moderno na comunicação, transporte e meio ambiente.

Foi produtiva a reunião da Subcomissão de Denúncias que acabou por definir a necessidade de melhor apuração dos fatos apresentados ao Parlatino passando antes pelas Comissões de Direitos Humanos de cada país, como reivindicação do Brasil apresentada pelo Deputado Fantazzini.

Na Comissão de Direitos Humanos procedemos a moção ao Parlatino para interferência junto ao Governo da Colômbia para a libertação da Senadora Ingrid Betancourt que se encontra seqüestrada pelas FARCS faz 18 meses.


A aprovação foi unânime com manifestação positiva do direito de liberdade tão propugnado por aquela Comissão.

Acreditamos ter cumprido esta importante missão aproveitando da oportunidade para agradecer a Vossa Excelência pela designação, pelo crédito dispensado da possibilidade de bem representar nosso país.

Aproveito da oportunidade para reiterar o grande apreço e admiração que devoto por Vossa Excelência. – Deputado **Marcelo Ortiz**, Vice-Líder do PV.

Participante: Deputado Marcelo Ortiz

Detalhes da Missão	
Assunto : Como membro do Grupo Brasileiro do Parlatino, participar do Seminário Unidade Continental e Soberania na América Latina	
Período : 13/04/04 a 16/04/04	
Destino : Chile	
Diárias	
Quantidade : 2,5	
Valor Unitário : US\$ 320	
Passagens	
Passagens pagas por : Parlatino (Grupo Subvencionado com recursos públicos)	
Tipo de Passagem : Classe Econômica Promocional	

 **Conteúdo do Relatório**

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.

Em 29-4-04. – **João P. Cunha**, Presidente.

MANIFESTO

Brasília, 15 de abril de 2004

A infra-estrutura do Sistema Único de Saúde – SUS é um alicerce para o desenvolvimento do País, fundamental para prover o Brasil das condições satisfatórias em Saúde Pública.

No Brasil, há cerca de dois (2.000.000) milhões de portadores crônicos de Hepatite B e três (3.000.000) milhões de portadores de Hepatite C.

A maioria não sabe que tem a doença, esses (5.000.000) milhões representa quase oito (8) vezes o número de portadores do vírus HIV.

A Organização Mundial de Saúde – (OMS) estima cerca de dois (2.000.000.000) bilhões de pessoas já tiveram contato com o vírus de Hepatite B. Destas (325.000.000) milhões tornaram-se portadores crônicos da doença.

As Hepatites representa um grave problema à Saúde Pública, pois a enfermidade pode evoluir para cirrose ou câncer de fígado e provocar a morte do paciente.

Para o Organismo Internacional, (OMS) esta é a doença crônica infecciosa mais importante no mundo, com o maior percentual em morte.

No Brasil, há cerca de 58.274 pacientes na lista de espera para transplante, assim representados: (coração – 228); (córnea – 22.328); (fígado – 4.971); (pulmão – 90); (rim – 30.126); (rim/pâncreas – 353); (pâncreas – 178).

Existem 449 estabelecimentos para realizar transplantes, sendo que alguns destes realizam mais de um procedimento cirúrgico.

No intuito de buscar soluções definitivas para as questões que assolam a vida dos portadores das Hepatite, dos que necessitam de transplante e transplantados mediante esforço suprapartidário, estamos instituindo a “Frente Parlamentar das Hepatites e Transplantes”.

Com boas condições de saúde do paciente, evitamos, muitas vezes, a vítima fatal, além de reduzirmos os prejuízos e o desconforto para os usuários e seus familiares.

Os ganhos financeiros resultantes do “Custo Brasil-Saúde” poderão ser aplicados na prevenção e nos programas do Ministério da Saúde.

Dentro da prerrogativa constitucional do Poder Legislativo de fiscalizar as ações do Poder Executivo, a Frente terá por objetivo criar um canal de reivindicação permanente no intuito de alocar recursos e pessoal para a preservação e a segurança dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Desta forma contribuiremos para a prevenção e tratamento dos pacientes portadores de hepatites, bem

como para auxiliar os que necessitam de transplante e transplantados.

Senhor Parlamentar, sua participação é pois, imprescindível, para juntos, como legítimos representantes do povo brasileiro que somos, podermos assegurar-lhes condições, minimizado o sofrimento dos pacientes portadores das hepatites e garantindo procedimentos clínicos, cirúrgicos e abastecimento de medicamentos a população.

Certo de podermos contar com sua especial atenção e valioso apoio para o pleno êxito desta iniciativa, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência votos de estima, apreço e admiração. – Deputado **Geraldo Thadeu**, – Deputada **Ângela Guadagnin**, – Deputado **Nelson Proença**, – Deputada **Mariângela Duarte**, – Deputado **Fernando Gabeira**, – Deputado **Pedro Henry**.

Publique-se.

Em 29-4-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 165, DE 2004

(Do Sr. Zequinha Marinho)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Pólo de Desenvolvimento de Xinguara e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Xinguara.

Despacho: Às Comissões de o da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar o Pólo de Desenvolvimento de Xinguara, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União e do Estado do Pará e dos Municípios contemplados, conforme o previsto no inciso IX do art. 21, no art. 43, e no inciso IV do art. 48 da Constituição Federal.

§ 1º A área de abrangência e influência do pólo que trata este artigo é constituída pelos Municípios de Xinguara, Sapucaia, Piçarra, Rio Maria e Bannach, no Estado do Pará.

§ 2º Os Municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de Municípios citados no parágrafo anterior passarão a compor, automaticamente, o Pólo de Desenvolvimento de Xinguara.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Administrativo que coordenará as ações go-

vernamentais no âmbito do Pólo de Desenvolvimento de Xinguara.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho Administrativo de que trata este artigo serão definidas em regulamento, assegurada a participação de representantes do Governo do Estado do Pará e dos Municípios situados no Pólo de Desenvolvimento e de representantes da sociedade civil.

Art. 3º Consideram-se de interesse comum do Pólo de Desenvolvimento de Xinguara as ações da União e os serviços públicos comuns do Estado do Pará e dos Municípios que o integram, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento econômico sustentável, conservação do equilíbrio socioambiental, geração de emprego e renda e implantação de infra-estrutura.

Art. 4º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Xinguara.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento de Xinguara, ouvidos os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas, critérios e procedimentos relativos às ações conjuntas previstas nos arts. 1º e 3º, de caráter federal, e aquelas de responsabilidade de entes federais.

Art. 5º Os incentivos ao desenvolvimento regional a serem implantados pelo Pólo de Desenvolvimento de Xinguara compreenderão:

I – igualdade de tarifas, fretes e seguros, e outros itens de custos e preços de responsabilidade do poder público, na forma do art. 43, § 2º, inciso I, da Constituição Federal;

II – linhas de crédito especiais para o financiamento das atividades prioritárias;

III – subsídios, remissões, isenções, reduções, diferimento temporário de tributos federais, devidos por pessoas físicas ou jurídicas, ou outros incentivos fiscais concedidos para o fomento de atividades produtivas;

IV – outros benefícios com tratamento fiscal diferenciado.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos II, III e IV deste artigo, a concessão ou ampliação de benefício ou de incentivo de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, será acompanhada de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início de sua vigência e nos dois seguintes;

II – demonstração do atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – demonstrativo de que a renúncia de receita foi considerada na estimativa da receita da Lei Orçamentária Anual e de que não afetará as metas de resultados

Brasília-DF, 1º de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Ao cumprimentar Vossa Excelência, colho do ensejo para encaminhar-lhe, em apenso, ata da reunião

de Assembléia Geral contendo a aprovação do Estatuto da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, instituída por força de Termo de Adesão, subscrito por 64 (sessenta e quatro) parlamentares, conforme relação anexada à própria Ata.

Informo-lhe, por oportuno, que a referida Frente foi proposta de minha autoria, sendo que os membros da Mesa Diretora e Conselho Fiscal foram eleitos na mesma reunião de Assembléia Geral acima referida.

Atenciosamente, – **Raimundo Santos**, Deputado Federal (PL-PA).

ATA DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DAS HIDROVIAS NACIONAIS E ELEIÇÃO DE SUA MESA DIRETORA E CONSELHO FISCAL

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatro, às 9:00 horas, no Plenário 2, Anexo II, da Câmara dos Deputados, reuniram-se em Assembléia Geral vários Parlamentares para discutir e aprovar o estatuto da FRENTE PARLAMENTAR DAS HIDROVIAS NACIONAIS, instituída por força de Termo de Adesão, subscrito por 64 (sessenta e quatro) Parlamentares, conforme relação anexada à presente ata, tendo, ainda, como pauta da referida reunião, a eleição dos membros da respectiva Mesa Diretora e Conselho Fiscal. Por indicação dos presentes, o Deputado RAIMUNDO SANTOS assumiu a presidência da reunião, convidando, de pronto, o Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO para secretariar os trabalhos. Em seguida, o Presidente argumentou, à exaustão, a necessidade do equilíbrio do modal do transporte brasileiro, dando ênfase à premência de se utilizar o sistema hidroviário nacional, por ser o transporte sobre águas o mais barato, tanto no aspecto de implantação, quanto na manutenção e frete. Ato contínuo, submeteu ao exame dos presentes uma proposta de estatuto para, em sendo aprovada, reger a mencionada Frente Parlamentar. Discutida a proposta, foi por todos aprovada, na íntegra, conforme texto ao final transcrito. Dando seqüência aos trabalhos, foi procedida a eleição da Mesa Diretora e Conselho Fiscal, sendo eleitos por aclamação e imediatamente empossados, nos moldes do Art. 5º do estatuto, para exercerem mandato no período de 17 de novembro de 2004 a 16 de novembro de 2005, os seguintes integrantes, nos seus respectivos cargos: RAIMUNDO SANTOS, para o cargo de Presidente; MAURÍCIO RABELO como 1º Vice-Presidente; WELLINTON FAGUNDES como 2º Vice-Presidente; COSTA FERREIRA como 1º Tesoureiro; PHILEMON RODRIGUES como 2º Tesoureiro; PEDRO RIBEIRO como 1º Secretário; REINALDO BETÃO como 2º Secretário; HELENO SILVA e LUCIANO CASTRO como vogais; MIGUEL DE SOUZA, NEUTON LIMA, MILTON CARDIAS, GILBERTO NASCIMENTO e PASTOR FRANKEMBERGEN como titulares do Conselho Fiscal e, como suplentes, NEUCIMAR FRAGA, SANDRO MABEL E EDNA MACEDO. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, PEDRO

RIBEIRO, lavrei a presente Ata que, após a transcrição do estatuto aprovado, vai por mim assinada, pelos eleitos e demais presentes à Assembléia Geral.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DAS HIDROVIAS NACIONAIS

Art. 1º – A Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais é uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional, integrada por Deputados Federais e Senadores da República.

Parágrafo Único – A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e por tempo indeterminado.

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais:

- I. Defender as hidrovias nacionais como modal de transportes e fator de integração nacional;
- II. Discutir custos de implantação, construção, manutenção e frete;
- III. Discutir o potencial das bacias hidrográficas brasileiras e a necessidade de utilizar mais intensamente os seus rios como modal de transporte;
- IV. Debater a dimensão territorial brasileira e a baixa utilização da navegação interior;
- V. Analisar a utilização do transporte hidroviário no mundo desenvolvido;
- VI. Debater a estrutura dos portos hidroviários do Brasil;
- VII. Discutir o equilíbrio da matriz do transporte brasileiro;
- VIII. Estudar a viabilidade econômica das hidrovias;
- IX. Mensurar, analisar e debater a importância econômico-social das hidrovias, no tocante a geração de emprego e renda e ao turismo Flúvio-Ecológico;
- X. Debater o desenvolvimento sustentável como alternativa de crescimento econômico (indivíduo, nação etc);
- XI. Analisar a questão dos impactos ambientais;
- XII. Inserir recursos no Orçamento Geral da União para fomentar o sistema hidroviário brasileiro.

Art. 3º - Integram a Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais:

- I. Como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, subscreveram o Termo de Adesão ou que no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto, vierem a se inscrever;
- II. Como membros efetivos os parlamentares que subscreverem o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;
- III. Como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessarem pelos objetivos da Frente, os Parlamentares Estaduais, os Vereadores, os presidentes da AITHAR, AHIMOR, AHIMOC, AHSFRA, AHINOR, AHSUL, AHRANA, AHIPAR, do CONAMA, e das Administrações Portuárias de todo o Brasil.

Parágrafo Único - O suplente de Deputado, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo a perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 4º - É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, sendo permitido, tão somente, o reembolso de despesas decorrentes de missões específicas, devidamente comprovadas.

Parágrafo Único - A Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais contará com recursos próprios, provenientes da doação de seus membros, cuja regulamentação contará do Regimento Interno.

Art. 5º - São órgãos de Direção da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais:

- I. A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;
- II. A Mesa Diretora, integrada por Presidente, dois Vice-Presidentes, com dois Tesoureiros, dois Secretários e dois Vogais.

- III. Conselho Fiscal, constituído por cinco membros Titulares e três Suplentes.

Art. 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes a cada ano, nos meses de abril e agosto, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa ou pela expressiva manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcados, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos, e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 7º - Compete à Assembléia Geral:

- I. Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais;
- II. Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;
- III. Eleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal, para o mandato de um ano;
- IV. Admitir ou demitir membros;
- V. Autorizar a constituição de Comissões Permanentes e, se necessário, a constituição de uma Secretaria Executiva;
- VI. Examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora pelo Conselho Fiscal, aprovando seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;
- VII. Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;
- VIII. Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, Pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.
- IX. Zelar pelo cumprimento das finalidades da frente.

Art. 8º - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante divulgação no serviço de som da Câmara dos Deputados, bem como nas emissoras de Rádio e de Televisão da referida Casa, sem prejuízo da divulgação, por mala direta, nos escaninhos dos Parlamentares.

Art. 9º – Compete à Mesa Diretora:

- I. Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais;
- II. Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros e a outros membros da Frente, designar um Secretário Executivo, se autorizado pela Assembléia Geral, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio, desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar *apoio logístico e de pessoal à mesa da Câmara dos Deputados*;
- III. Ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembléia Geral;
- IV. Receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente;
- V. Admitir ou demitir membros, no interregno das assembleias gerais ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembléia Geral;
- VI. Manter contato com a Mesa Diretora e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados, com vistas ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas governamentais, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;
- VII. Contratar assessores que opinem nas questões relativas às finalidades da Frente, se autorizados pela Assembléia Geral;
- VIII. Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;
- IX. Elaborar um regimento interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia, previamente distribuída;
- X. Firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações governamentais;

XI. Exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 10º - Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Único - Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais tem início no dia 1º de julho e encerra no dia 31 de junho do ano seguinte.

Art. 11º - Os cargos de direção da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de seus mandatos, admitindo-se a participação de suplentes de Deputado, que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos da Frente.

A Mesa Diretora da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais é constituída de um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, cujas funções serão definidas no Regimento Interno a ser elaborado.

Parágrafo Único - Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial, em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo Tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 12º - A Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, terá um regimento interno, subsidiário do presente estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros e na destituição de seus diretores.

Parágrafo Único - O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 13º - No caso de extinção da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, os seus bens, móveis e imóveis, assim como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantropo, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo Único – A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 14º - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar das Hidrovias Nacionais, quando também se dará a eleição e posse da primeira Diretoria e Conselho Fiscal.

Brasília(DF), 17 de novembro de 2004

[illegible]

766–A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico. Cordiais Saudações. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-3-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of.P – nº 15/2005

Brasília, 9 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.805–A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-3-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of nº 26/05

Brasília, 10 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcante
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comunicar a criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR-319.

Senhor Presidente,
Venho pelo presente, comunicar a V. Ex^a através dos apoiantes em anexo a Criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR–319, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Rondônia, sem ônus para a Casa.

A Frente Parlamentar tem por finalidade, entre outros, de:

a) estimular o amplo debate sobre o Transporte Rodoviário Nacional;

b) estudar, propor e defender política de investimentos públicos e privados na Região Amazônica;

c) equilíbrio e isonomia entre regiões, diminuindo as desigualdades sociais e regionais;

d) integração dos Estados pertencentes à Amazônia Ocidental com os demais Estados da Federação;

e) maior participação no processo produtivo-econômico do país e, por consequência, maior número de empregos, de distribuição de renda, justiça social e arrecadação de tributos;

f) essa integração significa além da aproximação física territorial entre povos, como também um instrumento desenvolvimentista e de segurança.

Tendo em vista o procedimento adotado por esta Casa no reconhecimento das outras Frentes Parlamentares, solicito a V. Ex^a a igualdade no tratamento a elas dispensado.

Outrossim, solicito a publicação e notificação dos Órgãos oficiais da Câmara dos Deputados da constituição da Frente Parlamentar em Defesa da BR–319, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Rondônia.

Certo de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, despeço-me, apresentando meus sinceros cumprimentos. – **Humberto Michiles**, Deputado Federal PL/AM.

Publique-se.

Em 14-3-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 124/05 – FP

Brasília, 1º de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Venho pelo presente, informar à Vossa Excelência, que no dia 24 de novembro de 2005, foi realizada, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a Assembléia de Fundação da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, quando foi aprovado o Estatuto e eleitas a primeira Diretoria e Comissão Consultiva da Frente.

Solicito à Vossa Excelência, que determine a publicação e o registro nos anais da Casa, para tanto, anexamos a relação dos membros, a cópia do Estatuto, a composição da Diretoria e a Comissão Consultiva.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Magalhães**, Presidente da FPPR.

**FRENTE PARLAMENTAR DAS
PROFISSÕES REGULAMENTADAS**

MESA DIRETORA

Presidente: Deputado Paulo Magalhães
Vice-Presidente: Senador Efraim Morais
Secretário: Deputado Jovair Arantes

COMISSÃO CONSULTIVA

Senador Papaléo Paes – Deputada Yeda Crusius
– Deputado Carlos Willian – Deputado José Roberto Arruda – Deputado Marcelo Ortiz – Deputado Cláudio Cajado – Deputado Maurício Rands – Deputado Rafael Guerra – Deputado Tarcísio Zimmermann – Deputado Virgílio Guimarães – Deputado Jovair Arantes – Deputado Paulo Magalhães.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE INSTALAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS, DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA E DA COMISSÃO CONSULTIVA.

Aos 24 dias do mês de novembro de 2004, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, às 15:00 horas, deu-se início à Primeira Assembléia Geral da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, convocada e presidida pelo Coordenador da Criação da Frente o Deputado Paulo Magalhães, com a participação na mesa dos Parlamentares: Senador Efraim Morais, Deputado Virgílio Guimarães e Deputado Cláudio Cajado, também integrou a mesa o Dr. Humberto Tannus Júnior - Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas e Presidente do Conselho Federal de Economia. Usaram da palavra, o Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais, o Dr. Humberto Tannus Junior que enalteceu a importância da criação da Frente para todas as categorias profissionais e seus Conselhos Fiscalizadores e forneceu os números que compõem o universo das profissões regulamentadas. Na sequência discursou o Senador Efraim Morais que destacou a importância da Frente como interlocutora da sociedade e dos Conselhos nos assuntos que afetam as profissões regulamentadas, também discursou o Deputado Virgílio Guimarães que fez explanações sobre as relações entre o Parlamento e as categorias profissionais e a Frente se colocará como importante mecanismo de debate dos assuntos no Congresso Nacional, por fim, usou da palavra o Deputado Paulo Magalhães que destacou os principais problemas que afligem os Conselhos Profissionais e algumas matérias que tramitam no Congresso Nacional que interessam o setor. Terminadas as manifestações o Presidente da Assembléia colocou em discussão o Estatuto da Frente Parlamentar que havia sido distribuído previamente aos membros, como não houve quem desejasse se manifestar, o Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. Dando sequência, o Presidente da Assembléia passou à eleição da Mesa Diretora e à Comissão Consultiva. Anunciada a Chapa 1, única apresentada com os seguintes candidatos: Presidente : Deputado Paulo Magalhães, Vice-Presidente: Senador Efraim Morais, Secretário: Deputado Jovair Arantes, Comissão Consultiva: Senador Papaléo Paes, Deputada Yeda Crusius, Deputado Carlos Willian, Deputado José Roberto Arruda, Deputado Marcelo Ortiz, Deputado Cláudio Cajado, Deputado Maurício Rands, Deputado Rafael Guerra, Deputado Tarcísio Zimmermann e Deputado Virgílio Guimarães. Colocada em votação foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Paulo Magalhães ressaltou a presença de 28 (vinte oito) Conselhos Federais e 61 (sessenta um) convidados que se fizeram presentes, encerrou os trabalhos às 17:00 horas. Lavrada a Ata, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Secretário e Presidente da Frente.



DEPUTADO JOVAIR ARANTES



DEPUTADO PAULO MAGALHÃES

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS

CAPÍTULO I

Da denominação, Natureza, Duração, Sede e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas é uma entidade civil, de interesse público, de natureza política, suprapartidária, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, composta por deputados federais e senadores da República no exercício de seus mandatos, tem por finalidade:

I – Apoiar e defender os ideais das profissões regulamentadas, representada por todos os Conselhos Fiscalizadores das Profissões Regulamentadas;

II – Promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e os Conselhos Fiscalizadores das Profissões, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao seu desenvolvimento;

III – Acompanhar o Processo Legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse das profissões regulamentadas;

IV – Subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse das profissões regulamentadas e de seus Conselhos Fiscalizadores;

V – Atender as demandas políticas das profissões regulamentadas e de seus legítimos representantes;

VI – Acompanhar os assuntos de interesse no Executivo, Legislativo e Judiciário, visando apoiar politicamente as posições das profissões regulamentadas.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º A Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas tem a seguinte estrutura:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Comissão Consultiva.

§ 1º A Assembléia Geral integrada pelos membros parlamentares, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os cargos.

§ 2º A Mesa Diretora integrada por Presidente, Vice-presidente. Secretário.

§ 3º A Comissão Consultiva composta por 10 parlamentares e coordenada por um parlamentar eleito entre seus membros.

§ 4º Os mandatos da Mesa Diretora e da Comissão Consultiva são equivalentes à Legislatura, admitindo-se a reeleição.

§ 5º A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente, uma vez a cada 4 (quatro) anos, no mês de abril e extraordinariamente tantas quantas forem necessárias.

§ 6º No início de legislatura, em abril, durante a Assembléia Ordinária serão escolhidas a Mesa Diretora e a Comissão Consultiva.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 4º A Assembléia Geral compete:

I – Eleger e destituir os membros da Mesa Diretora e da Comissão Consultiva;

II – Zelar pelo cumprimento das disposições deste estatuto;

III – Alterar o presente estatuto;

IV – Deliberar sobre assuntos para os quais for convocada;

V – Conceder títulos honoríficos a parlamentares, autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem nas análises e na prática de políticas e ações em prol do desenvolvimento e do aperfeiçoamento das profissões regulamentadas.

Art. 5º Compete à Mesa Diretora:

I – Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente;

II – Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

III – Manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado, e demais Casas Legislativas sediadas no Brasil e no Exterior;

IV – Nomear comissões e missões externas, indicando seus membros.

Art. 6º Compete à Comissão Consultiva:

I – Contribuir com a Mesa Diretora na condução da Frente;

II – Apreciar a indicação à Assembléia Geral de nomes a serem agraciados com Títulos Honoríficos;

III – Analisar, formular pareceres e sugerir posicionamentos da Frente Parlamentar sobre matérias afetas às profissões regulamentadas.

Art. 7º Ao Presidente da Frente compete:

I – Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente;

II – Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e da Assembléia Geral;

III – Representar socialmente a Frente em atividades internas do Congresso e externas;

IV – Praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente;

V – Convocar audiências públicas e convidar participantes e debatedores.

Art. 8º Ao Vice-presidente compete:

I – Substituir o presidente em ausências e seus impedimentos;

II – Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas;

Art. 9º Ao Secretário Geral compete:

I – Substituir o presidente e o vice-presidente em ausências e seus impedimentos;

II – Secretariar as reuniões da Mesa Diretora e das Assembléias Gerais;

III – Manter arquivo e memória da Frente;

IV – Expedir os demais atos normativos e deliberativos da Frente para todos os seus membros e para pessoas e instituições interessadas ou envolvidas.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 10. As dúvidas e os casos omissos surgidos serão dirimidos pela Diretoria e submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 11. A alteração do presente estatuto, bem como a extinção da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas ocorrerão somente em Assembléia Geral Extraordinária convocada especificamente para tal fim e aprovada por pelo menos 2/3 (dois terços) de votos favoráveis, exigindo-se quórum de 2/3 (dois terços) dos membros em exercício.

Art. 12. No início de nova legislatura, qualquer membro remanescente da Frente poderá solicitar a Reunião Ordinária de Eleição da Mesa Diretora e da Comissão Consultiva.

Art. 13. A qualquer momento novos membros poderão ser admitidos na Frente.

Art. 14. O ingresso na Frente é feito por livre adesão, por deputados federais e senadores da República, no exercício de seus mandatos, mediante assinatura do termo próprio, respeitando as normas deste estatuto.

Parágrafo único. A desfiliação se dará por solicitação expressa do demissionário ao Presidente da Frente.

Art. 15. A primeira Assembléia Geral será presidida pelo Coordenador de criação da Frente Parlamentar.

Art. 16. A eleição para a Diretoria e os membros da Comissão Consultiva será por chapa completa.

§ 1º Após a aprovação deste estatuto na primeira Assembléia Geral será feita a eleição da primeira Mesa Diretora e Comissão Consultiva.

§ 2º As chapas concorrentes para eleição da Mesa Diretora e da Comissão Consultiva serão apresentadas nos momentos que antecedem a eleição.

Brasília, 24 de novembro de 2004. – Deputado **Jovair Arantes**, Secretário – Deputado **Paulo Magalhães**, Presidente.

MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
Tratamento	Nome Parlamentar	Partido	UF	Gabinete	Anexo	TELEFONE
SENADOR	EFRAIM MORAIS	PFL	PT	21	SENADO	311-2425
SENADOR	NEY SUASSUNA	PMDB	PB	2	SENADO	311-4345
SENADOR	PAPALEO PAES	PMDB	RO	19	SENADO	311-3253
DEPUTADA	ANN PONTES	PMDB	PA	919	4	215-5919
DEPUTADO	ÁTILA LIRA	PSDB	PI	640	4	215-5640
DEPUTADO	B. SA	PPS	PI	643	4	215-5643
DEPUTADO	CARLITO MERSS	PT	SC	273	3	215-5273
DEPUTADO	CARLOS ALBERTO LEREIA	PSDB	GO	830	4	215-5830
DEPUTADO	CARLOS MOTA	PL	MG	578	3	215-5578
DEPUTADO	CARLOS WILLIAN	PSC	MG	472	3	215-5472
DEPUTADA	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	528	4	215-5528
DEPUTADO	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	630	4	215-5630
DEPUTADO	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	317	4	215-5317
DEPUTADO	DARCI COELHO	PP	TO	309	4	215-5309
DEPUTADO	DELFIN NETTO	PP	SP	511	4	215-5511
DEPUTADO	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	221	4	215-5221
DEPUTADO	ELISEU RESENDE	PFL	MG	204	4	215-5204
DEPUTADO	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA	912	4	215-5912
DEPUTADO	FERNANDO CORUJA	PPS	SC	245	4	215-5245
DEPUTADO	FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	512	4	215-5512
DEPUTADO	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	418	4	215-5418
DEPUTADO	GILBERTO KASSAB	PFL	SP	828	4	215-5828
DEPUTADO	GILMAR MACHADO	PT	MG	262	4	215-5262
DEPUTADA	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	421	4	215-5421
DEPUTADO	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	735	4	215-5735
DEPUTADO	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG	854	4	215-5854
DEPUTADO	JOVAIR ARANTES	PTB	GO	504	4	215-5504
DEPUTADA	JUÍZA DENISE FROSSARD	S.PART.	RJ	330	4	215-5330
DEPUTADO	LEONARDO MATTOS	PV	MG	914	4	215-5914
DEPUTADO	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	922	4	215-5922
DEPUTADO	LUIZ CARREIRA	PFL	BA	408	4	215-5408
DEPUTADO	LUIZ COUTO	PT	PB	442	4	215-5442
DEPUTADO	MARCELO ORTIZ	PV	SP	931	4	215-5931
DEPUTADO	MAURÍCIO RANDS	PT	PE	237	4	215-5237
DEPUTADO	MUSSA DEMES	PFL	PI	712	4	215-5712
DEPUTADO	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	920	4	215-5920
DEPUTADO	NEY LOPES	PFL	RN	326	4	215-5326
DEPUTADO	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	260	4	215-5260
DEPUTADO	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	903	4	215-5903
DEPUTADO	PAULO ROCHA	PT	PA	483	3	215-5483
DEPUTADO	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226	4	215-5226
DEPUTADA	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	206	4	215-5206
DEPUTADO	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	239	4	215-5239
DEPUTADO	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	462	4	215-462
DEPUTADO	TARCISIO ZIMMERMANN	PT	RS	372	3	215-5372
DEPUTADA	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724	4	215-5724
DEPUTADO	VILMAR ROCHA	PFL	GO	644	4	215-5644
DEPUTADO	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	275	3	215-5275
DEPUTADO	WASNY DE ROURE	PT	DF	379	3	215-5379
DEPUTADO	WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	534	4	215-5534
DEPUTADA	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956	4	215-5956
DEPUTADO	ZARATTINI	PT	SP	924	4	215-5924

Publique-se.
Em 14/03/2005


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Of. P– 71/04

Brasília, 20 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 6.904/02 – do Senado Federal (PLS Nº 45/02) – que “denomina Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho a ponte sobre o Rio Tacutu, na BR-401, km 120, no Município de Bonfim, no Estado de Roraima”.

Atenciosamente, – Deputado **Wellington Roberto**, Presidente.

Publique-se.

Em 17-11-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P – 76/04

Brasília, 20 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa. que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 5.218-A/01 – do Sr. Alberto Fraga – que “estabelece a obrigatoriedade de um profissional da área de saúde nos vôos com duração superior a duas horas e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Wellington Roberto**, Presidente.

Publique-se.

Em 17-11-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. I. 56/2004.

Brasília, 11 de novembro de 2004

Exm^o. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados
Deputado João Paulo Cunha
Nesta

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,

Venho por meio deste ofício dar conhecimento a Vossa Excelência do funcionamento nesta Casa da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros, constituída em 15 de outubro de 2003.

A Frente foi formada com o objetivo de analisar o sistema financeiro, a composição da dívida, os seus índices de correção e pagamento de juros e o seu impacto sobre o projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Tal proposta se fez necessário para instrumentalizar adequadamente os Parlamentares na proposição de encaminhamentos e medidas pertinentes ao sistema financeiro, à dívida pública e à política de juros, pela ótica de implementação do desenvolvimento econômico e social do país, comprometido com a inclusão social. Sabidamente a dívida pública constitui-se num dos grandes desafios do governo, permanente sangria de recursos públicos para o sistema financeiro, comprometendo claramente a adoção de políticas públicas direcionadas ao resgate social, bem como a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento ao flagelo da fome, da miséria e do desemprego em nosso país.

Debruçar-se, pois, sobre tais problemas é, além de urgente, decisivo para contribuir com o projeto de mudanças tão caro e necessário para o nosso país, buscando alternativas à situação de dificuldades que nos encontramos.

Atenciosamente, – Dra. **Clair Martins**, Deputada Federal – PT/PR.

Publique-se.

Em 17-11-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Cf. GDFF 326/2004

Brasília – DF, 16 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a o Lançamento, Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Frente Parlamentar pela Paz e pelo Desarmamento, ocorrido, nesta terça-feira, dia 16-11, às 16 horas, no Plenário 11, do Anexo II – Ala das Comissões Permanentes, na Câmara dos Deputados.

Trata-se de evento suprapartidário de grande importância, com adesão de mais de 100 (cem) parlamentares.

Informo a Vossa Excelência, que estiveram presentes, além de diversos parlamentares, os Representantes do Ministério da Justiça; da Diretoria-Geral da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da LBV – Legião da Boa Vontade; e da CONASEMS – Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.

segmentos nutricionalmente mais vulneráveis, que estão espalhadas por todo o Estado, nos bolsões de pobreza.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2006. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

INDICAÇÃO Nº 9.416, DE 2006

(Do Sr. Carlos Nader)

Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome a implantação do Restaurante Popular no Município de Duas Barras – RJ.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

Sendo o Restaurante Popular integrado ao Bolsa Família e a programas do “Fome Zero”, sugerimos a Vossa Excelência a abertura de uma unidade no Município supra citado, no Estado do Rio de Janeiro.

Entendemos que, com a implantação do restaurante popular, além de propiciar alimentação para as pessoas que realizam suas refeições fora de casa, o Programa Fome Zero atenderá, dessa maneira, os segmentos nutricionalmente mais vulneráveis, que estão espalhadas por todo o Estado, nos bolsões de pobreza.

Certo de poder contar com ações de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2006. – Deputado **Carlos Nader**, PL-RJ.

REQUERIMENTO Nº 4.244, de 2006

(Do Senhor Luiz Piauhyllino)

Requer registro da Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular Brasileira – FPA-CPB, conforme ato da Mesa nº 69/05.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 15, incisos I e VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, requeiro registro da Frente Parlamentar de Apoio a Cultura Popular Brasileira – FPACPB, tendo o Deputado Luiz Piauhyllino como responsável legal.

A Frente Parlamentar de Apoio a Cultura popular Brasileira foi lançada dia 28 de junho de 2000, e soma hoje cerca de 200 componentes.

Encaminhamos, em anexo, ata da fundação, estatuto e relação dos componentes.

Sala das Sessões, de julho de 2006. – Deputado **Luiz Piauhyllino**.

Brasília, 20 de julho de 2006

Ao Setor de Registros e Atas,

De ordem do Deputado Luiz Piauhyllino e conforme orientação do Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, encaminhamos a relação de assinaturas originais dos parlamentares que aderiram a Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular Brasileira. – **Raquel Nunes Cordeiro de Araújo**, Assessora do Deputado Luiz Piauhyllino.

Estatuto

Frente Parlamentar da Cultura

Art. 1º A Frente Parlamentar da Cultura é uma pessoa jurídica de direito privado, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, conforme disposto nas normas do Código Civil Brasileiro, regulamentada pela legislação pertinente, pelo Estatuto e pela regulamentação a ser adotada por seus órgãos, constituída no âmbito da Câmara dos Deputados e integrada por Deputado Federais, com sede e foro no Distrito Federal.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar da Cultura:

a) acompanhar os programas e a política governamental para a Cultura, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

b) promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame de sua temática, divulgando seus resultados;

c) procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas culturais, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes na Câmara dos Deputados; melhorar a aplicação de políticas, programas e mecanismos existentes e, onde for necessário, desenvolver outros mais apropriados;

e) propor leis relacionadas à Cultura, acompanhar e apoiar a legislação existente;

f) promover o intercâmbio com entes assemelhados de Paramentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas estatais de apoio aos Governos locais.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar da Cultura:

a) como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevem o Termo de Adesão;

b) como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da Frente.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar da Cultura:

Parágrafo único. A Mesa Diretora, integrada por Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários, dois Tesoureiros e quatro vogais.

Art. 5º A Frente Parlamentar da Cultura reunir-se a em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Mesa Diretora:

- a)** organizar e divulgar programa, projetos e eventos da Frente Parlamentar da Cultura;
- b)** aprovar atas, relatórios e pareceres;
- c)** manter contato com a Mesa Diretora e com Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados, visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de desenvolvimento cultural, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- d)** praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;
- e)** tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 7º O mandato da Mesa Diretora tem a duração de dois anos, com início e término nos anos ímpares, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 8º Os cargos de direção da Frente Parlamentar da Cultura serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de mandato, admitida a participação de suplentes de Deputados que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores da Frente.

Parágrafo único. O suplente de Deputado, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo a perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 9º A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será feito pelos membros remanescentes, especialmente convocados, com esta finalidade.

Art. 10. Havendo consenso entre os respectivos membros, as eleições e demais deliberações da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal poderão ser efetivadas por aclamação.

Art. 11. A primeira eleição para os cargos de direção será convocada na reunião que se seguir à instalação da Frente.

Art. 12. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar da Cultura.

MANIFESTO

Frente Parlamentar de Apoio à Cultura Popular

“O universal não é o igual”.

“A cultura brasileira não é eliminatória é somatória”. Aloísio Magalhães.

O processo de globalização que estamos presenciando, aliado ao aparecimento de novos suportes tecnológicos de informação, tem provocado uma ameaça à identidade cultural dos países. A sociedade global tenta homogeneizar a cultura ao impor determinados padrões de comportamento e de consumo, que repercutem, principalmente, na língua e nos modos de vida da população.

No entanto, não podemos esquecer que, por força de nossa formação histórico-social, moldamos, nesses, quinhentos anos de história, uma sociedade pluriétnica, cuja diversidade cultural constitui sua característica marcante. No contexto dessa diversidade cultural, emergem as múltiplas manifestações populares, tecidas no cotidiano das relações sociais, no trabalho e no lazer da sociedade. É preciso, pois, estimular e preservar essas manifestações artísticas que constituem o cerne de nossa identidade cultural.

As manifestações de cultura popular, no Brasil, são a expressão visível da alma que construímos em nossos 500 anos de história.

Na sua totalidade, na extensão de nosso território, são essas manifestações que expressam verdadeiramente a nação que somos.

É a maior de nossas riquezas e contraditoriamente, em nossos dias, a mais frágil.

O povo brasileiro vai construindo a sua cultura, elaborando com suas criações, tanto individuais quanto coletivas, a nossa singularidade como nação.

Apesar de tudo, de todas as asperezas, os impedimentos, as barreiras de seu cotidiano, em todos os lugares, em cada ponto desse país, o trabalho obstinado de nossos artistas populares, vai tecendo essa extraordinária rede. Rede em que nosso espírito respira

um novo mundo, construído de tantas e tão diversas culturas. Impossível desconhecer esses arquitetos de nossa humanidade. Impossível manter o olhar distante, no máximo paternalista, o que talvez disfarce a idéia de que arte popular é arte “menor” e que pobreza e mesmo a miséria, são o seu habitat natural.

As tradições ibéricas, africanas e indígenas, se entrelaçando, transmitindo seus conhecimentos milenares para possibilitar que criemos um mundo realmente novo, aquele em que as melhores lições da história humana sejam o alicerce das novas construções.

A cultura popular é dinâmica, se recria, se expande. No caso brasileiro ela tem sido, permanentemente, uma rica e saudável fonte de realimentação e oxigenação das chamadas “artes cultas”. Por isso mesmo, de certa forma, tem obrigado, críticos e teóricos, de um modo geral, a mudar seus conceitos de arte.

Essa arte e essas manifestações, permanentemente, representam-nos no exterior, além de gerarem uma enorme receita com o turismo, que, exatamente, elas, em sua beleza e singularidade, atraem para o país.

Há que anotar ainda, que essas expressões são, já há algum tempo, um caudaloso filão de nossa produção acadêmica.

De tudo isso o que retorna a elas? Que apoio? Que estímulos?

Exatamente essa reflexão gerada na convivência com aqueles que criam e sustentam a cultura popular em Pernambuco nos levou a propor a frente parlamentar de apoio à cultura popular brasileira.

Mais um passo no fortalecimento de nossa cidadania plena; mais um passo na construção de nossa tão sonhada democracia. Uma vez que esta Frente se propõe a:

- garantir o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes genuínas da cultura nacional a todos os brasileiros, indistintamente, como condição indispensável ao alcance da plena cidadania;
- estabelecer mecanismos de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme preceitua o art. 216 da Constituição Federal, sobretudo no que se refere aos bens culturais imateriais, que expressam manifestações da cultura popular;
- incentivar e difundir as manifestações artísticas e culturais representativas dos diversos segmentos étnicos formadores da civilização brasileira;
- abrir espaços para a divulgação da cultura popular mediante regulamentação dos dispositivos constitucionais presentes nos incisos II e III do art. 221 da Constituição Federal, que objetivam, em última instân-

cia, a regionalização da produção cultural nos meios de comunicação de massa;

- estabelecer canais efetivos de comunicação e diálogo com a Universidade, os Centros de Pesquisa e Documentação existentes no País, os movimentos populares e demais instâncias interessadas na preservação e divulgação da cultura popular, com a finalidade de articular dinamicamente a produção acadêmica e as experiências sociais na área.

- A constituição dessa Frente Parlamentar atende à necessidade de se propor leis relacionadas à cultura popular além do acompanhamento e apoio à legislação já existente. Para tanto, torna-se imprescindível o conhecimento de nossa cultura popular, no plano nacional, e a urgência na atenção e reconhecimento de suas manifestações para além de uma exploração que tenha como finalidade única vantagem econômica e política imediata. Faz-se, então, necessário:

- mobilizar a sociedade em torno da arte e cultura popular;
- provocar o pensamento erudito para a reflexão sobre a cultura do povo;
- pensar ações concretas que estimulem a circulação e as trocas regionais;
- apresentar meios, por intermédio de legislações específicas, que possibilitem a auto-sustentação das manifestações populares (utilização das leis de incentivo à cultura existentes, por exemplo).

Ações propostas:

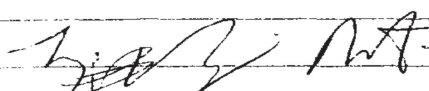
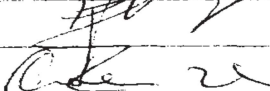
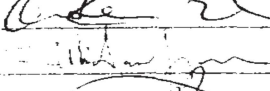
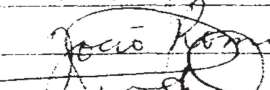
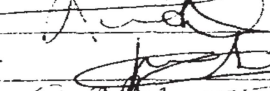
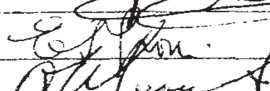
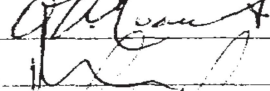
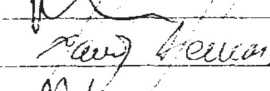
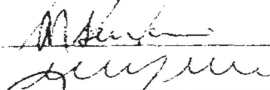
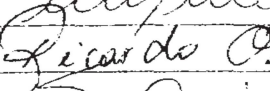
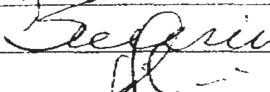
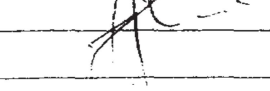
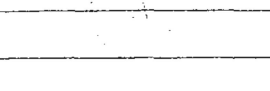
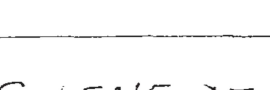
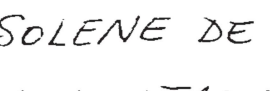
- Seminários regionais (em articulação com as Secretarias de Cultura dos Estados). Tendo como objetivo:

- Levantamento nacional das manifestações populares (existência e situação atual);
- Levantamento nacional das entidades dedicadas às manifestações de cultura popular.
- Reunião de estudiosos e pesquisadores para reflexão e proposição de ações que não descaracterizem as manifestações populares.
- Articulação da produção acadêmica sobre a cultura popular: inventário de teses e pesquisas realizadas e articulação dessa produção com o trabalho dos artistas e produtores para que, dessa forma, essas teses e pesquisas venham a ter uma aplicação efetiva.
- Obter subsídios para proposição e acompanhamento de leis relacionadas com as questões da cultura popular e a produção de suas manifestações.

== FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO A ==
 == CULTURA POPULAR BRASILEIRA ==

ÀS 1430 HS DO DIA 28 DE JUNHO DO ANO 2000, TENDO COMO LOCAL O AUDITÓRIO NEREU RAMOS, ANEXO II DA CÂMARA DE DEPUTADOS, FOI INSTALADA EM ATO SOLENE, A FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO A CULTURA POPULAR BRASILEIRA.

PRESENTES:

- | | |
|--|--|
| 1 -  | DEP. LUIZ PIAUHYRINO |
| 2 -  | DEP. ELMAR M. DE AZEVEDO - MINC |
| 3 -  | OCTAVIO ELITIO A. BRITO - MIN. Cultura |
| 4 -  | UBIRATAN AZEVEDO - |
| 5 -  | JOÃO ROMA NETO - MINC |
| 6 -  | PEDRO EUPEN |
| 7 -  | JULIO SEMEGHINI |
| 8 -  | ESTHER BLOSS |
| 9 -  | OSMAR MORAES |
| 10 -  | ATAULIZIO GÓES |
| 11 -  | FLÁVIO ALENCASTRO - PSDB |
| 12 -  | DEP. MARLENE SENA |
| 13 -  | DEP. PAULO ROBERTO |
| 14 -  | Consultor Legislativo |
| 15 -  | PROFESSOR LEIZINHO - PT/SP |



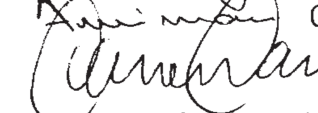
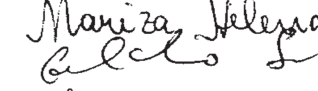

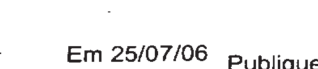
ATO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA FRENTE
 PARLAMENTAR DE APOIO A CULTURA POPULAR
 BRASILEIRA

AUDITÓRIO NEREU RAMOS - CÂMARA DE DEPUTADOS
BRASÍLIA 28 DE JUNHO DE 2000

PRESENTES:

- 1 - Daniel C.D. de Menezes - DAN/UNB
- 2 - Marielle Costa Gonçalves - UNB
- 3 - ABEC AMANO'S S/INTE - EL6 Consultoria
- 4 - Anete Vidal - ELATRONORTE.
- 5 - ~~GRAC - FINA~~
- 6 - ~~GRAC - FINA~~
- 7 - Maria Sylvia de Souza
- 8 - Dorozize U. de A. Soares - INCRA
- 9 - ~~GRAC - FINA~~ - DEP. LUIZ PIAUHLINO
- 10 - ~~GRAC - FINA~~
- 11 - Maria - ~~GRAC - FINA~~ - Escólinha - Ester Gross
- 12 - Francineia Domingos Oliveira - ex. dep Ester Gross
- 13 - Juarez dos Anjos CD - CUT - DF -
- 14 - Valério Costa - Benedito (CUT/DF)
- 15 - Nair Cristina da S. Suboti - FEDF (Programa Volta aos Estudos)
- 16 - Norberto Klein - Comissão Educação, Cultura e Desporto.
- 17 - Maria Duarte - Comissão Educação, Cultura, Desporto
- 18 - Heloísa R. Helb de Aguiar - Secretária Executiva
- 19 - Odair Elno Almeida Brito - Ministério da Cultura
- 20 - Glauco C. Borges Lima - UNB.
- 21 - Carla Zaidan Alves - UNB - artes e culturas
- 22 - Antonio de Jesus
- 23 - Raimundo Benedito Al
- 24 - Laureano Moreira de Souza
- 25 - Maria da A. da Silva
- 26 - José Augusto de F. da Silva
- 27 - ~~GRAC - FINA~~

- 8 - Antônio e Feiva
- 3 - José
- 2 - Manoel
- 1 - Elenice Viana dos Santos
- 2 - Orlando da Silva Souza
- 3 - Carlos Roberto da Costa
- 1 - ANTONIO ROBERTO J. M.
- 3 - Antônio Albuquerque de F. e Silva
- Antônio Oliveira da Luz
- F. e Silva
- 1 - Salvador dos Santos Soares
- 1 - Alson Barbosa de Sousa
- 2 - Jamilton M. Pereira
- 1 - Antônio da Silva
- 2 - Agnelo M. de Jesus
- 3 - A. M. E. D. S.
- 4 - MANOEL LOPES de Almeida
- 5 - João da Silva
- 6 - Adilson da Silva
- 4 - Major R. e Silva
- 8 - Mattias Machado
- 9 - F. e Silva
- 10 - F. e Silva
- 1 - A. R. G. S. - RECIFE - PS
- 2 - João Romeu N. - RECIFE - PE
- 3 - M. e Silva - DER - FEDERAL - PSDB - E
- 4 - F. e Silva - Lid. PSDB
- 5 - PPS/PE

- 6-  - PSDB/SR
- 7- Antonio Rubens L. Silva - PCdoB
- 8- ESTHER GROSSI PT
- 9- Olívia Lofel de M. and. Juscelino - DF
- 10- TANIZIO GOES COM. AGUC - CÂMARA DEPUTADOS
- 1- Lj. Balthio Roberto Filho
- 2- Rogério Nunes de Gusmão - Câmara
- 3- Maria Esclara Borral - CD
- 4- Luis de Alencar
- 5- Ana Lúcia A. de Souza CD
- 6- Leonardo Araújo Emerick / estudante
- 7- JOSÉ ROBERTO - SINDICATOS
- 8-  - UNB
- 9- Flávia Regina Silva Castro planário
- 10- Tomaz dos Prazeres Castro de Sousa Vigante
- 1- ENIO J. Dethlefsen
- 2- Joaquim Castalcanta Rodrigues - Povo
- 3-  - do Conselho
- 4- Marlene Macedo - Escócia
- 5- Mariza Helena Ferreira - Est. DIREITO
- 6-  - A
- 7-  - A
- 78- FÉLIX DANTAS 624 734: AME 4
- 79- Idalberto Jureira
- 80- Humberto A. Brasilense R
- 81- 

Em 25/07/06 Publique-se

ALDO REBELO
Presidente

434

nesta data, em cumprimento ao art. 58 do Regimento Interno.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação referido projeto e parecer a ele oferecido.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

– Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

Publique-se.

Em 12-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. Nº 92-PP/2004 – CCJC

Brasília, 5 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 6.857-A/02, nesta data, em cumprimento ao art. 58 do Regimento Interno.

Solicito a Vossa Excelência referido projeto e parecer a ele oferecido.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

– Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

Publique-se.

Em 12-5-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OFÍCIO Nº 95/2004-P

Brasília, 29 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

De acordo com as alterações introduzidas com a aprovação da Resolução nº 20, de 17 de março de 2004, que modifica as atribuições das Comissões Permanentes, solicito a V. Exª a revisão do despacho do Projeto de Lei nº 1.198/03.

Atenciosamente, – Deputado **Silas Câmara**, Presidente.

Defiro, nos termos do artigo 141 do RICD.

Exclua-se a Comissão de Desenvolvimento Urbano do despacho inicial apostado ao Projeto de Lei nº 1.198/03 e inclua-se, em seu lugar, a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Oficie-se, Publique-se (Resolução nº 20/04).

Em 12-5-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OFÍCIO-PRES. Nº 70/COEC

Brasília, 29 de abril de 2004.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: reconstituição do PL 6.671/2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo-lhe que o Projeto de Lei nº 5.671/2001 – do Sr. Ney Lopes – que “autoriza atos de homenagem a Alberto Santos Dumont por parte dos aeroportos brasileiros” teve designado Relator neste Órgão Técnico, o Deputado Dino Fernandes.

O Parlamentar não devolveu à Secretaria da Comissão o referido projeto, quando do término da 51ª Legislatura.

Nos termos do artigo 106 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência a gentileza de autorizar a reconstituição do referida proposição.

Atenciosamente, – Deputado **Carlos Abicalil**, Presidente.

Defiro. Publique-se.

Em 21-5-2004

OFÍCIO Nº 148 /2004

Brasília, 12 de maio de 2004.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Mozart Vianna de Paiva

Digníssimo Secretário Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Prezado Senhor Secretário Geral,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me para comunicar a esta Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio ao Setor de Celulose e Papel do Brasil, ato que será simultâneo à abertura da exposição “O presente espelha o futuro O desenvolvimento sustentável no setor de celulose e papel”, no próximo dia 18 de Maio (terça-feira), a partir das 7h30min, no Salão Branco.

Desta forma, encaminho as cópias das adesões subscritas pelos deputados federais que serão os integrantes da referida Frente Parlamentar, solicitando a esta Secretaria Geral que determine a publicação competente no órgão oficial desta Câmara dos Deputados, como é praxe.

Renovando meus protestos de estima e consideração,

Coordenador da Frente Parlamentar de Apoio ao Setor de Papel e Celulose do Brasil. – **Antonio Carlos Pannunzio**, Deputado Fedetal – PSDB/SP.

**FRENTE PARLAMENTAR
EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL
E CELULOSE DO BRASIL**

Brasília, 11 de novembro de 2003

Prezado(a) colega parlamentar,

O setor de papel e celulose se caracteriza por grandes vantagens comparativas e tem apresentado expressiva contribuição para o desenvolvimento nacional, destacando a melhoria das contas externas com o incremento das exportações, a expansão dos investimentos e empregos, o desenvolvimento tecnológico, marcante atuação em iniciativas sociais e ambientais, desconcentração industrial, interiorização do desenvolvimento e fixação do homem no campo.

Atualmente, o setor de papel e celulose conta com 220 empresas, localizadas em 450 municípios de 16 Estados, nas 5 regiões do Brasil. O setor também é responsável por 100 mil empregos diretos e milhares de empregos indiretos, tendo contribuído, no ano de 2002, com R\$1,7 bilhões em impostos recolhidos.

Em 2002, o setor de papel e celulose exportou 115\$ 2,1 bilhões, gerando saldo comercial de 115\$

1,5 bilhões, enquanto que para o ano de 2003 há previsão de exportação de US\$3,1 bilhões, com geração de saldo comercial de US\$2,5 bilhões.

O setor de papel e celulose brasileiro é responsável por 1,4 milhões de hectares de florestas plantadas em 394 municípios de 11 Estados, com produção anual de 8 milhões de toneladas de celulose (7º do mundo e 7.7 milhões de toneladas de papel (1ª do mundo).

O setor de papel e celulose tem compromisso com a expansão de suas atividades no País, com previsão de investimentos de mais de 14 bilhões de dólares nos próximos dez anos, o que propiciará novos empregos criados no Brasil.

Pelas razões expostas, entendemos que o Parlamento Brasileiro pode oferecer importante contribuição para o desenvolvimento do setor de papel e celulose, numa perspectiva política de equacionamento de conflitos setoriais e construção de um marco regulatório sólido, incluindo o objetivo de participação qualificada nas negociações internacionais de comércio.

Para que tal contribuição seja eficaz e organizada, propomos a constituição da Frente Parlamentar em Apoio ao Desenvolvimento Sustentado do Setor de Papel e Celulose, solicitando desde já seu valoroso apoio para o sucesso de tal iniciativa.

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) Luiz Antonio Fleury
PARTIDO PTB ESTADO SP GABINETE 945
ASSINATURA [assinatura]

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) Angela de Paula
PARTIDO PR ESTADO PE GABINETE 423
ASSINATURA [assinatura]

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) Ronaldo Dêmas

PARTIDO PSDB ESTADO TO GABINETE 943

ASSINATURA 

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

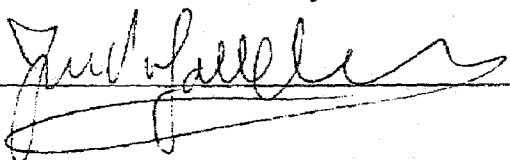
PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) Luciano Castro

PARTIDO PL ESTADO RR GABINETE 401

ASSINATURA 



**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL****PROTOCOLO DE ADESÃO**DEPUTADO(A) Rafael GuerraPARTIDO PSDB ESTADO MG GABINETE 239ASSINATURA **FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL****PROTOCOLO DE ADESÃO**DEPUTADO(A) João RobertoPARTIDO PP ESTADO SE GABINETE 412ASSINATURA 

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) João Batista

PARTIDO PFL ESTADO SP GABINETE 962

ASSINATURA [Assinatura]

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL**

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) JOSE ROBERTO ARRUDA

PARTIDO PFL ESTADO DF GABINETE 735

ASSINATURA [Assinatura]

FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) VALDENOR GUEDES

PARTIDO PSC ESTADO AP GABINETE 541

ASSINATURA Valdenor Guedes

FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) EDUARDO SUARRA

PARTIDO PFL ESTADO PR GABINETE 433

ASSINATURA Eduardo Suarra

**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTADO DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DO BRASIL****PROTOCOLO DE ADESÃO**DEPUTADO(A) MarceloPARTIDO PFL ESTADO RN GABINETE 326ASSINATURA [Assinatura]**PROTOCOLO DE ADESÃO**DEPUTADO(A) [Assinatura]PARTIDO PP ESTADO RS GABINETE 424ASSINATURA Francisco Assis

PROTOCOLO DE ADESÃO

DEPUTADO(A) MedeirosPARTIDO PL ESTADO SP GABINETE 946ASSINATURA Medeiros

PROTOCOLO DE ADESÃO

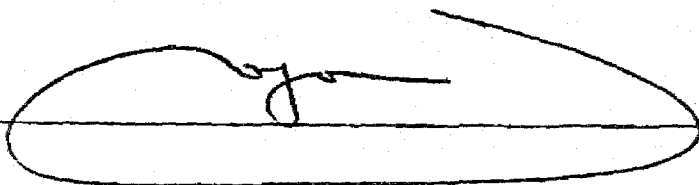
DEPUTADO(A) MAX ROSENTHALPARTIDO PMDB ESTADO PR GABINETE 758ASSINATURA Max Rosenthal

PROTOCOLO DE ADESÃO

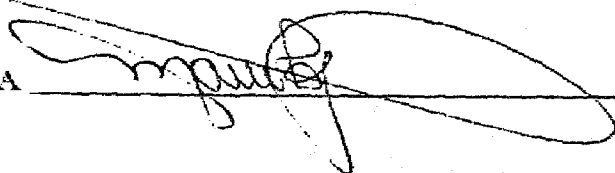

DEPUTADO(A) Jose MilitaPARTIDO P13 ESTADO MG GABINETE 402ASSINATURA [Signature]

PROTOCOLO DE ADESÃODEPUTADO(A) ALBERTO FRAGAPARTIDO PTB ESTADO DF GABINETE 301

ASSINATURA

**PROTOCOLO DE ADESÃO**DEPUTADO(A) João LopesPARTIDO PMDB ESTADO MG GABINETE 841

ASSINATURA

Publique-se
Em 12/05/04
JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

PFL/RJ, José Gerardo Arruda PMDB/CE, Luci Choinacki PT/SC, Luciana Leitoa PSB/MA, João Paulo PL/MG, Medeiros PL/SP, Lindberg PT/RJ, Terezinha Fernandes PT/MA, Luciano Zica PT/SP, Adão Pretto PT/RS, Iriny Lopes PT/ES, Dr. Francisco Gonçalves PTB/MG, Narcio Rodrigues PSDB/MG, Davi Albuquerque PDT/AP, Francisco Rodrigues PFL/RR, Jurandir Boia PSDB/DF.

Atenciosamente, – Deputado **Vieira Reis**.

Publique-se.

Em: 14-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 13 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD, Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi constituída a Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, com o objetivo de promover o debate sobre o valor estratégico da indústria de adubos e fertilizantes e sua relevância para o aumento da produção agrícola no Brasil.

Encaminhamos em anexo a relação dos signatários.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Carlos Willian**, PSC/MG.

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO
AOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS

ESTATUTO

I – Da Finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, com a ação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter suprapartidário, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro nesta Capital Federal, é regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) Deflagrar no âmbito do Congresso Nacional movimento que promova o debate sobre o valor estratégico, dos Laboratórios Oficiais e sua relevância para o aumento da produção de medicamentos, objetivando melhor atendimento à população de baixa renda.

b) Debater e procurar solução para modernização e ampliação dos Laboratórios Oficiais.

c) Elaborar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e outras iniciativas legislativas que visem aprofundar o entendimento sobre o tema;

d) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional e da sociedade brasileira;

e) Assessorar os parlamentares que se filiarão à Frente;

f) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins;

g) Estimular a criação de Frentes Parlamentares de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais nas assembleias Legislativas dos Estados, na Câmara Distrital do Distrito Federal e nas Câmaras de Vereadores de todo país;

h) Publicar informativo da atuação dos parlamentares da frente parlamentar.

II – Dos Membros

Art. 3º A Frente é composta de parlamentares do Congresso Nacional que solicitem sua inscrição junto à Coordenação.

§ 1º Somente os parlamentares terão direito a voto e prioridade no uso da palavra.

§ 2º Poderão acompanhar os trabalhos da Frente, com direito a voz, os pesquisadores, técnicos e representantes de entidades ligadas aos setores químico e farmacêutico.

III – Dos Órgãos

Art. 4º A Frente: a Assembléia Geral e a Coordenação.

Art. 5º A Coordenação compõe-se de 24 (vinte e quatro) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) 1º Vice-Presidente, 1 (um) 2º Vice-Presidente, 1 (um) 3º Vice-Presidente, 1 (um) 4º Vice-Presidente, e 16 vogais, escolhidos pela Assembléia Geral, pelo prazo de uma legislatura, permitida a reeleição.

§ 1º Se qualquer membro da coordenação deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor em Assembléia Geral.

§ 2º A convocação da Frente poderá ser feita pelo Presidente ou por dois terços dos membros filiados.

IV – Da Competência

Art. 6º Compete a Assembléia Geral:

a) Organizar as atividades da Frente;

b) Constituir delegação;

c) Examinar Estudos, Pareceres, Teses e Trabalhos que possam subsidiar suas atividades;

d) Propor alteração do Estatuto;

e) Propor a admissão de novos membros;

f) Indicar observadores parlamentos;

g) Delegar ao Presidente total ou parcialmente suas competências;

h) Resolver os casos omissos neste estatuto.

Art. 7º Compete a Coordenação:

a) Organizar os programas de atividades da Frente;

b) Constituir delegação;

c) Examinar Pareceres, Teses e Trabalhos a serem apresentados em conferências;

d) Submeter, a exame, alteração do Estatuto;

e) Propor a admissão de novos membros;

f) Indicar observadores parlamentares;

g) Comunicar, para fins regimentais, a Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, os nomes dos integrantes de delegações de observadores parlamentares.

Art. 8º Compete ao Presidente:

a) Representar a Frente em suas atividades, convocar e presidir suas reuniões e fazer cumprir suas resoluções;

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído, respectivamente, pelo 1º Vice-Presidente ou 2º Vice-Presidente, respectivamente.

Art. 9º Compete aos Secretários:

a) Organizar os serviços da secretaria;

b) Assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes à Frente.

Parágrafo único. O 1º Secretário, em sua falta ou impedimento, será substituído, respectivamente, pelo 2º Secretário, e assim sucessivamente.

V – Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 10. Após a aprovação do presente Estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação com mandato até o término da presente legislatura.

Art. 11. A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvindo a Assembléia Geral.

Art. 12. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Sala da Comissão, Carlos Willian – Gonzaga Mota – Inácio Arruda – Osvaldo Biolchi – Jair Bolsonaro – Josué Bengtson – André Luiz – Jovino Cândido – Inaldo Leitão – Antônio Cruz – Paulo Rubem – Osvaldo Reis – Antônio Joaquim – Mauro Lopes – Carlos Mota – Luiz Sérgio – Pedro Chaves – Almerindack Carvalho – Zequinha Marinho – Marcondes Gadelha – Wilson Santos – Sebastião Madeira – Lavoisier Maia – Paes Landim – Nilton Capixaba – Francisco Garcia – Fernando Diniz – João Magalhães – Ildeu Araújo – Tarcisio Zimmermann – Zé Lima – Jovair Arantes – Jaime Martins – Jefferson Campos – Romeu Queiroz – Lavoisier Maia – Bernardo Ariston – Dr. Evilásio – Carlos Dunga – Isaías Silvestre – Paes Landim – Josias Quintal – Nelson Meurer – Carlos Nader – Francisco Garcia – Paulo Feijó – Ildeu Araújo – Darci Coelho – Silas Brasileiro – Anibal Gomes – Marcelo Ortiz – Paulo Govêa – Zequinha Marinho – Viginathi – Tadeu Filippelli – Jaime Martins – Walter Feldman – Takayama – Gustavo – Ronivon Santiago – Basuma – Edmar Moreira – Carlos Santana – Adão Pretto – Moacir Micheletto – Paulo Baltazar – Helenildo Ribeiro – Leonardo Vilela – Fernando Coruja – Benjamin Maranhão – Enivaldo Ribeiro – Severiano Alves – Dr. Francisco Gonçalves – Gonzaga Patriota – André Luis – Antônio Nogueira – Tatiko – Amauri Gasques – Wagner Lago – Leonardo Mattos – João Caldas – Zé Gerardo – Osvaldo Biolchi – Carlos Dunga – Vicente Arruda – Pedro Chaves – Mauro Lopes – Gustavo Irent – Pompeu de Mattos – Mário Assad Jr.

Publique-se.

Em 14-5-2004. – João Paulo Cunha,
Presidente

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 165-B, DE 2004

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 71/2004

AVISO Nº 138/2004

Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004 (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 165-A, DE 2004), que “dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências”. (Emendas nºs 1 a 3)

Despacho: Publique-se, submeta-se ao Plenário.

em substituição ao Deputado FRANCISCO TURRA (PP – RS) na vaga do PCdoB.

Respeitosamente, – Deputado **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB.

Defiro. Publique-se.

Em 9-7-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P – nº 239/2004

Brasília, 7 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 552–A/03, apreciado, nesta data, por este órgão técnico.

Publique-se.

Em 9-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. P – nº 248/2004

Brasília, 7 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 657–B/03, apreciado, nesta data, por este órgão técnico.

Cordias Saudações, – Deputado **Nelson Bornier**, Presidente.

Publique-se.

Em 9-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P – nº 259/2004

Brasília, 7 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 255–A/03, apreciado, nesta data, por este órgão técnico.

Cordiais Saudações, – Deputado **Nelson Bornier**, Presidente.

Publique-se.

Em 9-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P – nº 265/2004

Brasília, 7 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.601/03 e o PL nº 2.686/03, apensado, apreciados, nesta data, por este órgão técnico.

Cordiais Saudações, – Deputado **Nelson Bornier**, Presidente.

Publique-se.

Em 9-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº CREDN/P – 209

Brasília, 7 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Referência: Para publicação

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este órgão técnico, do Projeto de Lei nº 2.806/2003.

Solicito a V. Ex^a autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Carlos Melles**, Presidente.

Publique-se.

Em 9-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF/GAB/78

Brasília, 24 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que por minha iniciativa foi constituída a Frente Parlamentar de Apoio aos Programas para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com objetivo de debater e procurar soluções para otimização e ampliação dos benefícios dos Programas Sociais, buscando a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda.

Encaminhamos em anexo a relação dos signatários.

Atenciosamente, – **Carlos Willian**, Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO AOS PROGRAMAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Deputado Carlos Willian

Estatuto

I – Da Finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Parlamentar de Apoio aos Programas para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a ação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter suprapartidário, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro nesta Capital Federal, é regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Apoio Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) Deflagrar no âmbito do Congresso Nacional movimento que promova o debate sobre os Programas de Inclusão Social, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda.

b) Debater e procurar solução para otimização e ampliação dos benefícios dos Programas Sociais.

c) Elaborar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e outras iniciativas legislativas que visem aprofundar o entendimento sobre o tema.

d) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional, Entidades e Municípios junto a Sociedade Brasileira;

e) Assessorar os parlamentares que se filiarem à Frente.

f) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins.

g) Estimular a criação de Frentes Parlamentares de Apoio aos Programas nas Assembleias Legislativas dos Estados, na Câmara Distrital do distrito Federal e nas Câmaras de Vereadores de todo País;

h) Publicar informativo da atuação dos parlamentares da frente parlamentar.

II – Dos Membros

Art. 3º A Frente é composta de parlamentares do Congresso Nacional que solicitem sua inscrição junto à Coordenação.

§ 1º Somente os parlamentares terão direito a voto e prioridade no uso da palavra.

§ 2º Poderão acompanhar os trabalhos da Frente, com direito a voz, as pessoas, autoridades e entidades ligadas ao objetivo da Frente Parlamentar.

III – Dos Órgãos

Art. 4º A Frente: a Assembleia Geral e a Coordenação.

Art. 5º A Coordenação compõe-se de 24 (vinte e quatro) membros, sendo 1 (um) Presidente, (um) 1º Vice-Presidente, 1 (um) 2º Vice-Presidente, 1 (um) 3º Vice-Presidente, 1 (um) 4º Vice-Presidente, e 16 vogais, escolhidos pela Assembleia Geral, pelo prazo de uma legislatura, permitida a reeleição.

§ 1º Se qualquer membro da coordenação deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor em Assembleia Geral.

§ 2º A convocação da Frente poderá ser feita pelo Presidente ou por dois terços dos membros filiados.

IV – Da Competência

Art. 6º Compete a Assembleia Geral:

a) Organizar as atividades da Frente;

b) Constituir delegação;

c) Examinar estudos, pareceres, testes e trabalhos que possam subsidiar suas atividades;

d) Propor alteração do Estatuto

e) Propor a admissão de novos membros;

f) Indicar observadores parlamentares;

g) Delegar ao Presidente total ou parcialmente suas competências;

h) Resolver os casos omissos neste estatuto.

Art. 7º Compete a Coordenação:

a) Organizar os programas de atividades da Frente;

b) Constituir delegação;

c) Examinar Pareceres, teses e Trabalhos a serem apresentados em conferências;

d) Submeter, a exame, alteração do Estatuto;

e) Propor a admissão de novos membros;

f) Indicar observadores parlamentares;

g) Comunicar, para fins regimentais, a Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, os nomes dos integrantes de delegações de observadores parlamentares.

Art. 8º Compete ao Presidente:

a) Representar a Frente em suas atividades, convocar e presidir suas reuniões e fazer cumprir suas resoluções;

Parágrafo único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído, respectivamente, pelo 1º Vice-Presidente ou 2º Vice-Presidente, respectivamente.

Art. 9º Compete aos Secretários:

a) Organizar os serviços da secretaria;

b) Assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes à Frente.

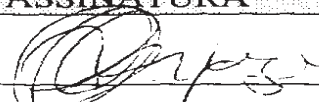

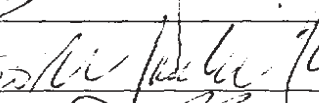

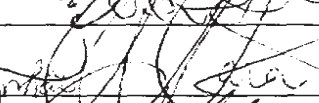
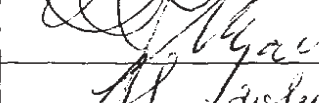
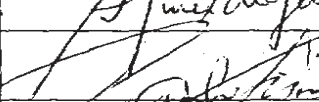
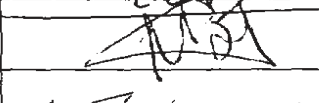
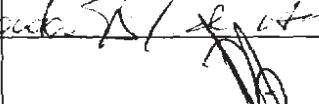

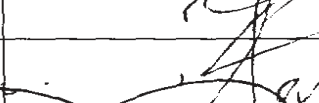

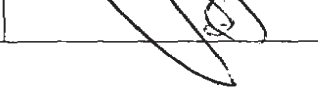

Parágrafo único. O 1º Secretário, em sua falta ou impedimento, será substituído, respectivamente, pelo 2º Secretário, e assim sucessivamente.

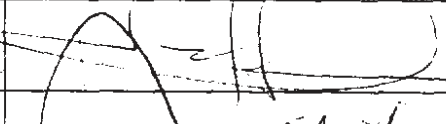

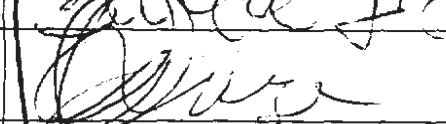
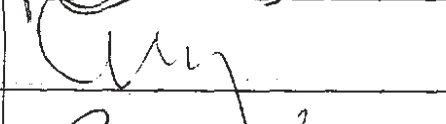
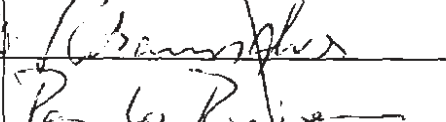
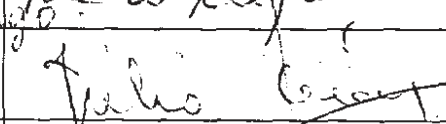
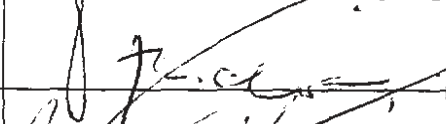
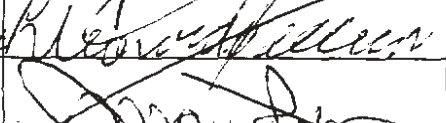
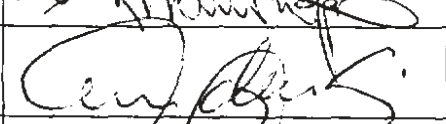

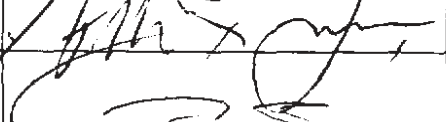
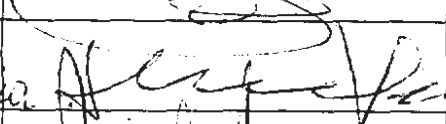
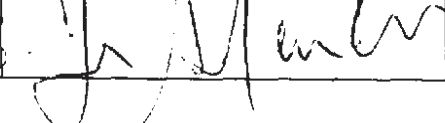


V – Das Disposições Gerais e Transitórias




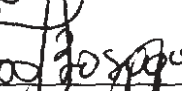













Art. 10º Após a aprovação do presente Estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação com mandato até o término da presente legislatura.

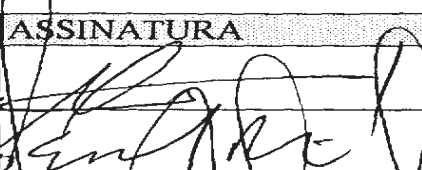
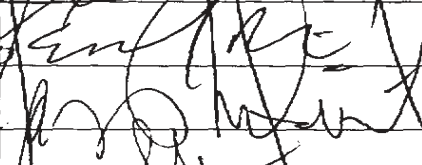
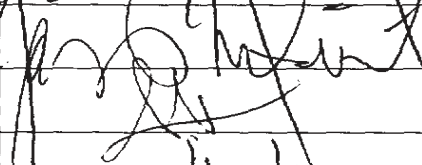
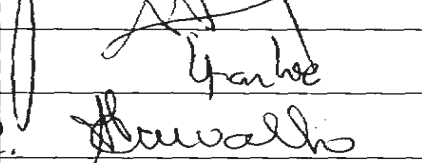
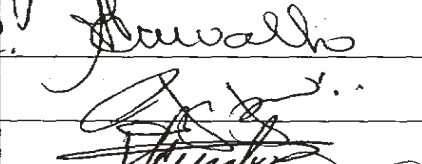
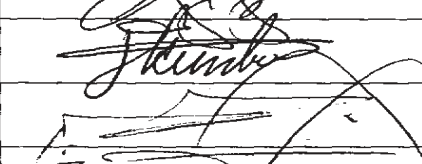
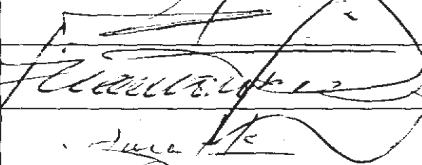
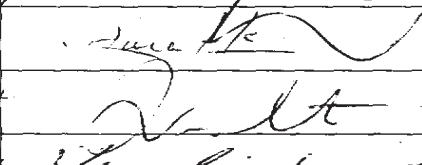
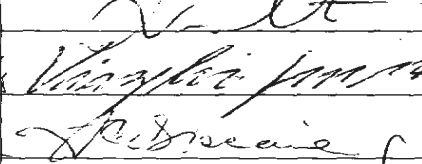
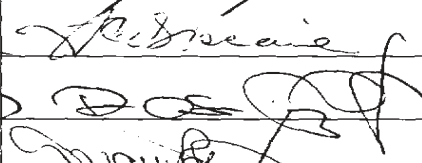
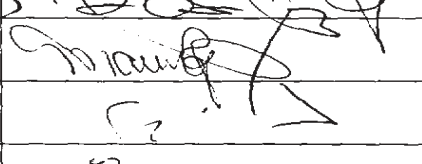
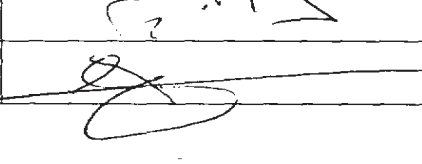
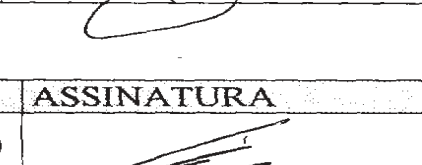
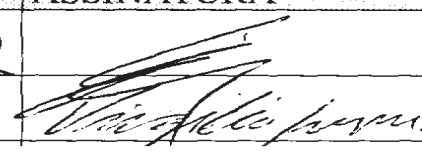
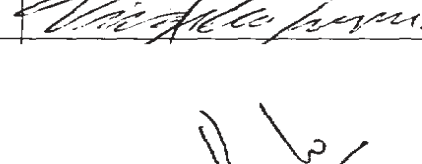
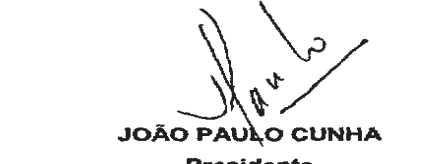
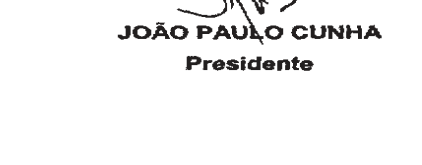

Art. 11º A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvindo a Assembléia Geral.

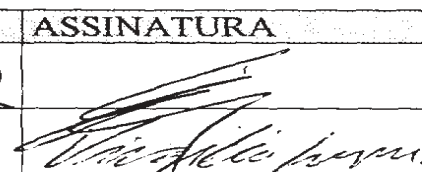
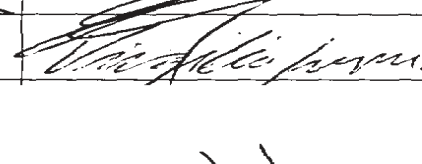
Art. 12º Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

NOME	ASSINATURA	PARTIDO	GABINETE
Carlos Nogueira		PSD	177
Rogério Nogueira			558
Alfredo Nogueira			807
Maria Adelaide Nogueira			811
Roberto Nogueira			916
João Carlos			440
Benjamin Nogueira			580
Millon Barbosa			922
Alameda de Faria			313
Paulo Lima			507
Moroni Torquato			2145
Bernardo Nogueira			235
		Antônio Carlos B.P.	385
Rodrigo Nogueira			922
Se Geraldo		266	711
Francisco Gomes			580
Viviana Nogueira			426
Vadão Gomes			750

NOME	ASSINATURA	PARTIDO	GABINETE
Jefferson Campos			341
Luís Roberto			605
Dr. Benedito Lima			926
Carlos Wilson		PSC	472
Amilton Gomes			731
Dr. Ribamar Albuquerque		PSC	727
Paulo Roberto Santiago		229	
Julio Cesar		944	
Edro Carlos		406	
Leonardo Raimundo		315 325	
Mauro Lopes		841	
Andre Luiz		858	
Roberto Gomes		562	
Julio Mendonça		912	
George Bengtson		305	
Sebastião Medeiros		408	
Francisco Roberto		958	

NOME	ASSINATURA	PARTIDO	GABINETE
Oswaldo Buelchi		PMDB/PR	925
Raulo Baltazar		PSB	515
Pedro Lameiro		PSDB	219
Bosco Costa		PSDB	722
Henrique Honorio		PT	645
Luiz Corrêa		PT/PR	442
	B. Sá	PDT	643
Ronaldo Calheiros		PSDB	356
João Alfredo		PT	566 566
José Gonçalves		PTB	302
Paes Bandeira		PTB	648
Idelir Araújo		PP	382
Altair Gross		PP	618
TAKAYAMA		PMDB	583
Carlos Javotto		PFL	912
Carlos Santana		PT	286
Gilberto Nascimento		PMDB	910

NOME	ASSINATURA	PARTIDO	GABINETE
Aracely de Paula			201
Enivaldo Ribeira			540
Gonzaga Patrícia		02 -	135
Rubimely			344
Eduardo Barbosa			540
Almeirinda de C.			236
Francisco Appio			424
Odair			556
Amauri R.			354
Marcos Dutra			937
Edson Zamboni		PT	924
Ivan Valente		PT	716
Vinícius Guimarães		PT	215
Antonio Bressane		PT	114
Reginaldo Lopes		PT	16.565
MAURO LOPES		PMDB	116
Gilmar M. N.		PT	116
E. Galvão		PT	PA

NOME	ASSINATURA	PARTIDO	GABINETE
Edmar Costa		PT	435
		PT	

Publique-se.
Em 09/07/2004


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Of. P-205/03

Brasília, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58. **Caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 924/03 – do Sr. Roberto Jefferson – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o uso dos passeios, das ciclofaixas e ciclovias.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-2-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.
OFÍCIO Nº 4/04 – GAB. 229

Brasília, 28 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

A sociedade brasileira vem acompanhando a divulgação, dia após dia, de casos cada vez mais complexos e escandalosos de práticas de corrupção em inúmeras esferas das vidas pública e privada no País.

Cotidianamente, prefeitos são denunciados por desvios de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), do Sistema Único de Saúde (SUS), e de outras verbas federais transferidas aos seus municípios. Os tentáculos dos que agem de forma corrupta se espalham em praticamente todas as esferas da administração pública e dos negócios entre o público e o privado

Muito se tem comentado quanto à necessidade de “modificação substancial na legislação de combate à corrupção”, mas pouco se reflete sobre qual é o que prevê a legislação sobre o assunto.

Com efeito, direta ou indiretamente, são vários os diplomas legais brasileiros que dispõem sobre o tema, desde princípios constitucionais (p. ex. artigo 37 da CF/88), passando pelo Decreto-Lei nº 201/67 (dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores); pelas Leis nºs 7.492/86 (define os crimes

contra o Sistema Financeiro Nacional), 8.027/90 (dispõe sobre normas de conduta, dos servidores públicos civis da União, das autarquias e fundações públicas), 8.429/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional), 8.730/93 (estabelece obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos. Empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); pelo Decreto nº 983/93 (dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da administração pública federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa); e pelas Leis nº 9.504/97 (estabelece normas para as eleições), e 9.840/99 (estabelece pena de cassação de registro ou diplomação no caso de captação ilegal de sufrágio).

Ressalte-se que, nas normas indicadas, encontram-se tipificadas condutas que abrangem inúmeras modalidades de corrupção, várias delas imputáveis a agentes públicos que hoje exercem normalmente suas atividades, sem falar naqueles que passaram a atuar no setor privado, mantendo seus rentáveis “contatos” em atividade denominada **lobby**.

O grande desafio é, sem dúvida, a aplicação da lei!

Não obstante, é certo que o aperfeiçoamento da legislação aplicável, pode e deve figurar na pauta de interesses da classe política e da sociedade.

Alguns ajustes merecem ser feitos.

Nesse contexto em defesa do aprimoramento das leis e das práticas de fiscalização externa e de controle social visando o combate à corrupção, desejamos registrar perante Vossa Excelência, a criação da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que já conta com mais de 120 adesões de parlamentares desta Casa. Homens públicos que acreditam que podem e devem comprometer-se com a busca de ações que visam a reversão desse triste quadro de corrupção que assola o País.

Ante o exposto, ao mesmo em que solicitamos o apoio da Presidência da Câmara dos Deputados às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, concluímos afirmando que vivemos um momento de desejo de mudanças, impondo-se a defesa da bandeira da ética, justiça desenvolvimento e cidadania.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Rubem Santiago** – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**.

Publique-se.

Em 3-2-2004. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Brasília, 3 de fevereiro de 2004


A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o cordialmente, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, comunicar-lhe que me filiei ao Partido Progressista – PP, na data de 27 de janeiro de 2004, desligando-me do Partido Democrático Trabalhista – PDT, em conformidade com a Lei nº 9.096/95 (documentação anexa).

Assim, requeiro as anotações necessárias junto à Mesa dessa egrégia Casa.

Cordialmente, – Deputado **André Zacharow**.

 Partido Progressista	<h1>Ficha do Filiado</h1>	<h1>11</h1>
Nº 237		
Nome:	ANDRÉ ZACHAROW	Sexo: (X) M () F
Data de Nascimento:	07/07/1939	Naturalidade: JAGUARIAÍVA
		UF: PR
Filiação:	Pai: JULIO ZACHAROW	
	Mãe: ALTINA JANSSON ZACHAROW	
Estado Civil:	CASADO	Profissão: ADMINISTRADOR
		Grau de Instrução: SUPERIOR
Cônjuge:	EUNICE LUKASZEWSKI ZACHAROW	
Data de Nascimento:	23 / 08 /	
Endereço Residencial:	R. Almirante Gonçalves, 2.107 - Rebouças - Curitiba	UF: PR CEP: 80250-150
Endereço Comercial:	Câmara dos Deputados - Anexo IV, Gab. 737 (61) 318.5737	UF: DF CEP:
Telefone Res.:	(41) 332.4752	Tel.: Trab.: (41) 254.1236
		Cel: (61) 8118.5741
E-Mail:	dep.andrezacharow@camara.gov.br	
Título:	48197306/04	Zona: 177 Seção: 0118 Município: Curitiba
		UF: PR
Última filiação Partidária:	Partido Democrático Trabalhista - PDT	
Diretório Municipal de filiação:	CURITIBA - PR	
* ASSINATURA DO FILIADO	ASSINATURA DO ABONADOR	
	ASSINATURA DO PRESIDENTE	
DECLARO QUE ESTOU DE ACORDO COM O PROGRAMA E ESTATUTO DO PARTIDO		
27 / 01 / 04		ASSINATURA DO ELEITOR
DATA		
Anotações do Partido:		

Ofício nº 25/CDI

Brasília, 12 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados.
Brasília – DF

Senhor Presidente,

O Brasil vive hoje a prioridade de combater a fome. Uma prioridade que transpassa limites de credo, raça ou idade, que faz com que pessoas simples, ONG's, empresas e Governo esqueçam as diferenças e trabalhem em conjunto para mostrar ao mundo que é possível a erradicação desse mal ético, afinal o homem com fome não consegue exercer o direito à vida, entendido aqui como direito de acesso a toda riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pela humanidade.

Como tenho asseverado desde o dia 29 de novembro de 1999, quando criei e coordenei a Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria que contou com a participação de mais de 150 deputados, o Brasil tem urgência em erradicar a fome, possibilitando a cada cidadão o pleno e irrestrito exercício do “direito a alimentar-se”, que significa, tal como inserido no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, “o direito de estar livre da fome, o direito a um padrão de vida adequado para assegurar alimentação, vestuário, moradia e o direito ao trabalho”.

Em termos concretos, desde a sua constituição a Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria discutiu e apoiou as propostas da (1) bolsa escola, da (2) bolsa alimentação, do (3) programa de renda mínima, da (4) taxa Tobin, uma espécie de CPMIPF internacional, do (5) Imposto da Solidariedade, que taxaria o patrimônio das 400 mil famílias mais ricas do país, somando, ao final de meio século, a cifra de 100 bilhões de reais, do (6) PETI (programa de erradicação do trabalho infantil), da (7) municipalização da agricultura, como forma de incentivar o associativismo, o cooperativismo, as hortas comunitárias, os chamados cinturões verdes, a armazenagem e a distribuição, diminuindo o custo da cesta básica, e do (8) Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Nesse contexto, por acreditar firmemente que toda ação política só tem razão de ser quando resulta num movimento de solidariedade que imploda e rompa conceitos e dogmas, inscrevendo no seio da sociedade novas idéias e atitudes capazes de alavancar alterações e rumos de justiça social ao povo brasileiro, desejo registrar perante Vossa Excelência a continuidade da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria, composta por 196 deputados,

todos com o objetivo de mobilizar as energias e segmentos desta Casa Legislativa para:

- (1) a geração de empregos;
- (2) a distribuição de renda, com priorização de recursos para investimentos em capacitação profissional;
- (3) o acesso de todos à alimentação adequada, moradia, saúde e educação gratuita e de qualidade;
- (4) a democratização da terra, com políticas de produção e distribuição democrática de alimentos;
- (5) a implementação de ações conjuntas para um processo permanente de discussão, aprimoramento e ações concretas para que nosso país garanta a seus cidadãos o direito básico de cidadania que é o direito ao alimento.

Ante o exposto, ao mesmo tempo em que solicito o apoio da Presidência da Câmara dos Deputados às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria, concluo afirmando que vivemos um momento histórico, de desejo de mudanças nunca antes visto na história brasileira, impondo-se aproveitar – o sentimento de esperança da nação e banir verdadeiramente o espectro da fome do nosso país, tarefa essa que constitui o sonho e compromisso de nossas vidas.

Atenciosamente, – **João Caldas**, Deputado Federal.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À FOME, À POBREZA E À MISÉRIA

Art. 1º – A Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria é uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil, podendo ter representações nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parágrafo Único. A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, e instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria:

- a) acompanhar e fiscalizar os programas e a política governamental de combate à fome, a pobreza e à miséria, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;
- b) promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame de sua temática, divulgando seus resultados;
- c) promover o intercâmbio com entes assemelhados de Parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas estatais de erradicação da fome, da pobreza e da miséria;
- d) procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas sociais e

econômicas eficazes para o combate à fome, à pobreza e à miséria, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional;

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria:

a) como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de 30 (trinta dias), contados da data de aprovação do presente Estatuto;

b) como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

c) como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessarem pelos objetivos da Frente.

Parágrafo Único – A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de ações sociais e econômicas de combate à fome, à pobreza e à miséria.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria:

a) a Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) a Mesa Diretora, integrada por Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários, dois Tesoureiros e quatro Vogais;

c) o Conselho Fiscal, constituído por três membros titulares e três suplentes.

Art. 5º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano, no mês de abril e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa Diretora ou pela expressa manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria;

b) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;

c) eleger o Presidente e o Secretário da Assembléia Geral;

d) eleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal;

e) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

f) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

g) autorizar a constituição de comissões permanentes e, se necessária, a constituição de uma Secretaria Executiva;

h) examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora e pelo Conselho Fiscal, aprovando os seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;

i) autorizar a aquisição ou a alienação de bens móveis e imóveis;

j) homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

l) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e de televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

a) organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria;

b) nomear comissões, atribuir funções específicas aos seus membros e a outros membros da Frente, designar um Secretário Executivo se autorizada pela Assembléia Geral, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar apoio logístico e de pessoal às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembléia Geral;

d) receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente;

e) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, isto no interregno das Assembleias Gerais Ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembléia Geral;

f) manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de erradicação da fome, da pobreza e da miséria.

ria, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

g) contratar assessores que opinem nas questões relativas às finalidades da Frente;

h) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

i) elaborar um Regimento Interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral, desde que o assunto conste da **ordem do dia** previamente distribuída.

j) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações de erradicação da fome, da pobreza e da miséria;

l) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente estatuto.

Art. 9º – Os mandatos da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal têm a duração de dois anos, com início e término nos anos ímpares, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10 – Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo Único – Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria tem início no dia 12 de abril e se encerra no dia 31 de março do ano seguinte.

Art. 11 – Os cargos de direção da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de mandato, admitida inclusive a participação de suplentes de deputado ou de senador que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos Frente.

Parágrafo Único – O suplente de deputado ou de senador, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo à perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 12 – É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria usufruir ou perceber vantagens pessoais bem como receber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitido o re-

embolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas.

Art. 13 – O patrimônio móvel e imóvel e a receita da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria se constituirão por meio da contribuição de seus membros, de aquisições, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de contratos, de subsídios, transferências ou subvenções oriundas de entidades públicas ou privadas e de outras origens legalmente admitidas.

Parágrafo Único – Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo Tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 14 – As representações da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria referidas no art. 1º terão autonomia administrativa e financeira próprias e adotarão Regimento Interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

Art. 15 – A Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria terá um Regimento Interno, subsidiário do presente estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influam na aceitação ou no desligamento de seus membros e na destituição de seus diretores.

Parágrafo Único – O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 16 – No caso de extinção Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantrópico, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo Único – A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 17 – O presente estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria.

LISTA DE ASSINATURA DE APOIAMENTO A FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À FOME, À POBREZA E À MISÉRIA.

Partido PFL

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Francisco Rodrigues	RO		
002	Celcitta Pinheiro	MT	528	IV
003	Cláudio Cajado	BA	630	IV
004	Cleuber Carneiro	MG	531	IV
005	Coraci Sobrinho	SP		
005	Francisco Garcia	AM	839	IV
006	Francisco Rodrigues			
007	Darci Coelho	TO	309	IV
008	Bispo João Batista		962	III
009	Jaime Martins	MG	333	IV
010	José Carlos Aleluia	BA	856	IV
011	Laura Carneiro	RJ	516	IV
012	Luciano Castro	RR	401	IV
013	Mendonça Prado	SE	508	IV
014	Mussa Demes	PI	712	IV
015	Paulo Marinho	MA	921	IV
016	Roberto Pessoa	CE		
017	Paes Landim	PI	560	IV
018	Reginaldo Germano		310	IV
019	Francisco Rodrigues	RO	304	IV
020	Neuton Lima	SP	509	IV
021	José Rocha	BA	908	IV
022				
023				
024				
025				
026				
027				
028				
029				
030				
031				
032				
033				
034				
035				

Partido PMDB

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Alberto Fraga	DF	321	IV
002	André Luiz Lopes da Silva	RJ	858	IV
003	Alceste Almeida	RR	902	IV
004	Anibal Gomes	CE	731	IV
005	Armando Abílio	PB	805	IV
006	Asdrubal Bentes	PA	410	IV
007	Coriolano Sales	BA	832	IV
008	Darcísio Perondi	RS	518	IV
009	Eunício Oliveira	CE	441	IV
010	Fernando Diniz	MG	307	IV
011	Gastão Vieira	MA	554	IV
012	Gustavo Fruet	PR	821	IV
013	Henrique Eduardo Alves	RN	539	IV
014	Hermes Paroiliannelo	PR	234	IV
015	Leonardo Picciani	RJ	325	IV
016	João Magalhães	MG	211	IV
017	João Matos	SC	720	IV

018	José Priante	PA	752	IV
019	Júlio Delgado	MG	841	IV
020	Luiz Bittencourt	GO	844	IV
021	Marcelino Fraga	ES	322	IV
022	Milton Monti	SP	328	IV
023	Maria Helena	RR	909	IV
024	Mauro Lopes	MG	841	IV
025	Moacir Micheletto	PR	481	III
026	Osmar Serraglio	PR	845	IV
027	Osmário Pereira	MG	602	IV
028	Osvaldo Reis	TO	835	IV
029	Pedro Chaves	GO	406	IV
030	Raimundo Santos	MG		
031	Saraiva Felipe	MG	429	IV
032	Silas Brasileiro	MG	932	IV
033	Zé Gomes da Rocha	GO	748	IV
034	Tadeu Filippelli	DF	837	IV
035	Edinho Bez	SC	703	IV
036	Wilson Santos	MT		
037	Leandro Vilela	GO	574	III
038				
039				
040				
041				
042				
043				
044				
045				
046				
047				
048				
049				
050				
051				
052				

Partido PSDB

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Alex Canziani	PR	842	IV
002	Armando Abílio	PB	805	IV
003	Arnon Bezerra	CE	913	IV
004	Atila Lira	PI	640	IV
005	Bonifácio de Andrada	MG	235	IV
006	Dr. Heleno	RJ	628	IV
007	Eduardo Barbosa	MG	540	IV
008	Feu Rosa	ES	960	IV
009	Helenildo Ribeiro	AL	575	III
010	João Bosco da Costa		722	
011	João Campos	GO	315	IV
012	Jovair Arantes	GO	504	IV
013	Julio SemeGuini	SP	242	IV
014	Leo Alcântara	CE	726	IV
015	Luiz Carlos Haully	PR	220	IV
016	Luiz Piauhylino	PE	224	IV
017	Paulo Feijó	RJ	346	IV
018	Paulo Kobayashy	SP	433	IV
019	Rafael Guerra	MG	239	IV
020	Rommel Feijó	CE	506	IV
021	Salvador Zimbaldi	SP	538	IV
022	Sebastião Madeira	MA	405	IV
023	Wellinton Fagundes	MT	523	IV
024	Yeda Crusius	RS	956	IV
025	Custódio Mattos	MG	417	IV
026	Ronaldo César Coelho	RJ		

027	Zenaldo Coutinho	PA	286	III
028	Vittorio Mediolli	MG	754	IV
029	Manoel Salviano	CE	923	IV
030	Nilson Pinto	PA		
031	Ariosto Holanda	CE	575	III
032	Carlos Alberto Leréia	GO	830	IV
033	Heleno Augusto de Lima	RJ	628	IV
034				
035				
036				
037				
038				
039				
040				
041				
042				
043				
044				
045				

Partido PPB

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Antônio Joaquim	MA	536	IV
002	Augusto Narres	RS	530	IV
003	Dr. Benedito Dias	AP	926	IV
004	Edmar Moreira	MG	606	IV
005	Herculano Anghinetti	MG		IV
006	Nilton Baiano	ES		IV
007	José Janene	PR	608	IV
008	Júlio Redecker	RS	621	IV
009	Marcus Vicente	ES	362	IV
010	Nelson Meurer	PR	916	IV
011	Pastor Amarildo	TO	218	IV
012	Romel Anizio	MG	862	IV
013	Vadão Gomes	SP	750	IV
014	Pedro Correia	PE	717	IV
015	Almerinda de Carvalho	RJ	936	IV
016				
017				
018				

Partido PDT

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Alceu Collares	RS	807	IV
002	Dr. Hélio	SP	734	IV
003	Enio Bacci	RS	930	IV
004	Neiva Moreira	MA	826	IV
005	Severino Alves	BA	738	IV
006				
00				
00				

Partido PTB

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Benedito de Lira	AL	942	IV
002	Félix Mendonça	BA	912	IV
003	Fernando Gonçalves	RJ	256	IV
004	Iris Simões	PR	948	IV
005	José Carlos Elias	ES	230	IV
006	José Militão	MG	402	IV
007	Josué Bengtson	PA	384	III
008	Nelson Marquezelli	SP	920	IV
009	Nelson Trad	MS	452	IV

010	Nilton Capixaba	RO	318	IV
011	Pastor Reinaldo	RS	438	IV
012	Romeu Queiroz	MG	250	IV
013	Alex Canziani	PR	842	IV
014	João Magalhães	MG		
015	Iberê Ferreira	RN		

Partido PSB

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Almerinda deCarvalho	RJ	216	IV
002	Dr. Evilásio	SP	454	IV
003	Eduardo Campos	PE	846	IV
004	Givaldo Carimbão	AL	732	IV
005	Gonzaga Patriota	PE	430	IV
006	Nelson Bornier	RJ	576	III
007	Paulo Baltazar	RJ	370	III
008	Isaías Silvestre	MG	531	IV
009	Gonzaga Patriota	PE	430	IV
010	Pastor Amarildo	TO	218	IV
011	Renato Casagrande	ES	662	IV
012	Janete Maria Góes Capiberibe	AP	223	IV

Partido PL

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Almeida de Jesus	CE	613	IV
002	Bispo Rodrigues	RJ	737	IV
003	Bispo Wanderval	SP	348	IV
004	Carlos Souza	MA	569	IV
005	Heleno Silva	SE	350	IV
006	Jaime Martins	MG	333	IV
007	João Paulo Gomes daSilva	MG	933	IV
008	Maurício Rabelo	TO	958	IV
009	Medeiros	SP	946	IV
010	Oliveira Filho	PR	635	IV
011	Philemon Rodrigues	PB	226	IV
012	Ronaldo Vasconcelos	MG	473	III
013	Sandro Mabel	GO	443	IV
014	Marcos de Jesus	PE	745	IV
015	Milton Monti	SP		
016	Welinton Fagundes	MT		
017	Wellington Roberto	PB	514	IV
018	Edimar Morreira	MG	606	IV
019	Raimundo Santos	PA		
020	Mario Assad Júnior		252	IV

Partido Prona

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Elimar Máximo	SP	446	IV
002				

Partido Verde

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Edson Gonçalves	BA	535	IV

Partido PPS

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Colbert Martins	BA	319	IV
002	João Hermann Neto	SP	637	IV
003	Agnaldo Muniz	RO	833	IV
004	Airton Cascavel	RR	909	IV
005	Lupércio Ramos	AM	225	IV
006	Geraldo Resende	MS	905	IV
007	Fernando Lúcio Giacobbo	PR	762	IV
008	Francisco Garcia	AM	839	IV
009	Julio Delgado	MG	323	IV
010	B. Sá	PI		
011	Atila Lins	AM		
012	Alceste Almeida	RR	902	IV

Partido Pcdob

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Sérgio Miranda	MG	462	IV
002	Vanessa Grazziotin	AM	735	IV
003	Daniel Almeida	BA	317	IV

Partido PT

	Deputado	Estado	Gabinete	Anexo
001	Adão Preto	RS	271	III
002	Angela Guadagnin	SP	285	III
003	Babá	PA	480	III
004	Carliro Merss	SC	273	III
005	Carlos Santana	RJ	382	III
006	Coronel Alves		419	IV
007	Iara Bernardi	SP	360	IV
008	Francisca Trindade	PI	264	III
009	João Grandão	MS	484	III
010	João Magno de Moura	MG	283	III
011	José Pimentel	CE	281	III
012	Maria José Maninha	DF	952	III
013	Professor Luizinho	SP	404	IV
014	Paulo Delgado	MG	268	III
015	Telma de Souza	SP	467	III
016	Wasny N. de Roure	DF	379	III
017	Rubens Ottoni	GO	501	IV
018	Mauro Passos	SC	337	IV
019				
020				
021				
022				
023				

Total Geral de Assinaturas: 196

Publique-se.

Em 12-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Brasília-DF, 11 de março de 2003

Ao Exmo. Sr.
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Quando do exercício do meu primeiro mandato nesta Câmara dos Deputados, criei e coordenei a Frente Parlamentar da Pesca, que tinha como objetivo acompanhar, na esfera federal, as questões envolvendo o setor pesqueiro nacional. Outrora, a pesca foi um dos pontos mais relevantes da economia nacional e, infelizmente, hoje está relegada ao quinto plano.

Essa Frente, composta por mais de 100 parlamentares, promoveu debates e audiências públicas na Câmara dos Deputados envolvendo a participação de empresários, pescadores, inclusive artesanais, e órgãos do Governo Federal.

Posteriormente, nas legislaturas de 1995 e 1999 renovei essa Frente, a qual participou de importantes conquistas tais como: a equalização do óleo diesel para barcos de pesca, a transferência do fomento da pesca do Ibama para o Ministério da Agricultura, e a mais importante das conquistas, ou seja, a criação e implantação do Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura.

No atual Governo, aquele Departamento foi transformado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, cujo primeiro Secretário Nacional é o Ministro José Fritsch, por sinal, catarinense como o é este subscritor. Essa Secretaria é tão relevante que está colocando a pesca e a aquicultura no Programa de Combate à Fome Zero.

Diante disto, ao assumir o mandato nesta Legislatura, tenho como um dos primeiros atos registrar perante essa Presidência e a Casa a continuidade dessa Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, mantendo os parlamentares que a compõem e que foram reeleitos, bem como e naturalmente com a posterior adesão dos novos parlamentares, cujo convite farei pessoalmente para a obtenção da assinatura de apoio.

Na expectativa de merecer a atenção de V. Exa. no que diz respeito ao encaminhamento deste ofício à Secretaria que controla a existência das frentes parlamentares nesta Casa, subscrevo-me.

Cordialmente, **Edison Andrino**.

Publique-se.

Em 12-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL

ORGAB/SAS nº 372/2003

Rio de Janeiro, 12 de março de 2003.

Exmo. Sr.

JOÃO PAULO CUNHA


Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, dirijo-me a V.Exa. para solicitar meu afastamento do cargo eletivo de Deputado Federal, por motivo de posse na Secretaria de Estado de Ação Social, conforme ato cujo cópia encaminho, em anexo.

Respeitosamente,


FERNANDO WILLIAM
Deputado Federal / RJ
Secretário de Estado de Ação Social

OF. 200/GD2003

Brasília, 27 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo
Presidente da Câmara Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Venho por intermédio deste comunicar a Vossa Excelência, a criação da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal, composta de 119 Parlamentares, ocorrida no dia 2 de setembro de 2003.

Aproveito a oportunidade para encaminhar, em anexo, a cópia do Estatuto, Regimento Interno, relação dos componente e da Coordenação da referida Frente Parlamentar.

Cordialmente – **Vanessa Grazziotin**, Deputada Federal, PcdB/AM.

COORDENADORES DA FRENTE PARLAMENTAR DA PIRATARIA				
DEPUTADOS	GARGO	PARTIDO	ESTADO	GAB
Vanessa Grazziotin	Coordenadora Geral	PCdoB	AM	724
Antônio Medeiros	Vice-Coordenador	PL	SP	946
Laura Carneiro	Secretária Geral	PFL	RJ	516
Rubinelli	1º Secretário	PT	SP	344
Júlio Lopes	Tesoureiro Geral	PP	RJ	334
Leonardo Picciani	1º Tesoureiro	PMDB	RJ	325
Júlio Redecker	Coordenador Região Sul	PSDB	RS	621
Júlio Semeghini	Coordenador Região Sudeste	PSDB	SP	242
Lupércio Ramos	Coordenador Região Norte	PPS	AM	225
Amor Bezerra	Coordenador Região Nordeste	PTB	CE	413
Sandes Júnior	Coordenador Região Centro Oeste	PP	GO	702

FPPIRATARIA1 (2)

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES QUE COMPÕE A FIENTE				
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GABINETE
1	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	833
2	ALBERTO FRAGA	PMDB	DF	321
3	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902
4	ALEX CANZIANI	PTB	PR	842
5	ALMERINDA DE CARVALHO	PSB	RJ	216
6	ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	626
7	ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ	858
8	ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	737
9	ANSELMO	PT	RO	802
10	ARNON BEZERRA	PSDB	CE	413
11	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	410
12	ÁTILA LINS	PPS	AM	730
13	AUGUSTO NARDES	PP	RS	936
14	BARBOSA NETO	PMDB	GO	736
15	BISPO WANDERVAL	PL	SP	348
16	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235
17	CARLOS SOUZA	PL	AM	569
18	CHICO ALENCAR	PT	RJ	848
19	CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP	550
20	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	201
21	COLBERT MARTINS	PPS	BA	319
22	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	460
23	CORIOLANO SALES	PFL	BA	832
24	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	317
25	DARCI COELHO	PFL	TO	309
26	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302
27	DR. HÉLIO	PDT	SP	734
28	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729
29	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546
30	EDISON ANDRINO	PMDB	SC	703
31	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540
32	EDUARDO CUNHA	PP	RJ	510
33	FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	213
34	FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	912
35	FERNANDO FERRO	PT	PE	427
36	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ	332
37	FRANCISCO APPIO	PP	RS	424
38	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	304
39	GERALDO RESENDE	PPS	MS	905
40	GIACOBO	PPS	PR	762
41	GILBERTO NASCIMENTO	PSB	SP	910
42	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	430
43	HENRIQUE AFONSO	PT	AC	845
44	HERCULANO ANGHINETTI	PP	MG	241
45	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	234
46	HUMBERTO MICHILES	PL	AM	580/3
47	INACIO ARRUDA	PCdoB	CE	582
48	IRIS SIMÕES	PTB	PR	948
49	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	223
50	JOÃO BATISTA	PFL	SP	962
51	JOÃO FONTES	PT	SE	256
52	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	913
53	JOSÉ ROCHA	PFL	BA	908
54	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG	854
55	JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	504
56	JUIZA DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	330
57	JÚLIO DELGADO	PPS	MG	323
58	JÚLIO LOPES	PP	RJ	334
59	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS	621
60	JÚLIO SEMEGHINI	PSDB	SP	242

61	JÚNIOR BETÃO	PPS	AC	817
62	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	516
63	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	325
64	LUCI CHOINACKI	PT	SC	282
65	LUCIANO CASTRO	PL	RR	401
66	LUIZ ALBERTO	PT	BA	954
67	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	945
68	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	844
69	LUIZ PIAUHYLINO	PSDB	PE	224
70	LUPÉRCIO RAMOS	PPS	AM	225
71	MARCELO CASTRO	PMDB	PI	811
72	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA	521
73	MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	819
74	MARCOS ABRAMO	PFL	SP	311
75	MARCOS DE JESUS	PL	PE	745
76	MARCUS TEIXEIRA	PMDB	CE	210
77	MARCUS VICENTE	PTB	ES	362
78	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	614
79	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PSB	AL	941
80	MAURÍCIO RANDES	PT	PE	237
81	MAURO LOPES	PMDB	MG	841
82	MEDEIROS	PL	SP	946
83	MILTON CARDIAS	PTB	RS	705
84	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	476
85	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	431
86	NEIVA MOREIRA	PDT	MA	826
87	NELSON PROENÇA	PPS	RS	804
88	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES	901
89	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	925
90	OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	602
91	OSVALDO REIS	PMDB	TO	835
92	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	515
93	PAULO MARINHO	PFL	MA	921
94	PAULO ROCHA	PT	PA	483
95	PASTOR AMARILDO	PSB	TO	218
96	PERPÉtua ALMEIDA	PCdoB	AC	625
97	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810
98	REGINALDO GERMANO	PFL	BA	310
99	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	662
100	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE	356
101	ROBERTO BALESTRA	PP	GO	219
102	ROBERTO PESSOA	PFL	CE	607
103	RONALDO DIMAS	PSDB	TO	943
104	RONALDO VASCONCELLOS	PTB	MG	246
105	RUBINELLI	PT	SP	344
106	SANDES JÚNIOR	PP	GO	702
107	SELMA SCHONS	PT	PR	825
108	SEVERIANO ALVES	PDT	BA	738
109	SIMÃO SESSIM	PP	RJ	709
110	VALDENOR GUEDES	PP	AP	541
111	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724
112	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	754
113	WALTER FELDMAN	PSDB	SP	585
114	WALTER PINHEIRO	PT	BA	274
115	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956
116	ZÉ GERALDO	PMDB	CE	632
117	ZÉ LIMA	PP	PA	610
118	ZELINDA NOVAES	PFL	BA	312
119	ZICO BRONZEADO	PT	AC	760
ATUALIZADO EM 30/10/2003				

ESTATUTO**Estatuto da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal**

Art. 1º – A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal – FPCPSF é uma entidade de direito privado, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política da câmara dos Deputados, podendo ter representações nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e tem como objetivo buscar alternativas de combate a prática da pirataria em todos os setores e atividades e a sonegação fiscal no Brasil.

Parágrafo Único – A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º – São finalidades da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal:

a) acompanhar políticas e ações que objetivam o combate à prática da pirataria e da sonegação fiscal na indústria, comércio;

b) acompanhar políticas e ações que objetivam, também, combater a pirataria em material genético brasileiro;

c) acompanhar e encaminhar as recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal;

d) promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados;

e) promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas de combate a prática da pirataria e da sonegação fiscal;

f) Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato.

Art. 3º – Integram a Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal:

a) como membros fundadores os Deputados Federais que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de noventa dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

b) como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o Termo de Ade-

são em data posterior à fixada na alínea anterior;

c) como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da Frente.

Parágrafo Único – A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destaquem nas análises e na prática do combate a prática da pirataria e da sonegação fiscal.

Art. 4º – São órgãos de direção da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal:

a) A Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) A Mesa Diretora, integrada por 1 (um) Coordenador(a)-Geral ou Presidente, até 5 (cinco) Coordenadores(as), que terão funções específicas e 1 (um) Sub-coordenador(a) por Região do país.

Parágrafo Único – A Mesa Diretora poderá escolher, dentre os servidores da Câmara dos Deputados, funcionários do quadro de Secretários Parlamentares ou pessoa devidamente credenciados nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, um(a) Secretário(a) Executivo(a), para auxiliar nas atividades e nos trabalhos da FPCPSF.

Art. 5º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês a ser definido pela Mesa Diretora e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo(a) Coordenador(a)-Geral.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembleia Geral:

a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal;

b) eleger e dar posse à Mesa Diretora;

c) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

d) admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem

adotados no interregno das assembleias ordinárias;

e) homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

f) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º – A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e nas emissoras de rádio e de televisão da respectiva Casa, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

a) organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente;

b) nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados;

c) manter contato com a Mesa Diretora e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados, visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de combate à prática da pirataria e da sonegação fiscal, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

d) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

e) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações de combate à prática da pirataria e da sonegação fiscal;

f) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º – Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10º – As representações da Frente, referidas no art. 1º, terão autonomia própria, e adotarão regimento interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

Art. 11º O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembleia Geral de Constituição da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal.

Regimento Interno

Art. 1º – A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal – FPCPSF, com atuação no âmbito da Câmara dos Deputados, é integrada por Deputados Federais interessados nas políticas e ações que tenham como objetivos o combate à prática da pirataria e sonegação fiscal no Brasil, sem distinções de caráter partidário, ideológico ou geográfico, e sem número fixo de membros.

Art. 2º – São objetivos da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e a Sonegação Fiscal:

a) Atuar no sentido de promover ações que contribuam com o combate da prática da pirataria e da sonegação fiscal na indústria, no comércio e em material genético brasileiro;

b) Constituir um amplo fórum de debates sobre as matérias relacionadas ao tema;

c) Estudar e elaborar proposições que venham contribuir no combate à pirataria e sonegação fiscal da indústria e do comércio de todos os segmentos do Brasil, bem como em material genético brasileiro, que vêm sendo vítima da prática da pirataria e da sonegação fiscal;

d) Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato;

e) Acompanhar as ações, medidas e políticas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário relacionados ao combate a pirataria e sonegação fiscal, tais como: as recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal; e

f) Informar os diversos órgãos do Poder Executivo e às entidades de classe dos setores da indústria, comércio e meio ambiente quanto aos estudos e recomendações que venham a ser sugeridas pela Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e sonegação Fiscal.

Art. 3º – A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal é constituída de:

a) Assembleia Geral; e

b) Mesa Diretora;

Art. 4º A Assembléia Geral, formada pelos parlamentares da Câmara dos Deputados que solicitarem sua adesão à Mesa Diretora da Frente, é órgão máximo deliberativo, decidindo pelo voto da maioria dos presentes, devendo reunir-se, no mínimo, uma vez por Sessão Legislativa, sendo de sua competência:

- a) Eleger a Mesa Diretora;
- b) Aprovar os planos e programas da Mesa Diretora;
- c) Decidir sobre matérias sugeridas pela Mesa Diretora ou por qualquer um de seus membros.

Parágrafo Único – No início de cada Legislatura, serão renovadas as inscrições.

Art. 5º – À Mesa Diretora, com mandato de dois anos – composta por um(a) Coordenador(a)-Geral ou Presidente, 5 (cinco) Coordenadores(as) e 5 (cinco) Sub-Coordenadores por Região – compete a direção dos trabalhos da Frente, devendo reunir-se uma vez por mês de cada Sessão Legislativa.

§ 1º A Mesa Diretora será composta por 11 (onze) membros, com as seguintes funções:

- a) Coordenador(a) Geral ou Presidente;
- b) 1º Coordenador(a), a Vice-Coordenadora-Geral ou Vice-Presidência;
- c) 2º Coordenador(a), a Secretaria Geral;
- d) 3º Coordenador(a), a 2ª Secretaria;
- e) 4º Coordenador(a), a Tesouraria;
- f) 5º Coordenador(a), a 1ª Tesouraria;
- g) Aos 5 (cinco) Sub-Coordenadores, a responsabilidade de representar as 5 (cinco) Regiões do Brasil.

§ 2º – A Mesa Diretora criará uma Secretaria-Executiva, com atribuições de assessorá-la, dando-lhe suporte técnico e administrativo, escolhido dentre os servidores da Câmara dos Deputados, funcionários do quadro de Secretários Parlamentares ou pessoa devidamente credenciados nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

§ 3º – A Secretaria Executiva poderá ter apoio logístico das Entidades do Setor Industrial, Comercial e Ambiental relacionadas com o tema.

Art. 6º São atribuições do(a) Coordenador(a)-Geral ou Presidente:

- a) Representar a FPCPSF;
- b) Dirigir as reuniões da Assembléia Geral e da Mesa Diretora;

c) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias; e

d) Autorizar eventuais despesas.

Art. 7º – São atribuições dos(as) Coordenadores(as):

a) Substituir o(a) Coordenador(a)-Geral ou Presidente, em caso de ausência e impedimentos, além de sucedê-lo em caso de vacância; e

b) Assumir as tarefas da Secretaria Geral e Tesouraria, conforme art. 5º § 1º, (alíneas c, d, e e f), respectivamente.

Art. 8º São atribuições dos(a) Sub-Coordenadores Regionais:

a) Acompanhar estudos e medidas que venham a contribuir no combate a prática da pirataria e sonegação fiscal nas atividades da indústria, do comércio e de material genético brasileiro, em suas respectivas regiões; e

b) Colaborar na elaboração de soluções que permitam a eliminação de problemas eventualmente existentes nos referidos setores, nas suas respectivas regiões.

Art. 9º – As entidades de classe de empregadores, empregados e de profissionais liberais poderão credenciar, junto à Mesa Diretora, representantes que possam colaborar com as atividades da Frente Parlamentar.

Art. 10º Este Regimento terá vigência a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral da Frente.

Publique-se.

Em 1º de dezembro de 2003 – João Paulo Cunha, Presidente.

REQUERIMENTO

Nº 1.418, DE 2003

(Do Sr. Mauro Passos)

Requer a desapensação do PL nº 2.369, de 2003, que tramita apensado ao PL nº 4.742, de 2001.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa, a desapensação do PL nº 2.369, de 2003, que tramita apensado ao PL nº 4.742, de 2001, pelos motivos a seguir expostos:

O PL nº 2.369, de 2003, de minha autoria, “dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho”, conceitua o termo e define os efeitos no ordenamento jurídico trabalhista. Configura o assédio como ilícito

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício – Pres. nº 702 /CEC

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 452/03

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto nº artigo 58 do Regimento Interno, a aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 452/03, da Sra. Iara Bernardi, que “acrescenta novo parágrafo ao artigo 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Gastão Vieira**,
Presidente.

Publique-se.

Em: 3-12-03 – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício – Pres. Nº 703 /CEC

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 1.460/03

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 1.460/03, do Sr. Edson Duarte, que “altera a Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, que institui a Universidade do Vale do São Francisco, estabelecendo sua sede nas cidades de Petrolina, Pernambuco e Juazeiro, na Bahia”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Gastão Vieira**,
Presidente.

Publique-se.

Em 3-12-03 – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DE DEFESA NACIONAL

Of. nº CREDN/P-525/03

Brasília, 20 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação, na data de hoje, do parecer do relator, Deputado Colombo à Mensagem nº 1.251/2001, que “submete à consideração do Congresso Nacional mensagem relativa à nova Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da II Rodada Negociadora de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, aprovada pela Decisão 56/00, do Conselho do Mercosul, em 14 de dezembro de 2000”, solicito a V. Exa. a inclusão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público no despacho da referida Mensagem para que a mesma seja ouvida quanto ao mérito da matéria, nos termos do art. 140 do Regimento Interno.

Informo a V. Exa. que tal solicitação consta no parecer do relator o qual foi aprovado por unanimidade nesta Comissão.

Respeitosamente, – Deputada **Zulaiê Cobra**,
Presidenta.

Nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, defiro o pedido de redistribuição de proposição e rejeito o despacho inicialmente apostado à MSC nº 1.251/2001, para o fim de incluir a CTASP, que se deverá pronunciar antes da CEIC. **Publique-se.** Oficie-se.

Em 3-12-03 – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. nº 53/2003 GDAC

Brasília, 2 de dezembro de 2003

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi instalada no último dia 26 de novembro a Frente Parlamentar de Combate ao Uso do Cigarro, de minha iniciativa.

Informa ainda que segue anexo lista de membros que aderiram à Frente, bem como um resumo de seus objetivos.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e merecida consideração.

Atenciosamente, – **Alexandre Cardoso**, Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DO CIGARRO

MEMBROS

DEPUTADOS

01	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
02	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
03	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO
04	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR
05	ALCEU COLLARES	PDT	RS
06	ALEX CANZIANI	PTB	PR
07	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
08	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
09	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
10	ALMIR SÁ	PL	RR
11	AMAURI ROBLEDO GASQUES	PRONA	SP
12	ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR
13	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
14	ARNON BEZERRA	PSDB	CE
15	AUGUSTO NARDES	PP	RJ
16	BARBOSA NETO	PMDB	GO
17	BENEDITO DIAS	PP	AP
18	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
19	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
20	CARLITO MERSS	PT	SC
21	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
22	CARLOS MOTA	PL	MG
23	CARLOS WILLIAN	PSC	MG
24	CASARA	PSDB	RO
25	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
26	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA
27	COLBERT MARTINS	PPS	BA
28	CORIOLOANO SALES	PFL	BA
29	COSTA FERREIRA	PFL	MA
30	COURACI SOBRINHO	PFL	SP
31	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
32	DR. EVILÁSIO	PSB	SP
33	DR. HÉLIO	PDT	SP
34	DR. PINOTTI	PMDB	SP
35	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
36	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
37	EDUARDO CUNHA	PP	RJ
38	EDUARDO GOMES	PSDB	TO
39	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DO CIGARRO

MEMBROS

40	ERICO RIBEIRO	PP	RS
41	FERNANDO GABEIRA	PT	RJ
42	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
43	FEU ROSA	S/PARTIDO	ES
44	FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG
45	FRANCISCO TURRA	PP	RS
46	GERALDO RESENDE	PPS	MS
47	GERALDO THADEU	PPS	MG
48	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
49	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
50	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
51	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
52	HENRIQUE AFONSO	PT	AC
53	HENRIQUE FONTANA	PT	RJ
54	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR
55	ILDEU ARAÚJO	PRONA	SP
56	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
57	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG
58	JACKSON BARRETO	PTB	SE
59	JAIME MARTINS	PL	MG
60	JAIR BOLSONARO	PTB	RJ
61	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP
62	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP
63	JOÃO BATISTA	PFL	SP
64	JOÃO CAMPOS DE ARAÚJO	PSDB	GO
65	JOÃO FONTES	PT	SE
66	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP
67	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG
68	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ
69	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ
70	JOSUÉ BENGSTON	PTB	PA
71	JOVINO CANDIDO	PV	SP
72	JÚLIO DELGADO	PPS	MG
73	LAVOISIER MAIA	PSB	RN
74	LEONARDO MATOS	PV	MG
75	LEONARDO VILELA	PP	GO
76	LINCOLN PORTELA	PL	MG
77	LINDBERG FARIAS	PT	RJ
78	LUCIANA GENRO	PT	RS
79	LUCIANO ZICA	PT	SP
80	LUIZ BITTENCOUT	PMDB	GO

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DO CIGARRO

MEMBROS

81	LUIZ COUTO	PT	PB
82	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
83	MANINHA	PT	DF
84	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
85	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
86	MARCELO ORTIZ	PV	SP
87	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
88	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS
89	MARIA HELENA	PMDB	RR
90	MARIANGELA DUARTE	PT	SP
91	MAURICIO QUINTELLA LESSA	PSB	AL
92	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
93	MILTON CARDIAS	PTB	RS
94	MÍRIAM REID	PFL	RJ
95	MORAES SOUZA	PMDB	PI
96	MORONI TORGAN	PFL	CE
97	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
98	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
99	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
100	PASTOR AMARILDO	PSC	TO
101	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
102	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PTB	CE
103	PASTOR REINALDO	PTB	RS
104	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
105	PAULO MARINHO	PL	MA
106	PERPETUA ALMEIDA	PCdoB	AC
107	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB
108	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO
109	PROMOTOR AFONSO GIL	PCdoB	PI
110	REGINALDO GERMANO	PFL	BA
111	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
112	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE
113	ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
114	ROBERTO PESSOA	PL	CE
115	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
116	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
117	RONALDO CAIADO	PFL	GO
118	RONALDO VASCONCELOS	PTB	MG
119	SANDRO MATOS	PMDB	RJ
120	SARNEY FILHO	PV	MA
121	SERAFIM VENZON	PSDB	SC

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DO CIGARRO MANIFESTO

Nós, Deputados Federais e Senadores da República abaixo assinados, conscientes dos danos e malefícios causados pelo cigarro ao organismo e à vida dos seres humanos, nos comprometemos, conjuntamente, com a sociedade civil, a apoiar programas e ações governamentais e não governamentais, inclusive lutando para garantir a aprovação no Congresso Nacional da Convenção-Quadro sobre Combate ao Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003, bem como defender uma política nacional abrangente e coordenada de combate ao uso do cigarro.

Assumimos, também, a tarefa de sensibilizar as Assembléias Legislativas dos Estados e Câmaras Municipais, bem como, conclamar e sensibilizar a sociedade civil, para, juntos construirmos uma frente ampla e democrática de Combate ao Uso do Cigarro.

Brasília, 26 de novembro de 2003.

Nome do Parlamentar Assinatura Partido

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Parlamentar,

Podemos afirmar sem medo de errar que o cigarro é a causa **mortis** mais passível de prevenção

que existe. O cigarro contribui para 22% da mortalidade geral, 30% para a de origem cardiovascular, 30% para o câncer e 30% para as doenças respiratórias.

O tabagismo está associado a doenças dos vasos e do coração, bronquite crônica, enfisema, câncer de pulmão, laringe, faringe, cavidade oral, esôfago, pâncreas e bexiga. O risco de morte súbita também é duas a quatro vezes maior nos fumantes.

Sabemos que o Estado tem papel fundamental nas políticas de combate e conscientização dos males do fumo. O Legislativo também vem demonstrando sua preocupação com as consequências do uso do cigarro.

Por todos os motivos já expostos, venho convidar Vossa Excelência para, juntos compormos uma Frente Parlamentar, suprapartidária, de Combate ao Uso do Cigarro, onde estaremos iniciando uma batalha incansável, com toda nossa energia, no combate ao hábito de fumar.

Educação, saúde e prevenção são palavras que fundamentalmente devem estar juntas.

Atenciosamente, – Deputado **Alexandre Cardoso**, PSB/RJ.

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DO CIGARRO

MEMBROS

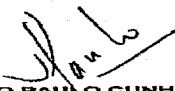
122	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
123	TAKAYAMA	PMDB	PR
124	TELMA DE SOUZA	PT	SP
125	VALDENOR GUÊDES	PP	AP
126	VICENTINHO	PT	SP
127	VIGNATI	PT	SC
128	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG
129	WALTER PINHEIRO	PT	BA
130	WASNY DE ROURE	PT	DF
131	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
132	ZE LIMA	PP	PA
133	ZELINDA NOVAES	PFL	BA
134	ZEQUINHA MARINHO	PTB	PA

SENADORES

135	ALBERTO SILVA	PMDB	PI
136	EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG
137	FLAVIO ARNS	PT	PR
138	ROMERO JUCA	PMDB	RR

Brasília, _____ de _____ de _____

Publique-se.
Em 03/12/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

ciação do Projeto de Lei nº 3.480/04, por esta Comissão, nesta data.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tarcísio Zimmermann**, Presidente.

Publique-se.

Em, 2-12-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. P-104/04

Brasília, 24 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 4.156/04 – do Sr. Carlos Dunga – que “denomina Governador Ernani Sátiro trecho de cento e treze quilômetros da BR-361, entre as cidades de Patos e Itaporangal, no Estado da Paraíba”.

Atenciosamente, – Deputado **Wellington Roberto**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. Nº 1/04

Brasília, 1º de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

É com grande honra e satisfação que me dirijo a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, em anexo, para efeito de registro na Secretaria-Geral da Mesa, a fundamentação da criação da Frente Parlamentar de Defesa da Vasp, cópia das assinaturas constantes da Lista de Adesão e tabela elucidativa da composição da entidade.

Aproveito-me da oportunidade para comunicar-lhe, como primeiro signatário da Lista de Adesão, que está prevista para amanhã, dia 2 de dezembro, às 10h, no Plenário 16 das Comissões, a reunião de instalação da nova Frente.

Sirvo-me do ensejo para renovar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Ricardo Izar**.

COMPOSIÇÃO EM ORDEM ALFABÉTICA

DEPUTADOS

Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP
Antônio Cambrala – PSDB/CE
Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB/SP
Antônio Joaquim – PP/MA
Antônio Nogueira – PT/AP
Átila Lins – PPS/AM
Átila Lira – PSDB/PI
B. Sá – PPS/PI
Cláudio Cajado – PFL/BA
Colombo – PT/PR
Coriolando Sales – PFL/BA
Costa Ferreira – PSC/MA
Dr. Heleno – PP/RJ
Gastão Vieira – PMDB/MA
Gervásio Oliveira – PDT/AP
Henrique Afonso – PT/AC
Íris Simões – PTB/PR
João Bosco da Costa – PSDB/SE
João Caldas – PL/AL
José Múcio Monteiro – PTB/PE
Josias Quintal – PMDB/RJ
Júlio César – PFL/PI
Luiz Bittencourt – PMDB/GO
Marcondes Gadelha – PTB/PB
Mauro Benevides – PMDB/CE
Mussa Demes – PFL/PI
Nelson Traci – PMDB/MS
Neyde Aparecida – PT/GO
Paes Landim – PTB/PI
Paulo Marinho – PL/MA
Pedro Chaves – PMDB/GO
Remi Trinta – PL/MA
Ricardo Izar – PTB/SP
Romeu Queiroz – PTB/MG
Sandes Júnior – PP/GO
Severiano Alves – PDT/BA
Vicente Cascione – PTB/SP
Wagner Lago – PP/MA
Wilson Santiago – PMDB/PB
Zé Lima – PP/PA

SENADORES

Edson Lobão – PFL/MA
Leonel Pavan – PSDB/SC
Luiz Otávio – PMDB/PA
Mozarildo Cavalcanti – PPS/RR
Ney Suassuna – PMDB/PB
Papaléo Paes – PMDB/AP
Paulo Octávio – PFL/DF
Rodolpho Tourinho – PFL/BA
Sérgio Guerra – PSDB/PE
Tasso Jereissati – PSDB/CE
Valdir Raupp – PMDB/RO

COMPOSIÇÃO POR ESTADOS

DEPUTADOS

AC
Henrique Afonso – PT
AL
João Caldas – PL

PI
Átila Lira – PSDB
B. Sá – PPS
Júlio César – PFL
Mussa Demes – PFL
Paes Landim – PTB

AM

Átila Lins - PPS

APAntônio Nogueira - PT
Gervásio Oliveira - PDT**BA**Cláudio Cajado - PFL
Coriolando Sales - PFL
Severiano Alves - PDT**CE**Antônio Cambraia - PSDB
Mauro Benevides - PMDB**GO**Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Sandes Júnior - PP**MA**Antônio Joaquim - PP
Costa Ferreira - PSC
Gastão Vieira - PMDB
Paulo Marinho - PL
Remi Trinta - PL
Wagner Lago - PP**MG**

Romeu Queiroz - PTB

MS

Nelson Trad - PMDB

PA

Zé Lima - PP

PBMarcondes Gadelha - PTB
Wilson Santiago - PMDB**PE**

José Múcio Monteiro - PTB

PRColombo - PT
Íris Simões - PTB**RJ**Dr. Heleno - PP
Josias Quintal - PMDB**SP**Aloysio Nunes Ferreira - PSDB
Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB
Ricardo Izar - PTB
Vicente Cascione - PTB**SE**

João Bosco da Costa - PSDB

SENADORES**AP**

Papaléo Paes - PMDB

BA

Rodolpho Tourinho - PFL

CE

Tasso Jereissati - PSDB

DF

Paulo Octávio - PFL

MA

Edson Lobão - PFL

PE

Sérgio Guerra - PSDB

PB

Ney Suassuna - PMDB

RO

Valdir Raupp - PMDB

RR

Mozarildo Cavalcanti - PPS

SC

Leonel Pavan - PSDB

Publique-se
Em 02/12/04

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Ofício nº 227/04/RB-CD

Brasília, 2 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, comunico a Vossa Excelência que, em 1º de dezembro, fui exonerado, a pedido, do cargo de Secretário de Estado Extraordinário, publicação do **Diário Oficial** do Estado, cópia anexa.

Informo, ainda, que reassumirei minhas atividades dia 2 de dezembro de 2004.

Atenciosamente, – Deputado **Roberto Balestra**.

ções, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de contratos, de subsídios, transferências ou subvenções oriundas de entidades públicas ou privadas e de outras origens legalmente admitidas.

Parágrafo único. Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo Tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 13. A Frente parlamentar Evangélica terá um regimento interno, subsidiário do presente estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros na destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar Evangélica presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 14. No caso de extinção da Frente Parlamentar Evangélica, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantrópico, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo único. A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 15. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar Evangélica, quando também se dará a eleição e posse da primeira diretoria.

Brasília, de setembro de 2003

Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, de de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
MD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar de Defesa das Rodovias e Usuários – TRANSFRENTE, que reúne Deputados Federais e Senadores preocupados com a degradação da malha rodoviária do País. Pretendemos cobrar e apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais que promovam a recuperação, conservação, ampliação e construção de nossas rodovias.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Geraldo Thadeu**.

Brasília, 22 de agosto de 2003

MANIFESTO

A infra-estrutura viária é o alicerce do desenvolvimento do País, fundamental para prover o Brasil de condições de competitividade no mundo globalizado.

Razões históricas explicam a primazia da rodovia na malha viária brasileira. Este modal responde hoje por 63% do transporte nacional e corresponde a um patrimônio público forjado por gerações sucessivas, o qual temos obrigação de preservar.

Em relação aos 57 mil km de rodovias federais pavimentadas, 70% mostram-se com a superfície em condições entre regular e ruim para trafegar. Em 2002, o Brasil investiu apenas 0,2% do PIB em transportes, quando o Banco Mundial recomenda 3,5% para os países em desenvolvimento. A continuar assim, chegaremos em 2005 com 100% das rodovias federais nas condições citadas.

No intuito de buscar soluções definitivas para as questões que assolam a vida dos usuários de rodovias brasileiras e mediante esforço suprapartidário, estamos instituindo a “Frente Parlamentar de Defesa das Rodovias e Usuários”.

A criação da Frente tem por princípio salvaguardar o patrimônio rodoviário brasileiro e promover sua melhoria, tendo em vista a segurança do trânsito.

Com boas estradas evitaremos os acidentes constantes, muitas vezes com vítima fatal, e reduziremos os prejuízos e o desconforto com o roubo de cargas, os assaltos aos ônibus, o consumo de combustíveis e do tempo de viagem, o desgaste dos veículos e as perdas resultantes da ineficácia no escoamento da

produção agrícola. Os ganhos financeiros resultantes da redução do "Custo Brasil" poderão ser aplicados na prevenção de acidentes, na educação, saúde e habitação, entre outras destinações.

Dentro da prerrogativa constitucional do legislativo federal de fiscalizar as ações do Poder Executivo, a Transfrente terá por objetivo criar um canal de reivindicação permanente no intuito de alocar recursos para recuperar e conservar as rodovias existentes, duplicar trechos com fluxo elevado de tráfego, como também construir novas rodovias.

Desta forma, contribuiremos com a abertura de vagas para trabalhadores com menor qualificação, privilegiando os menos favorecidos, preferencialmente os empregados braçais. Dentro deste universo, abre-se uma perspectiva para Empreiteiros, Consórcios, Governos Federal, Estadual, Municipal, Servidores e Usuários.

Senhor Parlamentar, sua participação é imprescindível, para juntos, como legítimos representantes do povo brasileiro que somos, podermos assegurar-lhe locomoção, minimizando os acidentes, garantir o escoamento dos nossos produtos e o abastecimento da população.

Certo de poder contar com sua especial atenção e valioso apoio para o pleno êxito desta iniciativa, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência votos de estima, apreço e admiração. – Deputado **Geraldo Thadeu/PPS-MG**.

Publique-se.

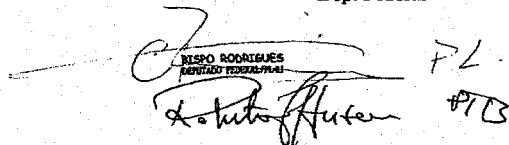
Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2003

Requeiro nos termos regimentais, a realização de uma sessão solene em homenagem aos 50 anos da Rede Record de Televisão, a se realizar em nove de setembro de 2003.

Salas das Sessões, 17 de fevereiro de 2003


EDNA MACEDO
Dep. Federal


NERY RODRIGUES
DEPUTADO FEDERAL-PM

Defiro. Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 198, DE 2003

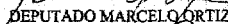
(Do Sr. Deputado Marcelo Ortiz)

Requer a convocação de Sessão Solene da Câmara dos Deputados para o dia 7-10-2003.

Senhor Presidente,

Representando um décimo da composição da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, a convocação de sessão solene desta Casa para o dia 7 de outubro de 2003, a fim de prestar homenagem à Rede Record de Televisão, em virtude da Comemoração do seu Cinquentenário.

Sala das Sessões, em 19 de 02 de 2003.


DEPUTADO MARCELO ORTIZ

Defiro. Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Lincoln Portela)

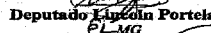
Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 23 de Setembro de 2003, às 10h.

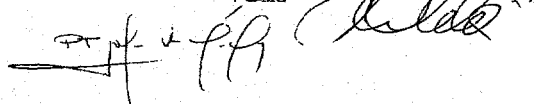
Senhor Presidente,

Representando um décimo da composição da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, a convocação de sessão solene desta Casa para o dia 23 de setembro de 2003 (às 10:00 horas), a fim de homenagearmos os 50 anos de fundação da TV Record.

Sala das Sessões, em

19/02/03


Deputado Lincoln Portela
PL-MG



Defiro. Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

processo referente ao Projeto de Lei nº 417/03 e não ao Projeto de Lei nº 317/03 como constou.

Respeitosamente, – Deputado **Wanderval Santos**, Presidente.

Defiro. Retifique-se o despacho apostado ao Ofício no 163/04, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para determinar a reconstituição do PL nº 417/03 e não do PL nº 317/03. Oficie-se. **Publique-se.**

Em 10-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 353-A, DE 2001, QUE “DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO IV DO ART. 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Ofício nº 24/04-Pres.

Brasília, 18 de maio de 2004

Exmº Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em reunião ordinária realizada hoje, esta Comissão Especial aprovou a redação para o segundo turno de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 574-B, de 2002, que “altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal”, e apensadas, na conformidade da redação do vencido, proposta pelo Relator, Deputado Jefferson Campos.

Solicito a Vossa Excelência determinar a publicação em avulso da referida matéria, na forma regimental.

Atenciosamente, – Deputado **Jairo Carneiro**, Presidente.

Publique-se.

Em 20-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício JS./2004/072

Brasília, 20 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, em anexo, histórico da Frente Parlamentar de Informática, instalada dia 18 p.p. no auditório do Interlegis

– Senado Federal, bem como o estatuto e relação dos parlamentares criadores.

Agradeço antecipadamente a atenção de Vossa Excelência, subscrevo-me com apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Semeghini**, Deputado Federal/PSDB – SP.

FRENTE PARLAMENTAR DE INFORMÁTICA

A Sociedade do Conhecimento é hoje um fenômeno real. Baseada no desenvolvimento social e econômico, a partir da informação como agente central da atividade econômica, esta nova sociedade visa à acumulação de conhecimentos por meio do desenvolvimento tecnológico e da busca de níveis cada vez mais complexos de processamento da informação, que passam a ser fator determinante na qualidade de vida do indivíduo.

A construção de uma Sociedade do Conhecimento Brasileira justa e igualitária passa obrigatoriamente por um amplo processo de inclusão digital, por uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e por uma sólida indústria local de Tecnologia da Informação.

Segundo dados do Mapa de Exclusão Digital da Fundação Getúlio Vargas, de abril de 2003, apenas 12% dos brasileiros têm computador em suas residências e pouco mais de 8% encontram-se conectados à Internet, estes números demonstram, claramente, que a grande maioria da população brasileira ainda está excluída dos benefícios das tecnologias do mundo digital. Se por um lado a exclusão econômica desencadeia a exclusão digital, a exclusão digital certamente aprofundará ainda mais a exclusão econômica. Um amplo processo de inclusão digital deve ser fruto de uma política pública agressiva, com destinação orçamentária para ações que promovam a inclusão e equiparação de oportunidades a todos os brasileiros. Uma ação prioritária deve ser voltada especialmente às crianças e jovens.

Notoriamente, os países que hoje são grandes produtores de Tecnologias da Informação, especialmente os do sudeste asiático, passaram por políticas oficiais que priorizaram, com pesados investimentos, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico como principal instrumento de crescimento econômico. No Brasil, apesar da escassez de recursos, universidades, institutos de pesquisas e empresas têm contribuído com importantes inovações nas mais diversas áreas do conhecimento, porém, a velocidade das transformações da Sociedade do Conhecimento exige, não só um constante processo de atualização tecnológica, mas uma efetiva participação do Estado, que priorize a des-

tinação de recursos capaz de manter um processo de desenvolvimento científico e tecnológico sustentável.

A indústria de Tecnologia da Informação, baseada na inovação e no maciço investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, é portadora de dinamismo crescente e sustentável, que permeia todos os setores da economia, e promove as novas oportunidades de negócios da sociedade do conhecimento. Embora o Brasil possua uma ampla, moderna e diversificada indústria de tecnologia da informação, esta ainda está muito aquém do seu potencial e das necessidades do mercado brasileiro.

O setor de Tecnologia da Informação é um dos que mais se desenvolve no Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo em muitos mercados internacionais. O Brasil é o sétimo mercado de programas de computador do mundo, crescendo, desde 1995, à uma taxa média anual de 11%, a maior do setor de tecnologia da informação e cerca de 5 vezes maior do que a taxa de crescimento do PIB. No período entre 1991 e 2001, a participação do segmento como percentual do PIB mais do que triplicou, passando de 0,27% para 0,71%.

Não obstante este crescimento, o setor não recebeu, até o momento, por parte dos governos, a atenção necessária para que se consolide como fonte de riquezas. Cabe ressaltar que é igualmente crescente o déficit do setor de programas de computador na balança comercial brasileira. Este déficit está atualmente na casa de US\$1 bilhão, resultante do pagamento de direitos autorais por empresas multinacionais que licenciam no mercado interno seus produtos e soluções.

Do lado da indústria de equipamentos, a política brasileira para o setor, instituída pela Lei nº 8.248/1991, possibilitou, dentre outras conquistas, a vinda para o Brasil de grandes empreendedores internacionais que se estabeleceram em todo o território nacional, investimentos de R\$2,1 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, significativos avanços no campo da tecnologia, desenvolvimento de várias indústrias locais de bens e serviços, além da criação de 30 mil empregos diretos e mais 90 mil indiretos. Porém, a dinâmica excepcional desse mercado e a crescente pressão por competitividade exigem mecanismos eficientes para desenvolver fornecedores locais, consolidar a indústria de componentes estabelecida no País, ampliar as exportações, promover investimentos em pesquisa e desenvolvimento e gerar empregos.

As empresas brasileiras de base tecnológica, à frente as de tecnologia de informação, enfrentam um desafio diário para fazer frente aos gigantes do setor, competindo num mercado globalizado onde muitos destes gigantes contam não apenas com o próprio poder de fogo, mas também com o efetivo apoio dos governos

de seus países de origem, ajudando-os a conquistar fatias significativas do mercado mundial.

O Brasil não deve nem pode deixar passar a oportunidade de trabalhar para que as empresas aqui instaladas possam expandir suas operações, criando riqueza não apenas no mercado interno, mas também que se fortaleçam a ponto de competirem no mercado internacional, no médio prazo, revertendo o déficit do setor em nossa balança comercial.

Considerando que estas questões transcendem as posições ideológicas e partidárias e que o maior entrave ao crescimento desse especialíssimo setor da economia é, sem dúvida, a insegurança jurídica em que o setor está mergulhado pela absoluta falta de marcos regulatórios que permitam tratamento distinto e benéfico para uma atividade de real e evidente singularidade, os deputados federais e senadores abaixo assinados se propõem a atuar conjuntamente em defesa das conquistas já alcançadas, pela criação de um marco regulatório adequado e pela continuidade do desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento brasileira justa e igualitária que observe as necessidades inadiáveis de um amplo processo de inclusão social, econômica e digital; de uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e de uma indústria de Tecnologia da Informação sólida e competitiva.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DA INFORMÁTICA

Art. 1º A Frente Parlamentar da Informática, é uma entidade de direito privado, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional, podendo ter representações nas Assembléias Legislativas Estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento da informática no Brasil.

Parágrafo único. A Frente, que tem sede no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar da Informática:

a) Atuar em defesa das conquistas já alcançadas pelo setor e pela criação de um marco regulatório adequado;

b) Empreender esforços pela continuidade do desenvolvimento de uma sociedade do conhecimento brasileira justa e igualitária que observe as necessidades inadiáveis de um amplo processo de inclusão social, econômica e digital;

c) Atuar em busca da implantação de uma política de desenvolvimento tecnológico

sustentável, de uma indústria de tecnologia da informação sólida e competitiva, e de mecanismos para efetiva inclusão digital do conjunto da sociedade brasileira;

d) Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da informática no País, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

e) Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da informática, divulgando seus resultados;

f) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países, visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas tecnológicas para o setor;

g) Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à informática, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

h) Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos, processos que fomentem a informática no Brasil;

i) Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da informática, junto a todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar da informática:

a) como membros fundadores, os deputados federais e senadores da República que, integrantes da 51ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de noventa dias, contados da data da aprovação do presente estatuto;

b) como membros efetivos, os parlamentares que subscrevam o termo de adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

c) como membros colaboradores, os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da Frente.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem nas análises e na prática de políticas para o desenvolvimento da informática no País.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar da Informática:

a) A Assembléia-Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com

direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) A Mesa Diretora, integrada por 3 (três) coordenadores, 6 (seis) vice-coordenadores e um secretário executivo.

Parágrafo único. O secretário executivo poderá ser escolhido dentre os servidores do Congresso Nacional ou funcionários do quadro de secretários parlamentares.

Art. 5º A Assembléia-Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês de junho e, extraordinariamente, sempre que convocada pelos coordenadores.

Parágrafo único. A Assembléia-Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar da Informática;

b) eleger e dar posse à Mesa Diretora;

c) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

d) admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

e) homologar termos de convênios e contratos firmados pela Mesa Diretora;

f) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º A Assembléia-Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, por meio de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e de televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

a) organizar e divulgar programa, projetos e eventos da Frente;

b) nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio

logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

c) manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado, visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações em relação à informática, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos de tecnologia dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

d) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

e) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando ao exame, à discussão e aplicabilidade das políticas de desenvolvimento da informática no Brasil;

f) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente estatuto.

Art. 9º Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos e coincidem com a legislatura, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10. As representações da Frente, referidas no art. 1º, terão autonomia própria, e adotarão regime interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este estatuto.

Art. 11. O presente estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembleia-Geral de Constituição da Frente Parlamentar da Informática.

Brasília, 18 de maio de 2004. –

FRENTE PARLAMENTAR DE INFORMÁTICA

Brasília, 30 de março de 2004

Excelentíssimo Deputado (a),

A construção de uma Sociedade do Conhecimento Brasileira justa e igualitária passa obrigatoriamente por um amplo processo de inclusão digital, por uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e por uma sólida indústria local de Tecnologia da Informação.

Considerando que estas questões transcendem as posições ideológicas e partidárias e que o maior entrave ao crescimento desse especialíssimo setor da economia é, sem dúvida, a insegurança jurídica em que o setor está mergulhado pela absoluta falta de marcos regulatórios que permitam tratamento distinto e benéfico para uma atividade de real e evidente singularidade, os Deputados Federais abaixo assinados se propõem e convidam Vossa Excelência a atuar conjuntamente em defesa das conquistas já alcança-

das, pela criação de um marco regulatório adequado e pela continuidade do desenvolvimento de uma Sociedade do Conhecimento Brasileira justa e igualitária que observe as necessidades inadiáveis de um amplo processo de inclusão social, econômica e digital; de uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e de uma indústria de Tecnologia da Informação sólida e competitiva.

Na oportunidade, encaminhamos o Termo de Adesão em anexo, esperando a participação de Vossa Excelência nesta tão importante Frente Parlamentar.

Signatários:

Júlio Semeghini – Renato Casagrande – Beto Albuquerque – Sérgio Miranda – Augusto Nardes – Luiz Piauhyllino – Feu Rosa – Edson Ezequiel – Iriny Lopes – Jamil Murad – Walter Pinheiro – André Zacharow.

Brasília, 30 de março de 2004

Excelentíssimo Deputado (a),

A construção de uma Sociedade do Conhecimento Brasileira justa e igualitária passa obrigatoriamente por um amplo processo de inclusão digital, por uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e por uma sólida indústria local de Tecnologia da Informação.

Considerando que estas questões transcendem as posições ideológicas e partidárias e que o maior entrave ao crescimento desse especialíssimo setor da economia é, sem dúvida, a insegurança jurídica em que o setor está mergulhado pela absoluta falta de marcos regulatórios que permitam tratamento distinto e benéfico para uma atividade de real e evidente singularidade, os Deputados Federais abaixo assinados se propõem e convidam Vossa Excelência a atuar conjuntamente em defesa das conquistas já alcançadas, pela criação de um marco regulatório adequado e pela continuidade do desenvolvimento de uma Sociedade do Conhecimento Brasileira justa e igualitária que observe as necessidades inadiáveis de um amplo processo de inclusão social, econômica e digital; de uma política de desenvolvimento tecnológico sustentável e de uma indústria de Tecnologia da Informação sólida e competitiva.

Na oportunidade, encaminhamos o Termo de Adesão em anexo, esperando a participação de Vossa Excelência nesta tão importante Frente Parlamentar.

Signatários:

Jorge Bittar – Wanderlei Assis.

Publique-se.

Em 20-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

TC Nº 6.440/2002-1

Natureza: Relatório Consolidado das

Auditorias no PNAE.

Interessado: 6ª Secex

Despacho

O relatório ora apresentado constitui a etapa final de um esforço conjunto, desenvolvido por várias unidades do TCU, no sentido de proceder-se ampla avaliação da execução e da sistemática de controle de um dos principais programas do Governo Federal: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2. O trabalho, realizado por iniciativa da 6ª Secex, teve origem na análise dos fatores de risco e materialidade das áreas afetas à fiscalização desta Unidade Técnica. Assim, considerou-se o significativo montante da dotação orçamentária anualmente destinada ao Programa (em torno de R\$900 milhões) e, principalmente, os indícios de fragilidades no modelo estabelecido para o controle dos recursos transferidos a estados e municípios no âmbito do PNAE.

3. Em se tratando de uma Auditoria de Abrangência Nacional, modalidade que tem-se consolidado no Tribunal face às relevantes conclusões e propostas apresentadas ao seu final, foi fundamental, desde o planejamento até a elaboração dos relatórios, a participação, a integração e a coordenação de todos os setores envolvidos, em especial do Gabinete do Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Guilherme Palmeira, da Segecex, da Adfis, da 6ª Secex e das secretarias regionais.

4. Em função disso, registro, desde já, em nome de toda a equipe desta Unidade Técnica, o agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o êxito de mais esta empreitada.

5. O presente relatório sintetiza e consolida as principais informações obtidas no total de 68 auditorias realizadas (nas entidades executoras do Programa e no FNDE), bem como nas respostas aos questionários enviados a 1.197 escolas de todo o País. Desse conjunto de dados, foi possível a formulação de diversas propostas visando ao aperfeiçoamento da sistemática de controle e execução do PNAE.

6. Sofre as proposições efetuadas, ressalto que, até o final do exercício de 2002, os critérios e as formas de transferência legal de recursos financeiros para o Programa eram disciplinados, no âmbito do FNDE, pelas Resoluções nº 15/2000 e nº 2/2002. Esses normativos foram recentemente revogados, com a edição da Resolução FNDE nº 1, de

16-1-2003, que, basicamente, consolida e organiza as orientações sobre a execução do PNAE, introduzindo pequenas alterações, as quais não afetam as conclusões e encaminhamentos propostos.

7. Como é sabido, o modelo de descentralização dos recursos federais no âmbito do PNAE, assim como em outros programas na área da educação, é baseado na transferência automática dos valores, sem a celebração de convênios com as entidades receptoras. Considerando as previsíveis implicações legais e estruturais de eventual mudança desse modelo, este trabalho não teve por objetivo oferecer alternativas a essa sistemática, apenas propor medidas que venham a aprimorá-la, principalmente na dimensão do controle.

8. Por esse motivo, destaco a importância da proposta apresentada pela equipe de consolidação de encaminhar-se ao Congresso Nacional sugestão para que sejam promovidos debates entre todos os segmentos envolvidos, com vistas à discussão do modelo de transferências automáticas de recursos da União. Entendo que, nesse particular, o Tribunal de Contas da União terá uma relevante contribuição a dar.

9. Finalmente, ao consignar a qualidade do relatório ora apresentado, não é demais reconhecer que tal resultado é fruto, em especial, do comprometimento e da dedicação da equipe da 3ª Diretoria Técnica desta Secretaria.

10. Com essas considerações, submeto os autos à elevada consideração do Relator da LUJ nº 8, biênio 2001/2002, Excelentíssimo Senhor Ministro Guilherme Palmeira, manifestando-me de acordo com a íntegra do relatório da equipe de consolidação (fls. 87/171).

6ª Secex, 5 de fevereiro de 2003. – **Ismar Barbosa Cruz**, Secretário de Controle Externo.

Encaminhe-se a documentação referenciada à Deputada solicitante. Publique-se e, após, archive-se.

Em 10-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 125/2004-GSMC

Brasília, 9 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de me dirigir a Vossa Excelência, para comunicar a criação do “Frente Parlamentar de Mobilização pela Engenharia”, que tem por objetivo projetar as medidas necessárias ao país; para corrigir e aprimorar suas estruturas; para partici-

par concretamente da reconstrução do "edifício Brasil", em sintonia com todas as entidades de classe, com os clubes de engenharia, com os conselhos nacional e regional de engenharia e arquitetura, enfim, com as academias de ciência, para debater idéias, propor, elaborar programas e projetos, estudar e apresentar soluções para um país mais desenvolvido, com avanço tecnológico, justiça social e equidade.

Por oportuno, informo que integram o predito grupo de trabalho, além do signatário, os seguintes parlamentares:

SENADORES

Aelton Freitas
Alberto Silva
César Borges
Delcídio Amaral
Eduardo Azeredo
Efraim Moraes
José Jorge e
Osmar Dias

DEPUTADOS

Eduardo Sciarra
Félix Mendonça
Jaime Martins
José Carlos Machado
José Múcio Monteiro
Julio Semeghini
Leodegar Tiscoski
Leônidas Cristino
Luiz Bittencourt
Marcello Siqueira
Marcelo Teixeira
Moacir Micheletto
Pauderney Avelino
Pedro Fernandes
Ricardo Barros
Ronaldo Dimas
Ronaldo Vasconcellos e
Tadeu Filippelli.

Ao fim, colho do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**.

FRENTE PARLAMENTAR DE MOBILIZAÇÃO PELA ENGENHARIA

O Brasil enfrenta vários problemas de grande complexidade; do campo social ao político; nas áreas fiscal, tributária e previdenciária; na tecnologia, eco-

gia, na pesquisa científica e até na gestão da administração pública. Todos concordam, no entanto, que a solução global dos magnos problemas que afligem o nosso país está no crescimento e na solidez da economia, pilar de qualquer desenvolvimento sustentável.

De todo esse imenso leque de ações e seus desdobramentos, resulta, sempre, o aproveitamento econômico, o desenvolvimento permanente da economia, seja a nossa, seja a de qualquer outro país. Essa importância da engenharia e a necessidade de uma mobilização para garantir seu desenvolvimento já foram, com mestria, destacada em texto apócrifo publicado por um periódico do sindicato dos engenheiros paranaense.

A referida publicação salienta que a engenharia brasileira tem dado mostra ao longo de todos esses anos, em todas suas modalidades, de ser um dos principais esteios de alavancamento do processo de industrialização e de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. A engenharia está presente em tudo, desde as pequenas ações cotidianas às mais complexas, sendo pois impossível para o homem moderno deixar de utilizar as suas manifestações na habitação, na saúde, no transporte, no lazer, na educação, entre outras.

O pressuposto de se ter uma engenharia sólida, dinâmica e atuante, é um condicionante básico para o desenvolvimento nacional. A História passada e presente do desenvolvimento dos povos, nos mostram que nenhuma nação foi ou é desenvolvida sem passar por um processo de captação e desenvolvimento de tecnologias. O Brasil que iniciou seu processo de industrialização a partir da década de 30, teve já à época, a preocupação de implantar as bases da engenharia nacional, implementando novos cursos nas áreas da eletrotécnica, da mecânica e da agrimensura nas escolas de engenharia existentes.

A engenharia nacional tem dado mostras de sua enorme capacidade de criação e adaptação às novas tecnologias, tanto nas áreas de consultoria projetos e de construção. A prospecção de petróleo em águas profundas (liderança mundial), coloca a Petrobrás num **ranking** privilegiado não só pelo tamanho de sua organização, como também um pólo de desenvolvimento de tecnologias. O setor eletroenergético capitaneado pelo sistema Eletrobrás, o setor das telecomunicações da Telebrás, a mineração da Vale do Rio Doce, o gigantismo e a capacitação tecnológica da construção civil (de reconhecimento internacional), são signos incontestes da importância da nossa engenharia.

Manter e qualificar essa engenharia é missão multiorganizacional, que envolve instituições de ensino, sindicatos de classe, clubes de engenharia, conselhos profissionais, federações de indústrias, parlamentos e o Estado.

Num mundo de rápidas transformações tecnológicas, deve-se agir com cautela e prudência, a automação e a robotização não devem ser concebidas como substituição e redução pura e simples de mão-de-obra. As crises econômicas enfrentadas pelo país nos últimos anos, desaqueceram o setor produtivo, conduzindo ao desmantelamento de organizações, ao desemprego e afastando a engenharia da produção e da pesquisa.

O enorme contingente de engenheiros de norte a sul do país que foram instados a mudar de ramo de atividade, subempregados e desempregados, é fator de preocupação. O Estado brasileiro investiu muito na formação desses profissionais, a ausência desses profissionais do setor produtivo afeta a memória da engenharia. É preciso que o país volte a crescer é preciso retomar o desenvolvimento com investimentos direcionados para áreas prioritárias. O Brasil tem índices sociais muito baixos, os quais certamente poderão ser solucionados através da engenharia.

Por isso, entendemos ser a engenharia nacional, aqui representada pelos engenheiros eleitos pelo voto popular, apto para projetar as medidas necessárias ao país; para corrigir e aprimorar suas estruturas; para participar concretamente da reconstrução do "edifício Brasil", em sintonia com todas as entidades de classe, com os clubes de engenharia, com os conselhos nacional e regionais de engenharia e arquitetura, enfim, com as academias de ciência. Vamos debater idéias, propor, elaborar programas e projetos, estudar e apresentar as nossas soluções para um Brasil mais desenvolvido, com avanço tecnológico, justiça social e equidade.

São esses os objetivos fundamentais desta frente parlamentares que não terá qualquer conotação partidária ou regionalismo e, por isso, certamente contará com o apoio e decisiva participação de vossa excelência, nosso duplamente colega no congresso nacional.

Congresso Nacional, 9 março de 2004. – Senador **Marcelo Crivella**.

Publique-se.

Em 10-3-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 174-L-PFL/04

Brasília, 10 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Marcelo Guimarães Filho para integrar, como membro titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste", em substituição ao Deputado Reginaldo Germano.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Defiro. **Publique-se.**

Em 10-3-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 175-L-PFL/04

Brasília, 10 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Fernando de Fabinho para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste", em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Defiro. **Publique-se.**

Em 10-3-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF/LID/Nº 87/2004

Brasília, 10 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 9º, § 1º do Regimento Interno, aprez-me indicar a Vossa Excelência o Deputado Lupércio Ramos/AM como 1º Vice-Líder e para com-

OFÍCIO Nº 66/03

Brasília, 14 de agosto de 2003

Brasília, 18 de agosto de 2003

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a substituição do Deputado Sarney Filho pelo Deputado Jovino Cândido, como titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, do Poder Executivo, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Defiro. Publique-se.

Em 19-8-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 68/03

Brasília, 19 de agosto de 2003

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a substituição do Deputado Jovino Cândido pelo Deputado Sarney Filho, como titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, do Poder Executivo, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Defiro. Publique-se.

Em 19-8-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
M.D. Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a a criação de Frente Parlamentar de Trabalho Sobre a Criação de Novos Estados e Territórios no Brasil, integrada por Deputados Federais e Senadores de todo o território nacional, com o objetivo de discutir questões relativas à redivisão territorial do País.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a dê ciência ao Plenário da criação desta Frente Parlamentar, e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Dimas**
– Deputado **Sebastião Madeira**.

**FRENTE PARLAMENTAR DE TRABALHO
SOBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS
E TERRITÓRIOS NO BRASIL**

MANIFESTO

Tramitam atualmente no Congresso Nacional várias propostas de criação de novos Estados e Territórios, que merecem especial atenção por parte de todos nós parlamentares, uma vez que, eventualmente aprovadas, deverão significar mudanças substanciais na organização do território nacional e na composição das forças políticas do País.

Todos conhecemos as dificuldades implícitas na tarefa de gerir um território com a dimensão do Brasil. E essa tarefa pode tornar-se ainda mais complexa se levarmos em conta as fortes disparidades que ainda persistem, até hoje, no que respeita ao tamanho de algumas unidades da Federação, em relação às demais.

Se observarmos os critérios de distribuição espacial e dimensionamento das unidades territoriais que compõem a maioria dos países do Mundo, vamos ver que neles predomina um tipo de equidade e equilíbrio que estamos longe de alcançar. Exemplo disso são os Estados Unidos da América, país com dimensões semelhantes às do Brasil, mas onde os estados apresentam uma área média de 187 mil quilômetros quadrados, com pouca variação para mais ou para menos.

Outro exemplo da importância da organização territorial para o desenvolvimento de uma Nação é o caso da República Federal da Alemanha, onde se trilhou o caminho da fusão de antigos condados, principados, re-

inados e cidades-estado, para formar as atuais unidades federadas. Iniciado por Otto von Bismarck, no final do século XIX, o processo de reordenamento do território alemão prosseguiu após o término da Segunda Grande Guerra e só foi inteiramente consolidado recentemente, com a reunificação do país.

No caso brasileiro, o tema da reestruturação do território vem sendo motivo de debates e polêmicas acirradas desde a proclamação da República. A maioria das constituições que o País já teve procuraram sempre, de alguma forma, retomar a questão, seja criando novos Estados e Territórios, seja modificando-os pela fusão ou pelo remembramento. A Assembléia Nacional Constituinte de 1988, por exemplo, tendo em vista a grande quantidade de proposições apresentadas, relativas à matéria, não se limitou apenas à criação do Estado do Tocantins, mas determinou também a instituição de uma "Comissão de Assuntos Territoriais", com o objetivo de debater com maior critério as demais sugestões que lhe foram encaminhadas.

Reunida durante todo o ano de 1989, a Comissão de Assuntos Territoriais concluiu pela necessidade de redivisão da Amazônia e sugeriu a criação do Estado do Tapajós, pelo desmembramento de alguns Municípios do Estado do Pará, e a criação dos Territórios Federais do Rio Negro e do Alto Solimões, pelo desmembramento de Municípios do Estado do Amazonas.

As sugestões da Comissão de Assuntos Territoriais não foram acatadas até hoje, mas o tema da redivisão do território nacional continua ocupando as atenções de um grande número de parlamentares. Atualmente, tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional pelo menos 18 propostas de criação de novos Estados e Territórios no País. A análise isolada de cada um deles impede, no entanto, que se chegue a um consenso em torno de o que é realmente viável e importante para o brasileiros, no que respeita ao tema.

Os Deputados Federais e Senadores abaixo assinados entendem, portanto, que é chegada a hora de retomarmos a discussão da matéria de forma ampla, no Congresso Nacional, uma vez que o tema envolve algumas questões cruciais para o País que são: a racionalidade administrativa, a soberania sobre o nosso território, a oferta de oportunidades iguais para todos os brasileiros – em especial aqueles que vivem em regiões isoladas e, até mesmo, inóspitas –, a governabilidade, a segurança nacional, a justiça fiscal e tributária e a equidade na distribuição de renda e de riquezas, pela promoção do desenvolvimento econômico e social, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação ambiental.

Brasília, de

de 2003.

SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR DE TRABALHO SOBRE A CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS E TERRITÓRIOS NO BRASIL

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
------	------------	---------

Publique-se.

Em, 19-8-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) –
Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Silas Brasileiro.

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, é uma alegria vê-lo presidindo os trabalhos desta tarde.

Inicialmente, gostaria de apresentar à Casa 5 projetos de leis e 3 propostas de emenda à Constituição.

O primeiro projeto de lei dispõe sobre o recolhimento de embalagens vazias de uso veterinário. É nossa preocupação constante a preservação do meio ambiente.

O segundo é em relação à fixação de multas administrativas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Hoje há um limite muito elevado para a aplicação dessas multas. Portanto, a limitação delas é muito importante.

O terceiro dispõe acerca do recolhimento do IPI na aquisição de maquinário pelas Prefeituras Municipais.

O quarto é sobre a identificação de barreiras policiais. É comum encontrarmos, quando estamos trafegando nas ruas, uma única unidade policial fiscalizando as rodovias altas horas da noite. A falta de identificação coloca em risco a vida das pessoas.

O quinto regula a carteira de saúde para o trabalhador eventual. Hoje, para cada admissão no campo, há necessidade de atestado médico. Essa medida vai simplificar a vida do trabalhador rural.

As propostas de emenda à Constituição são as seguintes: a primeira tem por objetivo apenas os menores de 16 anos; a segunda, estabelecer a coincidência de mandatos eletivos; e a terceira é sobre a prestação de contas dos Municípios. Quando os Municípios prestam contas aos tribunais, estes normalmente levam 4, 5, até 10 anos, conforme o caso, para analisar as referidas contas. Isso traz grande dificuldade aos Prefeitos que deixam seus cargos e, na falta

OF. Nº 1.043/03-GSJP

Brasília, 26 de novembro de 2003

Exmo. Sr.

João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Os Senadores e Deputados Federais de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal decidiram constituir um grupo coeso de trabalho parlamentar, ao qual denominaram Frente Parlamentar do Centro-Oeste, de caráter suprapartidário, com o objetivo de defender os interesses econômicos, sociais, políticos e institucionais dessa região.

Essa iniciativa, cuja idéia nasceu por ocasião do encontro dos Governadores do Centro-Oeste em Cuiabá, é da mais alta relevância, pois congrega 12 Senadores e 41 Deputados Federais de diferentes partidos, mas que, juntos, representam uma importante força política em defesa do Centro-Oeste.

Dia 19 de fevereiro, quarta-feira, essa Frente Parlamentar realizou a sua primeira reunião do corrente ano, ocasião em que foram discutidos os pontos de interesse comum e as principais linhas de atuação do grupo a fim de definirem as futuras pautas das reuniões, ficando este Senador eleito para a coordenação-geral dos trabalhos.

Desde então, as reuniões são realizadas sempre que algum assunto suscite os debates ou a pedido de algum parlamentar.

Colocando-me à disposição de Vossa Excelência, subscrevo-me,

Atenciosamente, Senador **Jonas Pinheiro**, Coordenador da Frente Parlamentar do Centro-Oeste.

Publique-se.

Em 2 de dezembro de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Partido dos Trabalhadores Gabinete da Liderança

Ofício nº 175/Plen

Brasília, 2 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titulares, os Deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, PT/SP, e Paulo Rocha, PT/PA, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Refor-

ma Agrária e Urbana. Como suplentes, os Deputados Adão Pretto, PT/RS, e João Alfredo, PT/CE.

Atenciosamente, Deputado **Nelson Pellegrino**, Líder do PT.

Publique-se.

Em 2 de dezembro de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 400/2003

Brasília, 2 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que integrarei na condição de titular, em substituição ao Deputado Severiano Alves, a Comissão Especial destinada “a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranjam a reforma política (Reforma Política)”.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do PDT.

Defiro. Publique-se

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. Nº 580-P/2003 – CCJR

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao art. 58 do Regimento Interno, a apreciação por este Órgão Técnico, em 25 de novembro do corrente, dos Projetos de Lei nºs 6.670-A/2002 e 4.819/2001, 4.994/2001, 5.550/2001, 5.592/2001, 6.606/2002 e 106/2003, apensados.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e parecer a eles oferecidos.

Cordialmente, – Deputada **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Legislativo nº 452/2003, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

Publique-se.

Em 13-2-4. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA
A APRECIAR E PROFERIR

**PARECER A PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 574-A, DE 2002**

**Que “Altera a redação do Art. 29-A
da Constituição Federal” (Percentual de
Despesas Legislativas Municipais)**

Ofício nº 34/03-Pres

Brasília, de dezembro de 2003

Ao Exmº Senhor
Deputado João Paulo
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação do parecer do Deputado Zenaldo Coutinho, designado relator do vencedor da Pec 574/02 – percentual de despesas legislativas municipais, solicito de Vossa Excelência nos termos regimentais determinar a publicação em avulso da referida proposta de emenda à Constituição.

Contando com a acolhida de Vossa Excelência a fim de que esta Comissão possa cumprir sua destinação regimental, subscrevo-me.

Respeitosamente, Deputado **José Eduardo Cardoso**, Presidente.

Publique-se.

Em 13-2-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 83

Brasília – DF, 10 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência, o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados – Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para comunicar e informar a esta Presidência da Câmara dos Deputados, que a Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP, além de ser uma das mais antigas já constituídas no âmbito do Congresso Nacional, com sua história iniciada em 1983 e com cerimônia de sua reinstalação em 1996, ao longo desses anos, por ser, talvez, a mais numerosa das bancadas, contando com a participação de Deputados Federais e Senadores da República, vem atuando significativamente na defesa dos interesses do cooperativismo, que está presente em todos os segmentos econômicos da nossa sociedade, primando pela justa distribuição de renda e inclusão social.

Atualmente, a Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP é composta de 221 Deputados Federais e 19 Senadores da República, com representantes de todos os partidos e de todas as Unidades da Federação, e, pela dimensão do seu trabalho, não pode ficar à margem das demais e sem estar incluída no rol das Frentes Parlamentares e Bancadas constituídas no âmbito da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual solicitamos que a mesma esteja presente em todos os documentos produzidos por esta Casa, sejam eles impressos ou disponibilizados através da internet.

Na oportunidade, envio em anexo, para o Conhecimento de Vossa Excelência, a relação da Diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOOP e o seu Estatuto alterado em 1999.

Sem mais para o momento e na certeza de poder contar com a especial atenção do Nobre Presidente, ao ensejo renovamos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Moacir Micheletto**, Deputado Federal (PMDB-PR), Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo.



Câmara dos Deputados
Deputado Federal MOACIR MICHELETTI

FRENCOOP
Frente Parlamentar do Cooperativismo

COMPOSIÇÃO DA FRENCOOP

→ DIRETORIA:

CARGO	NOME	TELEFONE/FAX	CELULAR
Presidente	Dep. Moacir Micheletto (PMDB-PR)	318.5478/318.2478	9975.7718
1º Vice-Presidente	Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)	311.2271/311.1647	9981.8573
2º Vice-Presidente	Senador Osmar Dias (PDT-PR)	311.2124/311.2740	
Secretário Geral	Dep. Osmânio Pereira (PSDB-MG)	318.5602/318.2602	9987.2262
Secretário Geral Adjunto	Dep. Rubens Otoni (PT-GO)	318.5501/318.2501	62.9971.7351 - 9989.1351 - Divina
Tesoureiro	Dep. Coriolano Sales (PFL-BA)	318.5832/318.2832	9972.7695-Welington
Tesoureiro Adjunto	Dep. Abelardo Lupion (PFL-PR)	318.5522/318.2522	9967.2505
Coordenador Geral	Dep. Nécio Rodrigues (PSDB-MG)	318.5431/318.2431	8116.4520
1º Coordenador Adjunto	Dep. Kátia Abreu (PFL-TO)	318.5316/318.2316	9977.0605
2º Coordenador Adjunto	Dep. Luiz Carlos Heinze (PPB-RS)	318.5526/318.2526	9965.6593
1º Conselho Fiscal	Dep. B. Sá (PPS-PI)	318.5643/318.2643	9981.8682
2º Conselho Fiscal	Dep. Aroldo Cedraz (PFL-BA)	318.5928/318.2928	917.3550
3º Conselho Fiscal	Dep. Feu Rosa (PSDB-ES)	318.5960/318.2960	8118.0260
Presidente de Honra	Dep. Silas Brasileiro	318.5932/318.2932	9986.8687
Presidente de Honra	Dep. Carlos Melles	318.5243/318.2243	9618.8585

- ☐ Membros da FRENCOOP
- ☐ Membros da FRENCOOP, também indicados pelos Estados.
- ☐ Parlamentares indicados pelos Estados.

* Já entregaram a ficha de adesão

** Novas Fichas de adesão

**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DO
COOPERATIVISMO – FRENCOP****CAPÍTULO I****Da Denominação, Natureza,
Duração, Sede e Finalidade**

Art. 1º A Frente Parlamentar do Cooperativismo – FRENCOP é uma entidade civil, de interesse público, de natureza política, suprapartidária e sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. Os princípios contidos na Constituição Brasileira e os ideais do Sistema Cooperativista Brasileiro inspiram a atuação da FRENCOP.

Art. 2º A FRENCOP, composta por Senadores da República e Deputados Federais, tem por finalidade:

I – Apoiar e defender os ideais do Sistema Cooperativista Brasileiro, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, pelas Organizações das Cooperativas Estaduais, pelas Confederações de Cooperativas, pelas Federações de Cooperativas e pelas Cooperativas Singulares;

II – Promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e o Sistema Cooperativista, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao desenvolvimento da Doutrina Cooperativista;

III – Acompanhar o Processo Legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse do Sistema Cooperativista;

IV – Subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse do Sistema Cooperativista;

V – Atender as demandas políticas do Sistema Cooperativista Brasileiro;

VI – Acompanhar os assuntos de interesse no Executivo e no Judiciário visando apoiar, politicamente, as posições do Sistema;

VII – Estimular e apoiar a formação de Frentes Parlamentares nos Legislativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inspiradas nas idéias do Sistema Cooperativista Brasileiro;

VIII – Difundir, em especial, junto aos cooperativados, a importância do apoio político para a conse-

cução dos objetivos do Sistema junto aos órgãos governamentais.

**CAPÍTULO II
Da Organização**

Art. 3º A FRENCOP tem a seguinte estrutura;

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Coordenação de Ramos do Cooperativismo; e,

V – Secretaria Executiva.

Art. 4º A Assembléia Geral, órgão de deliberação soberana da FRENCOP, é formada por todos os Parlamentares membros.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos Parlamentares filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 2º A Assembléia Geral será instalada com qualquer número, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples ou por 2/3 (dois terços) dos votos dos filiados presentes, cabendo ao Presidente o voto de Minerva.

§ 3º As deliberações da Assembléia Geral ocorrerão em primeira convocação, com a presença mínima de 15 (quinze) membros, ou em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros.

Art. 5º A Diretoria compõe-se de Presidente, Presidentes de Honra, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto, Tesoureiro, Tesoureiro Adjunto, Coordenador Geral, 1º Coordenador Adjunto e 2º Coordenador Adjunto.

Parágrafo único. O cargo de Presidente de Honra será ocupado pelos antecessores do Presidente em exercício, independentemente de quantos sejam.

Art. 6º O Conselho Fiscal compõe-se de três Parlamentares Titulares, os quais não poderão ocupar, concomitantemente, quaisquer outros cargos na Diretoria.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos Parlamentares que o compõe.

Art. 7º A Coordenação de Ramos do Cooperativismo será composta por três Parlamentares membros, escolhidos pela Diretoria, depois da indicação formal realizada pelos Representantes Nacionais de Ramos do Sistema OCB;

§ 1º Cada Representante Nacional de Ramo do Sistema OCB poderá indicar até 06 (seis) Parlamentares para compor a Coordenação de Ramos do Cooperativismo da Frencoop ao qual estiver vinculada, cabendo, à Diretoria da Frencoop, a escolha dos três Parlamentares que comporão cada Coordenação;

§ 2º A Coordenação de Ramos do Cooperativismo da Frencoop poderá ser composta por Parlamentares indicados pela Diretoria quando os Representantes Nacionais de Ramos do Sistema OCB, assim, não o fizerem.

Art. 8º Os Membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Coordenação de Ramos do Cooperativismo serão eleitos para o período de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos para períodos de igual duração.

Art. 9º A Secretaria Executiva é dirigida por um Secretário-Executivo, podendo ser composta de Assessores e Auxiliares.

Art. 10. A Secretaria-Executiva, para melhor desempenho de suas funções, poderá valer-se do apoio dos gabinetes dos Parlamentares da Diretoria e dos Membros da Frencoop.

Art. 11. Para melhor atender as suas finalidades, a Frencoop contará com o apoio de Grupos Parlamentares Setoriais, que corresponda a cada um dos ramos do Cooperativismo.

CAPÍTULO III

Das competências das unidades organizadas

Art. 12. A Assembléia Geral compete:

I – eleger ou destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – aprovar as prestações de contas e os relatórios da Frente;

III – zelar pelo cumprimento das disposições deste Estatuto;

IV – alterar o presente Estatuto, decidindo, inclusive, sobre os possíveis casos omissos;

V – deliberar sobre assuntos para os quais for convocada.

Art. 13. À Diretoria compete:

I – zelar pelo bom funcionamento dos trabalhos sob responsabilidade da Frencoop;

II – estabelecer as diretrizes estratégicas de ação para os respectivos mandatos;

III – proporcionar iniciativas que facilitem a integração dos diferentes segmentos do Cooperativismo Nacional com a Frencoop e com as Frentes Parlamentares congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV – incentivar a difusão e a defesa dos ideais do Cooperativismo junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

V – interagir com as demais Frentes Parlamentares, em especial, com as que lidam com assuntos de interesse do Cooperativismo.

Art. 14. Ao Conselho Fiscal compete examinar. Trimestralmente, a prestação de contas da Frencoop, emitindo parecer sobre a legalidade e exatidão das eventuais receitas e despesas realizadas.

Parágrafo único. O exame relativo à prestação de contas, fica dispensado, quando não houver eventuais receitas ou despesas, ou quando as mesmas correrem por conta do Sistema OCB.

Art. 15. À Coordenação de Ramos do Cooperativismo compete, além da participação efetiva nas questões comuns ao Cooperativismo, tratar das questões específicas do Ramo ao qual estiver vinculado.

Art. 16. À Secretaria Executiva compete:

I – prestar assistência direta e imediata ao Presidente, Diretores e Conselho Fiscal;

II – implantar as Diretrizes Estratégicas de Ação definidas pela Diretoria;

III – apoiar politicamente a OCB, as Confederações as Organizações Estaduais e as Cooperativas Singulares nas demandas junto aos organismos governamentais;

IV – acompanhar as matérias e os temas de interesse geral do Cooperativismo nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sugerindo iniciativas políticas julgadas pertinentes;

V – elaborar, inclusive, em articulação com os órgãos técnicos do Sistema Cooperativista, pareceres, notas técnicas, informações e propostas de proposições legislativas;

VI – planejar e preparar a participação do Presidente e, quando solicitado, dos demais Parlama-

res da Frente em eventos de interesse político do Cooperativismo;

VII – divulgar periodicamente as ações da Frente e de seus componentes, bem como, as do Sistema Cooperativista que sejam cabíveis;

VIII – planejar e coordenar a realização de eventos promovidos pela Frente;

IX – executar, coordenar, controlar as atividades da secretaria, expediente, cerimonial, relações públicas, propaganda e comunicação social da Frente;

X – manter atualizados os cadastros dos Parlamentares membros;

XI – incrementar o intercâmbio com as Comissões do Congresso Nacional e os Gabinetes dos Parlamentares da Frente;

XII – incrementar o intercâmbio com as Assessorias Parlamentares do Executivo Federal, do Judiciário e do TCU;

XIII – sugerir iniciativas que visem à melhoria do funcionamento da Frencoop.

CAPÍTULO IV

Das atribuições dos dirigentes, assessores e auxiliares

Art. 17. Ao Presidente incumbe:

I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frencoop;

II – delegar atribuições, especificando a autoridade e os limites da delegação;

III – convocar e presidir as reuniões de Diretoria e da Assembléia Geral;

IV – praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente.

Art. 18. Aos Presidentes de Honra incumbem:

I – representarem socialmente a Frente em atividades externas, observando, na ordem dos presentes, o que acumula maior número de mandatos;

II – exercerem outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 19. Aos Vice-Presidentes incumbem:

I – substituir o Presidente em ausências e seus impedimentos, observando, na ordem dos presentes, o que acumula maior número de mandatos;

II – exercerem outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 20. Ao Secretário Geral incumbe:

I – coordenar a elaboração das Atas das Reuniões de Diretoria e dos Trabalhos das Assembléias Gerais;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 21. Ao Secretário Geral Adjunto incumbe:

I – substituir o Secretário Geral em suas ausências e seus impedimentos;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 22. Ao Tesoureiro incumbe:

I – supervisionar os eventuais serviços de tesouraria e contabilidade;

II – coordenar as apresentações de virtuais balanços, de receitas e despesas semestrais e de relatórios anuais de prestação de contas;

III – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 23. Ao Tesoureiro Adjunto incumbe:

I – substituir o Tesoureiro em suas ausências e seus impedimentos;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 24. Ao Coordenador Geral incumbe:

I – supervisionar e coordenar a atuação dos Coordenadores de Ramos do Cooperativismo e dos Grupos de Parlamentares Setoriais;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 25. Aos Coordenadores Adjuntos incumbem:

I – substituir o Coordenador Geral em suas ausências e seus impedimentos;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 26. Aos Coordenadores de Ramos do Cooperativismo incumbem:

I – coordenar e supervisionar as atividades da Frencoop relativas ao Ramo do Cooperativismo ao qual estiver vinculado;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Art. 27. Ao Secretário Executivo incumbe:

I – assessorar e assistir a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Assembléia Geral nos assuntos de competência da Secretaria Executiva;

II – dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

III – expedir os demais Atos Normativos necessários à organização e ao funcionamento da Secretaria Executiva;

IV – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente.

Art. 28. Aos Assessores incumbem:

I – assessorar e assistir o Secretário Executivo nos assuntos de suas respectivas competências;

II – dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades afetas às suas respectivas áreas de atuação;

III – exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 29. Aos Auxiliares incumbem:

I – desenvolver as atividades de apoio administrativo, de secretariado, de expedição e recebimento de correspondência e de controle de material permanente da Secretaria Executiva;

II – exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Secretário Executivo.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 30. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Estatuto serão dirimidos pelo Presidente da Frencoop e submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 31. O presente Estatuto só poderá ser alterado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, desde que conte com um **quorum** mínimo de 50% dos filiados e com, pelo menos, 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos filiados presentes.

Art. 32. A Frencoop somente poderá ser extinta por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária Específica, desde que conte com pelo menos 2/3 (dois terços) dos filiados presentes.

Art. 33. Os cargos de dirigentes da Frencoop não são remunerados.

Art. 34. As eleições para os cargos de dirigentes da Frencoop ocorrerão anualmente no mês de março.

Art. 35. Aos seus filiados, a Frencoop concederá um diploma de membro efetivo.

Brasília, 6 de outubro de 1999

Publique-se.

Em 13-2-4. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº 107/04

Brasília, 13 de fevereiro de 2004

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados Nesta

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que a partir desta data o Partido Social Liberal _ PSL, de acordo com as normas regimentais, desvincula-se do Bloco Parlamentar PL/PSL.

Sendo o que se apresenta para o momento, servimo-nos do ensejo para renovar-lhe nossos protestos de elevada estima e distinta consideração. Deputado **João Mendes de Jesus**, (PSL RJ)

Defiro. **Publique-se.**

Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 13-2-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 13 de fevereiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, na forma e para todos os fins de direito, que reassumo, nesta data, meu mandato de Deputado Federal (PSDB-PB), solicitando a adoção dos procedimentos daí decorrentes.

Comunico ainda haver sido exonerado do cargo de Secretário de Estado do Governo da Paraíba, conforme ato publicado no **Diário Oficial** do Estado de hoje (documento anexo).

Respeitosa e atentamente, **Armando Abílio Vieira**, Deputado Federal – PSDB-PB.

Ofício nº 799/2003

Brasília, 24 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho comunicar a Vossa Excelência que constituímos a Frente Parlamentar do Esporte, composta por 121 deputados federais e que tem a seguinte direção:

Deputado Ivan Ranzolin, Presidente; Deputado Gilmar Machado, 1º Vice-Presidente; Deputado Augusto Nardes, 2º Vice-Presidente, Deputado Deley 1º Secretário e Deputado Cláudio Cajado, 2º Secretário.

Encaminho, em anexo, relação dos integrantes e Manifesto de Criação para o registro e divulgação nos órgãos internos da Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Ivan Ranzolin**, Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR DO ESPORTE

RELAÇÃO DE SUBSCRITORES

Nome	Gabinete	Partido	Estado
ADELOR VIEIRA	441	PMDB	SC
AGNALDO MUNIZ	833	PPS	RO
ALBERTO FRAGA	321	PMDB	DF
ALCESTE ALMEIDA	902	PMDB	RR
ALEX CANZIANI	842	PTB	PR
ALMERINDA DE CARVALHO	216	PSB	RJ
ALMIR SÁ	481	PL	RR
ANDRÉ LUIZ	858	PMDB	RJ
ANDRÉ ZACHAROW	737	PDT	PR
ANTÔNIO CARLOS BIFF	385	PT	MS
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	403	PSDB	SP
ANTONIO JOAQUIM	536	PP	MA
ARNON BEZERRA	413	PSDB	CE
ÁTILA LINS	730	PPS	AM
AUGUSTO NARDES	936	PP	RS
B. SÁ	643	PPS	PI
BARBOSA NETO	736	PMDB	GO
BENEDITO DE LIRA	942	PP	AL
BISMARCK MAIA	622	PSDB	CE
CARLOS ALBERTO LERÉIA	830	PSDB	GO
CARLOS DUNGA	236	PTB	PB
CARLOS EDUARDO CADOCA	415	PMDB	PE
CARLOS MELLES	243	PFL	MG
CARLOS MOTA	739	PL	MG
CELCITA PINHEIRO	528	PFL	MT
CLEONÂNIO FONSECA	824	PP	SE
CLEUBER CARNEIRO	201	PFL	MG
COLBERT MARTINS	319	PPS	BA
CORAUCI SOBRINHO	460	PFL	SP
DANIEL ALMEIDA	317	PCdoB	BA
DARCÍSIO PERONDI	518	PMDB	RS
DELEY	432	PV	RJ
DR. RIBAMAR ALVES	729	PSB	MA
DR. RODOLFO PEREIRA	546	PDT	RR
EDSON DUARTE	535	PV	BA
EDUARDO BARBOSA	540	PSDB	MG
EDUARDO CUNHA	510	PP	RJ
FERNANDO DE FABINHO	904	PFL	BA
FEU ROSA	960	PP	ES
FRANCISCO APPIO	424	PP	RS
FRANCISCO DORNELLES	512	PP	RJ
FRANCISCO TURRA	801	PP	RS
GASTÃO VIEIRA	554	PMDB	MA

GERALDO THADEU	248	PPS	MG
GILBERTO KASSAB	828	PFL	SP
GILMAR MACHADO	262	PT	MG
GIVALDO CARIMBÃO	732	PSB	AL
GONZAGA PATRIOTA	430	PSB	PE
HENRIQUE AFONSO	645	PT	AC
HERCULANO ANGHINETTI	241	PP	MG
HOMERO BARRETO	839	PTB	TO
IBRAHIM ABI-ACKEL	545	PP	MG
ISAÍAS SILVESTRE	531	PSB	MG
IVAN RANZOLIN	601	PP	SC
JAIME MARTINS	333	PL	MG
JAMIL MURAD	437	PC do B	SP
JANDIRA FEGHALI	421	PC do B	RJ
JOÃO ALFREDO	566	PT	CE
JOÃO BATISTA	962	PFL	SP
JOÃO HERRMANN NETO	913	PPS	SP
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	280	PFL	BA
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	735	PFL	DF
JOSÉ ROCHA	908	PFL	BA
JOSÉ THOMAZ NONÔ	812	PFL	AL
JOSUÉ BENGTSON	305	PTB	PA
JOVAIR ARANTES	504	PSDB	GO
JOVINO CÂNDIDO	238	PV	SP
JUÍZA DENISE FROSSARD	330	PSDB	RJ
JÚLIO DELGADO	323	PPS	MG
JULIO LOPES	334	PP	RJ
JÚLIO REDECKER	621	PSDB	RS
LAURA CARNEIRO	516	PFL	RJ
LEANDRO VILELA	574	PMDB	GO
LEODEGAR TISCOSKI	254	PP	SC
LEONARDO VILELA	934	PP	GO
LEÔNIDAS CRISTINO	938	PPS	CE
LUIS CARLOS HEINZE	526	PP	RS
LUIZ ANTONIO FLEURY	945	PTB	SP
LUIZ BITTENCOURT	844	PMDB	GO
LUIZ PIAUHYLINO	224	PSDB	PE
MARCELO ORTIZ	931	PV	SP
MARCOS DE JESUS	745	PL	PE
MARIANGELA DUARTE	371	PT	SP
MÁRIO HERINGER	212	PDT	MG
MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	941	PSB	AL
MAURO BENEVIDES	210	PMDB	CE
MAURO PASSOS	337	PT	SC
MAX ROSENMANN	758	PMDB	PR
MEDEIROS	946	PL	SP
MOACIR MICHELETTO	478	PMDB	PR
NELSON MARQUEZELLI	920	PTB	SP
NELSON MEURER	916	PP	PR

NELSON TRAD	452	PMDB	MS
NEUCIMAR FRAGA	901	PL	ES
NEY LOPES	326	PFL	RN
NILTON BAIANO	618	PP	ES
NILTON CAPIXABA	318	PTB	RO
ONYX LORENZONI	374	PFL	RS
OSMÂNIO PEREIRA	602	PSDB	MG
OSVALDO BIOLCHI	925	PMDB	RS
PASTOR REINALDO	438	PTB	RS
PAULO MARINHO	921	PFL	MA
PEDRO CHAVES	406	PMDB	GO
PROFª. RAQUEL TEIXEIRA	206	PSDB	GO
RAFAEL GUERRA	239	PSDB	MG
REGINALDO GERMANO	310	PFL	BA
REINALDO BETÃO	631	PL	RJ
RENATO CASAGRANDE	662	PSB	ES
RENILDO CALHEIROS	356	PCdoB	PE
ROBERTO PESSOA	607	PFL	CE
ROGÉRIO SILVA	284	PPS	MT
ROGÉRIO TEÓFILO	416	PFL	AL
ROMEL ANIZIO	862	PP	MG
ROMMEL FEIJÓ	506	PSDB	CE
SELMA SCHONS	825	PT	PR
SERAFIM VENZON	245	PSDB	SC
SIMÃO SESSIM	709	PP	RJ
VIGNATTI	473	PT	SC
YEDA CRUSIUS	956	PSDB	RS
ZELINDA NOVAES	312	PFL	BA
ZICO BRONZEADO	760	PT	AC
ZONTA	366	PP	SC

FRENTE PARLAMENTAR DO ESPORTE

MANIFESTO DE CRIAÇÃO

A história institucional do esporte no Brasil remonta a 1937, com a publicação da Lei nº 379, de 13 de março de 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física na estrutura do Ministério da Educação e Cultura. Assim permaneceu até 1970, quando foi transformado em Departamento de Educação Física e Desportos. Já em 1978, o então Departamento foi alçado à condição de Secretaria de Educação Física e Desporto, continuando ligado ao MEC.

Com o advento da redemocratização brasileira e a eleição direta para presidente da República, na reforma administrativa de 1991, foi extinta a secretaria ligada ao Ministério da Educação e transformada em Secretaria de Desportos da Presidência da República, diretamente ligada ao gabinete presidencial.

O esporte foi alçado a condição de ministério em 1995, com a criação do Ministério Extraordinário do Esporte, que teve no ex-jogador de futebol, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), o seu primeiro ministro. Em 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, permanecendo assim até o final de 2002.

O atual Governo Federal separou o Ministério do Esporte e Turismo em pastas distintas e o Ministério do Esporte passou a ser comandado pelo Deputado Federal Agnelo Queiroz, do Distrito Federal. O atual Ministério do Esporte tem em sua estrutura as seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

A presente proposição visa à criação da Frente Parlamentar do Esporte, com objetivos bem definidos consoante com os termos que vão adiante alinhados:

1) É imperioso o engajamento da Câmara dos Deputados, por meio de seus mecanismos próprios, como a Comissão de Turismo e Desporto e a própria Frente Parlamentar, no apoio institucional ao Ministério do Esporte em suas políticas e projetos e iniciativas dirigidas ao esporte de forma geral.

2) Apoio institucional do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, que dirige e organiza o esporte em geral no Brasil, com determinação e competência e bem assim as confederações de esporte, tendo como meta final a realização dos 15º Jogos Pan-Americanos, na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, apoiando ainda a pretensão brasileira de sediar os Jogos Olímpicos do ano de 2012.

3) Fortalecer as Fundações de Esporte Estaduais em suas políticas esportivas visando ao aprimoramento da oferta e à construção de equipamentos esportivos oficiais em parceria com as Secretarias de Educação, Cultura e Esporte, extensivamente aos municípios.

4) Apoiar a política do Ministério do Esporte, especialmente no acompanhamento de verbas orçamentárias e desenvolvimento do esporte de base, como o Programa Segundo Tempo, que imprimiu ao esporte o caráter de inclusão social com foco na educação integral.

Como forma de ação, visando transformar em realidade o desporto nacional comum e solidário, é que estamos propondo a criação da Frente Parlamentar do Esporte, com o apoio dos parlamentares que subscreveram o Formulário de Adesão. – Deputado **Ivan Ranzolin** (PP-SC).

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício/Nº 96/2003/SV

Brasília, 10 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Dep. João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência, para registro nesta Casa, que criei no Congresso Nacional a Frente Parlamentar de Apoio às Cooperativas de Saúde.

Esta frente tem o propósito de defender os interesses da sociedade de assistência privada à saúde, e:

Considerando a intenção do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em apoiar o cooperativismo;

Considerando os preceitos constitucionais de estímulo ao cooperativismo (art. 174, § 2º) e adequado tratamento tributário do ato cooperativo (art. 146, III, c);

Considerando a relevância do segmento de cooperativas do ramo da saúde suplementar no atendimento de mais de trinta milhões de brasileiros;

Considerando a impossibilidade de, em curtíssimo prazo, aumentar-se o orçamento público para melhoria do atendimento pelo Sistema Único de Saúde e atender, satisfatoriamente, toda a população brasileira;

Considerando a alternativa dos profissionais de saúde na busca da melhoria em sua remuneração por meio das cooperativas de trabalho, que prestam assistência médica a custo justo e, sobretudo, com ética, peço o pronto acolhimento de Vossa Excelência a minha proposição, aproveitando a oportunidade para externar-lhe os meus mais sinceros votos de elevada estima consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Serafim Venzon**, Deputado Federal.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. Pres. nº 999/2004-CTD

Brasília, 8 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Reconstituição de processo Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, as providências necessárias para que seja reconstituído o PDC nº 1.378 de 2004.

Esclareço que a referida proposição foi extravada no gabinete do Deputado Ronaldo Vasconcellos, conforme correspondência anexa.

Atenciosamente, – Deputado **José Militão**, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

Ofício GABRV 266/2004

Brasília, 4 de novembro de 2004

À Comissão de Turismo e Desporto
Câmara dos Deputados
NESTA

Informo-lhes que a proposição – PDC. nº 1.378 de 2004 – a qual o deputado Ronaldo Vasconcellos foi designado relator por essa comissão, não foi localizada em nosso gabinete.

Atenciosamente, – **Inês Belem**, Chefe de Gabinete.

Defiro. **Publique-se.**

Em, 19-11-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OFÍCIO/Nº 140/2004/FC

Brasília, 16 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste, informa-lhe que irei reativar nesta casa, a Frente Parlamentar do Idoso, este trabalho que farei juntamente com nossos colegas parlamentares, acontecerá devido a nossa grande preocupação com esta parte da população Brasileira.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para externar-lhe os meus mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Coruja**.

Publique-se.

Em, 19-11-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.246, DE 2004

(Do Sr. Marcus Vicente)

Requer voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antário Alexandre Theodoro, Presidente da FAESA – Fundação de Assistência e Educação do Espírito Santo.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 117, inciso XVIII, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antário Alexandre Theodoro, Presidente da FAESA – Fundação de Assistência e Educação do Espírito Santo.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004. –
Deputado **Marcus Vicente**.

Publique-se.

Em, 19-11-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (B. Sá) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Zé Lima.

O SR. ZÉ LIMA (PP – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos anos, a população brasileira tem demonstrado que é capaz de tornar insubsistentes todos os estudos e previsões econômicas feitas pelos mais experientes economistas do mundo. Pelo menos é o que se conclui da análise dos últimos números exibidos pela economia brasileira, atualmente em franco desenvolvimento.

Refiro-me a números bastante animadores: emprego em alta, exportação batendo recorde, balança comercial extrapolando metas do FMI, entre tantos outros.

O Governo Federal, por seu lado, nada tem feito para a manutenção desse estado de otimismo, uma vez que, nos últimos anos, tem impingido à população brasileira uma carga tributária cada vez mais insuportável, com constantes aumentos na Taxa SELIC, o que reflete diretamente no bolso do consumidor, fato que, segundo os próprios membros do Partido dos Trabalhadores, só beneficia banqueiros e especuladores. Não obstante, nossa economia continua em alta, o que me leva a questionar a manutenção desse crescimento. Entendo que a médio prazo isso não será possível, pois o que ocorre atualmente é um aumento do consumo, criando para os empresários uma falsa impressão de estabilidade econômica.

Ante esse estado de coisas, faz-se necessário que o Governo Federal posicione-se em definitivo em

Anexo do Of. nº 8/04/GAB/JP

PEC nº 99/95 – da Srª Elcione Barbalho – que “altera a redação do art. 179 da Constituição Federal”;

PEC nº 117/92 – Do Sr. Valdemar Costa Neto – que “suprime o inciso II do § 3º do art. 227 da Constituição Federal”;

PEC nº 122/95 – Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal”;

PEC nº 136/99 – Do Poder Executivo – que “dispõe sobre a contribuição para a manutenção de regime de previdência dos servidores públicos, dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”;

PEC nº 166/99 – Do Sr. Eduardo Jorge – que “reformula o sistema previdenciário, instituindo regime básico unificado e dispondo sobre regime complementar”;

PEC nº 253/00 – Do Sr. Rubens Furlan – que “dá nova redação ao inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, para permitir a vinculação do salário mínimo para efeitos previdenciários”;

PEC nº 379/96 – Do Sr. Paulo Gouvêa – que “dá nova redação ao inciso IV do art. 7º e ao § 5º do art. 201 da Constituição Federal, e adiciona artigo ao Ato das Disposições Constitucionais”;

PEC nº 476/97 – Do Sr. Valdemar Costa Neto – que “inclui art. ao Título IX – das Disposições Constitucionais Gerais, estabelecendo critério para efeito de pagamento de aposentadoria, quando o segurado houver pertencido a diferentes regimes de previdência social e revoga o § 3º do art. 40 e o § 2º do art. 202 da Constituição Federal”;

PEC nº 631/98 – Da Sra. Yeda Crusius – que “dá nova redação ao inciso II do art. 192 e acrescenta parágrafo ao art. 194 da Constituição Federal”;

PEC nº 363/01 – do Sr. Orlando Desconsi – que “dá nova redação ao § 5º do art. 40 e § 8º do art. 201 da Constituição Federal”;

PEC nº 457/01 – Do Sr. Medeiros – que “dá nova redação ao inciso IV do art. 7º e ao § 4º do art. 201 da Constituição Federal, para permitir que os benefícios previdenciários sejam reajustados nas mesmas datas e com base nos mesmos índices de reajuste do salário”;

PEC nº 455/01 – Do Sr. Coriolano Sales – que “acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 203 da Constituição Federal dispondo sobre a criação de benefícios de renda mínima para pessoas com idade superior a 65 anos, homem e 60 anos, mulher sem condições de aposentadoria por idade, pela Previdência Social

reduzindo em 5 anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal”;

PEC nº 22/03 – Do Sr. Dr. Pinotti – que “vincula as aplicações dos constitucionais da Seguridade Social às suas ações finalísticas”;

PEC nº 36/03 – Do Sr. Luciano Zica – que “dá nova redação aos incisos VII e VII do art. 49 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo a esse artigo”;

PEC nº 107/103 – Do Sr. João Hermann Neto – que “altera dispositivos do Capítulo II, do Título VIII, da Constituição Federal, nas Seções I e III, referentes à Seguridade e à Previdência Social”;

PEC nº 226/03 – Do Sr. José Divino – que “dá nova redação ao § 10 do art. 40 e acrescenta § 12 ao art. 201 da Constituição Federal”; – Deputado **José Pimentel**, Relator da Comissão Especial.

Defiro. Apensem-se as PEC nº 455/01, 457/01, 253/00, 631/98, 476/97, 379/96, 166/99, 122/95, 99/95, 22/03, 36/03, 107/03, 226/03, 117/92, 136/99 e 153/99 à PEC nº 227-A/04. Oficie-se. Publique-se.

Em 18-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 34/2004

Brasília, 8 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência, a criação da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura, conforme assinaturas de parlamentares, ao termo de adesão, em anexo.

Tal iniciativa, tem o objetivo de conscientizar a população, ao hábito da boa leitura, estimulando a capacidade da evolução intelectual e contribuindo para a erradicação do analfabetismo em nosso País.

Certo de poder contar com a Vossa especial atenção e valiosa colaboração para o pleno êxito deste projeto, aproveito a oportunidade para reiterar votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Júlio Lopes**, Deputado Federal – PP/RJ.

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA TERMO DE ADESÃO

Almerinda Lavalho

Junior Betão

Tático

Costa Ferreira

Morir Assad

Jose Militão

Carlos Souza

Washington Luiz

Pedro Fernandes

cas
bleau

Pedro Correia

Tadeu Filippelli

~~Barbosa~~
~~For~~
~~accusum~~ 957

~~212~~

~~69~~
~~US~~ 543

~~819~~

do Linhares

Pedro Loui

ach

Trancho

Trancho

309

Trancho

Haroldo Gadelha

Confiado Moura

Romeu Chaves

Trancho

Trancho

Romeu Inácio

Barbosa da Silva

Sergio Carado

Eduardo Barbosa

Odair Cunha

José Leão

Sergio Leão

Trancho

Francisco Jomelles

Envaldo Ribeiro

Sergio Nair

Trancho

Trancho

Trancho

Antônio Nogueira

Ricardo Izor

Leifur - 203

Nelson Pinto

Benifácio Andrade

Silas Brasilino

João Magalhães

Vicentinho

Jaime Martins

Paulo Garcia

Coraci Lobato

Vilmar Rocha

Alvar

Luciano Genro

Unubul

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Il. & dom

Jonel Almeida

Helinda Novaes

João Paulo

Renato Casagrande

Strain Ar-Skel

Wagner Lago

Paulo Baltazar

Paulo Sérgio

Cauro Lopes

Edimar Maximo

Fernando Salimão

Gilberto Nascimento

Umar Serraglio

Marco Alamo

Alceu Calares

B

Jonas

João Paulo

João Paulo

João

Wagner Lago

B

RET-0575

João

João

B

João Paulo

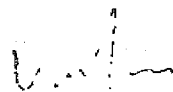
Desce 33 841

R. D. L. E. M. U. R. I.

João Paulo

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Almyr MendesPartido: PLRJGabinete: 639E-mail: -Telefones: 315 5639Brasília, 11 de março 2004.

Assinatura

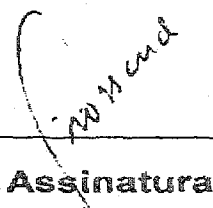
FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Elina Máxima DamascenoPartido: PRONAGabinete: 446E-mail: dep.Elina Máxima Damasceno @ câmara.gov.br

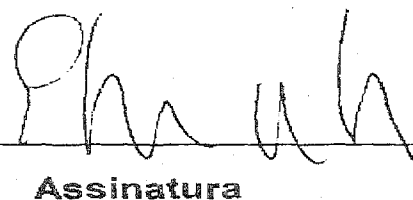
FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Dep Juiza Denise FressardPartido: PSDBGabinete: 330E-mail: dep.juizadenise.fressard@camara.gov.brTelefones: 215 - 53.30Brasília, 10 de março 2004.
Assinatura

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Eduardo PaesPartido: PSDB/RJGabinete: 742E-mail: dep.eduardopaes@camara.gov.brTelefones: 2155742Brasília, 10 de março 2004.
Assinatura

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

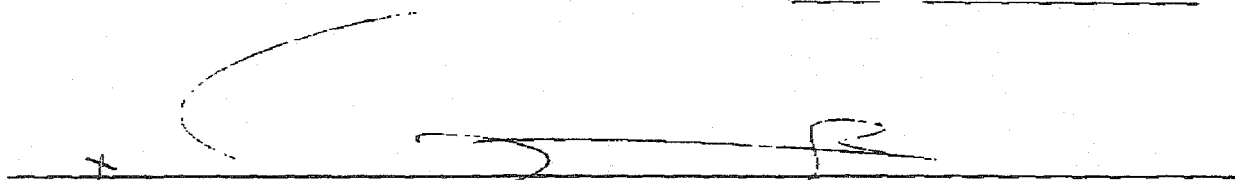
TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: JOSUE BENGETSONPartido: P1B / PAGabinete: 305

E-mail: _____

Telefones: 51305

Brasília, _____ de _____ 2004.



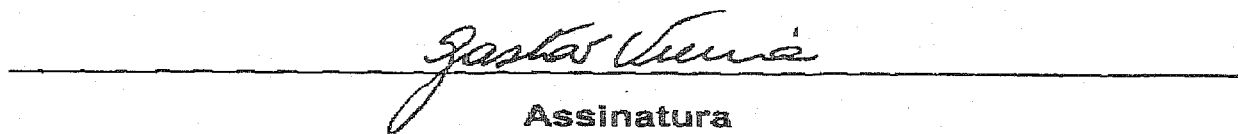
Assinatura

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Josue BengetsonPartido: PMDBGabinete: 305E-mail: dep.josue@camara.gov.brTelefones: 215-1114 / 2224

Brasília, 10 de março 2004.



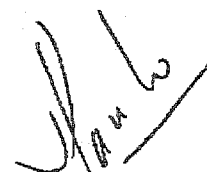
Assinatura

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO E DA LEITURA

TERMO DE ADESÃO

Parlamentar: Jaime MartinsPartido: PLGabinete: 333E-mail: dep.jaimemartins@camara.gov.brTelefones: 215 5333Brasília, 11 de março 2004.

Assinatura

Publique-se
Em 18/03/04JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

ção, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 321 de 2003, de autoria do Deputado João Castelo.

Pelo exposto, solicito autorização para publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, Deputada **Maria do Carmo Lara**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício-Pres nº 573/03

Brasília, 17 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 99/99, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado **Leo Alcântara**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P-nº 156/2003

Brasília, 24 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 6.058-A/02, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações. – Deputado **Eliseu Resende**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 310/2003-P

Brasília, 24 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 5.479, de 2001.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, Deputada **Ângela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-9-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. Pres. Nº 162/03

Brasília, 17 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 1.597/99 e de seus apensados, os Projetos de Lei nºs 5.083/01 e 7.443/02.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do parecer a eles oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Sandro Mabel**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Publique-se.

Em 29-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº/2003

Brasília, 29 de setembro de 2003

Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados
Deputado João Paulo Cunha
Praça dos Três Poderes SAN
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Com base no inciso VI do art. 226 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informo a V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar do Saneamento Básico.

Segue em anexo uma cópia do termo de adesão com as assinaturas dos Parlamentares e a justificativa da iniciativa pela criação da Frente.

Atenciosamente, – Deputada **Rose de Freitas**.

FRENTE PARLAMENTAR DO SANEAMENTO BÁSICO

Os parlamentares infra-assinados, que passam a constituir, como membros, a Frente Parlamentar do Saneamento Básico da Câmara dos Deputados, assumem o compromisso de usar a força de seus mandatos políticos, outorgado pelo povo brasileiro, na busca de políticas para que o saneamento básico seja capaz de cobrir 100% dos lares brasileiros.

Justificação

Um dos mais graves problemas enfrentados pelo povo brasileiro desde o início de sua colonização, tem sido a falta de saneamento em suas moradias e locais de produção. A falta de assepsia, de fossas assépticas, de redes de esgoto e água tratada, foram no passado, e continuam sendo, os grandes causadores de doenças endêmicas, do elevado índice de mortalidade infantil e uma série de outras morbidades causadas pelo esgoto a céu aberto e a falta de água tratada.

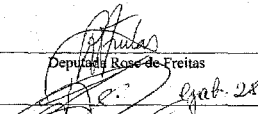
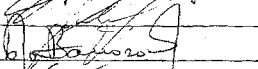
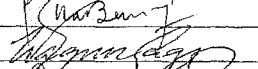
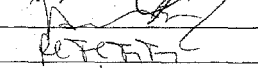

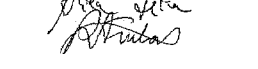
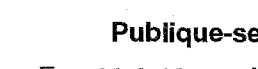
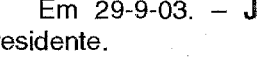

Males relacionados à falta de condições sanitárias, como a febre amarela e a hepatite, ainda fazem milhares de vítimas por ano. Algumas capitais, entre elas Belo Horizonte, Rio Branco, Manaus e São Luís não tratam um metro cúbico sequer do esgoto que coletam, e, cidades como o Rio de Janeiro fazem o tratamento de pouco mais de 50% do esgoto que coleta, e, em São Paulo, o índice de tratamento do esgoto sanitário é de apenas 35%.

Políticas como a executada pelo prefeito Pereira Passos, no início do século XX, entre 1903 e 1906, quando realizou na cidade do Rio de Janeiro o mais notável projeto de saneamento básico de que se tem registro, devem servir de inspiração aos atuais homens públicos, no sentido de se buscar via saneamento básico, a melhoria da qualidade de vida e da saúde da maioria da população brasileira.

A pesquisa nacional de saneamento básico realizada pelo IBGE no ano 2000, revela que apenas 52% das cidades brasileiras possuíam a época sistema coletor de esgoto, e, o abastecimento de água chegava em 97,9% dos municípios.

Segundo o Ministério das Cidades, há hoje no Brasil 32 milhões e 200 mil pessoas sem água potável e 150 milhões sem esgoto tratado e para atender a essa população seriam necessários investir R\$ 10 bilhões por ano até 2020. Esse é um enorme desafio para os Parlamentares membros dessa Frente, ou seja, priorizar políticas de saneamento básico e buscar nos Orçamentos da União recursos para esse fim.

Câmara dos Deputados, de 2003. – Deputada **Rose de Freitas**.

Assinatura	Nº Parlamentar
	402
	281
	210
	029
	526
	346
	380
	640
	937

Publique-se.

Em 29-9-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM
A FINALIDADE DE "INVESTIGAR AS ATIVIDADES
DA SERASA – CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS
DOS BANCOS S/A" (CPI – SERASA)

REQUERIMENTO Nº 1.169/03

Ofício nº 159/03-P

Brasília, 9 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em 5 junho de 2003 foi instalada e encontra-se em funcionamento esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com prazo de 120 dias para a conclusão de seus trabalhos, o que está previsto para o próximo dia 27 de setembro.

As ações desenvolvidas por esta CPI, ao longo do prazo já decorrido, entre tomadas de depoimentos, audiências públicas e outras diligências, abrangendo a

de Fiscalização Financeira e Controle elegeram a presente Mesa:

Presidente: José Priante PMDB-PA
1º Vice-Presidente: André Luiz, PMDB-RJ
2º Vice-Presidente: João Magno, PT-MG
3º Vice-Presidente: Enio Bacci, PDT-RS

No ensejo, colocamos esta Comissão à disposição de Vossa Excelência, pois estamos certos de que juntos poderemos desenvolver um trabalho profícuo em prol do País.

Atenciosamente, – Deputado **José Priante**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. PRES. INT. Nº 2/2004-CLP

Brasília, 25 de março de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que assumi, no dia 23-3-2004, a Presidência da Comissão de Legislação Participativa, tendo como companheiros de Mesa os Deputados Mendonça Prado (1º Vice-Presidente), Colombo (2º Vice-Presidente) e Jaime Martins (3º Vice-Presidente).

Bastante motivados, contamos com sua efetiva contribuição para o desenvolvimento de um trabalho sério, eficaz e sintonizado com os superiores interesses do País, ampliando espaço para a participação popular na elaboração legislativa como instrumento de educação política e de fortalecimento da democracia representativa.

Cordialmente, – Deputado **André de Paula**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF/FPTP Nº 3/2004

Brasília, 2 de março de 2004

Exmo. Sr.
Deputado Federal João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

Considerando a solicitação externada por Vossa Excelência, informamos que a Frente Parlamentar do

Transporte Público foi criada em 25 de setembro de 2003, com o objetivo precípuo de inserir na agenda política social e econômica do país, o transporte público com um direito de todos os brasileiros, pois o mesmo é considerado pela Constituição Federal como essencial, conforme expresso no seu estatuto.

Dessa forma, os cento e vinte Deputados Federais e dezenove Senadores da República que integram a Frente Parlamentar do Transporte Público defendem um transporte de qualidade que promova a inclusão social, a melhoria das condições de vida da população, o desenvolvimento sustentável de nossas cidades e a geração de emprego e renda.

Na oportunidade, informamos a Vossa Excelência que a Frente Parlamentar é coordenada pelos senhores Deputados Federais Jakson Barreto (PTB-SE), José Chaves (PTB-PE) e Devanir Ribeiro (PT-SP) e pelo Senador da República Ramez Tebet (PMDB-MS) e encontra-se localizada no SCS – Quadra 4, Bloco “A”. Sala 506 – Brasília – DF. (tel.(s) 61-225-8066 e 223-0844), contando ainda, com a colaboração de um Secretário-Executivo, o advogado Ivo Carlos de Almeida Palmeira.

Certo da atenção costumeira de Vossa Excelência, renovamos os protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Jackson Barreto**, Coordenador.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DO TRANSPORTE PÚBLICO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Duração Sede e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar do Transporte Público é uma entidade civil de interesse público, de natureza política suprapartidária, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. Os princípios contidos na Constituição Federal e os fins sociais do transporte público inspiram e orientam a atuação da Frente Parlamentar.

Art. 2º A Frente Parlamentar do Transporte Público, composta por senadores e deputados federais no exercício de seus mandatos, tem por finalidade:

I – inserir na agenda política, social e econômica do País o transporte público como um direito de todos os brasileiros;

II – defender um transporte público de qualidade que promova a inclusão social, a melhoria das condições de vida, o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda;

III – apoiar os ideais do setor de transporte público, defendido pelas entidades e instituições que trabalham para o seu desenvolvimento e aprimoramento, dentre as quais as relacionadas a seguir:

a) Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP;

b) Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU;

c) Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER;

d) Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô de São Paulo – AEAMESP;

e) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da CUT – CNTT/CUT;

f) Fórum Nacional dos Secretários de Transporte Urbano e Trânsito;

g) Fórum Nacional da Reforma Urbana – FNRU;

h) Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários – SIMEFRE;

i) Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô;

IV – promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e o setor de transporte público.

V – acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse do setor de transporte público.

VI – subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse do setor de transporte público;

VII – acompanhar os assuntos de interesse nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, visando apoiar politicamente as posições do setor de transporte público;

CAPÍTULO II Da Organização

Art. 3º A Frente Parlamentar do Transporte Público tem a seguinte estrutura:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Secretaria Executiva;

V – Representação Estadual;

Art. 4º A Assembléia Geral, órgão de deliberação soberana da Frente Parlamentar do Transporte Público, é formada por todos os parlamentares membros.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente por convocação do presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos

parlamentares filiados com antecedência mínima de cinco dias.

§ 2º A Assembléia Geral será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos membros, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, e suas deliberações, serão aprovadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate.

§ 3º A convocação da Assembléia Geral, para alteração do estatuto e para deliberar sobre sua extinção, será regida pelos artigos 22 e 23 do presente estatuto.

Art. 5º A Diretoria compõe-se do presidente e de três vice-presidentes.

Art. 6º O Conselho Fiscal compõe-se de três parlamentares titulares e três parlamentares suplentes, os quais não poderão ocupar, concomitantemente, quaisquer outros cargos na Diretoria.

Parágrafo único. O presidente do Conselho Fiscal será eleito pelos seis Parlamentares que o compõem.

Art. 7º Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos para o período de um ano, podendo ser reeleitos para períodos de igual duração.

Art. 8º A Secretaria Executiva é dirigida por um secretário executivo designado pela Diretoria, podendo ser composta de assessores e auxiliares.

Art. 9º A Secretaria Executiva, para melhor desempenho de suas funções, poderá valer-se de apoio dos gabinetes dos parlamentares da Diretoria e dos membros da Frente Parlamentar do Transporte Público.

Art. 10. A representação estadual será ocupada por um membro da Frente, representante de cada Estado, convidado pela Diretoria.

CAPÍTULO III Das Competências das Unidades Organizacionais

Art. 11. À Assembléia Geral compete:

I – eleger ou destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

II – zelar pelo cumprimento das disposições deste estatuto;

III – alterar o presente estatuto, observado o que preceitua o art. 22;

IV – deliberar sobre assuntos para os guais for convocada.

Art. 12. À Diretoria compete:

I – dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos sob responsabilidade da Frente Parlamentar do Transporte Público;

II – estabelecer as diretrizes estratégicas de ação para os respectivos mandatos;

III – proporcionar iniciativas que facilitem a integração de todos os segmentos do setor de transporte público;

IV – incentivar a difusão e a defesa dos ideais do setor de transporte público, perante os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

V – interagir com as demais frentes parlamentares, em especial com as que lidam com assuntos de interesse do setor de transporte público;

VI – criar coordenações temáticas para tratar de assuntos específicos de interesse do setor.

Art. 13. Ao Conselho Fiscal compete examinar, uma vez por ano ou quando julgar necessário, a prestação de contas da Frente Parlamentar do Transporte Público, emitindo parecer sobre a legalidade e exatidão das eventuais despesas realizadas e dos recursos arrecadados.

Art. 14. À Secretaria Executiva compete:

I – prestar assistência direta e imediata aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II – implantar as Diretrizes Estratégicas de Ações definidas pela Diretoria;

III – apoiar politicamente as entidades representativas do segmento nas demandas aos organismos governamentais;

IV – acompanhar as matérias e os temas de interesse do setor, nos Poderes Executivo e Legislativo, sugerindo iniciativas políticas julgadas pertinentes;

V – elaborar, ou até mesmo ainda, em articulação com os órgãos técnicos das entidades e instituições do setor, pareceres, notas técnicas, Informações e minutas de proposições legislativas;

VI – planejar e preparar a participação do presidente e, quando solicitado, dos demais parlamentares da Frente Parlamentar do Transporte Público em eventos de interesse político;

VII – divulgar periodicamente as ações da Frente Parlamentar do Transporte Público e dos seus membros;

VIII – planejar e coordenar a realização de eventos promovidos pela Frente Parlamentar do Transporte Público;

IX – Executar, coordenar e controlar as atividades de secretaria, expediente, cerimonial, relações públicas, propaganda e comunicação social da Frente Parlamentar do Transporte Público;

X – manter atualizados os cadastros dos parlamentares membros;

XI – incrementar o intercâmbio com as comissões do Congresso Nacional e os gabinetes dos parlamentares da Frente Parlamentar do Transporte Público;

XII – incrementar o intercâmbio com as assessorias parlamentares do Poder Executivo Federal, Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União;

XIII – sugerir iniciativas que visem à melhoria do funcionamento da Frente Parlamentar do Transporte Público;

XIV – coordenar a elaboração das atas das reuniões de Diretoria e dos trabalhos das Assembléias Gerais.

Art. 15. Ao representante do Estado compete participar das reuniões da Diretoria e sugerir iniciativas políticas da Frente que visem ao bom desempenho do Transporte Público, bem como articular a formação de Frente Parlamentar do Transporte Público na Assembléia Legislativa e nas Câmaras Municipais do seu respectivo Estado.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições dos Dirigentes Assessores e Auxiliares

Art. 16. Ao presidente incumbe:

I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente;

II – delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

III – convocar e presidir as reuniões de Diretoria e da Assembléia Geral;

IV – praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente Parlamentar do Transporte Público;

V – representar socialmente a Frente em atividades externas.

Art. 17. Aos vice-presidentes incumbem:

I – substituir o presidente mediante designação específica em sua ausência e impedimentos;

II – Exercer atribuições que lhes forem delegadas pelo presidente.

Art. 18. Ao secretário executivo incumbe:

I – assessorar e assistir à Diretoria, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral nos assuntos de competência da Secretaria Executiva;

II – dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

III – expedir os demais atos normativos necessários à organização e ao funcionamento da Secretaria Executiva;

IV – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente;

V – supervisionar os eventuais serviços de tesouraria e contabilidade.

Art. 19. Aos assessores e auxiliares incumbe:

I – assessorar e assistir ao Secretário Executivo nos assuntos de suas respectivas competências;

II – dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades afetas às suas respectivas áreas de atuação;

III – desenvolver as atividades de apoio administrativo, secretariado, expedição e recebimento de correspondência e controle de material permanente da Secretaria Executiva;

IV – exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 20. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente estatuto serão dirimidos pelo presidente da Frente Parlamentar de Transporte Público e submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 21. O presente estatuto poderá ser alterado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, desde que conte, com pelo menos 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos filiados presentes.

Art. 22. A Frente Parlamentar do Transporte Público somente poderá ser extinta por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária Específica, desde que conte com pelo menos 2/3 (dois terços) dos filiados presentes.

Art. 23. Os cargos de dirigentes da Frente Parlamentar do Transporte Público ocupados por parlamentares não são remunerados.

Art. 24. As eleições para os cargos de dirigentes da Frente Parlamentar do Transporte Público ocorrerão anualmente na primeira quinzena do mês de abril.

Art. 25. O mandato da diretoria se iniciará anualmente no dia 1º de maio e terminará no dia 30 de abril do ano subsequente.

Art. 26. Aos seus filiados, a Frente Parlamentar do Transporte Público concederá um diploma de membro efetivo.

Art. 27. O ingresso na Frente Parlamentar é feito por livre adesão de deputados federais e senadores, no exercício de seus mandatos, mediante assinatura do termo próprio, respeitando as normas deste estatuto.

Parágrafo único – A desfiliação se dará por solicitação expressa do interessado à diretoria.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 28 – A primeira diretoria da Frente Parlamentar do Transporte Público será designada pelos parlamentares pertencentes ao núcleo de formação da entidade que também designará os membros titulares suplentes do Conselho Fiscal.

Parágrafo único – A primeira diretoria e o primeiro conselho fiscal, conforme expresso no caput, terão um mandato com duração de oito meses, com início em 25 de setembro de 2003 e término em 30 de abril de 2004.

Brasília – DF, de de 2003

Publique-se.

Em 29-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

RELATÓRIO

Viagem a São José do Rio Preto – SP
Processo: 133.040/03

Partida:

Dia: 16-11 – 18:24h

Retorno:

Dia: 18-11 – 14:35h

Reunião dia: 17-11

Início: 10:55h

Término: 00:15h

PAUTA

Tomada de depoimentos

Data: 17-11-03 (segunda-feira)

Horário: 9 horas

Local: Fórum da Justiça Federal de São José do Rio Preto

Depoentes:

1. Hilário Sestini Júnior, empresário;
2. José Paschoal Costantini, empresário;
3. Gastão Henrique Ladeira Filho, funcionário da Atlas;
4. Luís Felipe de Saldanha da Gama, sócio da L.A.A. – Assessoria Independente;
5. Álvaro Alves de Oliveira, sócio da L.A.A. – Assessoria Independente;
6. Augusto Garcia Santana, sócio da L.A.A. – Assessoria Independente;
7. Scheyla Kersting, responsável pela Casa Ouro Velho de Metais Preciosos Ltda;
8. Décio Miranda, responsável pela Moinho de Ouro Metais Preciosos Ltda;
9. Edison Pereira Ramos, responsável pela Silver Star;
10. Aparecido Gomes de Assumpção Júnior, sócio da MPA – Comércio de Alimentos;
11. Adilson de Campos, sócio da MPA – Comércio de Alimentos;
12. Matheus de Abreu Costantini, Diretor da Atlas;

Ofício GAB-306/I nº 032 /03

Brasília, 24 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Com os meus cumprimentos, reporto-me ao ofício SGM/P 512/03, de Vossa Excelência, para indicar o Deputado Amauri Robledo Gasques e o deputado Elimar Máximo Damasceno, respectivamente titular e suplente, como integrantes da Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Segurança Pública.

Atenciosamente, – Dr. **Enéas Carneiro**, Deputado Federal, PRONA – SP.

Publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

OF Nº 53 P/2003 – CCJR

Brasília, 7 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Lei nºs 156/99 e 653/99, apensado, apreciados por este Órgão Técnico, no dia 3 de abril do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente

Publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

OF. Nº 54/P/2003 – CCJR

Brasília, 7 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projetos de Lei nº

5.461/01 apreciado por este Órgão Técnico, no dia 3 de abril do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

Publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF Nº 80/P/2003 – CCJR

Brasília, 22 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, a Proposta de Emenda à Constituição nº 446/97, apreciada por este Órgão Técnico, no dia 15 de abril do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente

Publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

Ofício nº 76/2003.

Brasília, 24 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a formação da Frente Parlamentar dos Advogados, constituída por diversos parlamentares dos vários Partidos Políticos que compõem esta Casa, com o objetivo de coordenar os diversos assuntos de interesse da classe.

Com efeito, tudo o que diz respeito ao exercício concomitantemente da advocacia necessariamente ressoa nesta Casa do Congresso Nacional, onde é grande o número de advogados que atuam, concomitantemente, na vida pública e parlamentar.

A intenção de criar a Frente Parlamentar dos Advogados ajusta-se à missão de defender a ordem

jurídica e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições republicanas, imposições que são comuns aos advogados e aos parlamentares.

A relevância das questões relativas ao exercício da profissão de advogado é indiscutível, repercutindo, quase sempre, nos próprios princípios fundamentais da cidadania e das liberdades democráticas. As incompreensões acerca da natureza do papel do advogado e do seu exercício profissional levam, por vezes, importantes setores da sociedade a confundir garantias com privilégios, sem se darem conta que a restrição à atividade profissional do advogado pode constituir-se em perigo para a fratura nos alicerces do Estado de Direito.

No momento em que a sociedade brasileira discute, com ênfase, a questão da segurança pública, da reforma do Judiciário e das mudanças estruturais na previdência social e no sistema tributário nacional, torna-se necessária uma presença mais coordenada dos profissionais do Direito na discussão das matérias que tramitam nesta Casa, quer no âmbito do processo legislativo, quer na defesa dos princípios basilares que informam o exercício desta nobre profissão.

Esperando poder contribuir para o sucesso do tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar dos Advogados, antecipamos nosso agradecimento. – Deputado **Luiz Piauhylinho**.

Publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

REQUERIMENTO DE DESARQUIVAMENTO Nº 1, DE 2003

Requerimento

(Do Senhor Deputado Wilson Santos)

Requer o desarquivamento de proposição

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Ex.^a o desarquivamento da seguinte proposição nº 0028/2000.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2003. _
Deputado **Wilson Santos**, PSDB

Indefiro o desarquivamento do RCP 28/2000, por ter sido arquivado definitivamente. **Oficie-se** ao requerente e, após, publique-se.

Em 24-4-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2003

(Do Sr. Dr. Evilásio)

Requer o desarquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 105 c/c § 1º do art. 102, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento da seguinte proposição:

1. RCP nº 21, de 2000.

Sala das Sessões, Deputado, Dr. **Evilásio**,
PSDB/SP

Indefiro o desarquivamento do RCP 21/00, por ter sido arquivado definitivamente. **Oficie-se** ao requerente e, após, publique-se.

Em 24-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2003

(Do Sr. Cabo Júlio)

Requer o desarquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 105 c/c § 1º do art. 102, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento da seguinte proposição:

1. RCP nº 29, de 2000

Sala das Sessões, – Deputado **Cabo Júlio**,
PSB/MG

Indefiro o desarquivamento do RCP 29/2000, por ter sido arquivado definitivamente. **Oficie-se** ao requerente e, após, publique-se.

Em 24-4-03, – **João Paulo Cunha**,
Presidente

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2003

(Do Sr. Cabo Júlio)

Requer o desarquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 105 c/c § 1º do art. 102, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro o desarquivamento da seguinte proposição:

1. RCP nº 19, de 2000.

Sala das Sessões, – Deputado **Cabo Júlio**,
PSB/MG

Ofício nº 447/2005-P

Brasília, 6 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este órgão técnico, do Projeto de Lei nº 3.471, de 2004 e do Projeto de Lei nº 5.036/2005, apensado.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do respectivo parecer.

Respeitosamente,

Publique-se.

Em 14-7-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 448/2005-P

Brasília, 6 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este órgão técnico, do Projeto de Lei nº 2.383, de 2003.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputado **Dr. Benedito Dias**.

Publique-se.

Em 14-7-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Brasília, de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcante
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,
Cumpre-nos o dever de comunicar a Vossa Excelência a criação da “Frente Parlamentar dos Municípios da Faixa de Fronteira”, que reúne deputados e

senadores preocupados com a realidade neles vivida, pelo que emitimos o manifesto em anexo.

Nos termos do artigo 80, § 2º, inciso I do Regimento Interno da Casa, solicitamos a V. Exª que dê ciência ao Plenário da criação desta frente parlamentar, e convidamos nossos pares a unirem-se aos signatários do manifesto.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Vander Loubet**.

Brasília, de 2005

MANIFESTO

O Brasil conta com cerca de seis mil municípios.

Se é certo que entre eles há imensas diferenças de ordem econômica e social, é igualmente certo que os municípios situados na faixa de fronteira constituem um grupo com problemas bastante específicos.

Quanto à saúde, é comum que as estruturas sejam utilizadas por cidadãos dos países limítrofes, e as destes por brasileiros.

Na segurança, malgrado a situação em algumas das capitais estaduais, os municípios de fronteira convivem com o contrabando e com o tráfico de armas, drogas e menores numa escala preocupante.

Lidam, de modo dramático, com o problema da prostituição e das doenças sexualmente transmissíveis.

Em geral, esses municípios apresentam baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o que revela que uma especial atenção devem receber da União – a grande interessada na área de fronteira.

Assim, os abaixo assinados declaram sua disposição para a tarefa de identificar problemas e soluções no que toca aos municípios situados na faixa de fronteira, e a vontade de cobrar e apoiar a adoção de normas legais e ações executivas tendentes a melhor tratar de sua realidade.

Assim, Senhor Presidente, convidamos V. Exª a participar da frente cuja criação propomos, e aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de estima e apreço por V. Exª. – Deputado Federal **Vander Loubet** – Deputado Federal **Osmar Serraglio**.

Publique-se.

Em 14-7-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

FRENTE PARLAMENTAR DO ESPORTE

MANIFESTO DE CRIAÇÃO

A história institucional do esporte no Brasil remonta a 1937, com a publicação da Lei nº 379, de 13 de março de 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física na estrutura do Ministério da Educação e Cultura. Assim permaneceu até 1970, quando foi transformado em Departamento de Educação Física e Desportos. Já em 1978, o então Departamento foi alçado à condição de Secretaria de Educação Física e Desporto, continuando ligado ao MEC.

Com o advento da redemocratização brasileira e a eleição direta para presidente da República, na reforma administrativa de 1991, foi extinta a secretaria ligada ao Ministério da Educação e transformada em Secretaria de Desportos da Presidência da República, diretamente ligada ao gabinete presidencial.

O esporte foi alçado a condição de ministério em 1995, com a criação do Ministério Extraordinário do Esporte, que teve no ex-jogador de futebol, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), o seu primeiro ministro. Em 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, permanecendo assim até o final de 2002.

O atual Governo Federal separou o Ministério do Esporte e Turismo em pastas distintas e o Ministério do Esporte passou a ser comandado pelo Deputado Federal Agnelo Queiroz, do Distrito Federal. O atual Ministério do Esporte tem em sua estrutura as seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Esporte Educacional; Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

A presente proposição visa à criação da Frente Parlamentar do Esporte, com objetivos bem definidos consoante com os termos que vão adiante alinhados:

1) É imperioso o engajamento da Câmara dos Deputados, por meio de seus mecanismos próprios, como a Comissão de Turismo e Desporto e a própria Frente Parlamentar, no apoio institucional ao Ministério do Esporte em suas políticas e projetos e iniciativas dirigidas ao esporte de forma geral.

2) Apoio institucional do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, que dirige e organiza o esporte em geral no Brasil, com determinação e competência e bem assim as confederações de esporte, tendo como meta final a realização dos 15º Jogos Pan-Americanos, na cidade do Rio de Janeiro, em 2007, apoiando ainda a pretensão brasileira de sediar os Jogos Olímpicos do ano de 2012.

3) Fortalecer as Fundações de Esporte Estaduais em suas políticas esportivas visando ao aprimoramento da oferta e à construção de equipamentos esportivos oficiais em parceria com as Secretarias de Educação, Cultura e Esporte, extensivamente aos municípios.

4) Apoiar a política do Ministério do Esporte, especialmente no acompanhamento de verbas orçamentárias e desenvolvimento do esporte de base, como o Programa Segundo Tempo, que imprimiu ao esporte o caráter de inclusão social com foco na educação integral.

Como forma de ação, visando transformar em realidade o desporto nacional comum e solidário, é que estamos propondo a criação da Frente Parlamentar do Esporte, com o apoio dos parlamentares que subscreveram o Formulário de Adesão. – Deputado **Ivan Ranzolin** (PP-SC).

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício/Nº 96/2003/SV

Brasília, 10 de abril de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Dep. João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência, para registro nesta Casa, que criei no Congresso Nacional a Frente Parlamentar de Apoio às Cooperativas de Saúde.

Esta frente tem o propósito de defender os interesses da sociedade de assistência privada à saúde, e:

Considerando a intenção do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em apoiar o cooperativismo;

Considerando os preceitos constitucionais de estímulo ao cooperativismo (art. 174, § 2º) e adequado tratamento tributário do ato cooperativo (art. 146, III, c);

Considerando a relevância do segmento de cooperativas do ramo da saúde suplementar no atendimento de mais de trinta milhões de brasileiros;

Considerando a impossibilidade de, em curtíssimo prazo, aumentar-se o orçamento público para melhoria do atendimento pelo Sistema Único de Saúde e atender, satisfatoriamente, toda a população brasileira;

Considerando a alternativa dos profissionais de saúde na busca da melhoria em sua remuneração por meio das cooperativas de trabalho, que prestam assistência médica a custo justo e, sobretudo, com ética, peço o pronto acolhimento de Vossa Excelência a minha proposição, aproveitando a oportunidade para externar-lhe os meus mais sinceros votos de elevada estima consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Serafim Venzon**, Deputado Federal.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima. – Deputado **Inácio Arruda**, Líder do Pcdob.

Defiro. Publique-se

Em 23-7-2003. – **João Paulo Cunha**,

Presidente

OGCC 155

Brasília, 23 de julho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília, DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho solicitar a V. Ex^a, o registro nesta casa legislativa, da Ata da Reunião de Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, realizada às 17h do dia 1º de julho de 2003, na sala da 1ª Vice-Presidência, quando foram eleitos os membros da Comissão Executiva, traçados os compromissos com os quais a Frente irá se debruçar e ainda foi elaborado o Estatuto sobre o qual a mesma se subordinará.

Atenciosamente, – **Claúdio Cajado**, Deputado Federal, PFL/BA.

Ata da Reunião de Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física

Ao 01 dia do mês de julho do ano de dois mil e três na sala de reuniões da 1ª Vice-Presidência da Câmara dos Deputados, às 17:00, ocorreu a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, momento em que se promoveu a eleição da Comissão Executiva da referida Frente para a presente legislatura. A Frente aceitou as seguintes inscrições: Dep. Agnaldo Muniz, Dep. Alberto Fraga, Dep. Alberto Goldman, Dep. Alex Canziani, Dep. Almerinda de Carvalho, Dep. André Luiz, Dep. André Zacharow, Dep. Aníbal Gomes, Dep. Ariosto Holanda, Dep. Asdrubal Bentes, Dep. Assis Miguel Couto, Dep. Augusto Nardes, Dep. B. Sá, Dep. Carlos Alberto Leréia, Dep. Carlos Mota, Dep. Celso Russomanno, Dep. Ciro Nogueira, Dep. Cleuber Carneiro, Dep. Darci Coelho, Dep. Dr. Francisco Gonçalves, Dep. Dr. Heleno, Dep. Dr. Pinotti, Dep. Dr. Ribamar Alves, Dep. Edmar Moreira, Dep. Eduardo Barbosa, Dep. Eduardo Campos, Dep. Eliseu Padilha, Dep. Enivaldo Ribeiro, Dep. Félix Mendonça, Dep. Fernando de Fabinho, Dep. Feu Rosa, Dep. Francisco Appio, Dep. Geraldo Thadeu, Dep. Gonzaga Mota, Dep. Gonzaga Patriota, Dep. Iris Simões, Dep. João Almeida, Dep. João Hermann Neto, Dep. João Leão, Dep. José Roberto Arruda, Dep. José Thomaz Nonô, Dep. Juíza Denise Frossard, Dep. Júlio César, Dep. Júlio Redecker, Dep. Júnior Betão, Dep. Laura Carneiro, Dep. Léo Alcântara, Dep. Leônidas Cristino, Dep. Luciano Castro, Dep. Luis Antônio Fleury, Dep. Luis Carlos Hauly, Dep. Luis Piauhyllino, Dep. Luiz Bittencourt, Dep. Marcelo Castro, Dep. Marcelo Guimarães Filho, Dep. Mauro Benevides, Dep. Mauro Lopes, Dep. Max Rosenmann, Dep. Medeiros, Dep. Mendes Ribeiro, Dep. Moacir Micheletto, Dep. Nelson Marquezelli, Dep. Nelson Trad, Dep. Neucimar Fraga, Dep. Neuton Lima, Dep. Onyx Lorenzoni, Dep. Osvaldo Reis, Dep. Pastor Reinaldo, Dep. Patrus Ananias, Dep. Paulo Baltazar, Dep. Paulo Marinho, Dep. Pedro Chaves, Dep. Philemon Rodrigues, Dep. Pompeo de Mattos, Dep. Renato Casagrande, Dep. Ricarte de Freitas, Dep. Roberto Pessoa, Dep. Romeu Queiroz, Dep. Ronaldo Dimas, Dep. Rose de Freitas, Dep. Sandes Júnior, Dep. Serafim Venzon, Dep. Silas Brasileiro, Dep. Simão Sessim, Dep. Yeda Crusius, Dep. Zé Gerardo, Dep. Zelinda Novaes, Sen. Sérgio Cabral, Sen. Juvêncio da Fonseca e Sen. Paulo Paim. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Claudio Cajado, que propôs a criação de um Estatuto nos seguintes termos: A Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física, hoje constituída, reger-se-á pelas seguintes cláusulas e artigos: DO OBJETO *Art. 1º* - A Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física é constituída por representantes de todas as correntes de opinião do Congresso Nacional e tem por fim a promoção da Atividade Física, visando defender as iniciativas, as ações e todo o trabalho que vá ao encontro das aspirações da sociedade, no tocante a uma política eficiente de que garanta o direito constitucional à população de amplo acesso à prática da atividade física; *Art. 2º* - Dentre os objetivos da Frente, destacam-se os seguintes: I - Garantir o direito constitucional da população de poder desfrutar de espaços condizentes para a prática de atividades físicas; II - Conscientizar a população brasileira da importância da atividade física como um meio de promoção da saúde; III - Garantir à população brasileira o atendimento por profissionais devidamente habilitados e qualificados; IV - Garantir a destinação de verbas para a manutenção de projetos de atendimento em atividades físicas, bem como para reforma e construção de espaços em praças, parques, escolas etc. e V - Garantir o cumprimento das disposições que regulamentam as Diretrizes e Bases da Educação, principalmente as que tem por escopo fazer constar a Educação Física como componente curricular na educação básica, além de garantir a carga horária mínima semanal de três dias. DOS MEMBROS *Art. 3º* - A Frente será constituída por membros: a) fundadores: os que admitiram sua admissão como membros no ato da constituição da Frente; b) efetivos: os que forem admitidos como Membros Executivos e c) honoríficos: os que por relevantes serviços à entidade e por voto da maioria absoluta da Frente forem recebidos como tais. DOS DIREITOS E DEVERES *Art. 4º* - São direitos dos componentes da Frente: a) Comparecerem às reuniões convocadas e usarem das palavras; b) votar e serem votados nas eleições para a composição da Comissão Executiva; c) participarem das delegações ou comissões que vierem a ser constituídas para os fins previstos neste Estatuto. *Art. 5º* - Os componentes da Frente se obrigam a comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias que forem convocadas, bem como a cumprir as tarefas que lhes forem atribuídas pela Comissão Executiva. DA DIREÇÃO *Art. 6º* - A Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física será dirigida por uma Comissão Executiva composta de um Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários e um Tesoureiro; *Parágrafo Único* - O Presidente designará para a Frente um Secretário Executivo, não parlamentar; *Art. 7º* - Compete ao Presidente: a) representar a Frente em suas atividades; b) convocar e presidir as reuniões; c) fazer cumprir as resoluções definidas nas reuniões; d) apresentar, anualmente, um relatório das atividades da Frente e a proposta do programa para o ano seguinte. *Parágrafo Único* - O Presidente, nas suas faltas e impedimentos, será substituído, hierarquicamente, pelos Vice-Presidentes e na falta destes, pelos Secretários; *Art. 8º* - Compete aos Secretários: a) organizar os serviços da secretaria; b) secretariar as reuniões da Frente; c) assistir ao Presidente em todos os assuntos pertinentes à Frente e referendar os atos deste. *Art. 9º* - Compete ao Tesoureiro cuidar das finanças e fazer um

relatório anual com o balanço geral da Frente Parlamentar. Art. 10º - Os membros da Comissão Executiva serão eleitos em escrutínio secreto e seus mandatos terão a duração de uma legislatura, podendo ser reeleitos. O Senhor Presidente submete o projeto de Estatuto a votos sendo o mesmo aprovado sem alteração. O Senhor Presidente declara que os subscritos na presente ata e os que participaram da reunião, são considerados filiados à Frente. Em seguida o Senhor Presidente declara que passará à eleição da Comissão Executiva. São sugeridos os seguintes candidatos: Para Presidente o Deputado Claudio Cajado; para os três cargos de Vice-Presidente o Senador Sérgio Cabral Filho o Deputado Dr. Pinotti e o Deputado José Roberto Arruda; para os dois cargos de Secretário o Deputado Luis Carlos Hauly e o Deputado Ciro Nogueira e para o cargo de Tesoureiro o Deputado Léo Alcântara. Procedida a votação, foram, eleitos, por aclamação, os senhores parlamentares: Deputado Claudio Cajado para Presidência, Senador Sérgio Cabral Filho para 1º Vice-Presidentência, Deputado Dr. Pinotti para 2º Vice-Presidentência, Deputado José Roberto Arruda para a 3º Vice-Presidentência, Deputado Ciro Nogueira para 1º Secretária, Deputado Luis Carlos Hauly para 2º Secretária e Deputado Léo Alcântara para Tesouraria. O Presidente eleito, Deputado Claudio Cajado assume a Presidência e declara que tudo fará no sentido de defender as iniciativas e as ações da presente Frente. A seguir dá posse aos demais membros eleitos da Comissão Executiva e designa o Senhor Rodrigo Veiga Resende como Secretário Executivo. A seguir suspende a sessão para lavratura da ata e reabre logo em seguida, submetendo-a a votos, sendo aprovada. Nada mais tendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a sessão e assina a ata juntamente com os demais presentes.

Claudio Cajado
Deputado Claudio Cajado
Presidente

Presentes:

Rodriguez - PMDB Ce -
(DEPUTADO RODRIGUEZ)

Dr. Francisco
(DEP. DR. FRANCISCO)

Dr. Hauly - (DEP. LUIS C. HAULY)

Rose - (DEP. ROSE DE FREITAS)

Arruda
(DEP. ARRUDA)

Patrus Anenias - PT / Gab. 578

Serjo Cabral (SEN. SÉRGIO CABRAL)

Lauro - (DEP. LAURO GONÇALVES)

Ciro Nogueira (DEP. CIRO NOGUEIRA)

Dr. Pinotti (DEP. DR. PINOTTI)

Alcantara (DEP. LEO ALCANTARA)

Publique-se.
Em 23/07/2003

João Paulo Cunha
JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra e o dever de comunicar a Vossa Excelência que nesta data, desliguei-me do PDT – Partido Democrático Trabalhista e formalizei minha filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Brasília, 8 de Julho de 2003. – Deputado **Serafim Venzon**.

Brusque, 7 de Fevereiro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Juiz Eleitoral da 86ª Zona Eleitoral
Dr. Cláudio Valdyr Helfenstein
Nesta,

Eu, Antônio Serafim Venzon, brasileiro, casado, Médico, portador do CPF nº 216.819.619-20, do RG nº 1.003.579, e do Título de Eleitor Nº 17363609/14, zona

005, seção 0022 venho por meio desta, solicitar a vossa Excelência na presente data, a minha desfiliação partidária do Partido Democrático Trabalhista – PDT da cidade de Brusque, Santa Catarina.

Sendo o que tinha para o momento

Respeitosamente, – **Antônio Serafim Venzon**.

Brusque, 7 de Fevereiro de 2003

Ao Senhor
Presidente do PDT-Brusque
Dr. Dagomar Carneiro
Nesta,

Eu, Antônio Serafim Venzon, brasileiro, casado, Médico, portador do CPF nº 216.819.619-20, do RG nº 1.003.579, e do Título de Eleitor nº 17363609/14, zona 005, seção 0022 venho por meio desta, solicitar a vossa Senhoria na presente data, a minha desfiliação partidária do Partido Democrático Trabalhista – PDT da cidade de Brusque, Santa Catarina.

Sendo o que tinha para o momento Respeitosamente, – **Antônio Serafim Venzon**.

Ofício nº 238/2005-P

Of. P-12/05

Brasília, 6 de março de 2005

Brasília, 6 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.796, de 2004.

Em cumprimento ao disposto no art. 58, *caput*, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 2.928104 – do Sr. Jefferson Campos – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**, Presidente.

Respeitosamente, – Deputado Dr. **Benedito Dias**, Presidente.

Publique-se.**Publique-se.**

Em 11-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Em 11.4.05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. Pres. nº 29/05

Of. 62/05 – GAB/DF

Brasília, 22 de março de 2005

Brasília, 28 de março de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 2.899/04, do Sr. Alberto Fraga, que “Estabelece normas gerais de transferência de tecnologia produzida por entidades públicas e dá outras providências”, despachado às Comissões para apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Casa, decaiu dessa condição, por ter recebido pareceres divergentes nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que lhes apreciaram o mérito, passando doravante a tramitar sujeito à apreciação do Plenário, com base na alínea “g”, inciso II do referido art. 24.

Venho através deste, comunicar a v.Exa. Através dos apoimentos em Criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR153, rodovia que corta o País de Norte a Sul, sem ônus para a Casa.

A Frente Parlamentar tem por finalidade, entre outros, de:

Atenciosamente – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

a) estimular o amplo debate sobre o Transporte Rodoviário Nacional;

b) estudar, propor e defender política de investimentos públicos e privados nas Regiões – 550 Paulo e Minas Gerais;

c) equilíbrio e isonomia entre as regiões, diminuindo as desigualdades sociais e regionais, além da aproximação física territorial entre povos.

Ciente. Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o **PL nº 2.899/04**, nos termos do art. 24, inciso II, alínea “g”, do RICD. Oficie-se e, após, **publique-se.**

Senhor Presidente, esta rodovia a BR 153 – é uma das mais perigosas do Brasil, encontra-se em estado de calamidade e é motivo de várias matérias dos jornais locais e nacionais, mostrando a ocorrência de vários acidentes que ocasionam em mortes. O excesso de buracos e a deterioração do asfalto é imenso e é a maior preocupação dos motoristas.

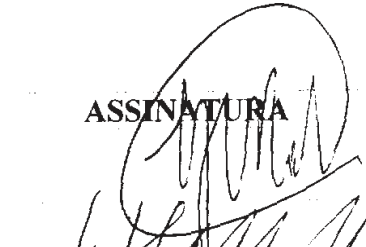
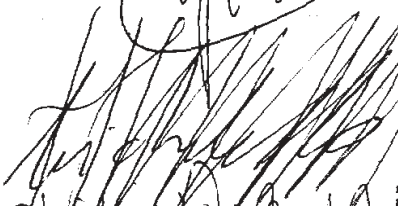

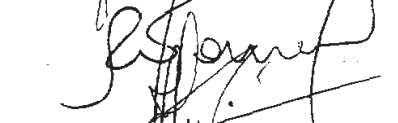
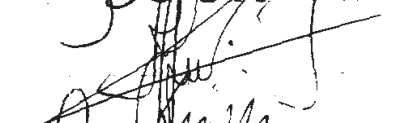
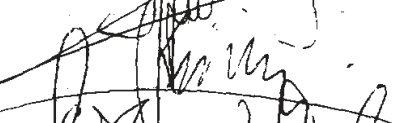
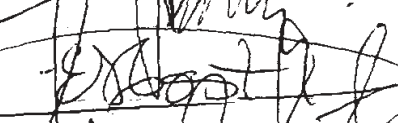
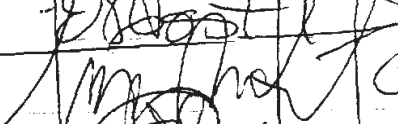
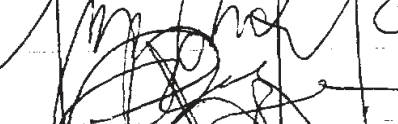


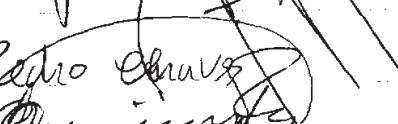
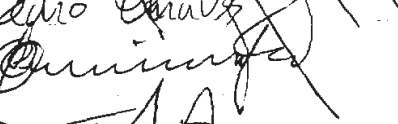
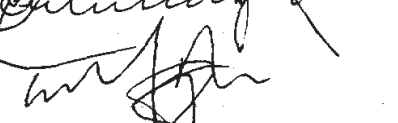
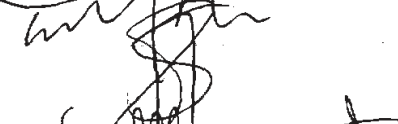





Tendo em vista o procedimento adotado por esta Casa no reconhecimento das outras Frentes Parlamentares, solicito a V. Exa a igualdade no tratamento a elas dispensado.

Em 11-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

APOIAMENTO


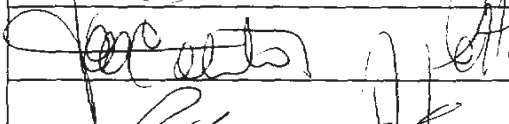
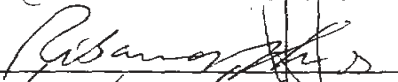
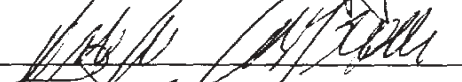
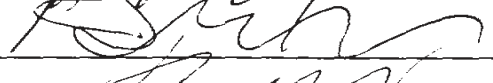
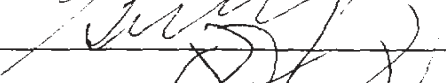


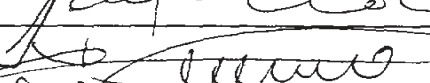
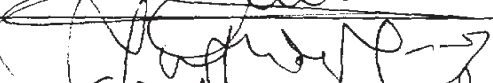

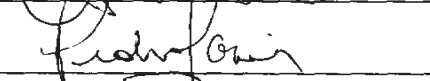
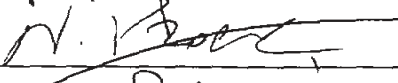



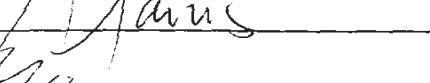

	ASSINATURA	NOME	GAB.
1		Carlos Cunha	236
2		Eduardo Cunha	510 530
3		José Linhares	860
4		Costa Ferreira	852
5		Antônio Lins da Silva	708
6		João Távila	656
7		Henrique Lins da Silva	645
8		Luís Sérgio	265 265
9		Geraldo Leite	605
10		Mariana Penna	203
11		Milton Cardozo	705
12		Henrique Rodrigues	226
13		Ricardo Bar	634 634
14		Josué Beringstein	305
15		José Figueira	609
16		Pastor Azevedo	218 218
17		Bassura	617
18		Mano Belavido	602
19		José Távila	560
20		Fernando Diniz	307

APOIAMENTO


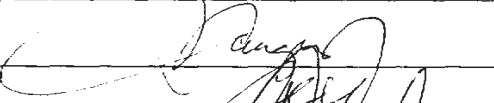
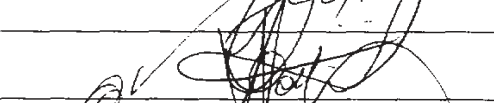
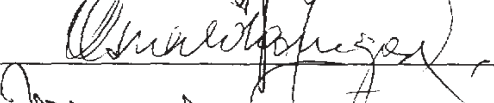

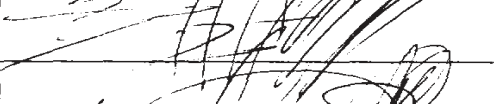
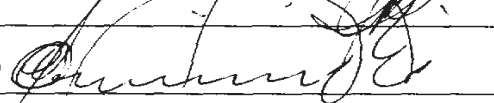
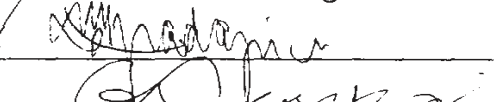
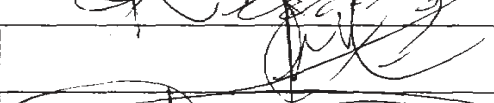

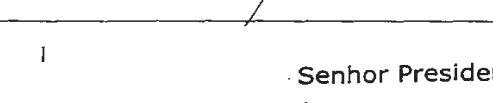
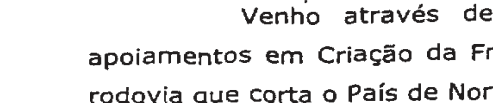

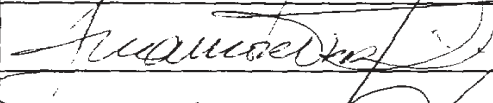
	ASSINATURA	NOME	GAB.
21		Gonzaga Mota	636
22		Moacyr Michelto	478
23		Bolívar Andrade	235
24		Pedro Canedo	934
25		Zé Leão	610
26		Francisco Rodrigues	304
27		Edmundo Seabra	303
28		CS - Gonzaga Patriota	430
29		Carlos William	472
30		Romvon Santiago	906
31		Pedro Chaves	406
32		Oliveira Filho	635
33		Chivaldo Ribeiro	840
34		Paulo Baltazar	515
35		Manato	217
36		Vilelino	740
37		José Militão	402
38		Roman Queiroz	250
39		Alvaro Dias	660
40		Virgílio Guimarães	275

Senhor Presidente,

Venho através deste, comunicar a V.Ex^a. Através dos apoimentos em Criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR153, rodovia que corta o País de Norte a Sul, sem ônus para a Casa.

ASSINATURA	NOME	GAB.
	João Gonçalves	302
	João Pizzolatti	259
	Ribamar Alves	723
	Renato Camargão	662
	Inaís Silvestre	531
	Benedito de Lima	742
	Lúcio Ramalho	568
	André Liguero	938
	Inácio Amada	582
	Celso Rusemmano	756
	Alcide de Almeida	902
	Renato	212
	Pedro Corrêa	717
	Nelson Pinheiro	804
	Monori Tongan	445
	B. Sá	643
	Milton Capixaba	618
	João Garcia	520


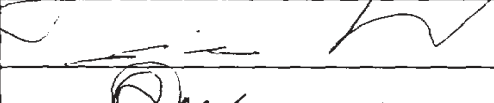
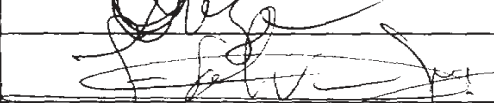

APOIAMENTO

	ASSINATURA	NOME	GAB.
59		Luiz Corrêira	408
60		Zequinha Maranhão	823
1		Antônio Cruz	368
2		Domício Cabral	221
3		Osvaldo Reis	835
4		Jair de Oliveira	230
5		Luis Carlos Hauly	220
6		Edmar Moreira	606
7		Vieira Reis	352
8		Oliveira Filho	635
9		Angela Guadagnin	270
0		Osmar Serraglio	845
1		Nelson Trad	452
2		Nelcimar Fraga	901

1

Senhor Presidente,

Venho através deste, comunicar a V.Ex^a. Através dos apoiantes em Criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR153, rodovia que corta o País de Norte a Sul, sem ônus para a Casa.

	ASSINATURA	NOME	GAB.
3		Marcelo Ortiz	931
4		Silas Brasileiro	932
5		Carlos Willian	472
6		José Warrino	587

Publique-se.

Em 11-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 52/GDFCAIves

Brasília, 5 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Comunicado de criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do Antigo Distrito Federal.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, venho informar-lhe a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do Antigo Distrito Federal.

2. Informo, ainda, que a referida Frente foi proposta de minha autoria, sendo que os membros da Mesa Diretora e Conselho Fiscal serão eleitos na primeira Assembléia Geral a ser realizada, ainda neste mês de abril. Para tanto, foram convidados cerca de 90 Parlamentares, entre deputados e senadores do Amapá, Roraima, Rondônia, Rio de Janeiro e de Brasília. A composição se dará, no entanto, por todos aqueles que aderirem a esta Frente, independente dos Estados envolvidos.

3. Estiveram presentes à reunião de criação dessa Frente Parlamentar os seguintes Deputados, que já a aderiram:

- Deputado Coronel Alves – PL/AP
- Deputado Josias Quintal – PMDB/RJ
- Deputado Jair Bolsonaro – PLF/RJ
- Deputado Miguel de Souza – PL/RO
- Deputado Almir Sá – PL/RR

4. Colho o ensejo para renovar minhas considerações de alta estima e apreço.

Respeitosamente, – **Coronel Alves**, Deputado Federal – PL/AP.

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA
DOS DIREITOS DOS SERVIDORES E POLICIAIS
MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS
DO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA
E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL**

ATO DE INSTITUIÇÃO

Fica instituída a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e

do Antigo Distrito Federal destinada a acompanhar e apoiar as ações que visem garantir os direitos dessas categorias e a melhoria de condições de trabalho e de vida, que resultem na melhor prestação de serviços desses profissionais para o Amapá e para o Brasil.

Brasília, 6 de março de 2005. – **Coronel Alves**, Deputado Federal – PL/AP – **Almir Sá**, Deputado Federal – PL/RR – **Josias Quintal**, Deputado Federal – PMDB/RJ – **Miguel de Souza**, Deputado Federal – PL/RO.

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA
DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS
MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS
DO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA
E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL**

Senhor (a) Parlamentar,

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional várias propostas que versam sobre os servidores e militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia Roraima e antigo Distrito Federal, no sentido de resgatar de vez a dignidade e dar o tratamento justo a essas categorias pioneiras dos mais longos rincões do Brasil.

Infelizmente, ultimamente temos visto a grande luta que travam os Parlamentares, os Servidores e Militares do ex-Territórios Federais, em busca do tratamento digno e faz-se a necessidade da junção de esforços para a defesa dessas categorias tão sofridas e muitas vezes injustamente tratadas.

Tomamos, agora, as primeiras iniciativas com vistas à formação desta Frente Parlamentar de Defesa em parceria com o Movimento de Entidades em Defesa da Carreira e Profissionalização dos Servidores Públicos e Militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e antigo Distrito Federal, objetivando estudar, discutir de forma ampla e propor alternativas, tendo como base o mandamento constitucional e legislação afim, para: a) Promover a reestruturação de carreiras dos servidores públicos, introduzindo perspectiva de crescimento no cargo, na busca do efetivo aproveitamento do potencial humano existente e a melhoria da performance das instituições públicas brasileiras; b) Garantir aos servidores públicos uma trajetória de desenvolvimento profissional, pautada no mérito e na competência, que estimule a melhoria do nível de escolaridade, o crescente desempenho e o contínuo aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos; c) Propiciar a flexibilização, mobilidade e otimização das capacidades humanas existentes e em desenvolvimento dentro do serviço público; d) Assegurar uma política de remuneração racional que

766–A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico. Cordiais Saudações. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-3-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of.P – nº 15/2005

Brasília, 9 de março de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.805–A/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-3-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of nº 26/05

Brasília, 10 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcante
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comunicar a criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR-319.

Senhor Presidente,
Venho pelo presente, comunicar a V. Ex^a através dos apoiantes em anexo a Criação da Frente Parlamentar em Defesa da BR–319, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Rondônia, sem ônus para a Casa.

A Frente Parlamentar tem por finalidade, entre outros, de:

a) estimular o amplo debate sobre o Transporte Rodoviário Nacional;

b) estudar, propor e defender política de investimentos públicos e privados na Região Amazônica;

c) equilíbrio e isonomia entre regiões, diminuindo as desigualdades sociais e regionais;

d) integração dos Estados pertencentes à Amazônia Ocidental com os demais Estados da Federação;

e) maior participação no processo produtivo-econômico do país e, por consequência, maior número de empregos, de distribuição de renda, justiça social e arrecadação de tributos;

f) essa integração significa além da aproximação física territorial entre povos, como também um instrumento desenvolvimentista e de segurança.

Tendo em vista o procedimento adotado por esta Casa no reconhecimento das outras Frentes Parlamentares, solicito a V. Ex^a a igualdade no tratamento a elas dispensado.

Outrossim, solicito a publicação e notificação dos Órgãos oficiais da Câmara dos Deputados da constituição da Frente Parlamentar em Defesa da BR–319, que liga o Estado do Amazonas ao Estado de Rondônia.

Certo de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, despeço-me, apresentando meus sinceros cumprimentos. – **Humberto Michiles**, Deputado Federal PL/AM.

Publique-se.

Em 14-3-2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 124/05 – FP

Brasília, 1º de fevereiro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Venho pelo presente, informar à Vossa Excelência, que no dia 24 de novembro de 2005, foi realizada, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, a Assembléia de Fundação da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, quando foi aprovado o Estatuto e eleitas a primeira Diretoria e Comissão Consultiva da Frente.

Solicito à Vossa Excelência, que determine a publicação e o registro nos anais da Casa, para tanto, anexamos a relação dos membros, a cópia do Estatuto, a composição da Diretoria e a Comissão Consultiva.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Magalhães**, Presidente da FPPR.

**FRENTE PARLAMENTAR DAS
PROFISSÕES REGULAMENTADAS**

MESA DIRETORA

Presidente: Deputado Paulo Magalhães
Vice-Presidente: Senador Efraim Morais
Secretário: Deputado Jovair Arantes

COMISSÃO CONSULTIVA

Senador Papaléo Paes – Deputada Yeda Crusius
– Deputado Carlos Willian – Deputado José Roberto Arruda – Deputado Marcelo Ortiz – Deputado Cláudio Cajado – Deputado Maurício Rands – Deputado Rafael Guerra – Deputado Tarcísio Zimmermann – Deputado Virgílio Guimarães – Deputado Jovair Arantes – Deputado Paulo Magalhães.

esta lacuna, encontra-se na Câmara dos Deputados, desde 10-1-2005, portanto, há quase dois anos, a PEC nº 358/2005, do Senado Federal, parte remanescente daquela que resultou na aludida Emenda Constitucional.

Os prazos regimentais da referida PEC estão esgotados. Na realidade, o prazo da proposta encontra-se, hoje, na sua quarta prorrogação, o que significa dizer que a Comissão Especial não está reunindo força política suficiente para levar adiante as deliberações em seu âmbito (a PEC tramita na Comissão Especial desde 23-11-2005). Com efeito, não vislumbramos outra saída senão recorrermos ao instituto da advocatária ao Plenário da proposta em questão, do que pretende o presente requerimento.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2006.
– Deputado **Miro Teixeira** – RJ, Líder do PDT.

Publique-se. Arquite-se, O parecer foi votado na Comissão Especial em 20 e 21 de dezembro de 2006.

Em 26-12-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Deputado Fernando de Fabinho)

Requer a Criação da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, e representando um terço dos membros da Casa, e acostado no arts. 2º e 3º, do Ato da Mesa nº 69, de 10-11-2005, a criação da Frente Parlamentar em defesa da Capoeira.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2005.
– **Fernando de Fabinho**, Deputado Federal.

Publique-se.

Em 27-12-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CAPOEIRA

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Da Finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira é composta por parlamentares de quaisquer partidos políticos, no exercício do mandato, atua em caráter permanente no âmbito do Congresso Nacional e onde se fizer necessário, no Brasil ou no exterior. Tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, funcionará em dependências do edifício da Câmara dos Deputados e é regida por este Estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira tem os seguintes objetivos:

a) Promover e difundir as tradições banto no Brasil a partir dos fundamentos educativos da Capoeira.

b) Formar capoeiristas dentro dos valores da Capoeira Angola.

c) Preservar e difundir os ensinamentos da Capoeira.

d) Promover a equidade e o respeito à diversidade étnico-cultural e de gênero.

e) Promover formas de proteção aos direitos educativos da infância e juventude.

f) Aproximar produtores e capoeiristas no sentido de difundir da maneira mais ampla possível os resultados das ações promovidas, com sensibilização dos meios de comunicação, produção de material para publicação e veiculação na mídia eletrônica e edição de impresso sempre que houver necessidade, pela importância do evento ou para divulgar as atividades da prática da Capoeira no Brasil e no exterior.

g) Intensificar o intercâmbio de informações sobre a Capoeira com outros países, por meio de viagens periódicas e convites a parlamentares estrangeiros para painéis e fóruns de discussão que contribuam para o esclarecimento mútuo sobre ações em desenvolvimento, tanto no nível governamental quanto da iniciativa privada.

h) Assessorar parlamentares que se filiem à Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira.

CAPÍTULO II

Dos Membros

Art. 3º A Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira é composta por parlamentares do Congresso nacional que solicitem filiação junto à Coordenação.

§ 1º Somente os parlamentares têm direito a voto e prioridade no uso da palavra.

§ 2º Poderão acompanhar os trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira, com direito a voz, pesquisadores, técnicos e representantes de entidade ligadas ao setor.

CAPÍTULO III

Da Composição da Mesa

Art. 4º A Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira: a Assembléia Geral e a Coordenação.

Art. 5º A Assembléia Geral (Mesa Diretora) compõe-se de cinco (5) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) 1º Vice-Presidente, 1 (um) 2º Vice-Presidente, 1 (um) 3º Vice-Presidente, 1 (um) Secretário-Geral e 10 (dez) Coordenadores (vogais), escolhidos pela Assembléia Geral para o prazo de uma legislatura, permitida a reeleição.

c) Examinar pareceres, teses e trabalhos a serem apresentados em conferências;

d) Submeter a exame alterações do estatuto;

e) Propor a admissão de membros;

- f) Indicar observadores parlamentares;
- g) Comunicar, para fins regimentais, as Presidências das respectivas Casas do congresso nacional os nomes de integrantes de delegações de observadores parlamentares.

Art. 8º Compete ao Presidente:

- a) Representar a Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira em suas atividades, convocar e presidir suas reuniões e fazer cumprir suas resoluções;

Parágrafo Único. O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído pelo 1º Vice-Presidente, pelo 2º Vice-Presidente, e assim sucessivamente.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 9º Após a aprovação do presente estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação, com mandato até o término da presente Legislatura.

Art. 10. A Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvida a assembléia Geral.

Art. 11. Este estatuto entrará em vigor nesta data, aprovado pelo plenário que constituiu a Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira.

Brasília, 11 de abril de 2006. – Deputado **Fernando de Fabinho**, PFL-BA – Deputada **Alice Portugal** – PcdB-BA, Secretário-Geral.

Ata para solicitação de criação da Frente Parlamentar de Capoeira

Por vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e seis, estiveram reunidos na Universidade Católica do Salvador (UCSA) na sala nº 39, localizada na Av. Pinto de Aguiar nº - Pituaçu, Salvador Bahia, alguns representantes da Capoeira da Bahia, para criação da Frente Parlamentar de Capoeira. Estes reunidos para requerer ao Deputado Fernando Fabinho a criação da Frente Parlamentar para defesa dos interesses da Capoeira da qual deverá ser o representante perante a Casa por todas as informações que prestar a mesa - tudo isso em conformidade com as normas da Câmara dos Deputados contidas no seu regimento interno. E para constar eu Ana Rita Almeida de Sant'anna levo a presente Ata que vai por mim assinada e pelos demais representantes da Capoeira da Bahia.

1 - Ana Rita Almeida de Sant'anna

2 - Fernando Fabinho de Faria (PFL-BA) - UCSA

3 - Roberto José do Nascimento (PFL-BA) - UCSA

4 - Sérgio Távora Santos (PFL-BA)

5 - Fernando de Fabinho

6 - José Carlos de Faria

7 - José Walter Santos

8 - Jefferson Silva de Faria (PFL-BA) - SERGIANOVA - CEARÁ

9 - José Carlos de Faria (PFL-BA) - SERGIANOVA - CEARÁ

10 - José Carlos de Faria (PFL-BA) - SERGIANOVA - CEARÁ

11 - André Luiz de Santana (PFL-BA)

12 - Fernando de Fabinho (PFL-BA)

13 - Wagner José Carlos de Sacramento (PFL-BA)

14 - José Carlos de Faria (PFL-BA)

15 - Pedro Ricardo L. Silva

- 16- Laudymila Silva da Silva
 17- Daniel Carlos Sales Mattos (Mestre Pantera do ACKB)
 18- RAYATO DA SILVA DALRO (MESTRE DAIRO) *feut Dals*
 19- ~~Agostinho~~ (Agostinho)
 20- Moacir Silva de Oliveira
 21- ~~Cláudio de São José~~ *Cláudio*
 22- Kleonir Santos da Silva
 23- ~~Rafael Leão~~
 24- Julio Cesar Ventura
 25- VLADIMIR CARDOSO DO SACRAMENTO
 26- ADRIANO DE SOUZA SILVA
 1. ~~21~~ *21*
 Evandro Lopes
 Leônidas
 Gabriel Baldacín de Almeida
 Lucas Góes de Almeida
 Thiago Lybich
 3. ~~3~~ *3*
 Amílcar de Almeida
 RAPHAEL GUIMARÃES
 36- ~~36~~ *36*
 37- Rafael *37*
 38- Lucas Rodrigues Santos Soares
 39- Camila Brito de Andrade
 40- *40*
 41- ~~41~~ *41*
 42- ~~42~~ *42*
 43- ~~43~~ *43*
 44- Gracia Leal
 45- ~~45~~ *45*
 46- ~~46~~ *46*
 47- ~~47~~ *47*
 48- ~~48~~ *48*

49- ~~Renato~~ (Bento)

50 ANTONIO AUGUSTO FILHO (AGULHÃO)

51 ~~Benedito~~ (Cabo)

João Paulo Ferreira (Tuliano)

ALDEBERTO SILVA MAGALHÃES (DINAMITE)

RAYMUNDO JAVIERO

55- ACORDEON

56- CESAR ITABORA

57- Raimundo C. V. grande

58- ~~Isidoro~~ (Vereador)

59- ~~Isidoro~~ Roberto de Jesus filho

Carlos Engenheiro Silvano Soares

63- ~~Reynold~~ (Filho de) ANGELO AUGUSTO DE ANILIO FILHO

Valentim Rodolfo Mundau/11- TIM

FABIO DA SILVA FERREIRA

~~Francisco~~ Loureiro

65- ~~Isidoro~~ Loureiro - S. Ivo.

~~Isidoro~~ (Filho)

66- ~~Isidoro~~ Santos Neto - Penfido

68- ~~Isidoro~~ (Filho de) - Coração

Francisco (Obrizajara G. Almeida)

Edson Silva dos Santos (Sagüim)

Chido ~~Isidoro~~ Vienne Rocha (Gigante).

Doçine ~~Isidoro~~ de Jesus

73- ~~Isidoro~~ (Filho de) (Capitão)

74- ~~Isidoro~~ (Filho de)

75- ~~Isidoro~~ (Filho de)

76- José Eduardo Meneses Braga (insano)

77- Bianca ~~Isidoro~~ de Jesus

78-

79-

80-

81-

89- *Fabiano* (SAR/ GVE)
Luciana
Tim
BILU
 86-
 87-
 88-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

27/12/2006 17:35:50

Página: 001

Proposição: Req.s/n

Autor da Proposição: FERNANDO DE FABINHO E OUTROS

Data de Apresentação: 7/2/2006

Ementa: Lista de Adesão à Frente Parlamentar em Defesa da
 Capoeira, conforme ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:	Confirmadas	206
	Não Conferem	010
	Fora do Exercício	006
	Repetidas	016
	Ilegíveis	000

Assinaturas Confirmadas

1	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
2	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
3	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS
4	JAMIL MURAD	PCdoB	SP
5	NELSON TRAD	PMDB	MS
6	MARCONDES GADELHA	PSB	PB
7	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
8	VICENTINHO	PT	SP
9	B. SÁ	PSB	PI
10	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
11	CARLOS SANTANA	PT	RJ
12	LUCIANO ZICA	PT	SP
13	IVAN VALENTE	PSOL	SP
14	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
15	JOSÉ DIVINO	S.PART.	RJ
16	CARLOS ABICALIL	PT	MT
17	EDMAR MOREIRA	PFL	MG
18	BENEDITO DE LIRA	PP	AL
19	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
20	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
21	JOÃO MAGNO	PT	MG
22	ARNON BEZERRA	PTB	CE
23	TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS
24	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
25	JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC
26	JAIME MARTINS	PL	MG
27	JOÃO CALDAS	PL	AL

SGM - SECAP (7503)

27/12/2006 17:35:50

Conferência de Assinaturas

Página: 002

28	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
29	MURILO ZAUITH	PFL	MS
30	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
31	JONIVAL LUCAS JUNIOR	PTB	BA
32	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP
33	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ
34	SOCORRO GOMES	PCdoB	PA
35	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
36	SANDES JÚNIOR	PP	GO
37	FRANCISCO TURRA	PP	RS
38	RICARDO BERZOINI	PT	SP
39	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
40	NICE LOBÃO	PFL	MA
41	CARLOS NADER	PL	RJ
42	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
43	BETINHO ROSADO	PFL	RN
44	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
45	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
46	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
47	FERNANDO ESTIMA	S.PART.	SP
48	FERNANDO FERRO	PT	PE
49	ZEQUINHA MARINHO	PMDB	PA
50	HUMBERTO MICHILES	PL	AM
51	PAES LANDIM	PTB	PI
52	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
53	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
54	PEDRO CORRÊA	PP	PE
55	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
56	JORGE PINHEIRO	PL	DF
57	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
58	MILTON CARDIAS	PTB	RS
59	ALEX CANZIANI	PTB	PR
60	SILVIO TORRES	PSDB	SP
61	CÉSAR MEDEIROS	PT	MG
62	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
63	ANA ALENCAR	PSDB	TO
64	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
65	ARY KARA	PTB	SP
66	CELSO RUSSOMANNO	PP	SP
67	VILMAR ROCHA	PFL	GO
68	JÚNIOR BETÃO	PL	AC
69	MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP
70	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
71	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
72	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
73	JOÃO LEÃO	PP	BA
74	HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL
75	CARLOS DUNGA	PTB	PB

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

27/12/2006 17:35:50

Página: 003

76	MARCUS VICENTE	PTB	ES
77	ENIO BACCI	PDT	RS
78	JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE
79	ROMEL ANIZIO	PP	MG
80	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG
81	HAMILTON CASARA	PSDB	RO
82	EDINHO MONTEMOR	PSB	SP
83	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
84	MANINHA	PSOL	DF
85	CHICÃO BRÍGIDO	PMDB	AC
86	JORGE BOEIRA	PT	SC
87	AFONSO HAMM	PP	RS
88	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
89	MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG
90	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
91	ENIO TATICO	PTB	GO
92	ALBERTO FRAGA	PFL	DF
93	VIGNATTI	PT	SC
94	SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF
95	JOÃO ALFREDO	PSOL	CE
96	RUBENS OTONI	PT	GO
97	INALDO LEITÃO	PL	PB
98	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC
99	MARINHA RAUPP	PMDB	RO
100	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
101	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
102	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
103	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG
104	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
105	CLAUDIO RORATO	PMDB	PR
106	SÉRGIO MIRANDA	PDT	MG
107	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
108	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
109	ADÃO PRETTO	PT	RS
110	LÚCIA BRAGA	PMDB	PB
111	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
112	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
113	EDSON DUARTE	PV	BA
114	WALTER BARELLI	PSDB	SP
115	LUCI CHOINACKI	PT	SC
116	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
117	WASNY DE ROURE	PT	DF
118	AIRTON ROVEDA	PPS	PR
119	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
120	JOSÉ CHAVES	PTB	PE
121	IARA BERNARDI	PT	SP
122	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE
123	ZÉ LIMA	PP	PA

SGM - SECAP (7503)

27/12/2006 17:35:50

Conferência de Assinaturas

Página: 004

124	IVO JOSÉ	PT	MG
125	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES
126	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
127	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
128	VADINHO BAIÃO	PT	MG
129	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
130	ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG
131	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
132	IRIS SIMÕES	PTB	PR
133	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
134	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
135	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
136	DELEY	PSC	RJ
137	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
138	REINALDO BETÃO	PL	RJ
139	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
140	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS
141	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
142	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
143	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
144	ANSELMO	PT	RO
145	NELSON MEURER	PP	PR
146	TATICO	PTB	DF
147	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
148	BABÁ	PSOL	PA
149	OSVALDO REIS	PMDB	TO
150	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
151	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
152	JORGE GOMES	PSB	PE
153	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
154	JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ
155	CHICO DA PRINCESA	PL	PR
156	LINO ROSSI	PP	MT
157	MORAES SOUZA	PMDB	PI
158	ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MA
159	NILSON PINTO	PSDB	PA
160	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
161	ZÉ GERALDO	PT	PA
162	SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
163	JÚLIO CESAR	PFL	PI
164	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
165	REINALDO GRIPP	PL	RJ
166	JOÃO TOTA	PP	AC
167	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
168	PASTOR REINALDO	PTB	RS
169	LUIZ BASSUMA	PT	BA
170	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
171	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

27/12/2006 17:35:50

Página: 005

172	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
173	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
174	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
175	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
176	CARLOS BATATA	PFL	PE
177	MANATO	PDT	ES
178	LUCIANO LEITOA	PSB	MA
179	MAURÍCIO RABELO	PL	TO
180	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
181	ADEMIR CAMILO	PDT	MG
182	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
183	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF
184	NILTON BAIANO	PP	ES
185	MAURO PASSOS	PT	SC
186	EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
187	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
188	ABELARDO LUPION	PFL	PR
189	PAULO LIMA	PMDB	SP
190	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO
191	BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
192	CARLOS SOUZA	PP	AM
193	LUIZ ALBERTO	PT	BA
194	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
195	TEREZINHA FERNANDES	PT	MA
196	NEYDE APARECIDA	PT	GO
197	DR. ROSINHA	PT	PR
198	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
199	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
200	CIRO NOGUEIRA	PP	PI
201	CARLITO MERSS	PT	SC
202	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
203	BOSCO COSTA	PSDB	SE
204	NELSON PROENÇA	PPS	RS
205	CARLOS MOTA	PSB	MG
206	CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

27/12/2006 17:35:50

Página: 006

Assinaturas que Não Conferem

1	MAURO LOPES	PMDB	MG
2	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
3	MARIA HELENA	PSB	RR
4	ZICO BRONZEADO	PT	AC
5	REMI TRINTA	PL	MA
6	MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
7	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
8	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
9	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
10	JOSIAS GOMES	PT	BA

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO
2	SÉRGIO CAIADO	PP	GO
3	ELAINE COSTA	PTB	RJ
4	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
5	JORGE KHOURY	PFL	BA
6	FRANCISCO ESCÓRCIO	PMDB	MA

Assinaturas Repetidas

1	ARNON BEZERRA	PTB	CE
2	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
3	NILTON BAIANO	PP	ES
4	HUMBERTO MICHLES	PL	AM
5	ZEQUINHA MARINHO	PMDB	PA
6	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
7	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
8	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC
9	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
10	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
11	RICARDO BERZOINI	PT	SP
12	CARLOS NADER	PL	RJ
13	CELSO RUSSOMANNO	PP	SP
14	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
15	TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS
16	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE

OF. Nº 260/04/GAB 578

Brasília, 30 de agosto de 2004.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Venho através deste comunicar a Vossa Excelência a criação da Frente de Defesa da Carreira e Profissionalização dos Servidores Públicos em atenção a PEC 206/2003 que acrescenta o § 11 ao art. 37 da Constituição Federal.

Despeço-me grato pela atenção de Vossa Excelência, renovando sentimentos de estima e apreço.

Atenciosamente, Deputado **Carlos Mota**, Vice-Líder do PL.

Publique-se.

Em 20-09-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 210, DE 2004

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM Nº 546/2004**AVISO Nº 1046/2004**

Altera dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista.

Despacho: Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Sumário

I – Medida inicial

II – Na Comissão Mista:

– Emendas apresentadas na Comissão (12)

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....

§ 3º É vedada a progressão do ocupante de cargo efetivo das Carreiras e cargos referidos no *caput* antes de completado o interstício de um ano de efetivo exercício em cada padrão.” (NR)

“Art. 16. Os critérios de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 9.620, de 1998, aplicam-se à GDCVM e à GDSUSEP” (NR)

“Art. 20-A. A partir de 1º de dezembro de 2003, a GDACT, instituída pelo art. 19 desta Medida Provisória, devida aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar, terá seu percentual gradualmente elevado, observando-se o seguinte:

I – de 1º de dezembro de 2003 a 30 de setembro de 2004, será de até vinte e quatro por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, e de até dezesseis por cento, incidente sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional; e

II – a partir de 1º de outubro de 2004 será de até trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual, e de até vinte por cento, incidente sobre o maior vencimento básico do cargo, em decorrência dos resultados da avaliação institucional.” (NR)

Art. 2º A Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, instituída pelo art. 8º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários – GDCVM e a Gratificação de Desempenho

Ofício nº 473/2003-P

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 197, de 2003.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputada **Angela Guedagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 1º-12-03 – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO

Of. Pres. nº 244/03

Brasília, 11 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja providenciada a apensação do Projeto de Lei nº 413/03 – da Sra. Teima de Souza, que “altera a redação do inciso VI do art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, do § 2º do art. 8º, inclui inciso ao art. 18 e altera a redação do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, do art. 9º e seu parágrafo único, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000” ao Projeto de Lei nº 2.275/03 – do Senado Federal, que “altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para instituir o controle das Agências Reguladoras”, por tratarem, ambos, de matéria correlata.

Atenciosamente, – Deputado **Sandro Mabel**,
Presidente em exercício.

Defiro. Apense-se o PL. nº 413/03 ao PL nº 2.275/03, do Senado Federal, nos termos dos artigos 142, parágrafo único c/o 143, inciso II, alínea **a**, ambos do RICD, redistribuindo-se a matéria à Comissão de Minas e Energia, que deverá pronunciar-se antes da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. **Oficie-se** e, após, **publique-se**.

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Of. P-184/03

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.460/99 – do Sr. Luiz Bittencourt – que “acrescenta dispositivo ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, tornando a terceira luz de freio equipamento obrigatório de automóveis e veículos mistos” e rejeitou os de nºs 1.537/99, 1.723/99, 2.051/99, 2.149/99, 2.532/00, 2.540/00, 3.092/00, 3.123/00, 3.299/00, 3.370/00 e 2.034/03, apensados.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. 420/03 – GAB

Brasília-DF, 27 de Novembro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Comunicado de Formação de Frente Parlamentar Senhor Presidente,

1. Parlamentares dos diversos Partidos Políticos que compõem essa Casa entendendo a importância da Educação Profissional para o novo modelo de desenvolvimento do País se propuseram a constituir a Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, em abril do corrente ano, conforme listagem de participantes anexa.

2. Levando-se em conta a importância do Programa de Expansão da Educação Profissional do Ministério da Educação – PROEP, na implementação do projeto nacional de desenvolvimento, particularmente no campo da geração de trabalho, emprego e renda, propusemos a formação dessa Frente com os seguintes objetivos:

1 – Apoiar a Educação Profissional como fator relevante no novo modelo de desenvolvimento do país.

2 – Contribuir para elaboração de uma política de Educação profissional em sintonia com a política de desenvolvimento do País com ênfase no caráter público.

3 – Contribuir para a implementação de uma política de financiamento da Educação Profissional

4 – Contribuir para a alocação de recursos para o Ensino Profissionalizante e para o PROEP.

Em razão do exposto, convidamos Vossa Excelência, para que, juntos, possamos assumir um compromisso perante a sociedade no apoio a uma nova política de Educação Profissional prioritária e imprescindível para o desenvolvimento econômico do País, mediante a capacitação dos nossos trabalhadores e permitindo que os nossos jovens possam ter uma real oportunidade para ingressar no mundo do trabalho, que é o anseio de todos aqueles e de suas famílias e comunidades.

Agradecendo sua atenção, coloco-me à sua disposição.

Atenciosamente, – Deputado Federal
Alex Canziani, – PTB/PR.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

DEPUTADOS:

1. AGNALDO MUNIZ (PPS-RO)
2. ALBERTO FRAGA (PMDB/DF)
3. ALCESTE ALMEIDA (PMDB/RR)
4. ALEX CANZIANI (PTB-PR)

5. ALEXANDRE SANTOS (PSDB/RJ,)
6. ALICE PORTUGAL (PCdoB/BA,)
7. ALMEIRINDA DE CARVALHO (PSB/RJ)
8. ANDRE LUIZ (PMDB/BRJ)
9. ANDRÉ ZACHAROW (PDT/PR)
10. ANSELMO (PT-RO)
11. ARNON BEZERRA (PSDB/CE)
12. AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA (PFL/BA)
13. ASDRUBAL BENTES (PMDB/PA)
14. ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT/PR)
15. AUGUSTO NARDES (PP/RS)
16. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
17. CELCITA PINHEIRO (PFL/MT)
18. CLEUBER CARNEIRO (PFL/MG)
19. COLOMBO (PT-PR)
20. CORAUCI SOBRINHO (PFL-SP)
21. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
22. DARCISIO PERONDI (PMDB/RS)
23. DAVI ALCOLUMBRE (PDT/AP)
24. DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB/MG)
25. DR. BENEDITO DIAS (PP/AP)
26. DR. RIBAMAR ALVES (PSB/MA)
27. EDSON DUARTE (PV-BA)
28. EDUARDO GOMES (PSDB/TO)
29. EDUARDO VALVERDE (PT/RO)
30. ENIVALDO RIBEIRO (PP/PB)
31. FERNANDO DE FABINHO (PFL/BA)
32. FEU ROSA (PSDB/ES)
33. FRANCISCO DORNELES (PP/RJ)
34. GASTÃO VIEIRA (PMDB/MA)
35. GILMAR MACAHADO (PT/MG)
36. COLBERT MARTINS (PPS/BA)
37. GONZAGA MOTA (PSDB/CE)
38. GONZAGA PATRIOTA (PSB/PE)
39. HENRIQUE AFONSO (PT/AC)
40. HENRIQUE ALVES (PMDB/RN)
41. HERMES PARCIANELO (PMDB/PR)
42. IRIS SIMÕES (PTB-PR)
43. ITAMAR SERIPA (PSDB/RS)
44. JOÃO BATISTA (PFL/SP)
45. JOÃO CORREIA (PMDB/AC)
46. JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)
47. JOÃO LEÃO (PL/BA)
48. JOÃO MAGALHÃES (PTB/MG)
49. JOSÉ IVO SARTORI (PMDB/RS)

50. JOSÉ JANENE (PP/PR)
51. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)
52. JOSUÉ BENGSTON (PTB/PA)
53. JOVAIR ARANTES (PTB-GO)
54. JOVINO CANDIDO (PV/SP)
55. JUÍZA DENISE FROSSARD (PSDB-RJ)
56. JULIO REDECKER (PSDB/SC)
57. LEANDRO VILELA (PMDB/GO)
58. LEONARDO VILELA (PP/GO)
59. LEÔNIDAS CRISTINO (PPS/CE)
60. LUIZ BITTERN COURT (PMDB/GO)
61. LUIZ PIAUHYLINO (PSDB/PE)
62. MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
63. MARCELLO SIQUEIRA (PMDB/MG)
64. MARCOS DE JESUS (PL/PE)
65. MARCUS VICENTE (PTB/ES)
66. MARIÂNGELA DUARTE (PT/SP)
67. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)
68. MAURO LOPES (PMDB/MG)
69. MAURO PASSOS (PT-SC)
70. MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB/RS)
71. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
72. MILTON BARBOSA (PFL/BA)
73. MOACIR MICHELETO (PMDB/PR)
74. NELSON BORNIER (PSB/RJ)
75. NELSON MARQUEZELI (PTB/SP)
76. NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)
77. NILTON CAPIXABA (PTB/RO)
78. NILSON PINTO (PSDB/PA)
79. ODAIR (PT/MG)
80. OSMÂNIO PEREIRA (PSDB/MG)
81. OSVALDO BIOLCHI (PMDB/RS)
82. OSVALDO REIS (PMDB/TO)
83. PATRUS ANANIAS (PT/MG)
84. PHILEMON RODRIGUES (PTB/PB)
85. POMPEO DE MATTOS (PDT/RS)
86. PROF. IRAPUAN TEIXEIRA (PRONA/AP)
87. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB/GO)
88. RAFAEL GUERRA (PSDB/MG)
89. REGINALDO GERMANO (PFL/BA)
90. RENATO CASAGRANDE (PSB/ES)
91. RENILDO CALHEIROS (PCdoB/PE)
92. RICARDO FIUZA (PP/PE)
93. ROBERTO BALESTRA (PP/GO)
94. ROBERTO PESSOA (PL/CE)

95. ROGERIO TEOFILLO (PFL/AL)
96. ROMEL FEIJÓ (PSDB/CE)
97. ROMEL QUEIROZ (PTB/MG)
98. RONALDO DIMAS (PSDB/TO)
99. RONALDO VASCONCELLOS (PTB/MG)
100. RUBENS OTONI (PT/GO)
101. SANDES JUNIOR (PP/GO)
102. SANDRA ROSADO (PMDB/RN)
103. SERAFIM VENZON (PSDB/SC)
104. SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
105. SIMÃO SESSIM (PP/RJ)
106. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
107. VIGNATTI (PT/SC)
108. JOÃO CAPIBERIBE (PSB/AMAPÁ)
109. VITTORIO MEDIOLI (PSDB/MG)
110. YEDA CRUSIUS (PSDB/RS)
111. ZEQUINHA MARINHO (PTB/PA)

SENADORES:

1. AMIR LANDO (PMDB-RO)
2. ANA JÚLIA (PT-PA)
3. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
4. ARTUR VIRGÍLIO NETO (PSDB-AM)
5. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR)
6. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)
7. EURÍPEDES CAMARGO (PT-DF)
8. HÉLIO COSTA (PMDB-MG)
9. JOÃO BATISTA MOTA (PPS-ES)
10. JOÃO CAPIBERIBE (PSB/AP)
11. MAGUITO VILELA (PMDB-GO)
12. MÃO SANTA (PMDB-PI)
13. MARCELO CRIVELL (PL-RJ)
14. PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
15. PAULO PAIM (PT-RS)
16. PEDRO SIMON (PMDB-RS)
17. RAMEZ TEBET (PMDB-MS)
18. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
19. MOZARILDO CAVALGANTI (PPS/RR)
20. ROBERTO SATURNINO BRAGA (PT-RJ)
21. ROMERO JUCÁ (PMDB-RO)
22. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ)
23. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)

24. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)
25. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)
26. VALDIR RAUPP (PMDB-RO)

Publique-se.

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OFÍCIO Nº 81/2003/GAB

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Reconsideração de despacho

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência, reconsiderar o despacho pela apensação do PL nº 2.430/2003 de minha autoria, ao PL nº 7.231/2002.

Saliento a falta de identidade e correlação entre as supracitadas matérias, conforme fundamentado no Recurso nº 94 de 2003, interposto à Mesa em 18 de novembro do corrente.

O PL nº 2.430/2003 surgiu após discussões que envolveram representantes de todos os elos da cadeia turística brasileira. Dos encontros realizados durante o 31º Congresso da ABAV, foi diagnosticada a necessidade de alteração na Legislação Brasileira, no sentido de facilitar, responsavelmente, a atração de turistas estrangeiros.

Dados colhidos da Embratur mostram que, mesmo com os entraves existentes, em 2002 os gastos turísticos dos norte-americanos em nosso País foram de US\$106,81 (maior média diária apurada) e representaram 20% do total (calculado em US\$3.120 milhões). Desta forma, para o alcance das ambiciosas metas estipuladas no Plano Nacional de Turismo, é imprescindível a transposição de uma das barreiras identificadas – que é a falta de estrutura dos consulados nos EUA, para concederem vistos a todos aqueles que desejam nos visitar.

Com o objetivo de facilitar a vinda de mais norte-americanos ao Brasil (o que ocorrerá com a dispensa de visto) e contando com o apoio de Vossa Excelência para a atração dos 9 milhões de turistas almejados pelo Governo Federal, reitero os meus votos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Carlos Eduardo Cadoca**,
Deputado Federal – PMDB/PE.

Indefiro, por entender que a apensação obedeceu aos critérios regimentais pertinentes. **Oficie-se. Publique-se.**

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OFÍCIO Nº 576/2003

Brasília, 26 de novembro de 2003

Ao
Exmo. Sr.
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, venho informar que no dia 24 de abril de 2003, foi formada a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, que atualmente está composta com 96 parlamentares, sendo 7 do Senado, conforme lista em anexo.

A Coordenação da Frente, está assim constituída:

- Coordenador Geral: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO;
- Coordenador de Assuntos Institucionais: Deputado Carlos Abicalil – PT/MT;
- Coordenador de Assuntos Legislativos: Deputado Edson Duarte – PV/BA;
- Coordenadora de Relações com Organizações Indígenas e Indigenistas: Dep. Perpétua Almeida – PCdoB/AC.

Para Coordenação dos trabalhos ficou definido, que as informações sobre os trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas! ficarão concentradas no Gab. do Deputado Eduardo Valverde, com a Assessora Parlamentar Soraya Rachid, telefone: 318-3435.

Sendo só para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Eduardo Valverde**, Deputado Federal PT/RO.

Legislativo nº 1.798/05, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se

Em: 13-2-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente

Of.P-nº 16/2006

Brasília, 8 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.942/05, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se

Em 13-2-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº /2006

Brasília - DF, 9 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Informamos a Vossa Excelência que no dia 8 de dezembro de 2005 foi constituída a Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis destinada a debater e propor ações que visem a substituição gradativa das fontes convencionais de energia, em especial as de origem fóssil, da matriz energética, por fontes menos danosas ao meio ambiente.

Informamos também que foram cumpridas as exigências legais determinadas pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para constituição de Frentes Parlamentares. Em anexo, o Estatuto e a Ata de Criação da Frente.

Atenciosamente, – Deputado **Mauro Passos** – PT/SC, Presidente.

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS ENERGIAS DE FONTES RENOVÁVEIS

Aos oito dias do mês de novembro de 2005, às dezesseis horas, no Plenário Nove do Anexo II, da Câmara dos Deputados, sob a coordenação do Deputado Mauro Passos, PT/SC, foi instalada oficialmente a Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis. Encenadas as exposições iniciou-se o processo de coleta das assinaturas necessárias para se constituir a Frente, conforme as exigências da Mesa da Câmara dos Deputados. No dia oito de fevereiro, já com adesão de duzentos e dois deputados, ficou constituída a Mesa Diretora da Frente assim elencada: Deputado Mauro Passos, PT/SC, (Presidente); Deputado Ivan Valente, PSol/SP (Secretário-Geral); Deputado Ariosto Holanda, PSB/CE (Primeiro Vice-Presidente); Deputado Betinho Rosado, PFL/RN (Segundo Vice-Presidente); Deputado Daniel Almeida, PCdoB/BA, (Terceiro Vice-Presidente). Dando prosseguimento aos trabalhos, o Deputado Mauro Passos propôs a realização de um seminário de nível internacional a realizar-se na Câmara dos Deputados para debater a questão das fontes renováveis de energia. Para esse seminário, segundo ele, poderia ser buscada parceria com o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, da Câmara dos Deputados; seriam convidados parlamentares de outros países que se encontra em estágio mais avançado que o Brasil, na implementação de políticas voltadas para a ampliação da participação das fontes renováveis na matriz energética, pesquisadores e autoridades que se dedicam a esse tema. Proposta acatada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou os trabalhos, antes, porém, convocando reunião a ser realizada nas dependências da Casa, a ser comunicada a todos os membros da Frente conforme o estatuto. – Deputado **Mauro Passos**, PT/SC, Presidente – Deputado **Ivan Valente**, PSol/SP, Secretário-Geral, Brasília – DF, 9 de fevereiro de 2006.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DE ENERGIAS DE FONTES RENOVÁVEIS

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Duração Sede e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis é uma entidade civil sem fins lucrativos, de natureza política suprapartidária, de âmbito nacional e de duração indeterminada, com sede e

foro em Brasília – DF. Funcionará em dependências do edifício da Câmara dos Deputados e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 2º A Frente tem por finalidade:

a) Promover debates, seminários e audiências públicas sobre as fontes de energia renováveis e sua participação na matriz energética nacional;

b) Mobilizar as forças políticas nacionais para discutir uma política nacional, definitiva, de substituição gradativa das fontes convencionais de energia, em especial dos derivados fósseis, por fontes alternativas renováveis;

c) Articular a integração da comunidade científica com o Congresso Nacional para que juntos, cientistas e parlamentares, possam produzir uma legislação que dê suporte ao desenvolvimento de uma política energética menos lanosa ao meio ambiente;

d) Estimular e apoiar governos de todos os níveis da Federação sensíveis à mudança da matriz energética ou que implementam políticas voltadas para a substituição de fontes de energia convencionais por fontes renováveis;

e) Promover a integração das experiências nacionais com as experiências de outros países que encontram-se em estágios mais avançados na execução de políticas energéticas ambientalmente saudáveis;

Art. 3º A Frente atuará em defesa dos seguintes princípios:

a) Defesa do meio ambiente;

b) Defesa do estabelecimento de regras e políticas públicas que assegurem a melhoria da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico;

c) Defesa da integração das políticas ambientais, econômicas, educacionais e culturais, visando a preparação da sociedade para superação do processo de degradação ambiental;

d) Estimulo do cumprimento dos acordos internacionais que advogam a proteção da biosfera.

Art. 4º A Frente é aberta à participação de parlamentares de todos os partidos políticos, bem como de qualquer cidadão ou instituição da sociedade que trabalha pela proteção da biosfera, pela melhoria da qualidade de vida e pelo equilíbrio ecológico.

Art. 5º A Frente atuará de forma coordenada e articulada com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, com as comissões de Minas e Energia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Economia, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Educação e Cultura, e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

CAPÍTULO II

Da Composição da Mesa Diretora

Art. 6º A Mesa Diretora da Frente é composta por um presidente, três vice-presidente, e uma Secretaria-Geral.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 7º A Frente reunirá em assembléia previamente convocada com pauta pré-determinada pelo presidente para discussão, cuja comunicação aos membros deve ser antecedida em vinte e quatro horas.

CAPÍTULO IV

Da Competência da Mesa

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

a) Dar posse aos membros da mesa diretora eleita para coordenação dos trabalhos da frente;

b) Organizar debates, seminários e eventos sobre fontes renováveis de energia;

c) Ouvido o plenário, homologar termos de acordos e convênios com órgãos públicos, instituições de pesquisa, universidades e instituições representativas da sociedade civil;

d) Nomear comissões e atribuir funções específicas a seus membros;

e) Manter contato com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com as comissões técnicas, e com as lideranças dos partidos políticos para tratar dos assuntos da Frente;

f) Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente.

Disposições Finais

Art. 9º Os mandados da mesa diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10º O presente estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pelo plenário que constituiu a frente parlamentar em defesa da energia de fontes renováveis. – Deputado **Mauro Passos** (PT – SC), Presidente – Deputado **Ivan Valente** (PSOL – SP), Secretaria-Geral, Brasília-DF, 9 de fevereiro de 2006.

SGM - SECAP (6-1110)**Conferência de Assinaturas**

10/2/2006 10:16:10

Página: 001

Proposição: Of. S/n/2006**Autor da Proposição:** MAURO PASSOS E OUTROS**Data de Apresentação:** 9/2/2006**Ementa:** Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis.**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

Totais de Assinaturas:	Confirmadas	199
	Não Conferem	004
	Fora do Exercício	000
	Repetidas	002
	Ilegíveis	000
	Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADÃO PRETTO	PT	RS
2	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
3	ADEMIR CAMILO	PDT	MG
4	AFONSO HAMM	PP	RS
5	AGNALDO MUNIZ	PP	RO
6	ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA
7	ALBERTO FRAGA	PFL	DF
8	ALCESTE ALMEIDA	PTB	RR
9	ALEX CANZIANI	PTB	PR
10	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
11	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
12	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
13	ANA ALENCAR	PSDB	TO
14	ANA GUERRA	PT	MG
15	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
16	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
17	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
18	ANN PONTES	PMDB	PA
19	ANSELMO	PT	RO
20	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
21	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
22	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
23	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
24	ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MA
25	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
26	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP
27	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA
28	ARY KARA	PTB	SP
29	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
30	ÁTILA LINS	PMDB	AM

SGM - SECAP (6-1110)

10/2/2006 10:16:11

Conferência de Assinaturas

Página: 002

31	B. SÁ	PSB	PI
32	BABÁ	PSOL	PA
33	CARLITO MERSS	PT	SC
34	CARLOS ABICALIL	PT	MT
35	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
36	CARLOS MELLES	PFL	MG
37	CARLOS NADER	PL	RJ
38	CARLOS SANTANA	PT	RJ
39	CARLOS WILLIAN	PTC	MG
40	CÉSAR MEDEIROS	PT	MG
41	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
42	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
43	COLBERT MARTINS	PPS	BA
44	COLOMBO	PT	PR
45	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
46	COSTA FERREIRA	PSC	MA
47	DARCI COELHO	PP	TO
48	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
49	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
50	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
51	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
52	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR
53	DR. ROSINHA	PT	PR
54	DRA. CLAIR	PT	PR
55	DURVAL ORLATO	PT	SP
56	EDINHO BEZ	PMDB	SC
57	EDISON ANDRINO	PMDB	SC
58	EDSON DUARTE	PV	BA
59	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
60	EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
61	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
62	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
63	FÁTIMA BEZERRA	PT	RN
64	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
65	FERNANDO FERRO	PT	PE
66	FRANCISCO APPIO	PP	RS
67	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
68	GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA
69	GERALDO RESENDE	PPS	MS
70	GERALDO THADEU	PPS	MG
71	GERSON GABRIELLI	PFL	BA
72	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
73	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
74	GILMAR MACHADO	PT	MG
75	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
76	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
77	GUILHERME MENEZES	PT	BA
78	HAMILTON CASARA	PSDB	RO
79	HÉLIO ESTEVES	PT	AP
80	HENRIQUE AFONSO	PT	AC
81	HENRIQUE FONTANA	PT	RS

SGM - SECAP (6-1110)**Conferência de Assinaturas**

10/2/2006 10:16:11

Página: 003

82	IARA BERNARDI	PT	SP
83	ILDEU ARAUJO	PP	SP
84	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
85	INALDO LEITÃO	PL	PB
86	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PL	PE
87	IRINY LOPES	PT	ES
88	IRIS SIMÕES	PTB	PR
89	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ
90	IVAN RANZOLIN	PFL	SC
91	IVAN VALENTE	PSOL	SP
92	IVO JOSÉ	PT	MG
93	JAIME MARTINS	PL	MG
94	JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP
95	JOÃO ALFREDO	PSOL	CE
96	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
97	JOÃO CALDAS	PL	AL
98	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
99	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
100	JOÃO HERRMANN NETO	PDT	SP
101	JOÃO MAGNO	PT	MG
102	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
103	JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC
104	JORGE BITTAR	PT	RJ
105	JORGE BOEIRA	PT	SC
106	JORGE GOMES	PSB	PE
107	JORGE PINHEIRO	PL	DF
108	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
109	JOSÉ MENTOR	PT	SP
110	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
111	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE
112	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF
113	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG
114	JOSIAS GOMES	PT	BA
115	JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ
116	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
117	LEANDRO VILELA	PMDB	GO
118	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC
119	LEONARDO MATTOS	PV	MG
120	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
121	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
122	LINCOLN PORTELA	PL	MG
123	LUCI CHOINACKI	PT	SC
124	LUCIANA GENRO	PSOL	RS
125	LUCIANO CASTRO	PL	RR
126	LUCIANO ZICA	PT	SP
127	LUIZ ALBERTO	PT	BA
128	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
129	LUIZ BASSUMA	PT	BA
130	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
131	LUIZ COUTO	PT	PB
132	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP

SGM - SECAP (6-1110)

10/2/2006 10:16:11

Conferência de Assinaturas

Página: 004

133 LUIZ PIAUHYLINO	PDT	PE
134 LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
135 MANATO	PDT	ES
136 MANINHA	PSOL	DF
137 MARCELO ORTIZ	PV	SP
138 MARCO MAIA	PT	RS
139 MARCUS VICENTE	PTB	ES
140 MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
141 MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS
142 MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG
143 MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP
144 MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
145 MAURÍCIO RANDS	PT	PE
146 MAURO PASSOS	PT	SC
147 MEDEIROS	PL	SP
148 MIGUEL DE SOUZA	PL	RO
149 MILTON CARDIAS	PTB	RS
150 MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
151 MOREIRA FRANCO	PMDB	RJ
152 NAZARENO FONTELES	PT	PI
153 NELSON PELLEGRINO	PT	BA
154 NEYDE APARECIDA	PT	GO
155 NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA
156 NILSON MOURÃO	PT	AC
157 NILSON PINTO	PSDB	PA
158 ODAIR CUNHA	PT	MG
159 ORLANDO DESCONSI	PT	RS
160 ORLANDO FANTAZZINI	PSOL	SP
161 OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
162 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
163 OSVALDO REIS	PMDB	TO
164 PASTOR REINALDO	PTB	RS
165 PAULO DELGADO	PT	MG
166 PAULO PIMENTA	PT	RS
167 PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE
168 PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB
169 PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
170 REGINALDO LOPES	PT	MG
171 RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE
172 RICARDO BERZOINI	PT	SP
173 ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
174 ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
175 RONALDO DIMAS	PSDB	TO
176 ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
177 RUBENS OTONI	PT	GO
178 SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
179 SANDRO MATOS	PTB	RJ
180 SELMA SCHONS	PT	PR
181 SÉRGIO MIRANDA	PDT	MG
182 SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF
183 SILVIO TORRES	PSDE	SP

SGM - SECAP (6-1110)**Conferência de Assinaturas**

10/2/2006 10:16:11

Página: 005

184	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
185	TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS
186	TELMA DE SOUZA	PT	SP
187	VADINHO BAIÃO	PT	MG
188	VANDER LOUBET	PT	MS
189	VICENTINHO	PT	SP
190	VIEIRA REIS	PMR	RJ
191	VIGNATTI	PT	SC
192	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
193	VITORASSI	PT	PR
194	WALTER PINHEIRO	PT	BA
195	WASNY DE ROURE	PT	DF
196	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
197	ZÉ LIMA	PP	PA
198	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA
199	ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA

Assinaturas que Não Conferem

1	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
2	TEREZINHA FERNANDES	PT	MA
3	ZÉ GERALDO	PT	PA
4	ZICO BRONZEADO	PT	AC

Assinaturas Repetidas

1	IVAN VALENTE	PSOL	SP
2	MAURO PASSOS	PT	SC

Ofício S/N, do Deputado Mauro Passos – registro de Frente Parlamentar.
Em 10/02/2006.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

OF. Nº 451 – P/2003.

DIA 8-10-03. – PARECERES CCJR DE PDL's Nºs

397/03	405/03	421/03	426/03	428/03
430/03	435/03	442/03	443/03	444/03
449/03	454/03	456/03	457/03	458/03
45 9/03	460/03	462/03	463/03	464/03
465/03	466/03	468/03	469/03	470/03
472/03	473/03	475/03	476/03	477/03
478/03	479/03	481/03	483/03	485/03
488/03	490/03	491/03	3.148/03	3.218/03
3.223/03	3.225/03	385/03	390/03	392/03 e 394/03

Publique-se.

Em 16-10-03. – **João Paulo Cunha,**
Presidente.

Brasília, 8 de outubro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal João Paulo Cunha
Presidente da Câmara Federal
ATT: Sr. Mozart Viana
Secretário Geral da Mesa
Assunto: Solicitação de registro

Excelentíssimo Senhor,

Serve a presente para solicitar em nome da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, para que Vossa Excelência se digne providenciar o registro legal da mencionada organização, para que esta possa realizar atos previstos em seus estatutos, em especial a realização a construção do I Encontro de Parlamentares Negros(a) das Américas e Caribe a ser realizada nos dias 21, 22 e 23 de novembro no Auditório Nereu Ramos – Câmara Federal – Brasília – DF, em conjunto com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Deixo os mais estimados protestos de elevada estima e saudosas congratulações igualitárias.

Atenciosamente, – **Luiz Alberto,** Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial.

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA FRENTE
PARLAMENTAR EM DEFESA DA IGUALDADE RACIAL**

Às 10 horas e 15 minutos do dia 14 de AGOSTO de 2003, no Auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, conforme assinaturas constantes do Livro de Atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral de Fundação da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, com sede domicílio e foro em Brasília-Distrito Federal. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o Ex.mo. Deputado Luiz Alberto e o Ex.mo. Sr. Senador Euripedes Camargo e para secretariar o Sr. Augusto Sérgio dos Santos de São Bernardo. Agradecendo a sua indicação, o presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando a ordem do dia. Iniciaram-se os debates sobre a proposta de estatuto que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade com os seguintes dispositivos: **ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA IGUALDADE RACIAL - DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE** Art. 1º - A Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, é uma associação civil, de natureza não-governamental, de caráter suprapartidário, constituída no âmbito do Congresso Nacional, integrada por Senadores da República, Deputados Federais, ex. parlamentares, parlamentares dos Estados da Federação e Distrito Federal e qualquer pessoa, instituição ou movimento social que tenham identidade e compromisso com as disposições deste estatuto. Parágrafo Único - A Frente tem sede e foro no Distrito Federal, instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado, tendo o seu endereço no gabinete do parlamentar que a estiver presidindo. Art. 2º - São finalidades da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial: a. Manter e consolidar ação conjunta e suprapartidária em benefício de políticas voltadas para o bem estar das populações marginalizadas, excluídas e discriminadas em razão de preferências, baseadas em raça, cor, descendência ou origem

desenvolvimento humano - IDH; e. Propor ao estado brasileiro, a implementação de ações reparatórias destinadas a reverter os seus efeitos, denunciando a escravidão e o tráfico de escravos como crimes de lesa-humanidade, geradores do racismo e de outras formas de discriminação cometidos contra populações africanas e seus descendentes, mediante leis específicas e convenções internacionais; f. Promover ações visando a incorporação em todos os programas e projetos de ação governamental (União, Estados e Municípios) de prioridades e metas relativas à promoção da população negra brasileira, bem como, Incluir em todas as leis orçamentárias da União, Estados e Municípios, dotações vinculadas a projetos e ações específicas destinadas ao combate às condições sociais decorrentes das desigualdades raciais; g. Desenvolver uma ação permanente em defesa de políticas e projetos destinados à preservação da cultura e memória formadores da identidade e auto-estima do povos formadores da nação brasileira, com especial atenção para as comunidades religiosas. h. Intensificar a ação parlamentar em favor do cumprimento dos compromissos constitucionais do Estado brasileiro em relação às comunidades de quilombos, através da imediata e efetiva titulação das terras e da implementação de projetos visando o seu desenvolvimento integral; i. Desenvolver permanentemente os mecanismos legislativos de proteção à vida, liberdade, segurança e direitos humanos às populações marginalizadas, excluídas e discriminadas, bem como o incentivo à ações voltadas para o seu desenvolvimento humano; j. Fazer gestões para a articulação internacional entre países de populações negras, africanas e afrodescendentes, de modo a criar um fórum para consulta, deliberação e colaboração permanente em busca da erradicação do racismo e de todas as formas de desigualdade, e de outras formas discriminação. l. Propor iniciativas parlamentares para adotar no âmbito dos poderes da república, políticas públicas e ações afirmativas em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a serem implantados nas zonas habitadas predominantemente pelos afrodescendentes. Indígenas ou por qualquer outra população marginalizada, excluída e discriminada, bem como nas regiões tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos. m. Desenvolver ações parlamentares para inibir o preconceito anti-nordestino, para que a discriminação e o racismo, mascarados na forma de xenofobia sejam efetivamente combatidos. Do mesmo modo, combater a Xenofobia e a discriminação aos ciganos, judeus e árabes e as diversas raças/etnias que encontram-se espalhados por todas as regiões do Brasil.

DOS MEMBROS DA FRENTE PARLAMENTAR Art. 3º - Integram a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial: a) como membros fundadores os Deputados Federais e Senadores da República que, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de trinta dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto; b) como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior; c) como membros colaboradores os ex-parlamentares, as pessoas, instituições e movimentos que se interessem pelas finalidades e ações da Frente.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS FILIADOS Art. 4º - São direitos dos filiados fundadores e efetivos: a. Participar das atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. b. Participar das Assembléias Gerais; c. Votar e ser Votado; d. Requerer ao presidente da Frente Parlamentar a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, em documento assinado com pelo menos 1/3 dos filiados e; e. Ter acesso a todos os livros, documentos e registros da Frente Parlamentar.

Art. 5º - São direitos dos Membros Colaboradores: a. Participar das atividades, programas e ações da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. b. Participar das Assembléias Gerais sem direito a voto; c. Participar da comissões que porventura venham a ser criadas pela Assembléia Geral.

Art. 6º - São deveres dos filiados:

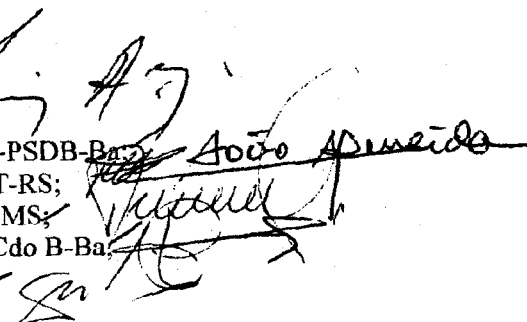
a. Divulgar a Frente Parlamentar, suas finalidade e ações; b. Participar das reuniões de trabalho e Assembléias Gerais convocadas; c. Cumprir os Estatutos e as deliberações das Assembléias Gerais e dos órgãos da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial. d. Exercerem cargos para os quais forem eleitos ou nomeados. e. Contribuir pecuniariamente ou não com as finalidades e ações da Frente Parlamentar em defesa da Igualdade Racial, quando devidamente instituídas pela Assembléia Geral. **DA ESTRUTURA DA FRENTE PARLAMENTAR** Art. 7º - São órgãos de direção da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial: A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra e voto. b. A Mesa Diretora, integrada pelo b.1. Presidente - Dep. Luiz Alberto-PT-Ba.2. 1º Vice-presidente - Dep. João Almeida-PSDB-Ba; 3. 2º vice-presidente- Sen. Paulo Paim-PT-RS; 4. Secretário Executivo - Dep. João Grandão-PT-MS; 5. Secretário Adjunto - Dep. Daniel Almeida - PCdo B-Ba; 6. Tesoureiro - Dep. Gilmar Machado-PT-MG; 7. Tesoureiro Adjunto - Sen. Ideli Salvati-PT-PR; 8. Coordenador Regional Nordeste - Dep. Reginaldo Germano-PFL-Ba; 9. Coordenador Regional Norte - Dep. Janete Capiberibe-PSB-AP; 10. Coordenador Regional Centro-Oeste - Sen. Eurípedes Camargo-PT-DF; 11. Coordenador Regional Sul - Dep. Alceu Colares-PDT-RS; 12. Coordenador Regional Sudeste - Dep. Isaias Silvestre-PSB-MG. **CONSELHO FISCAL:** 1. Dep. Vicentinho-PT-SP; 2. Dep. Eduardo Valverde-PT-RO; 3. Sen. Sibá Machado-PT-AC. **SUPLENTEs;** 4; Dep. Carlos Santana-PT-RJ; 5. Dep. João Mendes- PSL-RJ; Dep. Nelson Pelegrino PT-Ba. **Parágrafo Primeiro** - Os Secretário Adjunto e o Tesoureiro Adjunto poderão ser escolhidos dentre os servidores do Congresso Nacional ou funcionários do quadro de Secretários Parlamentares. **Parágrafo Segundo** - Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar em defesa da Igualdade Racial, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação à Assembléia Geral Ordinária. Art. 6º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes a cada ano, uma no mês de março e a outra no mês de agosto e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente. **Parágrafo Único** - A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número. Art. 7º - Compete à Assembléia Geral: a. aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial; b) eleger e dar posse à Mesa Diretora e ao Conselho Fiscal; c) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente; d) admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembléias ordinárias; e) homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora; f) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos. Art. 8º - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e de televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares. Art. 9º - Compete à Mesa Diretora: a) representar ativa e passivamente a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial; b) conceber, organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar; c) nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; d) manter contato com as Mesas Diretoras e com as

Lideranças Partidárias da câmara dos Deputados e do Senado, visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações da igualdade racial, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos dos poderes da União, nos Estados, Distrito Federal e nos Municípios; e) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente; f) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações afirmativas e políticas públicas e privadas em prol da igualdade racial; g) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto. Art. 10º - Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos. Art. 11º -- O Patrimônio da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial será constituído pelos bens moveis e imóveis que possua ou venha possuir; Art. 12º - Constituem renda da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial: a. Legados e Doações; b. Contribuições dos filiados; c. Auxílios e subvenções do Poder Público e/ou privado. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art. 13º - A Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada e que conte com os votos favoráveis da maioria absoluta dos seus membros com direito a voto; Parágrafo Único - Em caso de dissolução o patrimônio da Frente será destinado a instituição indicada pela Assembléia Geral, que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social; Art. 14º - Os dirigentes da Frente Parlamentar não são remunerados, nem respondem pelas obrigações por ela contraídas; Art. 15º - A Frente Parlamentar terá autonomia própria e adotará regimento interno que não conflitará com as diretrizes adotadas por este Estatuto. Tal regimento detalhará os princípios, a organização e as competências dos diversos órgãos e das atribuições dos seus dirigentes, na forma de associação, destituição e desligamento dos membros da Frente Parlamentar; Art. 16º - O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembléia Geral de Constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial e será publicado em Diário Oficial da União (DOU) no prazo de noventa dias. De acordo com o Estatuto Social, todos os presentes a esta Assembléia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros nato da Assembléia Geral de Sócios. Passou-se ao próximo ponto de pauta, eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Após o tempo necessário para inscrição de chapas e candidatos, foi iniciada a votação como determina o Estatuto. Foram eleitos para a Diretoria, com mandato de 14 de agosto de 2003 até 13 de agosto de 2004, a Mesa Diretora abaixo discriminada. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia e eu, Sr. Augusto Sérgio Dos Santos de São Bernardo, lavrei e assinei a presente ata, seguida das assinaturas do presidente dos trabalhos, dos diretores eleitos e demais presentes.

Brasília, 14 de agosto de 2003

MESA DIRETORA

1. Presidente - Dep. Luiz Alberto-PT-Ba.
2. Primeiro Vice-presidente - Dep. João Almeida-PSDB-Ba.
3. Segundo Vice-presidente - Sen. Paulo Paim-PT-RS;
4. Secretário Executivo - Dep. João Grandão-PT-MS;
5. Secretário Adjunto - Dep. Daniel Almeida - PCdo B-Ba.
6. Tesoureiro - Dep. Gilmar Machado-PT-MG;



7. Tesoureiro Adjunto - Sen. Ideli Salvati-PT-PR;
8. Coordenador Regional Nordeste - Dep. Reginaldo Germano-PFL-Ba;
9. Coordenador Regional Norte - Dep. Janete Capiberibe-PSB-AP;
10. Coordenador Regional Centro-Oeste - Sen. Eurípedes Camargo-PT-DF;
11. Coordenador Regional Sul - Dep. Alceu Colares-PDT-RS;
12. Coordenador Regional Sudeste - Dep. Isaias Silvestre-PSB-MG

CONSELHO FISCAL:

13. Dep. Vicentinho-PT-SP;
14. Dep. Eduardo Valverde-PT-RO;
15. Sen. Sibá Machado-PT-AC.

SUPLENTE:

16. Dep. Carlos Santana-PT-RJ;
17. Dep. João Mendes-PSL-RJ;
18. Dep. Nelson Pelegrino PT-Ba.

Não Parlamentares:

Lia Santana – Assessora Parlamentar
Valeria de Oliveira – Assessora Parlamentar
Cleusa A da Silva – Representante SEPPIR
Dulce Maria – Interforum Global
Fernanda Cavicchioli – Assessora Parlamentar
Ana Luiza Flauzina – Assessora Parlamentar
Conceição Dias – Assessora Parlamentar
Sérgio Nascimento Viana – Comunidade BAHAI
Robson Reis – CEBRAS
Luiz Carlos da Silva – Assessor Parlamentar
Luiz Alves – Representante Cultural Asé Dudu
Joana Alves - Instituto Oju Oba Ominira

NOME	PARTIDO ESTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	FONE GAB.	FAX
1 ADÃO PRETO	PT/RS	Dep.adãopreto@camara.gov.br	III/271 3185271	3182271
2 ALCEU COLLARES	PDT/RS	dep.alceucollares@camara.gov.br	IV/ 807 318-5807	318-2807
3 ALEX CANZIANI	PTB/PR	dep.alexcanziani@camara.gov.br	IV/842 318-5842	318-2842
4 ALMEIDA DE JESUS	PL/CE	dep.almeidadejesus@camara.gov.br	IV/313 318-5313	318-2313
5 ALMERINDA DE CARVALHO	PSB/RJ	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br	IV/216 318-5216	318-2216
6 ANDRE LUIZ	PMDB/RJ	dep.andreluiz@camara.gov.br	IV/858 318-5858	318-2858
7 ANDRE ZACHAROW	PDT/PR	dep.andrezacharow@camara.gov.br	IV/737 318-5737	318-2737
8 ANTONIO CARLOS MENDES	PSDB/SP	Dep.antonioscarlosmendesthame@camara.gov.br	IV/624 3185624	3182624
9 ANTONIO JOAQUIM	PPB/MA	dep.antoniojoaquim@camara.gov.br	IV/536 318-5536	318-2536
10 ANSELMO	PT/RO	dep.anselmo@camara.gov.br	IV/802 318-5802	318-2802
11 ARIOSTO HOLANDA	PSDB/CE	dep.ariostoholanda@camara.gov.br	III/575 318-5575	318-2575
12 ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT/PRQ	dep.assismigueldocouto@camara.gov.br	IV/428 318-5428	318-2428
13 CARLOS ABICALIL	PT/MT	dep.carlosabicalil@camara.gov.br	IV/623 318-5623	318-2623
14 CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB/GO	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br	IV/830 318-5830	318-2830
15 CARLOS MOTA	PL/MG	dep.carlosmota@camara.gov.br	IV/739 318-5739	318-2739
16 CELSO RUSSOMANNO	PPB/SP	dep.celsorussomanno@camara.gov.br	IV/756 318-5756	318-2756
17 CLEUBER CARNEIRO	PFL/MG	dep.cleubercarneiro@camara.gov.br	IV/201 318-5201	318-2201
18 COLBERT MARTINS	PPS/BA	Dep.colbertmartins@camara.gov.br	IV/319 3185319	3182319
19 CORIOLANO SALES	PFL/BA	dep.coriolanosales@camara.gov.br	IV/832 318-5832	318-2832
20 DANIEL ALMEIDA	PCDOB	dep.danielalmeida@camara.gov.br	IV/317 318 5317	3182317
21 DARCI COELHO	PFL/TO	dep.darcicoelho@camara.gov.br	IV/309 318-5309	318-2309
22 DARCÍSIO PERONDI	PMDB/RS	dep.darcisioperondi@camara.gov.br	IV/518 318-5518	318-2518
23 DAVI ALCOLUMBRE	PDT/AP	dep.davialcolumbre@camara.gov.br	IV/231 318-5231	318-2231
24 DELFIM NETTO	PPB/SP	dep.delfimnetto@camara.gov.br	IV/511 318-5511	318-2511
25 DR.BENEDITO DIAS	PPB/AP	Dep.drbeneditodias@camara.gov.br	IV/926 3185926	3182926
26 DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB/MG	dep.dr.franciscogoncalves@camara.gov.br	IV/302 318-5302	318-2302
27 DR. HELIO	PDT/SP	dep.dr.helio@camara.gov.br	IV/734 318-5734	318-2734
28 DR. PINOTTI	PMDB/SP	Dep.dr.pinotti@camara.gov.br	IV/525 3185525	3182525
29 DR. RODOLFO PEREIRA	PDT/RR	dep.dr.rodolfopereira@camaragov.br	IV/546 318-5546	318-2546
30 EDSON DUARTE	PV/BA	dep.edsonduarte@camara.gov.br	IV/535 318-5535	318-2535
31 EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br	IV/540 318-5540	318-2540
32 EDUARDO CAMPOS	PSB/PE	dep.eduardocampos@camara.gov.br	IV/846 318-5846	318-2846
33 EDUARDO GOMES	PSDB/TO	Dep.eduardogomes@camara.gov.br	IV/950 3185950	3182950

34 EDUARDO VALVERDE	PT/RO	dep.eduardovalverde@camara.gov.br	IV/435	318-5435	318-2435
35 ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PRONA/SP	dep.elimarmaximodamasceno@camara.gov.br	IV/446	318-5446	318-2446
36 FERNANDO FERRO	PT/PE	<u>Dep.fernandoferro@camar.gov.br</u>	IV427	3185427	3182427
37 FERNANDO GABEIRA	PT/RJ	dep.fernandogabeira@camara.gov.br	IV/332	318-5332	318-2332
38 FEU ROSA	PSDB/ES	dep.feurosa@camara.gov.br	IV/960	318-5960	318-2960
39 FRANCISCO RODRIGUES	PFL/RR	dep.franciscorodrigues@camara.gov.br	IV/304	318-5304	318-2304
40 GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	<u>Dep.gastãovieira@camara.gov.br</u>	IV/554	3185554	3182554
41 GERALDO RESENDE	PPS/MS	dep.geraldoresende@camara.gov.br	IV/905	318-5905	318-2905
42 GIACOCO	PPS/PR	dep.giacoco@camara.gov.br	IV/762	318-5762	318-2762
43 GILMAR MACHADO	PT/MG	dep.gilmarmachado@camara.gov.br	IV/262	318-5262	318-5262
44 GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br	IV/430	318-5430	318-2430
45 GUILHERME MENEZES	PT/BA	dep.guilhermemenezes@camara.gov.br	IV/743	318-5743	318-2743
46 HENRIQUE AFONSO	PT/AC	<u>Dep.henriqueafonso@camara.gov.br</u>	IV/645	3185645	3182645
47 IARA BERNARDI	PT/SP	dep.iarabernardi@camara.gov.br	IV/360	318-5360	318-2360
48 INALDO LEITÃO	PSDB/PB	dep.inaldoleitao@camara.gov.br	IV/605	318-5605	318-2605
49 IRIS SIMÕES	PTB/PR	<u>Dep.irissimões@camara.gov.br</u>	IV948	3185948	3182948
50 ISAÍAS SILVESTRE	PSB/MG	dep.isaiassilvestre@camara.gov.br	IV/531	318-5531	318-2531
51 JAMIL MURAD	PC do B/SP	dep.jamilmurad@camara.gov.br	IV/437	318-5437	318-2437
52 JAIME MARTINS	PL/MG	dep.jaimemartins@camara.gov.br	IV/333	318-5333	318-2333
53 JANETE CAPIBERIBE	PPSB/AP	Dep.janetecapiberibe@camara.gov.br	IV/223	3185223	3182223
54 JOÃO ALMEIDA	PSBD/BA	dep.joaualmeida@camara.gov.br	IV/652	318-5652	318-2652
55 JOÃO CORREIA	PMDB/AC	dep.joaocorreia@camara.gov.br	IV/358	318-5358	318-2358
56 JOÃO HERMANN NETO	PPS/SP	<u>Dep.joãohermannneto@camara.gov.br</u>	IV/913	3185913	3182913
57 JOÃO GRANDÃO	PT/MS	dep.joaograndao@camara.gov.br	III/484	318-5484	318-2484
58 JOSUÉ BENGSTON	PTB/PA	dep.josuebengston@camara.gov.br	IV/305	318-5305	318-2305
59 JOVINO CÂNDIDO	PV/SP	dep.jovinocandido@camara.gov.br	IV/238	318-5238	318-2238
60 JÚLIO REDECKER	PPB/RS	dep.julioredecker@camara.gov.br	IV/621	318-5621	318-2621
61 LEONARDO MOURA VILELA	PPB/GO	dep.leonardovilela@camara.gov.br	IV/934	318-5934	318-2934
62 LUCIANA GENRO	PT/RS	dep.lucianagenro@camara.gov.br	IV/203	318-5203	318-2203
63 LUCIANO ZICA	PT/SP	dep.lucianozica@camara.gov.br	IV/627	318-5627	318-2627
64 LUIZ ALBERTO	PT/BA	dep.luizalberto@camara.gov.br	IV/954	318-5954	318-2954
65 LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO	dep.luizbittencourt@camara.gov.br	IV/844	318-5844	318-2844
66 LUIZ COUTO	PT/PB	dep.luizcouto@camara.gov.br	IV/442	318-5442	318-2442
67 LUIZ PIAUHYLINO	PSDB/PE	dep.luizpiauhylino@camara.gov.br	IV/224	318-5224	318-2224
68 Mª JOSÉ CONCEIÇÃO MANINHA	PT/DF	dep.maninha@camara.gov.br	IV/952	318-5952	318-2952

69 MARCOS DE JESUS	PL/PE	dep.marcosdejesus@camara.gov.br	IV/745	318-5745	318-2745
70 MAURO LOPES	PMDB/MG	Dep.maurolopes@camara.gov.br	IV/841	3185841	3182841
71 MAURO PASSO	PT/SC	Dep.mauropassos@camara.gov.br	IV/337	3185337	3182337
72 MAURICIO RANDS	PT/PE	dep.mauriciorands@camara.gov.br	IV/237	318-5237	318-2237
73 NARCIO RODRIGUES	PSDB/MG	dep.narciorodrigues@camara.gov.br	IV/431	318-5431	318-2431
74 NEIVA MOREIRA	PDT/MA	dep.neivamoreira@camara.gov.br	IV/826	318-5826	318-2826
75 NELSON MEURER	PPB/PR	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br	IV/916	318-5916	318-2916
76 NELSON MEURER	PPB/PR	Dep.nelsonmeurer@camara.gov.br	IV/916	3181916	3182916
77 NEUTON LIMA	PTB/SP	dep.neutonlima@camara.gov.br	IV/509	318-5509	318-2509
78 NILSON PINTO	PSDB/PA	Dep.nilsonpinto@camara.gov.br	IV/527	3184527	3183527
79 OSVALDO BIOLCHI	PMDB/RS	Dep.osvaldobiolchi@camara.gov.br	IV/925	3185925	3182925
80 OSVALDO REIS	PMDB/TO	dep.osvaldoreis@camara.gov.br	IV/835	318-5835	318-2835
81 PASTOR REINALDO	PTB/RS	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br	IV/438	318-5438	318-2438
82 PATRUS ANANIAS	PT/MG	dep.patrusanancias@camara.gov.br	III/578	318-5578	318-2578
83 PAULO BALTAZAR	PSB/RJ	Dep.paulobaltazar@camara.gov.br	IV/515	3185515	3182515
84 PAULO BERNARDO	PT/PR	dep.paulobernardo@camara.gov.br	IV/806	318-5806	318-2806
85 PAULO FEIJÓ	PSDB/RJ	dep.paulofeijo@camara.gov.br	IV/346	318-5346	318-2346
86 PAULO MARINHO	PFL/MA	Dep.paulomarinho@camara.gov.br	IV/921	3185921	3182921
87 PAULO ROCHA	PT/PA	dep.paulorocha@camara.gov.br	III/483	318-5483	318-2483
88 PEDRO CORREA	PPB/PE	dep.pedrocorrea@camara.gov.br	IV/717	318-5717	318-2717
89 PHILEMON RODRIGUES	PTB/PB	dep.philemonrodrigues@camara.gov.br	IV/226	318-5226	318-2226
90 POMPEO DE MATTOS	PDT/RS	dep.pompeodemattos@camara.gov.br	IV/810	318-5810	318-2810
91 REGINALDO GERMANO	PFL/BA	dep.reginaldogermano@camara.gov.br	IV/310	318-5310	318-2310
92 ROBERTO BALESTRA	PPB/GO	dep.robertobalestra@camara.gov.br	IV/219	318-5219	318-2219
93 ROBERTO GOUVEIA	PT/SP	Dep.robertogoveia@camara.gov.br	III/568	3185568	3182568
94 ROBERTO PESSOA	PFL/CE	dep.robertopessoa@camara.gov.br	IV/607	318-5607	318-2607
95 ROMEU QUEIROZ	PTB/MG	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br	IV/250	318-5250	318-2250
96 RONALDO DIMAS	PSDB/TO	dep.ronaldodimas@camara.gov.br	IV/943	318-5943	318-2943
97 RUBENS OTONI	PT/GO	dep.rubensotoni@camara.gov.br	IV/501	318-5501	318-2501
98 SELMA SCHONS	PT/PR	dep.selmaschons@camara.gov.br	IV/825	318-5825	318-2825
99 SERAFIM VENZON	S/PARTIDO	dep.serafimvenzon@camara.gov.br	IV/245	318-5245	318-2245
100 SEVERIANO ALVES	PDT/BA	dep.severianoalves@camara.gov.br	IV/738	318-5738	318-2738
101 SIMÃO SESSIM	PPB/RJ	Dep.simãosessim@camara.gov.br	IV/709	3185709	3182709
102 VALDENOR GUEDES	PPB/AP	Dep.valdenorguedes@camara.gov.br	IV/541	3185541	3182541
103 VICENTINHO	PT/SP	dep.vicentinho@camara.gov.br	IV/740	318-5740	318-2740
104 WELINTON FAGUNDES	PL/MT	dep.welintonfagundes@camara.gov.br	IV/523	318-5523	318-2523
105 YEDA CRUSIUS	PSDB/RS	dep.yedacrusius@camara.gov.br	IV/956	318-5956	318-2956
106 ZELINDA NOVAES	PFL/BA	Dep.zelindanovaes@camara.gov.br	IV/312	3185312	

NOME	PARTIDO ESTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	FONE GAB.	FAX
1 ADÃO PRETO	PT/RS	Dep.adãopreto@camara.gov.br	III/271 3185271	3182271
2 ALCEU COLLARES	PDT/RS	dep.alceucollares@camara.gov.br	IV/ 807 318-5807	318-2807
3 ALEX CANZIANI	PTB/PR	dep.alexcanziani@camara.gov.br	IV/842 318-5842	318-2842
4 ALMEIDA DE JESUS	PL/CE	dep.almeidadejesus@camara.gov.br	IV/313 318-5313	318-2313
5 ALMERINDA DE CARVALHO	PSB/RJ	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br	IV/216 318-5216	318-2216
6 ANDRE LUIZ	PMDB/RJ	dep.andreluiz@camara.gov.br	IV/858 318-5858	318-2858
7 ANDRE ZACHAROW	PDT/PR	dep.andrezacharow@camara.gov.br	IV/737 318-5737	318-2737
8 ANTONIO CARLOS MENDES	PSDB/SP	Dep.antoniocarlosmendesthame@camara.gov.br	IV/624 3185624	3182624
9 ANTONIO JOAQUIM	PPB/MA	dep.antoniojoaquim@camara.gov.br	IV/536 318-5536	318-2536
10 ANSELMO	PT/RO	dep.anselmo@camara.gov.br	IV/802 318-5802	318-2802
11 ARIOSTO HOLANDA	PSDB/CE	dep.ariostoholanda@camara.gov.br	III/575 318-5575	318-2575
12 ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT/PRQ	dep.assismigueldocouto@camara.gov.br	IV/428 318-5428	318-2428
13 CARLOS ABICALIL	PT/MT	dep.carlosabicalil@camara.gov.br	IV/623 318-5623	318-2623
14 CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB/GO	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br	IV/830 318-5830	318-2830
15 CARLOS MOTA	PL/MG	dep.carlosmota@camara.gov.br	IV/739 318-5739	318-2739
16 CELSO RUSSOMANNO	PPB/SP	dep.celsorussomanno@camara.gov.br	IV/756 318-5756	318-2756
17 CLEUBER CARNEIRO	PFL/MG	dep.cleubercarneiro@camara.gov.br	IV/201 318-5201	318-2201
18 COLBERT MARTINS	PPS/BA	Dep.colbertmartins@camara.gov.br	IV/319 3185319	3182319
19 CORIOLANO SALES	PFL/BA	dep.coriolanosales@camara.gov.br	IV/832 318-5832	318-2832
20 DANIEL ALMEIDA	PCDOB	dep.danielalmeida@camara.gov.br	IV/317 318 5317	3182317
21 DARCI COELHO	PFL/TO	dep.darcicoelho@camara.gov.br	IV/309 318-5309	318-2309
22 DARCÍSIO PERONDI	PMDB/RS	dep.darcisioperondi@camara.gov.br	IV/518 318-5518	318-2518
23 DAVI ALCOLUMBRE	PDT/AP	dep.davialcolumbre@camara.gov.br	IV/231 318-5231	318-2231
24 DELFIM NETTO	PPB/SP	dep.delfimnetto@camara.gov.br	IV/511 318-5511	318-2511
25 DR.BENEDITO DIAS	PPB/AP	Dep.drbeneditodias@camara.gov.br	IV/926 3185926	3182926
26 DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB/MG	dep.dr.franciscogoncalves@camara.gov.br	IV/302 318-5302	318-2302
27 DR. HELIO	PDT/SP	dep.dr.helio@camara.gov.br	IV/734 318-5734	318-2734
28 DR. PINOTTI	PMDB/SP	Dep.dr.pinotti@camara.gov.br	IV/525 3185525	3182525
29 DR. RODOLFO PEREIRA	PDT/RR	dep.dr.rodolfopereira@camaragov.br	IV/546 318-5546	318-2546
30 EDSON DUARTE	PV/BA	dep.edsonduarte@camara.gov.br	IV/535 318-5535	318-2535
31 EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br	IV/540 318-5540	318-2540
32 EDUARDO CAMPOS	PSB/PE	dep.eduardocampos@camara.gov.br	IV/846 318-5846	318-2846
33 EDUARDO GOMES	PSDB/TO	Dep.eduardogomes/@camara.gov.br	IV/950 3185950	3182950

34 EDUARDO VALVERDE	PT/RO	dep.eduardovalverde@camara.gov.br	IV/435	318-5435	318-2435
35 ELIMAR MAXIMO DAMASCENO	PRONA/SP	dep.elimarmaximodamasceno@camara.gov.br	IV/446	318-5446	318-2446
36 FERNANDO FERRO	PT/PE	<u>Dep.fernandoferro@camar.gov.br</u>	IV/427	3185427	3182427
37 FERNANDO GABEIRA	PT/RJ	dep.fernandogabeira@camara.gov.br	IV/332	318-5332	318-2332
38 FEU ROSA	PSDB/ES	dep.feurosa@camara.gov.br	IV/960	318-5960	318-2960
39 FRANCISCO RODRIGUES	PFL/RR	dep.franciscorodrigues@camara.gov.br	IV/304	318-5304	318-2304
40 GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	<u>Dep.gastãovieira@camara.gov.br</u>	IV/554	3185554	3182554
41 GERALDO RESENDE	PPS/MS	dep.geraldorende@camara.gov.br	IV/905	318-5905	318-2905
42 GIACOCO	PPS/PR	dep.giacoco@camara.gov.br	IV/762	318-5762	318-2762
43 GILMAR MACHADO	PT/MG	dep.gilmarmachado@camara.gov.br	IV/262	318-5262	318-5262
44 GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br	IV/430	318-5430	318-2430
45 GUILHERME MENEZES	PT/BA	dep.guilhermemenezes@camara.gov.br	IV/743	318-5743	318-2743
46 HENRIQUE AFONSO	PT/AC	<u>Dep.henriqueafonso@camara.gov.br</u>	IV/645	3185645	3182645
47 IARA BERNARDI	PT/SP	dep.iarabernardi@camara.gov.br	IV/360	318-5360	318-2360
48 INALDO LEITÃO	PSDB/PB	dep.inaldoleitao@camara.gov.br	IV/605	318-5605	318-2605
49 IRIS SIMÕES	PTB/PR	<u>Dep.irissimões@camara.gov.br</u>	IV/948	3185948	3182948
50 ISAÍAS SILVESTRE	PSB/MG	dep.isaiassilvestre@camara.gov.br	IV/531	318-5531	318-2531
51 JAMIL MURAD	PC do B/SP	dep.jamilmurad@camara.gov.br	IV/437	318-5437	318-2437
52 JAIME MARTINS	PL/MG	dep.jaimemartins@camara.gov.br	IV/333	318-5333	318-2333
53 JANETE CAPIBERIBE	PPSB/AP	Dep.janetecapiberibe@camara.gov.br	IV/223	3185223	3182223
54 JOÃO ALMEIDA	PSBD/BA	dep.joaualmeida@camara.gov.br	IV/652	318-5652	318-2652
55 JOÃO CORREIA	PMDB/AC	dep.joaocorreia@camara.gov.br	IV/358	318-5358	318-2358
56 JOÃO HERMANN NETO	PPS/SP	<u>Dep.joãohermannneto@camara.gov.br</u>	IV/913	3185913	3182913
57 JOÃO GRANDÃO	PT/MS	dep.joaograndao@camara.gov.br	III/484	318-5484	318-2484
58 JOSUÉ BENGSTON	PTB/PA	dep.josuebengston@camara.gov.br	IV/305	318-5305	318-2305
59 JOVINO CÂNDIDO	PV/SP	dep.jovinocandido@camara.gov.br	IV/238	318-5238	318-2238
60 JÚLIO REDECKER	PPB/RS	dep.julioredecker@camara.gov.br	IV/621	318-5621	318-2621
61 LEONARDO MOURA VILELA	PPB/GO	dep.leonardovilela@camara.gov.br	IV/934	318-5934	318-2934
62 LUCIANA GENRO	PT/RS	dep.lucianagenro@camara.gov.br	IV/203	318-5203	318-2203
63 LUCIANO ZICA	PT/SP	dep.lucianozica@camara.gov.br	IV/627	318-5627	318-2627
64 LUIZ ALBERTO	PT/BA	dep.luizalberto@camara.gov.br	IV/954	318-5954	318-2954
65 LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO	dep.luizbittencourt@camara.gov.br	IV/844	318-5844	318-2844
66 LUIZ COUTO	PT/PB	dep.luizcouto@camara.gov.br	IV/442	318-5442	318-2442
67 LUIZ PIAUHYLINO	PSDB/PE	dep.luizpiauhylino@camara.gov.br	IV/224	318-5224	318-2224
68 Mª JOSÉ CONCEIÇÃO MANINHA	PT/DF	dep.maninha@camara.gov.br	IV/952	318-5952	318-2952

Publique-se
Em 16/10/03

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

69 MARCOS DE JESUS	PL/PE	dep.marcosdejesus@camara.gov.br	IV/745	318-5745	318-2745
70 MAURO LOPES	PMDB/MG	Dep.maurolopes@camara.gov.br	IV/841	3185841	3182841
71 MAURO PASSO	PT/SC	Dep.mauropassos@camara.gov.br	IV/337	3185337	3182337
72 MAURICIO RANDS	PT/PE	dep.mauriciorands@camara.gov.br	IV/237	318-5237	318-2237
73 NARCIO RODRIGUES	PSDB/MG	dep.narciorodrigues@camara.gov.br	IV/431	318-5431	318-2431
74 NEIVA MOREIRA	PDT/MA	dep.neivamoreira@camara.gov.br	IV/826	318-5826	318-2826
75 NELSON MEURER	PPB/PR	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br	IV/916	318-5916	318-2916
76 NELSON MEURER	PPB/PR	Dep.nelsonmeurer@camara.gov.br	IV/916	3181916	3182916
77 NEUTON LIMA	PTB/SP	dep.neutonlima@camara.gov.br	IV/509	318-5509	318-2509
78 NILSON PINTO	PSDB/PA	Dep.nilsonpinto@camara.gov.br	IV/527	3184527	3183527
79 OSVALDO BIOLCHI	PMDB/RS	Dep.osvaldobiolchi@camara.gov.br	IV/925	3185925	3182925
80 OSVALDO REIS	PMDB/TO	dep.osvaldoreis@camara.gov.br	IV/835	318-5835	318-2835
81 PASTOR REINALDO	PTB/RS	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br	IV/438	318-5438	318-2438
82 PATRUS ANANIAS	PT/MG	dep.patrusanancias@camara.gov.br	III/578	318-5578	318-2578
83 PAULO BALTAZAR	PSB/RJ	Dep.paulobaltazar@camara.gov.br	IV/515	3185515	3182515
84 PAULO BERNARDO	PT/PR	dep.paulobernardo@camara.gov.br	IV/806	318-5806	318-2806
85 PAULO FEIJÓ	PSDB/RJ	dep.paulofeijo@camara.gov.br	IV/346	318-5346	318-2346
86 PAULO MARINHO	PFL/MA	Dep.paulomarinho@camara.gov.br	IV/921	3185921	3182921
87 PAULO ROCHA	PT/PA	dep.paulorocha@camara.gov.br	III/483	318-5483	318-2483
88 PEDRO CORREA	PPB/PE	dep.pedrocorrea@camara.gov.br	IV/717	318-5717	318-2717
89 PHILEMON RODRIGUES	PTB/PB	dep.philemonrodrigues@camara.gov.br	IV/226	318-5226	318-2226
90 POMPEO DE MATTOS	PDT/RS	dep.pompeodemattos@camara.gov.br	IV/810	318-5810	318-2810
91 REGINALDO GERMANO	PFL/BA	dep.reginaldogermano@camara.gov.br	IV/310	318-5310	318-2310
92 ROBERTO BALESTRA	PPB/GO	dep.robertobalestra@camara.gov.br	IV/219	318-5219	318-2219
93 ROBERTO GOUVEIA	PT/SP	Dep.robertogouveia@camara.gov.br	III/568	3185568	3182568
94 ROBERTO PESSOA	PFL/CE	dep.robertopessoa@camara.gov.br	IV/607	318-5607	318-2607
95 ROMEU QUEIROZ	PTB/MG	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br	IV/250	318-5250	318-2250
96 RONALDO DIMAS	PSDB/TO	dep.ronaldodimas@camara.gov.br	IV/943	318-5943	318-2943
97 RUBENS OTONI	PT/GO	dep.rubensotoni@camara.gov.br	IV/501	318-5501	318-2501
98 SELMA SCHONS	PT/PR	dep.selmaschons@camara.gov.br	IV/825	318-5825	318-2825
99 SERAFIM VENZON	S/PARTIDO	dep.serafimvenzon@camara.gov.br	IV/245	318-5245	318-2245
100 SEVERIANO ALVES	PDT/BA	dep.severianoalves@camara.gov.br	IV/738	318-5738	318-2738
101 SIMÃO SESSIM	PPB/RJ	Dep.simãosessim@camara.gov.br	IV/709	3185709	3182709
102 VALDENOR GUEDES	PPB/AP	Dep.valdenorguedes@camara.gov.br	IV/541	3185541	3182541
103 VICENTINHO	PT/SP	dep.vicentinho@camara.gov.br	IV/740	318-5740	318-2740
104 WELINTON FAGUNDES	PL/MT	dep.welintonfagundes@camara.gov.br	IV/523	318-5523	318-2523
105 YEDA CRUSIUS	PSDB/RS	dep.yedacrusius@camara.gov.br	IV/956	318-5956	318-2956
106 ZELINDA NOVAES	PFL/BA	Dep.zelindanovaes@camara.gov.br	IV/312	3185312	

necessário ter compromisso com a formação desses cidadãos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Enalteçamos a intenção do Deputado Carlos Abicalil, pois a proposição em análise demonstra a preocupação do nobre colega com o bem-estar dos usuários dos transportes coletivos no Brasil, ao apresentar proposta que limita a exibição de filmes nos veículos de transporte coletivo àqueles de cunho educacional ou cultural, buscando, com isso, tornar as viagens mais agradáveis e melhorar a formação cultural dos usuários.

O exame dessa questão envolve vários aspectos, prendemo-nos, no entanto, à análise daqueles que poderiam influenciar de alguma maneira a prestação do serviço de transporte coletivo. Nesse sentido, entendemos que a proposição traz benefícios indiretos à segurança das viagens, uma vez que proíbe a veiculação de filmes com cenas que, em última instância, poderiam afetar os ânimos dos passageiros e colocar em risco a tranquilidade e a segurança dos demais usuários.

Assim, pensamos que o projeto de lei é tecnicamente viável porque, ao limitar o conteúdo dos filmes exibidos, traz benefícios para a sociedade, sem qualquer ônus para as empresas de transporte público.

Não obstante a análise de mérito desta Comissão, entendemos que a proposição em exame deve ser distribuída, também, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que é o órgão regimentalmente incumbido de analisar o impacto e o alcance das proposições na formação educacional e cultural da população brasileira.

Diante do exposto, no que cabe a esta comissão regimentalmente analisar, nosso voto é pela aprovação, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 2.021, de 2003.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 2003. – Deputado Fernando Gonçalves, Relator.

Defiro. Revejo, nos termos do art. 140 do RICD, o despacho apostado ao PL nº 2.021/03, para determinar a inclusão da Comissão de Educação e Cultura, que deverá pronunciar-se após a Comissão de Viação e Transportes. Oficie-se. Publique-se.

Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

OF.MO. nº 994/03

Brasília, 9 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Edifício Principal

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência para comunicar que no último dia 2 de dezembro, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira, de característica suprapartidária e de âmbito nacional, com o objetivo de garantir a competitividade da indústria aeronáutica brasileira.

Neste sentido, encarecemos os préstimos de Vossa Excelência para que seja incluída na home page da Câmara dos Deputados.

No aguardo da costumeira atenção, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. – Deputado Marcelo Ortiz, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira.

Publique-se.

Em 9-12-03. – João Paulo Cunha, Presidente.

Ofício nº 174/03

Brasília-DF, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência comunicar a criação da Frente Parlamentar contra O Câncer.

Esclareço que sou coordenador dessa Frente Parlamentar e encaminho em anexo a relação de todos os membros.

Agradeço antecipadamente a atenção dispensada e, na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Dr. Pinotti, Deputado Federal, PFL/SP.

EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO FEDERAL LUIZ COUTO

Nós servidores anistiados da Conab-PB pela Lei nº 8.878/94, não fomos contemplados pela reintegração promovida pela Conab em 1-4-2004, onde foram Beneficiados, apenas 46 companheiros na Conab-PB.

Portanto, solicitamos a V. Excelência que interceda junto ao presidente da Câmara federal, João Paulo Cunha para que o mesmo coloque em pauta em Regime de Urgência Urgentíssima e seja votado o projeto de Lei nº 299 que se encontra na Câmara federal, onde essa lei susta os decretos de nºs 1.498 e 1.499 de 24 de maio de 1995 que constitui Comissão Especial de Revisão dos processos de anistia que trata da Lei nº 8.878 de 11 de maio de 1994 e com isso beneficiará os demais servidores que ainda não foram reintegrados.

Continuaremos no aguardo do vosso pronunciamento.

Atenciosamente, João Pessoa – PB, 15 de abril 2004 – **Manoel Rodrigues Lacerda**, Representante da Comissão dos Anistiados da Conab/PB.

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Oficie-se e, após, publique-se.

Em 18-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 165/2004

Brasília, 17 de Maio de 2004

Exmo. Sr.

Deputado João Paulo Cunha

M.D. Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, informo a V. Ex^a. a composição da Frente Parlamentar em Defesa das Águas, que criada em dezembro de 2003, teve sua coordenação eleita com a seguinte composição:

Coordenador: Odair (MG)

Subcoordenadores: Ronaldo Vasconcellos (MG), Selma Shons (PR), B. Sá (PI), Guilherme Menezes (BA), Mendes Thame (SP), Marcelo Siqueira (MG), e Fernando Gabeira (RJ).

Junto também, relação de todos os integrantes da Frente Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço. – **Odair** – Deputado Federal – PT/MG., – Deputados, **Adão Preto** – **Almeida de Jesus** – **Almerinda de Carvalho** – **Almir Sá** – **André Zacharow** – **Antônio Cambraia** – **Antonio Carlos Mendes Thame** – **Antonio Joaquim** – **Ariosto Holanda** – **Aroldo Cedraz** – **Assis Miguel do Couto** – **Átila Lins** – **Augusto Nardes** – **B. Sá** – **Carlos Dunga** – **Carlos Mota** – **Carlos Nader** – **Casara** – **Chico Alencar** – **Cleuber Carneiro** – **Corauci Sobrinho** – **Colbert Martins** – **Darci Coelho** – **Devanir Ribeiro** – **Dr. Hélio** – **Dr. Pinotti** – **Dr. Rodolfo Pereira** – **Edmar Moreira** – **Eduardo Valverde** – **Fernando Fer-**

ro – **Fernando Gabeira** – **Gilberto Nascimento** – **Gonzaga Mota** – **Gonzaga Patriota** – **Guilherme Menezes** – **Henrique Afonso** – **Ivan Ranzolin** – **Jaime Martins** – **Jamil Murad** – **João Batista** – **João Herrmann Neto** – **João Magno** – **João Matos** – **José Divino** – **Josué Bengtson** – **José Santana de Vasconcelos** – **Jovino Cândido** – **José Priante** – **Júlio Delgado** – **Laura Carneiro** – **Leandro Vilela** – **Leonardo Matos** – **Luiz Couto** – **Luiz Piauhyllino** – **Lupércio Ramos** – **Marcelo Ortiz** – **Marcello Siqueira** – **Marcondes Gadelha** – **Maria do Carmo Lara** – **Mariângela Duarte** – **Marinha Raupp** – **Maurício Rands** – **Mendes Ribeiro Filho** – **Milton Barbosa** – **Nelson Marquezelli** – **Ney Lopes** – **Nilson Pinto** – **Odair** – **Orlando Desconsi** – **Orlando Fantazzini** – **Osmânio Pereira** – **Pastor Pedro Ribeiro** – **Patrus Ananias** – **Pauderney Avelino** – **Paulo Bauer** – **Paulo Marinho** – **Paulo Pimenta** – **Perpétua Almeida** – **Professora Raquel Teixeira** – **Rafael Guerra** – **Reinaldo Betão** – **Renato Casagrande** – **Roberto Balestra** – **Roberto Pesa** – **Rogério Teófilo** – **Romeu Queiroz** – **Ronaldo Dimas** – **Ronaldo Vasconcelos** – **Selma Schons** – **Serafim Venzon** – **Vanessa Grazziotin** – **Washington Luiz** – **Yeda Crusius** – **Zelinda Novais**, Senadores, **Eduardo Azeredo**.

Publique-se.

Em, 18-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 114/2004 GDWL

Brasília, 13 de maio de 2004

À Sua Excelência o Senhor

Deputado **João Paulo Cunha**

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho a Vossa Excelência comunicar a instituição na presente data da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, coordenada por este Parlamentar, a ser instalada no próximo mês de junho.

Agradecendo antecipadamente a atenção e a presteza dispensada por Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para renovar protestos de profundo respeito. – **Washington Luiz** – Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA

ATO DE INSTITUIÇÃO

Fica instituída a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, com o objetivo de estimular, defender, proteger, divulgar e garantir a competitividade da indústria cinematográfica brasileira, propondo-se a colaborar com o Poder Público, entidades e associações que tenham como objetivo a produção audiovisual em nosso País.

A frente parlamentar será composta por membros do Congresso Nacional que a ela aderirem.

A frente parlamentar reger-se-á pelo seu Estatuto, a ser aprovado em sua primeira assembléia geral ordinária, cujas disposições deverão respeitar a legislação interna em vigor e atuará sem ônus para a Câmara dos Deputados.

Brasília, 13 de maio de 2004. – **Washington Luiz**, Deputado Federal.

Publique-se.

Em 18-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 262, DE 2004

(Do Sr. Edson Duarte)

Proíbe que aquele que tenha sido prefeito por dois mandatos subsequentes, nos termos do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, seja eleito para a chefia de Poder Executivo de outro Município na sequência imediata.

Despacho: Apense-se Esta À Pec-119/1999.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É introduzido um novo § 6º no art. 14 da Constituição Federal, renumerando-se os restantes:

“Art. 14.

§ 6º Aquele que tiver sido prefeito por dois mandatos subsequentes não poderá ser eleito para a prefeitura de outro Município na sequência imediata das investiduras anteriores.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Atualmente, aquele que tenha exercido dois mandatos subsequentes, nos termos do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, tem a possibilidade de candidatar-se à prefeitura de outro Município limítrofe ou não. Essa possibilidade não contribui, absolutamente, para o desenvolvimento do municipalismo em nosso país.

Em que pese o cuidado observado pelos constituintes em impedir que prefeitos se mantenham no cargo *ad aeternum*, estabelecendo o máximo de dois mandatos subsequentes para cada um, alguns prefeitos descobriram um jeitinho de driblar uma falha da legislação. Assim, ao fim do segundo mandato, transferem o domicílio eleitoral para o município vizinho e conseguem se eleger prefeito novamente. Infelizmente a prática é comum em várias regiões do país. Depois de dois mandatos numa cidade, alguns se tornam prefeitos no município vizinho. E há aqueles que ainda retornam ao município de origem para ocupar novamente o cargo, secularizando-se na função.

A prática se dá com o prefeito usando a máquina administrativa. Ao fim do segundo mandato o prefeito desvia a sua atenção para o município vizinho, preparando o terreno para sua candidatura, criando uma imagem no futuro domicílio eleitoral. Evidentemente, essa “atenção especial” com o município vizinho representa uma aberração na administração pública e uma prática eleitoreira da pior espécie.

Essa a razão por que o presente Projeto impede que aquele que tenha sido reeleito para prefeitura de um Município candidate-se, imediatamente após o segundo mandato, à prefeitura de outro Município.

Ante o exposto, conto com o apoio de nossos ilustres Pares ao presente Projeto para corrigirmos esta falha na Constituição brasileira.

Sala das Sessões, 20 de abril de 2004. – **Deputado Edson Duarte**, PV-BA.

Proposição: PEC-262/2004

Autor: Edson Duarte E Outros

Data de Apresentação: 20/04/2004

Ementa: Proíbe que aquele que tenha sido prefeito por dois mandatos subsequentes, nos termos do § 5º do art. 14 da Constituição Federal, seja eleito para a chefia de Poder Executivo de outro Município na sequência imediata.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:182

Não Conferem:10

Fora do Exercício:0

Repetidas:62

Illegíveis:0

Retiradas:0

Assinaturas Confirmadas

- 1 – ALBERTO FRAGA (PTB – DF)
- 2 – ALCESTE ALMEIDA (PMDB – RR)
- 3 – ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)
- 4 – AMAURI GASQUES (PL – SP)
- 5 – ANDRÉ LUIZ (PMDB – RJ)
- 6 – ANÍBAL GOMES (PMDB – CE)
- 7 – ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE)
- 8 – ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS)
- 9 – ANTONIO NOGUEIRA (PT – AP)
- 10 – ARACELY DE PAULA (PL – MG)
- 11 – ARIOSTO HOLANDA (PSDB – CE)
- 12 – ARNON BEZERRA (PTB – CE)
- 13 – ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
- 14 – ÁTILA LIRA (PSDB – PI)
- 15 – BENEDITO DE LIRA (PP – AL)
- 16 – BENJAMIN MARANHÃO (PMDB – PB)
- 17 – BERNARDO ARISTON (PMDB – RJ)
- 18 – BISMARCK MAIA (PSDB – CE)
- 19 – BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)
- 20 – BOSCO COSTA (PSDB – SE)
- 21 – CABO JÚLIO (PSC – MG)
- 22 – CARLOS EDUARDO CADOCA (PMDB – PE)

missão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 4.524/01 – do Sr. Helenildo Ribeiro – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre placas de veículos oficiais”.

Atenciosamente, Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 10-9-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-128/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 6.990/02 – do Sr. João Magno – que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Atenciosamente, Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 10-9-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-129/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 540/03 – do Sr. André Luiz – que “cancela as multas por avanço de sinal aplicadas por fiscalização eletrônica no período compreendido entre as vinte e três e cinco horas, em todo o Território Nacional”.

Atenciosamente, Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 10-9-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-130/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.162/03 – do Sr. Rogério Silva – que “acrescenta dispositivo ao art. 158 do Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna”.

Atenciosamente, Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 10-9-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. 199/2003

Brasília, 03 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Prezado Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, venho por intermédio deste comunicar a V. Exª que na Sessão Plenária do dia 2 do corrente mês manifestei-me sobre o Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional.

A Frente Parlamentar em Defesa da Infra-Estrutura Nacional trabalhará para colaborar na consolidação dos instrumentos de regulação e financiamento, dando segurança aos investidores nacionais e internacionais, especialmente em setores estratégicos, tais como: Energia Elétrica, Gás Natural, Petróleo, Portos, Saneamento, Telecomunicações e Transportes.

Na certeza de poder contar com a habitual atenção e total apoio por parte de V. Exa. antecipo-lhe os meus agradecimentos.

Cordialmente, **Eduardo Gomes**, Deputado Federal, PSDB/TO.

Publique-se.

Publique-se.

Em 4-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-168/03

Brasília, 29 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 778/03 do Sr. Eduardo Cunha que “dispõe sobre a proibição do transporte de passageiros em pé em coletivos em todo o País”.

Atenciosamente, – Deputado **Mauro Lopes**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Publique-se.

Em 4-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-169/03

Brasília, 29 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.060/03 do Sr. Eduardo Cunha que “dispõe sobre os preços de passagens e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Mauro Lopes**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Publique-se.

Em 4-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-170/03

Brasília, 29 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, caput, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.288/03 – do Sr. Alberto Fraga – que “dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro”.

Atenciosamente, – Deputado **Mauro Lopes**,
Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Publique-se.

Em 4-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. GAB-A.V – 81 /2003

Brasília, 23 de outubro de 2003

Ilustríssimo Senhor
Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa
Brasília, DF

Senhor Secretário-Geral,

Tenho o prazer de informar que no dia 22 de outubro de 2003, através da Subcomissão Permanente de Habitação e Regularização Fundiária, lancei a Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular, na qual solicito o registro.

Aproveito a oportunidade para encaminhar em anexo cópia do Termo de Adesão dos Parlamentares.

Sem mais para o momento, desde já agradeço, subscrevendo-me com protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Ary Vanazzi** –
PT/RS, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular.

Publique-se

Em 4-11-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Publique-se, afaste-se o respectivo suplente, em 16 de novembro de 2005, a partir das 18h38min. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 16-11-2005. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício nº 166/2005/MH

Brasília DF, 9 de novembro de 2005

Exmº Sr.

Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico à Vossa reunião realizada ontem, dia 8-11, com adesão

de mais de 100 parlamentares, foi criada a Frente Parlamentar em Defesa da Proporcional dos Municípios Brasileiros, cujo objetivo é trabalhar pela recomposição das Câmaras Municipais em relação ao número de habitantes.

Pretendemos, ainda, agilizar a tramitação nesta Casa, da PEC 333/04, que irá estabelecer de maneira democrática, parâmetros de representação proporcional nas cidades do Brasil, cujo objeto de interpretação levou a Suprema Corte eleitoral, a cassar o direito de milhares de representantes legitimamente eleitos pelo povo brasileiro.

Na oportunidade, renovo protestos de admiração e elevado apreço.

Cordialmente, – **Mário Heringer** Deputado Federal PDT/MG.

Nº	Partido	Estado	Gabinete	Anexo	Telefone	Celular
ADAO PRETTO	PT	RS	271	III	3215-5721	
AFONSO HAMM	PP	RS	424	IV	3215-5424	
ALBERTO FRAGA	PFL	DF	321	IV	3215-5321	
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	324	IV	3215-5324	
ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	313	IV	3215-5313	
AMARILDO MARTINS DA SILVA	PSC	TO	218	IV	3215-5218	(63) 9994-3403
ANDRE COSTA	PDT	RJ	285	III	3215-5285	(61) 9962-5401
ANDRE DE PAULA	PFL	PE	423	IV	3215-5423	
ANDRE FIGUEiredo	PDT	CE	938	IV	3215-5938	
ANIBAL GOMES	PMDB	CE	731	IV	3215-5731	
ANSELMO	PT	RO	802	IV	3215-5802	
ANTENOR NASPOLINE	PSDB	CE	725	IV	3215-5725	
ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	708	IV	3215-5708	
ANTONIO CARLOS BIFFI	PT	MS	385	III	3215-5385	
ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME	PMDB	SP	624	IV	3215-5624	
ANTONIO CRUZ	PP	MS	368	III	3215-5368	
ARNON BEZERRA	PTB	CE	413	IV	3215-5413	
ARY KARA	PTB	SP	734	IV	3215-5734	
ATHILA LINS	PMDB	AM	730	IV	3215-5730	
BENEDITO DE LIRA	PP	AL	942	IV	3215-5942	
CARLOS HUMBERTO MANNATO	PDT	ES	217	IV	3215-5217	
CELICITA PINHEIRO	PFL	MT	528	IV	3215-5528	
CELSO RUSSOMANNO	PP	SP	756	IV	3215-5756	
CESAR SILVESTRE	PPS	PR	476	III	3215-5476	
DARCISIO PAULO PERONI	PMDB	RS	518	IV	3215-5518	
DARCY COELHO	PP	TO	309	IV	3215-5309	
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	537	IV	3215-5537	
DILCEU SPERAFICO	PP	PR	746	IV	3215-5746	
DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546	IV	3215-5546	
DURVAL ORLATO	PT	SP	820	IV	3215-5820	(11) 4586-5039
EDUARDO CEABRA DA COSTA	PTB	AP	303	IV	3215-5303	
FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	208	IV	3215-5208	
FEU ROSA	PP	ES	960	IV	3215-5960	

FRANCISCO TÚRRA	PP	RS	801	IV	3215-5801		
GERALDO RESENDE PEREIRA	PPS	MS	905	IV	3215-5905		
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	732	IV	3215-5732		
GONZAGA MOTTA	PSDB	CE	636	IV	3215-5636		
GRÊNVEL OLIVEIRA MOURA	PMDB	BA	715	IV	3215-5715		
GUILHERME MENEZES	PT	BA	743	IV	3215-5743		
HAMILTON CASARA	PSDB	RO	342	IV	3215-5342		
HELENO SILVA	PL	SE	350	IV	3215-5350		
INALDO FREITAS	PL	PB	605	IV	3215-5605		
IVAN RANZOLINI	PFL	SC	601	IV	3215-5601		
IVO JOSÉ	PT	MG	573	III	3215-5573		
JACKSON BARRETO	PTB	SE	733	IV	3215-5733		
JAIME MARTINS	PL	MG	333	IV	3215-5333		
JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES	230	IV	3215-5230		
JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP	341	IV	3215-5341		
JILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	910	IV	3215-5910		
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	315	IV	3215-5315		
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	484	III	3215-5484		
JOÃO HERMANN NETO	PDT	SP	913	IV	3215-5913		
JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	425	IV	3215-5425		
JOSÉ CHAVES	PTB	PE	436	IV	3215-5436		
JOSÉ DIVINO OLIVEIRA DE SOUZA	PMR	RJ	587	III	3215-5587		
JOSÉ DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	221	IV	3215-5221	(83)9984-9815	(83) 3246-7249
JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	IV	3215-5860		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	735	IV	3215-5735		
JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG	854	IV	3215-5854		
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	305	IV	3215-5305		
JULIO DELGADO	PPS	MG	323	IV	3215-5323		
JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	244	IV	3215-5244		
LEANDRO VILELA	PMDB	GO	574	III	3215-5574		
LEO ALCANTRA	PSDB	CE	726	IV	3215-5726		
LÚCIANO ZICA	PT	SP	627	IV	3215-5627		
LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	945	IV	3215-5945		
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466	III	3215-5466		

MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	322	IV	3215-5322		
MARCELO HORTIZ	PV	SP	931	IV	3215-5931		
MARCO MAIA	PT	RG	369	III	3215-5369		
MARCOS DE JESUS	PFL	PE	745	IV	3215-5745		
MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO	PT	MG	373	III	3215-5373		
MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	471	III	3215-5471	(61) 9982-5471	(51) 9919-5471 /
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	212	IV	3215-5212		
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	607	IV	3215-5607		
MAURO LOPES	PMDB	MG	841	IV	3215-5841		
MILTON BAIANO	PP	ES	618	IV	3215-5618		
MILTON MONTI	PL	SP	328	IV	3215-5328		
MORONI TORGAN	PFL	CE	445	IV	3215-5445		
MURILO ZAUYTH	PFL	MS	479	III	3215-5479		
NELSON TRAD	PMDB	MS	452	IV	3215-5452		
NEY LOPES	PFL	RO	326	IV	3215-5326	(61) 81182512	(084) 9982-3414
NILTON CAPICHABA	PTB	RO	318	IV	3215-5318		
ONYX LOUREZONE	PFL	RG	828	IV	3215-5828		
OSWALDO COELHO	PFL	PE	444	IV	3215-5444		
PAULO FERNANDO FEIJÓ TORRES	PSDB	RJ	346	IV	3215-5346	3215-5348	
PEDRO CANEDO	PP	GO	934	IV	3215-5934		
POMPEU DE MATOS	PDT	RS	810	IV	3215-5710		
RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	239	IV	3215-5239		
RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	PL	PA	809	IV	3215-5809	(91) 8118-4940	(91) 3264-7243
RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	662	IV	3215-5062	3215-9650	
RENILDO CALHEIROS	PCDB	PE	3564	IV	3215-53564		
RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729	IV	3215-5729		
RICARTE DE FREITAS	PTB	MT	822	IV	3215-5822		
ROMERO BARRETO	PTB	TO	839	IV	3215-5839		
RONALDO CAIADO	PFL	GO	227	IV	3215-5227		
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	937	IV	3215-5937		
RUBENS OTONE	PT	GO	501	IV	3215-5501		
SANDRO MABEL	PL	GO	443	IV	3215-5443		
SELMA SCHONS	PT	PA	825	IV	3215-5825		
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	5	SENADO	3311-2288		

SENADOR MÃO SANTA	PMDB	PI	4	SENADO	3311-2336		
SEVERIANO ALVES	PDT	BA	738	IV	3215-5738		
SILVIO FRANÇA TORRES	PSDB	SP	585	III	3215-5585		
TATICO	PTB	DF	560	IV	3215-5560		
TETÊ BEZERRA	PMDB	MT	284	III	3215-5284		
VANDER LOUBET	PT	MS	383	IV	3215-5838		
VANDER LOUBET	PT	MS	838	IV	3215-5838	3215-3838	
VANDERVAL LIMA DOS SANTOS	PL	SP	348	IV	3215-5348		
VINCENTE ARRUDA	PSDB	CE	603	IV	3215-5603		
WAGNER LAGO	PDT	MA	629	IV	3215-5629		
WALTER BARELI	PSDB	SP	374	III	3215-5374		
WANDERVAL SANTOS	PL	SP	348	IV	3215-5348		
WASNY DE ROURE	PT	DF	379	III	3215-5379		
ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	823	IV	3215-5823		
ZONTA	PP	SE	366	III	3215-5366		

— PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício nº 166/05, do Dep. Mário Heringer — Frente Parlamentar em Defesa da Representação Proporcional dos Municípios Brasileiros.

Em 11/11/05

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

Ofício nº 1.011/2005-CAPADR

Brasília, 9 de novembro de 2005

A Sua Excelência e Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação do Projeto de Lei nº 4.467/2004

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 4.467/04 por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, — Deputado **Ronaldo Caiado**,
Presidente.

Publique-se.

Em 16-11-05. — **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 335-PP/2005 — CCJC

Brasília, 4 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo apreciados por este Órgão Técnico, nesta data, a seguir relacionados: 1.701/05, 1.780/05, 1.808/05, 1.809/05, 1.811/05, 1.815/05.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. — Deputado **Antonio Carlos Biscaia**,
Presidente.

Publique-se.

Em 16-11-05. — **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. LID/PSC/Nº 137/2004-LD

Brasília, 29 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, indico o Deputado Carlos Willian – PSC/MG, como Titular e o Deputado Zequinha Marinho – PSC/PA, como Suplente para integrarem o PL. 146/03, que “institui princípios e normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências.”

Sendo só o que tinha para o momento, ao ensejo renovo meus protestos de consideração e distinto apreço.

Respeitosamente, – Deputado **Pastor Amarildo**,
Líder do PSC.

Defiro. **Publique-se.**

Em 6-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. LID/PSC/Nº 140/2004-LD

Brasília, 29 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, indico o Deputado Cabo Júlio – PSC/MG, para integrar como Titular a Comissão Especial PEC. 632/98, que dispõe sobre “Serviço Militar Voluntário.”

Sendo só o que tinha para o momento, ao ensejo renovo meus protestos de consideração e distinto apreço.

Respeitosamente, – Deputado **Pastor Amarildo**,
Líder do PSC.

Publique-se.

Em 6-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. LID/PSC/Nº 141/2004-LD

Brasília, 29 de junho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, indico o Deputado Cabo Júlio – PSC/IMG, para inte-

grar como Titular a Comissão Especial PEC. 369/96, que dispõe sobre “Serviço Civil Obrigatório”.

Sendo só o que tinha para o momento, ao ensejo renovo meus protestos de consideração e distinto apreço.

Respeitosamente, – Deputado Pastor **Amarildo**,
Líder do PSC.

Publique-se.

Em 6-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício-Pres. nº 118

Brasília, 1º de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Publicação do PL nº 346-A/99

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a aprovação, com substitutivo e complementação de voto, do Projeto de Lei Nº 346-A/99, do Sr. Roberto Pessoa, que “estabelece a obrigatoriedade de os laboratórios farmacêuticos inscreverem nas embalagens e rótulos de seus produtos alerta sobre a necessidade de orientação médica para o uso de medicamentos”, e do PL Nº 3.545/00, apensado; e a rejeição do substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, para publicação das referidas proposições e do parecer a elas oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 6-7-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 186/2004/GDMD

Brasília, 5 de julho de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, solicitamos, através deste, a oficialização de instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular (doc. em anexo), ocorrida em 29 de junho próximo passado, no Plenário 13 do Anexo II da Câmara dos Deputados, que contou com a inestimável presença de V. Exa.

Outrossim, informo que esta Deputada figura como Coordenadora Geral da Frente Parlamentar.

Sem mais, renovamos protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputada **Mariângela Duarte**, PT/SP.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REFORMA POLÍTICA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Atendendo à solicitação do Fórum da Cidadania de Santos – instância de caráter plural e suprapartidário, e que se constitui em espaço de participação política do cidadão santista em uma dimensão pública e comunitária, proponho a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular.

A proposta emerge da consciência comum de que a Reforma Política não pode ser promovida somente pelos políticos, sob pena de nos depararmos com um processo viciado, onde predominam o casuísmo e a parcialidade.

O Fórum da Cidadania de Santos realizou, em dezembro último, a Conferência Metropolitana da Cidadania – CONCIDADANIA – que foi precedida, no período de setembro a dezembro de 1993, de 40 Pré-Conferências, com registro da participação de 2.500 pessoas da região metropolitana da baixada santista, distribuídas entre os municípios de Santos, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Vicente, Itanhaém e Peruíbe.

Cada pré-conferência abordou o tema cidadania associado a uma determinada questão social, como saúde, educação, meio ambiente, ação política, e outras.

Desse trabalho surgiu, então, a idéia da instituição de um processo de participação popular em relação à reforma política, que já tem o apoio de importantes e notórias lideranças, a saber:

- Deputado Federal Alexandre Cardoso – Presidente da Comissão de Reforma Política da Câmara Federal;
- Candido Grzybowski – Presidente do Ibase (RJ);
- Cláudio Weber Abramo – Secretário Geral da Transparência Brasil (SP);
- Padre Ernanne Pinheiro – Assessor Político da CNBB (DF);
- Fábio Konder Comparato – Coordenador da Escola de Governo (SP);
- Salete Valenzan – Diretora do Instituto Paulo Freire (SP) e do Fórum Social Brasileiro.

A sugestão foi apresentada, também, no Fórum Mundial da Educação, realizado no Centro de Con-

venções do Anhembi, de 1º a 4 de abril deste ano, promovido, dentre outros, pelo Instituto Paulo Freire, ONG direcionada à educação, onde a proposta foi deliberada com aprovação da indicação para a criação de um Comitê Nacional de Coordenação da Sociedade Civil, que deverá trabalhar em cooperação com a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular.

Vê-se que é desejo legítimo da sociedade que o tema seja discutido em profundidade, nas mais diferentes instâncias: universidades, sindicatos, partidos políticos, comunidades religiosas e demais associações civis, de âmbito local, regional e nacional.

O processo de ampla democratização das discussões sobre a Reforma Política deve culminar com um grande evento de abrangência nacional, a partir do qual se possa obter um consenso sobre alguns temas prioritários que devem ser inseridos e amplamente discutidos no âmbito da Reforma Política.

Busca-se, portanto, a construção de um consenso, respaldado pela maior participação popular possível, que venha a expressar a vontade de parcela significativa da sociedade civil brasileira, e que constituirá importante fonte de subsídio ao trabalho a ser realizado pelo Congresso Nacional.

Temos o desafio de garantir que a Reforma Política, apesar de célere, seja promovida com aprofundada reflexão, respeitando-se, portanto, o processo eleitoral em curso, de forma a evitar o casuísmo ou as discussões infundáveis, que impedem as imprescindíveis mudanças requeridas pela sociedade em prol do interesse coletivo.

Esse é o sentido da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular: integrar instituições políticas e sociedade civil, na construção de uma proposta de reforma política que atenda aos verdadeiros anseios nacionais, proporcionando o indispensável estímulo para a viabilização de um efetivo processo popular de organização e participação política.

Dentro desse escopo, são objetivos principais da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Política com Ampla Participação Popular, em conjunto com um Comitê Nacional de Coordenação da Sociedade Civil, composto por lideranças das principais ONG e importantes instituições da sociedade civil organizada:

- 1) Promover ampla mobilização nacional em torno da discussão sobre a Reforma Política, estimulando o processo popular de organização e participação políticas;
- 2) Organizar e promover, em âmbito local e regional, discussões e debates sobre a Reforma Política;

3) Organizar e promover evento nacional sobre Reforma Política;

4) Elaborar proposta de Reforma Política representativa da vontade de parcela significativa da sociedade civil brasileira e encaminhá-la e defendê-la junto ao Congresso Nacional.

Deputada **Mariângela Duarte**, PT/SP (Propo-nente).

Publique-se.

Em 6-7-04. – João Paulo Cunha, Pre-sidente.

OF. GDWS nº 130/2004

Brasília, 6 de julho de 2004

Exmo. Senhor
João Paulo Cunha
MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Com fulcro nas normas regimentais desta Casa,
consoante o § 3º do art. 235, e em face de doença

comprovada e da impossibilidade de atender aos de-
veres decorrentes do exercício do mandato, submeto
a sua apreciação a licença médica para tratamento de
saúde relativo ao dia 6 (terça-feira) de julho de 2004,
de conformidade com o que preceitua o art. 236, pa-
rágrafo único, do Regimento Interno.

Outrossim, submeto a sua apreciação o meu
pedido de afastamento por 120 (cento e vinte) dias,
sem remuneração, para tratar de assunto de interesse
particular, a partir do dia 7 (quarta-feira) de julho do
corrente ano. (Art. 235, inciso III do RICD).

Esclareço que o Suplente de Deputado Federal
Lino Rossi, do PSB/MT, assumirá as funções nesta
Casa do Congresso Nacional no decorrer desse perí-
odo do meu afastamento, ocupando o meu gabinete
parlamentar, no anexo IV, sala 808, observando, no
entanto, o disposto no Ato da Mesa nº 37, de 1979.

Certo da sua obsequiosa atenção, antecipo meus
agradecimentos ao tempo em que renovo os meus pro-
testos de elevada estima e alta consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Wilson Santos**,
PSDB/MT.

ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que o
Sr. (a) Wilson Santos
necessita da dispensa do Serviço no período de
06/07/04 a 11/11/11 a fim de recuperar-se de
tratamento clínico ou cirúrgico.

CID: 504.0

Cuiabá, 06 de Julho de 2004

Dr. Carlos R. Schlichtka
Otorrinolaringologia
CRM 2187 MT

Dr. Alonso Alves Filho
Otorrinolaringologia
CRM 1261 MT

Dr. Osvaldo Tomaz
Otorrinolaringologia
CRM 3004 MT

Dr. Alonso Alves Filho
Otorrinolaringologia
CRM 1261 MT

RUA GAGO COUTINHO, 321 - ARAÚS - FONE/FAX: (65) 317-1777
CEP 78005-730 - CUIABÁ - MATO GROSSO

Considere-se afastado, nos termos do artigo 56, inciso II, e § 1º, da CF c/c os
artigos 235, inciso II e III, e 236, parágrafo único, todos do RICD, em 06 de julho
do corrente, a partir das 09h54min. Após, convoque-se o respectivo suplente. Ao
Senhor Diretor-Geral. Publique-se.
Em: 06/07/04


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Of. P-178/03

OF. nº 251/2003

Brasília, 5 de novembro de 2003

Brasília, 6 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.148/03 – do Sr. Lincoln Portela – que “acrescenta dispositivo ao art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro, fixando novo equipamento obrigatório para veículos”.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**
Presidente.

Publique-se,

Em: 12-11-03, – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Exm^o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho, em anexo, a lista dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Regularização do uso e ocupação dos terrenos de marinha, que foi instalada em 16 de outubro do corrente.

Reitero, ademais, o convite para que V. Ex^a compareça ao Seminário sobre a “Regularização do Uso e Ocupação dos Terrenos de Marinha”, a ser realizado no Auditório Interlegis – Senado Federal – Via nº 2 – Anexo “E” – dia 13 de novembro de 2003, das 9h às 13h.

Atenciosamente, – Deputado **Renato Casagrande**, PSB-ES.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REGULARIZAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DOS TERRENOS DE MARINHA

MEMBROS COORDENADORES :

Presidente :	Dep. RENATO CASAGRANDE
1º Vice-Presidente :	Dep. EDSON ANDRINO
2º Vice-Presidente :	Dep. PEDRO FERNANDES
1º Secretário :	Dep. NEUCIMAR FRAGA
2º Secretário :	Dep. LAURA CARNEIRO
Vogais :	Senadora ROSEANE SARNEY
	Dep. ZONTA
	Dep. ELISEU PADILHA
	Dep. LEODEGAR TICOSKI
	Dep. MAURO PASSOS

Demais membros :

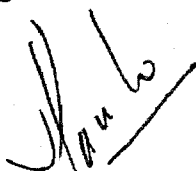
Senador Magno Malta
Senador João Batista Motta
Dep. Manato
Dep. Marcus Vicente
Dep. Feu Rosa
Dep. José Carlos Elias
Dep. Marcelino Fraga
Dep. Nilton Baiano

Dep. Adelar Vieira
Dep. André Zacharow
Dep. Alex Canziani
Dep. Max Rosemann
Dep. Moacir Micheletto
Dep. João Herrmann
Dep. Alexandre Cardoso
Dep. Colbert Martins

Dep. Rose de Freitas
Dep. Yeda Crusius
Dep. Pastor Reinaldo
Dep. Fernando de Fabinho
Dep. João Carlos Barcelar
Dep. Almerinda de Carvalho
Dep. Pedro Fernandes

Dep. Edson Duarte
Dep. Machado
Dep. Luiz Couto
Dep. Roberto Pessoa
Dep. Mauro Benevides
Dep. João Castelo
Dep. Ribamar Alves

Publique-se
Em 12/11/03



JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM
A FINALIDADE DE "INVESTIGAR DENÚNCIAS
DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS POR EMPRESAS
E INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE PLANOS
DE SAÚDE" (CPI – PLANOS DE SAÚDE)

REQUERIMENTO Nº 1.304, DE 2003
(Do Sr. Deputado Henrique Fontana)

Requer seja prorrogado o de funcionamento da Comissão até o dia 17 de novembro de 2003.

Sr. Presidente,

Nos termos do § 3º do artigo 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o § 2º do artigo 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro seja prorrogado o prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito até o dia dezessete de novembro de 2003.

Justificação

Tendo em vista a impossibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito concluir os seus trabalhos no prazo estabelecido por essa Presidência, nos termos do art. 35, § 3º, do Regimento Interno da Casa, em atendimento ao Requerimento nº 1.175/2003, deste parlamentar, faz-se necessária nova prorrogação do prazo de funcionamento desta Comissão até o dia dezessete de novembro de 2003.

Sala das Sessões, de outubro de 2003. – Deputado **Henrique Fontana**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS
DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS POR EMPRESAS E INSTITUIÇÕES
PRIVADAS DE PLANOS DE SAÚDE
(CPI – PLANOS DE SAÚDE)

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2003
(Do Sr. Deputado Henrique Fontana)

Requer seja prorrogado o prazo de funcionamento da Comissão até o dia 25 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do artigo 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o § 2º do artigo 5º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, requeiro seja prorrogado o prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, até o dia 25 de novembro de 2003.

Justificação

A necessidade de nova prorrogação do prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito se justifica em decorrência de dois fatores fundamentais. O primeiro deles, de caráter regimental, relaciona-se à data fixada para o encerramento dos trabalhos desta CPI. O dia 17 de novembro de 2003 cai numa segunda-feira, dia em que é difícil atingir-se o **quorum** necessário à apreciação de matérias, frustrando, assim, todo o empenho desta CPI voltado para responder as expectativas da sociedade brasileira em relação a temas tão urgentes quanto o dos planos de

OF. PRES. Nº 187/05/CTASP

Brasília, 16 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: publicação de proposição apreciada

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58, do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei nº 3.692/04, por este Órgão Técnico. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Publique-se.

Em 31-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 302/05-Pres.

Brasília, 29 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada em 24-8-05, proferiu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.246/04, nos termos do parecer do Relator, Deputado Gilberto Nascimento.

Respeitosamente, – Deputado **Ênio Bacci**, Presidente.

Publique-se.

Em 31-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 68/05 – GAB. Nº 546

Brasília, 30 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Com meus cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a relação dos parlamentares que aderiram à Frente Parlamentar em Defesa da Regularização Fundiária dos Estados da Amazônia, de minha autoria.

O objetivo é propor um espaço para discussões das questões e também, buscar soluções seguras, visando a regularização das terras daqueles estados.

Certo de poder contar com o bom acolhimento de Vossa Excelência aproveito a oportunidade para subscrever-me com apreço.

Atenciosamente, – Deputado Federal, **Dr. Rodolfo Pereira**. PDT/PP

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS QUE JÁ ASSINARAM A FRENTE

- 1 Darcy Coelho PP/TO
- 2 Gonzaga Patriota PSB/PE
- 3 Zé Lima PP/PA
- 4 Max Rosenman PMDB/PR
- 5 Vittorio Mediolì PV/MG
- 6 Átila Lins PPS/AM
- 7 Nilson Pinto PSDB/PA
- 8 Luciano Castro PL/RR
- 9 Alceste Almeida PMDB/RR
- 10 Leandro Vilela PMDB/GO
- 11 Carlos Nader PL/RJ
- 12 Ademir Camilo PL/MG
- 13 Luiz Bittencourt PMDB/GO
- 14 Osmar Serraglio PMDB/PR
- 15 Hamilton Casara PL/RO
- 16 Eduardo Valverde PT/RO
- 17 Tetê Bezerra PMDB/MT
- 18 Pastor Pedro Ribeiro PMDB/CE
- 19 Vanessa Grazziotin PCdoB/AM
- 20 Zequinha Marinho PSC/PA
- 21 Agnaldo Muniz PP/RO
- 22 Dr. Ribamar Alves PSB/MA
- 23 Henrique Afonso PT/AC
- 24 Gastão Vieira PMDB/MA
- 25 Almir Sá PL/RR
- 26 Pastor Frankenberguen PTB/RR
- 27 Moacir Micheletto PMDB/PR
- 28 Nelson Bonier PMDB/RJ
- 29 Gervásio A. de Oliveira PMDB/AP
- 30 Josué Bengtson PTB/PA
- 31 João Batista PFL/SP
- 32 Rose de Freitas PMDB/ES
- 33 Davi Alcolumbre PFL/AP
- 34 Benedito Dias PP/AP
- 35 Natan Danadon PMDB/RO
- 36 Jovino Cândido PV/SP
- 37 Eduardo Barbosa PSDB/MG
- 38 Mário Heringer PDT/MG
- 39 Jurandir Bóia PDT/AL
- 40 Carlos Willian PMDB/MG
- 41 Alceu Collares PDT/RS
- 42 Costa Ferreira PSC/MA
- 43 Hamilton Casara PL/RO
- 44 Osvaldo Reis PMDB/TO
- 45 Alex Canziani PTB/PR
- 46 Humberto Michiles PL
- 47 Zenaldo Coutinho PSDB/PA

48 Coronel Alves PL/AP
49 Marinha Raupp PMDB/RO
50 Asdrubal Bentes PMDB/PA
51 Maria Helena PPS/RJ
52 Almerinda de Carvalho PMDB/RJ
53 Ronaldo Dimas PSDB/TO
54 Ann Pontes PMDB/PA
55 André Figueiredo PDT/CE
56 João Herrmann Neto PDT/SP
57 Nilson Mourão PT/AC
58 João Fontes PDT/SE
59 Francisco Rodrigues PFL/RR
60 Anivaldo Vale PSDB/PA
61 Enio Bacci PDT/RS
62 Raimundo Santos PL/PA
63 Manato PDT/FS
64 Luiz Piauhyllino PDT/PE
65 Nicias Ribeiro PSDB/PA
66 Isaías Silvestre PSB/MG
67 Pompeo de Mattos PDT/RS
68 Alice Portugal Pcdob/BA
69 Badu Picanço PL/AP
70 Maurício Rabelo PL/TO
71 Pauderney Avelino PFL/AM
72 Suely Campos PP/RR
73 Severiano Alves PDT/BA
74 Álvaro Dias PDT/RN
75 Carlos Souza PP/AM
76 Hélio Esteves PT/AP
77 João Correia PMDB/AC
78 Eduardo Seabra PTB/AP
79 Francisco Turra PP/RS
80 Ney Lopes PFL/RN
81 Capitão Waine/GO
82 Miguel de Souza PL/RO
83 José Priante PMDB/PA

Publique-se.

Em 31-8-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.854, DE 2005**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

TVR Nº 612/2005

MSC Nº 230/2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Despacho: À Comissão e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD).

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 – CCJR).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 85, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2005. – Deputado **Jader Barbalho**, Presidente.

TVR Nº 612, DE 2005

(Mensagem nº 230, de 2005)

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 85, de 23 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

I – Relatório

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea “h”, do art. 32 do Regimento Interno.

Durante o Seminário, foram feitas várias propostas, entre outras, a vinculação de um mínimo constitucional a ser gasto obrigatoriamente pela União, Estados e Municípios, como ocorre atualmente na área da educação e da saúde, a ser operacionalizado pelos fundos estaduais existentes. E, ainda, uma vinculação da contribuição do lucro social líquido das Empresas e também uma taxa incidente sobre o Sistema Financeiro Nacional, com vistas a fortalecer os Fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário. Todas estas propostas a médio e longo prazos, tem uma sinalização de que se busque fontes complementares de recursos, de forma a assegurar que não haja déficit público. Todavia, é inaceitável que diante da crise nacional pela qual passa a Segurança Pública e o Sistema Prisional brasileiro, não sejam conseguidas receitas destinadas ou geradas nos segmentos e que não sejam neles aplicados.

Entretanto, a maioria das propostas implica em emendas ao Texto Constitucional vigente, exigindo, assim, um quorum e votação especiais e, além do mais, contribui para um engessamento do orçamento. Dai porque foi deliberado no Seminário:

1. O estabelecimento de um compromisso, público e nacional, por escrito, envolvendo o Presidente da República, os Governadores, os Presidentes do Congresso Nacional e dos Presidentes das Assembleias Legislativas Estaduais, para que as receitas vinculadas ao setor, tais como taxas, loterias, recursos externos para projetos de investimentos sejam sempre incluídos nos orçamentos e nos planos plurianuais e na lei de diretrizes orçamentárias, dando prioridade absoluta à área de Segurança Pública e do Sistema Prisional;

2. Que os chefes dos Poderes Executivos descontingenciem todos os recursos destinados aos setores que estejam eventualmente contingenciados e para o futuro não adotem qualquer tipo de contingenciamento de dotações no orçamento para esta área, liberando ainda, os pagamentos nas datas previstas;

3. Que os empréstimos de convênios externos firmados sejam assegurados as contrapartidas nacionais no orçamento, na execução e pagamento de recursos, em montante suficiente e tempestivamente, inclusive para se economizar o pagamento de taxas de compromisso e ter a condição de reclamar mais aporte;

4. Inclusão no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2005, bem como nas Leis Estaduais de normas reproduzindo as regras acima citadas, assegurando a alocação de recursos, a execução do seu pagamento, especificamente, no caso Federal a exigência que o orçamento de 2005 destine para investimentos na área de segurança o montante

no mínimo equivalente ao total de tributos federais recolhidos pelas empresas de segurança privada.

Discutiu-se no Seminário, ainda, outras proposições de leis para fortalecer os financiamentos e agilizar os investimentos em Segurança, envolvendo o mesmo tratamento legislativo dispensado ao sistema único de saúde e ao ensino fundamental;

Aplicação de parcela da receita do PASEP recolhida por cada administração estadual para a formação e requalificação dos servidores da área de segurança e do sistema prisional;

Aplicação de parcela crescente da receita paga pelos Estados, por conta da rolagem da dívida, de modo que o Tesouro Nacional devolva ao Estado de origem uma parte desta receita que dele recebe, pequena mas crescente, por exemplo o equivalente a 0,2%, e subindo até 1% da receita líquida real, destinada única e exclusivamente aos fundos estaduais de segurança pública e de Sistema Prisional.

Vinculação, ainda, de parcelas da receita da CPMF, equivalente a sua incidência estimada sobre a economia informal, para investimentos em segurança pública e sistema prisional.

A instituição de um piso salarial nacional para os operadores do sistema de segurança pública e sistema prisional.

Depois de lido, vai assinado pelos o presentes.

Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 23 de Junho de 2004.

Publique-se.

Em, 29-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,

Presidente.

Of Gab nº 25/2005

Brasília, 28 de abril de 2005

Exmo. Deputado Severino Cavalcanti
MD Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados

Prezado Sr. Presidente,

Cumprimento V. Ex^a ao tempo em que encaminho cópia de estatuto e relação dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco, instituída no dia 21 de outubro de 2003, em reunião realizada com o apoio da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, através do requerimento de número 72B3D4AB56.

Aproveito a oportunidade para solicitar vosso apoio para realização de reunião ordinária da Frente, na próxima semana, em data a ser definida com V. Ex^a.

Certo da atenção dispensada, reitero protestos de consideração. – Deputado **Fernando Ferro**, PT/PE.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Denominação, Sede, Duração e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco é uma frente de caráter suprapartidário, constituída no âmbito do Congresso Nacional, integrada por Deputados Federais e Senadores que tenham compromisso com as disposições deste estatuto.

Parágrafo Único. A Frente, instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado, tem seu endereço no gabinete do parlamentar que a estiver presidindo.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco:

a. Manter e consolidar ação conjunta e suprapartidária em benefício de políticas voltadas para a revitalização e desenvolvimento sustentável do rio São Francisco, ampliando o debate acerca de ações que visem a melhoria das condições do rio;

b. Implementar, nos limites da ação parlamentar, proposições e ações para auxiliar políticas em prol do rio São Francisco;

c. Desenvolver permanentemente os mecanismos legislativos de proteção ao rio São Francisco, com apoio à implantação e fiscalização das aplicações do Fundo de Revitalização do rio São Francisco.

Dos Membros da Frente Parlamentar

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco:

a. Como membros fundadores os Deputados Federais e Senadores que subscrevam o Termo de Adesão no prazo de trinta dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

b. Como membros colaboradores os ex-parlamentares, as pessoas, instituições e movimentos que se interessem pelas finalidades e ações da Frente.

Dos Direitos e Deveres dos Filiados

Art. 4º São direitos dos filiados fundadores e efetivos:

a. Participar das atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco;

b. Participar das Assembléias Gerais;

c. Votar e ser votado;

d. Requerer ao presidente da Frente Parlamentar a convocação da Assembléia Geral

Extraordinária, em documento assinado com pelo menos 1/3 dos filiados e;

e. Ter acesso a todos os livros, documentos e registros da Frente Parlamentar.

Art. 5º São deveres dos filiados

a. Divulgar a Frente Parlamentar, suas finalidades e suas ações;

b. Participar de reuniões de trabalho e Assembléias Gerais convocadas;

c. Cumprir os Estatutos e as deliberações das Assembléias Gerais e dos órgãos da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco;

d. Exercerem cargos para os quais forem eleitos ou nomeados;

e. Contribuir pecuniariamente ou não com as finalidades e ações da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco, quando devidamente instituídas pela Assembléia Geral.

Da Estrutura da Frente Parlamentar

Art. 7º São órgãos de direção da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco:

a. A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra e voto;

b. A Mesa Diretora, integrada pelo

b.1. Presidente;

b.2. 1º Vice-presidente;

b.3. 2º Vice-presidente;

b.4. Secretário Executivo;

b.5. Secretário Adjunto;

b.6. Tesoureiro;

b.7. Tesoureiro Adjunto.

c. O Conselho Fiscal, constituído por três membros e três suplentes.

Parágrafo Primeiro – Os Secretário Adjunto e o Tesoureiro Adjunto poderão ser escolhidos entre os servidores do Congresso Nacional ou funcionários do quadro de Secretários Parlamentares.

Parágrafo Segundo – Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação à Assembléia Geral Ordinária.

1. Art. 6º – A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes a cada ano, uma no mês de maio e a outra no mês de outubro e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 7º Compete à Assembléia Geral:

- a. Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco;
- b. Eleger e dar posse à Mesa Diretora e ao Conselho Fiscal;
- c. Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;
- d. Admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;
- e. Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;
- f. Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 8º A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado, e nas emissoras de rádio e de televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 9º Compete à Mesa Diretora:

- a. Representar ativa e passivamente a Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco;
- b. Conceber, organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar;
- c. Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado;
- d. Manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado, visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de revitalização do rio São Francisco, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos poderes da União, nos Estados e nos Municípios;

e. Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

f. Firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades provadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações afirmativas e políticas públicas e privadas em prol da revitalização do rio São Francisco;

g. Exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 10º Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 11º O Patrimônio da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco será constituído pelos bens móveis e imóveis que possua ou venha possuir;

Art. 12º Constituem renda da Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco:

- a. Legados e Doações;
- b. Contribuições dos filiados;
- c. Auxílios e subvenções do Poder Público e/ou privado.

Das Disposições Gerais

Art. 13º A Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada e que conte com os votos favoráveis da maioria absoluta dos seus membros com direito a voto.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução o patrimônio da Frente será destinado a instituição indicada pela Assembléia Geral, que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 14º Os dirigentes da Frente Parlamentar não são remunerados, nem respondem pelas obrigações por ela contraídas.

Art. 15º A Frente Parlamentar terá autonomia própria e adotará regimento interno que não conflitará com as diretrizes adotadas por este Estatuto. Tal regimento detalhará os princípios, a organização e as competências dos diversos órgãos e das atribuições dos seus dirigentes, na forma de associação, destituição e desligamento dos membros da Frente Parlamentar.

Art. 16º O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Brasília, 21 de outubro de 2003

MEMBROS DA COMISSÃO

Senador – Antonio Carlos Valadares

Deputados

Marcelo Teixeira	Jair Bolsonaro	Sérgio Carvalho	Durval Orlato
Anselmo	Rogério Silva	<i>Cleuber Carneiro</i>	Henrique Afonso
Júnior Betão	Rommel Feijó	Antonio Joaquim	Marcelino Fraga
Daniel Almeida	José Chaves	Pastor Frankemberg	Osvaldo Reis
Elimar Maximo Damasceno	Osvaldo Reis	Rafael Guerra	Inaldo Leitão
Devanir Ribeiro	Telma de Souza	Sandro Mabel	Vignatti
Selma Schons	João Tota	Deley	<i>Wanderley Assis</i>
Maninha	Nilson Trad	Assis Miguel do Couto	Celcita Pinheiro
Alberto Fraga	Sandes Junior	Jorge Boeira	Luiz Couto
Jovino Cândido	Pauderney Avelino	Pedro Chaves	Maurício Rands
Zé Gerardo	Osório Adriano	Geraldo Thadeu	João Alfredo
Ildeu Araújo	Pedro Fernandes	Antonio Nogueira	Renildo Calheiros
Antonio Cambraia	Carlos Dunga	Jandira Feghali	José Geraldo
Wilson Santiago	Gonzaga Patriota	Ariosto Holanda	Barbosa Neto
Paes Landim	Gervásio Oliveira (?)	João Batista	João Magalhães
Gilberto Nascimento	Andre Zacharow	Luciano Castro	Neucimar Fraga
Luiz Eduardo Greenhalgh	Zelinda Novaes	Eduardo Barbosa	Nilton Capixaba
Milton Barbosa	Osvaldo Biolchi	Vieira Reis	Júlio Delgado
Leônidas Cristino	Eduardo Barbosa	Asdrubal Bentes	Philemon Rodrigues
Antônio Carlos Biffi	João Magno	Osmar Serraglio	Vicentinho
Jaime Martins	João Pizzolati	Bassuma	Moraes Souza
Pedro Chaves	Carlos Nader	José Carlos Elias	Francisco Turra
Inácio Arruda	Gastão Vieira	Bernardo Ariston	Gustavo Fruet
Wasny de Roure	Mendes Ribeiro Filho	Costa Ferreira	Edinho Bez
Wagner Lago	Marcelo Castro	Darci Coelho	Mario Assad Junior
Josué Bengston	Zonta	Takayama	Edimar Moreira
Carlito Merss	João Leão	Ronaldo Vasconcelos	Marcondes Gadelha
<i>Almerinda Carvalho</i>	Enivaldo Ribeiro	Milton Cardias	Luciano Leitoa
Arlindo Chinaglia	João Paulo Gomes da Silva	Cláudio Cajado	Nazareno Fonteles
Renato Casagrande	<i>Darcísio Perondi</i>	Bonifácio Andrada	Maria Lúcia
Neiva Moreira	Adão Preto	Leonardo Picciani	Humberto Michiles
Eduardo Valverde	Odair	<i>Leonardo Monteiro</i>	Alice Portugal
Isaías Silvestre	Tatico	Pastor Pedro Ribeiro	Simão Sessim
Pastor Amarildo	Romeu Queiroz	Carlos Mota	Maria do Rosário
Eliseu Padilha	Bernardo Ariston	Eduardo Gomes	Jamil Murad
Serviano Alves	João Caldas	Nelson Marquezelli	
Ivo José	Inaldo Leitão	Manato	
Gonzaga Patriota	Pedro Chaves	José Thomaz Nonô	
Lucia Braga	B. Sá	Nilson Mourão	
Zico Bronzeado	Iara Bernardes	Pastor Reinaldo	
Helenildo Ribeiro	Mussa Demes		
Fernando Lopes	Paulo Baltazar		
Sebastião Madeira	Francisco Gonçalves		

Publique-se.

Em 29-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1.632, DE 2005**

(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

MENSAGEM Nº 460/1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD)

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 9/90 – CCJR)

Publicação Inicial Art. 137, **Caput** – RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante do Decreto de 16 de maio de 1996, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de abril de 2005. – Deputado **Jader Barbalho**, Presidente.

MENSAGEM Nº 460, DE 1996

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 16 de maio de 1996, que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****I – Relatório**

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame

desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea “h”, do art. 32 do Regimento Interno.

II – Voto do Relator

O processo de renovação de outorga requerida pela Rádio Cultura de Cuiabá Ltda., executante de serviço de radiodifusão sonora em onda média, encontra-se de acordo com a prática legal e documental atinente ao processo renovatório e os documentos juntados aos autos indicam a regularidade na execução dos serviços de radiodifusão.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 1, de 1999, desta Comissão. Verificada a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de renovação de outorga obedece aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005. – Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2005**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante do Decreto de 16 de maio de 1996, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2005. – Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o parecer favorável do Relator, Deputado Pedro Chaves, à Mensagem nº 460/1996, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jader Barbalho – Presidente, Pedro Chaves, Eduardo Sciarra e Silas Câmara – Vice-Presidentes, Adelar Vieira, Ariosto Holanda, Badu Picanço, Carlos Nader, Corauci Sobrinho, Durval Orlato, Gilberto Nascimento,

nº 1.279, de 1999 e dos Projetos de Lei nº 2.950/2000 e 5.996/2001, apensados.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 474/2003-P

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta Comissão em 26-11-2003, esta Presidência declarou a Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.297/03, do Sr. Carlos Nader, que “Inclui entre os beneficiários do inciso XIV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, os portadores do vírus da hepatite C.”, nos termos do artigo 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão de aprovação do Projeto de Lei nº 6.670/02, de autoria do Senado Federal, em 23-4-03, nesta Comissão.

Atenciosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 475/2003-P

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta Comissão em 26-11-2003, esta Presidência declarou a Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.159/03, do Sr. Coronel Alves, que “Dispõe sobre a instituição do ‘Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso’ e dá outras providências”, nos termos do artigo 164, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da sanção da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, em consonância com o parecer do relator, Deputado Eduardo Barbosa.

Atenciosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício Nº 393/2003 – GAB. 321

Brasília, 2 de junho de 2003

Ilmº Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, constituída por diversos políticos que compõem esta Casa, com objetivo de coordenar os diversos assuntos de interesse da Segurança Pública.

A intenção de criar a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, ajusta a Missão de contribuir significativamente para o alcance de soluções que atendam essa que é uma das prioridades da Sociedade Brasileira.

A relevância das questões relativas à Segurança Pública têm importância nos contextos de uma política nacional e internacional no tocante ao interesse da Política Brasileira.

No momento que toda a sociedade cobra atitudes firmes e decididas das autoridades para resolver a crise no Setor da Segurança Pública, temos a certeza de que podemos contribuir para o tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente em Defesa da Segurança Pública, antecipadamente agradecemos.

Na oportunidade, apresento protesto de estima e apreço. – **Alberto Fraga**, Deputado Federal – PMDB/DF.

Ciente. **Publique-se** e, após, **arquive-se.**

Em 2-12-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF 75/2003 GAB

Brasília-DF, 8 de Abril de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para comunicar a formação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, constituída por diversos parlamentares dos vários Partidos Políticos que compõem esta Casa, em reunião realizada dia 12-3-2003, às 14h30min, auditório do anexo IV, subsolo, com a presença de muitos parlamentares que aderiram oficialmente ao movimento (cópia da Ata anexa).

DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo, conforme relação anexa, aprovados por este Órgão Técnico em 2 de dezembro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

OF. Nº 612-P/2003

APROVADOS DIA 2-12-03

PARECERES CCJR DE PDL. Nºs

752-A-03	773-A-03	777-A-03	778-A-03	779-A-03
780-A-03	782-A-03	788-A-03	792-A-03	795-A-03

Publique-se.

Em 29-1-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. Nº 673-P/2003 – CCJR

Brasília, 22 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 3247/03 apreciado por este Órgão Técnico, em 2 de dezembro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-1-04.

OF. Nº04-PP/2004 – CCJR

Brasília, 27 de janeiro de 2004

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2003, apreciada por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Roberto Magalhães**, Presidente em exercício.

Publique-se.

Em 29-1-04.

OF. nº 5-PP/2004 CCJR

Brasília, 29 de janeiro de 2004

A sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 984/2004, apreciado por este Órgão Técnico, em 2 de dezembro de 2003.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Luiz Eduardo Greenhalgh**, Presidente.

Publique-se.

Em: 29-1-04. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 1/2004

Brasília, 29 de janeiro de 2004

Para: Gabinete da Presidência

S. Exª João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

As Universidades públicas brasileiras têm sido alvo de constantes ataques e calúnias. Muito embora sejam responsáveis por 90% da pesquisa produzida no Brasil e ainda que cerca de 70% de seus estudantes sejam originários da classe média e pobres, as verbas vêm tornando-se cada ano mais escassas e uma verdadeira campanha tem sido levada à cabo no sentido de ganhar a opinião pública para o desmonte em andamento. Os professores e funcionários sobre-

vivem com salários aviltantes, as vagas não são repostas aumentando o número de professores substitutos, as bolsas de pesquisa são cada vez mais reduzidas e as verbas para manutenção e atendimento ao estudante são insuficientes, enquanto o número e o valor das taxas cobradas crescem ano a ano. Em 2003 este quadro piorou ainda mais diante da corrida de docentes em busca da aposentadoria para não serem atingidos pela reforma da previdência.

No ano passado o Ministério da Fazenda divulgou documento em que propõe uma ampla reforma nos gastos sociais do País, e um dos alvos principais é o financiamento das universidades federais, apresentando o mesmo diagnóstico do Banco Mundial e do governo FHC, de que as universidades seriam fonte de privilégios. Ainda no final do ano o governo criou um grupo interministerial para propor uma Reforma Universitária, que deve chegar ao Congresso no primeiro semestre deste ano. Uma das propostas que vem sendo estudada é a cobrança de mensalidades de alunos ou ex-alunos, acabando com a gratuidade do ensino superior público. O novo Ministro da Educação reiterou a prioridade do governo na realização da Reforma Universitária, fato que torna ainda mais urgente o debate sobre o tema nesta Casa.

Com este intuito, estamos criando a Frente Parlamentar em defesa da Universidade Pública e gratuita, reunindo parlamentares dispostos a atuar conjuntamente em defesa das universidades públicas, compreendendo-as como instituições fundamentais para o desenvolvimento do país. É uma Frente que se propõe a lutar contra qualquer proposta que vise a instituição de cobranças de mensalidades de alunos ou ex-alunos das universidades públicas; que empenhara seus esforços no sentido de fortalecer as universidades públicas defendendo o aumento de verbas, a ampliação das vagas, a reposição de docentes e funcionários, o fortalecimento dos mecanismos de assistência aos estudantes carentes, entre outras bandeiras que possam servir para tornar as universidades cada vez mais qualificadas e voltadas para os interesses da maioria do povo. Esta Frente, fundamentalmente, pretende ser um instrumento de promoção do debate entre os parlamentares e a comunidade universitária, no sentido de lutar para que nenhum projeto que atinja a universidade pública seja votado antes de ser submetido ao exaustivo e profundo debate entre todos os segmentos envolvidos.

Ante o exposto, venho formalmente comunicar à Presidência da Câmara dos Deputados a formação da Frente Parlamentar em defesa da Universidade Pública e Gratuita, ao mesmo tempo em que solicito o

apoio desta presidência às ações a serem desenvolvidas.

Atenciosamente, – Deputada **Luciana Genro**,
Senadora **Heloísa Helena**, Coordenadoras.

Frente Parlamentar em Defesa da
Universidade Pública e Gratuita

Coordenação: Deputada Luciana Genro
Câmara – Anexo IV – Gabinete 203 – Fone 318-5203
Senadora Heloísa Helena
Senado – Anexo II – Ala Tancredo Neves – Gabinete 55 – Fone 311-3197

Lista de Adesão Parlamentares:

Deputados

1. João Batista Babá – SP/PA
2. Antonio Carlos Biscaia – PT/RJ
3. Vignatti – PT/SC
4. Eduardo Valverde – PT/RO
5. Jamil Murad – PCdoB/SP
6. Beto Albuquerque – PSB/RS
7. Ann Pontes – PMDB/PA
8. Luiz Sérgio – PT/RJ
9. Zé Geraldo – PT/PA
10. José Ivo Sartori – PMDB/RS
11. Laura Carneiro – PFL/RJ
12. Luiz Couto – PT/PB
13. Mariângela Duarte – PT/SP
14. Promotor Afonso Gil – PDT/PI
15. Fátima Bezerra – PT/RN
16. Ary Vanazzi – PT/RS
17. Cabo Júlio – PSC/MG
18. Wasny de Roure – PT/DF
19. Tarcísio Zimmermann – PT/RS
20. Iara Bernardi – PT/SP
21. Paulo Rubem – PT/PE
22. Lindberg Farias – PT/RJ
23. Maninha – PT/DF
24. Ivan Valente – PT/SP
25. Orlando Fantazzini – PT/SP
26. Mauro Passos – PT/SC
27. Daniel Almeida – PCdoB/BA
28. Alice Portugal – PCdoB/BA
29. Carlos Nader – PFL/RJ
30. Wagner Lago – PP/MA
31. Chico Alencar – PT/RJ
32. João Alfredo – PT/RJ
33. Maria do Carmo Lara – PT/MG
34. Gilmar Machado – PT/MG

35. Zico Bronzeado – PT/AC
36. Inácio Arruda – PCdoB/CE
37. Edson Duarte – PV/BA
38. Janete Capiberibe – PSB/AP
39. Carlos Abicalil – PT/MT
40. Devanir Ribeiro – PT/SP
41. Henrique Fontana – PT/RS
42. Jefferson Campos – PMDB/SP
43. Luiz Eduardo Greenhalgh – PT/SP
44. Fernando Gabeira – SP/RJ
45. Paulo Rocha – PT/PA
46. Antonio Nogueira – PT/AP
47. Walter Pinheiro – PT/BA
48. Nilson Mourão – PT/AC
49. Washington Luiz – PT/MA
50. Reginaldo Lopes – PT/MG
51. Simão Sessim – PP/RJ
52. Prof. Irapuan Teixeira – PP/SP
53. Coronel Alves – PL/AP
54. Luiz Bittencourt – PMDB/GO
55. Darcy Coelho – PFL/TO
56. Severiano Alves – PDT/BA
57. Júlio Redecker – PSDB/RS
58. Carlos Nader – PFL/RJ
59. Darcísio Perondi – PMDB/RS
60. Hamilton Casara – PSB/RO
61. Colbert Martins – PPS/BA
62. Davi Alcolumbre – PDT/AP
63. Renato Casagrande – PSB/ES
64. Zonta – PP/SE
65. Rubens Otoni – PT/GO
66. Odair – PT/MG
67. Romel Anizio – PP/MG
68. Dr. Hélio – PDT/SP
69. Roberto Pessoa – PL/CE
70. Cleuber Carneiro – PFL/MG
71. Vittorio Mediolì – PSDB/MG
72. Rodolfo Pereira – PDT/PR
73. José Roberto Arruda – PFL/DF
74. Adão Pretto – PT/RS
75. Sérgio Miranda – PCdoB/MG
76. Nilson Pinto – PSDB/PA

Senadores:

1. Heloísa Helena – S/P/AL
2. Geraldo Mesquita Junior – PSB/AC
3. Eduardo Siqueira Campos – PSDB/TO
4. Paulo Paim – PT/RS
5. Eduardo Suplicy – PT/SP

6. Reginaldo Duarte – PSDB/CE
7. Antero Paes de Barros – PSDB/MT
8. Leomar Quintanilha – PMDB/TO
9. Antonio Carlos Valadares – PSB/SE
10. Demóstenes Torres – PFL/GO
11. João Capiberibe – PSB/AP
12. Almeida Lima – PDT/SE
13. Efraim Moraes – PFL/PB
14. Magno Malta – PL/ES
15. Gilberto Mestrinho – PMDB/AL
16. Osmar Dias – PDT/PR
17. Almeida Lima – PDT/SE
18. Cristovam Buarque – PT/DF
19. João Tenório – PSDB/AL
20. Mozarildo Cavalcanti – PPS/RR
21. Romeu Tuma – PFL/SP
22. Antonio Carlos Magalhães – PFL/BA
23. Ramez Tebet – PMDB/MS
24. Alberto Silva – PMDB/PI
25. Serys Slhessarenko – PT/MT
26. José Agripino – PFL/TN
27. Jefferson Peres – PDT/AM
28. Mão Santa – PMDB/PI
29. Leonel Pavan – PSDB/SC
30. Lúcia Vânia – PSDB/GO
31. Paulo Octávio – PFL/DF
32. Maguito Vilela – PMDB/GO
33. Garibaldi Alves Filho – PMDB/RN
34. Heráclito Fortes – PFL/PI
35. Marco Maciel – PFL/PE
36. Alvaro Dias – PSDB/PR
37. Juvêncio da Fonseca – PDT/MS
38. Diciomar Costa – PTB/PA
39. Sérgio Guerra – PSDB/PE
40. Maria do Carmo Alves – PFL/SE

Publique-se.

Em: 29-1-04. – João Paulo Cunha,
Presidente.

MENSAGEM Nº 723, DE 2003

(Do Poder Executivo)

Comunica o Excelentíssimo Senhor Presidente da República que se ausentará do País nos dias 15 e 16 de dezembro de 2003, em visita à República do Uruguai, Montevideu, para participar da Cúpula de Chefes de Estado dos Países Membros do Mercosul, Bolívia e Chile.

Publique-Se.

Of. P-135/05/CVT

Brasília, 19 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 898/03 – do Sr. Rogério Silva – que “modifica o inciso VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503/97, para prever como penalidade a apreensão do veículo”, o Projeto de Lei nº 4.401/04, apensado, e aprovou o Projeto de Lei nº 5.340/05, apensado.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. P-136/05/CVT

Brasília, 19 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 3.223/04 – do Sr. Lincoln Portela – que “dispõe sobre formação de navegação amadora e das outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. P-137/05/CVT

Brasília, 19 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 3.324/04 – do Sr. João Paulo Gomes da Silva – que “dispõe

sobre a proibição de se lacrar as janelas dos veículos de transporte coletivo terrestre de passageiros e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. P-138/05/CVT.

Brasília, 19 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação de projeto de lei

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do regimento interno, comunico a V. Ex^a que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 3.447/04 do Sr. Carlos Nader, que “dispensa do pagamento de passagens de transporte interestadual às mulheres grávidas, nas condições em que estabelece”.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**, Presidente.

Publique-se.

Em, 25-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF. 462/05/GAB.DEPLB

Brasília, 13 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar a V. Ex^a, a inclusão da Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto no **site** da Câmara dos Deputados cujo lançamento realizou-se no dia 25 de agosto de 2005, no Auditório Freitas Nobre, desta Casa.

Esta frente, Senhor Presidente, conta, até o presente momento, com a adesão de 59 deputados e 3 senadores, da qual sou o coordenador, conforme relação em anexo.

Sem mais para o momento, manifesto, nesta oportunidade, o meu apreço e apoio ao trabalho de V. Ex^a como presidente desta Egrégia Casa Legislativa que, com certeza, inaugurará um novo tempo de resgate da imagem deste Parlamento junto à opinião pública tão desgastada pelas sucessivas denúncias de corrupção envolvendo alguns de seus membros.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Bassuma**.

Publique-se.

Em, 25-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Brasília, 6 de julho de 2005.

CONVITE PARA ADESÃO À FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA VIDA

Senhor (a) Deputado (a):

Cumprimentando-o (a) muito cordialmente, temos a honra de convidar Vossa Excelência para aderir à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida, cuja formatação temos a satisfação de estarmos coordenando.

Referida frente parlamentar, de característica suprapartidária e de âmbito nacional, tem como objetivos:

- Mobilizar a opinião pública brasileira contra a legalização do aborto e quaisquer outras formas de atentado à vida;

- Atuar junto a deputados e senadores conscientizando-os a cerrar fileira para impedir a aprovação de projetos de lei que abrem brechas na legislação para permitir o aborto, em casos específicos, como, por exemplo, dos anencéfalos;

- Estimular a implementação de políticas públicas de atenção à gestação e a maternidade de mulheres vítimas de estupro, no âmbito do SUS e da Assistência Social;

- Estimular a implementação de políticas de adoção de crianças recém-nascidas de mães vítimas de estupro que, em razão da violência sofrida, possam vir abdicar dos cuidados maternos;

- Propor junto à Mesa Diretora da Casa a criação de uma Comissão Especial para analisar todos os projetos de lei sobre aborto que tramitam na Câmara dos Deputados;

. Trabalhar pela realização de um plebiscito sobre o abono resolvendo de uma vez por todas esta questão no âmbito da Constituição Brasileira.

Assim, esperamos contar com a adesão de Vossa Excelência à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto e, para tanto, solicitamos a gentileza de preencher o Termo de Adesão, em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Bassuma**
– Deputado **Juvêncio da Fonseca**.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA VIDA (Deputados e Senadores que aderiram a frente)

NOME DO PARLAMENTAR	PARTIDO	ESTADO	GABINETE	
1. LUIZ BASSUMA	PT	BA	617	dep.luizbassuma@camara.gov.br
2. ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	dep.orlandofantazzini@camara.gov.br
3. NILSON MOURÃO	PT	AC	376	dep.nilsonmourao@camara.gov.br
4. IVO JOSÉ	PT	MG	573	dep.ivojose@camara.gov.br
5. ANSELMO	PT	RO	802	dep.anselmo@camara.gov.br
6. ODAIR CUNHA	PT	MG	556	dep.odaircunha@camara.gov.br
7. HENRIQUE AFONSO	PT	AC	645	dep.henriqueafonso@camara.gov.br
8. LUIZ COUTO	PT	PB	442	dep.luizcouto@camara.gov.br
9. EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
10. NAZARENO FONTELES	PT	PI	264	dep.nazarenofonteles@camara.gov.br
11. ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	270	dep.angelaguadagnin@camara.gov.br
12. LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	922	dep.leonardomonteiro@camara.gov.br
13. DURVAL ORLATO	PT	SP	820	dep.durvalorlato@camara.gov.br
14. JURANDIR BOIA	PDT	AL	941	dep.jurandirboia@camara.gov.br
15. MANATO	PDT	ES	217	dep.manato@camara.gov.br
16. CARLOS WILLIAN	PMDB	MG	472	dep.carloswillian@camara.gov.br
17. OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
18. ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG	429	dep.alexandremaia@camara.gov.br
19. ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	937	dep.rosedefreitas@camara.gov.br
20. ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	441	dep.adelorvieira@camara.gov.br
21. PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE	548	dep.pastorpedroribeiro@camara.gov.br
22. GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	910	dep.gilbertonascimento@camara.gov.br
23. MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
24. NELSON BORNIER	PMDB	RJ	576	dep.nelsonbornier@camara.gov.br
25. ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ	331	dep.alexandresantos@camara.gov.br
26. ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	216	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br
27. PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br
28. MARCUS VICENTE	PTB	ES	362	dep.marcusvicente@camara.gov.br
29. ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br
30. HOMERO BARRETO	PTB	TO	839	dep.homerobarreto@camara.gov.br
31. MILTON CARDIAS	PTB	RS	705	dep.miltoncardias@camara.gov.br
32. OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG	602	dep.osmaniopereira@camara.gov.br
33. DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302	dep.dr.franciscogoncalves@camara.gov.br
34. JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	305	dep.josuebengton@camara.gov.br
35. PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226	dep.philemonrodrigues@camara.gov.br

36. ELAINE COSTA	PTB	RJ	728	dep.elainecosta@camara.gov.br
37. JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	dep.joselinhares@camara.gov.br
38. ZÉ LIMA DA SILVA	PP	PA	610	dep.zelima@camara.gov.br
39. ILDEU ARAUJO	PP	SP	382	dep.ildeuaraujo@camara.gov.br
40. IVAN RANZOLIN	PP	SC	601	dep.ivanranzolin@camara.gov.br
41. ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	205	dep.alexandrecardoso@camara.gov.br
42. GIVALDO GARIMBÃO	PSB	AL	732	dep.givaldocarimbao@camara.gov.br
43. BONIFACIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235	dep.bonifaciodeandrada@camara.gov.br
44. JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	315	dep.joaocampos@camara.gov.br
45. GONZAGA MOTA	PSDB	CE	636	dep.gonzagamota@camara.gov.br
46. NILSON PINTO	PSDB	PA	527	dep.nilsonpinto@camara.gov.br
47. HAMILTON CASARA	PL	RO	342	dep.hamiltoncasara@camara.gov.br
48. CORONEL ALVES	PL	AP	419	dep.coronelalves@camara.gov.br
49. BADU PICANSO	PL	AP	565	dep.badupicanco@camara.gov.br
50. CARLOS NADER	PL	RJ	533	dep.carlosnader@camara.gov.br
51. HUMBERTO MICHILES	PL	AM	580	dep.humbertomichiles@camara.gov.br
52. ADEMIR CAMILO	PL	MG	744	dep.ademircamilo@camara.gov.br
53. EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	433	dep.eduardosciarra@camara.gov.br
54. CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	460	dep.coraucisobrinho@camara.gov.br
55. GERSON GABRIELLI	PFL	BA	439	dep.gersongabrielli@camara.gov.br
56. CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	528	dep.celcitapinheiro@camara.gov.br
57. FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA	912	dep.felixmendonca@camara.gov.br
58. ELIMAR MÁXIMO DAMACENO	PRONA	SP	446	dep.elimarmaximodamaceno@camara.gov.br
59. PASTOR AMARILDO	PSC	TO	218	dep.pastoramarildo@camara.gov.br
60. SALVADOR ZIMBALDI	PSB	SP	538	dep.salvadorzimbaldi@camara.gov.br
61. SENADORA MARIA DO CARMO ALVES	PFL	SE	Gab:8- Nilo Coelho	maria.carmo@senadora.gov.br
62. SENADOR PAULO PAIM	PT	RS	Gab:04	paulopaim@senador.gov.br
63. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA	PDT	MS	Ala Teot. Vil.- 25	juvencio.fonseca@senador.gov.br
64. SENADOR MAGNÔ MALTA	PL	ES	Ala Alexandre Costa Gab.05	Magnomalta@senador.gov.br

DIRETORIA-GERAL

Processo nº 162.852/2005

Interessado: Deputado Luiz Bassuma

Em 20-10-2005

1. De ordem, à chefia de gabinete da Secretaria-Geral da Mesa, para conhecimento e demais providências cabíveis. Em seguida, archive-se o presente processo. – **Pedro Ivan Pellegrini**, Coordenador Administrativo.

Publique-se.Em 21-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

TERMO DE ATA

Às 9 horas do dia 21 de outubro de 2005, o Sr. Inocêncio Oliveira, primeiro secretário, no exercício da presidência, informa que, não havendo quórum regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do artigo 79 do regimento interno, aguardar-se-á até meia hora para que ele se complete. No andamento da sessão, o Sr. Nilson Mourão formulou questão de ordem, com fundamento nos arts. 50, § 2º, bem como nos arts. 65, 66, 67 e 79, § 2º, todos do regimento interno, requerendo a declaração de nulidade da sessão em face do descumprimento do dispositivo regimental referente ao quórum de abertura e realização dos trabalhos. O Sr. Aldo Rebelo, presidente, acolheu a questão

de ordem, declarando a nulidade da sessão e de todos os atos nela praticados, consoante o disposto no art. 79, §§ 2º e 3º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Registre-se

Publique-se.Em, 24-10-05. – **Aldo Rebelo**, Presidente.DECISÃO DA PRESIDÊNCIA EM
QUESTÃO DE ORDEM

O nobre Deputado Nilson Mourão formulou questão de ordem na sessão plenária de 21 de outubro de 2005, com fundamento nos arts. 50, § 2º, bem como nos arts. 65, 66, 67 e 79, § 2º, todos do regimento interno, requerendo a declaração da nulidade da sessão e de todos os efeitos dela decorrentes, em virtude da inexistência de quórum para a abertura dos trabalhos. Menciona, ainda, certidão emitida pela Secretaria-Geral da Mesa no sentido de que estavam presentes, na abertura da Sessão Plenária, às 9h13min, apenas 13 parlamentares, quórum insuficiente, portanto, para a realização da sessão.

Feito o relatório, passo a decidir.

Estabelece o art. 79, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados o que se segue, *litteris*:

Art. 79.

(…)

EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO FEDERAL LUIZ COUTO

Nós servidores anistiados da Conab-PB pela Lei nº 8.878/94, não fomos contemplados pela reintegração promovida pela Conab em 1-4-2004, onde foram Beneficiados, apenas 46 companheiros na Conab-PB.

Portanto, solicitamos a V. Excelência que interceda junto ao presidente da Câmara federal, João Paulo Cunha para que o mesmo coloque em pauta em Regime de Urgência Urgentíssima e seja votado o projeto de Lei nº 299 que se encontra na Câmara federal, onde essa lei susta os decretos de nºs 1.498 e 1.499 de 24 de maio de 1995 que constitui Comissão Especial de Revisão dos processos de anistia que trata da Lei nº 8.878 de 11 de maio de 1994 e com isso beneficiará os demais servidores que ainda não foram reintegrados.

Continuaremos no aguardo do vosso pronunciamento.

Atenciosamente, João Pessoa – PB, 15 de abril 2004 – **Manoel Rodrigues Lacerda**, Representante da Comissão dos Anistiados da Conab/PB.

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Oficie-se e, após, publique-se.

Em 18-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 165/2004

Brasília, 17 de Maio de 2004

Exmo. Sr.

Deputado João Paulo Cunha

M.D. Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, informo a V. Ex^a. a composição da Frente Parlamentar em Defesa das Águas, que criada em dezembro de 2003, teve sua coordenação eleita com a seguinte composição:

Coordenador: Odair (MG)

Subcoordenadores: Ronaldo Vasconcellos (MG), Selma Shons (PR), B. Sá (PI), Guilherme Menezes (BA), Mendes Thame (SP), Marcelo Siqueira (MG), e Fernando Gabeira (RJ).

Junto também, relação de todos os integrantes da Frente Parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço. – **Odair** – Deputado Federal – PT/MG., – Deputados, **Adão Preto** – **Almeida de Jesus** – **Almerinda de Carvalho** – **Almir Sá** – **André Zacharow** – **Antônio Cambraia** – **Antonio Carlos Mendes Thame** – **Antonio Joaquim** – **Ariosto Holanda** – **Aroldo Cedraz** – **Assis Miguel do Couto** – **Átila Lins** – **Augusto Nardes** – **B. Sá** – **Carlos Dunga** – **Carlos Mota** – **Carlos Nader** – **Casara** – **Chico Alencar** – **Cleuber Carneiro** – **Coraucci Sobrinho** – **Colbert Martins** – **Darci Coelho** – **Devanir Ribeiro** – **Dr. Hélio** – **Dr. Pinotti** – **Dr. Rodolfo Pereira** – **Edmar Moreira** – **Eduardo Valverde** – **Fernando Fer-**

ro – **Fernando Gabeira** – **Gilberto Nascimento** – **Gonzaga Mota** – **Gonzaga Patriota** – **Guilherme Menezes** – **Henrique Afonso** – **Ivan Ranzolin** – **Jaime Martins** – **Jamil Murad** – **João Batista** – **João Herrmann Neto** – **João Magno** – **João Matos** – **José Divino** – **Josué Bengtson** – **José Santana de Vasconcelos** – **Jovino Cândido** – **José Priante** – **Júlio Delgado** – **Laura Carneiro** – **Leandro Vilela** – **Leonardo Matos** – **Luiz Couto** – **Luiz Piauhyllino** – **Lupércio Ramos** – **Marcelo Ortiz** – **Marcello Siqueira** – **Marcondes Gadelha** – **Maria do Carmo Lara** – **Mariângela Duarte** – **Marinha Raupp** – **Maurício Rands** – **Mendes Ribeiro Filho** – **Milton Barbosa** – **Nelson Marquezelli** – **Ney Lopes** – **Nilson Pinto** – **Odair** – **Orlando Desconsi** – **Orlando Fantazzini** – **Osmânio Pereira** – **Pastor Pedro Ribeiro** – **Patrus Ananias** – **Pauderney Avelino** – **Paulo Bauer** – **Paulo Marinho** – **Paulo Pimenta** – **Perpétua Almeida** – **Professora Raquel Teixeira** – **Rafael Guerra** – **Reinaldo Betão** – **Renato Casagrande** – **Roberto Balestra** – **Roberto Pesa** – **Rogério Teófilo** – **Romeu Queiroz** – **Ronaldo Dimas** – **Ronaldo Vasconcelos** – **Selma Schons** – **Serafim Venzon** – **Vanessa Grazziotin** – **Washington Luiz** – **Yeda Crusius** – **Zelinda Novais**, Senadores, **Eduardo Azeredo**.

Publique-se.

Em, 18-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 114/2004 GDWL

Brasília, 13 de maio de 2004

À Sua Excelência o Senhor

Deputado **João Paulo Cunha**

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho a Vossa Excelência comunicar a instituição na presente data da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, coordenada por este Parlamentar, a ser instalada no próximo mês de junho.

Agradecendo antecipadamente a atenção e a presteza dispensada por Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para renovar protestos de profundo respeito. – **Washington Luiz** – Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA BRASILEIRA

ATO DE INSTITUIÇÃO

Fica instituída a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, com o objetivo de estimular, defender, proteger, divulgar e garantir a competitividade da indústria cinematográfica brasileira, propondo-se a colaborar com o Poder Público, entidades e associações que tenham como objetivo a produção audiovisual em nosso País.

Nos termos do artigo 56, inciso I, da CF, c/c artigo 235, inciso IV, do RICD, considere-se afastado a partir desta data. **Publique-se.** Convoque-se o respectivo suplente. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 1º de dezembro de 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 295/2003 – GDRL/CD

Brasília – DF, 27 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência a existência da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude, cujo lançamento oficial ocorreu no dia 23 de abril de 2003 e da qual sou o coordenador, e que conta atualmente com 124 membros, entre senadores e deputados federais, conforme relação em anexo.

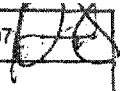
2. Cumpre-me informar ainda a Vossa Excelência que a Frente Parlamentar foi criada com o objetivo de assessorar os trabalhos da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, estabelecendo um contato permanente entre o Poder Legislativo e os representantes da sociedade civil organizada comprometidos com as questões relacionadas à juventude.

Respeitosamente – **Reginaldo Lopes**, Deputado Federal (PT/MG) Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude.

Membros da Frente Parlamentar			
Nº	Nome do Parlamentar	Gabinete/Anexo	Ramal
1	ADELOR VIEIRA - (PMDB/SC)	441 - IV	5441
2	AGNALDO MUNIZ - (PPS/RO)	833 - IV	5833
3	ALEX CANZIANI - (PTB/PR)	842 - IV	5842
4	ALICE PORTUGAL - (PCdoB/BA)	456 - IV	5456
5	ALMEIDA DE JESUS - (PUC/CE)	313 - IV	5313
6	ANDRÉ ZACHAROW - (PDT/PR)	737 - IV	5737
7	ANN PONTES - (PMDB/PA)	919 - IV	5919
8	ANTÔNIO CARLOS BIFFI - (PT/MS)	385 - III	5385
9	ANTÔNIO CARLOS BISCAIA - (PT/RJ)	414 - IV	5414
10	ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - (PSDB/SP)	624 - IV	5624
11	ANTÔNIO NOGUEIRA - (PT/AP)	426 - IV	5426
12	ASDRUBAL BENTES - (PMDB/PA)	410 - IV	5410
13	ASSIS MIGUEL DO COUTO - (PT/PR)	428 - IV	5428
14	AUGUSTO BOTELHO (SENADOR) - (PDT/RR)	11 - FM	311-3864
15	AUGUSTO NARDES (PP/RS)	936 - IV	5936
16	BARBOSA NETO - (PMDB/GO)	736 - IV	5736
17	BENJAMIN MARANHÃO - (PMDB/PB)	380 - III	5380
18	BERNARDO ARISTON - (PSB/RJ)	710 - IV	5710
19	BONIFÁCIO DE ANDRADA - (PSDB/MG)	235 - IV	5235
20	CARLOS ABICALIL - (PT/MT)	623 - IV	5623
21	CARLOS ALBERTO LERÉIA - (PSDB/GO)	890 - IV	5890
22	CÉSAR MEDEIROS - (PT/MG)	630 - IV	5530
23	CLÁUDIO VIGNATTI - (PT/SC)	473 - III	5473
24	CLÓVIS FECURY - (PFL/MA)	923 - IV	5923
25	COROLANO SALES (PFL/BA)	832 - IV	5832
26	DANIEL ALMEIDA - (PC do B/BA)	317 - IV	5317
27	DARCI COELHO - (PFL/TO)	309 - IV	5309
28	DARCISIO PAULO PERONDI - (PMDB/RS)	518 - IV	5518
29	DELFIN NETO (PP/SP)	511 - IV	5511
30	DENISE FROSSARD - (PSDB/RJ)	330 - IV	5330
31	DR. FRANCISCO GONÇALVES - (PTB/MG)	302 - IV	5302
32	DR. PINOTTI - (PMDB/SP)	525 - IV	5525
33	DR. RIBAMAR ALVES - (PSB/MA)	729 - IV	5729
34	EDUARDO AZEREDO (SENADOR) - (PSDB/MG)	Gab. 05	311-2324
35	EDUARDO BARBOSA - (PSDB/MG)	540 - IV	5540
36	EDUARDO GOMES - (PSDB/TO)	950 - IV	5950

37	ENIO BACCI - (PDT/RS)	930 - IV	5930
38	FÁTIMA BEZERRA - (PT/RN)	213 - IV	5213
39	FEU ROSA - (PSDB/ES)	960 - IV	5960
40	FLÁVIO ARNS (SENADOR) - (PT/PR)	06 - FM	311-2401
41	FRANCISCO DORNELLES - (PP/RJ)	512 - IV	5512
42	GIACOCO - (PPS/PR)	762 - IV	5762
43	GILBERTO NASCIMENTO - (PSB/SP)	910 - IV	5910
44	GILMAR MACHADO - (PT/MG)	262 - IV	5262
45	GONZAGA PATRIOTA - (PSB/PE)	430 - IV	5430
46	HÉLIO COSTA (SENADOR) - (PMDB/MG)	15 - TV	311-2244
47	HOMERO BARRETO - (PTB/TO)	839-IV	5839
48	IARA BERNARDI - (PT/SP)	360 - IV	5360
49	ISAIAS SILVESTRE - (PSB/MG)	531 - IV	5531
50	IVO JOSÉ - (PT/MG)	573 - III	5573
51	JACKSON BARRETO - (PTB/SE)	733 - IV	5733
52	JAIME MARTINS - (PL/MG)	333 - IV	5333
53	JAMIL MURAD - (PCdoB/SP)	437 - IV	5437
54	JOÃO ALFREDO - (PT/CE)	566 - III	5566
55	JOÃO BATISTA - (PFL/SP)	962 - IV	5962
56	JOÃO HERRMANN NETO - (PPS/SP)	913 - IV	5913
57	JOÃO MENDES DE JESUS - (PDT/RJ)	572 - III	5572
58	JOSÉ JANENE - (PPB/PR)	608 - IV	5608
59	JOSÉ TARGINO MARANHÃO (SENADOR) - (PMDB/PB)	06 - AA	311-2231
60	JOVAIR ARANTES - (PSDB/GO)	504 - IV	5504
61	JOVINO CÂNDIDO - (PV/SP)	238 - IV	5238
62	JÚLIO DELGADO - (PPS/MG)	323 - IV	5323
63	JÚLIO LOPES - (PP/RJ)	334 - IV	5334
64	JÚNIOR BETÃO - (PPS/AC)	817 - IV	5817
65	LEANDRO VILELA - (PMDB/GO)	574 - III	5574
66	LEONARDO ALCÂNTARA - (PSDB/CE)	726 - IV	5726
67	LEONARDO PICCIANI - (PMDB/RJ)	325 - IV	5325
68	LEÔNIDAS CRISTINO (PPS/CE)	938 - IV	5938
69	LOBBE NETO - (PSDB/SP)	718 - IV	5718
70	LUCIANO LEITOA - (PDT/MA)	529 - IV	5529
71	LUIZ COUTO - (PT/PB)	442 - IV	5442
72	LUIZ PIAUHYLINO - (PSDB/PE)	224 - IV	5224
73	LUIZ SÉRGIO - (PT/RJ)	265 - II	5265
74	MARCELO CASTRO - (PMDB/PI)	811 - IV	5811

75	MARCELO GUIMARÃES FILHO - (PFL/BA)	521 - IV	5521
76	MARCOS DE JESUS - (PL/PE)	745 - IV	5745
77	MARIA DE FÁTIMA BEZERRA - (PT/RN)	213 - IV	5213
78	MARIA DO ROSÁRIO - (PT/RS)	471 - III	5471
79	MARINHA RAUPP - (PMDB/RO)	614 - IV	5614
80	MÁRIO ASSAD JÚNIOR - (PL/MG)	252 - IV	5252
81	MAURO PASSOS - (PT/SC)	337 - IV	5337
82	MILTON BARBOSA - (PFL/BA)	422 - IV	5422
83	MILTON CARDIAS - (PTB/RS)	705 - IV	5705
84	NELSON BORNIER - (PSB/RJ)	576 - III	5576
85	NELSON PELLEGRINO - (PT/BA)	671 - III	5671
86	NEUTON LIMA - (PTB/SP)	509 - IV	5509
87	ODACIR ZONTA - (PPB/SC)	366 - III	5366
88	ODAIR JOSÉ DA CUNHA - (PT/MG)	556 - IV	5556
89	ORLANDO DESCONSI - (PT/RS)	329 - IV	5329
90	OSMÂNIO PEREIRA - (PSDB/MG)	602 - IV	5602
91	OSVALDO BIOLCHI - (PMDB/RS)	925 - IV	5925
92	PATRUS ANANIAS - (PT/MG)	578 - III	5578
93	PAULO FEIJÓ - (PSDB/RJ)	346 - IV	5346
94	PAULO MARINHO - (PFL/MA)	921 - IV	5921
95	PAULO PAIM - (SENADOR) - (PT/RS)		311-5221
96	PAULO PIMENTA - (PT/RS)	552 - IV	5552
97	PAULO RATTES - (PSB/RJ)	646 - IV	5646
98	PAULO ROCHA - (PT/PA)	483 - III	5483
99	POMPEO DE MATTOS - (PDT/RS)	810 - IV	5810
100	PROFª RAQUEL TEIXEIRA - (PSDB/GO)	206 - IV	5206
101	RAFAEL GUERRA - (PSDB/MG)	239 - IV	5239
102	RAMEZ TEBET (SENADOR) - (PMDB/MS)	11 - AA	311-2221
103	REGINALDO LOPES - (PT/MG)* (Autor do Requerimento)	565 - III	5565
104	RENATO CASAGRANDE (PSB/ES)	662 - IV	5662
105	RENILDO CALHEIROS - (PcdoB/PE)	356 - IV	5356
106	ROBERTO BALESTRA - (PP/GO)	219 - IV	5219
107	ROBERTO PESSOA - (PFL/CE)	607 - IV	5607
108	ROBSON TUMA - (PFL/SP)	834 - IV	5834
109	ROMEU QUEIROZ - (PTB/MG)	250 - IV	5250
110	RUBENS OTONI - (PT/GO)	501 - IV	5501
111	SELMA SCHONS - (PT/PR)	825 - IV	5825
112	SERAFIM VENZON - (SEM PARTIDO/SC)	245 - IV	5245

113	SÉRGIO ZAMBIASI (SENADOR) - (PTB/RS)	07 - AA	311-1107	
114	TARCÍSIO ZIMMERMANN - (PT/RS)	372 - III	5372	
115	TELMA DE SOUZA (PT/SP)	467 - III	5467	
116	VANESSA GRAZZIOTIN - (PC do B/AM)	724 - IV	5724	
117	VITTÓRIO MEDIOLI - (PSDB/MG)	754 - IV	5754	
118	WAGNER RUBINELLI - (PT/SP)	344 - IV	5344	
119	WASNY DE ROURE - (PT/DF)	379 - III	5379	
120	ZELINA NOVAES - (PFL/BA)	321 - IV	5321	
121	WELINTON FAGUNDES - (PL/MT)	523 - IV	5523	
122	ZEZÉU RIBEIRO - (PT/BA)	571-III	5571	
123	ZICO BRONZEADO (PT/AC)	760-IV	5760	
124	VALDENOR GUEDES (PP/AP)	541 - IV	5541	

Publique-se.
Em 28/11/2003


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

REQUERIMENTO

(Do Sr. Celso Russomanno)

Criação da Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que no dia 14 de setembro de 2005 foi criada a Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor, que tem por objetivo: defender, estimular, divulgar e garantir os Direitos dos Consumidores, nesta Casa

de leis e em todo o âmbito nacional, propondo-se a colaborar com a apresentação, discussão e defesa de leis que tenham por interesse os Direitos dos Consumidores em nosso País.

Em anexo estou encaminhando a relação das primeiras adesões com os nomes dos parlamentares, solicitando a Vossa Excelência que mande fazer os devidos registros nesta Casa.

Sala das Sessões, de 2005. – Deputado
Celso Russomanno, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Consumidor.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO CONSUMIDOR**ADESÃO**

DEPUTADO	PARTIDO/ESTADO	GAB
ATILA LUINS	PPS/AM	730
AUGUSTO NARDES	PP/RS	936
ANDRE ZACHAROW	PSB/PR	737
AMIR MOURA	PMDB/RJ	639
ALBERTO FRAGA	PFL/DF	321
ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB/RJ	216
AGNALDO MUNIZ	PP/RO	833
ALEX CANZIANI	PTB/PR	842
ALICE PORTUGAL	PCDOB/BA	456
ALMIR SÁ	PL/RR	481
B.SÁ	PPS/PI	643
BETINHO ROSADO	PFL/RN	558
COLBERT MARTINS	PPS/BA	319
CHICO SARDELLI	PFL/SP	727
CELSO RUSSOMANNO	PP/SP	756
CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB/PE	415
CARLOS NADER	PL/RJ	533
CELCITA	PFL/MT	528

PINHEIRO		
CORAUCI SOBRINHO	PFL/S	460
DILCEU SPERAFIO	PP/PR	746
DR. RIBAMAN ALVES	PSB/MA	729
DARCI COELHO	PP/TO	309
LAURA CARNEIRO	PFL/RJ	516
DR. FRANCISCO GONCALVES	PTB/MG	302
GERVASIO OLIVEIRA	PMDB/AP	541
GIVALDO GARIMBAO	PSB/AL	732
GERSON GABRIELLI	PFL/BA	439
IVAN RANZONIL	PP/SC	601
IRIS SIMOES	PTB/PR	948
EDUARDO PAES	PMDB/RJ	742
EDUARDO BARBOSA	PSDB/MG	540
EDISON ANDRINO	PMDB/SC	720
EDUARDO VALVERDE	PT/RO	735
ELIMAR M. DAMASCENO	PRONA/SP	446
HENRIQUE AFONSO	PT/AC	645
HAMILTON CASARA	PL/RO	342
HUMBERTO MICHILLES	PL/AM	380
JEFFERSON CAMPOS	PMDB/SP	341
JOSE BORBA	PMDB/PR	616

JOSE ROBERTO ARRUDA	PFL/DF	735
JOAO MENDES DE JESUS	PSL/RJ	572
JOSUE BENGTSON	PTB/PA	305
JOAO MAGALHAES	PMDB/MG	211
JURANDIR BOIA	PDT/AL	941
JOSE CARLOS MACHADO	PFL/SE	850
JOAO PAULO GOMES DA SILVA	PL/MG	933
LUIZ COUTO	PT/PB	442
LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO	844
MARCELO TEXEIRA	PMDB/CE	210
MAURO BENEVIDES	PMDB/CE	607
MACUS VICENTE	PTB/ES	362
MARIA LUCIA CARDOSO	PMDB/MG	932
NEUTON LIMA	PTB/SP	509
NEY LOPES	PFL/RN	326
OSMANIO PEREIRA DE OLIVEIRA	PTB/MG	602
OSVALDO BIOLCHI	PMDB/RS	925
OSMAR SERRAGLIO	PMDB/PR	845
ROBERTO GOUVEIA	PT/SP	568
ROSE DE FREITAS	PMDB/ES	937
ROMEU QUEIROZ	PTB/MG	250

REINALDO BETAO	PL/RJ	631
SANDES JUNIOR	PP/GO	702
SARAIVA FELIPE	PMDB/MG	429
SILVIO TORRES	PSDB/SP	585
VICENTINHO	PT/SP	740
SANDRA ROSADO	PSB/RN	650
VADINHO BAIO	PT/MG	280
VITTORIO MEDIOLI	PV/MG	754

Em 03/10/2005.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na sexta-feira passada, recebi de representantes de associações de moradores, de produtores rurais, pequenos proprietários de assentamentos rurais da região do Brejo da Paraíba, principalmente dos Municípios localizados próximos a Bananeiras e Solânea, no Estado da Paraíba, abaixo-assinado que revelava a situação de violência por que passa a zona rural daqueles Municípios. São diversos assaltos, arrombamentos, mortes, assassinatos praticados por pessoas que chegam de moto, engazupadas, roubam e, em alguns casos, até matam suas vítimas.

Os representantes das associações referidas estão encaminhando documento ao Governador do Estado da Paraíba em que fazem diversas considerações e propostas. Ao mesmo tempo pedem providências contra essa onda de violência por que vêm passando os moradores de diversos sítios, ou seja, providências contra a total ausência de segurança pública na região. Quando eles vão registrar queixa nas delegacias, os policiais dizem que o carro está lá,

mas não há gasolina. Normalmente, faltam condições para proporcionar segurança e tranquilidade aos moradores daquela região.

Vou encaminhar o documento ao Governador do Estado da Paraíba, ao Secretário de Segurança Pública do Estado e ao Ministério Público, para que possa representar contra o Governo do Estado por não proporcionar segurança e não assegurar a ordem e a tranquilidade aos moradores das regiões aqui referidas e que muitas vezes não são atendidos em suas solicitações. Solicito seja registrado este documento nos Anais da Casa.

Quero dizer, ainda, que estamos solicitando ao Governador do Estado providências para que os moradores dos diversos sítios daquela região não sejam mais molestados por essa quadrilha. Esses crimes são praticados normalmente por pessoas ligadas ao tráfico e ao consumo de drogas, que vão às casas sabendo que os moradores venderam uma roça ou um animal e tomam o dinheiro deles. E quando as pessoas demonstram algum tipo de reação são assassinadas.

O outro assunto que quero abordar neste discurso se refere aos servidores do IPEP. O Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado da Paraíba entrou com ação na Justiça contra o Governo do Estado, exigindo a implantação do plano de cargos e salários dos servidores, ganhou em todas as

Espero, por fim, poder contar, como sempre contei, com a compreensão e 8 grandeza dos que fazem o PMDB em Pernambuco, sabendo todos, que continuarei à disposição dos amigos que deixo neste partido, para travarmos juntos as lutas das quais nunca me afastarei, em defesa da democracia, das instituições reoubicanas e de uma sociedade mais justa para todos os brasileiros.

Sem mais, despeço-me

Atenciosamente, – **Raul Belens Jungmann Pinto**, Deputado Federal – A V.S^a, o **Dorany Sampaio**, Presidente do PMDB Estadual.

Exmo Sr. Dr. Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de PE

Raul Belens Jungmann Pinto, brasileiro, casado, Deputado Federal, portador do Título Eleitoral Nº 027.287.108-09, Zona Eleitoral 0004, secção 0012, venho por meio desta comunicar e solicitar a minha desfiliação do partido PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevado apreço.

Recife, 11 de agosto de 2003. – Cordialmente,
Raul Belens Jungmann Pinto, Deputado Federal.

Declaração

Declaro que o Deputado Federal Raul Jungmann, teve deferido o seu pedido de filiação partidária ao Partido Popular Socialista – PPS no dia 11 de agosto do corrente ano, pelo Diretório Estadual de Pernambuco, pelo que firmo a presente para fins de comprovação junto à Câmara dos Deputados.

Brasília, 13 de agosto de 2003. – **Roberto Freire**, Presidente Nacional do PPS.

Defiro. **Publique-se.** Ao Sr. Diretor-Geral.

Em 13-8-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Minerais, Hídricos e Saneamento Ambiental, que reúne Deputados de vários Estados e Partidos, preocupados com a necessidade

de propor a criação e regulamentação de legislação, que ordene a exploração dos Recursos Minerais e Hídricos, implementando Políticas e Instrumentos que possam conduzir ao uso sustentável desses recursos, conciliando as ações do setor produtivo mineral e hídrico com a Proteção Ambiental, em favor do povo brasileiro.

Informamos ser objetivo da Frente Parlamentar ora instituída, apoiar políticas públicas, programas, projetos e demais ações governamentais e não-governamentais, que promovam a ampliação e a racionalização do aproveitamento desses importantes bens da sociedade brasileira.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que Vossa Excelência dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Casara**.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS MINERAIS, HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL

Manifesto

Os Deputados Federais abaixo assinados, preocupados com os óbices e obstáculos desnecessariamente interpostos ao aproveitamento dos recursos hídricos e minerais,

– considerando que os recursos hídricos, seja qual for a modalidade de sua utilização, representam bem de que a humanidade não pode abrir mão, dependendo deles, aliás, a sobrevivência do ser humano na Terra;

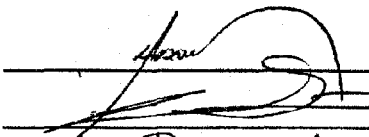
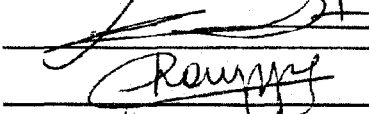
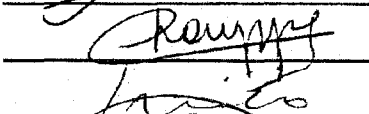
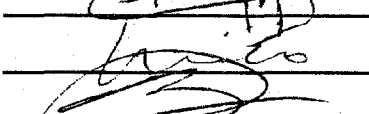

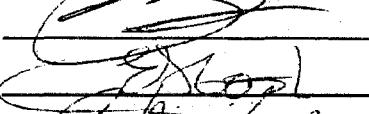
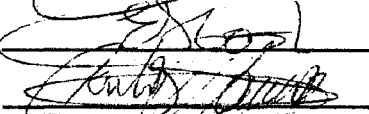
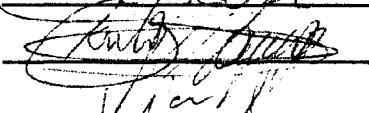
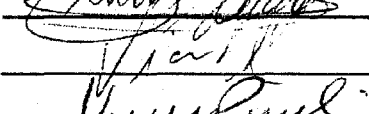
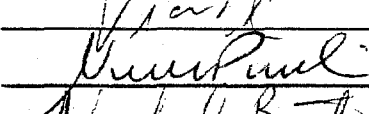
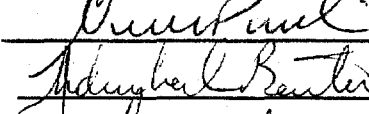
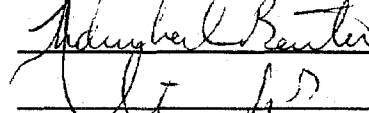
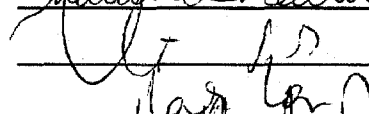
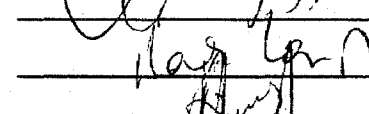
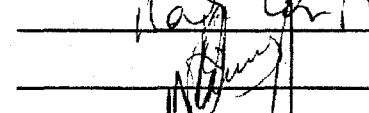

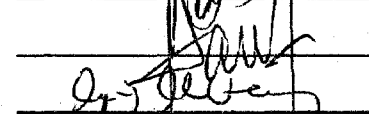
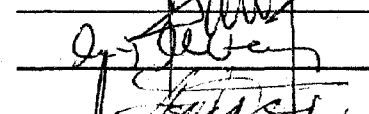
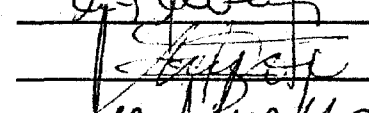
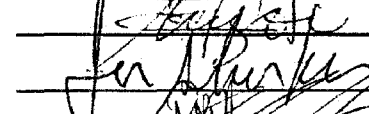
– considerando que o bem-estar da sociedade está intimamente relacionado com sua capacidade de extrair, beneficiar, transformar e utilizar os bens minerais;

– considerando que tais questões transcendem as ideologias e direcionamentos partidários.

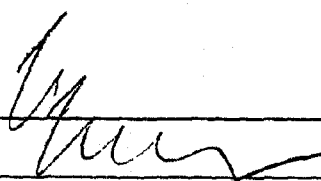


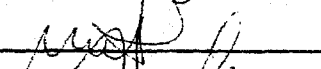

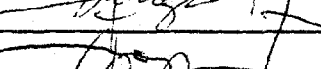

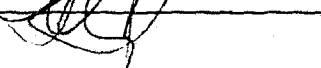

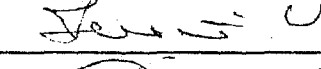

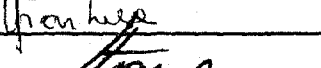


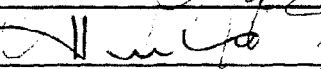
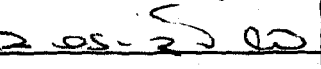


Assumem o compromisso de atuar, conjuntamente com a sociedade civil, no apoio a políticas públicas, programas e ações governamentais e não-governamentais que tenham por objetivo a racionalização e a viabilização do aproveitamento dos recursos hídricos e minerais em nosso País, para utilização nas mais variadas atividades humanas.

Brasília, 30 de julho 2003.

**SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS MINERAIS, HÍDRICOS E SANEAMENTO
AMBIENTAL**

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
1. CASARA		PSDB - RO
2. Luciano Zica		PT-SP
3. MARINHA RAUPP		PMDB - RO
4. Zito BRONZATO		PT - AC
5. Waldenir		PP - AP 5541
6. Eduardo Seabra		PTB - AP
7. Carlos Ruyale		PSDB - SP
8. Vitor		PSD - CE 62
9. NILSON PINTO		PSAB - PA 527
10. ASDAUBAL BENTES		PMDB - PA 410
11. Ivo Pires Franco		PFL PA 518
12. HARRY LANDIM		468 PFL - PI
13. Henrique Pinheiro		645 PTI AC
14. J. AZEVEDO		652
15. Luiz Carlos Hauly		220
16. VENZON		945 PSDB/X
17. MANDIPIO RABELO		958
18. Rómulo Pinheiro		943
19. MARCELO MACA		322 PMOB
20. Vitor Sariano		618 - PP/ES

- | | | | |
|-----|----------------------------|------------------------|---------------|
| 21. | Julio Senechini | [Signature] | PSDB |
| 22. | Miguel | [Signature] | |
| 23. | Julio Senechini | [Signature] | PSDB |
| 24. | [Signature] | PAUDERNA / Acorado | 760 |
| 25. | [Signature] | | PFL 221 |
| 26. | Lupício Raulo | [Signature] | PPS-225 |
| 27. | Sereno Filho | [Signature] | |
| 28. | Perpetua Aparecida | MPAmeich | 625-PTAC |
| 29. | NILTON CARDOSO | [Signature] | 318 PTB Ri |
| 30. | ALCIDE AMORIM | [Signature] | 902 PMDB |
| 31. | Eusébio Soares | [Signature] | 209 / 19 |
| 32. | [Signature] | [Signature] | GAB. 950 |
| 33. | [Signature] | ICSTI dante | 316 |
| 34. | [Signature] | CORONEL ALVES | 419 |
| 35. | [Signature] | | GAB. 839 |
| 36. | [Signature] | [Signature] | PSB |
| 37. | Roberto Silva | [Signature] | PPS MT 284. |
| 38. | Rafael Fildes | [Signature] | PSDB - SP 585 |
| 39. | Roberto Noto | [Signature] | PSDB sr. |
| 40. | Rafael Guevara | [Signature] | PSDB MG |

41.			
42.	Zévaro Coutinho		PSDB
43.	Joni Campos		PSDB
44.	Castor Figueiredo		PTB-RN
45.	Juliano Silva		PC-SC
46.	Marcos O. Costa		PSB-PA
47.	Isabel Cristina		PTB/RS
48.	Regina Maria		PTB-PA
49.	Alberto Prado		PMDB/DF
50.	Luiz Maria		PT/SP
51.			GAO-502
52.	Antonio Camarã		GAO-708/PSDB
53.	Silvino Júlio		802/PTB
54.	Cristina		540
55.	Eduardo Barbosa		PSDB
56.	THAME, A.C.M.		PSDB
57.	Isaias Silvestre		PT-MG
58.	JRA. CLAIR		PT-PR
59.	Heráclito Antunes		PP-MG
60.	Reginaldo Lopes		PT-MG-565

61. <i>Luiz Roberto Costa</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB-CE
62. <i>JOSEF RASÃO</i>	<i>[Signature]</i>	837 PSDB-DF
63. <i>LEO ALCANTARA</i>	<i>Leonardo Alcantara</i>	PSDB-CE
64. <i>Thiago de Almeida</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB-MT
65. <i>WILSON SANTOS</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB-MT
66. <i>Paulo Roberto de Jesus</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB/SP
67. <i>Amoroso de Jesus</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB-CE
68. <i>W. E. FERNANDES</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB/SP
69. <i>Edelmar de Jesus</i>	<i>[Signature]</i>	PSDB-RS
70. <i>FRONTO</i>	<i>[Signature]</i>	PP-SR = 360
71. <i>Edmar de Jesus</i>	<i>[Signature]</i>	PH/RS
72. <i>GERALDO CARIMBAS</i>	<i>[Signature]</i>	PSB/AL 732
73. <i>MIGUEL DE SAUS</i>	<i>[Signature]</i>	PL/RO 713
74. <i>ROMÃO AMARAL</i>	<i>[Signature]</i>	PH-ES
75. <i>WELLINGTON FAUSTO</i>	<i>[Signature]</i>	523
76. <i>Fernando Bader</i>	<i>[Signature]</i>	332 PH/AJ
77. <i>ATILIA LIMA</i>	<i>[Signature]</i>	640 PSDB-DI
78. <i>ATILIA LIMA</i>	<i>[Signature]</i>	730 PPS-R
79. <i>Geraldo de Jesus</i>	<i>[Signature]</i>	905 PPS-M
80. <i>MIRIAM REID</i>	<i>[Signature]</i>	646
81. <i>LAURA CARNEIRO</i>	<i>[Signature]</i>	516 PFL-RJ
82. <i>Bernardo MAIA</i>	<i>[Signature]</i>	622
83. <i>Agostinho MORAIS</i>	<i>[Signature]</i>	833
84. <i>Fernando GARCIA</i>	<i>[Signature]</i>	520
85. <i>Almeida</i>	<i>Rose de Freitas</i>	5937

86	João Vitor Lath	João Vitor Lath	
87	João Roberto Soares	João Roberto Soares	
88	Luiz Carlos Costa	Luiz Carlos Costa	PL
89	Humberto Menezes	Humberto Menezes	PL
90	Raimundo Santos	Raimundo Santos	PL
91	Georgina Tiarini	Georgina Tiarini	PP/SC
92	Paulo Zaver	Paulo Zaver	PP/SC
93	Roberto Rinaldo	Roberto Rinaldo	PTB/RS
94	Julio Lora	Julio Lora	PP/RS
95			PPS/817
96	PPS Rogério Rêgo	PPS Rogério Rêgo	PPS/284
97	MARCELO GUIMARÃES RIBEIRO	Marcelo Guimarães Ribeiro	PFL 521
98	ALEX CANZIANI	Alex Canziani	PTB 842
99	CARLOS NODARI	Carlos Nodari	917
100	JOÃO BEVILÁNTI	João Bevilânti	926

Publique-se.

Em 13-8-2003 - João Paulo
Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edison Andrino, pelo PMDB.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, ocupo a tribuna pela primeira vez neste mandato para tratar de assunto que considero importante, e por esta razão foi escolhido como prioritário para esta nova gestão do Congresso Nacional e do Presidente da República, a pesca, sempre jogada a terceiro plano pelos Governos dos Estados e dos Municípios e pelo Governo Federal.

Nobre Deputada Rose de Freitas, há nove anos coordeno nesta Casa a Frente Parlamentar de Pesca, atividade que no passado teve papel fundamental na economia nacional. O País foi grande produtor, consumidor e exportador de peixe. Há dois anos o déficit da balança comercial brasileira foi de 300 milhões de reais. O Brasil possui uma extensão marítima de 8 mil quilômetros quadrados, que começa na Amazônia e termina no Rio Grande do Sul, possui a maior bacia pluvial do mundo e compra mais peixes no exterior do que vende. Isso é um absurdo!

Depois que o ex-Presidente Collor acabou com a Sudepe, lutamos durante muito tempo – eu, exercendo o cargo de Deputado Estadual, depois de Prefeito de Florianópolis – junto com o Executivo para que esta Casa criasse um instrumento administrativo que fizesse jus à pesca, como ocorre em países desenvolvidos. Espanha, que possui o Ministério da Pesca, Japão, Chile e Nova Zelândia são países que valorizam a pesca como setor fundamental da sua economia e tratam esse assunto no âmbito de Ministério. Depois que acabaram com a Sudepe, a pesca passou a ser tratada pelo Ibama, órgão importante, mas que não é de fomento. A pesca tem que ter a mesma importância dada à agricultura brasileira.

Lutamos para que fosse criada uma secretaria nacional de pesca. No mínimo, uma secretaria. Com muita luta, no Governo passado, conseguimos criar o Departamento de Pesca vinculado ao Ministério da Agricultura, que teve como política da pesca deste País incentivar somente os arrendamentos de barcos estrangeiros. Não que os arrendamentos não sejam importantes para aprendermos novas tecnologias, pescarmos em grandes profundidades.

Mas não é só o problema dos arrendamentos. Hoje o Brasil tem quase cem barcos arrendados, principalmente da Espanha e do Japão, e existe a polêmica em torno da produção e da maneira como esse produto sai do Brasil. Essa foi a filosofia do Departamento de Pesca. Agora não. O Presidente Lula ouviu os reclamos do segmento produtivo nacional dos empresários, dos armadores, dos pescadores artesanais e criou, acertadamente, a Secretaria Nacional de Pesca.

Espero que essa Secretaria seja para valer. Está presente no plenário a Deputada Telma, de Santos, que participou conosco durante muito tempo da Frente Parlamentar de Pesca. O Porto de Santos foi um dos maiores do setor pesqueiro do Brasil. Está à frente dessa Secretaria um catarinense, um homem correto, bem-intencionado, foi Prefeito de Chapecó por duas legislaturas, disputou uma eleição de Governador e quase foi para o segundo turno, o Sr. José Fritsch. Que o Presidente da República valorize esse segmento da economia nacional que tem um papel fundamental e importante no combate à fome.

Se organizarmos o setor pesqueiro, artesanal e industrial, vamos combater a fome. Temos de mudar essa cultura da alimentação brasileira de que não se come peixe, não se come ostra. Hoje, Santa Catarina é o maior produtor de ostra e marisco em cativeiro da América do Sul, maior até que o Chile. Precisamos organizar e colocar na merenda escolar das nossas crianças esses produtos do mar.

Com a decisão do Presidente Lula, demos um passo para viabilizar esse importante segmento da economia nacional. Espero, Sr. Presidente, que esta Casa siga o exemplo.

Hoje, Deputado Pannunzio, se V. Ex^a quiser cuidar de pesca nesta Casa não encontrará uma Comissão específica para tratar do assunto. A Comissão que cuida da pesca, Presidente Inocêncio Oliveira, é a de Agricultura e Política Rural. Mas quem vai para a Comissão de Agricultura e Política Rural não quer saber de pesca, quer saber de pecuária, de agricultura e, uma vez naquela Comissão, tem-se que criar uma Subcomissão para discutir o setor pesqueiro.

Temos legislação sobre a pesca tramitando nesta Casa. O Deputado Xico Graziano fez um grande trabalho, infelizmente não voltou para esta Casa, está fazendo falta nessa discussão.

Faço um pedido ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha: que se crie na Câmara a Comissão da Pesca ou que a Comissão de Agricultura e Política Rural se torne Comissão de Agricultura e Política Rural e de Pesca, se é que queremos valorizar esse importante segmento da economia nacional.

Obrigado.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. INT. IV. 22/2003

Brasília, 1º de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho à presença de Vossa Excelência comunicar que foi instalada nesta Casa, no dia 22 de maio, a Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, sob a coordenação deste Deputado.

Até recentemente, as operações das Instituições Financeiras Multilaterais com o Brasil não despertavam interesse político, e a aprovação dos empréstimos pelo Senado Federal cumpria os trâmites previstos na Constituição Federal, apenas burocraticamente, sem o necessário debate quanto ao mérito político dos contratos de empréstimo realizados. Contudo, em virtude de uma maior visibilidade pública, na última década, da ação das IFM e de seus efeitos sobre as políticas nacionais, hoje não é mais possível ao Poder Legislativo brasileiro eximir-se de discutir e deliberar tanto sobre os aspectos técnicos quanto sobre o mérito político das operações das Instituições Financeiras Multilaterais com o Brasil. As opções estratégicas de uma política soberana de desenvolvimento nacional é que devem nortear as prioridades dos empréstimos internacionais e a validade de em-

penhar contrapartidas. Assim como é necessário, também, que o Congresso influencie, acompanhe e fiscalize as prioridades e os financiamentos dos bancos públicos nacionais.

Assim sendo, é com a responsabilidade de um dos Poderes da República, com o espírito de vigilância democrática, visualizando a necessidade de um desenvolvimento econômico e social sustentável e a importância que têm os financiamentos internacionais e públicos internos para alcançar esta meta, que os parlamentares abaixo assinados passam a integrar a Frente Parlamentar em Defesa do Financiamento Público e da Soberania Nacional, na esperança de que a sua atuação possa contribuir na construção de uma sociedade brasileira que seja menos sujeita à degradação ambiental, mais próspera, inclusiva e justa.

Certos de contar com o total apoio de Vossa Excelência com nossa iniciativa, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente, – **Ivan Valente**, Deputado Federal, PT/SP.

**Lista de Parlamentares que aderiram a FRENTE PARLAMENTAR EM
DEFESA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO E DA SOBERANIA NACIONAL
(22/05/2003)**

Deputados:

Coordenador: Dep. Ivan Valente (PT/SP)


- 1 - Adão Pretto (PT/RS) – 271
- 2 - Anselmo (PT/RO) – 802
- 3 - Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ) – 414
- 4 - Ariosto Holanda (PSDB/CE) – 575
- 5 - Ary Vanazzi (PT/RS) – 369
- 6 - Átila Lira (PSDB/PI) – 640
- 7 - Babá (PT/PA) – 480
- 8 - Carlos Abicalil (PT/MT) – 623
- 9 - Celso Russomanno (PP/SP) – 756
- 10 - Chico Alencar (PT/RJ) – 848
- 11 - Colbert (PPS/BA) – 319
- 12 - Colombo (PT/PR) – 384
- 13 - Daniel Almeida (PCdoB/BA) – 317
- 14 - Dr. Hélio (PDT/SP) – 734
- 15 - Dra. Clair (PT/PR) – 469
- 16 - Fátima Bezerra (PT/RN) – 213
- 17 - Fernando Ferro (PT/PE) – 427
- 18 - Fernando Gabeira (PT/RJ) – 332
- 19 - Feu Rosa (PSDB/ES) – 960
- 20 - Francisca Trindade (PT/PI) – 264
- 21 - Henrique Afonso (PT/AC) – 645
- 22 - Henrique Fontana (PT/RS) – 277
- 23 - Iara Bernardi (PT/SP) – 360
- 24 - Inácio Arruda (PCdoB/CE) – 582
- 25 - Iriny Lopes (PT/ES) – 267
- 26 - Isaias Silvestre (PSB/MG) – 531
- 27 - Ivan Valente (PT/SP) – 716
- 28 - Jamil Murad (PCdoB/SP) – 437
- 29 - João Alfredo (PT/CE) – 566
- 30 - João Fontes (PT/SE) – 256

- 31 - Josias Gomes (PT/BA) – 701
- 32 - Jovino Cândido (PV/SP) – 238
- 33 - Leonardo Mattos (PV/MG) – 917
- 34 - Lindberg Farias (PT/RJ) – 285
- 35 - Luciana Genro (PT/RS) – 203
- 36 - Luciano Zica (PT/SP) – 627
- 37 - Luiz Antônio Fleury (PTB/SP) – 945
- 38 - Luiza Erundina (PSB/SP) – 620
- 39 - Mauro Passos (PT/SC) – 337
- 40 - Maninha (PT/DF) – 952
- 41 - Maria do Carmo Lara (PT/MG) – 373
- 42 - Miriam Reid (PSB/RJ) – 646
- 43 - Orlando Desconsi (PT/RS) – 329
- 44 - Orlando Fantazzini (PT/SP) – 579
- 45 - Paulo Bernardo (PT/PR) – 806
- 46 - Paulo Rubem (PT/PE) – 229
- 47 - Pinotti (PMDB/SP) – 525
- 48 - Renildo Calheiros (PCdoB/PE) – 356
- 49 - Roberto Gouveia (PT/SP) – 568
- 50 - Profa. Raquel Teixeira (PSDB/GO) – 206
- 51 - Rubinelli (PT/SP) – 344
- 52 - Serafim Verzon (S. Partido/SC) – 245
- 53 - Sérgio Miranda (PCdoB/MG) – 462
- 54 - Tarcísio Zimmermann (PT/RS) – 372
- 55 - Telma de Souza (PT/SP) – 467
- 56 - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) – 724
- 57 - Vignatti (PT/SC) – 473
- 58 - Yeda Crusius (PSDB/RS) – 956
- 59 - Zé Geraldo (PT/PA) – 266
- 60 - Zezéu Ribeiro (PT/BA) – 571

Senadores:

- 1 - Ana Júlia Carepa (PT/PA) – 311-2109
- 2 - Heloisa Helena (PT/AL) – 311-3197

Publique-se
Em 02/12/03


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

Ofício nº 49 1/2005

Brasília, 10 de agosto de 2005

Exmo.Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência, que estamos apresentando neste Legislativo, documentos criando a Frente Parlamentar em Defesa do Leite, a qual o Estatuto já esta sendo concluído e que estamos colhendo as assinaturas necessárias para a consolidação mesma.

Com os nossos melhores agradecimentos pela atenção que ao presente for dispensado, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Rose Marx Wayne de Oliveira**, Capitão Wayne, Deputado Federal PSDB/GO.

Publique-se.

Em 10-8-05 Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 492/2005

Brasília, 10 de agosto de 2005

Exmº Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência, que estamos apresentando neste Legislativo, documentos criando a Frente Parlamentar em Defesa dos Pequenos e Médios Laticínios do Brasil –FPMLB, a qual o estatuto já esta sendo concluído e em fase de recolhimentos de assinaturas necessárias para a consolidação mesma.

Com os nossos melhores agradecimentos pela atenção que ao presente for dispensado, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Capitão Wayne**.

Publique-se.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 003/2005

Brasília – DF, 10 de agosto de 2005

Ao Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tendo em vista o meu desligamento do cargo de Secretário de Estado Chefe da Agência de Infra-Es-

trutura e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, conforme cópia do ato de exoneração em anexo, publicado no **DODF** de 10-8-05, comunico a Vossa Excelência que estou reassumindo o cargo de deputado federal nesta Casa, a partir desta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**.

Publique-se, afaste-se o respectivo suplente, em 10 de agosto de 2005, a partir das 15h46min. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Memorando nº 01/05/CEDOS

Brasília, 4 de agosto de 2005

Ao Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comunicação da escolha da Presidência da CEDOS.

Senhor Presidente,

Tenho satisfação em comunicar a Vossa Excelência que a Comissão Especial de Documentos Sigilosos realizou, nesta data, reunião de instalação, escolhendo-se como presidente e vice-presidente da comissão os Deputados Carlos Melles e Benedito de Lira, respectivamente.

Respeitosamente, – Deputado **Carlos Melles**, Presidente da Comissão Especial de Documentos Sigilosos.

Publique-se.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 111/03

Brasília, 23 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o relatório da viagem que fiz para Nova Iorque, como observador parlamentar na Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 13 a 19 de outubro de 2003.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

RELATÓRIO DE VIAGEM – NOVA IORQUE

Período: 13 A 19 de Outubro de 2003

Atendendo convite da Presidência da Câmara dos Deputados (Ofício nº 3.619/03), participamos, como observador, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no referido período de 14 a 20 de outubro.

Of. P Nº 239/2003

Brasília, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 6.316-A/02, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações. – Deputado **Eliseu Resende**,
Presidente.

Publique-se.

Em 4-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,
VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO.**

Ofício nº 1.008/03-Pres.

Brasília, 4 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião realizada em 3-12-03, proferiu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.017/03, nos termos do Parecer do Relator, Cabo Júlio.

Respeitosamente, – Deputado **Moroni Torgan**,
Presidente.

Publique-se.

Em 4-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. GAB. Nº 550/2003

Brasília, 1º de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, informo a Vossa Excelência que no dia 12 de novembro foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Regimes Próprios de Previdência Municipal e instalada perante todos os

participantes do Seminário “Os Rumos da Reforma”, promovido pela Associação Nacional de Entidades de Previdência Municipal – ANEPREM.

A propósito, encaminho em anexo a listagem dos parlamentares que aderiram à Frente Parlamentar.

Ao ensejo, renovo protesto de consideração e apreço.

Atenciosamente, – **Luiz Carlos Haully**, Deputado Federal (PSDB – PR).

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO REGIME PRÓPRIO DA
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

	DEPUTADO	PARTIDO/UF	GAB.
1.	AGNALDO MUNIZ	PPS/RO	833
2.	ARIOSTO HOLANDA	PSDB/CE	575
3.	CELCITA PINHEIRO	PFL/MT	528
4.	COLBERT MARTINS	PPS/BA	319
5.	CORAUCI SOBRINHO	PFL/SP	460
6.	COROLANO SALES	PFL/BA	832
7.	DANIEL ALMEIDA	PCdoB/BA	317
8.	DARCÍSIO PERONDI	PMDB/RS	518
9.	DR. BENEDITO DIAS	PP/AP	926
10.	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB/MG	302
11.	DR. RIBAMAR ALVES	PSB/MA	729
12.	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT/RR	546
13.	EDUARDO GOMES	PSDB/TO	950
14.	ENIVALDO RIBEIRO	PP/PB	840
15.	FELIX MENDONÇA	PFL/BA	912
16.	FRANCISCO DORNELLES	PP/RJ	512
17.	GASTÃO VIEIRA	PMDB/MA	554
18.	GONZAGA PATRIOTA	PSB/PE	430
19.	JAIME MARTINS	PL/MG	333
20.	JOÃO HERRMANN NETO	PPS/SP	913
21.	JOÃO LEÃO	PL/BA	320
22.	JOSE BORBA	PMDB/PR	616
23.	JOSE ROBERTO ARRUDA	PFL/DF	735
24.	JOSUÉ BENGTON	PTB/PA	305
25.	JÚNIOR BETÃO	PPS/AC	817
26.	LEANDRO VILELA	PMDB/GO	574
27.	LEONARDO VILELA	PP/GO	934
28.	LUIS CARLOS HEINZE	PP/RS	526
29.	LUIZ BITTENCOURT	PMDB/GO	844
30.	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB/PR	220
31.	MARCUS VICENTE	PTB/ES	362
32.	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PSB/AL	941
33.	MAURÓ BENEVIDES	PMDB/CE	210
34.	NEUTON LIMA	PTB/SP	509
35.	NEY LOPES	PFL/RN	326
36.	OSVALDO REIS	PMDB/TO	835
37.	PHILEMON RODRIGUES DA SILVA	PTB/PB	226
38.	RAFAEL GUERRA	PSDB/MG	239
39.	ROMEU QUEIROZ	PTB/MG	250
40.	RONALDO DIMAS	PSDB/TO	943
41.	ROSE DE FREITAS	PSDB/ES	937
42.	SIMPLICIO MARIO	PT/PI	264
43.	VITTORIO MEDIOLI	PSDB/MG	754
44.	ZELINDA NOVAES	PFL/BA	312

Publique-se.

Em 4-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF/GP/MAJ/227/05

Brasília, 31 de março de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Federal Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me à Vossa Excelência e, na oportunidade, enviar-lhe cópia do expediente da Câmara Municipal de Divino (MG), acerca do PL nº 120/95, que dispõe sobre o crime de adultério, alterando o Código Penal.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Assad Júnior**,
Presidente da Comissão de Viação e Transportes.

Ofício nº 48/2005

16 de março de 2005

Exmo. Sr.
Mário Assad Júnior
DD. Deputado Federal
Brasília – DF
Assunto: Encaminhamento (Faz)
Serviço: Gabinete da Presidência

Senhor Deputado,

Com meus sinceros e cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para encaminhar à V. Ex^a cópia da Representação nº 1/2005, aprovada à unanimidade, por esta Casa Legislativa, em sessão ordinária, realizada dia 15 de março, próximo passado, requerendo ainda que seja dado conhecimento do inteiro teor desta Representação aos demais Deputados.

Limitado ao exposto e por oportuno, apresento a V. Ex^a protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Amadeu Campos Pereira**,
Presidente da Câmara Municipal de Divino.

REPRESENTAÇÃO Nº 1, DE 2005

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Divino.

Amadeu Campos Pereira, Vereador à Câmara Municipal de Divino, vem, respeitosamente, no uso de suas atribuições requerer seja formulada representação em face do Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, após tramitação regimental e dispensados os pareceres das Comissões Técnicas, para que dê ciência aos Senhores Deputados sobre a indignação do povo de Divino, acerca do Projeto de Lei nº 120/95, do Deputado Federal Fernando Gabeira, que está pronto para a Ordem do Dia nesta casa e que visa revogar o art. 240 do Código Penal, desconsiderando o adultério como crime.

Justificação

A Casa Legislativa do Município de Divino, por seus representantes e, em respeito ao Código Civil atual, ao Código Penal e aos princípios Bíblicos que vedam e proíbem o adultério, manifesta de forma firme e violenta contra tal pretensão, pois com certeza será um retrocesso para o País, confronto Bíblico e o desmoraonamento das famílias, já que se prega nas Campanhas eleitoreiras o princípio da moralidade e da honradez da família acima de tudo.

Sala das Sessões da Câmara, 28 de fevereiro de 2005. – **Amadeu Campos Pereira**, Vereador.

Encaminhe-se, por cópia, às Lideranças
Partidárias. Oficie-se.

Publique-se. Arquite-se.

Em 19-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 58/2005

Brasília, 14 de abril de 2005

Ao Excelentíssimo Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a, que conforme as assinaturas e Estatuto em anexo, foi instituída a Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro, entidade civil sem fins lucrativos, suprapartidária, de âmbito nacional e duração indeterminada, com o objetivo de mobilizar as diversas forças sociais e políticas no sentido de identificar projetos e ações que tragam benefícios para o Rio de Janeiro.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Paes**,
PSDB/RJ.

Ofício nº 59/2005

Brasília, 21 de abril de 2005

Ao Excelentíssimo Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que os parlamentares na lista em anexo, compõem a Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro, tendo em vista que assinaram o Termo de Adesão da Frente, aceitando todos seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Paes**,
PSDB/RJ.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO DE JANEIRO

Relação dos Membros:

NOME	PARTIDO	GABINETE	ANEXO
Alexandre Cardoso	PSB	205	4
Alexandre Santos	PP	331	4
Almerinda de Carvalho	PMDB	216	4
Almir Moura	PL	639	4
Almir Sá	PL	481	3
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	626	4
André de Paula	PFL	423	4
André Luiz	PMDB	858	4
André Zacharow	PP	737	4
Antônio Carlos Biscaia	PT	414	4
Aracely de Paula	PL	201	4
Átila Lins	PPS	730	4
Barbosa Neto	PSB	736	4
Bernardo Ariston	PMDB	710	4
Bernardo Ariston	PMDB	710	4
Bismark Maia	PSDB	622	4
Bonifácio de Andrada	PSDB	235	4
Carlos Mota	PL	578	3
Carlos Nader	PFL	917	4
Carlos Rodrigues	PL	613	4
Celcita Pinheiro	PFL	528	4
Chico Alencar	PT	848	4
Colbert Martins	PPS	319	4
Cozauci Sobrinho	PFL	460	4
Darcy Coelho	PP	309	4
Deley	PV	432	4
Dr. Heleno	PP	628	4
Dr. Hélio	PDT	734	4
Dr. Ribamar Alves	PSB	729	4
Edson Ezequiel	PM DB	748	4
Eduardo Barbosa	PSDB	540	4
Eduardo Cunha	PMDB	510	4
Eduardo Cunha	PMDB	510	4
Elaine Costa	PTB	728	4
Elimar M. Damasceno	PRONA	446	4
Eliseu Padilha	PMDB	209	4
Fernando de Fabinho	PFL	904	4
Fernando Gabeira	PV	332	4
Gerson Gabrielli	PFL	439	4

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO DE JANEIRO

Helenildo Ribeiro	PSDB	505	4
Homero	PTB	839	4
Ildeu Araújo	PP	382	3
Inaldo Leitão	PL	605	4
Itamar Serpa	PSDB	279	3
Jaime Martins	PL	333	4
Jandira Feghali	PCdoB	421	4
João Almeida	PSDB	652	4
João Almeida	PSDB	652	4
João Batista	PFL	962	4
João Hermano Neto	PPS	913	4
Jorge Bittar	PT	232	4
José Divino	PMDB	587	4
José Roberto	PFL	735	4
Josias Quintal	PMDB	611	4
Josué Bengtson	PTB	305	4
Juiza Denise Frossard	PPS	330	4
Júlio Lopes	PP	334	4
Jurandir Boia	PSB	941	4
Jutahy Júnior	PSDB	407	4
Laura Carneiro	PFL	516	4
Leandro Vilela	PMDB	574	3
Leonardo Picciani	PMDB	325	4
Lindberg Farias	PT	235	3
Luiz Bittencourt	PMDB	844	4
Luiz Sérgio	PT	265	3
Madeira Franco	PMDB	301	4
Marcus Vicente	PTB	362	4
Maria Helena	PPS	909	4
Maria Lúcia	PMDB	533	4
Mário Heringer	PDT	212	4
Mauro Benevides	PMDB	244	4
Milton Barbosa	PFL	422	4
Moreira Franco	PMDB	301	4
Narcio Rodrigues	PSDB	431	4
Nelson Bonier	PMDB	576	3
Nelson Trad	PMDB	452	4
Nice Lobão	PFL	215	4
Osório Adriano	PFL	562	4
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	548	4
Pastor Reinaldo	PTB	438	4
Philemon	PTB	226	4

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO DE JANEIRO

Professora Raquel Teixeira	PSDB	206	4
Reginaldo Germano	PP	310	4
Reinaldo Betão	PL	631	4
Rodrigo Maia	PFL	308	4
Ronaldo César Coelho	PSDB		
Ronaldo Dimas	PSDB	943	4
Simão Sessim	PP	709	4
Vieira Reis	PMDB	352	4
Vittorio Medioli	PSDB	754	4
Walter Feldman	PSDB	585	3
Yeda Crusius	PSDB	956	4
Zenaldo Coutinho	PSDB	336	4
Senador Antônio Carlos Magalhães	PFL	5	
Senador Arthur Virgílio	PSDB	50	
Senador Eduardo Azeredo	PSDB	5	
Senador Eduardo Suplicy	PT	2	
Senador José Agripino Maia	PFL	3	
Senador Marcelo Crivella	PL	3	
Senador Pedro Simom	PMDB	3	
Senador Sérgio Guerra	PSDM	1	
Senador Sérgio Cabral	PMDB	2	
Senador Tasso Jereissat	PSDB	1 à 6	

ESTATUTO

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Sede, Duração e Finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro é uma entidade civil sem fins lucrativos de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e duração indeterminada, com sede e foro no Distrito Federal, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 742.

Art. 2º A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro tem por objetivo mobilizar as diversas forças sociais e políticas no sentido de identificar projetos e ações que tragam benefícios para o Rio de Janeiro, estimulando o seu desenvolvimento.

Parágrafo único. A Frente não substitui a Bancada do Rio de Janeiro em qualquer hipótese.

Art. 4º A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro é aberta à participação de parlamentares de todos partidos políticos e de entidades da Sociedade Civil que aceitem os seus princípios e desejem transformar em realidade os seus objetivos.

Art. 5º A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro atuará de forma coordenada e articulada com as Comissões do Congresso Nacional pela promoção do desenvolvimento econômico-social sustentado do Rio de Janeiro.

Art. 6º É vedada à Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro a participação em atividades estranhas à sua natureza e finalidade.

Art. 7º A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro é composta por parlamentares e de entidades da Sociedade Civil com a seguinte categoria de filiados:

I – Fundador – o que assinou a Ata de Lançamento, do dia 1º-12-2004.

II – Efetivo o que assinou o Termo de Adesão à Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro, aceitando todos seus princípios e comprometendo-se com seus objetivos.

Art. 8º São direitos dos filiados fundadores:

I – participar das atividades da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro;

II – participar das Assembléias Gerais;

III – votar e ser votado

IV – requerer ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro a convocação de Assembléia-Geral e Extraordinária, em documento assinado por, no mínimo, 1/3 dos filiados; e

V – ter acesso a todos os livros e registros da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro.

Art. 9º São deveres dos filiados;

I – Divulgar a Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro, seus princípios e objetivos;

II – participar das reuniões e Assembléias Gerais convocadas pela Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro;

III – cumprir o Estatuto e as Deliberações das Assembléias Gerais e dos órgãos da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro;

IV – exercer os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados.

CAPÍTULO II

Da estrutura

Art. 10. A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro tem a seguintes composição:

I – Assembléia Geral;

II – e Conselho Diretor.

Art. 11. A Assembléia-Geral, órgão de deliberação soberana e de mais alto grau da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro é constituída pelos filiados parlamentares e ex-parlamentares.

Parágrafo único. A Assembléia-Geral reunir-se-á, ordinariamente a cada mês ou extraordinariamente por convocação do Secretário Geral ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos filiados parlamentares.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 12. Compete à Assembléia Geral:

I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Diretor, cujos mandatos serão de 2 (dois) anos;

II – alterar, no todo ou em parte, este estatuto;

III – Deliberar sobre assuntos para os quais foi convocada.

Art. 13. A Assembléia-Geral será convocada pelo Secretário-Geral, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, através de expediente aos filiados.

Parágrafo único. Em casos de urgência, o prazo de que trata este artigo poderá ser reduzido para 12 (doze) horas.

Art. 14. A Assembléia-Geral será instalada com qualquer número, e suas decisões tomadas por maioria simples, cabendo ao Secretário-Geral a decisão em caso de empate nas votações.

Art. 15. Conselho Diretor é composto de:

I – 3 (três) Presidentes;

II – Vice-Presidente;

III – Secretário-Geral;

IV – Secretário Adjunto;

V – Tesoureiro;

VI – Tesoureiro Adjunto.

Art. 16. Compete aos 3 (três) presidentes do Conselho Diretor:

I – superintender, supervisionar e fiscalizar as atividades da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro;

II – presidir com o Secretário-Geral as reuniões do Conselho Diretor e as Assembléias-Gerais;

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente, substituir os presidentes nas ausências e fiscalizar as atividades da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro.

Art. 18. Compete ao Secretário-Geral:

I – convocar as reuniões do Conselho Diretor e as Assembléias Gerais;

II – superintender os serviços gerais da Secretaria, assinando os expedientes de rotina interna e externa, mantendo-os em dia;

III – coordenar os relatórios de outros membros do Conselho Diretor;

IV – lavrar as Atas das sessões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral.

Art. 19. Compete ao Secretário Adjunto auxiliar o secretário-Geral no cumprimento de suas atribuições, substituindo-o em seus impedimentos ou ausências.

Art. 20. Compete ao Tesoureiro:

I – superintender os serviços de Tesouraria e Contabilidade;

II – assinar ou endossar, com o Secretário-Geral, ou procurador com poderes especiais, todos os cheques, ordens de pagamento, títulos e demais documentos com o seu patrimônio;

III – pagar as despesas autorizadas;

IV – apresentar, mensalmente, ao presidente, balancete geral de receita e despesas, quando houver.

Art. 21. Compete ao Tesoureiro Adjunto auxiliar o Tesoureiro no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 22. Este Estatuto poderá ser alterado ou reformado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, desde que conte com os votos da maioria dos filiados presentes com direito a voto.

Art. 23. A Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro somente poderá ser dissolvida por decisão judicial ou deliberação da Assembléia Geral e que conte com os votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros com direito a voto.

Art. 24. Os dirigentes da Frente Parlamentar em Defesa do Rio de Janeiro não são remunerados nem respondem pelas obrigações por ela contraídas.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, **ad referendum** da Assembléia Geral.

Publique-se.

Em 18-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

RELATÓRIO DA VIAGEM A LONDRES

No período de 25 de junho a 1º de julho de 2004 participei do evento “Socialism 2004” na cidade de Londres, Inglaterra, realizado na UNIVERSITY OF LONDON UNION (ULU) pelo SOCIALIST PARTY, representando a Câmara dos Deputados. Este relatório procura descrever as atividades das quais participei durante o evento.

O Seminário teve a sua abertura no dia 25 onde fiz parte da mesa e fiz uma saudação aos mais de 300 participantes que representavam setores do movimento sindical e estudantil da Inglaterra e de alguns países europeus.

No dia 26 participei como palestrante principal do evento intitulado “A WORLD IN CRISIS BUILD A SOCIALIST ALTERNATIVE” que teve também como debatedores PETER TAAFFE (General Secretary, Socialist Party); TOMMY SHERIDAN MSP (SCOTTISH SOCIALIST PARTY) e HAIFA ZANGANA (Exiled Iraqi Writer and Activist). O tema de abertura foi denominado OPENING RALLY The Price of occupying Iraq. Na explanação que fiz abordei a crise econômica mundial e seus efeitos devastadores sobre o Brasil e América Latina e a relação da ocupação do Iraque e seus efeitos na produção do petróleo, e a alta do preço do produto que provocou danos irreparáveis no dia a dia da vida da classe trabalhadora mundial e, em especial, na vida do trabalhador brasileiro nos primeiros dezoito meses do governo Lula, e nosso enfrentamento contra as medidas tomadas por seu governo, que culminou com a construção de nosso novo partido o Partido Socialismo e Liberdade o P-SOL. Após os debates o que se percebeu foi, ao mesmo tempo, um desconhecimento muito grande sobre a realidade do Brasil e de toda a América Latina e um interesse profundo dos participantes de conhecer mais nossa dura e triste realidade.

No dia 27 o evento continuou com o debate em grupos de discussões sobre vários temas específicos. Na parte da manhã participei de um grupo cujo tema era a crise do imperialismo norte americano após o dia 11 de setembro e seus efeitos na ocupação do Afeganistão e do Iraque pelas tropas norte americanas e inglesas. Aconteceram simultaneamente outros

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

OF Pres. nº 291 ICECD

Brasília, 25 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 5.668/01, da Sra. Laura Carneiro, que “dispõe sobre a introdução de temas relacionados à responsabilidade social das empresas e à cidadania corporativa nos currículos de educação superior”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputada **Professora Raquel Teixeira**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Publique-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF P-nº 82/2003

Brasília, 17 de julho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a reconstituição, por motivo de extravio, das seguintes proposições:

1) PL nº 4.297/98, do Sr. Serafim Venzon, que “dispõe sobre a emissão de nota fiscal de serviços prestados por hospitais conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde”.

2) PLP nº 296/02, do Sr. João Herrmann Neto, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo responsabilidades relacionadas à gestão social conseqüente, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Cordiais Saudações, – Deputado **Eliseu Resende**, Presidente.

Defiro. Publique-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF-P Nº 267/2003

Brasília, de julho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao art. 58 do Regimento Interno, que esta Comissão, em reunião ordinária realizada no dia 23-4-2003, concluiu pelo encerramento da Representação nº 03/1998, do SINDSEP – PE, que solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle apurar os fatos relatados no Jornal Diário de Pernambuco, página 5 (cinco), edição de 7 de abril de 1998, sob o título “Presidente beneficia Roseana Sarney”, referentes à compra pelo BNDES de 30% (trinta por cento) das ações da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR”.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação da referida proposta e o parecer a ela oferecido.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Simão Sessim**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Brasília, 27 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a criação da FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO RIO DOCE, integrada por Deputados Federais e Senadores dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, com o objetivo de discutir e propor medidas visando o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e do seu entorno.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que Vossa Excelência dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Ivo José**,
PT/MG.

Em 28-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº 77/04

Brasília, 13 de abril de 2004

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

DD Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Ao saudá-lo, comunico a Vossa Excelência que no dia 17 de setembro de 2003 foi instalada a Frente

Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, sob minha coordenação, cujas diretrizes e integrantes envio em cópia anexa.

Por esta razão, solicito a gentileza de providenciar a inclusão da referida frente na página da intranet da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – Deputado **Beto Albuquerque** (PSDB/RS), Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro.



Objetivos

Contribuir para a discussão de **medidas que visem evitar ou reduzir as tragédias no trânsito** e para a definição de uma **Política de Trânsito** que contemple algumas diretrizes, tais como:

- Efetivar e Ampliar a Educação de Trânsito
 - Efetivar a educação de trânsito, de forma comunitária e nos diferentes níveis de ensino
 - Aperfeiçoar a formação, a reciclagem e a especialização de condutores
 - Promover a capacitação de profissionais na área de trânsito
- Promover a Participação da Sociedade Organizada em Movimentos Voltados à Segurança e à Cidadania no Trânsito
- Defender o Código de Trânsito Brasileiro, discutindo melhorias
- Aumentar a Segurança de Trânsito
 - Intensificar a fiscalização das infrações que mais afetam a segurança de trânsito:
 - o excesso de velocidade
 - as ultrapassagens indevidas nas rodovias
 - o não uso do cinto de segurança nos bancos dianteiro e traseiro
 - o não uso do capacete pelos condutores e passageiros de motocicletas
 - o avanço do sinal vermelho do semáforo
 - o desrespeito ao pedestre nas áreas a ele destinadas
 - álcool: estabelecer as bases legais necessárias para a fiscalização e imposição de penalidades das infrações referentes à ingestão de bebidas alcoólicas e uso

de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

- Intensificar a fiscalização relativa à regularidade de condutores e veículos
 - Aumentar a efetividade da fiscalização eletrônica
-
- Efetivar a punição ampla e correta dos infratores
 - Aprimorar a qualidade das informações sobre acidentes de trânsito
 - Desenvolver análises dos dados de acidentes de trânsito e implantar ações de segurança pertinentes
 - Implantar ações de proteção aos pedestres e aos portadores de necessidades especiais
 - Discutir a Inspeção Técnica Veicular
 - Promover a manutenção e o aperfeiçoamento dos aspectos de segurança no sistema viário
 - Promover agilidade e eficiência no atendimento às vítimas de acidentes de trânsito
 - Garantir boas condições de fluidez de tráfego e de acessibilidade ao Cidadão
 - Desenvolver ações de apoio ao sistema de transporte coletivo urbano
 - Implantar sistemas eficientes de controle e operação do trânsito
 - Fortalecer e Desenvolver as Organizações do Sistema Nacional de Trânsito
 - Discutir a Municipalização do Trânsito

Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro
Coordenação: Deputado Beto Albuquerque – PSB/RS
61-215--5338 / dep.betoalbuquerque@camara.gov.br

COMPONENTES

DEPUTADOS	Gabinete
1. Alexandre Cardoso	205
2. Mauro Benevides	210
3. Almerinda de Carvalho	216
4. Roberto Balestra	219
5. Davi Alcolmbre	231
6. Hermes Parcianello	234
7. Jovino Cândido	238
8. Serafim Venzon	245
9. Ronaldo Vasconcelos	246
10. Romeu Queiroz	250
11. Leodegar Tiscoski	254
12. Rogério Silva	284
13. Dr. Francisco Gonçalves	302
14. Josué Bengtson	305
15. Zelinda Novaes	312
16. Daniel Almeida	317
17. Colbert Martins	319
18. Mauro Passos	337
19. Beto Albuquerque	338
20. Renildo Calheiros	356
21. Arnon Bezerra	413
22. Rogério Teófilo	416
23. Gervásio Silva	418
24. André de Paula	423
25. Gonzaga Patriota	430
26. Vignatti	473
27. Almir Sá	481
28. Rubens Otoni	501
29. Darcísio Perondi	518
30. Marcelo Guimarães Filho	521
31. Celcita Pinheiro	528
32. Isaiás Silvestre	531
33. Roberto Gouveia	568
34. Leandro Vilela	574
35. Nelson Bornier	576
36. Walter Feldman	585
37. Edmar Moreira	606
38. Roberto Pessoa	607
39. Chico da Princesa	633
40. Henrique Afonso	645
41. Renato Casagrande	662

DEPUTADOS	Gabinete
42. Milton Cardias	705
43. Dr. Ribamar Alves	729
44. Dr. Hélio	734
45. André Zancharow	737
46. Carlos Mota	739
47. Marcos de Jesus	745
48. Vittorio Mediolli	754
49. Carlos Alberto Leréia	830
50. Coriolano Sales	832
51. Agnaldo Muniz	833
52. Robson Tuma	834
53. Osvaldo Reis	835
54. Mauro Lopes	841
55. Alex Canziani	842
56. André Luiz	858
57. Fernando de Fabinho	904
58. Gilberto Nascimento	910
59. João Hermann Neto	913
60. Osvaldo Biolchi	925
61. José Ivo Sartori	927
62. Augusto Nardes	936
63. Leônidas Cristino	938
64. Ronaldo Dimas	943
65. Maninha	952
66. Yeda Crusius	956
67. João Batista	962

SENADORES	Endereço
1. Leonel Pavan	Ala Sen Teotônio Vilela Gab. 14
2. Paulo Paim	Anexo I – 22º Andar
3. Sérgio Zambiasi	Anexo II, Ala Sen Afonso Arinos, Gab. 07
4. Magno Malta	Ala Alexandre Costa – gab. 5

Publique-se
Em 14/04/04


JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

cultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para a posição de Titular naquela Comissão Permanente, passando o atual ocupante da Titularidade, Deputado Cleonânio Fonseca, do PP/SE, à condição de Suplência, no referido órgão técnico da Câmara dos Deputados.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração. – Deputado Pedro Henry, Líder do PP.

Defiro. Publique-se.

Em 26-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. Lid. PP nº 296

Brasília, 25 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, solicito a retirada do nome do Deputado Cleonânio Da Fonseca, do PP/SE, da relação dos indicados para a suplência na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Oportunamente faremos a indicação do nobre parlamentar para vaga de suplência em outra Comissão Permanente.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

Defiro. Publique-se.

Em 26-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. nº 17 – PP/2004 – CCJR

Brasília, 24 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 555/2003, apreciado por este Órgão Técnico, nesta data.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Maurício Rands**, Presidente.

Publique-se.

Em 26-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. JM-70/042/2004

Brasília, 10 de março de 2004

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Venho, pelo presente, comunicar a V. Exª, por meio dos apoimentos em anexo e cópia do Estatuto aprovado no dia 18 de fevereiro de 2004, a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF, sem ônus para a Casa.

A Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF tem por finalidade, entre outros, de:

- a) estimular o amplo debate sobre o Transporte Ferroviário Nacional;
- b) apoiar programas de ações governamentais e não governamentais;
- c) estudar, propor e defender política de investimentos públicos e privados;
- d) promover e incentivar estudos, debates, cursos e seminários;
- e) estimular a preservação do patrimônio histórico e cultural.

Tendo em vista o procedimento adotado por esta Casa no reconhecimento das outras Frentes Parlamentares, solicito a V. Exª a igualdade no tratamento a elas dispensado.

Outrossim, solicito a publicação e notificação dos Órgãos oficiais da Câmara dos Deputados da constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF. – Deputado **Jaime Martins**.

Termo de Abertura

O presente livro, com cem (100) folhas numeradas
sequencialmente de um a cem, servirá para a lavatura das Atas
da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário -
FPTF

Brasília, 18 de fevereiro de 2004

Dep. FÉLIX MARTINS
PRESIDENTE

missão Diretora, que passava a ser submetida a votação pelos membros presentes, conforme determina o § 1º do art. 5º do Estatuto. A eleição dos membros componentes do inciso III do art. 4º da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário-FPTF, respectivamente na Comissão Diretora, fica eleito à Presidência, o Sr. Dep. Jaime Martins, as cargos de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto vice-presidentes, os Senhores, respectivamente, Sr. Dep. Miguel de Souza como 1º vice-presidente, o Sr. Dep. Senador Paulo Paim como 2º vice-presidente, o Sr. Dep. Senador Marcelo Crivella como 3º vice-presidente, a Sr. Deputada Brá Elair como 4º vice-presidente, o Sr. Dep. Carlos Santana como Secretário-Geral, o Sr. Dep. João Paulo Gomes da Silva como 1º secretário, o Sr. Dep. Marcelo Siqueira como 2º secretário, o Sr. Dep. Welinton Fagundes como 1º tesoureiro, o Sr. Dep. Senador Hélon Freitas como 2º tesoureiro, o Sr. Dep. Sandro Mabele como 1º vogal, o Sr. Dep. Romeu Queiroz como 2º vogal, o Sr. Dep. Senador Eduardo Azeredo como 3º vogal, o Sr. Dep. Paulo Feijó como 4º vogal, o Sr. Dep. Júlio Delgado como 5º vogal. Eles passaram a exercer os cargos acima foram ilibados pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, por uma única vez, para o período de igual duração, conforme o parágrafo primeiro do art. 7º do Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário-FPTF, a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, solicitando assista que, eu, secretário interino, lamente a presente ata, que eu por mim aprovada e pelo Presidente. Brasília, dez de Fevereiro de dois mil e quatro.

Printed by J. B. L. & Co.

Ata da reunião constituinte da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPTF, realizada em 18 de fevereiro de 2004.

Nos dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, às 15 (quinze) horas, na sala de reuniões do Espaço Cultural do Edifício Principal da Câmara dos Deputados, sito na Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a primeira reunião constituinte da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPTF, convocada em forma do art. 5º do seu Estatuto que, a partir da sua aprovação faz parte integrante da presente ata, para deliberar sobre a seguinte pauta: (1) Aprovar e deliberar sobre o Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPTF; (2) Abertura dos trabalhos da Assembleia Geral para eleição dos membros da comissão diretora, conforme consta, diga, data e hora, amplamente divulgado nos órgãos oficiais da Câmara dos Deputados, conforme determina o estatuto em seu art. 5º, e Sr. Deputado Jaime Martins, assumindo a presidência, passou a ler a proposta de proposta de estatuto da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPTF, assim apresentada: Capítulo I - Da denominação, Natureza, Duração, Sede e Finalidade; Art 1º - A Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPTF, é uma entidade civil de interesse público, de natureza política suprapartidária, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal. Após a leitura na íntegra do estatuto de criação, estreados por secretários para deliberação. A proposta de estatuto foi aprovada por unanimidade. Relativo ao item da pauta, o Sr. Deputado Jaime Martins passou a

Interinos.

Dep. Zaine Martins

Presidente Lista de presença da reunião constituinte da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário - FPF, realizada em 18 de fevereiro de 2004.

Landsmota

Zaine Martins

PL MG

Carlos Mota

PL-MG

Aldo Assis Jr

PL-MG

Aldo Assis Jr

PMDB RJ

Paulo Feijó

PSDB RJ

João Bengtson

PTB Paraná

Cabo Júlio

PSC-MO

Pitulum Rodrigues

PTB-PT

Athos Queiroz

PPS-MG

Marcello Sidueira

PT-PR

Marcello Sidueira

PMDB-MG

Ailton Freitas

PL-MG

Paulo Paim

PT-RS

Juizá Denise Frossard

PSDB RJ

Mário Negromonte

AP-BA

Mário Silva

PL-SE

Julio Lopes

PP-PA

Wanderlaci Santos

PL-SP

Mário Mota

PL-SP

Alvaro Viana

PL-RS

Inaldo Leite

PL-PR

Humberto Mendes

PL-PR

Maurício R. Bate

PL-PR

Amauri R. Gasque

PL-PR

Sandro Mota

PL-PR

Pedro Corrêa

PP-PR

Rômulo Azeite

PP-PR

FEL ROSA

PP-PR

Miguel de Souza

PP-PR

FRANCISCO S. SILVA

PP-PR

[Handwritten signatures and scribbles]

[Handwritten signatures and scribbles]

[Handwritten signatures and scribbles]

Simão Jessim P.F.-RJ

LEONARDO VILERA - PP-GO

COELHO F. J. - PP-BR

JOÃO CARLOS - PP-MS

B. G. - PPS-Pi

Carlos Rodrigues PL

JUAN RANZOLIN

JOÃO MENDES DE JESUS PSLE

WELLINGTON ROBERTO

GIACOMO PL/PR

DARCY COELHO PP-IL

ALFREDO DA PRINCEZA

RICARDO FIGUEIRA

MANOEL DE JESUS

REINALDO BETÃO R-J-IL

WELINGTON FAGUNDES PL/MT

ALBERTO TRACA - PTB/D

ALMEIDA DE JESUS - PL-GO

JOÃO CARLOS G. S. - PL/MS

EDUARDO MOREIRA PL/MG

JOÃO CARLOS - PL/BA

JOÃO SANTANA DE ALMEIDA

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – FPTF

Criada em Brasília, pelo Deputado Federal Jaime Martins, em 20/08/03

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
1.	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	441	dep.adelorvieira@camara.gov.br	Jaime Martins
2.	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	833	dep.agnaldomuniz@camara.gov.br	Sandro Mabel
3.	ALBERTO FRAGA	PTB	DF	321	dep.albertofraga@camara.gov.br	Jaime Martins
4.	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	324	dep.albertogoldman@camara.gov.br	Sandro Mabel
5.	ALCEU COLLARES	PDT	RS	807	dep.alceucollares@camara.gov.br	Jaime Martins
6.	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	313	dep.almeidadejesus@camara.gov.br	Sandro Mabel
7.	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	216	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br	Welinton Fagundes
8.	ALMIR MOURA	PL	RJ	639	dep.almirmoura@camara.gov.br	Sandro Mabel
9.	ALMIR SÁ	PL	RR	481	dep.almirsa@camara.gov.br	Welinton Fagundes
10.	AMAURI ROBLEDO GASQUES	PL	SP	354	dep.amaurirobledogasques@camara.gov.br	Sandro Mabel
11.	ANDRÉ LUIZ	PMDB	RJ	858	dep.andreluiz@camara.gov.br	Sandro Mabel
12.	ANDRÉ ZACHAROW	PP	PR	737	dep.andrezacharow@camara.gov.br	Jaime Martins
13.	ANSELMO	PT	RO	802	dep.anselmo@camara.gov.br	Jaime Martins
14.	ANTÔNIO CAMBRAIA	PSDB	CE	708	dep.antoniocambraia@camara.gov.br	Sandro Mabel
15.	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	385	dep.antoniocarlosbiffi@camara.gov.br	Jaime Martins
16.	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA	939	dep.antoniocarlosandromabelagalhaesneto@camara.gov.br	Jaime Martins
17.	ANTONIO JOAQUIM	PP	MA	536	dep.antoniojoaquim@camara.gov.br	Jaime Martins
18.	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	575	dep.ariostoholanda@camara.gov.br	Sandro Mabel
19.	ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	706	dep.arlindochinaglia@camara.gov.br	Jaime Martins
20.	ARNON BEZERRA	PTB	CE	413	dep.arnonbezerra@camara.gov.br	Jaime Martins
21.	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	410	dep.asdrubalbentes@camara.gov.br	Jaime Martins
22.	ATHOS AVELINO	PPS	MG	744	dep.athosavelino@camara.gov.br	Jaime Martins
23.	ÁTILA LINS	PPS	AM	730	dep.atilalins@camara.gov.br	Sandro Mabel
24.	AUGUSTO NARDES	PP	RJ	936	dep.augustonardes@camara.gov.br	Sandro Mabel
25.	B. SÁ	PPS	PI	643	dep.b.sa@camara.gov.br	Sandro Mabel
26.	BENEDITO DE LIRA	PP	AL	942	dep.bcneditodelira@camara.gov.br	Jaime Martins
27.	BISPO RODRIGUES	PL	RJ	613	dep.bisporodrigues@camara.gov.br	Jaime Martins
28.	CABO JULIO	PSC	MG	327	dep.cabojulio@camara.gov.br	Welinton Fagundes
29.	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	830	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br	Sandro Mabel
30.	CARLOS DUNGA	PTB	PB	236	dep.carlosdunga@camara.gov.br	Jaime Martins
31.	CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE	415	dep.carloseduardocadoca@camara.gov.br	Sandro Mabel
32.	CARLOS NADER	PFL	RJ	917	dep.carlosnader@camara.gov.br	Welinton Fagundes
33.	CÉSAR MEDEIROS	PT	MG	530	dep.cesarmedeiros@camara.gov.br	Jaime Martins
34.	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	228	dep.cezarschirmer@camara.gov.br	Jaime Martins
35.	CHICO DA PRINCESA	PL	PR	633	dep.chicodaprincesa@camara.gov.br	Jaime Martins
36.	CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	630	dep.claudiocajado@camara.gov.br	Jaime Martins
37.	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	201	dep.cleubercomeiro@camara.gov.br	Sandro Mabel
38.	COLBERT MARTINS	PPS	BA	319	dep.colbertmartins@camara.gov.br	Jaime Martins
39.	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	460	dep.coraucisobrinho@camara.gov.br	Sandro Mabel

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
40.	CORIOIANO SALES	PFL	BA	832	dep.coriolanosales@camara.gov.br	Jaime Martins
41.	DARCI COELHO	PP	TO	309	dep.darcoelho@camara.gov.br	Welinton Fagundes
42.	DARCISO PERONDI	PMDB	RS	518	dep.darcisoperondi@camara.gov.br	Welinton Fagundes
43.	DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	330	dep.juizadenisefrossard@camara.gov.br	Sandro Mabel
44.	DERVAL DE PAIVA	PMDB	TO	835	dep.dervaldepaiva@camara.gov.br	Welinton Fagundes
45.	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	537	dep.devannrribeiro@camara.gov.br	Jaime Martins
46.	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP	926	dep.dr.beneditodias@camara.gov.br	Jaime Martins
47.	DR. EVILASIO	PSB	SP	454	dep.dr.evillasio@camara.gov.br	Jaime Martins
48.	DR. HELENO	PP	RJ	628	dep.dr.helenc@camara.gov.br	Jaime Martins
49.	DR. HELIO	PDY	SP	734	dep.dr.helio@camara.gov.br	Sandro Mabel
50.	DR. PINOTTI	PFL	SP	525	dep.dr.pinotti@camara.gov.br	Welinton Fagundes
51.	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729	dep.dr.ribamaralves@camara.gov.br	Jaime Martins
52.	DURVAL ORLATO	PT	SP	820	dep.durvalorlato@camara.gov.br	Jaime Martins
53.	EDMAR MOREIRA	PL	MG	606	dep.edmarmoreira@camara.gov.br	Jaime Martins
54.	EDNA MACEDO	PTB	SP	816	dep.ednamacedo@camara.gov.br	Jaime Martins
55.	EDNARDO SCIARRA (não é deputado)	PFL	PR	433	dep.ednardosciarra@camara.gov.br	Sandro Mabel
56.	EDSON DUARTE	PV	BA	535	dep.edsonduarte@camara.gov.br	Jaime Martins
57.	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	510	dep.eduardocunha@camara.gov.br	Jaime Martins
58.	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	dep.eduardovalverde@camara.gov.br	Jaime Martins
59.	ELAINE COSTA	PTB	RJ	728	dep.elainecosta@camara.gov.br	Jaime Martins
60.	ELISEU PADILHA	PMDB	RS	209	dep.eliseupadilha@camara.gov.br	Sandro Mabel
61.	ELISEU RESENDE	PFL	MG	204	dep.eliscuresende@camara.gov.br	Jaime Martins
62.	ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB	840	dep.enivaldoribeiro@camara.gov.br	Jaime Martins
63.	FABIO SOUTO	PFL	BA	827	dep.fabiosouto@camara.gov.br	Jaime Martins
64.	FELIX MENDONÇA	PFL	BA	912	dep.felixmendonca@camara.gov.br	Jaime Martins
65.	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA	904	dep.fernandofabinho@camara.gov.br	Welinton Fagundes
66.	FERNANDO FERRO	PT	PE	427	dep.fernandoferro@camara.gov.br	Jaime Martins
67.	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ			Jaime Martins
68.	FEU ROSA	PP	ES	960	dep.feurosa@camara.gov.br	Jaime Martins
69.	FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	512	dep.franciscodornelles@camara.gov.br	Jaime Martins
70.	FRANCISCO GARCIA	PP	AM	520	dep.franciscogarcia@camara.gov.br	Jaime Martins
71.	GERALDO RESENDE	PPS	MS	905	dep.geraldoresende@camara.gov.br	Jaime Martins
72.	GERALDO THADEU	PPS	MG	248	dep.geraldothadeu@camara.gov.br	Jaime Martins
73.	GERSON GABRIELLI	PFL	BA	439	dep.gersongabrielli@camara.gov.br	Jaime Martins
74.	GILBERTO KASSAB	PFL	SP	828	dep.gilbertokassab@camara.gov.br	Jaime Martins
75.	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	910	dep.gilbertonascimento@camara.gov.br	Jaime Martins
76.	GONZAGA MOTA	PSDB	CE	636	dep.gonzagamota@camara.gov.br	Jaime Martins
77.	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	430	dep.gonzagapatriota@camara.gov.br	Welinton Fagundes
78.	GUILHERME MENEZES	PT	BA	743	dep.guilhermemenezes@camara.gov.br	Jaime Martins

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
79.	HAROLDO CEDRAZ	PFL	BA	928	dep.haroldocedraz@camara.gov.br	Sandro Mabel
80.	HELENO SILVA	PL	SE	350	dep.helenosilva@camara.gov.br	Jaime Martins
81.	HENRIQUE AFONSO	PT	AC	645	dep.henriqueafonso@camara.gov.br	Welinton Fagundes
82.	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	539	dep.henriqueeduardoalves@camara.gov.br	Sandro Mabel
83.	HERCULANO ANGHINETTI (não é deputado)	PP	MG	241	dep.herculanoanghinetti@camara.gov.br	Sandro Mabel
84.	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	234	dep.hermesparcianello@camara.gov.br	Sandro Mabel
85.	HOMERO BARRETO	PTB	TO	839	dep.homerobarreto@camara.gov.br	Jaime Martins
86.	HUMBERTO MICHILES	PL	AM	580	dep.humbertomichiles@camara.gov.br	Welinton Fagundes
87.	IBRAIM ABI-ACKEL	PP	MG			Jaime Martins
88.	INALDO LEITÃO	PL	PB	605	dep.inaldoleitao@camara.gov.br	Jaime Martins
89.	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG	531	dep.isaiassilvestre@camara.gov.br	Jaime Martins
90.	IVAN RANZOLIN	PP	SC	601	dep.ivanranzolin@camara.gov.br	Jaime Martins
91.	JACKSON BARRETO	PTB	SE	733	dep.jacksonbarreto@camara.gov.br	Welinton Fagundes
92.	JAIME MARTINS	PL	MG	333	dep.jaimemartins@camara.gov.br	Jaime Martins
93.	JAMIL MURAD	PCdoB	SP	437	dep.jamilmurad@camara.gov.br	Jaime Martins
94.	JINIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA			Jaime Martins
95.	JOÃO ALFREDO	PT	CE	566	dep.joaalfredo@camara.gov.br	Jaime Martins
96.	JOÃO BATISTA	PFL	SP	962	dep.joabatista@camara.gov.br	Jaime Martins
97.	JOÃO BOSCO COSTA	PSDB	SE			Jaime Martins
98.	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	913	dep.joaherrmannneto@camara.gov.br	Jaime Martins
99.	JOÃO LEÃO	PL	BA	320	dep.joaoleao@camara.gov.br	Jaime Martins
100.	JOÃO LYRA	PTB	AL	915	dep.joaolyra@camara.gov.br	Jaime Martins
101.	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	211	dep.joaomagalhaes@camara.gov.br	Jaime Martins
102.	JOÃO MENDES DE JESUS	PSL	RJ	572	dep.joaomendesdejesus@camara.gov.br	Jaime Martins
103.	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG	933	dep.joapaulogomesdasilva@camara.gov.br	Jaime Martins
104.	JORGE BOEIRA	PT	SC	335	dep.jorgeboeira@camara.gov.br	Jaime Martins
105.	JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	ES	230	dep.josecarloselias@camara.gov.br	Jaime Martins
106.	JOSÉ CHAVES	PTB	PE	436	dep.josechaves@camara.gov.br	Jaime Martins
107.	JOSÉ JANENE	PP	PR	608	dep.josejanene@camara.gov.br	Sandro Mabel
108.	JOSÉ MILITÃO	PTB	MG	402	dep.josemilitao@camara.gov.br	Jaime Martins
109.	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE	458	dep.josemuciomonteiro@camara.gov.br	Jaime Martins
110.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	735	dep.joserobertoarruda@camara.gov.br	Jaime Martins
111.	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG	854	dep.josesantanadevasconcellos@camara.gov.br	Jaime Martins
112.	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	305	dep.josuebengton@camara.gov.br	Jaime Martins
113.	JOVAIR ARANTES	PSDB	GO	504	dep.jovairarantes@camara.gov.br	Sandro Mabel
114.	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238	dep.jovinocandido@camara.gov.br	Jaime Martins
115.	JUIZA DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	330	dep.juizadenisefrossard@camara.gov.br	Jaime Martins
116.	JÚLIO CESAR	PFL	PI	944	dep.juliocesar@camara.gov.br	Jaime Martins
117.	JÚLIO DELGADO	PPS	MG	323	dep.juliodelgado@camara.gov.br	Jaime Martins

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
118.	JULIO LOPES	PP	RJ	334	dep.juliolopes@camara.gov.br	Jaime Martins
119.	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS	621	dep.julioredecker@camara.gov.br	Sandro Mabel
120.	JÚNIOR BETÃO	PPS	AC	817	dep.juniorbetao@camara.gov.br	Jaime Martins
121.	JURANDIR BOIA	PSB	AL	941	dep.jurandirboia@camara.gov.br	Welinton Fagundes
122.	LAEL VARELLA	PFL	MG	721	dep.laelvarella@camara.gov.br	Jaime Martins
123.	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	516	dep.lauracarneiro@camara.gov.br	Jaime Martins
124.	LEANDRO VILELA	PMDB	GO	574	dep.leandrovilela@camara.gov.br	Jaime Martins
125.	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	726	dep.leoalcantara@camara.gov.br	Jaime Martins
126.	LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	254	dep.leodegartiscoski@camara.gov.br	Jaime Martins
127.	LEONARDO VILELA	PP	GO	934	dep.leonardovilela@camara.gov.br	Jaime Martins
128.	LEÓNIDAS CRISTINO	PPS	CE	938	dep.leonidascristino@camara.gov.br	Jaime Martins
129.	LINCOLN PORTELA	PL	MG	615	dep.lincolnportela@camara.gov.br	Jaime Martins
130.	LUCIANA GENRO	S.PART.	RS	203	dep.lucianagenro@camara.gov.br	Jaime Martins
131.	LUCIANO CASTRO	PL	RO	401	dep.lucianocastro@camara.gov.br	Welinton Fagundes
132.	LUCIANO LEITOA	PSB	MA	529	dep.lucianoleitao@camara.gov.br	Jaime Martins
133.	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	526	dep.luiscarlosheinze@camara.gov.br	Welinton Fagundes
134.	LUÍZ ALBERTO	PT	BA	954	dep.luizalberto@camara.gov.br	Jaime Martins
135.	LUÍZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	945	dep.luizantoniofleury@camara.gov.br	Sandro Mabel
136.	LUÍZ BITTENCOURT	PMDB	GO	844	dep.luizbittencourt@camara.gov.br	Sandro Mabel
137.	LUÍZ CARLOS HEINZE	PP	RS	526	dep.luizcarlosheinze@camara.gov.br	Sandro Mabel
138.	LUÍZ PIAUHYLINO	PTB	PE	224	dep.luizipiauhylino@camara.gov.br	Sandro Mabel
139.	MANINHA	PT	DF	952	dep.maninha@camara.gov.br	Jaime Martins
140.	MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	725	dep.manoelsalviano@camara.gov.br	Jaime Martins
141.	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	322	dep.marcelinofraga@camara.gov.br	Jaime Martins
142.	MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG	339	dep.marcellosiqueira@camara.gov.br	Jaime Martins
143.	MARCELO CASTRO	PMDB	PI	811	dep.marcelocastro@camara.gov.br	Jaime Martins
144.	MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	210	dep.marceloteixeira@camara.gov.br	Jaime Martins
145.	MARCONDES GADELHA	PTB	PB	214	dep.marcondesgadelha@camara.gov.br	Jaime Martins
146.	MARCOS DE JESUS	PL	PE	745	dep.marcosdejesus@camara.gov.br	Welinton Fagundes
147.	MARCOS VICENTE	PTB	ES	362	dep.marcosvicente@camara.gov.br	Sandro Mabel
148.	MARIA LÚCIA	PMDB	RJ	533	dep.marialucia@camara.gov.br	Jaime Martins
149.	MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP	371	dep.mariangeladuarte@camara.gov.br	Jaime Martins
150.	MARINHA RAUPP	PMDB	RO	614	dep.marinharaupp@camara.gov.br	Jaime Martins
151.	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG	252	dep.marioassadjunior@camara.gov.br	Jaime Martins
152.	MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	345	dep.marionegromonte@camara.gov.br	Jaime Martins
153.	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PSDB	AL			Jaime Martins
154.	MAURÍCIO RABELO	PL	TO	958	dep.mauriciorabelo@camara.gov.br	Jaime Martins
155.	MAURÍCIO RANDS	PT	PE	237	dep.mauriciorands@camara.gov.br	Jaime Martins
156.	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	244	dep.maurobenevides@camara.gov.br	Welinton Fagundes

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
157.	MAURO LOPES	PMDB	MG	841	dep.maurolopes@camara.gov.br	Jaime Martins
158.	MAURO PASSOS	PT	SC	337	dep.mauropassos@camara.gov.br	Jaime Martins
159.	MAX ROSENMANN	PMDB	PR	758	dep.maxrosenmann@camara.gov.br	Jaime Martins
160.	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	713	dep.migueldesouza@camara.gov.br	Jaime Martins
161.	MILTON BARBOSA	PFL	BA	422	dep.miltonbarbosa@camara.gov.br	Jaime Martins
162.	MILTON CARDIAS	PTB	RS	705	dep.miltoncardias@camara.gov.br	Jaime Martins
163.	MILTON MONTI	PL	SP	328	dep.miltonmonti@camara.gov.br	Jaime Martins
164.	MOACIR MICHELETTI	PMDB	PR	478	dep.moacirmicheletti@camara.gov.br	Wellinton Fagundes
165.	MORAES SOUZA	PMDB	PI	711	dep.moraessouza@camara.gov.br	Jaime Martins
166.	MORONI TORGAN	PFL	CE	445	dep.moronitorgan@camara.gov.br	Jaime Martins
167.	MUSSA DEMES	PFL	PI	712	dep.mussademes@camara.gov.br	Jaime Martins
168.	NARCISO MENDES	PP	AC			Jaime Martins
169.	NEIVA MOREIRA (não é deputado)	PDT	MA	826	dep.neivamoreira@camara.gov.br	Sandro Mabel
170.	NÉLIO DIAS	PP	RN	843	dep.neliodias@camara.gov.br	Jaime Martins
171.	NELSON MEURER	PP	PR	916	dep.nelsonmeurer@camara.gov.br	Jaime Martins
172.	NELSON PELLEGRINO	PT	BA	671	dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br	Jaime Martins
173.	NELSON TRAD	PMDB	MS	452	dep.nelsontrad@camara.gov.br	Jaime Martins
174.	NILSON PINTO	PSDB	PA	527	dep.nilsonpinto@camara.gov.br	Jaime Martins
175.	NILTON BAIANO	PP	ES	618	dep.niltonbaiano@camara.gov.br	Jaime Martins
176.	ODAIR	PT	MG	556	dep.odair@camara.gov.br	Sandro Mabel
177.	ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	604	dep.odilibalbinotti@camara.gov.br	Jaime Martins
178.	OSandro MabelÂNIO PEREIRA	PTB	MG	602	dep.osandro.mabelaniopereira@camara.gov.br	Jaime Martins
179.	OSandro MabelAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845	dep.osandro.mabelarserraglio@camara.gov.br	Jaime Martins
180.	OSÓRIO ADRIANO (não é deputado)	PFL	DF	562	dep.osorioadriano@camara.gov.br	Sandro Mabel
181.	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	925	dep.osvaldobiolchi@camara.gov.br	Jaime Martins
182.	OSVALDO REIS (não é deputado)	PMDB	TO	835	dep.osvaldoreis@camara.gov.br	Sandro Mabel
183.	PASTOR AMARILDO	PSC	TO	218	dep.pastoramarildo@camara.gov.br	Jaime Martins
184.	PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br	Jaime Martins
185.	PATRUS ANANIAS (MINISTRO)	PT	MG	578	dep.patrusanancias@camara.gov.br	Sandro Mabel
186.	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	515	dep.paulobaltazar@camara.gov.br	Jaime Martins
187.	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	346	dep.paulofeijo@camara.gov.br	Jaime Martins
188.	PAULO LIMA	PMDB	SP	507	dep.paulolima@camara.gov.br	Jaime Martins
189.	PAULO MARINHO	PL	MA	921	dep.paulomarinho@camara.gov.br	Sandro Mabel
190.	PAULO PIMENTA	PT	RS	552	dep.paulopimenta@camara.gov.br	Jaime Martins
191.	PAULO ROCHA	PT	PA	483	dep.paulorocha@camara.gov.br	Jaime Martins
192.	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE	229	dep.paulorubemsantiago@camara.gov.br	Jaime Martins
193.	PEDRO CHAVES	PMDB	GO	406	dep.pedrochaves@camara.gov.br	Jaime Martins
194.	PEDRO CORRÊA	PP	PE	717	dep.pedrocorrea@camara.gov.br	Jaime Martins
195.	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226	dep.philemonrodrigues@camara.gov.br	Jaime Martins

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
196.	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	dep.pompeodemattos@camara.gov.br	Sandro Mabel
197.	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	404	dep.professorluizinho@camara.gov.br	Jaime Martins
198.	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	206	dep.professoraraquelteixeira@camara.gov.br	Sandro Mabel
199.	RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	809	dep.raimundosantos@camara.gov.br	Jaime Martins
200.	REGINALDO GERMANO	PFL	BA	310	dep.reginaldogermano@camara.gov.br	Sandro Mabel
201.	REINALDO BETÃO	PL	RJ	631	dep.reinaldobetao@camara.gov.br	Jaime Martins
202.	REMI TRINTA	PL	MA			Jaime Martins
203.	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	662	dep.renatocasagrande@camara.gov.br	Jaime Martins
204.	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE	356	dep.renildocalheiros@camara.gov.br	Sandro Mabel
205.	RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729	dep.dr.ribamaralves@camara.gov.br	Sandro Mabel
206.	RICARDO RIQUE	PL	PB	805	dep.ricardorique@camara.gov.br	Jaime Martins
207.	ROBERTO BALESTRA	PP	GO	219	dep.robertobalestra@camara.gov.br	Jaime Martins
208.	ROBERTO MAGALHÃES	PTB	PE	503	dep.robertomagalhaes@camara.gov.br	Jaime Martins
209.	ROBERTO PESSOA	PL	CE	607	dep.robertopessoa@camara.gov.br	Jaime Martins
210.	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL	416	dep.rogerioteofilo@camara.gov.br	Jaime Martins
211.	ROMEL ANIZIO	PP	MG	862	dep.romelanizio@camara.gov.br	Jaime Martins
212.	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250	dep.romeuqueiroz@camara.gov.br	Jaime Martins
213.	RONALDO CAIADO	PFL	GO	227	dep.ronaldocaiado@camara.gov.br	Jaime Martins
214.	RONALDO DIMAS	PSDB	TO	943	dep.ronaldodimas@camara.gov.br	Sandro Mabel
215.	RONALDO VASCONCELLOS	PTB	MG	246	dep.ronaldovasconcellos@camara.gov.br	Jaime Martins
216.	RONIVON SANTIAGO	PP	AC	906	dep.ronivonsantiago@camara.gov.br	Jaime Martins
217.	RUBENS OTONI	PT	GO	501	dep.rubensotoni@camara.gov.br	Sandro Mabel
218.	RUBINELLI	PT	SP	344	dep.wagnerrubinelli@camara.gov.br	Jaime Martins
219.	SALVADOR ZIMBALDI	PTB	SP	538	dep.salvadorzimbaldi@camara.gov.br	Jaime Martins
220.	SANDES JUNIOR	PP	GO	702	dep.sandesjunior@camara.gov.br	Jaime Martins
221.	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG	429	dep.saraivafelipe@camara.gov.br	Jaime Martins
222.	SARNEY FILHO	PV	MA	202	dep.sarneyfilho@camara.gov.br	Sandro Mabel
223.	SELMA SCHONS	PT	PR	825	dep.selmaschons@camara.gov.br	Jaime Martins
224.	SERAFIN VENZON	S/P	SC	245	dep.serafinvenzon@camara.gov.br	Sandro Mabel
225.	SÉRGIO CARVALHO	PSDB	RO			Jaime Martins
226.	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	462	dep.sergiomiranda@camara.gov.br	Jaime Martins
227.	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	932	dep.silasbrasileiro@camara.gov.br	Jaime Martins
228.	SIMÃO SESSIM	PP	RJ	709	dep.simaosessim@camara.gov.br	Sandro Mabel
229.	TAKAYAMA	PMDB	PR	583	dep.takayama@camara.gov.br	Jaime Martins
230.	TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	284	dep.tetebezerra@camara.gov.br	Wellinton Fagundes
231.	VANDER LOUBET	PT	MS	838	dep.vanderloubet@camara.gov.br	Jaime Martins
232.	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	603	dep.vicentearruda@camara.gov.br	Jaime Martins
233.	VICENTINHO	PT	SP	740	dep.vicentino@camara.gov.br	Jaime Martins
234.	VIEIRA REIS	PMDB	RJ	352	dep.vieirareis@camara.gov.br	Jaime Martins

SENADO FEDERAL						
Nº	NOME PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	GAB.	CORREIO ELETRÔNICO	DEPUTADO AUTOR
235.	VIGNATTI	PT	SC	473	dep.vignatti@camara.gov.br	Jaime Martins
236.	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	754	dep.vittoriomedioli@camara.gov.br	Jaime Martins
237.	WAGNER LAGO	PP	MA	629	dep.wagnerlago@camara.gov.br	Jaime Martins
238.	WANDERVAL SANTOS	PL	SP	348	dep.wandervalsantos@camara.gov.br	Jaime Martins
239.	WELINTON FAGUNDES	PL	MT	523	dep.welintonfagundes@camara.gov.br	Sandro Mabel
240.	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB	514	dep.wellingtonroberto@camara.gov.br	Jaime Martins
241.	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956	dep.yedacrusius@camara.gov.br	Welinton Fagundes
242.	ZARATTINI	PT	SP	924	dep.zarattini@camara.gov.br	Welinton Fagundes
243.	ZELINDA NOVAES	PFL	BA	312	dep.zelindanovaes@camara.gov.br	Jaime Martins
244.	ZEQUINHIA MARINHO	PSC	PA	823	dep.zequinhamarinho@camara.gov.br	Jaime Martins
245.	ZEZEU RIBEIRO	PT	BA	571	dep.zezeuribeiro@camara.gov.br	Jaime Martins

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO – FPTF

CAPÍTULO I

Da denominação, natureza, duração, sede e finalidade

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF é uma entidade civil de interesse público, de natureza política suprapartidária, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF:

I – estimular um amplo debate com todos os segmentos interessados no complexo ferroviário nacional e a sociedade civil em geral, com a finalidade de propor políticas que visem à revitalização do transporte ferroviário de cargas e de passageiros;

II – apoiar programas e ações governamentais e não-governamentais que resultem na melhoria da infra-estrutura ferroviária e sua efetiva integração nos sistemas intermodais do País;

III – estudar, propor e defender políticas de investimentos públicos e privados, bem como financiamentos que permitam a expansão, adequação e fortalecimento do transporte ferroviário, bem como a geração de empregos;

IV – promover e incentivar estudos, debates, concursos, publicações, cursos e seminários, utilizando todas as formas de mídia, para disseminar a cultura do transporte ferroviário; preservar seu patrimônio histórico, sua memória, e incentivar a formação de quadros especializados para todas as áreas dessa, desde a gestão e administração até a fabricação, instalação, operação e manutenção, sempre valorizando o elemento humano e priorizando o alcance social de todas as medidas;

V – promover estudos, discussões e projetos que utilizem a ferrovia como elemento de integração nacional e continental;

VI – discutir a experiência brasileira da “privatização” do transporte ferroviário, avaliando seu desempenho e propondo alternativas para os problemas enfrentados;

VII – consolidar, atualizar, rever e adequar todas as normas legais pertinentes, de forma dinâmica e contínua, de modo a manter a competitividade e eficiência do setor, em consonância com os avanços tecnológicos e as necessidades do País;

VIII – acompanhar de perto, fiscalizar, controlar e alertar sobre deficiências, práticas nocivas, políticas

prejudiciais e qualquer dado ou fato que possa comprometer os objetivos anteriores, de modo a minimizar seus efeitos e corrigir rumos, atuando na defesa dos interesses maiores da população;

IX – inserir na agenda política, social e econômica do país o transporte ferroviário como fator de integração e desenvolvimento nacional e um direito de todos os brasileiros;

X – defender uma estrutura de Transporte Ferroviário de qualidade que promova a inclusão social, a melhoria das condições de vida, o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda;

XI – apoiar os ideais do setor de Transporte Ferroviário, defendido pelas entidades e instituições que trabalham pelo seu desenvolvimento e aprimoramento, dentre as quais as relacionadas a seguir:

a) Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP;

b) Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU;

c) Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER;

d) Confederação Nacional dos Transportes – CNT;

e) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte – CNTT;

f) Confederação Nacional das Indústrias – CNI;

g) Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Rodoviários – SI-MEFRE;

h) Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF;

i) Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT;

j) Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários – FAEF;

k) Federação Nacional das Associações Ferroviárias de Aposentados e Pensionistas – FENAFAP;

l) Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos – FNITST;

m) Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários – FNTF;

n) Companhia Brasileira de Transportes Urbanos – CBTU;

o) Fundação Rede Ferroviária de Segurança Social – REFER;

p) Fórum Nacional da Reforma Urbana – FMRU;

q) Serviço Social das Estradas de Ferro – SESEF.

XII – Promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e o Setor de Transporte Ferroviário;

XIII – Acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse do Setor de Transporte Ferroviário;

XIV – Subsidiar com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse do Setor de Transporte Ferroviário;

XV – Acompanhar os assuntos de interesse no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, visando apoiar politicamente as posições do Setor de Transporte Ferroviário.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPDTF:

I – como membros fundadores, os Deputados Federais e Senadores da República que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de trinta dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

II – como membros efetivos, os parlamentares em exercício que subscreveram o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

III – como membros natos, os presidentes da Comissão de Viação e Transportes – CVT da Câmara dos Deputados e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI do Senado Federal;

IV – como membros colaboradores, os ex-parlamentares, bem como cidadãos e entidades da sociedade civil que se interessem pelos objetivos da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF.

Parágrafo único. A FPTF poderá conceder títulos honoríficos aprovados pela Comissão Diretora a parlamentares, a autoridades, a cidadãos e entidades da sociedade civil que se destacarem nas análises e na prática de políticas em Defesa do Transporte Ferroviário.

Art. 4º A Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPDTF tem a seguinte estrutura:

I – Presidência de honra;

II – Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e de compor a Comissão Diretora, desde que eleitos para os diversos cargos;

III – Comissão Diretora, integrada por Presidente, Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Vice-Presidentes, Secretário-Geral, Primeiro e Segundo-Secretários, Segundo-Tesoureiros e 5 (cinco) Vogais;

IV – Conselho Político;

V – Conselho de Ética;

VI – Conselho de Técnico;

VII – Secretaria Executiva

VIII – Representação Estadual;

IX – Coordenador de Cursos.

Art. 5º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no primeiro quadrimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 10% (dez por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate.

§ 2º A convocação da Assembléia Geral, para alteração do Estatuto e para deliberar sobre sua extinção, será regida pelos arts. 23 e 24 do presente Estatuto.

Art. 6º O título de Presidente de Honra, será consignado por deliberação da maioria da Comissão Diretora.

Art. 7º Os Membros de Comissão Diretora serão eleitos para o período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, por uma única vez, para períodos de igual duração.

§ 1º A Comissão Diretora será composta por membros do Congresso Nacional em exercício.

§ 2º O membro da Comissão Diretora que se licenciar, poderá reassumir o mesmo cargo que exercia, desde que antes de findo o prazo o mandato para o qual foi eleito.

Art. 8º O Conselho Político será composto de um presidente e 3 (três) conselheiros.

Art. 9º O Conselho de Ética será composto de um presidente e 3 (três) conselheiros.

Art. 10. O Conselho de Técnico será composto de um presidente e 3 (três) conselheiros.

Art. 11. A Secretaria Executiva é dirigida por um Secretário Executivo, nomeado pelo presidente, podendo ser composta de assessores e auxiliares.

Art. 12. A Secretaria Executiva, para melhor desempenho de suas funções, poderá valer-se de apoio da estrutura disponível no Congresso Nacional aos Parlamentares membros da Comissão Diretora e dos membros da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF.

Art. 13. A Representação Estadual será ocupada por um membro da Frente, representante do respectivo Estado.

Art. 14. A Coordenação de Cursos será composta por 1 (um) membro.

CAPÍTULO III

Das competências das unidades organizacionais

Art. 15. À Assembléia Geral compete:

I – Eleger ou destituir os membros da Comissão Diretora;

II – Zelar pelo cumprimento das disposições deste estatuto;

III – Alterar o presente estatuto, observado o que preceitua o art. 23;

IV – Deliberar sobre assuntos para os quais for convocada.

Art. 16. À Comissão Diretora compete:

I – Dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos sob responsabilidade da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPDTF;

II – Estabelecer as diretrizes estratégicas de ação para os respectivos mandatos;

III – Proporcionar iniciativas que facilitem a integração de todos os segmentos do Setor de Transporte Ferroviário;

IV – Incentivar a difusão e a defesa dos ideais do Setor de Transporte Ferroviário, junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

V – Interagir com as demais Frentes Parlamentares, em especial com as que lidam com assuntos de interesse do Setor de Transporte Ferroviário;

VI – Criar Comissões Temáticas para tratar de assuntos específicos de interesse do setor.

Art. 17. À Secretaria Executiva compete:

I – Prestar assistência direta e imediata aos membros da Comissão Diretora;

II – Implantar as Diretrizes Estratégicas de Ações definidas pela Comissão Diretora;

III – Apoiar politicamente as entidades representativas do segmento nas demandas junto aos organismos governamentais;

IV – Acompanhar as matérias e os temas de interesse do setor, nos Poderes Executivo e Legislativo, sugerindo iniciativas políticas julgadas pertinentes.

V – Elaborar, inclusive, em articulação com os órgãos técnicos das entidades e instituições do setor, pareceres, notas técnicas, informações e minutas de proposições legislativas;

VI – Planejar e preparar a participação do presidente e, quando solicitado, dos demais parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF em eventos de interesse político;

VII – Divulgar periodicamente as ações da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF e dos seus membros;

VIII – Planejar e coordenar a realização de eventos promovidos pela Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF;

IX – Executar, coordenar e controlar as atividades de secretaria, expediente, cerimonial, relações públicas, propaganda e comunicação social da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário;

X – Manter atualizados os cadastros dos parlamentares;

XI – Incrementar o intercâmbio com as comissões do Congresso Nacional e os gabinetes dos parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário;

XII – Incrementar o intercâmbio com as assessorias parlamentares do Poder Executivo Federal, Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União;

XIII – Sugerir iniciativas que visem a melhoria e funcionamento da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário;

XIV – Coordenar a elaboração das atas das reuniões de Comissão Diretora e dos trabalhos das Assembléias Gerais.

Art. 18. Ao representante do Estado compete:

I – Participar das reuniões da Comissão Diretora e sugerir iniciativas políticas da Frente que visem ao bom desempenho do Transporte Ferroviário, bem como articular a formação da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF na Assembléia Legislativa e nas Câmaras Municipais do seu respectivo Estado.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições dos Dirigentes, Assessores e Auxiliares

Art. 19. Ao Presidente incumbe:

I – Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente;

II – Delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

III – Convocar e presidir as reuniões de Comissão Diretora e da Assembléia Geral;

IV – Praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário;

V – Representar socialmente a Frente em atividades externas;

Art. 20. Ao Vice-Presidente incumbe:

I – Substituir o Presidente em sua ausência e impedimentos;

II – Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Art. 21. Ao Secretário Executivo incumbe:

I – Assessorar e assistir a Comissão Diretora, o Conselho Fiscal e a Assembléia Geral nos assuntos de competência da Secretaria Executiva;

II – Dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;

III – Expedir os demais atos normativos necessários à organização e ao funcionamento da Secretaria Executiva;

IV – Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente;

V – Supervisionar os eventuais serviços de tesouraria e contabilidade.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 22. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente estatuto serão dirimidos pelo Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF e submetidos à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 23. O presente Estatuto poderá ser alterado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, nos termos do § 2º do Art. 5º sendo necessário pelo menos 20% (vinte por cento) de votos favoráveis de seus membros presentes, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 24. A Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF somente poderá ser extinta por deliberação de Assembléia Geral Extraordinária Específica, desde que conte com pelo menos 2/3 (dois terços) dos filiados presentes e obtenha o maioria absoluta de votos favoráveis.

Art. 25. Os cargos da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF não são remunerados.

Art. 26. As eleições para os cargos de dirigentes da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF ocorrerão anualmente no primeiro quadrimestre de cada biênio.

Art. 27. O mandato e a posse da Diretoria iniciar-se-á após a divulgação do resultado e encerrar-se-á após a eleição e posse da nova diretoria para o biênio subsequente.

Art. 28. O ato de filiação à Frente Parlamentar é feito por livre adesão, mediante assinatura do termo próprio, respeitadas as normas deste estatuto.

Parágrafo único. A desfiliação dar-se-á por solicitação expressa do interessado à Diretoria.

Art. 29. Aos filiados, a Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário – FPTF concederá um diploma de membro filiado.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 30. A primeira Comissão Diretora da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário

– FPTF será designada pelos parlamentares pertencentes ao núcleo de formação da entidade.

§ 1º A primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal, conforme expresso no **caput**, terão um mandato com duração de oito meses, com início no dia da aprovação do Estatuto.

§ 2º O núcleo de formação a que se refere o **caput** será composto pelos parlamentares signatários da ata de constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Transporte Ferroviário.

Brasília,

Publique-se.

Em 25-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

MENSAGEM Nº 97, DE 2004

(Do Poder Executivo)

AVISO Nº 208/04 – SUPAR/C.CIVIL

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

(Às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania – art. 54, RICD.)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Brasília, 4 de março de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Brasília, 16 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo sobre Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado

nº 1.279, de 1999 e dos Projetos de Lei nº 2.950/2000 e 5.996/2001, apensados.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 474/2003-P

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta Comissão em 26-11-2003, esta Presidência declarou a Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.297/03, do Sr. Carlos Nader, que “Inclui entre os beneficiários do inciso XIV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, os portadores do vírus da hepatite C.”, nos termos do artigo 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão de aprovação do Projeto de Lei nº 6.670/02, de autoria do Senado Federal, em 23-4-03, nesta Comissão.

Atenciosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 475/2003-P

Brasília, 26 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta Comissão em 26-11-2003, esta Presidência declarou a Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.159/03, do Sr. Coronel Alves, que “Dispõe sobre a instituição do ‘Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso’ e dá outras providências”, nos termos do artigo 164, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em razão da sanção da Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, em consonância com o parecer do relator, Deputado Eduardo Barbosa.

Atenciosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício Nº 393/2003 – GAB. 321

Brasília, 2 de junho de 2003

Ilmº Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, constituída por diversos políticos que compõem esta Casa, com objetivo de coordenar os diversos assuntos de interesse da Segurança Pública.

A intenção de criar a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública, ajusta a Missão de contribuir significativamente para o alcance de soluções que atendam essa que é uma das prioridades da Sociedade Brasileira.

A relevância das questões relativas à Segurança Pública têm importância nos contextos de uma política nacional e internacional no tocante ao interesse da Política Brasileira.

No momento que toda a sociedade cobra atitudes firmes e decididas das autoridades para resolver a crise no Setor da Segurança Pública, temos a certeza de que podemos contribuir para o tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente em Defesa da Segurança Pública, antecipadamente agradecemos.

Na oportunidade, apresento protesto de estima e apreço. – **Alberto Fraga**, Deputado Federal – PMDB/DF.

Ciente. **Publique-se** e, após, **arquive-se.**

Em 2-12-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF 75/2003 GAB

Brasília-DF, 8 de Abril de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para comunicar a formação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, constituída por diversos parlamentares dos vários Partidos Políticos que compõem esta Casa, em reunião realizada dia 12-3-2003, às 14h30min, auditório do anexo IV, subsolo, com a presença de muitos parlamentares que aderiram oficialmente ao movimento (cópia da Ata anexa).

O objetivo da instalação dessa Frente, visa ordenar, em conjunto com a Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, as ações empreendidas pelo legislativo no que se refere à elaboração de proposições que visem melhorar as condições de trabalho para o setor, e assim, produzir desenvolvimento, gerar emprego e renda para o nosso País.

Esperamos poder contribuir para o sucesso do tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência nos dará seu apoio, antecipamos nosso agradecimento.

Atenciosamente, – Deputado **Alex Canziani**, PTB – PR.

Ata da Reunião para instalação da Frente Parlamentar do Turismo 52ª Legislatura

Aos doze de março de 2003, reuniram-se no auditório do Anexo IV, Subsolo na Câmara dos Deputados para instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, os Senhores Deputados: Bismark Maia(PSDB – CE), Carlos Eduardo Cadoca(PMDB – PE) Alex Canziani(PTB – PR), Lupercio Ramos(PPS – AM), Ronaldo Vasconcelos(PTB – MG), Reinaldo Betão(PL – RJ), Bernardo Ariston (PSB – RJ), Teima de Sousa(PT – SP) e Fernando Gabeira(PT – RJ). O presidente da reunião, Deputado Ronaldo Vasconcelos, fez um breve relato dos objetivos para criação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo: dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela casa na última legislatura, em defesa do turismo; apresentar e discutir propostas direcionadas ao setor, visando a geração de emprego e renda para a economia brasileira; em conjunto com a Subcomissão Permanente de Turismo, envidar esforços no encaminhamento e aprovação de matérias legislativas que tramitam nessa casa, que tenham como objetivo, regulamentar, inserir e fomentar a atividade turística como propulsora de desenvolvimento e geração de emprego no País. A sessão foi presidida pelo Deputado Ronaldo Vasconcelos que fazendo uso da palavra, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e propôs de imediato que fossem eleitos os membros da Mesa Diretora da Frente Parlamentar do Turismo. Expôs em seguida, que por acordo prévio foram eleitos os seguintes Deputados: Presidente: Deputado Alex Canziani; Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1º Vice-Presidente: Deputado Enio Tatício (PTB – GO); 2º Vice-Presidente: Lupércio Ramos (PPS – AM); e 3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL – RJ). Não havendo mais qualquer assunto a ser tratado, o Presidente da reunião, Deputado Ronaldo Vasconcelos, encerrou os trabalhos. Na qualidade de relator **Ad Hoc**, elaborei a presente ata, que depois de lida e aprovada será encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, Auditório do Anexo IV, Subsolo, 12 de Março de 2003. – Deputado **Alex Canziani**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília-DF, 11 de março de 2003

Ao Exmo. Sr.

Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Quando do exercício do meu primeiro mandato nesta Câmara dos Deputados, criei e coordenei a Frente Parlamentar da Pesca que tinha como objetivo acompanhar, na esfera Federal, as questões envolvendo o setor pesqueiro nacional. Outrora, a pesca foi um dos pontos mais relevantes da economia nacional e, infelizmente, hoje está relegada ao quinto plano.

Essa Frente, composta por mais de 100 parlamentares, promoveu debates e audiências públicas na Câmara dos Deputados envolvendo a participação de empresários, pescadores, inclusive artesanais, e órgãos do Governo Federal.

Posteriormente, nas legislaturas de 1995 e 1999 renovei essa Frente, a qual participou de importantes conquistas tais como: a equalização do óleo diesel para barcos de pesca, a transferência do fomento da pesca do Ibama para o Ministério da Agricultura, e a mais importante das conquistas, ou seja, a criação e implantação do Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura.

No atual Governo, aquele Departamento foi transformado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, cujo primeiro Secretário Nacional é o Ministro José Fritsch, por sinal, catarinense como o é este subscritor. Essa Secretaria é tão relevante que está colocando a pesca e a aquicultura no Programa de Combate à Fome Zero.

Diante disso, ao assumir o mandato nesta Legislatura, tenho como um dos primeiros atos registrar perante essa Presidência e a Casa a continuidade dessa Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, mantendo os parlamentares que a compõe e que foram reeleitos, bem como e naturalmente com a posterior adesão dos novos parlamentares, cujo convite farei pessoalmente para a obtenção da assinatura de apoio.

Na expectativa de merecer a atenção de Vossa Excelência no que diz respeito ao encaminhamento deste ofício à Secretaria que controla a existência das frentes parlamentares nesta Casa, subscrevo-me.

Cordialmente, – **Edison Andrino**, Deputado Federal.

Of. Nº 96/2003

Brasília – DF, 25 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho informar que a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente possui uma coordenação colegiada composta por esta deputada, pela Deputada Telma de Souza (PT – SP) e pela Senadora Patrícia Saboya (PPS – CE).

Reitero nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – **Maria do Rosário**, Deputada Federal PT-RS.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.401, DE 2003

(Do Sr. Jovair Arantes)

Requer voto de Louvor à Organização Jaime Câmara pelo início das operações da TV Rio do Ouro de Porangatu.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 117, inciso XIX. do Regimento Interno, venho, respeitosamente, solicitar a V. Exa. que, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa “Voto de Louvor” à Organização Jaime Câmara pela inauguração e início das atividades da TV Rio do Ouro de Porangatu, emissora de televisão afiliada da TV Anhangüera/Rede Globo de Televisão.

A iniciativa da Organização Jaime Câmara merece o reconhecimento e louvor desta Casa porque representa um avanço significativo na integração e desenvolvimento da região central do País.

A sede da nova emissora foi instalada no Município de Porangatu. Detentor do maior parque industrial da região, e com atuação marcante na economia local, Porangatu oferece plenas condições de sustentação e desenvolvimento da emissora.

A TV Rio do Ouro premia o norte goiano, proporcionando a municípios de altíssimo potencial agrícola, turístico e econômico a difusão de sua cultura, seus valores e suas riquezas naturais. integrando as comunidades, alavancando o comércio, divulgando

os serviços, atraindo investimentos, gerando renda e valorizando o povo do interior.

Sala de Sessões, 19 de novembro de 2003. –
Deputado **Jovair Arantes**.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.415, DE 2003

(Da Sra. Ângela Guadagnin)

Solicita tramitação conjunta do PL nº 1.684/03 de autoria do Deputado Davi Alcolumbre ao PL nº 1.560/03 de autoria do Deputado Bernardo Ariston.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PL 1684/03, de autoria do deputado Davi Alcolumbre, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS” ao PL 1.560/03, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, que “Dispõe sobre a criação do programa de orientação, prevenção e tratamento da obesidade e das doenças dela decorrentes.”, por tratarem-se de matéria correlata.

Justificação

Comunico a Vossa Excelência que os projetos estão tramitando na Comissão de Seguridade Social e Família e que tal apensação foi analisada pela Consultoria Legislativa.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2003. –
Ângela Guadagnin, Deputada PT-SP.

“Defiro. Apense-se o PL nº 1.684/03 ao PL nº 1.560/03. Oficie-se.

Publique-se.

Em 27-11-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.416, DE 2003

(Da Sra. Ângela Guadagnin)

Solicita tramitação conjunta do PL nº 1.537/03 de autoria do Deputado Feu Rosa ao PL nº 1.140/03 de autoria do Deputado Rubens Otoni.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, a tramitação conjunta

O setor da mandioca vem enfrentando sérias dificuldades com o expressivo declínio nos preços da raiz.

Instrumentos que poderiam auxiliar o setor a sair da crise como, por exemplo, o AGF – através do qual o Governo poderia intervir no mercado, adquirindo produtos do agricultor – se tornam inviáveis, devido à defasagem em que se encontram os preços mínimos da mandioca.

De acordo com a CONAB, o preço mínimo da tonelada da mandioca é de R\$ 54,00, ao passo que o custo da produção gira em torno de R\$ 93,00.

Enquanto a cultura do arroz, milho e algodão receberam mais de R\$ 1 bilhão de apoio à comercialização no ano de 2005, à cultura da mandioca foi destinado, somente, R\$ 1,1 milhão.

Diante do exposto, solicitamos a V. Exa. que sejam tomadas providências necessárias e urgentes para corrigir a defasagem do preço mínimo desta cultura, de importante função social, geradora de um milhão de postos de trabalho e explorada, na sua quase totalidade, por pequenos produtores rurais.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2006. – Deputado **Vander Loubet**, PT/MS.

REQUERIMENTO Nº 4.040, DE 2006

(Da Sr^a Iriny Lopes)

Requer desapensação de Projeto de Lei.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja feita a revisão do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 4.837/2005, de minha autoria, e que o mesmo, seja desapensado do Projeto de Lei nº 1.292/1995, do Senado Federal, para que haja tramitação em separado.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2006. – Deputada **Iriny Lopes**.

Defiro. Desapense-se o PL nº 4.837/05 do PL nº 1.292/95. Em consequência, dou ao PL nº 4.837/05 o seguinte Novo Despacho: As Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (Mérito e art. 54, do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). Art. 24, II – Regime de Tramitação: Ordinário. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 27-6-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.070, DE 2006

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Temos o prazer de comunicar a Vossa Excelência a criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, que reúne Parlamentares preocupados com a situação de brasileiros que possuem alguma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária.

Segundo o Censo 2000 do IBGE cerca de 24,5 milhões de brasileiros apresentavam algum tipo de deficiência ou incapacidade (limitação para atividade). Ou seja, cerca de 14,5% da população brasileira apresentava algum tipo de deficiência e necessita que seus Direitos sejam garantidos.

Pretendemos, com esta iniciativa, diagnosticar as necessidades desses nossos compatriotas e propor alternativas para superar os problemas, assim como cobrar e apoiar medidas legislativas, políticas públicas e demais ações governamentais tendentes a garantir os direitos dessa significativa parcela de nossa sociedade.

Nos termos do art. 80, § 2º, inciso I, do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 69 de 2005 solicitamos a Vossa Excelência dar ciência ao douto Plenário desta Casa, bem como registre a criação desta Frente Parlamentar. Convidamos, nesta oportunidade, todos os nossos ilustres Pares a se unirem aos signatários do Manifesto em anexo.

Atenciosamente, – Deputado **Gonzaga Mota**.

FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

52ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 1ª Reunião Ordinária, Realizada em 31 de Maio de 2006.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia 31 de maio de dois mil e seis, reuniu-se a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência, no gabinete 636, do Anexo IV da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Gonzaga Mota – Presidente, Ildeu Alves de Araujo, Antonio Elbano Cambraia, Raimundo Gomes de Matos, Luiz Carlos

Jorge Haully, Sebastião Torres Madeira, Aníbal Ferreira Gomes, Walter Barelli, Iberê Ferreira.

ABERTURA: O Presidente declarou abertos os trabalhos da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.

ORDEM DO DIA

A – Instalação da Frente Parlamentar: Os Senhor Presidente da Frente, Deputado Gonzaga Mota, juntamente com os senhores Deputados presentes nesta reunião instalaram a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

B – Aprovação do Estatuto: Na presente reunião foi aprovado o Estatuto que irá regular o funcionamento da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.

Para constar, eu Maria de Fátima Montenegro Cima, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Gonzaga Mota, e encaminhada para o registro da Câmara dos Deputados.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CAPÍTULO I

Da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Art. 1º A Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência é uma entidade de direito civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e de duração indeterminada, com sede e foro em Brasília-DF. Funcionará em dependências da Câmara dos Deputados e reger-se-á pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente tem por finalidade:

- a) Promover debates, seminários e audiências públicas sobre a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- b) Mobilizar as forças políticas para discutir uma política nacional em defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- c) Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto;
- d) Promover a integração de experiências nacionais e internacionais de conquistas dos direitos da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO II

Dos Membros

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – Como membros fundadores: os Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil que subscreverem o Termo de Adesão no prazo de trinta dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

II – Como membro efetivo, os Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil que subscreverem o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

III – Como colaboradores, demais representantes de entidades e organismos interessados na defesa do direito da pessoa com deficiência e outros membros da sociedade.

Parágrafo único. Os membros da Frente Parlamentar não perceberão vantagens ou receberão qualquer tipo de remuneração pelo exercício de cargos de direção.

CAPÍTULO III

Da Composição da Mesa Diretora

Art. 4º A Mesa Diretora da Frente é composta por um Presidente, três vice-Presidentes e um Secretário-Geral.

CAPÍTULO IV

Da Competência da Mesa

Art. 5º Compete à Mesa Diretora:

- a) Dar posse aos membros da Mesa Diretora eleita para coordenação dos trabalhos da Frente;
- b) Organizar debates, seminários e eventos;
- c) Ouvido o plenário, homologar termos de acordo e convênios com órgãos públicos, instituições de pesquisa, universidades e instituições representativas da sociedade civil.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento

Art. 6º A Frente reunirá em assembléia previamente convocada com pauta pré-determinada pelo presidente para discussão. cuja comunicação deve ser antecedida em vinte e quatro horas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os mandatos da Mesa Diretora tem a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 8º O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Brasília, 31 de maio de 2006. – Deputado **Gonzaga Mota**, Presidente.

**FRENTE PARLAMENTAR DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Brasília, 17 de maio de 2006

Senhor(a) Parlamentar,

Temos o prazer de convidar Vossa Excelência para participar da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência que reunirá Parlamentares preocupados com a situação de brasileiros que possuem alguma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária.

Solicitamos o preenchimento da Ficha de Adesão, em anexo, e informo que brevemente será convocada reunião para sua instalação.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Gonzaga Mota**.

**MANIFESTO EM DEFESA DOS DIREITOS
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

As pessoas com deficiência são titulares de todo o conjunto de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais consagrados na Carta Internacional de Direitos Humanos e na Constituição Brasileira. A igual proteção de todos, incluindo os que vivem com uma deficiência, e a não discriminação são os fundamentos nos quais se basearam esses Instrumentos objetivando garantir a igualdade de direitos a qualquer cidadão, independente das diferenças existentes.

No entanto, a realidade é diferente. Em todas as sociedades do mundo, incluindo nos países com um nível de vida relativamente elevado, 600 milhões de crianças, mulheres e homens continuam a enfrentar práticas e obstáculos discriminatórios, que os impedem de exercer os seus direitos e liberdades e tornam mais difícil a sua plena participação na vida das sociedades em que estão inseridos.

No Brasil, apesar da existência e da amplitude do aparato legal de proteção aos direitos das pessoas com deficiência, grande parte desses cidadãos encontram extrema dificuldade em exercer os seus direitos. Felizmente, ao longo do tempo muitas conquistas foram alcançadas.

O Congresso Nacional deve encarar esses problemas com determinação, com ousadia, com coragem e, sobretudo, fazendo aquilo que é mais pertinente às nossas atribuições constitucionais – propor e apoiar ações legislativas e políticas públicas que contribuam para garantir uma vida mais digna aos brasileiros.

A legitimação da democracia em nosso País passa, necessariamente, pela inclusão de todos aqueles que têm sido excluídos de nosso processo de desenvolvimento. Não podemos suportar mais a existência de cidadãos de segunda categoria. Só assim construiremos um País mais justo, mais fraterno e mais democrático.

Brasília, de maio de 2006. – Deputado **Gonzaga Mota**.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP (6-1110)**

6/6/2006 17:46:44

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: Req.4070/06**Autor da Proposição:** GONZAGA MOTA E OUTROS**Data de Apresentação:** 31/5/2006**Ementa:** Cria a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	202
Não Conferem	013
Fora do Exercício	000
Repetidas	004
Illegíveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ABELARDO LUPION	PFL	PR
2	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC
3	ADEMIR CAMILO	PDT	MG
4	ALCESTE ALMEIDA	PTB	RR
5	ALEX CANZIANI	PTB	PR
6	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
7	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
8	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
9	AMAURO GASQUES	PL	SP
10	ANA GUERRA	PT	MG
11	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
12	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
13	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
14	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
15	ANSELMO	PT	RO
16	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE
17	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
18	ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MA
19	ARMANDO ABÍLIO	PSDB	PB
20	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
21	ARNON BEZERRA	PTB	CE
22	ARY KARA	PTB	SP
23	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
24	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
25	B. SÁ	PSB	PI
26	BABÁ	PSOL	PA
27	BARBOSA NETO	PSB	GO
28	BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
29	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG

SGM - SECAP (6-1110)

6/6/2006 17:46:44

Conferência de Assinaturas

Página: 002

30	BOSCO COSTA	PSDB	SE
31	CARLOS BATATA	PFL	PE
32	CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE
33	CARLOS MOTA	PSB	MG
34	CARLOS NADER	PL	RJ
35	CARLOS SANTANA	PT	RJ
36	CARLOS SOUZA	PP	AM
37	CARLOS WILLIAN	PTC	MG
38	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
39	CELSO RUSSOMANNO	PP	SP
40	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS

41	CHICÃO BRÍGIDO	PMDB	AC
42	CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG
43	COLOMBO	PT	PR
44	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
45	CORIOIANO SALES	PFL	BA
46	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
47	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
48	DELEY	PSC	RJ
49	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
50	DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
51	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
52	DR. ROSINHA	PT	PR
53	DURVAL ORLATO	PT	SP
54	EDINHO BEZ	PMDB	SC
55	EDIR OLIVEIRA	PTB	RS
56	EDMAR MOREIRA	PFL	MG
57	EDNA MACEDO	PTB	SP
58	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
59	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
60	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
61	ELISEU PADILHA	PMDB	RS
62	ENIO BACCI	PDT	RS
63	ENIO TATICO	PTB	GO
64	ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB
65	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
66	EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
67	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
68	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
69	FERNANDO ESTIMA	PPS	SP
70	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
71	FRANCISCO APPIO	PP	RS
72	FRANCISCO GARCIA	PP	AM
73	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
74	FRANCISCO TURRA	PP	RS
75	GILMAR MACHADO	PT	MG
76	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
77	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
78	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
79	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
80	HAMILTON CASARA	PSDB	RO

SGM - SECAP (6-1110)

6/6/2006 17:46:44

Conferência de Assinaturas

Página: 003

81	HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL
82	HÉLIO ESTEVES	PT	AP

83	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
84	HERCULANO ANGHINETTI	PP	MG
85	HUMBERTO MICHILES	PL	AM
86	IBERÊ FERREIRA	PSB	RN
87	ILDEU ARAUJO	PP	SP
88	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
89	INALDO LEITÃO	PL	PB
90	IVAN VALENTE	PSOL	SP
91	IVO JOSÉ	PT	MG
92	JAIME MARTINS	PL	MG
93	JAMIL MURAD	PCdoB	SP
94	JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP
95	JOÃO BATISTA	PP	SP
96	JOÃO CALDAS	PL	AL
97	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
98	JOÃO LEÃO	PP	BA
99	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
100	JOÃO MATOS	PMDB	SC
101	JOÃO MENDES DE JESUS	PSB	RJ
102	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG
103	JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC
104	JOÃO TOTA	PP	AC
105	JORGE BOEIRA	PT	SC
106	JORGE GOMES	PSB	PE
107	JORGE PINHEIRO	PL	DF
108	JOSÉ DIVINO	PRB	RJ
109	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
110	JOSÉ LINHARES	PP	CE
111	JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ
112	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
113	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
114	JÚLIO CESAR	PFL	PI
115	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
116	JÚNIOR BETÃO	PL	AC
117	LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE
118	LEONARDO MATTOS	PV	MG
119	LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
120	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
121	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
122	LUCI CHOINACKI	PT	SC
123	LUCIANA GENRO	PSOL	RS
124	LUCIANO LEITOA	PSB	MA
125	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
126	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
127	LUIZ BASSUMA	PT	BA

128	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO
129	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
130	LUIZ CARREIRA	PFL	BA
131	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP

SGM - SECAP (6-1110)**Conferência de Assinaturas**

6/6/2006 17:46:44

Página: 004

132	MANATO	PDT	ES
133	MARCELINO FRAGA	PMDB	ES
134	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
135	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
136	MARCELO ORTIZ	PV	SP
137	MARCELO TEIXEIRA	PSDB	CE
138	MARCO MAIA	PT	RS
139	MARCONDES GADELHA	PSB	PB
140	MARCUS VICENTE	PTB	ES
141	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG
142	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
143	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
144	MEDEIROS	PL	SP
145	MENDONÇA PRADO	PFL	SE
146	MIGUEL DE SOUZA	PL	RO
147	MILTON MONTI	PL	SP
148	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
149	MURILO ZAUITH	PFL	MS
150	NATAN DONADON	PMDB	RO
151	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
152	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
153	NELSON MEURER	PP	PR
154	NELSON PROENÇA	PPS	RS
155	NELSON TRAD	PMDB	MS
156	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
157	NILSON PINTO	PSDB	PA
158	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
159	ORLANDO DESCONSI	PT	RS
160	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
161	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
162	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
163	OSVALDO REIS	PMDB	TO
164	PASTOR AMARILDO	PSC	TO
165	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE
166	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
167	PAULO BAUER	PSDB	SC
168	PAULO GOUVÊA	PL	RS

169	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
170	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB
171	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
172	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO
173	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	CE
174	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
175	ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
176	ROMEL ANIZIO	PP	MG
177	ROSE DE FREITAS	PMDB	ES
178	RUBENS OTONI	PT	GO
179	SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
180	SALVADOR ZIMBALDI	PSB	SP
181	SANDES JÚNIOR	PP	GO
182	SANDRO MABEL	PL	GO

SGM - SECAP (6-1110)

6/6/2006 17:46:44

Conferência de Assinaturas

Página: 005

183	SANDRO MATOS	PTB	RJ
184	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
185	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA
186	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
187	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
188	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
189	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
190	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
191	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
192	VICENTINHO	PT	SP
193	VIEIRA REIS	PRB	RJ
194	VILMAR ROCHA	PFL	GO
195	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
196	WAGNER LAGO	PDT	MA
197	WALTER BARELLI	PSDB	SP
198	WELLINGTON FAGUNDES	PL	MT
199	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
200	ZÉ LIMA	PP	PA
201	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
202	ZICO BRONZEADO	PT	AC

Assinaturas que Não Conferem

1	COLBERT MARTINS	PPS	BA
2	DR. HELENO	PSC	RJ
3	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE

4	FRED KOHLER	PMDB	RJ
5	HELENO SILVA	PL	SE
6	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
7	NILTON BAIANO	PP	ES
8	PAES LANDIM	PTB	PI
9	PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE
10	TATICO	PTB	DF
11	WELLINGTON ROBERTO	PL	PB
12	ZÉ GERALDO	PT	PA
13	ZÉ GERARDO	PMDB	CE

Assinaturas Repetidas

1	COLOMBO	PT	PR
2	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
3	LUCIANO LEITOA	PSB	MA
4	MEDEIROS	PL	SP

Em 27/06/2006.

Publique-se.


ALDO REBELO
Presidente

REQUERIMENTO Nº 4.106/06

(Do Sr. Carlos Mota)

Requer a desanexação do Projeto de Resolução nº 310, de 2006, dos autos do Projeto de Resolução nº 63, de 2000, que aprova a Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Autor do Projeto de Resolução nº 310, de 2006, que incumbe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão legislativa, venho a presença de V. Ex^a, nos termos do art. 142 do Regimento Interno, requerer a sua desanexação ao Projeto de Resolução nº 63, de 2000, que trata da Reforma do Regimento Interno.

Justificação

De acordo com o que preceitua o **caput** do art. 142 do Regimento Interno, poderá ser promovida a tramitação conjunta de proposições da mesma espécie desde que haja identidade ou correlação de objeto. Sob tal embasamento regimental, entendeu a douta Mesa pela apensação dos dois projetos de resolução, considerando a conexão das matérias.

Em que pese coexistir, de fato, no caso em exame, continência entre as proposições, parece-nos, contudo, que a apensação vai de encontro ao esforço que tem sido envidado pela Mesa e de demais órgãos da Casa, no sentido de otimizar e dinamizar o processo legislativo.

A presente legislatura está por findar-se no dia 02 de fevereiro do ano que se aproxima, dando início à uma nova Legislatura, portanto, é mister que se faça a devida alteração no Regimento Doméstico, adequando este ao disposto na Resolução da Câmara dos Depu-

Publique-se.

Em 11-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 52/GDFCAIves

Brasília, 5 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Comunicado de criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do Antigo Distrito Federal.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, venho informar-lhe a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do Antigo Distrito Federal.

2. Informo, ainda, que a referida Frente foi proposta de minha autoria, sendo que os membros da Mesa Diretora e Conselho Fiscal serão eleitos na primeira Assembléia Geral a ser realizada, ainda neste mês de abril. Para tanto, foram convidados cerca de 90 Parlamentares, entre deputados e senadores do Amapá, Roraima, Rondônia, Rio de Janeiro e de Brasília. A composição se dará, no entanto, por todos aqueles que aderirem a esta Frente, independente dos Estados envolvidos.

3. Estiveram presentes à reunião de criação dessa Frente Parlamentar os seguintes Deputados, que já a aderiram:

- Deputado Coronel Alves – PL/AP
- Deputado Josias Quintal – PMDB/RJ
- Deputado Jair Bolsonaro – PLF/RJ
- Deputado Miguel de Souza – PL/RO
- Deputado Almir Sá – PL/RR

4. Colho o ensejo para renovar minhas considerações de alta estima e apreço.

Respeitosamente, – **Coronel Alves**, Deputado Federal – PL/AP.

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA
DOS DIREITOS DOS SERVIDORES E POLICIAIS
MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS
DO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA
E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL**

ATO DE INSTITUIÇÃO

Fica instituída a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Servidores e Policiais Militares dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e

do Antigo Distrito Federal destinada a acompanhar e apoiar as ações que visem garantir os direitos dessas categorias e a melhoria de condições de trabalho e de vida, que resultem na melhor prestação de serviços desses profissionais para o Amapá e para o Brasil.

Brasília, 6 de março de 2005. – **Coronel Alves**, Deputado Federal – PL/AP – **Almir Sá**, Deputado Federal – PL/RR – **Josias Quintal**, Deputado Federal – PMDB/RJ – **Miguel de Souza**, Deputado Federal – PL/RO.

**FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA
DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS
MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS
DO AMAPÁ, RORAIMA, RONDÔNIA
E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL**

Senhor (a) Parlamentar,

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional várias propostas que versam sobre os servidores e militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia Roraima e antigo Distrito Federal, no sentido de resgatar de vez a dignidade e dar o tratamento justo a essas categorias pioneiras dos mais longos rincões do Brasil.

Infelizmente, ultimamente temos visto a grande luta que travam os Parlamentares, os Servidores e Militares do ex-Territórios Federais, em busca do tratamento digno e faz-se a necessidade da junção de esforços para a defesa dessas categorias tão sofridas e muitas vezes injustamente tratadas.

Tomamos, agora, as primeiras iniciativas com vistas à formação desta Frente Parlamentar de Defesa em parceria com o Movimento de Entidades em Defesa da Carreira e Profissionalização dos Servidores Públicos e Militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e antigo Distrito Federal, objetivando estudar, discutir de forma ampla e propor alternativas, tendo como base o mandamento constitucional e legislação afim, para: a) Promover a reestruturação de carreiras dos servidores públicos, introduzindo perspectiva de crescimento no cargo, na busca do efetivo aproveitamento do potencial humano existente e a melhoria da performance das instituições públicas brasileiras; b) Garantir aos servidores públicos uma trajetória de desenvolvimento profissional, pautada no mérito e na competência, que estimule a melhoria do nível de escolaridade, o crescente desempenho e o contínuo aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos; c) Propiciar a flexibilização, mobilidade e otimização das capacidades humanas existentes e em desenvolvimento dentro do serviço público; d) Assegurar uma política de remuneração racional que

considere a experiência no serviço público como alternativa para reenquadramento, evitando rebaixamento salarial, desigualdades, descontinuidades, alta rotatividade nos cargos, evasão, gastos excessivos com treinamentos de novos servidores e desestímulos ao crescimento profissional; e) Favorecer a dignificação e valorização profissional impulsionando tanto a crescente qualidade dos servidores como dos serviços prestados à sociedade brasileira.

Em decorrência, consultamos o (a) nobre colega sobre seu desejo de participar desta Frente Parlamentar, solicitando o encaminhamento da Ficha de

Adesão, anexa, devidamente preenchida e assinada para o nosso respectivo gabinete.

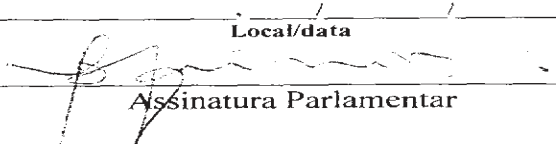
Contando com sua valiosa cooperação, servimo-nos do ensejo para apresentar-lhe os nossos protestos de alta estima e distinta consideração. – Deputado **Coronel Alves** – PL/AP.

Maiores informações:

Frente Parlamentar – Congresso Nacional – Câmara dos Deputados – Deputado Coronel Alves – Anexo IV, Gabinete 419. Brasília-DF, CEP: 70.160-900 – Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61) 21522419. E-mail(s): dep.coronelalves@camara.gov.br.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

FICHA DE ADESÃO - Parlamentar

PARTIDO: _____		UF/ESTADO: _____	
CARGO ELETIVO			
A) NACIONAL(BSB) : <input type="checkbox"/>		Senador(a) <input type="checkbox"/> Deputado(a) Federal <input checked="" type="checkbox"/>	
B) DISTRITAL/ESTADUAL <input type="checkbox"/>		Deputado Distrital <input type="checkbox"/> Deputado estadual <input type="checkbox"/> Vereador <input type="checkbox"/>	
C) OUTROS : <input type="checkbox"/>		Especifique _____	
Nome _____			
EndereçoGabinete: _____			
UF: _____	Cidade: _____	CEP: _____	
Fone(S): _____	FAX: _____	CEL: _____	
E-mail: _____			
Outros Contato(s)			
Nome: _____		Cargo: _____	
Fone: _____	FAX: _____	Cel: _____	
Nome: _____		Cargo: _____	
Fone: _____	FAX: _____	Cel: _____	
 Local/data _____ Assinatura Parlamentar			
"Em prol da defesa dos direitos dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal."			

MAIORES INFORMAÇÕES:

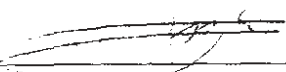
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

– CONGRESSO NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS- Deputado Coronel Alves - Anexo IV, Gabinete 419. Brasília/DF. CEP: 70160-900.

Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61)21522419.

E-mail(s): dep.coronelalves@camara.gov.br.

FICHA DE ADESÃO - Parlamentar

PARTIDO:	UF/ESTADO: RJ
CARGO ELETIVO	
A) NACIONAL(BSB) : <input type="checkbox"/> Senador(a) <input checked="" type="checkbox"/> Deputado(a) Federal	
B) DISTRITAL/ESTADUAL <input type="checkbox"/> Deputado Distrital <input type="checkbox"/> Deputado estadual <input type="checkbox"/> Vereador	
C) OUTROS : <input type="checkbox"/> Especifique _____	
Nome: JAIR MESSIAS BOLSONARO	
Endereço Gabinete: GAB 482	
UF: DF Cidade: BRASILIA CEP: 70160-900	
Fone(S): (61) 215-4482 FAX: (61) 215-2482 CEL: (61) 9974-5482	
E-mail: DEP-JAIRBOLSONARO@CAMARA.CGV.BR	
Outros Contato(s)	
Nome: JORGE FRANCISCO Cargo: CHEFE DE GABINETE	
Fone: (61) 447-6001 FAX: (61) 349-4247 Cel: (61) 8165-0202	
Nome: _____ Cargo: _____	
Fone: _____ FAX: _____ Cel: _____	
<u>BRASILIA - DF</u> , <u>1 ABRIL 2005</u> Local/data	
 Assinatura Parlamentar	
"Em prol da defesa dos direitos dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal."	

MAIORES INFORMAÇÕES:

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS- Deputado Coronel Alves - Anexo IV, Gabinete 419.

Brasília/DF, CEP: 70160-900.

Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61) 21522419.

E-mail(s): dep.coronelalves@camara.gov.br. – www.depcoronelalves@camara.gov.br

PARTIDO:	<u>PL</u>	UF/ESTADO:	<u>RO</u>	
CARGO ELETIVO				
A) NACIONAL(BSB):	<input type="checkbox"/>	Senador(a)	<input checked="" type="checkbox"/> Deputado(a) Federal	
B) DISTRITAL/ESTADUAL	<input type="checkbox"/>	Deputado Distrital	<input type="checkbox"/> Deputado estadual	<input type="checkbox"/> Vereador
C) OUTROS:	<input type="checkbox"/>	Especifique _____		

Nome: Miguel de Souza

Endereço Gabinete: Câmara dos Deputados
Anexo IV Sala 713

UF: DF **Cidade:** Brasília **CEP:** 70160-900

Fone(S): 215 5713 **FAX:** 215 2713 **CEL:** _____

E-mail: dep.migueldesouza@camara.gov.br

Outros Contato(s)

Nome: _____	Cargo: _____
Fone: _____ FAX: _____	Cel: _____
Nome: _____	Cargo: _____
Fone: _____ FAX: _____	Cel: _____

Local/data

Assinatura Parlamentar

"Em prol da defesa dos direitos dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal."

MAIORES INFORMAÇÕES:

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS- Deputado Coronel Alves - Anexo IV, Gabinete 419.

Brasília/DF, CEP: 70160-900.

Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61)21522419.

E-mail(s): dep.coronelalves@camara.gov.br. – www.depcoronelalves@camara.gov.br

PARTIDO:	UF/ESTADO:
CARGO ELETIVO	
A) NACIONAL (BSB): <input type="checkbox"/>	Senador(a) <input checked="" type="checkbox"/> Deputado(a) Federal
B) DISTRITAL/ESTADUAL <input type="checkbox"/> Deputado Distrital <input type="checkbox"/> Deputado estadual <input type="checkbox"/> Vereador	
C) OUTROS: <input type="checkbox"/> Especifique _____	

Nome: JOSÉ ALVES CORONEL ALVESEndereço Gabinete: ANEXO 4 - 405B - 611UF: DF Cidade: BRASILIA CEP: 70160-900Fone(S): 21524611 FAX: 21524611 CEL: _____E-mail: DEP.JOSALVESCORONELALVES@CAMARA.COM.BR**Outros Contato(s)**

Nome: _____ Cargo: _____

Fone: _____ FAX: _____ Cel: _____

Nome: _____ Cargo: _____

Fone: _____ FAX: _____ Cel: _____

BSB 06/05/2005
Local/dataJ. Alves
Assinatura

Assinatura Parlamentar

"Em prol da defesa dos direitos dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal."

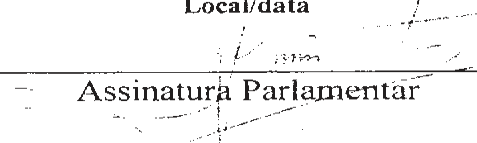
MAIORES INFORMAÇÕES:

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS- Deputado Coronel Alves - Anexo IV, Gabinete 419, Brasília/DF, CEP: 70160-900.

Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61)21522419.

E-mail(s): dep.coroneialves@camara.gov.br. - www.depcoroneialves@camara.gov.br

PARTIDO: <u>PR</u>		UF/ESTADO: <u>PR</u>	
CARGO ELETIVO			
A) NACIONAL(BSB) : <input type="checkbox"/>		Senador(a) <input type="checkbox"/> Deputado(a) Federal	
B) DISTRITAL/ESTADUAL <input type="checkbox"/>		Deputado Distrital <input type="checkbox"/> Deputado estadual <input type="checkbox"/> Vereador	
C) OUTROS : <input type="checkbox"/>		Especifique _____	
Nome: <u>Deputado</u>			
Endereço Gabinete: <u>Anexo III Gabinete</u>			
UF: <u>PR</u>		Cidade: <u>Bela Vista</u> CEP: <u>70060-900</u>	
Fone(S): <u>215-5431</u>		FAX: <u>215-5481</u> CEL: _____	
E-mail: <u>dep.coronelalves@camara.gov.br</u>			
Outros Contato(s)			
Nome: <u>Coronel Alves</u>		Cargo: <u>Assessor</u>	
Fone: <u>215-5431</u>		FAX: _____ Cel: <u>3122-6613</u>	
Nome: _____		Cargo: _____	
Fone: _____		FAX: _____ Cel: _____	
<u>Bela Vista PR, 104 1/2005</u> Local/data			
 Assinatura Parlamentar			
<p>"Em prol da defesa dos direitos dos servidores e policiais militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e do antigo Distrito Federal."</p>			

MAIORES INFORMAÇÕES:

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CARREIRA E DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E POLICIAIS MILITARES DOS EX-TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RORAIMA E RONDÔNIA E DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS- Deputado Coronel Alves - Anexo IV, Gabinete 419.

Brasília/DF, CEP: 70160-900.

Fones: (61) 215-5419; 215-3419. FAX: (61)21522419.

E-mail(s): dep.coronelalves@camara.gov.br. – www.depcoronelalves@camara.gov.br

Publique-se
Em 11/04/05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Ofício nº 49 1/2005

Brasília, 10 de agosto de 2005

Exmo.Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência, que estamos apresentando neste Legislativo, documentos criando a Frente Parlamentar em Defesa do Leite, a qual o Estatuto já esta sendo concluído e que estamos colhendo as assinaturas necessárias para a consolidação mesma.

Com os nossos melhores agradecimentos pela atenção que ao presente for dispensado, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Rose Marx Wayne de Oliveira**, Capitão Wayne, Deputado Federal PSDB/GO.

Publique-se.

Em 10-8-05 Deputado **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 492/2005

Brasília, 10 de agosto de 2005

Exmº Sr.
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente comunicar a Vossa Excelência, que estamos apresentando neste Legislativo, documentos criando a Frente Parlamentar em Defesa dos Pequenos e Médios Laticínios do Brasil –FPMLB, a qual o estatuto já esta sendo concluído e em fase de recolhimentos de assinaturas necessárias para a consolidação mesma.

Com os nossos melhores agradecimentos pela atenção que ao presente for dispensado, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Capitão Wayne**.

Publique-se.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 003/2005

Brasília – DF, 10 de agosto de 2005

Ao Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tendo em vista o meu desligamento do cargo de Secretário de Estado Chefe da Agência de Infra-Es-

trutura e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, conforme cópia do ato de exoneração em anexo, publicado no **DODF** de 10-8-05, comunico a Vossa Excelência que estou reassumindo o cargo de deputado federal nesta Casa, a partir desta data.

Atenciosamente, – Deputado **Tadeu Filippelli**.

Publique-se, afaste-se o respectivo suplente, em 10 de agosto de 2005, a partir das 15h46min. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Memorando nº 01/05/CEDOS

Brasília, 4 de agosto de 2005

Ao Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Comunicação da escolha da Presidência da CEDOS.

Senhor Presidente,

Tenho satisfação em comunicar a Vossa Excelência que a Comissão Especial de Documentos Sigilosos realizou, nesta data, reunião de instalação, escolhendo-se como presidente e vice-presidente da comissão os Deputados Carlos Melles e Benedito de Lira, respectivamente.

Respeitosamente, – Deputado **Carlos Melles**, Presidente da Comissão Especial de Documentos Sigilosos.

Publique-se.

Em 10-8-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 111/03

Brasília, 23 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o relatório da viagem que fiz para Nova Iorque, como observador parlamentar na Assembléia Geral das Nações Unidas, no período de 13 a 19 de outubro de 2003.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

RELATÓRIO DE VIAGEM – NOVA IORQUE

Período: 13 A 19 de Outubro de 2003

Atendendo convite da Presidência da Câmara dos Deputados (Ofício nº 3.619/03), participamos, como observador, da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no referido período de 14 a 20 de outubro.

24. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS)
25. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB-AL)
26. VALDIR RAUPP (PMDB-RO)

Publique-se.

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OFÍCIO Nº 81/2003/GAB

Brasília, 19 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Reconsideração de despacho

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência, reconsiderar o despacho pela apensação do PL nº 2.430/2003 de minha autoria, ao PL nº 7.231/2002.

Saliento a falta de identidade e correlação entre as supracitadas matérias, conforme fundamentado no Recurso nº 94 de 2003, interposto à Mesa em 18 de novembro do corrente.

O PL nº 2.430/2003 surgiu após discussões que envolveram representantes de todos os elos da cadeia turística brasileira. Dos encontros realizados durante o 31º Congresso da ABAV, foi diagnosticada a necessidade de alteração na Legislação Brasileira, no sentido de facilitar, responsavelmente, a atração de turistas estrangeiros.

Dados colhidos da Embratur mostram que, mesmo com os entraves existentes, em 2002 os gastos turísticos dos norte-americanos em nosso País foram de US\$106,81 (maior média diária apurada) e representaram 20% do total (calculado em US\$3.120 milhões). Desta forma, para o alcance das ambiciosas metas estipuladas no Plano Nacional de Turismo, é imprescindível a transposição de uma das barreiras identificadas – que é a falta de estrutura dos consulados nos EUA, para concederem vistos a todos aqueles que desejam nos visitar.

Com o objetivo de facilitar a vinda de mais norte-americanos ao Brasil (o que ocorrerá com a dispensa de visto) e contando com o apoio de Vossa Excelência para a atração dos 9 milhões de turistas almejados pelo Governo Federal, reitero os meus votos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – **Carlos Eduardo Cadoca**,
Deputado Federal – PMDB/PE.

Indefiro, por entender que a apensação obedeceu aos critérios regimentais pertinentes. **Oficie-se. Publique-se.**

Em 1º-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OFÍCIO Nº 576/2003

Brasília, 26 de novembro de 2003

Ao
Exmo. Sr.
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, venho informar que no dia 24 de abril de 2003, foi formada a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, que atualmente está composta com 96 parlamentares, sendo 7 do Senado, conforme lista em anexo.

A Coordenação da Frente, está assim constituída:

- Coordenador Geral: Deputado Eduardo Valverde – PT/RO;
- Coordenador de Assuntos Institucionais: Deputado Carlos Abicalil – PT/MT;
- Coordenador de Assuntos Legislativos: Deputado Edson Duarte – PV/BA;
- Coordenadora de Relações com Organizações Indígenas e Indigenistas: Dep. Perpétua Almeida – PCdoB/AC.

Para Coordenação dos trabalhos ficou definido, que as informações sobre os trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas! ficarão concentradas no Gab. do Deputado Eduardo Valverde, com a Assessora Parlamentar Soraya Rachid, telefone: 318-3435.

Sendo só para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, – **Eduardo Valverde**, Deputado Federal PT/RO.

**RELAÇÃO ALFABÉTICA DOS PARLAMENTARES QUE COMPÕEM A
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS**

	NOME	PARTIDO	ESTADO	GAB.	ANEXO	FONE
1	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	205	IV	318-5205
2	ALICE PORTUGAL	PC do B	BA	456	IV	318-5456
3	ALMERINDA DE CARVALHO	PSB	RJ	216	IV	318-5216
4	ANA JÚLIA CAREPA	PT	PA		Senado	311-2109
5	ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	737	IV	318-5737
6	ANN PONTES	PMDB	PA	919	IV	318-5919
7	ANSELMO DE JESUS ABREU	PT	RO	802	IV	318-5802
8	ARISTON	PSB	RJ	710	IV	318-5710
9	ARY JOSÉ VANAZZI	PT	RS	369	III	318-5369
10	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	428	IV	318-5428
11	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	338	IV	318-5338
12	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235	IV	318-5235
13	CABO JULIO	PSB	MG	327	IV	318-5327
14	CARLOS ABICALIL	PT	MT	623	IV	318-5623
15	CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	III	318-5848
16	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG	201	IV	318-5201
17	COLBERT MARTINS	PPS	BA	319	IV	318-5319
18	DARCY COELHO	PFL	TO	309	IV	318-5309
19	DELFIN NETTO	PP	SP	511	IV	318-5511
20	DENISE FROSSARD	PSDB	RJ	330	IV	318-5330
21	DR. EVILÁSIO	PSB	SP	454	IV	318-5454
22	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302	IV	318-5302
23	DR. HÉLIO	PDT	SP	734	IV	318-5734
24	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546	IV	318-5546
25	DR. ROSINHA	PT	RS	474	III	318-5474
82	EDSON DUARTE	PV	BA	535	IV	318-5535
26	EDSON EZEQUIEL	PSB	RJ	748	IV	318-5748
27	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	IV	318-5540
28	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	IV	318-5435
29	FATIMA CLEIDE (SENADORA)	PT	RO	15	Senado	311-2397
30	FERNANDO FERRO	PT	PE	427	IV	318-5427
31	FERNANDO GABEIRA	PT	AC	332	IV	318-5332
32	GASTÃO DIAS VIEIRA	PMDB	MA	554	IV	318-5554
33	GERALDO MESQUITA JUNIOR	PSB	AC		Senado	311-1078
34	GERALDO THADEU	PPS	MG	248	IV	318-5248
35	GILBERTO NASCIMENTO	PSB	SP	910	IV	318-5910
36	GONZAGA MOTA	PSDB	CE	636	IV	318-5636

37	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	430	IV	318-5430
38	GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	821	IV	318-5821
39	HÉLIO ESTEVES	PT	AP	704	IV	318-5702
40	HELOÍSA HELENA	PT	AL		Senado	311-3197
41	HENRIQUE AFONSO	PT	AC	645	IV	318-5645
42	HUMBERTO MICHILES	PL	AM	580	III	318-5580
43	JAIME MARTINS	PL	MG	333	IV	318-5333
44	JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	223	IV	318-5223
45	JEFFERSON CAMPOS	PSB	SP	341	IV	318-5341
46	JOÃO BATISTA	PFL	SP	962	IV	318-5962
47	JOÃO CAPIBERIBE	PSB	AP		Senado	311-1131
48	JOÃO LEÃO	PL	BA	320	IV	318-5320
49	JOÃO MAGNO	PT	MG	283	IV	318-5283
50	JOÃO MATOS	PMDB	SC	720	IV	318-5720
51	JOSÉ PINOTTI	PMDB	SP	525	IV	318-5525
52	JOSUÉ BENGTON	PTB	BA	305	IV	318-2305
53	JULIO DELGADO	PPS	MG	323	IV	318-5323
54	LAVOISIER MAIA	PSB	RN	558	IV	318-5558
55	LEONIDAS CRISTINO	PPS	CE	938	IV	318-5938
56	LUIZA ERUNDINA DE SOUZA	PSB	SP	620	IV	318-5620
57	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	571	III	318-5571
58	MAURÍCIO RANDS	PT	PE	237	IV	318-5237
59	MIRIAM REID	PSB	RJ	611	IV	318-5611
60	NELSON BORNIER	PSB	RJ	576	IV	318-5576
61	NELSON PELEGRIÑO	PT	BA	671	III	318-8146
62	NILSON MOURÃO	PT	AC	376	III	318-5376
63	ORLANDO DESCONSI	PT	RS	329	IV	318-5329
64	ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	III	318-5579
65	PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	IV	318-5438
66	PATRUS ANANIAS	PT	MG	578	III	318-5578
67	PAUDERNEY TOMAZ AVELINO	PFL	AM	260	IV	318-2260
68	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	515	IV	318-5515
69	PAULO RATTES	PSB	RJ	646	IV	318-5646
70	PEDRO CORRÊA	PP	PE	717	IV	318-5717
71	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	625	IV	318-5625
72	RAUL JUNGSMANN	PMDB	PE	367	III	318-5367
73	REGINALDO GERMANO	PFL	BA	310	IV	318-5310
83	REGINALDO LOPES	PT	MG	565	III	318-5565
74	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	662	IV	318-5662
75	ROBERTO BALESTRA	PP	GO	219	IV	318-5219
76	RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546	IV	318-5546

77	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250	IV	318-5250
78	RONALDO DIMAS	PSDB	TO	943	IV	318-5943
79	RUBENS OTONI	PT	GO	501	IV	318-5501
80	SANDRO MATOS	PSB	RJ	517	IV	318-5517
81	SARNEY FILHO	PV	MA	202	IV	318-5202
82	SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405	IV	318-5405
83	SELMA SCHONS	PT	PR	825	IV	318-52825
84	SERAFIM VENZON	SEM PART	SC	245	IV	318-5245
85	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	462	IV	318-5462
86	SIBA MACHADO (SENADOR)	PT	AC		Senado	311-2858
87	SIMÃO SESSIM	PT	RJ	709	IV	318-5709
88	SUELY CAMPOS	PP	RR	340	IV	318-5340
89	TEREZINHA FERNANDES	PT	MA	409	IV	318-5409
90	TIÃO VIANA	PT	AC		Senado	311-2953
91	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	724	IV	318-5724
92	VITTÓRIO MEDIOLI	PSDB	MG	754	IV	318-5754
93	WASNY DE ROURE	PT	DF	379	III	318-5379
94	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956	IV	318-5956
95	ZELINDA NOVAES	PFL	BA	312	IV	318-5312
96	ZICO BRONZEADO	PT	AC	760	IV	318-5760

Publique-se.
Em 01/12/2003

JOÃO PAULO CUNHA
Presidente

da (suplente) para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 140-A, de 1992, do Senhor Nicias Ribeiro, que “acrescenta parágrafo único ao artigo 29 da Constituição Federal” (estabelecendo que nos municípios que vierem a ser criados, a lei orgânica será promulgada no prazo de até um ano, contado do dia da instalação do novo município)..

Respeitosamente, – Deputado **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº 198/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico nos termos regimentais, o Deputado Jamil Murad (titular) e a Deputada Alice Portugal (suplente) para integrarem a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 369-A, de 1996, do Poder Executivo, que “institui o serviço civil obrigatório”.

Respeitosamente, – Deputado **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. nº 199/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico nos termos regimentais, a Deputada Alice Portugal (titular) para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 207-A, de 1995, do Senhor Feu Rosa, que “dispõe sobre o recenseamento escolar em creche e pré-escola no ensino fundamental”.

Respeitosamente, – Deputado **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

LIDERANÇA DO PARTIDO VERDE

Ofício nº 70/03

Brasília, 4 de setembro de 2003

À Sua Excelência, o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PMDB Gilberto Nascimento (SP) e Sandro Matos (RJ) para ocuparem as vagas destinadas ao PV na Comissão de Viação e Transportes, como Titular e Suplente, respectivamente.

Certo de merecer sua especial atenção, renovo-lhe minhas expressões de apreço e consideração.

Cordialmente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Defiro. Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício IGDAV nº 25/03

Brasília, 3 de setembro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

E com muita honra que nos dirigimos a Vossa Excelência, com a finalidade de passar às suas mãos, cópia do Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica – FPE, recentemente instituída com a finalidade de contribuir com os Trabalhos Legislativos de interesse da Sociedade Brasileira, desenvolvidos nesta Casa.

Em anexo, o Estatuto da Frente e a relação dos Parlamentares que compõem a FPE.

Com o respeito e admiração de sempre, renovamos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente, – **Adelor Vieira**, Deputado Federal.

RELACÃO DE DEPUTADOS QUE CONSTITUEM A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

ATUALIZADA EM 03/09/2003

Nº	DEPUTADO	CARGO IGREJA	PART.	UF	GAB	FONE	IGREJA
1	ADELOR VIEIRA	PRESBITERO	PMDB	SC	441	318 5441	ASS. DE DEUS
2	AGNALDO MUNIZ	CONFERENCIISTA	PPS	RO	833	318 5833	ASS. DE DEUS
3	ANDRÉ ZACHAROW	DIACONO	PDT	PR	737	318 5737	1ª IG. BATISTA
4	BISPO RODRIGUES	BISPO	PL	RJ	613	318 5613	IURD
5	BISPO WANDERVAL	BISPO	PL	SP	348	318 5348	IURD
6	CABO JÚLIO	PASTOR	PSB	MG	327	318 5327	ASS. DE DEUS
7	CARLOS WILLIAN	PASTOR	PST	MG	472*	318 5472	IG. EV. QUADRANGULAR
8	COSTA FERREIRA	DIACONO	PFL	MA	852	318 5852	ASS. DE DEUS
9	DR. ANTONIO CRUZ	PRESBITERO	PTB	MS	368*	318 5368	ASS. DE DEUS
10	EDNA MACEDO	MEMBRO	PTB	SP	816	318 5816	IURD
11	EDUARDO CUNHA	MEMBRO	PMDB	RJ	510	318 5510	SARA NOSSA TERRA
12	GERSON GABRIELLI	MEMBRO	PFL	BA	439	318 5439	IG. BATISTA
13	GILBERTO NASCIMENTO	EVANGELISTA	PMDB	SP	910	318 5910	ASS. DE DEUS
14	GILMAR MACHADO	MEMBRO	PT	MG	262	318 5262	IG. BATISTA
15	HELENO SILVA	PASTOR	PL	SE	350	318 5350	IURD
16	HENRIQUE AFONSO	PASTOR	PT	AC	645	318 5645	PRESBITERIANA
17	HERCULANO ANGHINETTI	MEMBRO	PP	MG	241	318 5241	IG. BATISTA LAGOINHA
18	ISAÍAS SILVESTRE	PASTOR	PSB	MG	531	318 5531	ASS. DE DEUS
19	JEFFERSON CAMPOS	PASTOR	PMDB	SP	341	318 5341	IG. EV. QUADRANGULAR
20	JOÃO BATISTA	BISPO	PFL	SP	962	318 5962	IURD
21	JOÃO CAMPOS	PASTOR	PSDB	GO	315	318 5315	ASS. DE DEUS
22	JOÃO MENDES DE JESUS	BISPO	PSL	RJ	572*	318 5572	IURD
23	JOÃO PAULO	MEMBRO	PL	MG	933	318 5933	IURD
24	JOSE DIVINO	PASTOR	PMDB	RJ	586*	318 5586	IURD
25	JOSUÉ BENGTON	PASTOR	PTB	PA	305	318 5305	IG. EV. QUADRANGULAR
26	LINCOLN PORTELA	PASTOR	PL	MG	615	318 5615	IGREJA BATISTA
27	LUIS CARLOS HEINZE	MEMBRO	PPB	RS	526	318 5526	LUTERANA
28	MARCOS ABRAÃO	PASTOR	PFL	SP	311	318 5311	IURD
29	MARCOS DE JESUS	PASTOR	PL	PE	745	318 5745	IURD
30	MILTON BARBOSA	PASTOR	PFL	BA	422	318 5422	ASS. DE DEUS
31	MILTON CARDIAS	PASTOR	PTB	RS	705	318 5705	ASS. DE DEUS
32	NEUCIMAR FRAGA	L. DE CELULA	PL	ES	901	318 5901	IG. BATISTA
33	NEUTON LIMA	PRESBITERO	PTB	SP	509	318 5509	ASS. DE DEUS
34	NILTON CAPIXABA	OBREIRO	PTB	RO	318	318 5318	ASS. DE DEUS
35	OLIVEIRA FILHO	PASTOR	PL	PR	635	318 5635	IURD
36	ONYX LORENZONI	MEMBRO	PFL	RS	374*	318 5374	LUTERANO
37	PASTOR ALMIR MOURA	PASTOR	PL	RJ	639	318 5639	IG. INTERN DA GRAÇA
38	PASTOR AMARILDO	PASTOR	PSB	TO	218	318 5218	ASS. DE DEUS
39	PAULO JOSÉ GOUVÊA	PASTOR	PL	RS	641	318 5641	IURG
40	PHILEMON RODRIGUES	MEMBRO	PTB	PB	226	318 5226	ASS. DE DEUS
41	PR. FRANCISCO OLÍPIO	PASTOR	PSB	PE	475*	318 5475	ASS. DE DEUS
42	PR. FRANKEMBERGEN	PASTOR	PTB	RR	577*	318 5577	ASS. DE DEUS
43	PR. PEDRO RIBEIRO	PASTOR	PMDB	CE	548	318 5548	ASS. DE DEUS
44	PR. REINALDO	PASTOR	PTB	RS	438	318 5438	IG. EV. QUADRANGULAR
45	RAIMUNDO SANTOS	MEMBRO	PL	PA	809	318 5809	ASS. DE DEUS
46	REGINALDO GERMANO	PASTOR	PFL	BA	310	318 5310	IURD
47	SILAS BRASILEIRO	MEMBRO	PMDB	MG	932	318 5938	PRESBITERIANA
48	SILAS CÂMARA	MEMBRO	PTB	AM	532	318 5532	ASS. DE DEUS
49	TAKAYAMA	PASTOR	PMDB	PR	583*	318 5583	ASS. DE DEUS
50	VALDENOR GUEDES	OBREIRO	PP	AP	541	318 5541	ASS. DE DEUS
51	VIEIRA REIS	BISPO	PMDB	RJ	352	318 5352	IURD
52	WALTER PINHEIRO	MEMBRO	PT	BA	274*	318 5274	IG. BATISTA
53	WASNY DE ROURE	DIACONO	PT	DF	379	318 5379	IG. BATISTA
54	ZELINDA NOVAES	MEMBRO	PFL	BA	312	318 5312	IURD
55	ZEQUINHA MARINHO	MEMBRO	PTB	PA	823	318 5828	ASS. DE DEUS
56	ZICO BRONZEADO	MEMBRO	PT	AC	760	318 5760	IG. BATISTA

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

Art. 1º A Frente parlamentar Evangélica é uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar Evangélica:

I) Acompanhar e fiscalizar os programas e as Políticas Públicas Governamentais manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

II) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas e da sua atuação;

III) Procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional, segundo seus objetivos, combinados com os propósitos de Deus, e conforme Sua Palavra;

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar Evangélica:

I) Como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, já subscreveram o Termo de Adesão ou que no prazo de 30 (trinta dias), contados da data de aprovação do presente Estatuto, vierem a se inscrever;

II) Como membros efetivos os parlamentares que subscreverem o Termo de Adesão em data posterior a fixada na alínea anterior;

III) Como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessarem pelos objetivos da Frente, os Parlamentares Estaduais e os Vereadores.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na

prática de ações sociais, econômicas e culturais, indicados pelos membros efetivos da Frente Parlamentar Evangélica e aprovados pela Assembléia Geral.

Art. 4º São órgãos da direção da Frente Parlamentar Evangélica:

I) A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II) A Mesa Diretora, integrada por Presidente, Cinco Vice-Presidentes, permanece com Três Tesoureiros, Cinco Secretários e Cinco Vogais.

III) O Conselho Fiscal, constituído por Sete membros Titulares e Cinco Suplentes.

Art. 5º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes a cada ano, no mês de abril e agosto, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa ou pela expressiva manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos, e em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

I) Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica;

II) Aprovar, modificar ou revogar total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;

III) Eleger, reeleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal, para o mandato de um ano;

IV) Admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

V) Autorizar a constituição de Comissões Permanentes e, se necessário, a constituição de uma Secretaria Executiva;

VI) Examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora pelo Conselho

Fiscal, aprovando seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;

VII) Autorizar a aquisição ou alienação de bens e imóveis;

VIII) Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

IX) Apreçar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, Pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos;

X) Zelar pelo cumprimento das finalidades da frente.

Art. 7º A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas Emissoras de Rádio e de Televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos Parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

I) Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar Evangélica;

II) Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros e a outros membros da Frente, designar um Secretário Executivo se autorizada pela Assembléia Geral, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

III) Ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembléia Geral;

IV) Receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente;

V) Admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, isto no interregno das Assembléias gerais ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembléia Geral;

VI) Manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas governamentais, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

VII) Contratar assessores que opinem nas questões relativas às finalidades da Frente, se autorizados pela Assembléia Geral;

VIII) Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

IX) Elaborar um regimento interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia previamente distribuída.

X) Firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações governamentais;

XI) Exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar Evangélica, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo único. Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar Evangélica tem início no dia 1º de abril e encerra no dia 31 de março do ano seguinte.

Art. 10. Os cargos de direção da Frente Parlamentar Evangélica serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de mandato, admite inclusive a participação de suplentes de Deputado ou de Senador que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos da Frente.

Parágrafo único. O suplente de Deputado ou de Senador, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo à perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 11. É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar Evangélica usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitindo o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas, havendo disponibilidade financeira;

Art. 12. O patrimônio móvel e imóvel e a receita da Frente Parlamentar Evangélica se constituirão por meio da contribuição de seus membros, de aquisi-

ções, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de contratos, de subsídios, transferências ou subvenções oriundas de entidades públicas ou privadas e de outras origens legalmente admitidas.

Parágrafo único. Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo Tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 13. A Frente parlamentar Evangélica terá um regimento interno, subsidiário do presente estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros na destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar Evangélica presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 14. No caso de extinção da Frente Parlamentar Evangélica, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantropo, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo único. A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 15. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar Evangélica, quando também se dará a eleição e posse da primeira diretoria.

Brasília, de setembro de 2003

Publique-se.

Em 4-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, de de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
MD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar de Defesa das Rodovias e Usuários – TRANSFRENTE, que reúne Deputados Federais e Senadores preocupados com a degradação da malha rodoviária do País. Pretendemos cobrar e apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais que promovam a recuperação, conservação, ampliação e construção de nossas rodovias.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a unirem-se aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Geraldo Thadeu**.

Brasília, 22 de agosto de 2003

MANIFESTO

A infra-estrutura viária é o alicerce do desenvolvimento do País, fundamental para prover o Brasil de condições de competitividade no mundo globalizado.

Razões históricas explicam a primazia da rodovia na malha viária brasileira. Este modal responde hoje por 63% do transporte nacional e corresponde a um patrimônio público forjado por gerações sucessivas, o qual temos obrigação de preservar.

Em relação aos 57 mil km de rodovias federais pavimentadas, 70% mostram-se com a superfície em condições entre regular e ruim para trafegar. Em 2002, o Brasil investiu apenas 0,2% do PIB em transportes, quando o Banco Mundial recomenda 3,5% para os países em desenvolvimento. A continuar assim, chegaremos em 2005 com 100% das rodovias federais nas condições citadas.

No intuito de buscar soluções definitivas para as questões que assolam a vida dos usuários de rodovias brasileiras e mediante esforço suprapartidário, estamos instituindo a “Frente Parlamentar de Defesa das Rodovias e Usuários”.

A criação da Frente tem por princípio salvaguardar o patrimônio rodoviário brasileiro e promover sua melhoria, tendo em vista a segurança do trânsito.

Com boas estradas evitaremos os acidentes constantes, muitas vezes com vítima fatal, e reduziremos os prejuízos e o desconforto com o roubo de cargas, os assaltos aos ônibus, o consumo de combustíveis e do tempo de viagem, o desgaste dos veículos e as perdas resultantes da ineficácia no escoamento da

OF/GAB/I/Nº 849

Brasília, 5 de julho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, colho o ensejo deste para cientificar Vossa Excelência e a Mesa de que, nesta data, designei como Primeiro Vice-Líder da Bancada do PMDB, e meu substituto formal e legal, o Vice-Líder Deputado Wilson Santiago, PMDB/PB, bravo e experiente Parlamentar que muito honra o nosso Partido.

Comunico ainda, Senhor Presidente, que, a partir desta data, licenciar-me-ei do exercício pessoal da Liderança, como contribuição para facilitar a comprovação de minha absoluta isenção quanto à prática de qualquer ato ilícito ou desabonador no exercício de meu mandato, que, por ventura, possa ser objeto de apuração.

Caso se instalem apurações que envolvam a mim, pessoalmente, desde logo coloco-me inteiramente à disposição.

Por derradeiro, informo a Vossa Excelência que convoque em 28 de junho p.p., eleição para a escolha do novo Líder de nosso Partido na Câmara dos Deputados, a realizar-se no próximo dia 10 de agosto.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência expressões de estima e apreço. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

Publique-se.

Em 6-7-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. nº 111/05

Brasília, 6 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação de membro de Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, o Deputado Inácio Arruda (titular) e o Deputado Daniel Almeida (suplente) para integrarem a Comissão Especial destinada a debater e examinar a gestão do Funcafé, a efetividade e a eficiência da gestão do CDPC nas políticas públicas e privadas do setor, bem como avaliar modelos administrativos alternativos e propor medidas legislativas para aperfeiçoar a legislação do setor.

Respeitosamente, – Deputado **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB.

Publique-se.

Em 6-7-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. nº 177/2005-CD

Brasília, 6 de Julho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcante
MD. Presidente da Câmara dos Deputados

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a, a criação da Frente Parlamentar Latino-Americana pelo **Software** Livre e a Inclusão Digital, integrada por parlamentares brasileiros e de outros países latino-americanos, comprometidos com o objetivo de articular políticas nacionais e supra-nacionais de apoio à formação de mão-de-obra qualificada, à colaboração entre instituições de ensino e pesquisa e à condução de projetos estratégicos de adoção do **software** livre, com vista à promoção da inclusão digital no País e no âmbito do Mercosul e da Comunidade Andina.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a, de ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres Pares a se unirem aos signatários do Manifesto anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Wanderlei Assis**.

FRENTE PARLAMENTAR LATINO-AMERICANA
PELO SOFTWARE LIVRE E INCLUSÃO DIGITAL

MANIFESTO

O Brasil e os demais países latino-americanos convivem, há décadas, com o grave problema da concentração de renda e da conseqüente perpetuação de bolsões de miséria em suas sociedades. Apesar de inúmeros sacrifícios e de um extraordinário esforço no sentido de construir uma infra-estrutura para o crescimento econômico, não se logrou integrar essa população menos favorecida à economia formal, garantindo-lhes oportunidades de emprego e de acesso à propriedade e ao capital.

Com o advento da moderna tecnologia da informação e com a globalização, o problema tornou-se ainda mais complexo. Não basta oferecer educação e igualdade de oportunidades. A Inclusão Digital tem sido apontada, também, como fator primordial para a integração das camadas menos favorecidas ao mercado de trabalho e ao consumo.

A Internet, que se tornou realidade palpável no último decênio, extrapola em muito o conceito tradicional de rede de computadores. Tornou-se uma verdadeira sociedade virtual em que as pessoas interagem, estabelecendo vínculos profissionais e de amizade, construindo relações duradouras, comprando e vendendo

mercadorias e serviços, desenvolvendo iniciativas filantrópicas e de apoio a causas humanitárias.

Para ter acesso a esse sofisticado novo mundo que se descortina, é preciso que o cidadão saiba usar o computador e esteja adestrado na linguagem e nas práticas usuais da tecnologia da informação. Educação formal e treinamento especializado, disponibilidade de equipamentos e pleno acesso a programas de computador de baixo custo e de fácil utilização são instrumentos essenciais para abrir as portas desse universo virtual.

Os projetos governamentais de edificação dessa sociedade da informação são incipientes em nossos países, e patinam em dificuldades orçamentárias, nos altos custos da informática e na incompreensão da burocracia. Realidade completamente diferente daquela observada nos países desenvolvidos.

Faz-se necessário reorganizar e modernizar o sistema escolar e universitário, colocando nas mãos dos estudantes recursos computacionais amplos e poderosos. É preciso também oferecer à sociedade leis modernas e práticas, que assegurem à informação digital a validade jurídica indispensável para que sirva de substrato ao comércio eletrônico e ao governo eletrônico. É

essencial, enfim, que todo cidadão tenha oportunidades de conhecer e usar plenamente a informática.

A oferta de programas de computador de baixo custo, com pleno acesso à tecnologia utilizada, é fator de desenvolvimento da sociedade da informação. O Software Livre, com seu caráter cooperativo e aberto, garante ao usuário essa oportunidade de conhecer a ferramenta que está usando, reproduzindo-a e aperfeiçoando-a continuamente. Fruto da contribuição livre e desinteressada de milhares de profissionais em todo o mundo, os programas livres são a resposta comunitária aos grillhões impostos pelas empresas de informática, mediante o uso abusivo, indiscriminado e nem sempre legítimo dos instrumentos de propriedade industrial e dos direitos autorais, cerceando a disseminação do conhecimento.

Cabe-nos, pois, como representantes do Povo brasileiro e dos demais povos latino-americanos, viabilizar essas iniciativas e orientá-las aos interesses do Brasil e da comunidade latino-americana.

Diante dos exposto, e considerando que tais questões transcendem ideologias, interesses regionais e filiações partidárias, os parlamentares abaixo assinados se propõem a atuar conjuntamente na promoção da Inclusão Digital e na disseminação do **Software Livre**.

Brasília, 6 de Julho de 2005.

SIGNATÁRIOS DA FRENTE PARLAMENTAR LATINO-AMERICANA PELO SOFTWARE LIVRE E INCLUSÃO DIGITAL

PARLAMENTARES			
DEPUTADOS	Partido	Gab.	A
Exmo. Sr. ALBERTO FRAGA	PTB /DF	321	4
Exmo. Sr. ALMIR MOURA	PL /RJ	639	4
Exmo. Sr. AMAURI ROBLEDÓ GASQUES	PL/SP	354	4
Exmo. Sr. ANDRÉ ZACHAROW	PP/PR	737	4
Exmo. Sr. BABÁ	PSOL	480	3
Exmo. Sr. BENEDITO DE LIRA	PP/AL	942	4
Exmo. Sr. BERNARDO ARISTON	PMDB/RJ	710	4
Exmo. Sr. CARLOS NADER	PL/RJ	533	4
Exmo. Sr. CELSO RUSSOMANNO	PP/SP	756	4
Exmo. Sr. CLEONÂNIO FONSECA	PP/SE	824	4
Exmo. Sr. COSTA FERREIRA	PSC/MA	852	4
Exmo. Sr. DARCI COELHO	PP/TO	309	4
Exmo. Sr. DAVI ALCOLUMBRE	PFL/AP	231	4
Exmo. Sr. DR. BENEDITO DIAS	PP/AP	926	4
Exmo. Sr. FRANCISCO TURRA	PP/RS	801	4
Exmo. Sr. GERALDO RESENDE	PPS/MS	905	4
Exmo. Sr. GILBERTO NASCIMENTO	PMDB/SP	910	4
Exmo. Sr. ILDEU ALVES DE ARAUJO	PP/SP	382	3
Exmo. Sr. JAMIL MURAD	PCdoB/SP	437	4
Exmo. Sr. JOÃO BOSCO DA COSTA	PSDB/SE	722	4
Exmo. Sr. JOÃO PIZZOLATTI	PP/SC	258	4
Exmo. Sr. JOSÉ DIRCEU	PT/SP	924	4
Exmo. Sr. JOSÉ LINHARES	PP/CE	860	4
Exmo. Sr. JOSÉ JANENE	PP/PR	608	4
Exmo. Sr. JOSÉ PIMENTEL	PT/CE	281	3
Exmo. Sr. LEONARDO MATTOS	PV/MG	914	4
Exmo. Sr. LUCIANO ZICA	PT/SP	627	4
Exmo. Sr. MANOEL SALVIANO	PSDB/CE	506	4
Exmo. Sr. MÁRIO NEGROMONTE	PP/BA	345	4
Exmo. Sra. MARIA DO CARMO LARA	PT/MG	373	4
Exma. Sra. MARIÂNGELA DUARTE	PT/SP	371	3
Exmo. Sr. MAURO BENEVIDES	PMDB/CE	244	4
Exmo. Sr. MAURO PASSOS	PT/SC	337	4
Exmo. Sr. MILTON MONTI	PL/SP	328	4

Exmo. Sr. MORAES SOUZA	PMDB/PI	711	4
Exmo. Sr. NEUCIMAR FRAGA	PL/ES	901	4
Exmo. Sr. NEUTON LIMA	PTB/SP	509	4
Exmo. Sr. OSMÂNIO PEREIRA	PTB/MG	602	4
Exmo. Sr. PASTOR AMARILDO	PMDB/TO	218	4
Exmo. Sr. PAULO BALTAZAR	PSB/RJ	515	4
Exmo. Sr. PEDRO CANEDO	PP/GO	934	4
Exmo. Sr. PEDRO CORREA	PP/PE	717	4
Exmo. Sr. PHILEMON RODRIGUES	PTB/PB	226	4
Exmo. Sr. PROF. IRAPUAN TEIXEIRA	PP/SP	513	4
Exmo. Sr. PROFESSOR LUIZINHO	PT/SP	404	4
Exmo. Sr. SANDES JÚNIOR	PP/GO	702	4
Exmo. Sr. SANDRO MABEL	PL/GO	443	4
Exmo. Sr. SIMÃO SESSIM	PP/RJ	709	4
Exmo. Sr. SIMPLICIO MARIO	PT/PI	370	3
Exmo. Sr. TAKAYAMA	PMDB/PR	583	3
Exmo. Sr. VADÃO GOMES	PP/SP	750	4
Exmo. Sr. VANDERLEI ASSIS	PP/SP	935	4
Exmo. Sr. VIGNATTI	PT/SC	473	3

Publique-se.

Em 06/07/2005



SEVERINO CAVALCANTI

Presidente

O objetivo da instalação dessa Frente, visa ordenar, em conjunto com a Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados, as ações empreendidas pelo legislativo no que se refere à elaboração de proposições que visem melhorar as condições de trabalho para o setor, e assim, produzir desenvolvimento, gerar emprego e renda para o nosso País.

Esperamos poder contribuir para o sucesso do tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência nos dará seu apoio, antecipamos nosso agradecimento.

Atenciosamente, – Deputado **Alex Canziani**, PTB – PR.

Ata da Reunião para instalação da Frente Parlamentar do Turismo 52ª Legislatura

Aos doze de março de 2003, reuniram-se no auditório do Anexo IV, Subsolo na Câmara dos Deputados para instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo, os Senhores Deputados: Bismark Maia(PSDB – CE), Carlos Eduardo Cadoca(PMDB – PE) Alex Canziani(PTB – PR), Lupercio Ramos(PPS – AM), Ronaldo Vasconcelos(PTB – MG), Reinaldo Betão(PL – RJ), Bernardo Ariston (PSB – RJ), Teima de Sousa(PT – SP) e Fernando Gabeira(PT – RJ). O presidente da reunião, Deputado Ronaldo Vasconcelos, fez um breve relato dos objetivos para criação da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo: dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela casa na última legislatura, em defesa do turismo; apresentar e discutir propostas direcionadas ao setor, visando a geração de emprego e renda para a economia brasileira; em conjunto com a Subcomissão Permanente de Turismo, envidar esforços no encaminhamento e aprovação de matérias legislativas que tramitam nessa casa, que tenham como objetivo, regulamentar, inserir e fomentar a atividade turística como propulsora de desenvolvimento e geração de emprego no País. A sessão foi presidida pelo Deputado Ronaldo Vasconcelos que fazendo uso da palavra, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e propôs de imediato que fossem eleitos os membros da Mesa Diretora da Frente Parlamentar do Turismo. Expôs em seguida, que por acordo prévio foram eleitos os seguintes Deputados: Presidente: Deputado Alex Canziani; Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1º Vice-Presidente: Deputado Enio Tatício (PTB – GO); 2º Vice-Presidente: Lupércio Ramos (PPS – AM); e 3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL – RJ). Não havendo mais qualquer assunto a ser tratado, o Presidente da reunião, Deputado Ronaldo Vasconcelos, encerrou os trabalhos. Na qualidade de relator **Ad Hoc**, elaborei a presente ata, que depois de lida e aprovada será encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Câmara dos Deputados, Auditório do Anexo IV, Subsolo, 12 de Março de 2003. – Deputado **Alex Canziani**, Presidente.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília-DF, 11 de março de 2003

Ao Exmo. Sr.

Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Quando do exercício do meu primeiro mandato nesta Câmara dos Deputados, criei e coordenei a Frente Parlamentar da Pesca que tinha como objetivo acompanhar, na esfera Federal, as questões envolvendo o setor pesqueiro nacional. Outrora, a pesca foi um dos pontos mais relevantes da economia nacional e, infelizmente, hoje está relegada ao quinto plano.

Essa Frente, composta por mais de 100 parlamentares, promoveu debates e audiências públicas na Câmara dos Deputados envolvendo a participação de empresários, pescadores, inclusive artesanais, e órgãos do Governo Federal.

Posteriormente, nas legislaturas de 1995 e 1999 renovei essa Frente, a qual participou de importantes conquistas tais como: a equalização do óleo diesel para barcos de pesca, a transferência do fomento da pesca do Ibama para o Ministério da Agricultura, e a mais importante das conquistas, ou seja, a criação e implantação do Departamento de Pesca e Aquicultura no Ministério da Agricultura.

No atual Governo, aquele Departamento foi transformado na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, cujo primeiro Secretário Nacional é o Ministro José Fritsch, por sinal, catarinense como o é este subscritor. Essa Secretaria é tão relevante que está colocando a pesca e a aquicultura no Programa de Combate à Fome Zero.

Diante disso, ao assumir o mandato nesta Legislatura, tenho como um dos primeiros atos registrar perante essa Presidência e a Casa a continuidade dessa Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, mantendo os parlamentares que a compõe e que foram reeleitos, bem como e naturalmente com a posterior adesão dos novos parlamentares, cujo convite farei pessoalmente para a obtenção da assinatura de apoio.

Na expectativa de merecer a atenção de Vossa Excelência no que diz respeito ao encaminhamento deste ofício à Secretaria que controla a existência das frentes parlamentares nesta Casa, subscrevo-me.

Cordialmente, – **Edison Andrino**, Deputado Federal.

Brasília-DF, 17 de março de 2003

Ao Senhor

Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, solicito o especial favor de anexar ao ofício protocolado dia 11-3-03, no qual co-

muniquei a reconstituição da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura, a relação das 54 assinaturas de apoio, bem como cópia do discurso que proferi naquele mesmo dia.

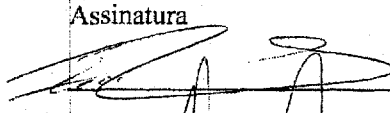
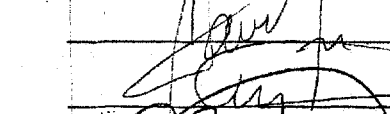
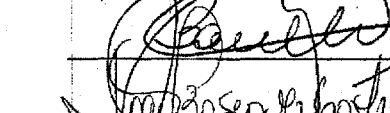
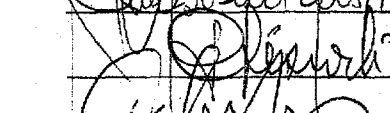
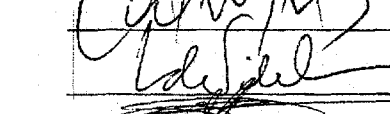
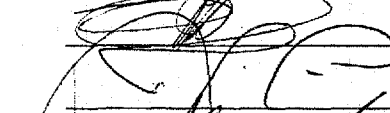
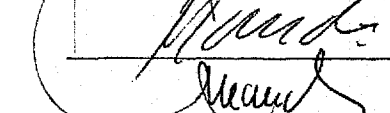
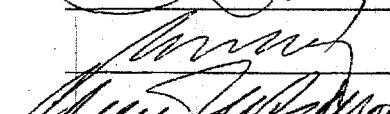
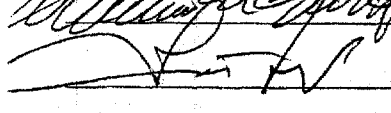

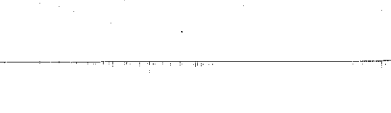


Na certeza de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Cordialmente, – **Edison Andrino**, Deputado Federal.

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

FRENTE PARLAMENTAR DA PESCA E AQUICULTURA

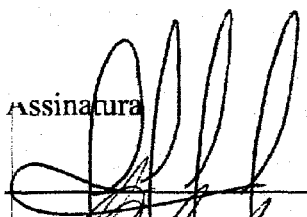
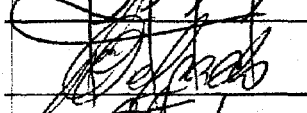
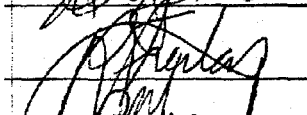
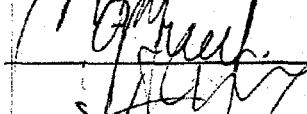
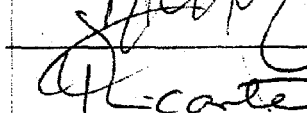

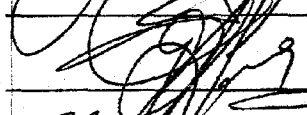
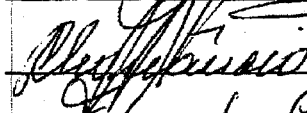
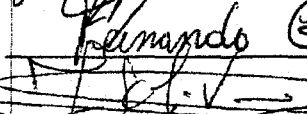
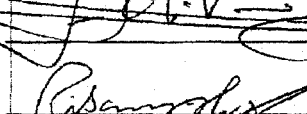
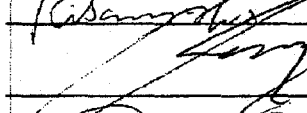
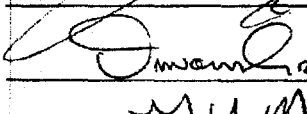
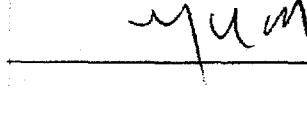


Coordenação: Deputado Edison Andrino

Assinatura	Parlamentar	Partido/UF
	Edison Andrino	PMN/SC
	João Américo	PSDB/BA
	ANÍBAL RODRIGUES	PMDB-CE
	JACKSON BARRETO	PMN-SE
	JOSÉ CARLOS	PSDB-SE
	Ademar Teixeira	PPB/SC
	OTÁVIO ZONTA	PPB/SP
	LEONARDO VILELA	PPB/GO
	ADELOR VIEIRA	PMDB-SC
	JOSÉ CARLOS NOGUEIRA	PSB/AL
	LESAR BARREIRA	PSB/MA
	PEDRO TEODORO	PTB/MA
	EUDÁLIO OLIVEIRA	PMDB/BA
	MARIA HELENA	PSB-BA
	JOÃO CARLOS	PL-320

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

FRENTE PARLAMENTAR DA PESCA E AQUICULTURA

Coordenação: Deputado Edison Andrino

Assinatura		Parlamentar	Partido/UF
	621	REBECKER	PLB-RS
	323	JÚLIO DELGADO	PDS-MG
	939	Rose de Freitas	PSDB-ES
	821	GUSTAVO FERNET	PMDB-RJ
		Dr. Eurásio	PSB-SP
		RICARDO DE FREITAS	PTB-MT
	315	José Camp	PSDB-GO
	418	Gerônimo Silva	PFL-SC
	824	Cleonânio Fonseca	PPD
	332	FERNANDO GABEIRA	PTIRJ
	586	JOSÉ IVINO	PMDB/RJ
	729	Ze Ribamar Alves	PSB/MA
	403	ANTONIO G. PANNUNZIO	PSDB/PA
	724	VANESSA GRAZIO TIN	PCdoB-AM
	907	OLAVO CALHEIROS	PMAS-AL

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

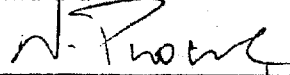
FRENTE PARLAMENTAR DA PESCA E AQUICULTURA

Coordenação: Deputado Edison Andrino

Assinatura

Parlamentar

Partido/UF



Nelson Tronca

PPS/RS



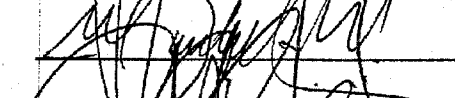
Colbert Faria

PPS-RS



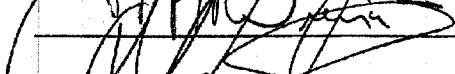
MARCELO TEIXEIRA

210-PA



MARCELO CASTRO

PMDB-PI



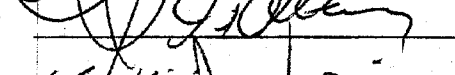
PAULO AFONSO

PMDB-SC



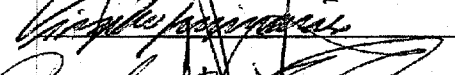
BENJAMIN MARANHÃO

PMDB-PA



LUIZ O. HAVIX

PSDB-PR



Vitor Hugo Genuino

PT



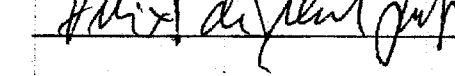
Michel Monty

PPS/RS



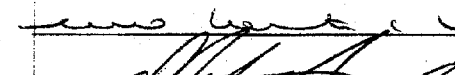
Padre João

FREL



FREDI MENDES

PTB



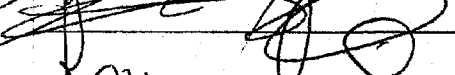
EDUARDO CUNHA

PPB



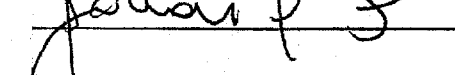
WILSON RIBEIRO

916-PPB



CARLOS SANTOS

286-PR



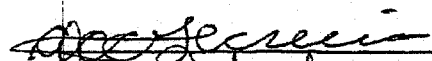
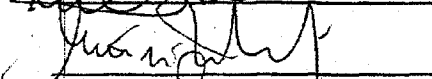

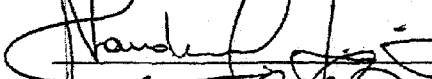
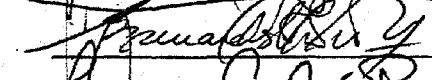

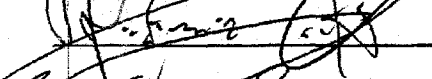

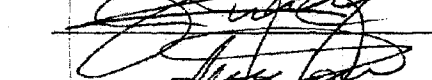
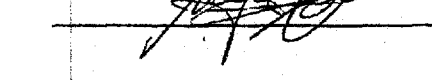
JOÃO DE DEUS

504-G

ASSINATURAS DE APOIAMENTO

FRENTE PARLAMENTAR DA PESCA E AQUICULTURA

Coordenação: Deputado Edison Andrino

Assinatura	Parlamentar	Partido/UF
	Carlos Figueira	PFL-MA
	Vinício de Almeida	PSDB-MG
	Paulo Roberto Aguiar	PSDB-SP
	Bispo Wladecval	PL/SP
	Brismene Maia	PSDB-G
	P. F. L.	
	PMDB - (Wladimir Costa)	
	Nicias Ribeiro	PSDB/PA
	Ivan Ranzolin	PMDB
	Setor Imvencor	24-28

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edison Andrino, pelo PMDB.

O SR. EDISON ANDRINO (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, ocupo a tribuna pela primeira vez neste mandato para tratar de assunto que considero importante, e por esta razão foi escolhido como prioritário para esta nova gestão do Congresso Nacional e do Presidente da República, a pesca, sempre jogada a terceiro plano pelos Governos dos Estados e dos Municípios e pelo Governo Federal.

Nobre Deputada Rose de Freitas, há nove anos coordeno nesta Casa a Frente Parlamentar de Pesca, atividade que no passado teve papel fundamental na economia nacional. O País foi grande produtor, consumidor e exportador de peixe. Há dois anos o déficit da balança comercial brasileira foi de 300 milhões de reais. O Brasil possui uma extensão marítima de 8 mil quilômetros quadrados, que começa na Amazônia e termina no Rio Grande do Sul, possui a maior bacia pluvial do mundo e compra mais peixes no exterior do que vende. Isso é um absurdo!

Depois que o ex-Presidente Collor acabou com a Sudepe, lutamos durante muito tempo – eu, exercendo o cargo de Deputado Estadual, depois de Prefeito de Florianópolis – junto com o Executivo para que esta Casa criasse um instrumento administrativo que fizesse jus à pesca, como ocorre em países desenvolvidos. Espanha, que possui o Ministério da Pesca, Japão, Chile e Nova Zelândia são países que valorizam a pesca como setor fundamental da sua economia e tratam esse assunto no âmbito de Ministério. Depois que acabaram com a Sudepe, a pesca passou a ser tratada pelo Ibama, órgão importante, mas que não é de fomento. A pesca tem que ter a mesma importância dada à agricultura brasileira.

Lutamos para que fosse criada uma secretaria nacional de pesca. No mínimo, uma secretaria. Com muita luta, no Governo passado, conseguimos criar o Departamento de Pesca vinculado ao Ministério da Agricultura, que teve como política da pesca deste País incentivar somente os arrendamentos de barcos estrangeiros. Não que os arrendamentos não sejam importantes para aprendermos novas tecnologias, pescarmos em grandes profundidades.

Mas não é só o problema dos arrendamentos. Hoje o Brasil tem quase cem barcos arrendados, principalmente da Espanha e do Japão, e existe a polêmica em torno da produção e da maneira como esse produto sai do Brasil. Essa foi a filosofia do Departamento de Pesca. Agora não. O Presidente Lula ouviu os reclamos do segmento produtivo nacional dos empresários, dos armadores, dos pescadores artesanais e criou, acertadamente, a Secretaria Nacional de Pesca.

Espero que essa Secretaria seja para valer. Está presente no plenário a Deputada Telma, de Santos, que participou conosco durante muito tempo da Frente Parlamentar de Pesca. O Porto de Santos foi um dos maiores do setor pesqueiro do Brasil. Está à frente dessa Secretaria um catarinense, um homem correto, bem-intencionado, foi Prefeito de Chapecó por duas legislaturas, disputou uma eleição de Governador e quase foi para o segundo turno, o Sr. José Fritsch. Que o Presidente da República valorize esse segmento da economia nacional que tem um papel fundamental e importante no combate à fome.

Se organizarmos o setor pesqueiro, artesanal e industrial, vamos combater a fome. Temos de mudar essa cultura da alimentação brasileira de que não se come peixe, não se come ostra. Hoje, Santa Catarina é o maior produtor de ostra e marisco em cativeiro da América do Sul, maior até que o Chile. Precisamos organizar e colocar na merenda escolar das nossas crianças esses produtos do mar.

Com a decisão do Presidente Lula, demos um passo para viabilizar esse importante segmento da economia nacional. Espero, Sr. Presidente, que esta Casa siga o exemplo.

Hoje, Deputado Pannunzio, se V. Ex^a quiser cuidar de pesca nesta Casa não encontrará uma Comissão específica para tratar do assunto. A Comissão que cuida da pesca, Presidente Inocêncio Oliveira, é a de Agricultura e Política Rural. Mas quem vai para a Comissão de Agricultura e Política Rural não quer saber de pesca, quer saber de pecuária, de agricultura e, uma vez naquela Comissão, tem-se que criar uma Subcomissão para discutir o setor pesqueiro.

Temos legislação sobre a pesca tramitando nesta Casa. O Deputado Xico Graziano fez um grande trabalho, infelizmente não voltou para esta Casa, está fazendo falta nessa discussão.

Faço um pedido ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha: que se crie na Câmara a Comissão da Pesca ou que a Comissão de Agricultura e Política Rural se torne Comissão de Agricultura e Política Rural e de Pesca, se é que queremos valorizar esse importante segmento da economia nacional.

Obrigado.

Publique-se.

Em 2-12-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF. INT. IV. 22/2003

Brasília, 1º de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ofício nº 768/2003

Brasília-DF 16 de outubro de 2003

A Sua Excelência o Senhor

Deputado João Paulo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília-DF

Assunto: Frente Parlamentar Mista das Indústrias
Têxteis, de Confeções e de Moda

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me á
presença de Vossa Excelência para comunicar que, atéa presente data, já obtivemos a adesão de 90 (noventa)
Deputados e de 12 (doze) Senadores, consoante rela-
ções anexas, em apoio à Frente Parlamentar Mista das
Indústrias Têxteis, de Confeções e de Moda.2. Para prosseguimento de nossos trabalhos,
solicito o apoio da Presidência da Câmara dos Depu-
tados às ações a serem desenvolvidas pela referida
Frente, iniciando-se esse apoio pelo seu registro defi-
nitivo e a devida publicação nos jornais desta Casa.Colocando-me à disposição, renovo a Vossa
Excelência protestos de elevada estima e distinta
consideração.

Respeitosamente, – Deputado Ildéu Araujo.

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DE CONFECÇÕES E
DE MODA****TERMO DE ADESÃO****PCdoB**

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
DANIEL ALMEIDA	BA	317 / IV	10/09/2003

PDT

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ANDRÉ ZACHAROW	PR	737 / IV	04/09/2003
DR. HÉLIO	SP	734 / IV	18/09/2003
DR. RODOLFO PEREIRA	RR	546 / IV	03/09/2003

PFL

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
CARLOS NADER	RJ	917 / IV	02/09/2003
CORAUCI SOBRINHO	SP	460 / IV	03/09/2003
CORIOLOANO SALES	BA	832 / IV	02/09/2003
FERNANDO DE FABINHO	BA	904 / IV	02/09/2003
GERSON GABRIELLI	BA	439 / IV	10/09/2003
JOÃO BATISTA	SP	962 / IV	03/09/2003
MARCONDES GADELHA	PB	214 / IV	01/09/2003
NEY LOPES	RN	326 / IV	01/09/2003
PAES LANDIM	PI	648 / IV	28/08/2003
PAUDERNEY AVELINO	AM	260 / IV	30/09/2003
PAULO MARINHO	MA	921 / IV	01/09/2003
REGINALDO GERMANO	BA	310 / IV	16/09/2003
ROBERTO PESSOA	CE	607 / IV	02/09/2003
ROGÉRIO TEÓFILO	AL	416 / IV	27/08/2003
ZELINDA NOVAES	BA	312 / IV	06/10/2003

PL

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ALMEIDA DE JESUS	CE	313 / IV	04/09/2003
ALMIR SÁ	RR	481 / III	19/09/2003
CARLOS MOTA	MG	739 / IV	09/09/2003
EDMAR MOREIRA	MG	606 / IV	04/09/2003
JAIME MARTINS	MG	333 / IV	04/09/2003
JOÃO LEÃO	BA	320 / IV	25/09/2003
MILTON MONTI	SP	328 / IV	19/09/2003

PMDB

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ADELOR VIEIRA	SC	441 / IV	02/09/2003
ALBERTO FRAGA	DF	321 / IV	25/09/2003
HERMES PARCIANELLO	PR	234 / IV	02/09/2003
JOSÉ DIVINO	RJ	586 / III	28/08/2003
LEANDRO VILELA	GO	574 / III	02/09/2003
LUIZ BITTENCOURT	GO	844 / IV	23/09/2003
MAURO BENEVIDES	CE	210 / IV	29/09/2003
MOACIR MICHELETTO	PR	478 / III	01/09/2003
NELSON BORNIER	RJ	576 / III	28/08/2003
OSVALDO BIOLCHI	RS	925 / IV	12/09/2003

PP

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
AUGUSTO NARDES	RS	936 / IV	02/09/2003
CELSO RUSSOMANNO	SP	756 / IV	25/09/2003
FRANCISCO TURRA	RS	801 / IV	03/09/2003
JOÃO PIZZOLATTI	SC	258 / IV	03/09/2003
LEODEGAR TISCOSKI	SC	254 / IV	28/08/2003
LEONARDO VILELA	GO	934 / IV	18/09/2003
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	819 / IV	28/08/2003
NELSON MEURER	PR	916 / IV	09/09/2003
RICARDO BARROS	PR	412 / IV	17/09/2003
ROBERTO BALESTRA	GO	219 / IV	02/09/2003
ZONTA	SC	366 / III	04/09/2003

PPS

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
AGNALDO MUNIZ	RO	833 / IV	02/09/2003
COLBERT MARTINS	BA	319 / IV	02/09/2003
GERALDO RESENDE	MS	905 / IV	29/09/2003
JOÃO HERRMANN NETO	SP	913 / IV	04/09/2003
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	938 / IV	28/08/2003

PRONA

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
AMAURO ROBLEDO GASQUES	SP	354 / IV	02/10/2003
ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	SP	446 / IV	13/10/2003
ILDEU ARAUJO	SP	382 / III	25/08/2003
PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	SP	672 / III	29/08/2003
VANDERLEI ASSIS	SP	935 / IV	03/09/2003

PSB

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ALMERINDA DE CARVALHO	RJ	216 / IV	02/09/2003
DR. EVILÁSIO	SP	454 / IV	03/10/2003
GILBERTO NASCIMENTO	SP	910 / IV	02/09/2003
GONZAGA PATRIOTA	PE	430 / IV	01/09/2003
RENATO CASAGRANDE	ES	662 / IV	03/09/2003

PSDB

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ARNON BEZERRA	CE	413 / IV	29/08/2003
ÁTILA LIRA	PI	640 / IV	23/09/2003
BISMARCK MAIA	CE	622 / IV	29/08/2003
CARLOS ALBERTO LERÉIA	GO	830 / IV	01/09/2003
EDUARDO BARBOSA	MG	540 / IV	08/09/2003
GONZAGA MOTA	CE	636 / IV	29/08/2003
JOVAIR ARANTES	GO	504 / IV	12/09/2003
JUIZA DENISE FROSSARD	RJ	330 / IV	09/09/2003
ROMMEL FEIJÓ	CE	506 / IV	28/08/2003
RONALDO DIMAS	TO	943 / IV	03/10/2003
SALVADOR ZIMBALDI	SP	538 / IV	01/09/2003
VITTORIO MEDIOLI	MG	754 / IV	04/09/2003
WALTER FELDMAN	SP	585 / III	23/09/2003
YEDA CRUSIUS	RS	956 / IV	01/09/2003

PT

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ANTONIO NOGUEIRA	AP	426 / IV	10/09/2003
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PR	428 / IV	18/09/2003
PATRUS ANANIAS	MG	578 / III	27/08/2003
VICENTINHO	SP	740 / IV	15/10/2003
ZICO BRONZEADO	AC	760 / IV	05/09/2003

PTB

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
ALEX CANZIANI	PR	842 / IV	19/09/2003
CARLOS DUNGA	PB	236 / IV	04/09/2003
DR. FRANCISCO GONÇALVES	MG	302 / IV	14/10/2003
FÉLIX MENDONÇA	BA	912 / IV	01/10/2003
JOSUÉ BENGTON	BA	305 / IV	03/09/2003
MARCUS VICENTE	ES	362 / IV	10/09/2003
NEUTON LIMA	SP	509 / IV	14/10/2003
ROMEU QUEIROZ	MG	250 / IV	28/08/2003

PV

DEPUTADO	UF	GAB / ANEXO	ADESÃO
JOVINO CÂNDIDO	SP	238 / IV	10/09/2003

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DE CONFECÇÕES E DE MODA**TERMO DE ADESÃO****PFL**

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
EFRAIM MORAIS	PB	21 / Ala Alexandre Costa	16/09/2003
HERÁCITO FORTES	PI	01 / Ala Afonso Arinos	09/09/2003
JOÃO RIBEIRO	TO	05 / Ala Teotônio Viela	09/09/2003
ROMEU TUMA	SP	13 / Ala Afonso Arinos	24/09/2003

PL

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
MAGNO MALTA	ES	05 / Ala Alexandre Costa	25/09/2003

PMDB

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
NEY SUASSUNA	PB	02 / Ala Ruy Carneiro	22/09/2003
ROMERO JUCA	RR	12 / Ala Afonso Arinos -	27/08/2003
SÉRGIO CABRAL	RJ	02 / Ala Afonso Arinos	02/09/2003

PPS

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	10 / Ala Afonso Arinos	10/09/2003

PT

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
PAULO PAIM	RS	Anexo I - 2º andar - sala 4	10/09/2003
SERYS MARLY SLHESSARENKO	MT	07 / Ala Filinto Muller	15/10/2003

PTB

SENADOR	UF	GABINETE / ANEXO	ADESÃO
DUCIOMAR COSTA	PA	04 / Ala Filinto Muller	11/09/2003

Publique-se.Em 20-10-03.- João Paulo Cunha,
Presidente.

Em vão, comuniquei ao Sr. Ministro, nos termos do Ofício 475/03 - Gab, que as informações prestadas não atendiam ao nosso pleito, relatando as razões ilegais e antiprocedimentais a respeito, dentre outras, da contratação da empresa SIGEP, da falta de projeto básico, da parceria entre ente público e privado e da falta de homologação do INMETRO, solicitando ao final que determinasse imediatamente a anulação da concorrência e a rescisão do Contrato PG-004/99-00, por ferir frontalmente a Lei nº 8.666/93, além da Constituição Federal.

Agora as demandas alcançaram a imprensa falada, escrita e televisada, sem que qualquer providências tenha sido tomada no sentido da regularização da situação.

Com relação a essas denúncias contra o Ministério dos Transportes que estão sendo veiculadas pela imprensa, sobretudo pela revista ISTOE, é preciso dizer que, de fato, coisas muito graves e que exigem apuração estão ocorrendo naquele ministério.

É lamentável, Senhor Presidente, o comportamento do ministro Anderson Adauto, indicado pelo vice-presidente da República, um homem digno da confiança do povo brasileiro, e também pelo Partido Liberal, um partido da base aliada do governo Luiz Inácio Lula da Silva, que tantos serviços tem prestado ao Brasil, sobretudo nesses momentos em que a esperança tem vencido o medo.

É um desempenho incompatível com os novos momentos de mudança, de moralidade, de honestidade no trato dos assuntos públicos que o governo Lula quer imprimir ao seu governo.

Essa área do trânsito, é uma área em que já tive a oportunidade de trabalhar. Como especialista de trânsito e também como Secretário Nacional de Trânsito e sobretudo como estudioso do tema, sei muito bem que essa é uma questão sensível para o progresso e o desenvolvimento do país, e acima de tudo de segurança para a população, que está reclamando mais segurança em nossas estradas. A população brasileira tem uma exigência que deve ser cumprida: a diminuição dos acidentes nas estradas pelo Brasil afora, em que anualmente são ceifadas milhares de vítimas da má administração e da negligência, coisas que este governo quer combater e eliminar. E que, com toda a certeza, vai de fato conseguir fazer.

Tenho certeza, Senhor Presidente, de que este governo não tolerará esse tipo de comportamento de um Ministro de Estado, um comportamento lesivo ao Patrimônio Público, um comportamento, ao que tudo indica (e as apurações isentas o revelarão), conivente com ilícitos e indulgente com a distribuição de propinas.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2003. _
Deputado Gonzaga Patriota, PSB/PE.

Defiro a retirada do Requerimento nº
1.146/2003 (RICD, art 114, inciso V) Publique-se

Em 20-11-03. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Of. Nº 31/GABJQ

Brasília, 11 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, comunico a Vossa

Excelência a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, com o objetivo precípuo de garantir apoio para o prosseguimento das pesquisas realizadas naquela região por cientistas, brasileiros, em face dos compromissos internacionais assumidos pelo país no Tratado Antártico, do qual é signatário.

Outrossim, informo que foram colhidas 149 assinaturas ao Termo de Adesão por parte dos deputados e que a Frente ficará composta pelos seguintes parlamentares:

Jair Bolsonaro
Júlio Delgado
Wellington Roberto
Alberto Fraga
Wagner Rubinelli
Leonardo Picciani

Cabo Júlio
Almerinda de Carvalho
Coronel Alves
Vanessa Grazziotin
Júlio Semeghini
Medeiros

Certo de poder contar com sua especial atenção e valioso apoio para o pleno êxito desta iniciativa, aproveito o ensejo para reiterar votos de elevada estima.

Respeitosamente, – Josias Quintal, Coordenador.

Publique-se.

Em 11-12-03. – João Paulo Cunha,
Presidente.

OF.MO.995/03

Ofício nº 727/2003

Brasília, 9 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho à presença de Vossa Excelência para comunicar que no dia 20 de agosto de 2003, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa das Santas Casas de Misericórdia, hospitais e entidades filantrópicas na área da saúde, de característica suprapartidária e de âmbito nacional, com o objetivo de estimular e proteger os interesses sociais e econômicos dessas entidades.

Neste sentido, encarecemos os préstimos de Vossa Excelência para que seja incluída na home page da Câmara dos Deputados.

No aguardo da costumeira atenção, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. – Deputado Marcelo Ortiz, Vice-Líder do PV.

Publique-se.

Em 9-12-2003. – João Paulo Cunha,
Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA
RURAL

Ofício nº 724/2003

Brasília, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação do PL nº 1.847/03

Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 1.847/03 por este órgão técnico.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado Waldemir Moka
– PMDB/MS, Presidente.

Publique-se.

Em 9-12-2003. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Brasília, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Apreciação do PL nº 5.401/01

Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 5.401/01 por este órgão técnico.

2. Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, – Deputado Waldemir Moka
– PMDB/MS, Presidente.

Publique-se.

Em 9-12-2003. – João Paulo Cunha,
Presidente.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

OF.CCTCI-P/348/2003

Brasília, 27 de novembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que as denúncias de desrespeito à legislação vigente quanto à autorização para execução de serviço de radiodifusão por parte da Rádio Cidade FM (Associação Cidade Cidadã Santafesulense, Cultural e Comunicação Social), em Santa Fé do Sul – SP, encaminhadas pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), foram enviadas à Anatel para as providências cabíveis.

Aproveitando a oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente, – Deputado Corauci Sobrinho,
Presidente.

Publique-se. Arquite-se.

Em 9-12-2003. – João Paulo Cunha,
Presidente.

Defiro. **Publique – se.** Ao Sr. Diretor – Geral.

Em 16 – 9 – 2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Exmº Sr. João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Exmº Sr.

Comunico à V. Exª que foi instalada a Frente Parlamentar Mista de Educação a Distância, com o apoio dos Srs. Senadores e Deputados Federais listados em anexo, bem como sua diretoria, que estará desenvolvendo as atividades pertinentes a essa Frente Parlamentar Mista.

Contando com sua prestimosa colaboração desde já agradecemos o apoio.

Atenciosamente, – **Irapuan Teixeira**, Deputado Federal – Prona/SP.

ANEXOS

Composição da Diretoria;
Lista de Senadores e Deputados Federais apoiadores;
Explicação de Objetivos.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Presidente de Honra: Senador
Bispo Marcelo Crivela
Presidente Executivo: Deputado Prof. Irapuan Teixeira,
Vice – presidente:, Deputado Eduardo Gomes
Secretário Geral: Deputada Zelinda Novaes
2º Secretário: Deputada Kelly Moraes
Tesoureiro Geral: Deputado Vanderlei Assis
2º Tesoureiro: Deputado Dr. Francisco Gonçalves
Diretor Interinstitucional: Deputado Ildeu Araújo

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Membros

Senador Bispo Marcelo Crivela
PL/RJ Gabinete 3
Senador Pedro Simon
PMDB/RS Gabinete 03/ao
Senador Efraim Morais
PFL/PB Gabinete 21
Senador Roberto Saturnino
PT/RJ Gabinete 11
Deputado Prof. Irapuan Teixeira
PRONA/SP Gabinete 672 anexo III

Deputado Eduardo Gomes
PSDB/TO Gabinete 950 anexo IV
Deputada Kelly Moraes
PTB/RS Gabinete 714 anexo IV
Deputada Zelinda Novaes
PFL/BA Gabinete 312 anexo IV
Deputado Vanderlei Assis
PRONA/SP Gabinete 935 anexo IV
Deputado Dr. Francisco Gonçalves
PTB/MG Gabinete 302 anexo IV
Deputado Ildeu Araújo
PRONAISP Gabinete 382 anexo III
Deputado Leandro Mattos
PV/MG Gabinete 914 anexo IV
Deputado Jamil Murad
PCdoB/SP Gabinete 437 anexo IV
Deputado Neucimar Fraga
PL/ES Gabinete 901 anexo IV
Deputado Walter Feldman
PSDB/SP Gabinete 585 anexo III
Deputado João Fontes
PT/SE Gabinete 256 anexo IV
Deputado Reginaldo Germano
PFL/BA Gabinete 310 anexo IV
Deputado Onyx Lorenzoni
PFL/RS Gabinete 374 anexo III
Deputado Costa Ferreira
PFL/MA Gabinete 852 anexo IV
Deputado Moroni Torgan
PFL/CE Gabinete 445 anexo IV
Deputado Carlos Willian
PSC/MG Gabinete 372 anexo III
Deputado Renato Cozzolino
PSC/RJ Gabinete 375 anexo III
Deputado Zonta
PP/SC Gabinete 366 anexo III
Deputado Erico Ribeiro
PP/RS Gabinete 741 anexo IV
Deputado Pedro Henry
PP/MT Gabinete 829 anexo IV
Deputado Celso Russomanno
PP/SP Gabinete 756 anexo IV
Deputado Carlos Alberto Leréia
PSDB/GO Gabinete 830 anexo IV
Deputado Paulo Kobayash
PSDB/SP Gabinete 727 anexo IV
Deputada Perpétua Almeida
PCdoB/AC Gabinete 625 anexo IV
Deputado Promotor Afonso Gil
PCdoB/PI Gabinete 370 anexo III
Deputado Arnaldo Faria de Sá
PTB/SP Gabinete 929 anexo IV

Deputado Paulo Baltazar
PSB/RJ Gabinete 515 anexo IV
Deputado Edmar Moreira
PL/IMG Gabinete 606 anexo IV
Deputado Coronel Alves
PL/AP Gabinete 419 anexo IV
Deputado Nilson Mourão
PT/AC Gabinete 378 anexo III
Deputado Zico Bronzeado
PT/AC Gabinete 760 anexo IV
Deputado Vicentinho
PT/SP Gabinete 740 anexo IV
Deputado Leonardo Monteiro
PT/MG Gabinete 922 anexo IV
Deputado André Zacharon
PDT/PR Gabinete 737 anexo IV
Deputado Elimar Máximo Damasceno
PRONA/SP Gabinete 446 anexo IV
Deputado Amauri Robledo Gasques
PRONA/SP Gabinete 354 anexo IV
Deputado Jovino Candido
PV/SP Gabinete 238 anexo IV
Deputado Edson Duarte
PV/BA Gabinete 535 anexo IV
Deputado Jefferson Campos
PMDB/SP Gabinete 341 anexo IV
Deputado Alberto Fraga
PMDB/DF Gabinete 321 anexo IV
Deputado José Ivo Sartori
PMDB/RS Gabinete 927 anexo IV
Deputado Mendes Ribeiro Filho
PMDB/RS Gabinete 222 anexo IV
Deputado Dr. Pinotti
PMDB/SP Gabinete 525 anexo IV
Deputado Vieira Reis
PMDB/RJ Gabinete 352 anexo IV
Deputado André Luiz
PMDB/RJ Gabinete 858 anexo IV
Deputado Ney Lopes
PFL/RN Gabinete 326 anexo IV
Deputado Deley
PV/RJ Gabinete 432 anexo IV
Deputada Maria Helena
PMDB/RR Gabinete 909 anexo IV
Deputada Sandra Rosado
PMDB/RN Gabinete 690 anexo IV
Deputado Washington Luiz
PT/MA Gabinete 543 anexo IV
Deputado Welinton Fagundes
PL/MT Gabinete 523 anexo IV

Deputado Vieira Reis
PMDB/RJ Gabinete 352 anexo IV
Deputada Selma Schons
PT/PR Gabinete 825 anexo IV
Deputado Arlindo Chinaglia
PT/SP Gabinete 706 anexo IV
Deputado Alceu Collares
PDT/RS Gabinete 807 anexo IV
Deputado Fernando Gonçalves
PTB/RJ Gabinete 272 anexo III
Deputado Gonzaga Patriota
PSB/PE Gabinete 430 anexo IV
Deputado Josué Bengtson
PTB/PA Gabinete 305 anexo IV
Deputado Bernardo Ariston
PMDB/RJ Gabinete 710 anexo IV
Deputado Inácio Arruda
PCdoB/CE Gabinete 582 anexo III
Deputado Milton Barbosa
PFL/BA Gabinete 422 anexo IV

**GABINETE DO DEPUTADO PROF. IRAPUAN
TEIXEIRA – PRONA – SP**

Frente Parlamentar Mista de Educação a Distância – FPM – EAD

Apresentada em Plenário da Câmara dos Deputados em 3 de setembro de 2003

Objetivo

O objetivo da criação, desenvolvimento e aplicabilidades dos estudos da Frente Parlamentar Mista de Educação a Distância é para oportunizar o aperfeiçoamento, destacar a qualidade e solidificar a legislação pertinente a esta nova e importante modalidade de ensino, já aprovada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e promulgada em 23 de dezembro de 1996, cognominada de LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, viabilizando os anseios da população pela participação nas novas oportunidades de desenvolver em seus estudos, por meio da EAD – Educação a Distância, adequada a resolução das dificuldades heterogêneas, das dinâmicas diferenciadas dos estudos aplicados, da acessibilidade aos custos reais, as adaptações às verdadeiras disponibilidades do cidadão ao novo sistema educacional em relação as suas obrigações familiares e empresariais, a liberdade de escolha das formas de estudo e pesquisas globalizadas, cujas características não conflitam, nem são diferenciadas em relação aos mesmos objetivos qualitários estudos presenciais.

Deve – se ressaltar que desde os primórdios da educação, independentemente de seus sistemas, metodologias ou modalidades, nunca houve ensino pre-

sencial exclusivo, ou independente, pois os estudos que se mostram ser desenvolvidos na escola, sempre são desenvolvidos, paralelamente, em casa, nas reuniões de grupos, ou atividade de pesquisas individuais, nas vivências práticas, justificadas, hoje, pela educação holística, identificada nos recentes estudos em congressos Internacionais, originados da França e desenvolvidos em muitos outros congressos internacionais de educação, que explana e justifica a existência da assimilação de ensinamentos do educando, durante todos os momentos e atos que se vivencia, seja pela prática pessoal, pela informação global, pelas situações formais que se enfrenta, pelo acesso e leitura de muitos livros e suas assimilações, além das grandes e constantes participações em discussões da vida, ocorridas em todos os níveis e momentos, além das mais diversas informações captadas pelos meios modernos de comunicação nacional e internacional.

Busca – se a integração das informações da legislação, dos sistemas, dos órgãos, associações, empresas, Instituições, mais de comunicação educadores e educandos, nunca desmerecendo as realizações já ocorridas e aqueles em desenvolvimento. A FPM – EAD se relacionará com todos, em todo o país e buscará consenso, privilegiará a legislação e suas determinações mais rápidas e definidas, oportunizando realizações concretas.

A base para toda esta realização será política com o apoio direto de mais de 200 Deputados Federais e mais de 20 Senadores Federais da República, já aderidos, oficialmente, a esta magnífica missão para a solificação de um dos segmentos educacionais mais importantes para o país.

Já são, hoje, dezenas de milhares de pessoas integradas a nova modalidade de ensino da Educação a Distância, número cada vez mais crescente de forma geométrica, envolvendo outros milhões de educadores, contingente este ainda considerado contraído, devido a grande potencialidade do EAD ainda limitada, refreada e depreciada, substancialmente, devido as diversas publicações nacionais pejorativas, resultantes da limitação das informações completas, definidas e consubstanciadas em seus aspectos legais e educacionais, oriundas das bases educacionais ou mesmo das ações negativas de defesas corporativas exacerbadas aplicadas por interessados na inibição desta modalidade de ensino. Falta a união da estrutura educacional objetivada com as orientações completas e verdadeiras, baseada nas leis

específicas vigentes, provenientes de todos os órgãos governamentais responsabilizados pela educação em pauta. Observa – se que, continuamente, as informações são divulgadas de forma aleatória e incompleta, aos brasileiros interessados no desenvolvimento desta legal e qualitativa modalidade de ensino,

criando mal estar para o próprio interessado e multiplicando o contingente de mal informados, com reflexos negativos para EAD.

Justificativas quanto a EAD

Temos a certeza de que, ao chamarmos a pauta do assunto referência, envolve – se a educação do povo como um todo, pois esta é abrangente, quer queira ou não, à família, ao emprego, a empresa, as pesquisas constantes, conseqüentemente, a comunidade brasileira diretamente interessada.

A Educação a Distância é contemplada legalmente pelo art. 80 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e aplicada em vários dos segmentos da mesma lei, em relação aos diversos níveis de ensino e áreas de estudo com extensão e muitas outras situações nacionais. Seu texto, nesta explanação, é importante para o domínio de conhecimento e plenitude de suas aplicabilidades:

“Art. 80 O Poder Público (MEC) incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”

A definição objetiva da Educação a Distância aplica – se ao conjunto de métodos técnicos e recursos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e motivação suficiente, para que, em regime de auto – aprendizagem, possam adquirir conhecimentos a qualquer nível e melhor desenvolvimento educacional e profissional. Baseia – se nesta tese, comprovada por experiências educacionais que qualquer estudante, a quem não falte alguma base de estudos e de interesse próprio na aquisição de conhecimentos mais avançados, possa aprender por si próprio, sem se postular a presença em relação direta do professor/aluno, sem qualquer alijamento do docente no processo específico, desde que seja fornecido a este estudante, adequados elementos instrucionais de educação para o embasamento pretendido, por meio de elementos didáticos consultivos, associados aos amplos estudos de cada elemento curricular, nos projetos pedagógicos, exigido na sua formação.

A Educação a Distância é praticada, qualitativa e quantitativamente, em todo o mundo. Existem centenas de Universidades americanas, inglesas e espanholas, por exemplo, com cerca de 200.000 alunos ativos, cada uma, além de muitas outras instituições de Ensino e também, em outros níveis de ensino, em muitos outros países, com uma educação forte, lícitas nas leis, lícitas na preparação de seus educadores e educador, lícitas na consecução e fortalecimento da cultura dos seus povos. Visões como esta despertam um interesse para um Brasil que podemos dizer re-

presentar um continente, pela sua extensão geográfica e populacional. São 180 milhões de habitantes, residentes em cerca de 7.000 municípios, sequiosos de uma educação séria, palpável, verdadeira e natural, à altura das nossas necessidades e merecimento.

Esta forma de Educação disposta pela Educação a Distância reabre a concorrência sadia para todos, para o alcance do emprego natural, para o desenvolvimento social brasileiro, oportunizando a busca da erradicação do analfabetismo pela otimização do preparo de educadores em todos os municípios, principalmente aquele do interior que, naturalmente, poderão estar à frente de tal objetivo, considerando as suas necessidades mais latentes.

Estamos conscientes de que a FPM – EAD poderá cumprir, com competência e transparência, esta excepcional missão na área da Educação Brasileira, em especial na Educação a Distância, em todos e quaisquer de seus segmentos, áreas, níveis, nacional e internacional, considerada um grande avanço na preparação e aperfeiçoamento dos educadores e educandos, com grande destaque aos segmentos profissional/ empresarial deste País.

A comunidade de estudantes brasileiros, principalmente do ensino médio e superior, está sequiosa pelo desenvolvimento desta expressiva modalidade de ensino, organizada, legislada em toda a sua plenitude, qualitativa e sem as interferências negativas corporativas. A veiculação nacional destes projetos considerados de alta relevância irá impulsionar o EAD em todo o País e projetá-lo para um futuro concreto, verdadeiro e palpável, fazendo com que os sonhos, se transformem em realidade. A FPM – EAD visa colaborar com a concretização deste objetivo educacional, cojuminando legalidade de suas ações, a confiança dos seus pares e a inteligência das atitudes neste processo educacional, comparando suas decisões como as de um árbitro eficiente e capaz de gerir uma competição de vida em toda sua plenitude.

Justificativa sobre as Vantagens para a Existência da EAD

Iniciando o tema temos a necessidade organizacional de apresentar as áreas de ensino em que a EAD pode e deve ser aplicada, considerando a LDBEN. Estes níveis de ensino mostram – se num crescimento, vistas as suas aplicabilidade.

- Ensino Fundamental (5ª série a 8ª série)
- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Ensino Superior Sequencial – Específico
- Ensino Superior Graduação – Bacharelado e Licenciatura
- Ensino Superior Pós – Graduação Lato Sensu
- Mestrado Profissionalizante

Mestrado Acadêmico

Doutorado

Pós _ Doutorado

Temos como base das vantagens de participação do estudante na Educação a Distância, os seguintes pontos:

– O estudante poderá estudar, sem frequência presencial, na sua própria cidade e ou em casa, tendo obrigações presenciais somente para avaliações e encontros periódicos sazonais que deverão constar nos projetos pedagógicos dos cursos autorizados.

– A Educação a Distância será aplicada por Instituições Brasileiras (estas quando autorizadas pelo MEC). No caso de estudos desenvolvidos no exterior (matrículas feitas nas Instituições Estrangeiras, não atuantes presencialmente no Brasil) seus diplomas, terão a necessidade legal da revalidação ou reconhecimento da titulação conquistada, principalmente por cidadãos brasileiros, a serem requeridos nas Universidades Brasileiras, de acordo com a legislação, e não no MEC, como muitos pensam e divulgam, erroneamente. Cada Universidade Brasileira tem de se estruturar para receber estes requerimentos e analisá-los de acordo com as leis.

– Os alunos poderão ter o apoio instrucional de livros adotados, vídeos, cdroms e outros materiais virtuais globalizados, indicados pelas instituições de ensino para o desenvolvimento do seu processo educacional.

– A dinâmica do tempo de estudo dos estudantes e suas características benéficas de estudo individualizado.

– Os estudantes poderão ter à sua disposição, supervisão tutorial individualizada.

– Os estudantes poderão ter Ficha Individual Virtual (Internet) para os seus contatos diretos, com às Instituições e acompanhamento da suas performances educacional.

– As avaliações são legalmente projetadas para serem realizadas presencialmente e/ou completamente a distância, quando previstas em seus projetos metodológicos.

– Os diplomas emitidos terão validade nacional, como determina a lei

– O estudante não necessita de “abandonar” o seu emprego ou se “afastar” da fa-

mília, para estudar em outros centros, distantes de suas cidades de origem.

Caberá ao FPM – EAD articular, buscar o consenso de seus pares na visualização de suas verdadeiras necessidades e aplicabilidade de suas orientações, numa visão direta do atendimento aos estudantes do País e necessariamente, também no benefício das instituições envolvidas. Entendemos que uma Instituição coerente desenvolvendo seus trabalhos com correção, produtividade e competência, valorizará educadores, educandos e os objetivos âncora da educação nacional.

Legalidade e Legitimidade

A legislação brasileira educacional legitima a Educação a Distância de forma clara e inofismável.

– Lei nº 9.394/96 – de 20 de dezembro de 1996, promulgada e publicada em 23 de dezembro de 1996.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

– Art. 80 – Estabelece a Educação a Distância no Brasil em todas as áreas de estudos e níveis de ensino.

– Art. 48 – Estabelece os procedimentos de revalidação e reconhecimento dos diplomas estrangeiros, no âmbito das universidades brasileiras, principalmente quando conquistados pelos cidadãos brasileiros em instituições de ensino superior de outros países, não atuantes em solo brasileiro, respeitados os acordos culturais aprovados pelo Congresso Nacional.

Acentua – se que outras leis, reservam o direito de reconhecimentos de diplomas de outros níveis de ensino, desdobrados em Resoluções e Pareceres, o que vêm, ainda mais, ratificar a legalidade da Educação a Distância.

A FPM – EAD virá corroborar com a sistematização natural da legislação pertinente com vistas ao melhor desenvolvimento da educação pretendida, alargando os horizontes daqueles inseridos neste projeto magnânimo.

Deve – se ressaltar que a preocupação de todos que militam nesta área é a falta da aplicabilidade real das leis, como se houvesse uma necessidade imperiosa da promulgação de nova lei, de importância vital, obrigando – se que “todas as leis devem ser integralmente cumpridas”.

Deve – se ressaltar que os próprios gestores da educação, reincidamente, têm emitido Pareceres, Resoluções, Circulares, em cuja hierarquia jurídica, parece – nos não compactuar com as leis principais,

criando confusões e muitas das vezes, descrédito dos educadores, educandos e Instituições no País.

Apresentamos abaixo uma das decisões do STJ que ratificam os procedimentos para a aplicabilidade de todos:

É certo que o que obriga é a lei (art. 5º, II da Carta Magna – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei). “A expressão lei federal estão compreendidas apenas a lei, o decreto, o regulamento e o direito estrangeiro; não se incluem a portaria, a resolução, a instrução normativa, a circular, o ato normativo, o regimento interno dos tribunais e o provimento da OAB”.

(STJ – RT nº 698/223) – Revista do Direito Educacional – 11, nº 64, pág. 43.

Justificativas Quanto às Ações da FPM – EAD, Junto à Gestão Governamental

A FPM – EAD, por natureza, não busca conflitar as pessoas, órgãos, Associações, Empresas, Instituições Educacionais nem deseja se mostrar contrária às suas competências privadas ou governamentais. A FPM – EAD propõe – se liderar e desenvolver trabalhos mais aprofundados para valorizar a Educação e em especial a Educação a Distância, integrando – se com todas, principalmente com o Ministério da Educação, em consonância direta com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, considerando a expressão política de seus membros Deputado Federal e Senador Federal, membros de relevância desta missão.

A FPM – EAD é criada para ajudar este processo educacional no Brasil, apoiar a população, as Instituições, as Empresas e as Associações, enfim, ao próprio governo, a quem, direta ou indiretamente, pertencemos. Queremos que as idéias, devidamente selecionadas, sejam encaminhadas e defendidas, até às suas possíveis aplicações, desenvolvidas por pessoas esclarecidas, preparadas, tituladas e com a devida sensibilidade para os assuntos pertinentes, sem que nos limitemos a escutar sugestões e a trabalhar com quaisquer segmentos da sociedade educacional brasileira.

A Educação Brasileira, agora, também, personalizada com a Educação a Distância, repetimos, é altamente magnânima, vistos todos os objetivos macros educacionais projetados para este País continental. Não podemos, nem devemos, criar obstáculos desnecessários, proferir discursos sem aplicabilidades ou até mesmo silenciarmos, em quaisquer das condições, cujas consequências venham prejudicar, diretamente, a comunidade educacional do País, em destaque o EAD.

A FPM – EAD estará concitando pessoas da comunidade, Instituições, Associações, Empresas, oferecendo oportunidade para discussões e reclamações construtivas, buscando soluções compatíveis, possíveis e realistas, adequadas ao processo educacional pretendido.

O Governo tem dispendido atenção a EAD, criando meios e formas, por meio de suas leis, para o funcionamento de novas Instituições, diretamente atuantes em EAD, mas parece, ainda restringindo a atuação organizacional pública, olvidando as Instituições Privadas, quando o MEC é o gestor da educação nacional, seja pública ou privada.

Temos neste País dezenas de milhares de Instituições Educacionais, envolvendo os diversos níveis de ensino, sejam públicas ou privadas, todas oportunizadas, com o devido respaldo das leis, para realizarem atuais e futuros trabalhos com a EAD, após desenvolver e apresentar seus processos educacionais legais para aprovação prévia do MEC, com vistas às suas autorizações de funcionamento.

A FPM – EAD visualiza dar sustentação ao funcionamento legal e político, coerente com todos os objetivos educacionais, evitando que este processo de EAD, conquistado com tantas dificuldades, seja depreciado em quaisquer dos seus segmentos nacionais, oportunizando, a todos, as suas formações e aperfeiçoamento de seus estudos. Ratificamos a necessidade de participação de cada educando na EAD, por opção pessoal, para oportunizar a evolução de seus estudos acadêmicos e a valorização das suas atividades empresariais e profissionais.

Justificativa Quanto a Fiscalização da FPM – EAD

Toda estrutura democrática, pública ou privada, necessita de uma fiscalização intensa, com sensibilidade apurada e de acompanhamento ao processo de gestão com vistas ao crescimento, ao estabelecimento de qualidade e ao alcance dos bons resultados projetados.

A FPM – EAD quer exigir, dirigir, fiscalizar, oportunizar debates, criar seminários, encontros, exposições científicas para buscar consensos, com resultados inteligentes e qualitativos, “brigando” pelos interesses objetivados, junto com todos, com vistas a eficiência e a eficácia da operacionalidade sócio econômica educacional.

Conclusão

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal e Excelentíssimo Senhor Senador da República, suas participações são deveras importantes, sob quaisquer bandeiras, partidos ou Estados representados, projetando uma educação nacional democrática, engrandecida pela nossas efetivas presenças nesta FPM – EAD.

Temos a oportunidade de sonhar, como já dissemos, e esperar que o sonho da melhor educação se torne realidade, pois prevalecem os pesadelos aos sonhos, mas em momento algum, desistindo – se do nosso intento principal.

Todos os assuntos pertinentes a EAD no Brasil com informes internacionais complementares serão registrados na FPM – EAD, mas principalmente constituiremos uma pauta dos assuntos a serem discutidos com toda a comunidade envolvida na EAD, com soluções rápidas, obedecidas as correções éticas, administrativas, legais, educacionais, políticas e mais completas possíveis. A FPM – EAD contatará e consultará a todos para montagem desta pauta que terá o tamanho certo das necessidades da EAD no país.

A FPM – EAD usará de toda a sua competência, seriedade, energia e autoridade política para a concretização das suas responsabilidades e todos os convidados, independente dos membros aderentes já cômicos destas normas e da formalidade jurídica da FPM – EAD, deverão, desta exclusiva forma, se integrar para a eficácia dos trabalhos.

A assinatura de Vossa Excelência, confirmando sua adesão ao FPM – EAD, é considerado por nós, simbolicamente, como se o ilustre entrasse numa sala de aula, para que, da cátedra, pudesse dirigir-se a milhões de educandos e educadores brasileiros, ávidos das suas competentes orientações, de educação e de vida, sendo, notoriamente, o nome de V. Ex^a uma referência nacional.

Contamos com Vossa Excelência como um acirrado defensor da Educação e em especial da Educação a Distância, aplicada com seriedade e competência, que lhe é peculiar, do seu gabinete, através do seu partido e enfaticamente, às suas bases no seu Estado de origem.

Honra – nos ter Vossa Excelência como companheiro, diretamente interligado a FPM – EAD, a busca de soluções para o alcance de um ideal tão necessário, tão almejado e tão justo, ainda constantes dos sonhos de todos.

Sentimo – nos honrados em termos recebidos a responsabilidade para o cumprimento desta magnífica missão e mais honrados com a visão legítima de Vossa Excelência, para com os objetivos desta Frente, culminando com sua efetivação nesta FPM – EAD.

Publique-se.

Em, 16-9-03. – **João Paulo Cunha,**
Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 142, DE 2003

(Do Sr. Wellington Roberto e outros)

**Institui o Fundo de Combate ao
Câncer e Erradicação da Hanseníase.**

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Comissão de Minas e Energia: titular – Dep. Josias Quintal;

Respeitosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

Defiro. Publique-se.

Em 26-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF/A/PSB/715/103.

Brasília, 25 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília DF

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Paulo Marinho – PI/Ma para a vaga de titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Respeitosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

Defiro. Publique-se.

Em 26-9-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. Nº 399/2003

Brasília, 23 de setembro de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Informamos que em reunião realizada no dia 11-9-2003, foi escolhida a Coordenação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Aquicultura e Pesca, da qual fazem parte os parlamentares abaixo relacionados:

Titulares

Dr. Ribamar Alves – PSB-MA
Fátima Bezerra – PT/RN
Luiz Sérgio – PT/RJ
Mariângela Duarte – PT/ SP
Milton Barbosa – PFL/BA
Nelson Proença – PPS/RS
Odair – PT/ MG
Selma Schons – PT/PR
Terezinha Fernandes – PT/MA

Suplentes

Luiz Couto – PT/BA
Takayama – PSB/PR

Aproveitamos a oportunidade, para colocar nosso gabinete á disposição de Vossa Excelência.

Atenciosamente, – **Selma Schons** (PT/PR),
Pela coordenação.

Publique-se.

Em, 26-9-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003
(Da Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática)

**Requer a audiência da Comissão de
Ciência e Tecnologia, Comunicação e
Informática para o Projeto de Lei nº
1.503, de 2003.**

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, a audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para o Projeto de Lei nº 1.503, de 2003, que “altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, para implantar o registro de voto digital”.

Justificação

Esta Comissão aprovou, em 17 de setembro de 2003, Requerimento de minha autoria, que “Requer a audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para o Projeto de Lei nº 1.503, de 2003”.

O projeto de Lei 1.503, de 2003, modifica a lei eleitoral, substituindo a impressão do voto, procedimento já testado na última eleição, por novo tratamento das informações, que resulta no armazenamento eletrônico do voto individual. Trata-se de procedimento tipicamente de informática, pois tanto o equipamento da urna quanto seus programas de computador serão alterados, com implicações para o acompanhamento a ser efetuado pelos partidos e pela sociedade.

Agregue-se que a proposição em tela prevê a adoção de sistema de criptografia assimétrica para a proteção dos dados armazenados, o que tem implicações importantes para a política de uso da informática no País e para o fomento de sistemas de assinatura digital.

Uma adequada apreciação dessas mudanças requer, pois, exame de mérito dos aspectos técnicos, para o qual a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática configura-se como fórum desejado, em vista do disposto no art. 32, inciso II do Regimento Interno.

Ofício-Pres. nº 437/CEC

Brasília, 15 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 5.480/01

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 5.480/01, da EMC 01/2002 – CECD, dos PLs 5.573/2001, 6.009/2001, 6.128/2002, 6.710/2002, e 3.464/2004, apensados, do Sr. Osório Adriano, que “obriga bolsista de pós-graduação de instituições nacionais ao compromisso compensatório do investimento nacional em aperfeiçoamento intelectual”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado**, Presidente.

Publique-se. Arquite-se.

Em 24-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício-Pres. nº 438/CEC

Brasília, 15 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 4.238/04 Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a rejeição do Projeto de Lei nº 4.238/04, do Sr. Odair Cunha, que “altera o artigo 17 da Lei nº 9.394, de 1996”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado**, Presidente.

Publique-se. Arquite-se.

Em 24-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício-Pres. nº 441/CEC

Brasília, 15 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação do PL nº 4.604/04 Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a

rejeição do Projeto de Lei nº 4.604/04, do Sr. Pinotti, que ‘dispõe sobre a indicação de membros da Academia Nacional de Medicina para o Conselho Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Educação’ nas escolas das redes pública e privada”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado**, Presidente.

Publique-se. Arquite-se.

Em 24-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício-Pres. nº 442/CEC

Brasília, 15 de junho de 2005

Assunto: Publicação do PL nº 2.021/03 Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a aprovação, com substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.021/03, do Sr. Carlos Abicalil, que “dispõe sobre o conteúdo de filmes exibidos pelas empresas de transporte coletivo público”, para publicação da referida proposição e do parecer a ela oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Paulo Delgado**, Presidente.

Publique-se. Arquite-se.

Em 24-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO CARVÃO MINERAL

OF. FPM-Carvão Mineral nº 001/2005

Brasília, 13 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti,
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta,

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o muito cordialmente, temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que está sendo formada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, entidade civil sem fins lucrativos, de natureza política não ideológica e suprapartidária, de âmbito nacional e duração indeterminada, com o objetivo primordial de estimular e colaborar para a inclusão do carvão mineral como importante alternativa à matriz energética nacional.

Gostaríamos de contar com o apoio dessa Presidência com vista à instalação da referida Frente Parlamentar, a qual é apoiada pela totalidade dos par-

lamentares das Bancadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como por muitos Deputados e Senadores de outros estados da Federação. Seria uma honra, para nós, que o Ato de Instalação da Frente fosse um ato oficial dessa Presidência, contando, desta maneira, com a presença de Vossa Excelência e, conseqüentemente, com o apoio do Cerimonial da Câmara dos Deputados, no envio dos convites oficiais. Esperamos poder instalá-la no dia 9, 10, 16 ou 17 de agosto próximo, dependendo da agenda de Vossa Excelência.

A instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral é de fundamental importância, uma vez que o carvão mineral nacional tem registros de mais de um século, sem nunca ter tido uma política nacional planejada e plenamente implantada. A prova disto é que, nesse período, vivenciou constantes crises, ocasionadas por diversos motivos, não conseguindo, até hoje, sua inserção na agenda do Governo Federal como combustível para a geração de energia elétrica e matéria prima para o desenvolvimento industrial.

Face ao potencial das reservas de carvão (66,6% das reservas de combustíveis fósseis do Brasil), ao elevado impacto sócio econômico na geração de emprego e renda, causado pelo desenvolvimento desta atividade, dos reflexos positivos na balança de pagamentos e da segurança energética, por ser um combustível nacional, entendemos ser necessário e indispensável que o Governo Federal, ao incluí-lo em sua agenda, estabeleça para o carvão mineral nacional uma política clara, consistente e auto-sustentada.

Em vista do exposto, temos a certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral e, em especial, neste momento, através de sua colaboração para o ato de sua instalação.

Com os nossos antecipados agradecimentos. Atenciosamente, **Francisco Turra**, Deputado Federal PP/RS, **Yeda Crusius**, Deputada Federal PSDB/RS.

Publique-se. Arquite-se.

Em 24-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 2.853, DE 2005

(Do Sr. Celso Russomanno)

Requer informações a Senhora Ministra de Minas de Energia sobre operação

financeira realizada pelo Município de São Paulo – SP no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como nos termos do art. 115, inciso I, e do art. 116, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja solicitado a Senhora Ministra de Minas de Energia o fornecimento de informações detalhadas sobre as operações financeiras realizadas pelo Município de São Paulo – SP, durante a gestão da ex-Prefeita Municipal Marta Suplicy, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ).

Esclareço que motiva o presente Requerimento a comunicação – tornada pública – de que o Município de São Paulo teria, em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e sem observância do que dispõe a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, celebrado aditivo contratual, no valor de R\$ 27 milhões, pelo referido Programa RELUZ, fato cuja gravidade exige a atuação vigilante desta Casa Congregual, no cumprimento de sua missão constitucional de fiscalizar o uso das verbas federais, a fim de garantir o cumprimento da lei e resguardar os interesses da população brasileira.

Sala das Sessões, de de 2005. – Deputado **Celso Russomanno**.

Despacho

O presente requerimento de informação está de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O parecer, dispensado o relatório, em conformidade com o art. 2º, § 1º, do Ato da Mesa nº 11, de 1991, é **pelo encaminhamento**.

Primeira Vice-Presidência, de de 2005. – Deputado **José Thomaz Nonô**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Aprovação pelo Presidente, Dep. Severino Cavalcanti, **Ad Referendum** da Mesa, do relatório do Dep. José Thomas Nonô, pelo encaminhamento.

Em 23-6-2005

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 2.928, DE 2005

(Do Sr. Edson Duarte)

Solicita informações ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, sobre o posicionamento da delegação brasileira nas

Ofício nº 0344-L-PFL/05

Brasília, 16 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do Partido da Frente Liberal que integrarão a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 5.186, de 2005, do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”.

Titulares

Deputado **Cláudio Cajado**

Deputado **Chico Sardelli**

Deputado **José Rocha**

Atenciosamente, – Deputado **Rodrigo Maia**, Líder do PFL.

Publique-se.

Em 20-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 488/2005–CAPADR

Brasília, 15 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação do Projeto de Lei nº 2.455/03

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 2.455/03 por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Respeitosamente, Deputado **Ronaldo Caiado** – PFL/GO, Presidente.

Publique-se.

Em 20-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of.P– nº 164/2005

Brasília, 15 de junho de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Ofício de Publicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei Complementar nº 117/03, apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Presidente.

Publique-se.

Em 20-6-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Brasília/DF, 23 de fevereiro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Damos ciência a Vossa Excelência da criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Projeto Rondon, que reúne Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores de vários Estados e Partidos, preocupados com o reinício das atividades do Projeto Rondon, de modo a não sofrer descontinuidade, os signatários da presente, unem força para a implementação de políticas e instrumentos que possam conduzir essa lição de cidadania em favor do povo brasileiro.

Informamos ser o objetivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Projeto Rondon, apoiar políticas públicas, programas, projetos instrumentos e demais ações governamentais e não-governamentais, que promovam a ampliação e a racionalização do aproveitamento do segmento estudantil.

De acordo com os preceitos da Câmara dos Deputados, solicitamos que Vossa Excelência dê ciência ao Plenário, da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres pares a unirem-se aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – **Hamiltom Casara**, Deputado Federal.

Frente Parlamentar Mista em Defesa do projeto Rondon

MANIFESTO

Os Deputados e Deputadas Federais, as Senadoras e Senadores abaixo assinados, ex-integrantes, simpatizantes, admiradores e preocupados com o Projeto Rondon e

– considerando a disponibilidade, o espírito público, o voluntariado e a solidariedade do(a) estudante universitário brasileiro;

– considerando a necessidade dos estudantes em estagiar e aprimorar seus conhecimentos;

– considerando, a desigual distribuição de renda, que grassa no País, especialmente nas regiões norte e nordeste;



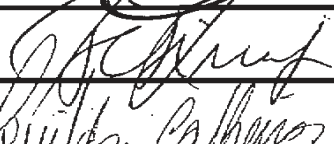
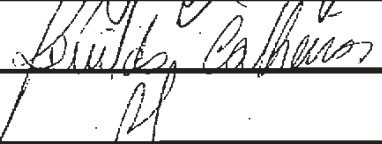
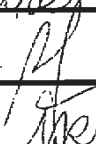

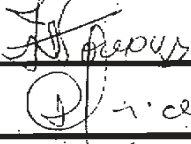
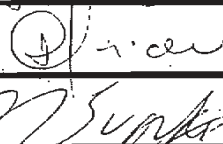
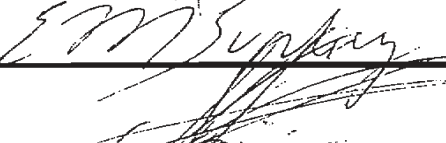

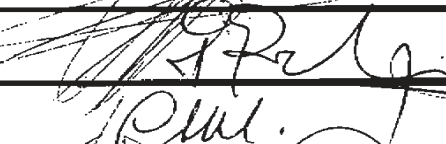



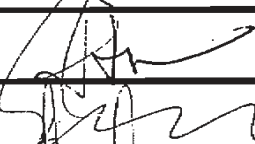
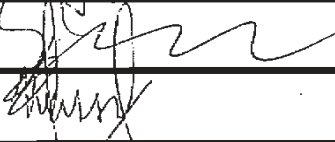
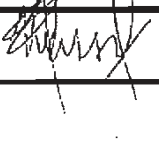
– considerando a reinício das atividades do Projeto Rondon;

Assumem o compromisso de atuar, conjuntamente com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, com

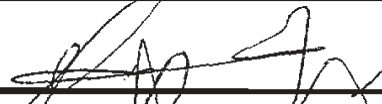
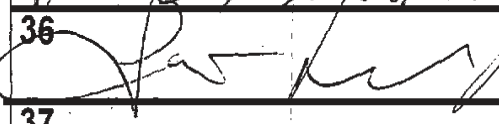
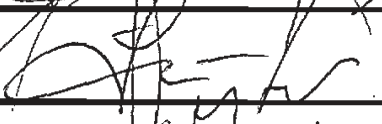






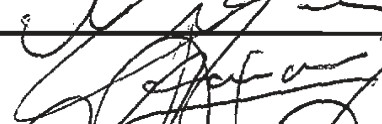

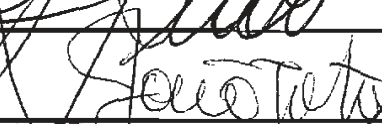
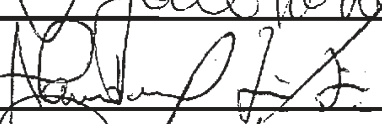
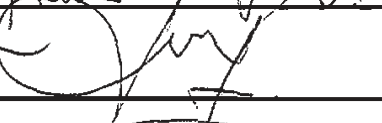
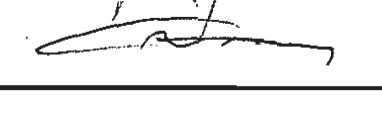

a sociedade civil, com as Universidades, Faculdades e Fundações, no apoio às políticas públicas, programas, projetos, ações e instrumentos, que promovam a ampliação e a racionalização das atividades do Projeto Rondon, símbolo de voluntariado, solidariedade e amor ao próximo.

Brasília/DF, 23 de Fevereiro de 2005.

Signatários da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Projeto Rondon.

NOME	ASSINATURA	GAB./PARTIDO
1 HAMILTON CASARI		342 / PL
2 JÚNIOR BETÃO		817 / PL
3 JOÃO CORREIA		358 / PMDB
4 Denildo Calheiros		356 - PCdoB
5 Roseana Sarney		- PFL/MA
6 Perpétua Almeida		625 / PCdoB
7 Zelinda Norões		312 PFL/BA
8 Fabiano Oliveira		
9 Eduardo Suplicy		PT/SP
10 Miguel de Souza		PL/RN
11 Paulo Rocha		PT/PA
12 José Carlos Almeida		PFL/BA PSC
13 Romário Maia		PFL/RJ
14 Jefferson Luis		PSD/AM
15 CARLOS MESQUITA JR		AC
16 Juvenio Bonuca		PSD/MS
17 MAURO PEREIRA		PT/SC

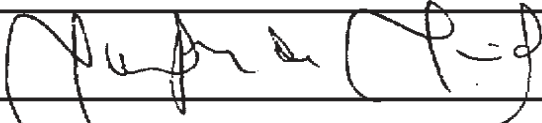
	NOME	ASSINATURA	GAB./PARTIDO
18	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	201 - PL
19	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	321 - PL
20	JOÃO PAULO R. SILVA	<i>[assinatura]</i>	933 - PL
21	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	818 - PL
22	CARLOS RODRIGUES	<i>[assinatura]</i>	613 - PL
23	Helena Silva	<i>[assinatura]</i>	350 - PL
24	Raimundo Santos	<i>[assinatura]</i>	809 PL
25	HUMBERTO <i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	580 - PL
26	IVALDO LEITÃO	<i>[assinatura]</i>	605 - PL
27	CORONEL ALVES	<i>[assinatura]</i>	
28	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	481
29	Admiral <i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	244
30	<i>[assinatura]</i>	BENI TRINTA	143
31	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	615
32	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	933
33	OLIVEIRA FILHO	<i>[assinatura]</i>	635
34	ERICO DE BRITTO	<i>[assinatura]</i>	833

	NOME	ASSINATURA	GAB./PARTIDO
35	ARACELY DE ARAÚJO		
36			PL BIA
37	JAINÉ MARTINS		PL/MG
38	Reinaldo Betão		P.L.R.-J. 63
39	Nellinton Lapundes		PL-MT-523
40	GOULART		PL-CE 567
41	Edmar Moreira		
42	SADU PISCANÇO		
43	MARIO ASSAD		PL-MG
44	SANDRO MABEL		
45	GIACOBINO		
46	JOÃO TOTA		
47	Wanderwal Santos		
48	João Mendes de Jesus		
49	Carlos Nader		
50			
51			

80
LEB

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

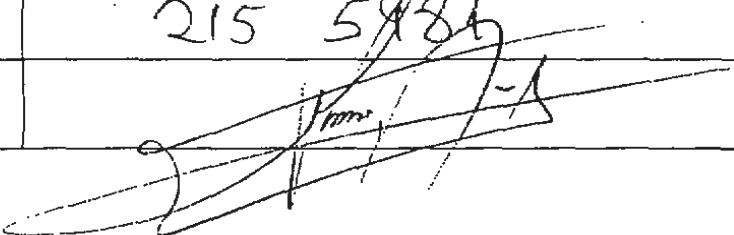
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Alcides Almeida
GABINETE	902
TELEFONE	215.5902
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

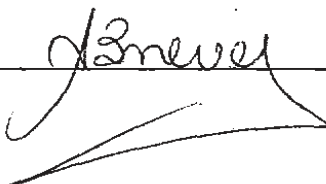
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	ALMIR SÁ
GABINETE	481
TELEFONE	215 5484
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

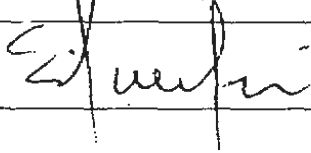
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Ana Alecar
GABINETE	958
TELEFONE	(61) 8163.9000
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

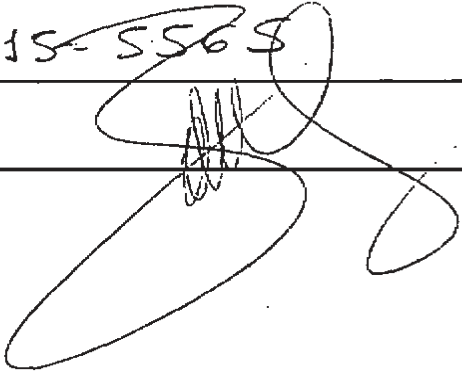
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	ÁTILA LINS
GABINETE	730
TELEFONE	2155-30 / 3730
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON


FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	BADU PICANÇO
GABINETE	S65
TELEFONE	215-5565
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

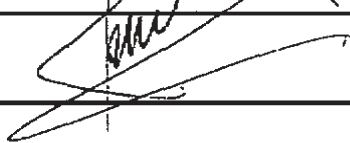
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	CARLOS NAYER
GABINETE	533
TELEFONE	215-5533
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Carlos Souza
GABINETE	569
TELEFONE	215-5569
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

FICHA DE ADESÃO

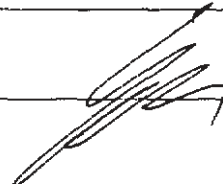
PARLAMENTAR	EDUARDO GOMES
GABINETE	850
TELEFONE	215-5950
ASSINATURA	



Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

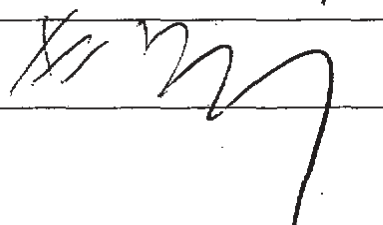
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	<i>Eduardo Valse</i>
GABINETE	435
TELEFONE	015 5435
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Francisco Rodrigues
GABINETE	304
TELEFONE	2155304
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

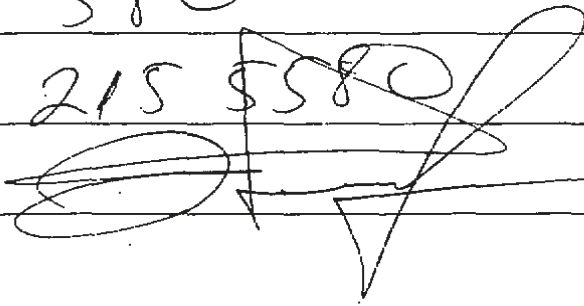
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Henrique Afonso
GABINETE	643
TELEFONE	215 5645
ASSINATURA	* Henrique Afonso

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

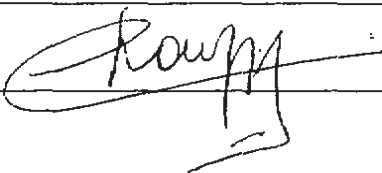
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Humberto Michiles
GABINETE	580
TELEFONE	215 5580
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

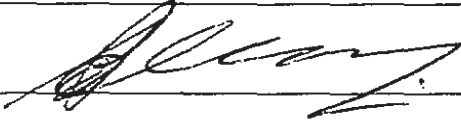
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	MARINHA RAUPP
GABINETE	614
TELEFONE	215-3614
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

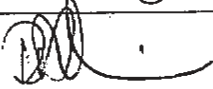
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	NILTON CAPIXABA
GABINETE	318
TELEFONE	2155318
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

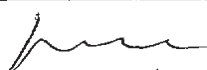
FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	RONALDO DEMAS
GABINETE	943
TELEFONE	215-5943
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO PROJETO RONDON

FICHA DE ADESÃO

PARLAMENTAR	Zico Bronzeado
GABINETE	760
TELEFONE	215.5760
ASSINATURA	

Após assinatura, favor entrar em contato nos ramais 55342/53342
(Dep. Hamilton Casara)

Publique-se
Em 20/06/05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Deputados e aprovado em revisão, pelo Senado Federal, onde tomou o nº 382, de 2003.

Atenciosamente, – Senadora **Serys Slhessarenko**, Segunda-Suplente, no exercício da Primeira-Secretaria.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2003

Aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida participação, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de julho de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Publique-se. Arquive-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício FPDSA21L nº 390/2003

Brasília, 18 de julho de 2003

Ao Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho através do presente encaminhar, em anexo, o resultado da eleição para a Mesa Diretora da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às

Agendas 21 Locais, evento ocorrido em Assembléia Geral, no último dia 9-3-2003, às 9:00h, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal, onde foi aclamada e empossada a chapa única apresentada. Encaminho, também, lista dos Senhores Senadores da República e Deputados Federais que aderiram à Frente e o Estatuto Social, oportunidade em que solicito seja oficializada a constituição da Frente Parlamentar junto aos órgãos da Câmara dos Deputados.

Aproveito a oportunidade para convidá-lo para a 1ª Reunião Ordinária, a realizar-se na quinta-feira, dia 24 de julho às 9:30 h, no Senado Federal, Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, conforme Pauta também em anexo.

Contando com a participação de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para solicitar apoio e reiterar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senadora **Serys Slhessarenko**, Presidente.

Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ELEITA EM 9-7-2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

1º Vice-Presidente: Deputado João Alfredo (PT-CE)

2º Vice-Presidente: Senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Vasconcelos (PTB-MG)

1º Secretário: Deputado Edson Duarte (PV-BA)

2º Secretário: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)

1º Tesoureiro: Deputado César Medeiros (PT-MG)

2º Tesoureiro: Deputado Humberto Michiles (PL-AM)

Vogais: Senador Marcelo Crivela (PL-RJ)

Deputado Fernando Gabeira (PT-RJ)

Senador Mozarildo Cavalcante (PPS-RR)

Deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL)

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Deputada Yeda Crusius (PSDB-RS)

Suplentes: Deputada Neyde Aparecida (PT-GO)

Senador Aloisio Mercadante (PT-SP)

Deputado Luiz Alberto (PT-BA)

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS
LISTA DE ADESÃO - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nome Parlamentar	Part	UF	S	Gab	A	Tel	Fax	MA	DA	Correio Eletrônico
ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	T	441	4	318-5441	318-2441	01	07	dep.adelorvieira@camara.gov.br
AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	T	833	4	318-5833	318-2833	08	31	dep.agnaldomuniz@camara.gov.br
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	T	902	4	318-5902	318-2902	03	22	dep.alcestealmeida@camara.gov.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	T	842	4	318-5842	318-2842	06	11	dep.alexcanziani@camara.gov.br
ALEXANDRE SANTOS	PSDB	RJ	T	331	4	318-5331	318-2331	09	04	dep.alexandresantos@camara.gov.br
ALMERINDA DE CARVALHO	PSB	RJ	T	216	4	318-5216	318-2216	01	17	dep.almerindadecarvalho@camara.gov.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	T	626	4	318-5626	318-2626	04	05	dep.aloysionunesferreira@camara.gov.br
ANDRÉ ZACHAROW	PDT	PR	T	737	4	318-5737	318-2737	07	07	dep.andrezacharow@camara.gov.br
ANTONIO CARLOS M. THAME	PSDB	SP	T	624	4	318-5624	318-2624	06	13	dep.antonioscarlosmendesstame@camara.gov.br
ANTONIO NOGUEIRA	PT	AP	T	426	4	318-5426	318-2426	04	28	dep.antonionogueira@camara.gov.br
ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	T	575	3	318-5575	318-2575	10	11	dep.arlostoholanda@camara.gov.br
ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	T	410	4	318-5410	318-2410	07	27	dep.asdrubalbentes@camara.gov.br
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	T	428	4	318-5428	318-2428	10	17	dep.assismigueldocouto@camara.gov.br
B. SÁ	PPS	PI	T	643	4	318-5643	318-2643	12	27	dep.b.sa@camara.gov.br
CARLOS ABICALIL	PT	MT	T	623	4	318-5623	318-2623	01	23	dep.carlosabicalil@camara.gov.br
CARLOS NADER	PFL	RJ	S	917	4	318-5917	318-2917	09	21	dep.carlosnader@camara.gov.br
CARLOS SOUZA	PL	AM	T	569	3	318-5569	318-2569	08	17	dep.carlossouza@camara.gov.br
CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	T	528	4	318-5528	318-2528	12	22	dep.celcitapinheiro@camara.gov.br
CÉSAR MEDEIROS	PT	MG	T	530	4	318-5530	318-2530	02	13	dep.cesarmedeiros@camara.gov.br
COLOMBO	PT	PR	T	384	3	318-5384	318-2384	01	22	dep.colombo@camara.gov.br
CORIOIANO SALES	PFL	BA	T	832	4	318-5832	318-2832	08	01	dep.coriolanosales@camara.gov.br
CORONEL ALVES	PL	AP	T	419	4	318-5419	318-2419	09	02	dep.coronelalves@camara.gov.br
DARCI COELHO	PFL	TO	T	309	4	318-5309	318-2309	01	17	dep.darcicoelho@camara.gov.br
DAVI ALCOLUMBRE	PDT	AP	T	231	4	318-5231	318-2231	06	19	dep.davialcolumbre@camara.gov.br
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	T	537	4	318-5537	318-2537	02	02	dep.devanirribeiro@camara.gov.br
DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	T	302	4	318-5302	318-2302	12	29	dep.dr.franciscogoncalves@camara.gov.br
DR. HELENO	PSDB	RJ	T	628	4	318-5628	318-2628	04	25	dep.dr.helena@camara.gov.br
DR. HÉLIO	PDT	SP	T	734	4	318-5734	318-2734	09	06	dep.dr.helio@camara.gov.br
DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	T	546	4	318-5546	318-2546	01	10	dep.dr.rodolfopereira@camara.gov.br
EDMAR MOREIRA	PL	MG	T	606	4	318-5606	318-2606	09	25	dep.edmarmoreira@camara.gov.br

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS
LISTA DE ADEÇÃO - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nome Parlamentar	Part	UF	S	Gab	A	Tel	Fax	MADA	Correio Eletrônico
EDSON DUARTE	PV	BA	T	535	4	318-5535	318-2535	11 02	dep.edsonduarte@camara.gov.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	T	540	4	318-5540	318-2540	08 25	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	T	435	4	318-5435	318-2435	02 20	dep.eduardovalverde@camara.gov.br
ELISEU PADILHA	PMDB	RS	T	209	4	318-5209	318-2209	12 23	dep.eliseupadilha@camara.gov.br
FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	T	213	4	318-5213	318-2213	05 19	dep.fatimabezerra@camara.gov.br
FÉLIX MENDONÇA	PTB	BA	T	912	4	318-5912	318-2912	03 23	dep.felixmendonca@camara.gov.br
FERNANDO GABEIRA	PT	RJ	T	332	4	318-5332	318-2332	02 17	dep.fernandogabeira@camara.gov.br
FEU ROSA	PSDB	ES	T	960	4	318-5960	318-2960	01 19	dep.feurosa@camara.gov.br
GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	T	732	4	318-5732	318-2732	10 14	dep.givaldocarimbao@camara.gov.br
GUSTAVO FRUET	PMDB	PR	T	821	4	318-5821	318-2821	04 18	dep.gustavofruet@camara.gov.br
HENRIQUE AFONSO	PT	AC	T	645	4	318-5645	318-2645	12 03	dep.henriqueafonso@camara.gov.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	T	234	4	318-5234	318-2234	04 25	dep.hermesparcianello@camara.gov.br
HUMBERTO MICHILES	PL	AM	T	580	3	318-5580	318-2580	12 14	dep.humbertomichiles@camara.gov.br
INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	T	582	3	318-5582	318-2582	05 05	dep.inacioarruda@camara.gov.br
IRIS SIMÕES	PTB	PR	T	948	4	318-5948	318-2948	05 25	dep.irissimoes@camara.gov.br
ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG	T	531	4	318-5531	318-2531	03 18	dep.isalassilvestre@camara.gov.br
IVAN RANZOLIN	PP	SC	T	601	4	318-5601	318-2601	06 18	dep.ivanranzolin@camara.gov.br
IVAN VALENTE	PT	SP	T	716	4	318-5716	318-2716	07 05	dep.ivanvalente@camara.gov.br
IVO JOSÉ	PT	MG	T	573	3	318-5573	318-2573	07 01	dep.ivojose@camara.gov.br
JAIME MARTINS	PL	MG	T	333	4	318-5333	318-2333	06 17	dep.jalmemartins@camara.gov.br
JOÃO ALFREDO	PT	CE	T	566	3	318-5566	318-2566	11 20	dep.joaualfredo@camara.gov.br
JOÃO BATISTA	PFL	SP	T	962	4	318-5962	318-2962	02 24	dep.joaobatista@camara.gov.br
JOÃO LEÃO	PL	BA	T	320	4	318-5320	318-2320	02 27	dep.joaoleao@camara.gov.br
JOSÉ BORBA	PMDB	PR	T	616	4	318-5616	318-2616	07 14	dep.joseborba@camara.gov.br
JOSÉ JANENE	PP	PR	T	608	4	318-5608	318-2608	09 12	dep.josejanene@camara.gov.br
JOSÉ MILITÃO	PTB	MG	T	402	4	318-5402	318-2402	05 13	dep.josemilitao@camara.gov.br
JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	T	305	4	318-5305	318-2305	05 27	dep.josuebengton@camara.gov.br
JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	T	238	4	318-5238	318-2238	01 20	dep.jovinocandido@camara.gov.br
LEONARDO VILELA	PP	GO	T	934	4	318-5934	318-2934	12 22	dep.leonardovilela@camara.gov.br
LEÔNIDAS CRISTINO	PPS	CE	T	938	4	318-5938	318-2938	06 03	dep.leonidas cristino@camara.gov.br

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS
LISTA DE ADESAO - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nome Parlamentar	Part	UF	S	Gab	A	Tel	Fax	MA	DA	Correio Eletrônico
LUCIANO ZICA	PT	SP	T	627	4	318-5627	318-2627	01	07	dep.lucianozica@camara.gov.br
LUIZ ALBERTO	PT	BA	T	954	4	318-5954	318-2954	01	03	dep.luizalberto@camara.gov.br
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	T	220	4	318-5220	318-2220	10	08	dep.luizcarloshauly@camara.gov.br
LUIZ CARREIRA	PFL	BA	T	408	4	318-5408	318-2408	10	27	dep.luizcarreira@camara.gov.br
LUIZ COUTO	PT	PB	T	442	4	318-5442	318-2442	02	13	dep.luizcouth@camara.gov.br
MARCELO ORTIZ	PV	SP	T	931	4	318-5931	318-2931	12	26	dep.marceloortiz@camara.gov.br
MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP	S	371	3	318-5371	318-2371	04	03	dep.mariangeladuarte@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	S	210	4	318-5210	318-2210	03	21	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MAURO LOPES	PMDB	MG	T	841	4	318-5841	318-2841	05	24	dep.maurolopes@camara.gov.br
MAURO PASSOS	PT	SC	T	337	4	318-5337	318-2337	09	12	dep.mauropassos@camara.gov.br
MAX ROSENMANN	PMDB	PR	T	758	4	318-5758	318-2758	11	29	dep.maxrosenmann@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	T	478	3	318-5478	318-2478	11	25	dep.moacirmicheletto@camara.gov.br
NELSON BORNIER	PSB	RJ	T	576	3	318-5576	318-2576	01	14	dep.nelsonbornier@camara.gov.br
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	T	671	3	318-5671	318-2671	12	27	dep.nelsonpellegrino@camara.gov.br
NEYDE APARECIDA	PT	GO	T	638	4	318-5638	318-2638	09	06	dep.neydeaparecida@camara.gov.br
NILSON MOURÃO	PT	AC	T	376	3	318-5376	318-2376	04	01	dep.nilsonmourao@camara.gov.br
NILSON PINTO	PSDB	PA	T	527	4	318-5527	318-2527	03	25	dep.nilsonpinto@camara.gov.br
OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG	T	602	4	318-5602	318-2602	08	17	dep.osmanloperelra@camara.gov.br
OSVALDO REIS	PMDB	TO	T	835	4	318-5835	318-2835	12	30	dep.osvaldoreis@camara.gov.br
PAES LANDIM	PFL	PI	T	648	4	318-5648	318-2648	03	23	dep.paeslandim@camara.gov.br
PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR	T	577	3	318-5577	318-2577	04	30	dep.pastorfrankembergen@camara.gov.br
PASTOR REINALDO	PTB	RS	T	438	4	318-5438	318-2438	02	14	dep.pastorreinaldo@camara.gov.br
PATRUS ANANIAS	PT	MG	T	578	3	318-5578	318-2578	01	26	dep.patrusananas@camara.gov.br
PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	T	260	4	318-5260	318-2260	09	24	dep.pauderneyavelino@camara.gov.br
PEDRO HENRY	PP	MT	T	829	4	318-5829	318-2829	04	19	dep.pedrohenry@camara.gov.br
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	T	625	4	318-5625	318-2625	12	28	dep.perpetuaalmeida@camara.gov.br
PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	T	226	4	318-5226	318-2226	06	19	dep.philemonrodrigues@camara.gov.br
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	T	810	4	318-5810	318-2810	07	12	dep.pompeodemattos@camara.gov.br
RAUL JUNGSMANN	PMDB	PE	T	367	3	318-5367	318-2367	04	03	dep.rauljungsmann@camara.gov.br
ROBERTO BALESTRA	PP	GO	T	219	4	318-5219	318-2219	05	24	dep.robertobalestra@camara.gov.br

[illegible]

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS****Lista de Adesão – Senado Federal**

Nome Parlamentar	Partido	UF	E-mail / Telefone
Almeida Lima	PDT	SE	◇ almeida.lima@senador.gov.br Tel.:
Aloizio Mercadante	PT	SP	◇ mercadante@senador.gov.br Tel.:
Augusto Botelho	PDT	RR	◇ augusto.botelho@senador.gov.br Tel.:
Demostenes Torres	PFL	GO	◇ demostenes.torres@senador.gov.br Tel.:
Eduardo Azeredo	PSDB	MG	◇ eduardo.azeredo@senador.gov.br Tel.:
Eduardo Suplicy	PT	SP	◇ esuplicy@senador.gov.br Tel.: 311-3215/3217
Eurípedes Camargo	PT	DF	◇ euripedes.camargo@senador.gov.br Tel.:
Fátima Cleide	PT	RO	◇ fatima.cleide@senadora.gov.br Tel.:
Flávio Arns	PT	PR	◇ flavioarns@senador.gov.br Tel.:
Gilberto Mestrinho	PMDB	AM	◇ gilberto.mestrinho@senador.gov.br Tel.: (61) 311-3104/3106
Heráclito Fortes	PFL	PI	◇ heraclito.fortes@senador.gov.br Tel.:
Jefferson Peres	PDT	AM	◇ jeferes@senador.gov.br Tel.: 311-2061/2067
Marcelo Crivella	PL	RJ	◇ marcelo.crivella@senador.gov.br Tel.:
Mozarildo Cavalcanti	PPS	RR	◇ mozarildo@senador.gov.br Tel.: (61) 311-1160/1163

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS**

Lista de Adesão – Senado Federal

Papaléo Paes	PMDB	AP	✉ ppaleo@senador.gov.br Tel.:
Paulo Paim	PT	RS	✉ paulopaim@senador.gov.br Tel.:
Renan Calheiros	PMDB	AL	✉ renancal@senador.gov.br Tel.: 224-4389
Roberto Saturnino	PT	RJ	✉ roberto.saturnino@senador.gov.br Tel.: (61) 311-4229
Romero Jucá	PMDB	RR	✉ ruica@senador.gov.br Tel.: 311-2111/2119
Sérgio Cabral	PMDB	RJ	✉ sergio.cabral@senador.gov.br Tel.:
Sérgio Zambiasi	PTB	RS	✉ sergio.zambiasi@senador.gov.br Tel.:
Serys Slhessarenko	PT	MT	✉ serys@senadora.gov.br Tel.:
Sibá Machado	PT	AC	✉ siba@senador.gov.br Tel.:
Teotônio Vilela Filho	PSDB	AL	✉ teotonio@senador.gov.br Tel.: 311-4093/4095
Tião Viana	PT	AC	✉ tião.viana@senador.gov.br Tel.: (61) 311-4546
Valdir Raupp	PMDB	RO	✉ valdir.raupp@senador.gov.br Tel.:

**FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS**

ESTATUTO

Art. 1º A Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais é uma pessoa jurídica de direito privado, de natureza não-governamental, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, conforme disposto nas normas do Código Civil Brasileiro, regulamentada pela legislação pertinente, pelo presente Estatuto e pela regulamentação a ser adotada pelos seus órgãos, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil, com sede e foro no Distrito Federal.

Parágrafo único. A Frente poderá ter representações nas Assembléias Legislativas Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais:

a) acompanhar e fiscalizar os programas e a política governamental para o desenvolvimento sustentável e de apoio à construção das Agendas 21 Locais, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

b) promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame de sua temática, divulgando seus resultados;

c) promover o intercâmbio com entes assemelhados de Paramentos de outros países visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas estatais de apoio aos governos locais;

d) procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas sociais e econômicas resultantes dos programas de desenvolvimento sustentável e da construção das Agendas 21 Locais, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas existentes nas Casas do Congresso Nacional;

e) promover uma abordagem holística à gestão das áreas urbanas e rurais e à implementação de soluções sustentáveis;

f) melhorar a integração entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais

da sustentabilidade em todos os setores de formulação de políticas, em todos os níveis;

g) prover capacitação institucional e organizacional para a gestão de áreas urbanas e rurais para a sustentabilidade;

h) promover coerência das ações políticas para que o desenvolvimento da sustentabilidade em nível local não seja minado por decisões e ações do Estado e União;

i) adotar medidas para evitar a duplicação de trabalho e recursos e para melhorar a troca produtiva de experiências;

j) melhorar a aplicação de políticas, programas e mecanismos existentes e, onde for necessário, desenvolver outros mais apropriados.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais:

a) como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de 30 (trinta dias), contados da data de aprovação do presente Estatuto;

b) como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

c) como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessarem pelos objetivos da Frente.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de ações com vistas ao desenvolvimento sustentável e à construção das Agendas 21 Locais.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais:

a) a Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) a Mesa Diretora, integrada por Presidente, três Vice-Presidentes, dois Secretários, dois Tesoureiros e quatro Vogais;

c) o Conselho Fiscal, constituído por três membros titulares e três suplentes.

Art. 5º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano, no mês de abril e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa Diretora ou pela expressa manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

- a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar Mista de Apoio à Agenda 21 Local;
- b) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;
- c) eleger o Presidente e o Secretário da Assembléia Geral;
- d) eleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal;
- e) zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;
- f) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;
- g) autorizar a constituição de uma Secretaria Executiva e a constituição de comissões permanentes;
- h) examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora e pelo Conselho Fiscal, aprovando os seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;
- i) autorizar a aquisição ou a alienação de bens móveis e imóveis;
- j) homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;
- l) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e de televisão das respecti-

vas Casas, sem prejuízo da divulgação por mais direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

- a) organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais;
- b) nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros e a outros membros da Frente, designar um Secretário Executivo, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar apoio logístico e de pessoal às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- c) ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembléia Geral;
- d) receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente;
- e) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, isto no interregno das Assembleias Gerais Ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembléia Geral;
- f) manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de desenvolvimento sustentável e construção das Agendas 21 Locais, realizando o mesmo empenho junto a órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;
- g) contratar assessores que opinem nas questões relativas às finalidades da Frente;
- h) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;
- i) elaborar um Regimento Interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação da Assembléia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia previamente distribuída.
- j) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades

privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações de desenvolvimento sustentável e construção das Agendas 21 Locais;

I) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º Os mandatos da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal têm a duração de dois anos, com início e término nos anos ímpares, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo único. Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais tem início no dia 1º de abril e se encerra no dia 31 de março do ano seguinte.

Art. 11. Os cargos de direção da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de mandato, admitida inclusive a participação de suplentes de Deputado ou de Senador que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos da Frente.

Parágrafo único. O suplente de Deputado ou de Senador, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo a perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 12. É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais usufruir ou perceber vantagens pessoais bem como receber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitido o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas.

Art. 13. O patrimônio móvel e imóvel e a receita da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais se constituirão por meio da contribuição de seus membros, de aquisições, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de parcerias, de contratos, de subsídios, transferências ou

subvenções oriundas de entidades públicas ou privadas e de outras origens legalmente admitidas.

Parágrafo único. Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo Tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 14. As representações da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais referidas no art. 1º terão autonomia administrativa e financeira próprias e adotarão Regimento Interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

Art. 15. A Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais terá um Regimento Interno, subsidiário do presente Estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influam na aceitação ou no desligamento de seus membros e na destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 16. No caso de extinção da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantropo, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo único. A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 17. Havendo consenso entre os respectivos membros, as eleições e demais deliberações da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal poderão ser efetivadas por aclamação.

Art. 18. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de Fundação da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável e Apoio às Agendas 21 Locais.

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E APOIO ÀS AGENDAS 21 LOCAIS, A REALIZAR-SE EM 24 DE JULHO DE 2003, ÀS 9h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO SENADO FEDERAL.

PAUTA

ITEM 1

Deliberar sobre solicitação de apoio do Interlegis para realização de videoconferências, objetivando facilitar a comunicação da Frente Agenda 21 com as Assembléias Legislativas Estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.

ITEM 2

Deliberar sobre a divulgação das Agendas 21 Locais nas Escolas – Incentivo da Frente Agenda 21 para promoção de concursos de redação nas escolas de 1º e 2º grau, nos Estados brasileiros, como forma de despertar o adolescente e o jovem para o desenvolvimento sustentável – tema a ser escolhido. Solicitação de apoio do MEC para divulgação pela rede IV Escola.

ITEM 3

Deliberar sobre a data mais oportuna para a realização de seminário nacional, objetivando reunir em Brasília os parlamentares membros das Assembléias Legislativas Estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo como meta o estudo e as articulações para a criação das Frentes Parlamentares congêneres e o apoio para a criação das Agendas 21 Estaduais e Municipais.

ITEM 4

O Parlamento e a Agenda 21 – Fala do 1º Vice-Presidente da Frente Agenda 21, Deputado João Alfredo.

ITEM 5

A Reforma Tributária Ecológica – Fala do 3º Vice-Presidente da Frente Agenda 21, Deputado Ronaldo Vasconcelos.

ITEM 6

Deliberar sobre o andamento das seguintes proposições:

– PLP nº 351/2003, da Senadora Marina Silva, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal que abriguem, em seus territórios, Unidades de Conservação da Natureza e Terras Indígenas demarcadas.

– PL nº 675/1999, dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental de Jericoatara – CE.

– PL nº 3.503/1997, do Senado Federal, regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, no que diz respeito ao Pantanal Mato-Grossense.

– PLS nº 119/1992, do ex-Senador Aureo Melo, que trata da transformação da Estação Ecológica das Anavilhanas em Parque Nacional das Anavilhanas, foi arquivada definitivamente por não ter sido votada por duas legislaturas, decidir pela reapresentação da proposição.

– PL nº 1.280/1999, do Deputado Freire Júnior, que trata da instituição de incentivos para doações ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, foi arquivada, decidir pelo desarquivamento.

ITEM 7

Deliberar sobre a data mais oportuna para audiência com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para tratar da celebração de Convênio entre a Frente Agenda 21 e o Fundo Nacional do Meio Ambiente, com vistas à obtenção de recursos financeiros para a realização de eventos para divulgação e apoio às Agendas 21 Locais.

ITEM 8

Deliberar sobre a participação da Frente Agenda 21 na Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 – CPDS, que foi criada por decreto, no âmbito da Câmara de Políticas dos Recursos Naturais da Presidência da República em 26 de fevereiro de 1997, com a finalidade de propor políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira. Por meio de convite da CPDS, a Presidente da Frente Agenda 21, Senadora Serys Slhessarenko participou da Reunião Extraordinária da Comissão, no dia 10 de junho de 2003.

ITEM 9

Deliberar sobre a participação da Frente Agenda 21 na Conferência Nacional do Meio Ambiente, a realizar-se nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2003, que tem por objetivo mobilizar, educar e ampliar a participação popular na formulação de propostas para um Brasil sustentável, fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Deputado João Alfredo, 1º Vice-Presidente da Frente Agenda 21, é o Re-

presentante do Legislativo Brasileiro na Comissão Organizadora da Conferência.

ITEM 10

Deliberar sobre a data mais oportuna para visita aos seguintes projetos de desenvolvimento sustentável:

– Daimler-Chrysler/Poematec Ltda., no Município de Ananindeua, Estado do Pará, projeto que utiliza a fibra de coco na fabricação de bancos e revestimentos de carros de luxo.

– Pirelli/Cooperativa de Seringueiros, no Município de Xapurí, Estado do Acre, projeto de compra da produção dos seringueiros a preço de mercado e patrocínio de uma equipe de funcionários voluntários para ajudar os produtores locais a melhorar a qualidade de seu produto.

– Fundo protótipo de Carbono do Banco Mundial/Plantar S/A., no Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais, projeto de produção de ferro-gusa com carvão vegetal proveniente de florestas renováveis certificadas.

Publique-se.

Em 25-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício nº 776-L-PFL/03

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Darci Coelho para integrar, como membro titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 40-A, de 2003, do Poder Executivo, que “modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências”, em substituição ao Deputado Paulo Magalhães.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Defiro. Publique-se.

Em 25-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 656

Brasília, 25 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Marinha Raupp passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.394, de 2003, que “cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

Defiro. Publique-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 657

Brasília, 25 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Maria Helena passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.394, de 2003, que “cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB

Defiro. Publique-se.

Em 29-7-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of. Pres. Nº 71/05

Brasília, 4 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.124/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. Pres. Nº 84/05

Brasília, 11 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.022/04 e seus apensados, os Projetos de Lei Nºs 2.611/03 e 4.663/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação dos referidos projetos e do parecer a eles oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente.

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Pre-
sidente.

Of. Pres. Nº 91/05

Brasília, 11 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei Nº 4.692/04, por este Órgão Técnico.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Presidente .

Publique-se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. Nº 268/05/BN/CD

Brasília, 12 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência cordialmente, como coordenador da Frente Multissetorial Pró-Ferrovia Norte-Sul, venho solicitar a publicação da Criação da Frente no **Diário Oficial da União**.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a Frente Multissetorial foi lançada dia 29 de abril na cidade de Anápolis/GO e já contamos com um relevante número de senadores e deputados federais que manifestaram por escrito a adesão a proposta.

Certo de contar com a especial consideração de Vossa Excelência a este importante pleito, como patrono da proposta, expresso minha mais alta estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Barbosa Neto**.

Publique – Se

Em, 19-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício Nº 425/2005

Brasília, 18 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente :

Cumprimentando-o cordialmente encaminho em anexo documentação de constituição da Frente Parlamentar da Radiodifusão, formada nesta data por 70 deputados com objetivos bem definidos de defender a livre manifestação do pensamento; da criação; da expressão e a informação jornalística sob qualquer forma de veículo de comunicação social.

Desta forma, solicito que Vossa Excelência adote as medidas pertinentes para publicação e divulgação da constituição da Frente Parlamentar da Radiodifusão no âmbito da Câmara dos Deputados.

Colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Ivan Ranzolin**, Deputado Federal.

Frente Parlamentar da Radiodifusão Autor: Depu-
tado **Ivan Ranzolin**, Brasília-DF.

Of. P-33/03

Brasília, 14 de maio de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V.Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 7.510/02 – do Senado Federal (PLS nº 192/02) – que “denomina Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P – 34/03

Brasília, 14 de maio de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V.Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 1.060/99 – do Sr. Geraldo Magela – que “proíbe a instalação de catracas eletrônicas ou assemelhados nos veículos de transporte urbano”, e os de nºs 2.307/00, 2.867/00, 2.906/00 e 7.186/02, apensados.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. P-35/03

Brasília, 14 de maio de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V.Exª que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 7.206/02 – do Sr. Gonzaga Patriota – que “inclui, no art. 29 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o uso de sinalizadores nos veículos funerários”.

Atenciosamente, – Deputado **Romeu Queiroz**,
Presidente.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF Nº 41 GDJL

Brasília, 13 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a formação da Frente Parlamentar Municipalista, constituída por diversos parlamentares dos vários Partidos Políticos que compõe esta Casa, com o objetivo de coordenar os diversos assuntos de interesse dos municípios brasileiros.

A intenção de criar a Frente Parlamentar Municipalista ajusta-se a missão de contribuir significativamente para o melhor desenvolvimento dos nossos municípios, adequando os mesmos nos parâmetros que irão acontecer no âmbito do Governo Federal.

A relevância das questões relativas aos municípios dependendo de seu grau de importância, tem repercussão nacional e internacionalmente.

No momento em que a sociedade brasileira discute, com ênfase, a questão da segurança pública, reforma do Judiciário e das mudanças estruturais na previdência social e no sistema tributário nacional, torna-se necessária uma presença mais coordenada dos municípios, quer no âmbito do processo legislativo, quer na defesa dos princípios basilares.

Esperando poder contribuir para o sucesso do tema nessa legislatura, e na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar Municipalista, antecipamos nosso agradecimento.

Atenciosamente, – **João Leão**, Deputado Federal PL/BA.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2003

(Do Sr. Inácio Arruda)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência o desarquivamento das seguintes proposições a seguir relacionadas:

PDC nº 429/1997, PDC nº 464/2000, PDC nº 480/1997, PDC nº 63/1999, PDC nº 64/1999, PDC nº 65/1999, PEC nº 231/1995, PEC nº 319/2000, PEC nº 393/2001, PEC nº 415/2001, PEC nº 416/2001, PFC nº 3/1999, PL nº 3.833/1997, PL nº 3.909/1997, PL nº 4.515/1998, PL nº 1.349/1999, PL nº 1.827/1996, PL nº 2.030/1996, PL nº 2.462/2000, PL nº 3.101/1997, PL nº 3.793/1997, PL nº 3.842/1997, PL nº 4.167/2001, PL nº 4.382/2001, PL nº 4.628/2001, PL nº 4.905/1999, PL nº 5.607/2001, PL nº 5.970/2001, PL nº 5.972/2001, PL nº 6.161/2002, PL nº 6.531/2002, PL nº 6.532/2002, PL nº 7.113/2002, PL nº 717/1995, PL nº 726/1999, PLP nº 124/2000, PLP nº 57/1999, PRC nº 55/1995.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2002. – **Inácio Arruda**, Deputado Federal PCdoB – CE.

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, Defiro o desarquivamento das seguintes proposições: PDC nº 429/1997, PDC nº 480/1997, PDC nº 63/1999, PDC nº 64/1999, PDC nº 65/1999, PDC nº 464/2000, PEC nº 319/2000, PEC nº 393/2001, PEC nº 415/2001, PEC nº 416/2001, PFC nº 3/1999, PL nº 1.827/1996, PL nº 2.030/1996, PL nº 3.101/1997, PL nº 3.793/1997, PL nº 3.833/1997, PL nº 3.909/1997, PL nº 1.349/1999, PL nº 2.462/2000, PL nº 4.382/2001, PL nº 4.628/2001, PL nº 5.970/2001, PL nº 6.161/2002, PL nº 6.531/2002, PLP nº

57/1999, PLP nº 124/2000; Declaro Prejudicado o Requerimento, em virtude de as proposições já se encontrarem desarquivadas, quanto aos seguintes projetos: PEC nº 231/1995, PL nº 717/1995, PL nº 3.842/1997, PL nº 4.515/1998, PL nº 726/1999, PL nº 4.905/1999, PL nº 4.167/2001, PL nº 5.607/2001, PL nº 5.972/2001, PL nº 6.532/2002, PL nº 7.113/2002, PRC nº 55/1995. **Oficie-se** e, após, **publique-se**.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2003

(Do Senhor Deputado Roberto Pessoa)

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Exª o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas:

- PDC nº 1.403/2001
- PEC nº 147/1999
- PEC nº 272/1995
- PEC nº 300/2000
- PEC nº 349/1996
- PEC nº 364/2001
- PEC nº 434/2001
- PEC nº 556/1997
- PL nº 2.326/1996
- PL nº 2.327/1996
- PL nº 3.636/1997
- PL nº 3.753/1997
- PL nº 4.633/1998
- PL nº 4.662/1998
- PL nº 4.731/1998
- PL nº 1.537/1999
- PL nº 1.679/1999
- PL nº 1.812/1999
- PL nº 1.979/1999
- PL nº 1.980/1999
- PL nº 1.981/1999
- PL nº 1.982/1999
- PL nº 2.163/1999
- PL nº 346/1999
- PL nº 743/1999

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Severiano Alves**, Líder do PDT.

Publique-se.

Em 14-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 336 – PDT

Brasília, 13 de setembro de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Alceu Collares e Pompeo de Mattos para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 133-A, de 2003, que “altera os artigos 45 e 29 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário para cargos legislativos”.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Severiano Alves**, Líder do PDT.

Publique-se.

Em 14-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF/GAB/I/Nº 337 – PDT

Brasília, 13 de setembro de 2005

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados Luiz Piauhyllino e João Fontes para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 358-A, de 2005, que “altera dispositivos dos arts. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A e 134 da Constituição Federal, acrescenta os arts. 97-A, 105-A, 111-B e 116-A, e dá outras providências. (Reforma do Judiciário.)

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Severiano Alves**, Líder do PDT.

Publique-se.

Em 14-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente

OF. nº 292-PP/2005 – CCJC

Brasília, 13 de setembro de 2005

A Sua Excelência
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Recurso nº 222/2005, apreciado por este Órgão Técnico nesta data.

Atenciosamente, – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Em 14-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 33/2005 – ZPT

Brasília, 5 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que no dia 16 de agosto passado foi criada a Frente Parlamentar Nacional pela Reforma Urbana, a qual terá um caráter programático e pretende ser um espaço de interação com o movimento social por reforma urbana e direito às cidades.

Na ocasião foi definido que a Frente será dirigida pelos seguintes parlamentares. –

Presidente: Deputado **Zezéu Ribeiro**
– PT/BA

Secretário Executivo: Senador **Capiberibe** PSB/AP

Vices-Presidentes, Saneamento Ambiental: Deputada **Maria do Carmo Lara**, (PT/MG)

Transportes Urbanos e Acessibilidade
Deputado **Jackson, Barreto** (PTB/SE)

Habitação: Deputado **Inácio Arruda** (PcdoB/CE)

Desenvolvimento Urbano: Deputado **Colbert Martins** (PPS/BA)

Relações com os municípios: Senador **Saturnino Braga** (PT/RJ).

Em anexo estou encaminhando a relação das primeiras adesões com os telefones e e-mails dos parlamentares, solicitando a Vossa Excelência que mande fazer os devidos registros nesta Câmara de Deputados.


Atenciosamente, – Deputado **Zezéu Ribeiro**.

FRENTE PARLAMENTAR NACIONAL PELA REFORMA URBANA**RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES QUE COMPÕEM A FRENTE**

PARLAMENTAR	PARTIDO	EST	E-mail	TELEFONE
Angela Guadagnin	PT	SP	dep.angelagaudagnin@camara.gov.br	3215.5270
Colbert Martins (Deputado)	PPS	BA	dep.colbertmartins@camara.gov.br	3215.5319
Dra. Clair (Deputada)	PT	SC	dep.dra.clair@camara.gov.br	3215.5469
Inácio Arruda (Deputado)	PCdoB	CE	dep.inacioarruda@camara.gov.br	3215.5582
Inaldo Leitão	PL	PB	dep.inaldoleitao@camara.gov.br	3215.5605
Iriny Lopes	PT	ES	dep.irinylopes@camara.gov.br	3215.5267
Jakson Barreto (Deputado)	PTB	SE	dep.jacksonbarreto@camara.gov.br	3215.5733
Jamil Murad (Deputado)	PCdoB	SP	dep.jamilmurad@camara.gov.br	3215.5473
João Capiberibe (Senador)	PSB	AM	capi@senador.gov.br	3311-2441
João Magno	PT	MG	dep.joaomagno@camara.gov.br	3215.5283
Júlio Lopes (Deputado)	PP	RJ	dep.juliolopes@camara.gov.br	3215.5334
Luciano Zica (Deputado)	PT	SP	dep.lucianozica@camara.gov.br	3215.5627
Maria do Carmo Lara (Deputada)	PT	MG	dep.mariadocarmolara@camara.gov.br	3215-5373
Luci Choinacki (Deputada)	PT	SC	dep.lucichoinacki@camara.gov.br	3215-5282
Luiza Erundina (Deputada)	PSB	SP	dep.luizaerundina@camara.gov.br	3125-5620
Pompel de Mattos	PDT		dep.pompeudemattos@camara.gov.br	
Ricardo Berzoini (Deputado)	PT	SP	dep.ricardoberzoini@camara.gov.br	3215-5344
Roberto Gouveia (Deputado)	PT	SP	dep.robertogouveia@camara.gov.br	3215-5568
Roberto Saturnino (Senador)	PT	RJ	roberto.saturnino@senado.gov.br	3311-4229

PARLAMENTAR	PARTIDO	EST	E-mail	TELEFONE
Rogério Teófilo (Deputado)	PPS	AL	dep.rogerioteofilo@camara.gov.br	3215-5416
Simplicio Mario (Deputado)	PT	PI	dep.simliciomario@camara.gov.br	3215-5370
Telma de Souza (Deputada)	PT	SP	dep.telmadesouza@camara.gov.br	3215-5467
Terzinha Fernandes (Deputado)	PT	MA	dep.terzinhafernandes@camara.gov.br	3215-5409
Vignatti (Deputado)	PT	SC	dep.vignatti@camara.gov.br	3215-5473
Vitorassi (Deputado)	PT	PR	dep.vitorassi@camara.gov.br	3215-5806
Zezéu Ribeiro (Deputado)	PT	BA	dep.zezeuribeiro@camara.gov.br	3215-5571

Publique-se
Em 14/09/05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Partido Liberal apresentou, em 3 de agosto de 2005, representação contra os Senhores Deputados: Joaquim Francisco, Alex Canziani, Neuton Lima e Sandro Matos, sob a acusação da prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar.

As representações mencionadas, protocolizadas sob os números 32, 33, 34 e 35, fundamentaram-se em declarações do então Deputado Roberto Jefferson ao Conselho de ética e Decoro Parlamentar, segundo as quais o depoente teria recebido de forma irregular quatro milhões de reais, destinados a financiar campanhas eleitorais de filiados do PTB no último pleito municipal. Assim, segundo a peça acusatória, a despeito da ausência de citação de nomes ou qualquer outro dado concreto por parte de Roberto Jefferson, quando da confissão da irregularidade ao Conselho de Ética,

dela os representados seriam beneficiários, por terem concorrido pelo PTB naquelas eleições municipais.

Segundo o subscritor das representações em tela, afigurou-se “inconteste” a infração ética por parte dos deputados representados, ante a confissão do Deputado Roberto Jefferson da utilização de recursos não contabilizados para campanhas eleitorais, dentre as quais, “possivelmente” a dos representados. Conforme o raciocínio utilizado pela representação, as declarações de Roberto Jefferson seriam, por si sós, suficientes para lançar todos os candidatos do PTB nas eleições de 2004 suspeitas de utilização de dinheiro não contabilizado para o pagamento de despesas de campanhas, sendo “decorrência lógica” o envolvimento dos interessados que “quase que certamente” usaram desses recursos.

O Relator das representações em análise, o Senhor Deputado Nelson Trad, manifestou-se pela com-

Ofício nº 93/2005

Brasília, 15 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Comunica a criação da Frente Parlamentar para Valorização do Magistério.

Senhor Presidente,

Venho; pelo presente, comunicar a V. Ex^a por meio dos apoiantes em anexo a criação da Frente Parlamentar para Valorização do Magistério, sem ônus para a Casa.

A Frente Parlamentar para Valorização do Magistério tem por finalidade, entre outros, de:

- a) estimular o amplo debate sobre a Valorização do Magistério;
- b) valorizar a formação profissional;
- c) propor medidas para melhor condições de trabalho, salário e carreira;
- d) garantir condições adequadas e período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluído na carga horária de trabalho;
- e) fortalecer a formação inicial e continuada dos professores;
- f) formular e avaliar as políticas públicas para a valorização do magistério;
- g) promover e incentivar estudos, debates; cursos e seminários;
- h) valorizar o educador, recuperando sua função social;
- i) resgatar o papel e o prestígio do professor;
- j) subsidiar o acesso e a formação sociocultural dos professores.

Tendo em vista o procedimento adotado por esta Casa no reconhecimento das outras Frentes Parlamentares, solicito a V. Ex^a a igualdade no tratamento a elas dispensado.

Outrossim, solicito a publicação e notificação dos Órgãos oficiais da Câmara dos Deputados da

constituição da Frente Parlamentar para Valorização do Magistério.

Certo de poder contar com a atenção de Vossa, Excelência, despeço-me apresentando meus sinceros cumprimentos. – Deputado **Humberto Michiles**, PL/AM.

Apoiamento

Frente Parlamentar para a Valorização do Magistério

Dos grandes desafios da educação brasileira a ser enfrentado, atualmente, e um dos mais prementes é a baixa qualidade de ensino e sua superação depende de ações fortes e decididas dos governos e da própria sociedade. Para reversão desse quadro, faz-se necessário uma intervenção na valorização do magistério por meio de uma política global, a qual implica simultaneamente:

- a formação profissional;
- as condições de trabalho, salário e carreira;
- formação continuada.

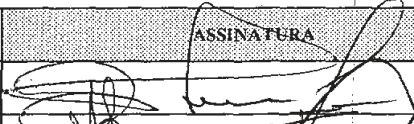
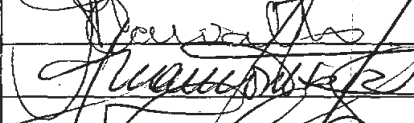
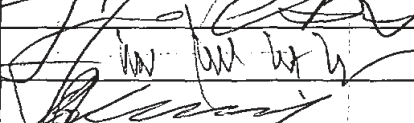
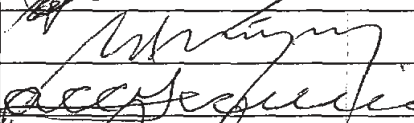
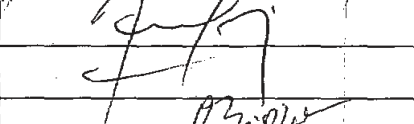
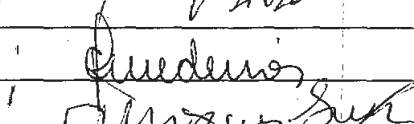
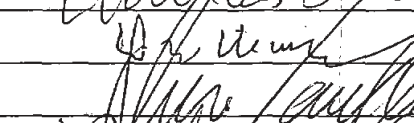
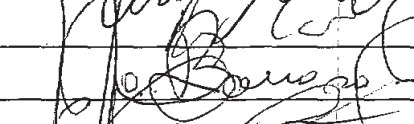
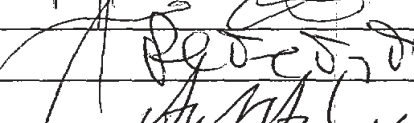
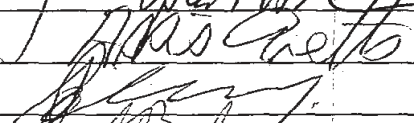
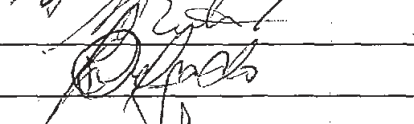
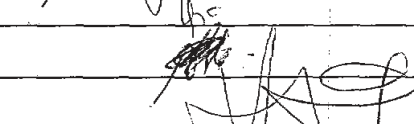
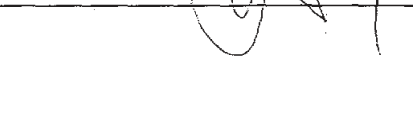

O papel determinante dos profissionais da educação na construção de um novo modelo educacional para o país é indiscutível. Contudo, dados estatísticos revelem um grande déficit de professores em todo território nacional. A profissão está em baixa, os jovens brasileiros, devido aos baixos salários, tem optado cada vez mais por áreas de pesquisa e atividades afins que são mais promissoras no mercado de trabalho.

Nas palavras de Moacir Gadotti, filósofo da educação brasileira e discípulo de Paulo Freire, “ser professor, hoje, é viver intensamente o seu tempo, com consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem professores. Eles fazem o saber”.

Portanto, pela relevante e insubstituível função desempenhada pelo magistério e diante das dificuldades enfrentadas por esta categoria profissional, e para que se possa discutir, formular e avaliar as políticas públicas para a valorização do magistério e que haja uma inversão urgente do quadro atual e a garantia dos professores de amanhã é que se toma indispensável a criação dessa Frente Parlamentar. – **Humberto Michiles**, PL/AM.


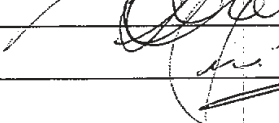
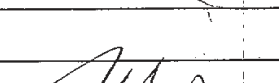
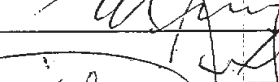
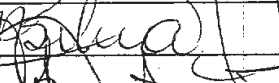
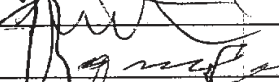
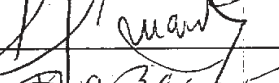
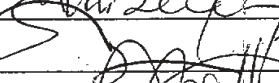

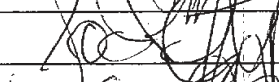
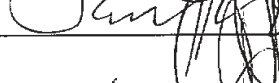
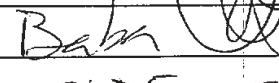
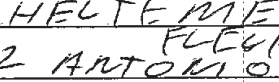

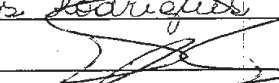
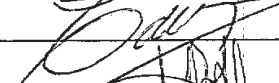




APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
1		HUMBERTO MICHI- LES CARVALHO	PL	AM	580
2		ALMERINDA DE	PMDB	RJ	216
3		MARCELO ORTIZ	PV-	SP	931
4		JOVINO CANDIDO	PV-	SP	235
5		OSMARIO PERREIRA	PTB	MG	602
6		MILTON CAPIXABA	PTB	RG	318
7		MELISSA DE METZ	PFL	PI	712
8		Costa Fereira	PSC	MA	852
9		PASTO REINALDO	PTB	RS	452
10					*
11		OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	215
12		CÉSAR MEDEIROS	PT	MG	530
13		MORAIS SOUSA	PMDB	PI	711
14		LUIZ BITTER CONTEL	PMDB	GO	844
15		CHICO SARDELLI	PFL	SP	727
16		JOSE PIMENTEL	PT	CE	281
17		JOVINO CANDIDO	PV	SP	235
18		NICE LOBATO - PFL	PTB	MA	746
19		PAULO FEITO	PSDB	RJ	746
20		ARIOSTO HOLANDA	S.PA	CE	575
21		ADÃO PRETO	PT	RS	221
22		MILTON CAPIXABA	PTB	RG	318
23		ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	410
24		JELIO DELGADO	PPS	MG	323
25		MILTON CARDIAS	PTB	RS	705
26		Valério	PT	MG	280
27		HENRIQUE ALVES	PMDB	RN	535


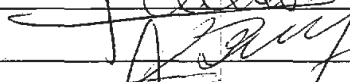

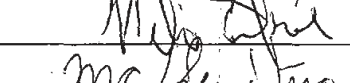
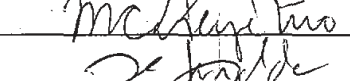
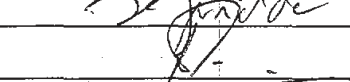
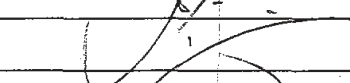


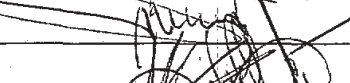






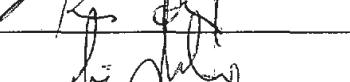
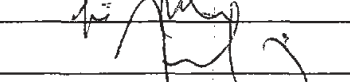
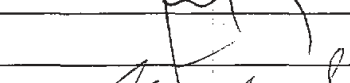
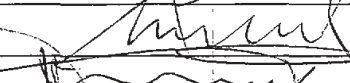
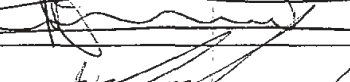
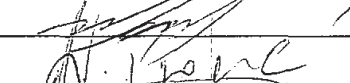
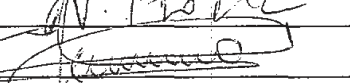
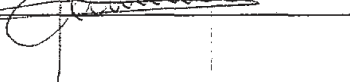


APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB
28		ANTONIO CRUZ	PP	MS	368
29		CARLOS WILLIAN BRITO	Pmdb	MG	472
30		PAULO BALTAZAR	PSB	RS	338
31		PAULO BALTAZAR	PSB	RS	515
32					
33		MUSSA VEMES	PFL	PI	712
34		PASTOREINALDO	PTB	RS	438
35		NEIDE APARECIDA	PT	GO	638
36		NELSON TRAD	Pmdb	RS	452
37		ROMEU LÚCIO	PTB	MG	258
38		PEDRO FERNANDES	PTB	MA	814
39		MAURO BEN VIES	Pmdb	CE	607
40		ALBERTO FRAGA	S. Part	DF	321 321
41		JACKSON BARRETO	PTB	GO	733
42		MARIO HERINGER	PBT	MG	212
43		JOÃO CALDAS	PL	AL	440
44		EMIVALDO RIBEIRO	PP	PB	940
45		BENJAMIN MARANHÃO	Pmdb	PB	380
46		BALM	S. Part.	PA	980
47	MICHELTEME		PMB	SP	114
48	LG12 ANTONIO		PTB	SP	945
49		AMAMI GASQUE	PL	SP	354
50	Carlos Rodriguez		PL	RS	673
51		GIVALDO CARIBAO	PSB	AL	732
52		EDUARDO VALLEVES	PT	RO	435 435
53		MORORI TORGA	PFL	CE	445
54		ZELI MA	PP	PA	610 610

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
55		ELINA DAMASCENO MAXIMO	PTB	PE	436
56		BENEDITO LIRA	PP	AL	942 942
57		ASSIS MIGUEL	PT	PR	428
58		HELIO ESTEVES	PT	AP	704 704
59		MARIA DO CARMO	PT	MG	373
60		ZÉ GERALDO	PT	PA	966
61		ANDRE FIGLIERE	PDT	CE	938
62		DIMAS RAMALHO	PPS	SP	659
63		CARLOS NADES	PL	RS	533
64		JOZE BOEIRA	PT	SC	335
65		JOÃO BATISTA	PFL	SP	962
66		REINALDO BETÃO	PL	RS	631
67		MIGUEL SOUZA	PL	RO	713 713
68		LEODAGAR TISCOSKI	PP	SC	25
69		CABO JÚLIO	Pmdb	MG	327
70		SEVERIANO ALVES	PDT	BA	738
71		JOSÉ EDUARDO	PT	SP	381
72		CHICO ALECA	PT	RS	818
73		RUBEN OTTONI	PT	GO	509 501
74		JOSE ROCHA	PFL	BA	907
75		PASTOR RENALDO	PTB	RS	432
76		LUÍZ SÉRGIO	PT	RS	268
78		AFCLMAR FRAGA	PL	ES	901
79		JOÃO MIRGALHÃES	Pmdb	MG	211
80		NELSON PROENÇA	PPS	RS	804
81		CELSON RUSSOMANNO	PP	SP	756

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)


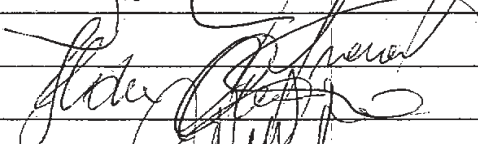
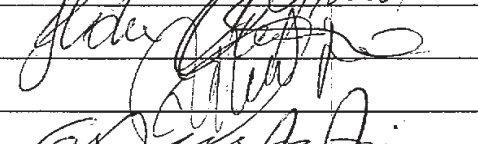
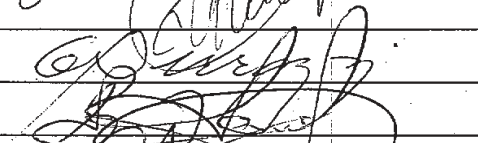
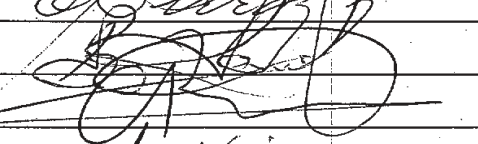
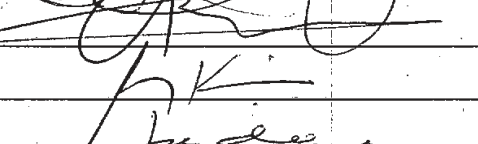
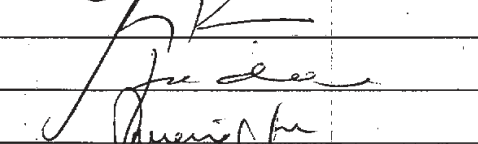
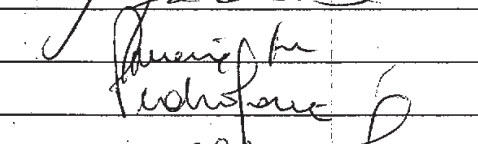
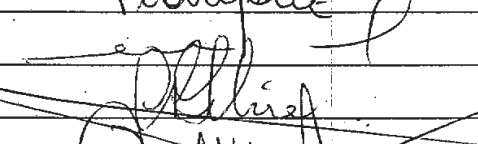
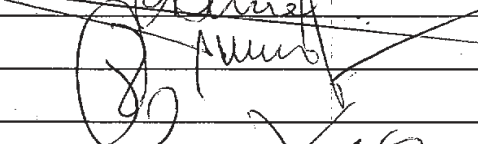
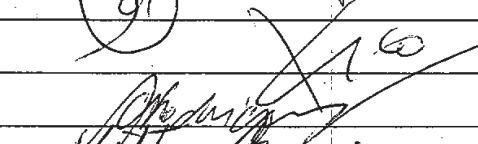
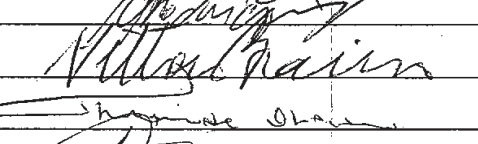
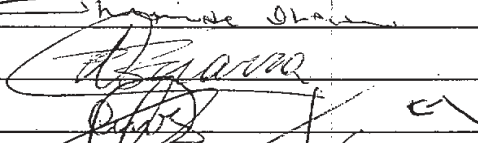
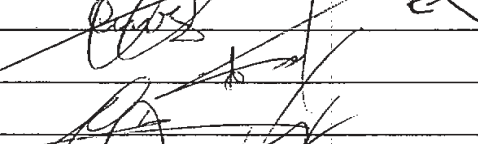
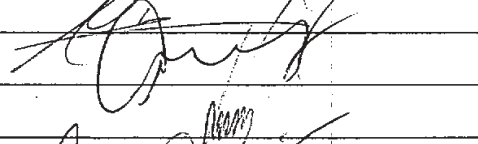
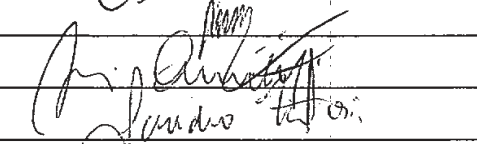
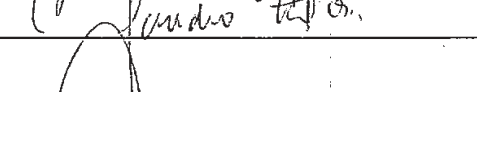



**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
82		RICARDO IZAR	PTB	SP	634
83		SAIRINO FELIPE	Pmdb	MG	428
84		LUCIANO LETOA	PSB	MA	529
85		ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	205
86		FABIO SOLTÓ	PFL	BA	927
87		VIERA REIS	Pmdb	RJ	352
88		JULIO LOPES	PP	RJ	334
89		EDINHO BEZ	Pmdb	SC	703
90		BENJAMIM MARANHÃO	Pmdb	PB	380
91		IVALDO LEITÃO	PL	PB	605
92		GILBERTO NASCIMENTO	Pmdb	SP	940
93		JOÃO TOTA	PP	AC	656 656
94		SERGIO CAIADO	PP	GO	206
95		VANICLEI ASSIS	PP	SP	835
96		ZICO BRONZEADO	PT	AC	760 76
97		SANDRO MABEL	PL	GO	443 443
98		PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226
99		MENAIO	Pdt	ES	217
100		JURANDIR BOIA	Pdt	AL	941
101		SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	408 40
102		JOAQUIM	PTB	PE	425 425
103		LUCIANO ZINCA	PT	SP	627
104		ADÃO PRETO	PT	RJ	271
105		IBRAHIM-ABI-ACKEL	PP	MG	241 241
106		JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	281
107		DANIEL ALMEIDA	PcdoB	BA	317
108		EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

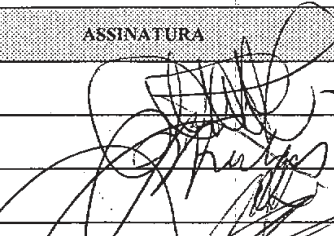
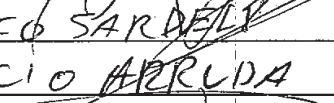
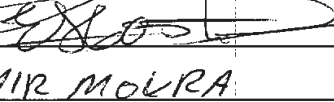
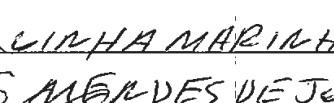
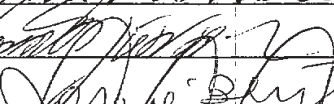
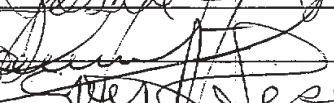
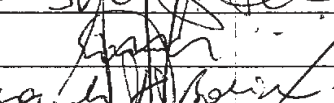
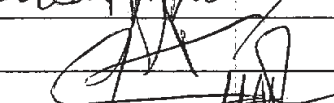
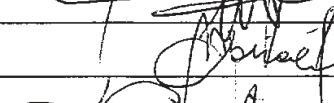
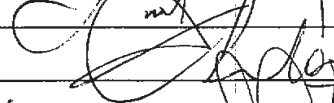
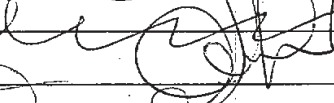
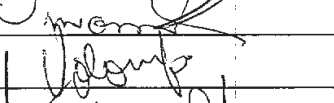
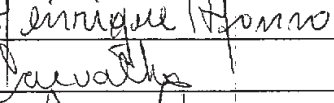
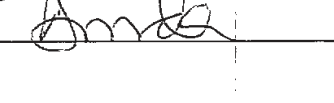

126

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
109		MARIA LÚCIA	PMDB	MG	932 932
110		AUGUSTO NARDES	PP	RS	976
111		ILDEU ARAÚJO	PP	SP	382
112		DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	532
113		OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	845
114		RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	909
115		CARLOS RODRIGUES	PL	RS	673
116		ART KARA	PTB	SP	734
117		PEDRO CHAVES	PMDB	GO	406 406
118		MARIA HELENA	PPS	RR	909 909
119		CLUBE CANFIRO	PTB	MG	962
120		EDUARDO CUNHA	PMDB	RS	510
121		CELCILTA PINHEIRO	PFL	MT	518
122		JOÃO BATISTA	PFL	SP	262
123		ROBERTO GOLVEIA	PT	SP	568
124		XICO GRAZIANO	PSDB	SP	626
125		ADEMIR CAMILO	PL	MG	540 74
126		MILTON BAIANO	PP	ES	657
127		THALMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	524
128		EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	433
129		LEONARDO MONTEIRO			
130		Leonardo Monteiro	PT	MG	922
131		ARACELI DE PAULA	PL	MG	201
132		COLBERT MARTINS	PPS	BA	719
133		PROFESSOR ^{TEIXEIRA} IRACULAN	PP	SP	513
134		JOSIA QUINTAL	PMDB	RS	611
135		SANDRO MATTOS	PTB	RS	517

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
136		LUIZ BASSI MA	617	PT-BA	
137		ROSE DE FREITAS	PMDB ES	937	
138		SALDANHA	622	PMDB	
139	CHICO SARDELI	CHICO SARDELI	PFL	SP	727
140	IMACIO ARRUDA	IMACIO ARRUDA	PC-DO	CE	582
141		EDUARDO SEABRA	PTB	MG	303 x
142	ALMIR MOURA	ALMIR MOURA	S. PAT RJ	639	
143	ZEQUINHA MARINHO	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	913
144	JOÃO MERDES DE JESUS	JOÃO MERDES DE JESUS	PSL	RJ	572 572
145		BOSCO COSTA	PSDB	SE	722 722
146		JOSE BENITOR	PTB	PA	305 305
147		EDINHO MONTEIRO	PL	SP	454
148		SIMÃO SESSINI	PP	RJ	709
149		NÁDIMIR COSTA	PMDB	PA	343 343
150		ONYX LORENZONI	PFL	RS	528 528
151		RUBINELLI	PT	SP	344
152		SIMPLICIO MÁRIO	PT	PI	370
153		CARLOS ABICALIL	PT	MT	623
154		JOÃO COMPOS	PSDB	GO	315
155		LUCIANO ZINCA	PT	SP	267 x
156		CARLOS DUNGA	PTB	PB	276
157		MARCO DELHA	PTB	PB	214 x
158		VANESSA GRAZZOTTI	PC-DO	AM	724 724
159		COLOMINA	PT	PR	389
160	Henrique Honorato	HENRIQUE HONORATO	PT	AC	645
161		ALMERINDA DE ARRUDA	PMDB	RJ	216
162		JOSE ROBERTO	PFL	DF	774

128

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

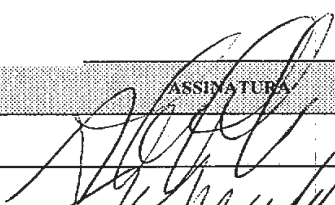

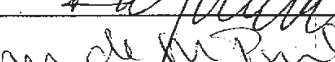
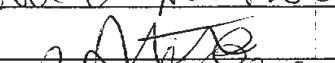

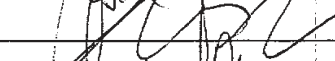
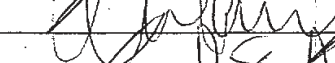
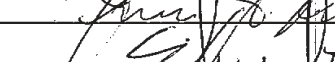
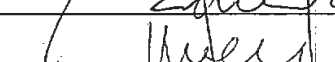
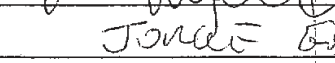

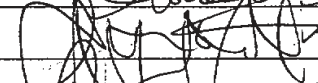
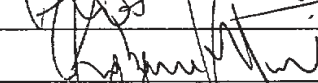

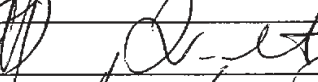
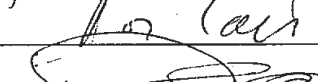
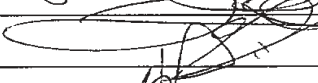
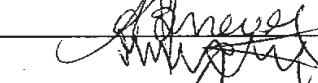
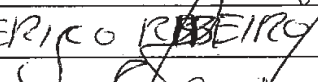
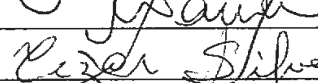
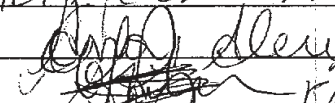
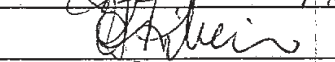
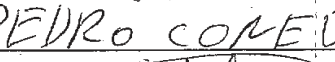
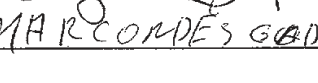

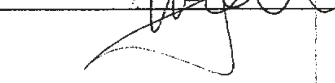
**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
163		DORA CLAIR	PT	PR	468 460
164		VICERIINHO	PT	SP	740
165		FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA	912 912
166		LEONARDO MATTOS	PV	MG	914
167		ALEX CARZIAKI	MTB	PR	842
168		B-SA	PPS	PI	643
169		GUSTAVO FRLET	PSDB	PR	821
170		MATAN DONADON	PMDB	RO	240
171		JUNIVAL LUCAS	MTB	BA	015 915
172		CAP. WARING WARK	PSDB	RO	219
173		POMPEU DE MATTOS	PSDB	RS	810
174		RINALDO LOPE	PT	MG	426 426
175		JEFFES CAMPOS	PMDB	SP	341
176		ZELIADA NOVAIS	PFL	BA	712
177		CORACI SOBRINHO	PFL	SP	460
178		HERMES PARCIANTE	PMDB	PR	234
179		TATICO	PL	DF	560
180		CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	417
181		FERNANDO FABIANO	PFL	BA	901
182		GÓRGIO GAMA	PSDB	CE	663 676
183	OSMÂNIO PEREIRA	OSMÂNIO PEREIRA	PP	AM	636
184		FRANCISCO GARCIA	PP	AM	520
185		VITOR GUS MEDEIROS	PV	MG	754 75
186		ALDIR CABRAL	PFL	RS	917
187		BONIFÁCIO PATRÍCIO	PSB	PE	470
188		RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	239
189		RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	239

76

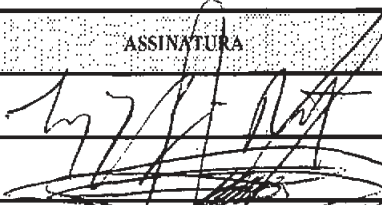







APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
190		ALEXANDRE ^{CARDOSO}	PSB	RS	205
191		MARCELO CASTRO	PMDB	PI	811
192		PAULO AMARILDO	PTB		562
193		ANTONIO JOÃO	PTB	MA	536
194		CARLOS ^{CAPOCHA} EDUARDO	PMDB	PE	415
195		FERNANDO FERRO	PT	PE	427
196		MURILLO ZANONI	PE	MS	479
197		André Luiz			561
198		ATÍLIA LINS	PPS	MT	730
199		Medeiros	PDT	AL	741
200	JORGE GOMES	Jorge Gomes	PSB	PE	516
201	VILMAR ROCHA		PR	GO	600
202	ALCESTE ALMEIDA		PMDB	RR	902
203	RODRIGO MAIA		PR	RJ	300
204	ROBERIO NUNES		PFL	BA	541
205	ROBINELLI		PT	SP	344
206	ANTONIO CARLOS BIFFI		PT	MS	355
207	IVAN VALENTE		PR	SP	716
208	HESMES PARCIANELLO		PMDB	PR	334
209	ZÉ GERALDO		PMDB	CE	632
210	ALEX CORZIANI		PTB	PR	812
211		Carlos de Almeida	PR	TO	358
212		PEDRO	PMDB	MA	813
213		ERICO RIBEIRO	PP	RS	741
214	PEDRO COMEDO		PP	GO	934
215		Pedro Silvestri	PPS	PR	476
216		MARCO ANTÔNIO GADELHA	PTB	PB	214

APOIAMENTO
(do Dep. Humberto Michiles)

**Frente Parlamentar para a
Valorização do Magistério**

N	ASSINATURA	NOME	PARTIDO	UF	GAB.
217		Luiz Piauhy Lima	ODT	PE	224
218		PAULO GÓVEIA	PL	RS	641
219		ODAIR CABRAL	PP	RS	526 526
220			PT		820
221			PP		656 656
222					704
223					858
224					

Publique-se
Em 20/06/05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

Indefiro, a solicitação de desapensação, tendo em vista que a apensação obedeceu ao disposto no art. 139, inciso I, c/c art. 142, parágrafo único, todos do RICD e pelo fato de as proposições já se encontrarem desarquivadas desde 19-3-03. **Oficie-se** à Requerente e, após, **publique-se**.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 724, DE 2003

(Do Senhor Roberto Magalhães)

Requer o desarquivamento de proposição.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.268/1995, de minha autoria.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2003. – Deputado **Roberto Magalhães**, PSDB/PE.

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, defiro o desarquivamento do PL nº 1.268/1995. **Publique-se**.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 776, DE 2003

(Do Sr. Roberto Gouveia)

Solicita a retirada do Projeto de Lei nº 24/03.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 104, **caput**, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei nº 24/03, de minha autoria, que “Regulamenta as ações e os serviços da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde – SUS.”

Sala das Sessões, 20 de maio de 2003. – **Roberto Gouveia**, Deputado Federal – PT/SP.

Defiro, a retirada do Projeto de Lei nº 24, de 2003, nos termos do art. 114, inciso VII, do RICD.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº , DE 2003

(Do Sr. Gonzaga Patriota)

Requer a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.968-B, de 2000, de acordo com inciso I, artigo 163, do Capítulo XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Nos termos do Inciso I, artigo 163, do Capítulo XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.968-B, de 2000, de autoria Deputado Bispo Wanderval, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 2.041-B, de autoria do Deputado Telmo Kirst, trata da mesma matéria sobre a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, foi aprovado na Câmara dos Deputados e enviado para o Senado Federal em 30-4-2003.

Sala das Sessões, de maio de 2003. – Deputado **Gonzaga Patriota**.

Indefiro, o pedido, eis que o PL nº 2.968-B/2000 não é idêntico ao PL nº 2.041-6/1999, não se caracterizando, portanto, a hipótese do inciso I do art. 163 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. **Oficie-se** ao requerente e, após, **publique-se**.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 20 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunicamos a V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar para o Semi-Árido, integrada por Deputados Federais e Senadores dos Estados do Nordeste, com o objetivo de discutir e propor estratégias para enfrentar os problemas desse vulnerável espaço da região.

Nos termos do art. 80, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que V. Ex^a dê ciência ao Plenário da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos os ilustres pares a unirem-se aos signatários do manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Wilson Santiago**, PMDB/PB.

FRENTE PARLAMENTAR PARA O SEMI-ÁRIDO

Nós, representantes do Nordeste e do Semi-Árido brasileiro, concluímos ser urgente a reunião de esforços para a defesa de um dos mais vulneráveis, sofridos e necessitados espaços brasileiros. O Semi-Árido nordestino ocupa dezoito por cento do território nacional e abriga vinte e nove por cento da população do País. Sua densidade demográfica, de 20 habitantes por km², é muito alta para uma região com as características que possui.

De fato, são dezenove milhões de pessoas vivendo em cerca de 1.031 municípios, sendo que 8,6 milhões habitam a zona rural, região extremamente pobre, com um PIB que não chega a vinte e três bilhões de reais e índices de qualidade de vida muito abaixo da média nacional.

O Semi-Árido é de importância ímpar para nós, representantes do povo nordestino, uma vez que ele ocupa a maior parte da área de muitos dos estados da região. Sua extensão de 892 mil km² representa mais de cinquenta e sete por cento do território nordestino. Definida, por lei federal, como a região com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm, sua principal característica é o balanço hídrico negativo, com as chuvas ocorrendo de maneira concentrada e irregular, as temperaturas médias elevadas, a alta evaporação e a baixa umidade relativa do ar.

Não restam dúvidas sobre a baixíssima disponibilidade hídrica do Semi-Árido. Lá, apenas os rios São Francisco e Parnaíba são permanentes; os demais são intermitentes. Os açudes públicos e reservatórios privados são as alternativas para o armazenamento de água. A questão da escassez da água é importante por constituir a base de tantos outros problemas da região.

A desertificação, por exemplo, é uma das ameaças que tiram o sono daqueles que têm preocupações menos imediatistas e que pensam em soluções sustentáveis para a região. A desertificação, provocada principalmente pelo manejo inadequado dos recursos e de práticas impróprias do uso do solo, é um problema ambiental, ainda restrito a algumas áreas, mas que estende seus tentáculos por todo o Sertão, gerando impactos sociais e econômicos.

Outra questão, sempre presente, igualmente grave, mas que cala mais fundo no coração do povo nordestino, diz respeito aos problemas sociais da área. As taxas de analfabetismo e de mortalidade in-

fantil, entre outros indicadores sociais, encontram-se entre os piores do País. Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de mais de 90% dos municípios estão em patamares inferiores a 0,500, seguramente os mais baixos do País.

Não podemos deixar de lembrar, também, a questão da propriedade da terra, altamente concentrada, que contribui para a expulsão do homem do campo, sua migração para as cidades, fator importante para o aumento da pobreza e miséria nas periferias das cidades brasileiras.

Os caminhos para a reversão desse triste quadro passam por uma série de mudanças estruturais, culturais e políticas. Nenhum milagre acontecerá se ficarmos à espera dele. O milagre quem faz somos nós, com nossos braços, com nosso suor, com nosso trabalho.

Criamos, no momento, a Frente Parlamentar para o Semi-Árido Nordestino, de forma que esses temas, além de tantos outros, possam ser debatidos. Esta Frente pretende centrar sua atuação e direcionar seus esforços para a melhoria das ações do Poder Público na região. Com ela, pretendemos articular de forma racional a atuação legislativa dos parlamentares da região, de forma a se maximizar as ações voltadas para o Semi-Árido.

Brasília, 20 de maio de 2003. – Deputado **Wilson Santiago**, PMDB/PB.

Publique-se.

Em 21-5-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

MENSAGEM Nº 167, DE 2003

(Do Poder Executivo)

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, celebrado em Montevideu, em 21 de agosto de 2002.

(Às Comissões Parlamentar Conjunta do Mercosul; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e Constituição e Justiça e de Redação (art. 54, RICD).)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas

Participante: Deputado Iriny Lopes

Detalhes da Missão
Assunto : DILIGÊNCIAS PARA TOMADA DE DEPOIMENTOS - CPMI - BANESTADO
Período : 19/11/03 a 22/11/03
Destino : Curitiba/PR
Diárias
Quantidade : 2
Valor Unitário : R\$ 300
Passagens
Passagens pagas por : Câmara dos Deputados
Tipo de Passagem : Classe Econômica

Publique-se, nos termos do Ato da Mesa nº 35/03.

Em 22-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 24/2004

Brasília, 10 de março de 2004

Exmº Sr.
Dep. João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Excelência as assinaturas de apoio a aposentadoria das donas de casa e peço que junte-se as mesmas ao processo da PEC 385/2001.

Na oportunidade transmito a V. Exª a manifestação de meu maior apreço.

Atenciosamente, – **Luci Choinacki**, Deputado Federal PT/SC

Ciente. Encaminhe-se à CCJR para aneção. **Publique-se**.

Em 22-3-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Memo nº 7/2004–Gab. 546

Brasília, 18 de março de 2004

Do. Deputado Dr. Rodolfo Pereira
Para: Exmº Sr. Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho a Vossa Excelência, a relação dos parlamentares que aderiram à Frente Parlamentar pela Criação da Justiça Agrária, de minha autoria.

O objetivo é proporcionar mais harmonia nas relações no âmbito agrário, com a solução dos conflitos oriundos do campo por juristas e magistrados especializados, que tenham mentalidade agrarista, a exemplo do que ocorre nos demais países da América Latina.

Certo de poder contar com o bom acolhimento de Vossa Excelência, aproveito para-subscriver-me com apreço.

Atenciosamente, – **Dr. Rodolfo Pereira**, Deputado Federal, PDT/RR.

**RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES QUE COMPÕEM A FRENTE
PARLAMENTAR EM DEFESA DA JUSTIÇA AGRÁRIA**

NOME DO PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	GABINETE
1. Alceste Almeida	PMDB/RR	902
2. Almerinda de Carvalho	PMDB/RJ	216
3. André Luiz	PMDB/RJ	858
4. Arnon Bezerra	PTB/CE	413
5. Asdrubal Bentes	PMDB/PA	410
6. Átila Lins	PPS/AM	730
7. Augusto Nardes	PP/RS	936
8. Carlos Alberto Lereia	PSDB/GO	830
9. Colbert Martins	PPS/BA	319
10. Darcisio Perondi	PMDB/RS	518
11. Dr. Benedito Dias	PP/AP	926
12. Dra. Clair	PT/PR	469
13. Eduardo Barbosa	PSDB/MG	540
14. Eduardo Gomes	PSDB/TO	950
15. Fernando de Fabinho	PFL/ BA	904
16. Feu Rosa	PP/ES	960
17. Francisco Appeo	PP/RS	424
18. Geraldo Resende	PPS/MS	905
19. Gonzaga Patriota	PSB/ PE	430
20. Iara Bernardi	PT/SP	360

21. Iris Simões	PTB/PR	948
22. Isaias Silvestre	PSB/MG	531
23. Jaime Martins	PL/MG	333
24. João Alfredo	PT/CE	566
25. João Leão	PL/BA	320
26. Jorge Boeira	PT/	335
27. José da Cruz Marinho	PSC/PA	823
28. José Ivo Sartori	PMDB/RS	927
29. Josué Bengtson	PTB/PA	305
30. Júnior Betão	PPS/AC	817
31. Leandro Vilela	PMDB/GO	574
32. Leonardo Vilela	PP/GO	934
33. Leônidas Cristino	PPS/CE	938
34. Luciano Leitoa	PSB/MA	529
35. Maria Helena	PPS/RR	909
36. Mário Heringer	PDT/MG	212
37. Maurício Quintella Lessa	PSB/AL	941
38. Mauro Benevides	PMDB/CE	210
39. Mauro Lopes	PMDB/MG	841
40. Medeiros	PL/SP	946
41. Mendes Ribeiro Filho	PMDB/RS	222
42. Moacir Michelletto	PMDB/PR	478
43. Neiva Moreira	PDT/ MA	826

44. Ney Lopes	PFL/RN	326
45. Osvaldo Reis	PMDB/TO	835
46. Patrus Ananias	PT/MG	578
47. Philemon Rodrigues	PL/PB	226
48. Reginaldo Germano	PFL/BA	310
49. Renato Casagrande	PSB/ES	662
50. Roberto Balestra	PP/GO	219
51. Romeu Queiroz	PTB/MG	250
52. Ronaldo Dimas	PSDB/TO	943
53. Serafim Vison	PSDB/SC	245
54. Vittorio Mediolì	PSDB/MG	754
55. Zelinda Novais	PFL/BA	312

FRENTE PARLAMENTAR PELA CRIAÇÃO DA JUSTIÇA AGRÁRIA

Senhor (a) Parlamentar,

Convido Vossa Excelência a se tomar membro da Frente Parlamentar pela Criação da Justiça Agrária. A tensão no campo pela qual está passando a sociedade brasileira e as equivocadas decisões do Judiciário, para dirimir os conflitos, impõe a criação de um fórum permanente de discussão sobre a criação da Justiça Agrária no Brasil á semelhança das existentes em todos os demais países da América Latina.

O Poder Legislativo tem a obrigação de contribuir para que o Poder Judiciário possa oferecer melhor prestação jurisdicional aos brasileiros, quando todos querem apenas criticá-lo.

Uma Justiça mais rápida e eficiente é o que todos nós queremos. Uma Justiça não apenas para o homem da cidade, mas, também, uma justiça para o homem do campo, uma Justiça Agrária. Justiça como forma concreta para intensificação da reforma agrária.

A criação e implantação da Justiça Agrária no Brasil, certamente, proporcionará mais harmonia nas relações no âmbito agrário, com a solução dos conflitos oriundos do campo por pessoa especializada, sem a improvisação existente hoje, evitando-se, assim, fatos como os de Corumbiara, em Rondônia, e, Eldorado do Carajás, no Pará.

Entendo, Senhores, que a justiça Agrária é um fator de paz e justiça social no campo, para que possamos produzir mais e melhor, evitando-se a vergonhosa situação de fome que se alastra pelo país, a impor um programa especial pelo novo governo.

Aliás, para que o Programa Fome Zero, do Presidente Lula, obtenha o sucesso esperado é importante regular as atividades do campo. O novo governo quer fartura na produção de arroz, feijão, mandioca para farinha. E isso quem produz não é o produtor industrial, é o homem do campo. Este fato pressupõe que o Programa Fome Zero deverá priorizar e dar incentivo á agricultura familiar, apoio ao pequeno e ao médio produtor da comida nossa de cada dia. Não apenas a produção de alimentos em quantidade, mas, igual-

mente, com qualidade, na linha de uma segurança alimentar.

Ademais, o homem do campo sofre dupla agressão à sua cidadania quando procura a Justiça – são os obstáculos de acesso à Justiça: primeiro é a conhecida dificuldade crônica de acesso à Justiça de todos os menos favorecidos economicamente; segundo, quando tem acesso, encontra um juiz sem a habilitação jurídica suficiente para lidar com as questões agrárias, sem a necessária mentalidade agrarista.

Somente com a Justiça Agrária teremos juristas com mentalidade agrarista. Pessoas que pensem a problemática agrária de acordo com os valores do homem do campo e, não com os elementos de um direito civil. O homem do campo tem uma forma de ser, de viver e de trabalhar que é diferente do homem urbano, logo, precisa de juristas e magistrados que tenham essa mentalidade agrarista para analisar os seus problemas.

Daí a importância de criação e urgente implantação da Justiça Agrária no Brasil, para que se possa aplicar o Direito de acordo com os interesses do homem do campo e possa atingir os objetivos do projeto defendido pelo governo Lula de erradicar a fome no país, com cidadania para todos.

Inegavelmente, os Constituintes de 88 não quiseram criar uma Justiça Agrária no Brasil, a teor do disposto no art. 126, onde reza que “para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias.” Acrescentando no parágrafo único, que “sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio”.

Faço uso das palavras do eminente prof Paulo Torminn Borges, coordenador do curso de mestrado em direito agrário, da Universidade Federal de Goiás, que foi extremamente cético com a iniciativa dos Constituintes de 88. Dizia aquele saudoso mestre: “Considero (...) péssimo que a Constituição não tenha instituído a Justiça Agrária. Isto de Varas especializadas ou entrâncias especiais (...) é engodo. Não resolve nem ajuda.

Precisamos, isto sim, é de juizes especializados, isto é, juizes com cabeça de agraristas. juizes com mentalidade agrarista.”

Por isso, nobres Parlamentares, a Frente Parlamentar Pela Criação da Justiça Agrária propõe-se a ser um espaço para discussão da questão agrária do país, em busca de soluções mais objetivas e seguras, visando a criação da Justiça Agrária.

Contando com o apoio dos nobres colegas, convido-os a subscreverem esta iniciativa, tornando-se parceiros nesta empreitada.

Cordialmente,

Brasília (DF); 8 de setembro de 2003. – Deputado
Dr. Rodolfo Pereira.

Publique-se.

Em 22-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília DF, 8 de março de 2004

Prezado Deputado João Paulo Cunha,

Ao cumprimentá-lo, encaminho fita cassete contendo gravação da programação da Rádio Cidade FM (Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí – ACONAVI), autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naviraí, Estado do Mato Grosso do Sul, conforme processo nº 53700.000111/99 e licença definitiva expedida em 17-5-2002.

Infelizmente, resta evidenciado o total desconhecimento ou o patente desrespeito a legislação de regência e ao escopo da radiodifusão comunitária pelos responsáveis da referida emissora, vez que infringidos diversos dispositivos legais, em especial os incisos III, IX, XIII, XIV, XV, XVI e XX, todos do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3-6-1998.

Inclusive, a emissora comunitária em questão, ao veicular propaganda de agentes políticos está a infringir também as Leis nºs 9.096, de 19-9-1995, e 9.504, de 30-9-1997.

Portanto, ressaltando mais uma vez que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT não pactua com o desrespeito à lei, é a presente para destacar que atitudes como essa estão a deturpar a finalidade do serviço de radiodifusão comunitária e a inviabilizar as emissoras comerciais que operam na legalidade.

Sem mais para o momento, restando à inteira disposição para quaisquer outros esclarecimentos, subscrevo-me.

Atenciosamente, – Deputado **Rodolfo Machado Moura**, Assessor Jurídico..

À comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.. Oficie-se e após,
publique-se.

Em 22-3-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Defiro. Publique-se.

Em 21-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

OF/A/PSB/219/03

Brasília, 18 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência a Deputada Maninha (PT-DF) para a vaga de suplente da Comissão Especial destinada a analisar a Reforma da Previdência.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**,
Líder do PSB.

Defiro. Publique-se.

Em 21-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 8/03

Brasília, 19 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SGM/P 75/03, de 18-3-2003, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados Jovino Cândido e Marcelo Ortiz para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja a Reforma Política.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

Defiro. Publique-se.

Em 21-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 9/03

Brasília, 19 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SGM/P 74/03, de 18-3-2003, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados Edson Duarte e Leonardo Mattos

para integrarem, na condição de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Casa, cujo tema abranja o Sistema Tributário Nacional.

Atenciosamente, – Deputado **Sarney Filho**,
Líder do PV.

Defiro. Publique-se.

Em 21-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Of. Nº 42/2003

Brasília, 6 de março de 2003

Exmº Sr.

Deputado João Paulo Cunha
MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Considerando as estimativas da Comissão Pastoral da Terra que aponta aproximadamente 25 mil trabalhadores exercendo atividades na condição de escravos, sendo que os maiores números de casos ocorrem nos estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso. Considerando, ainda, que o trabalho de Crianças e Adolescentes também é um dos maiores e mais graves problemas a ser enfrentando em nosso País, solicito a V. Exª instalar a Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo e Trabalho Infantil, com o objetivo de estudar, modificar e ou/implantar a legislação necessária, estimulando e apoiando leis e normas que possibilitem erradicar esse tipo de prática em nosso País. – **Paulo Rocha**, PT/PA.

Publique-se.

Em 21-3-03. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 115, DE 2003

(Da Srª Iara Bernardi)

Acrescenta inciso ao art. 1º do Decreto Lei nº 3.617, de 2 de outubro de 2000, que trata da composição do Conselho Nacional de Política Cultural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º do Decreto Lei 3.617, de 2 de outubro de 2000, fica acrescido dos incisos V e VI:

“Art. O Conselho Nacional de Política Cultural, órgão colegiado integrante de estrutura organizacional do Ministério da Cultura, é composto pelos seguintes membros:

Of. Gab. 226/03

Brasília, 3 de dezembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, comunico que a Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual foi lançada no dia 8 de outubro de 2003 no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. O objetivo da Frente é debater com profundidade o papel do Estado e do Poder Legislativo no combate a tais práticas, verificando a legislação e os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

A Frente é composta por 55 Deputadas/os e 6 Senadoras/es e é estruturada da seguinte forma:

Conselho Executivo:

Coordenação Geral Mista:

Câmara dos Deputados: Deputada Iara Bernardi
(PT/SP)

Senado Federal: Senadora Ideli Salvatti
(PT/SC)

Secretaria Executiva: Deputado Luciano Zica
(PT/SC)

Conselho região Norte: Senador Arthur Virgílio
(PSDB/AM)

Conselho região Nordeste: Deputada Fátima Bezerra (PT/RN), Deputado Luiz Alberto (PT/BA)

Conselho região Sudeste: Deputado Leonardo Mattos (PV/MG), Senador Sérgio Cabral (PMDB/RJ), Deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ), Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ), Deputado Fernando Gabeira (Sem Partido/RJ)

Conselho região Centro-oeste: Deputada Maninha (PT/DF) Conselho Região Sul: Deputada Maria do Rosário (PT/RS).

Cordialmente, – Deputada Iara Bernardi, Coordenadora da Frente Parlamentar.

Publique-se.

Em 3-12-2003 – João Paulo Cunha,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.407, DE 2003

“Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 3/2003 (Apensado PL nº 282/2003); PL nº 536/2003 (PL nº 2.069/2003); PL nº 6.760/2002 e o PL nº

2.518/2003 ao PL nº 5.463/2001 do Senado Federal”.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 142 c/c o art. 143, inciso II, alínea **b** do Regimento Interno desta Casa, que os PLs nº 3/2003 da Senhora Deputada Iara Bernardi (PT – SP), com seu apensado PL nº 282/2003 da Senhora Deputada Laura Carneiro (PFL – RJ); os PLs nº 536/2003, da Senhora Deputada Maninha (PT – DF), e seu apensado PL nº 2.069/2003 da Senhora Katia Abreu (PFL – TO); o PL nº 6.760/2002 da Senhora ex-Deputada Nair Xavier Lobo (PMDB – GO); e o PL nº 2.518/2003 da Senhora Laura Carneiro (PFL – RJ), ao PL nº 5.463/2001 de autoria do Senado Federal – Senadora Maria Carmo Alves (PFL – SE), por ser tratar de matéria idêntica/correlata. O requerimento que encaminhamos a Vossa Excelência surgiu pelo fato de que na Semana próxima estaremos apreciando matérias relacionadas ao Tema Mulher, solicitada pela Bancada Feminina do Congresso Nacional, em comemoração do dia 25 de novembro – Dia Internacional da Eliminação contra a Violência Doméstica. As proposições as aqui alencadas são modificações à Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais e o decreto-lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Esperamos o deferimento deste para podermos Tipificar a Violência Doméstica, dispondo também sobre as penas.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2003. – Deputado **Rogério Silva**, PPS/MT.

Prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Lei nº 3/03.

Publique-se.

Em 3-12-03. – João Paulo Cunha,
Presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.409, DE 2003

“Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 117/2003; PL nº 1.000/2003; PL nº 3.355/1997; PL nº 438/1999 e seus apensados; PL nº 1.308/2003 ao PL nº 3.355/1997”.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 142 c/c o art. 143, inciso II, alínea **b** do Regimento Interno desta Casa, que o PL nº 117/2003, da Senhora Deputada Iara Bernardi (PT – SP); o PL nº 1.000/2003 da Senhora Deputada Teima de Souza (PT – SP) ao PL nº 3.355/1997; o PLs nºs 438/1999 e seus apensos (PLs nºs 1.080/1999 – 2.338/2000 – 3.917/2000 – 4.483/2001 – 1.963/2003) de autorias do ex-Deputado Rubens Bueno (PPS – PR); o PL 1308/2003 de autoria da Comissão Legislação Participativa; ao PL

Of. P– 71/04

Brasília, 20 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 6.904/02 – do Senado Federal (PLS Nº 45/02) – que “denomina Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho a ponte sobre o Rio Tacutu, na BR-401, km 120, no Município de Bonfim, no Estado de Roraima”.

Atenciosamente, – Deputado **Wellington Roberto**, Presidente.

Publique-se.

Em 17-11-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Of.P – 76/04

Brasília, 20 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58, **caput**, do Regimento Interno, comunico a V. Exa. que a Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 5.218-A/01 – do Sr. Alberto Fraga – que “estabelece a obrigatoriedade de um profissional da área de saúde nos vôos com duração superior a duas horas e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Wellington Roberto**, Presidente.

Publique-se.

Em 17-11-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OF. I. 56/2004.

Brasília, 11 de novembro de 2004

Exm^o. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados
Deputado João Paulo Cunha
Nesta

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,
Venho por meio deste ofício dar conhecimento a Vossa Excelência do funcionamento nesta Casa da Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida pública, do Sistema Financeiro e da Política de Juros, constituída em 15 de outubro de 2003.

A Frente foi formada com o objetivo de analisar o sistema financeiro, a composição da dívida, os seus índices de correção e pagamento de juros e o seu impacto sobre o projeto de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Tal proposta se fez necessário para instrumentalizar adequadamente os Parlamentares na proposição de encaminhamentos e medidas pertinentes ao sistema financeiro, à dívida pública e à política de juros, pela ótica de implementação do desenvolvimento econômico e social do país, comprometido com a inclusão social. Sabidamente a dívida pública constitui-se num dos grandes desafios do governo, permanente sangria de recursos públicos para o sistema financeiro, comprometendo claramente a adoção de políticas públicas direcionadas ao resgate social, bem como a adoção de medidas emergenciais de enfrentamento ao flagelo da fome, da miséria e do desemprego em nosso país.

Debruçar-se, pois, sobre tais problemas é, além de urgente, decisivo para contribuir com o projeto de mudanças tão caro e necessário para o nosso país, buscando alternativas à situação de dificuldades que nos encontramos.

Atenciosamente, – Dra. **Clair Martins**, Deputada Federal – PT/PR.

Publique-se.

Em 17-11-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Cf. GDFF 326/2004

Brasília – DF, 16 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a o Lançamento, Instalação e Eleição da Mesa Diretora da Frente Parlamentar pela Paz e pelo Desarmamento, ocorrido, nesta terça-feira, dia 16-11, às 16 horas, no Plenário 11, do Anexo II – Ala das Comissões Permanentes, na Câmara dos Deputados.

Trata-se de evento suprapartidário de grande importância, com adesão de mais de 100 (cem) parlamentares.

Informo a Vossa Excelência, que estiveram presentes, além de diversos parlamentares, os Representantes do Ministério da Justiça; da Diretoria-Geral da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da LBV – Legião da Boa Vontade; e da CONASEMS – Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.

Informo, ainda, que foram eleitos para a Presidência, o Deputado Fernando de Fabinho, para Vice-Presidente, o deputado Walter Feldman e Secretário-Geral, o deputado Marcelo Guimarães Filho.

Atenciosamente, – **Fernando Fabinho**, Deputado Federal, PFL.

Publique-se.

Em 17-11-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.359, DE 2004

(Do Sr. Francisco Turra)

Dá nova redação ao art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Despacho: Apense-se A(O) PL – 6967/2002.

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

O art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 143 O trabalhador rural ora enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social, na forma da alínea a do inciso I, das alíneas g e h do inciso V, ou do inciso VII do artigo 11 desta Lei, pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante vinte e cinco anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal determinou, entre os objetivos da Seguridade Social, a universalidade da cobertura e de atendimento; a uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais e a equidade na forma de participação no custeio.

Entretanto, dadas as peculiaridades do trabalho no campo, a Carta Maior excepcionou a área rural, ao conceder a todos os trabalhadores rurais redução de cinco anos na aposentadoria por idade e ao dispensar tratamento diferenciado ao produtor rural em regime de economia familiar.

Esses princípios constitucionais foram implantados pelas Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 1991, res-

pectivamente, Planos de Custeio da Seguridade Social e Planos de Benefícios da Previdência Social. Até então, os trabalhadores rurais não eram segurados obrigatórios da Previdência Social e, portanto, não contribuíam diretamente para o seguro social público, recebendo benefícios de valor inferior ao salário mínimo.

Para possibilitar a gradual incorporação desses trabalhadores ao novo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, a Lei nº 8.213, de 1991, estabeleceu, no seu art. 143, a concessão de aposentadoria por idade ao trabalhador rural segurado obrigatório na qualidade de empregado, autônomo ou segurado especial, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos contados de sua vigência, bastando para tal a comprovação do exercício da atividade no período determinado.

Esse prazo encerra em 2006, sem que grande contingente desses trabalhadores tenha regularizado sua situação perante a Previdência Social, em função, entre outros fatores, de rendimentos insuficientes; da dificuldade da formalização do trabalho no campo ou da falta de esclarecimentos.

Assim, propomos elevar esse prazo para vinte e cinco anos, permitindo que o trabalhador que efetivamente labutou no meio rural, mas que não teve condições de contribuir ou de comprovar contribuições vertidas ao RGPS, ao completar a idade de sessenta anos, se homem, ou cinquenta e cinco anos, se mulher, faça jus ao benefício de um salário mínimo até o ano de 2016.

Considerando o alcance social da proposta, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 2004. – Deputado **Francisco Turra**

PROJETO DE LEI Nº 4.360, DE 2004

(Do Sr. Dr. Pinotti)

Acrescenta inciso ao artigo 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (Anencéfalo)

Despacho: Apense-se A(O) PL – 1135/1991

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É isenta de ilicitude a interrupção da gravidez em caso de gestante portadora de feto anencéfalo.

Art. 2º O art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 4.723, de 2001.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Atenciosamente, – Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-8-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício Nº 250/2003-P

Brasília, 20 de agosto de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 40, de 2003.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Atenciosamente, Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-8-03. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OFÍCIO Nº 251/2003-P

Brasília, 20 de agosto de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 5.494, de 2001.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Atenciosamente, Deputada **Angela Guadagnin**, Presidente.

Publique-se.

Em 25-8-03 – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Ofício Nº 1.308/03/GAN

Brasília, DF, 19 de agosto de 2003

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Criação de Frente Parlamentar
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, trago ao seu conhecimento a formação da Frente Parlamentar da Produção, Emprego e Desenvolvimento, com o propósito de apoiar as iniciativas que estimulem e defendam a produção, o emprego e o desenvolvimento social.

Informo, a propósito, terem se inscrito na Frente 86 Deputados Federais e 4 Senadores, conforme listagem anexa.

Limitado ao exposto, aproveito o ensejo para manifestar meu apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado Federal **Augusto Nardes** (PP/RS).

DEPUTADOS	SENADORES
ADELOR VIEIRA	JOSUÉ BENGTONSON
AGNALDO MUNIZ	JULIO REDECKER
ALBERTO FRAGA	JUNIOR BETÃO
ALCESTE ALMEIDA	KÁTIA ABREU
ALEX CANZIANI	LEODEGAR TISCOSKI
ALMEIDA DE JESUS	LEONARDO VILELA
ANDRÉ LUIZ	LUÍZ BITTENCOURT
ANDRÉ ZACHAROW	LUÍZ CARLOS HAULY
ANN PONTES	LUÍZ CARREIRA
ANSELMO	MARCOS DE JESUS
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	MARCUS VICENTE
ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	MAURICIO RABELO
ANTONIO NOGUEIRA	MAX ROSENMAN
ARIOSTO HOLANDA	MIGUEL DE SOUZA
AROLD CEDRAZ	MILTON CARDIAS
ARY VANAZZI	NEIVA MOREIRA
ASSIS MIGUEL DO COITO	NELSON MARQUEZELLI
ÁTILA LINS	OSMÂNIO PEREIRA
AUGUSTO NARDES	OSVALDO REIS
CARLOS ALBERTO LEREIA	PASTOR REINALDO
CARLOS MELLER	PAULO MARINHO
CELCEITA PINHEIRO	PEDRO CORRÊA
COLBERT MARTINS	POMPEO DE MATTOS
CORAUCI SOBRINHO	REGINALDO GERMANO
DAVI ALCOLUMBRE	REINALDO BETÃO
DEVANIR RIBEIRO	ROBERTO BALESTRA
DILCEU SPERAFICO	ROMEL ANIZO
DR. EVILÁSIO	ROMEU QUEIROZ
EDUARDO BARBOSA	RONALDO DIMAS
EDUARDO GOMES	SELMA SCHONS
ÉRICO RIBEIRO	SEVERIANO ALVES
FERNANDO DE FABINHO	SEVERINO CAVALCANTI
FRANCISCO DORNELLES	SILAS BRASILEIRO
GASTÃO VIEIRA	SUELY CAMPOS
GERALDO RESENDE	TELMA DE SOUZA
GIACOCO	WELINTON FAGUNDES
GILBERTO NASCIMENTO	WELLINGTON ROBERTO
HENRIQUE AFONSO	YEDA CRUSIUS
IRIS SIMÕES	ZÉ LIMA
IVAN RANZOLIN	ZENALDO COUTINHO
JOÃO BATISTA	ZEQUINHA MARINHO
JOÃO CAMPOS	
JOÃO TOTA	
JORGE BOEIRA	
JOSÉ PRIANTE	

Publique-se.

Em 25-8-2003. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Código de Trânsito Brasileiro, para incluir, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico.”

Relator: Deputado ELISEU RESENDE

144. Projeto de Lei nº 4.894/05 – Do Sr. Alceu Collares – que “denomina Aeroporto Internacional Salgado Filho – Lupicínio Rodrigues o Aeroporto Internacional da Cidade de Porto Alegre – RS.”

Relator: Deputado JURANDIR BÓIA

145. Projeto de Lei nº 4.901/05 – Do Sr. Humberto Michiles – que “acrescenta o inciso III e parágrafo 2º, renumerando o parágrafo único, todos do art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências.”

Relator: Deputado WELLINGTON ROBERTO

Sala da Comissão, 4 de abril de 2005. – **Ruy Omar Prudêncio da Silva**, Secretário.

Publique-se.

Em 12-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

CM – MA Nº 2/05

Brasília, 12 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor

Severino Cavalcanti

DD Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

COMUNICADO

Venho através deste, comunicar a Presidência desta Casa, a instalação da Frente Parlamentar para Regulamentação e Normatização da Internet no Brasil, juntamente com os setenta e dois parlamentares, que à compõem.

A instalação ocorrerá dia 13 de abril de 2005. Na certeza de que Vossa Excelência tomará as devidas providências, desde já agradeço a gentileza dispensada. – **Marcos Abramo**, – Deputado Federal PFL/SP, Presidente da Frente Parlamentar.

Publique-se.

Em 12-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 4.908, DE 2005

(Do Sr. Neuton Lima)

Acrescenta parágrafo ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, determinando o porte obrigatório do certifi-

cado de aprovação em curso especializado, para os condutores que especifica.

Despacho: Às Comissões de: Viação e Transportes Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Apreciação: Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24 II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 159 da Lei nº 9.503/97, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 159.

.....

§ 12. Para os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, fica obrigatório, quando estiverem na direção desses veículos, o porte do certificado de sua aprovação em curso especializado para conduzi-los, nos termos da normatização do CONTRAN(AC).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Seguindo a disposição do § 1º do art. 159 do Código de Trânsito Brasileiro, que torna obrigatório o porte da Carteira de Habilitação ou da Permissão para Dirigir pelo condutor, quando na direção do veículo, o objetivo deste projeto de lei é, no que se refere aos condutores de veículo de transporte coletivo, de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, obrigá-los a portar, quando estiverem ao volante, o certificado de sua aprovação no curso especializado que os capacita a dirigir os referidos veículos.

Esse curso já é previsto no Código de Trânsito Brasileiro da seguinte forma:

“Art. 145. Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

.....

IV – ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.”

Consideramos a medida que propomos importantíssima para assegurar a devida fiscalização do trânsito desses veículos especiais, com vistas a proporcionar maior segurança ao tráfego. A verificação do certificado de aprovação em curso especializado é necessária

Of. Pres. nº 173/04

Brasília, 6 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei nº 3.854/00, por esta Comissão, nesta data.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tarcísio Zimmermann**, Presidente.

Publique-se.

Em 26-10-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente

Of. Pres. nº 174/04

Brasília, 6 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação do Projeto de Lei nº 3.711/00, por esta Comissão, nesta data.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente, – Deputado **Tarcísio Zimmermann**, Presidente.

Publique-se.

Em 26-10-2004. – **João Paulo Cunha**,
Presidente.

Ofício nº 1.496/04/GAN

Brasília, 21 de outubro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
João Paulo Cunha
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Criação de Frente Parlamentar

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Ao cumprimentar Vossa Excelência, trago ao seu conhecimento a formação da Frente Parlamentar pela Administração – Valorização da Administração Pública, com o propósito de defender iniciativas que visem ao

incremento, em todos os níveis de governo, da adequada compreensão dos problemas administrativos que afligem a máquina pública do nosso País.

Informo, a propósito, terem se inscrito na Frente 30 Deputados Federais e 4 Senadores, conforme listagem anexa.

Limitado ao exposto, aproveito o ensejo para manifestar meu apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputado Federal **Augusto Nardes**, (PP/RS).

DEPUTADOS
ALBERTO FRAGA
ANTÔNIO CAMBRAIA
CARLOS NADER
CÉSAR BANDEIRA
CLOVIS FECURY
COLBERT MARTINS
CORAUCI SOBRINHO
DARCI COELHO
EDUARDO VALVERDE
ILDEU ARAÚJO
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
JOSUÉ BENGTON
MARCUS VICENTE
MAURICIO RABELO
MAURO BENEVIDES
MILTON CARDIAS
NEUCIMAR FERREIRA FRAGA
OSVALDO BIOLCHI
PAES LANDIM
PEDRO CORREA
PEDRO NOVAIS
PHILEMON RODRIGUES
RODOLFO PEREIRA
ROGÉRIO TEÓFILO
SARNEY FILHO
SÉRGIO CAIADO
SIMÃO SESSIM
VILMAR ROCHA
WAGNER LAGO
WASNY DE ROURE
SENADORES
FLÁVIO ARNS
SÉRGIO PEDRO ZAMBIASI
VALDIR RAUPP
VALMIR AMARAL

Publique-se

Em 26-10-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiterei ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

Defiro. **Publique-se.**

Em 31-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. 432/2005

Brasília, 30 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado Paes Landim – PTB/PI, na qualidade de Suplente, para a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 548-A, de 2002, do Senado Federal, que “dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Defiro. **Publique-se.**

Em 31-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Of. nº 158-PP/2005-CCJC

Brasília, 25 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.513/02, apreciado por Órgão Técnico, em 24 de maio do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Em 31-5-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 159–PP/2005 – CCJC

Brasília, 25 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Decreto Legislativo apreciados por este Órgão Técnico, em 24 de maio do corrente, a seguir relacionados: 1.087/03, 3.069/03, 1.210/04, 1.464/04, 1.479/04, 1.510/04, 1.536/04, 1.538/04 e 1.612/05.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Antônio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Em 31 de maio de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OFÍCIO Nº 110/2005/CFFC–PR

Brasília, de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Publicação da Representação nº 2/2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao art. 58 do Regimento Interno, que esta Comissão, em reunião ordinária realizada no dia 18-5-2005, concluiu pelo arquivamento da Representação nº 2/2003, da Deputada Maninha, representando “contra supostas irregularidades no processo de compra de equipamentos para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal pelo Governador Joaquim Roriz.”

Atenciosamente, – Deputado **Alexandre Cardoso**, Presidente.

Publique-se.

Em 31 de maio de 2005. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 178/GAB 321

Brasília, 12 de maio de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Temos a honra de comunicar a Vossa Excelência, a formação da Frente Parlamentar pelo Direito da legítima defesa, constituída por diversos políticos que compõem esta casa, com o objetivo de coordenar os diversos assuntos que interessem a sociedade e a este parlamento.

A atual situação de insegurança que se instalou em nosso país e principalmente a parcialidade como vem sendo abordado o fundamental direito à legítima defesa nos levou a propor a criação da Frente Parlamentar pelo direito da legítima defesa, proposta esta, que foi bem acolhida pelos membros da Casa e que terá a finalidade de fiscalizar, acompanhar e apresentar soluções que possam ir ao encontro dos anseios

deste parlamento e principalmente das aspirações do povo, procurando, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação, a discussão técnica e científica da matéria de modo a produzir resultados favoráveis para a sociedade brasileira.

Encaminhamos a ficha de adesão da Frente Parlamentar pelo direito da legítima defesa à vida, que pugna também pelos direitos à liberdade, à integridade física, à honra e ao patrimônio, juntamente com a sugestão de Estatuto que será apreciado oportunamente pelos subscreventes, assim que for realizada a primeira reunião de trabalho da Frente, oportunidade esta em que serão eleitos os dirigentes dos órgãos da mesma.

Futuramente encaminharemos a composição definitiva da Frente, o Estatuto aprovado e as principais prioridades de trabalho que serão previamente aprovadas pelos membros.

Por hora, solicitamos de Vossa Excelência, a publicação do presente, para formalização da Frente Parlamentar pelo direito da legítima defesa.

Termos em que, Pede Deferimento.

Atenciosamente, – **Alberto Fraga**, Deputado Federal – **Luiz Antonio Fleury**, Deputado Federal.

Brasília, 12 de maio de 2005

Senhor Deputado

A atual situação de insegurança que se instalou em nosso país e principalmente a parcialidade como vem sendo abordado o fundamental direito à legítima defesa me levou a propor a criação da Frente Parlamentar pelo direito da legítima defesa, proposta esta, que terá a finalidade de fiscalizar, acompanhar e apresentar soluções que possam ir ao encontro dos anseios deste parlamento e principalmente das aspirações do povo, procurando, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação, a discussão técnica e científica da matéria de modo a produzir resultados favoráveis para a sociedade brasileira.

Encaminho em anexo a ficha de adesão da Frente Parlamentar pelo direito da legítima defesa, que se configura pelos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à integridade física, à honra e ao patrimônio, para que V.Ex^a, se desejar, possa contribuir mais uma vez sobre essa tão importante matéria.

Respeitosamente, – **Alberto Fraga**, Deputado Federal – **Luiz Antonio Fleury**, Deputado Federal.

FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO À LEGÍTIMA DEFESA

FICHA DE ADESÃO

Nome do Parlamentar: _____

Assinatura: _____

Partido: _____ Estado: _____ Gabinete: _____

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA

Art. 1º A Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa é uma entidade de direito privado, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por deputados federais e senadores da República Federativa do Brasil, podendo ter representações nas Assembléias Legislativas Estaduais e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Parágrafo único. A frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa:

a) acompanhar a política oficial de segurança pública, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade: o Direito Penal, Processual Penal e demais normas que se relacionem com o direito da legítima defesa da sociedade, em especial legislações acerca de armas e outras formas de proteção individual e/ou coletiva;

b) promover debates, simpósios, seminários e eventos pertinentes ao exame da política de segurança pública, com enfoque nos aspectos intrínsecos da legítima defesa, da proteção da vida, da liberdade, da integridade física, da honra e do patrimônio, divulgando seus resultados;

c) promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos de outros países visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas de bem estar social, de segurança pública, de atenção a tranqüilidade e paz públicas, de fomento aos valores concernentes a família, a dignidade e aos respeito entre os iguais;

d) procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à legítima defesa e a segurança pública, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional;

e) assumir o debate amplo de todos os aspectos sobre a política sobre armas de fogo no País, os seus aspectos éticos, morais, técnico e científico e a sua relação com o direito e as garantias das pessoas e das minorias.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa:

a) como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o termo de adesão no prazo de trinta dias, contados da data de aprovação do presente estatuto;

b) como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o termo de adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

c) como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da frente.

Parágrafo único. A frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem no estudo e na prática de políticas comprometidas com a proteção e com o natural direito da legítima defesa.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa:

a) a Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) a Mesa Diretora, integrada por presidente, três vice-presidentes, dois secretários, dois tesoureiros e quatro vogais;

c) o Conselho Fiscal, constituído por três membros titulares e três suplentes.

Art. 5º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada ano, no mês de maio e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa Diretora ou pela expressa manifestação de pelo menos trinta por cento de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 30% (trinta por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

a) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa;

b) aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o regimento interno elaborado pela Mesa Diretora;

c) eleger o presidente e o secretário da Assembléia Geral;

d) eleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal;

e) zelar pelo cumprimento das finalidades da frente;

f) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembleias ordinárias;

g) autorizar a constituição de comissões permanentes e, se necessária, a constituição de uma secretaria executiva;

h) examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora e pelo Conselho Fiscal, aprovando os seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;

i) autorizar a aquisição ou a alienação de bens imóveis;

j) homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

l) apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de quinze dias, por meio de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e nas emissoras de rádio e de televisão das respectivas Casas, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete à Mesa Diretora:

a) organizar e divulgar programas, projetos e eventos da frente;

b) nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros e a outros membros da frente, designar um secretário executivo se autorizada pela Assembleia Geral, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

c) ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembleia Geral;

d) receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da frente;

e) admitir ou demitir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, isto no interregno das Assembleias Gerais Ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembleia Geral;

f) manter contato com as Mesas Diretoras e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados e do Senado visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações de segurança pública, do legítimo direito à defesa da vida, da liberdade, da integridade física, da honra e do patrimônio, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos de segurança pública dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal;

g) contratar assessores que opinem nas questões afins às finalidades da Frente;

h) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

i) elaborar um Regimento Interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação da Assembleia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia previamente distribuída.

j) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações de segurança pública, do legítimo direito à defesa da vida, da liberdade, da integridade física, da honra e do patrimônio;

l) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º Os mandatos da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal tem a duração de dois anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo único. Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa tem início no mês de maio e se encerra no mês de abril do ano seguinte.

Art. 11. Os cargos de direção da Frente serão preenchidos por parlamentares que estejam no exercício de mandato, admitida inclusive a participação de suplentes de deputado ou de senador que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos Frente.

Parágrafo único. O suplente de deputado ou de senador, integrante de órgãos de direção da Frente,

em ocorrendo a perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 12. É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa o direito de usufruírem ou perceberem vantagens pessoais bem como o de receberem qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, permitido o reembolso de despesas comprovadamente feitas em decorrência de missões específicas.

Art. 13. O patrimônio móvel e imóvel e a receita da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa se constituirá através da contribuição de seus membros, de aquisições, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de contratos, de subsídios, transferências ou subvenções oriundas de entidades públicas ou privadas e de outras origens legalmente admitidas.

Parágrafo Único. Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em banco oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 14. As representações da Frente, referidas no art. 1º, terão autonomia administrativa e financeira próprias e adotarão regimento interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

Art. 15. A Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa terá um regimento interno, subsidiário do presente estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influam na aceitação ou no desligamento de seus membros e na destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O regimento interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 16. No caso de extinção da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantropo, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo único. A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos cinco parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária

especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 17. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa.

Publique-se.

Em 31-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

OGCC nº 67

Brasília, em 9 de maio de 2005

Ilmo. Sr Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito o encaminhamento ao meu Gabinete de nº 630, de cópia do relatório de auditoria do TCU que foi realizado na Prefeitura de São Francisco do Conde/BA.

Na certeza da boa acolhida e aquiescência de Vossa Excelência no encaminhamento do referido pleito, reitero votos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Cláudio Cajado**
– PFL/BA.

À Comissão de Fiscalização Financeira
e Controle. Oficie-se. **Publique-se.**

Em 31-5-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Brasília, em 31 maio de 2005

Exmo. Sr. Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Ao cumprimentar V. Ex^a, venho mui respeitosa-mente comunicar a essa Presidência que desde 30 de maio de 2005 não estou mais filiado ao PSDB, motivo pelo qual solicito a V. Ex^a, que sejam tomadas as providências legais que o caso requer.

Atenciosamente, – Deputado **Ariosto Holanda**.

Senhor Presidente do PSDB/CE
Dr. Cirilo Antonio Pimenta Lima

Senhor Presidente,

Eu, Francisco Ariosto Holanda, portador do Título Eleitoral nº 4988507/87 Zona 003 Seção 511, venho, mui respeitosamente, comunicar à V. S^a, que a partir dessa data não estarei mais filiado ao PSDB, motivo pelo qual solicito o meu desligamento e as providências legais que o caso requer.

Fortaleza, 30 de maio de 2005. – Deputado **Francisco Ariosto Holanda**.

OF/LID/Nº 167/2005

Brasília, 28 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Inocêncio Oliveira
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em substituição ao OF/LID/Nº 155/2005, indico a Vossa Excelência os deputados Raul Jungmann e Colbert Martins, para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 334-A, de 1996, “que veda a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

Publique-se.

Em 29-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF/LID/Nº 168/2005

Brasília, 29 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Colbert Martins, para integrar, como titular, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4.147/01, que “institui diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**,
Líder.

Publique-se.

Em 29-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 177/PDT

Brasília, 27 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Gorete Pereira deixa de participar da Comissão de Viação e Transportes, em vaga cedida pelo PDT.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Álvaro Dias**,
Vice-Líder do PDT.

Defiro. Publique-se.

Em 29-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of nº 57/05

Brasília, 14 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Assunto: Indicação de membro para Comissão Permanente

Senhor Presidente,

Indico, nos termos regimentais, o deputado Neucimar Fraga (PL-ES) para integrar como membro titular a Comissão Permanente de Viação e Transportes CVT.

Respeitosamente. – Deputado **Renildo Calheiros**, Líder do PCdoB.

Defiro. Publique-se.

Em 29-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

OF. Nº 106-PP/2005 – CCJC

Brasília, 26 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.500/03, apreciado por este Órgão Técnico, em 20 de abril do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Antonio Carlos Biscaia**, Presidente.

Publique-se.

Em 29-4-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

OF. Nº 14/05/GAB

Brasília – DF, 18 de abril de 2005

Exmº Sr.

Deputado Federal Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados.
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, folga-me parabenizá-lo pela extraordinária atuação frente à Pre-

sidência desta Casa, na condição de legítimo representante da valorização da atividade parlamentar, da harmonia e autonomia do legislativo face dos demais Poderes, bem como, do triunfo da verdade sobre o sofisma.

Valho-me do presente para comunicar a esta Augusta Casa, a recente criação da Frente Parlamentar Pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro. Outrossim, na condição de presidente da referida Frente, encaminhar documentação anexa, para que Vossa Excelência s.m.j., determine os registros que se fizerem necessários nos anais da Câmara dos Deputados.

Cumpra informar que a referida Frente Parlamentar foi lançada por ocasião do 1º Seminário Sobre o Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO da Câmara dos Deputados, dia 22 e 23 de junho de 2004, tendo seus Estatutos aprovados e sua Diretoria e Conselho Fiscal eleitos e empossados no dia 08 de dezembro do mesmo ano.

Por fim, ressalto a importância desta nova Frente Parlamentar como braço da CSPCCO, notadamente, quanto ao esforço

legislativo determinado a garantir recursos para o financiamento da segurança pública e do sistema penitenciário brasileiro, enquanto atividades típicas do Estado.

Colho o ensejo para renovar meus protestos de respeito e apreço.

Atenciosamente, – Dep. Federal **João Campos**, PSDB/GO.

Documentos Anexos:

1. Estatuto da FPPFSPSPB;
2. Ata de aprovação do Estatuto, eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal da FPPFSPSPB;
3. Ficha de adesão de Deputados;
4. Relação de Deputados membros da Frente;
5. Quadro de composição da Diretoria e Conselho Fiscal FPPFSPSPB;
6. Documentação referente ao 1º Seminário sobre o Financiamento da Segurança Pública.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Art. 1º A Frente Parlamentar pelo financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro é uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República.

Parágrafo Único. A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar:

I – Apoiar o Governo Federal, os estados o Distrito Federal e municípios no desenvolvimento de uma política nacional de financiamento da Segurança Pública e do Sistema Prisional Brasileiro;

II – Defender, perante aos Órgãos responsáveis, a criação de um sistema autônomo de financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, por meio da vinculação de receita e gestão democrática;

III – Discutir o Pacto Federativo pela Segurança Pública no Brasil, considerando o novo modelo de financiamento e gestão compartilhada entre a União, Estados e Municípios;

IV – Promover o debate nacional sobre o financiamento e gestão da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro;

V – Promover o estudo comparado e a integração da legislação brasileira ao sistema jurídico internacional sobre financiamento e gestão da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário;

VI – Discutir a cooperação internacional no financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro;

VII – Debater a atualização do modelo de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro.

VIII – Pugnar por mecanismo de controle social dos sistemas e da gestão dos recursos, e pela qualidade dos serviços.

IX – Defender a adoção de medidas de valorização do agente da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, por meio da capacitação continuada e de políticas e moradia, de salário, de previdência e de assistência social dignas.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar pelo financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro;

I – Como membros fundadores os parlamentares que, integrantes da 520 Legislatura, subscreveram o Termo de Adesão ou que no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data de aprovação do presente Estatuto, vierem a se inscrever;

II – Como membros efetivos os parlamentares que subscreverem o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

III – Como membros colaboradores os ex-parlamentares que se interessarem pelos

objetivos da Frente, os Parlamentares Estaduais, os Vereadores.

Parágrafo Único. O suplente de Deputado, integrante de órgãos de direção da Frente, em ocorrendo à perda do seu respectivo mandato parlamentar, será substituído em seu cargo por um dos vogais, conforme indicação da Mesa Diretora.

Art. 4º É vedado a todos os membros da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, usufruir ou perceber qualquer tipo de remuneração pelo exercício de seus cargos de direção, sendo permitido, tão somente, o reembolso de despesas decorrentes de missões específicas, devidamente comprovadas.

Parágrafo Único. A Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro contará com recursos próprios, provenientes da doação voluntária de seus membros, cuja regulamentação constará do Regimento Interno.

Art. 5º São órgãos de Direção da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro:

I – A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II – A Mesa Diretora, integrada por Presidente, cinco Vice-Presidentes, com dois Tesoureiros, dois Secretários e cinco Vogais;

III – Conselho Fiscal, constituído por sete membros titulares e cinco suplentes.

Art. 6º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente duas vezes a cada ano, no mês de abril e agosto, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Mesa Diretora, pela maioria dos membros da Mesa ou pela expressiva manifestação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros fundadores e efetivos, e em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 7º Compete à Assembléia Geral:

I – Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro;

II – Aprovar, modificar ou revogar total ou parcialmente, o Regimento Interno elaborado pela Mesa Diretora;

III – Eleger, reeleger e empossar os membros da Mesa Diretora e do Conselho Fiscal, para o mandato de um ano;

IV – Admitir ou demitir membros;

V – Examinar e referendar os atos praticados pela Mesa; Diretora e pelo Conselho Fiscal, aprovando seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;

VI – Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

VII – Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora, pelo Conselho Fiscal ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos;

VIII – Zelar pelo cumprimento das finalidades da frente.

Art. 8º A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias, mediante divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e na Emissora de Rádio e de Televisão da respectiva Casa, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos Parlamentares.

Art. 9º Compete à Mesa Diretora:

I – Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro;

II – Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros e a outros membros da Frente, designar um Secretário Executivo, nomear integrantes de missões externas, contratar pessoal de apoio desde que haja recurso financeiro próprio e requisitar apoio logístico e de pessoal à mesa da Câmara dos Deputados;

III – Ouvir e aprovar atas, relatórios e pareceres, submetendo estes últimos à homologação da Assembléia Geral;

IV – Receber doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente;

V – Admitir ou demitir membros, no interregno das assembleias gerais ordinárias, levando estes atos ao conhecimento e à homologação da Assembléia Geral;

VI – Manter contato com as lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, visando ao acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas governamentais sobre Segurança Pública e o Sistema Penitenciário Brasileiro, a órgãos dos demais Poderes em nível Federal, Estadual e Municipal.;

VII – Contratar assessores que opinem nas questões relativas às finalidades da Frente, se autorizados pela Assembléia Geral;

VIII – Praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

IX – Elaborar um Regimento Interno que defina e interprete o presente Estatuto e estabeleça as normas necessárias ao atendimento das finalidades da Frente, submetendo-o à aprovação

da Assembléia Geral, desde que o assunto conste da ordem do dia previamente distribuída;

X – Firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e a aplicabilidade das políticas e das ações governamentais;

XI – Exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal examinar todos os Livros e documentos contábeis da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, emitindo parecer sobre as contas a cada ano, submetendo sua apreciação ao juízo da Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo único. Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro tem início no dia 10 de julho e encerra no dia 31 de junho do ano seguinte.

Art. 11. Os cargos de direção da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro serão preenchidos por Parlamentares que estejam no exercício de mandato, admitindo inclusive a participação de Suplentes de Deputado, que tenham assumido o mandato, desde que sejam membros fundadores ou efetivos da Frente.

§ 10. A Mesa Diretora da Frente Parlamentar pelo financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, é constituída de um presidente, cinco vice-presidentes, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, cujas funções serão definidas no Regimento Interno a ser elaborado.

§ 2º Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente, serão depositados em Banco Oficial em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora ou por quem o substitua e pelo tesoureiro, primeiro ou segundo, que estiver no exercício efetivo do cargo.

Art. 12. A Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, terá um regimento interno, subsidiário do presente Estatuto, no qual constarão, detalhadamente, os princípios da sua organização interna e das atribuições dos seus diretores, bem como os procedimentos da aplicação das normas de ética e de moral que influem na aceitação ou no desligamento de seus membros e na destituição de seus diretores.

Parágrafo único. O Regimento Interno será aprovado, revogado ou modificado pelo voto da maioria simples dos membros da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro presentes à Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, convocada para o exame da matéria.

Art. 13. No caso de extinção da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantrópico, sem fins lucrativos, nomeada pela Assembléia Geral que determinar a dissolução da Frente.

Parágrafo único. A Frente somente poderá ser extinta quando não houver pelo menos 10 (dez) Parlamentares interessados em sua existência e o ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

Art. 14. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral de fundação da Frente Parlamentar pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro, quando também se dará a eleição e posse da primeira Diretoria.

Brasília, 10 de novembro de 2004.

ATA DE APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA FRENTE PARLAMENTAR PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatro (24-11-04), às 11h, na sala da Presidência da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO da Câmara dos Deputados, reuniram-se vários Deputados, em Assembléia Geral, para discutir a criação da Frente Parlamentar Pelo Financiamento da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário Brasileiro. Por indicação dos presentes,

O Deputado João Campos assumiu a presidência da reunião, convidando, ato contínuo, a Deputada Denise Frossard para secretariar os trabalhos. Em seguida, o presidente discorreu sobre a importância da segurança pública e do sistema penitenciário brasileiro como atividade típica do Estado, bem como, sobre a necessidade de garantias constitucionais e infra-constitucionais para o financiamento do setor, com rubricas próprias no Orçamento Geral da União, dos Estados e Municípios Brasileiros, compatíveis com as necessidades das instituições e dos agentes envolvidos. Argumentou ainda que o país investe em saúde, por ano, **per capita**, o equivalente a R\$128,00, ao mesmo tempo em que investe em segurança pública apenas R\$7,00. Aduziu ainda, que segurança pública é garantia de desenvolvimento humano, crescimento econômico e qualidade de vida. Ato contínuo, o presidente apresentou a seus pares a minuta dos Estatutos a serem adotados pela mencionada Frente Parlamentar, que discutidos, foram aprovados conforme texto em apenso, tendo como membros da Mesa Diretora os seguintes integrantes: um presidente, cinco vice-presidentes, dois tesoureiros, dois secretários e cinco vogais e, do

Conselho Fiscal constituído por sete membros titulares e cinco suplentes, a exercerem mandatos no período de 8 de dezembro de 2004 a 7 de dezembro de 2005. Foram eleitos e empossados em seus respectivos cargos os Deputados: João Campos, para o cargo de presidente; Wanderval Santos, para o cargo de 1º vice-presidente; Juíza Denise Frossard, para o cargo de 2º vice-presidente; Moroni Torgan, para o cargo de 3º vice-presidente; Coronel Alves, para o cargo de 4º vice-presidente; Rubens Otoni, para o cargo de 5º Vice-Presidente; Perpétua Almeida, para o cargo de 1ª secretária; Josias Quintal, para o cargo de 2ª secretária; Gilberto Nascimento, para o cargo de 1º tesoureiro; Wasny de Roure, para o cargo de 2º tesoureiro; como

suplentes da Diretoria os Deputados: Alberto Fraga, Cabo Julio, Mauro Lopes, Pastor Frankembergen e Carlos Sampaio; para o cargo do Conselho Fiscal os Deputados: Eduardo Gomes, Isaías Silvestre, Pastor Amarildo, Walter Pinheiro, Pastor Pedro Ribeiro, Leandro Vilela e Henrique Afonso. Nada mais

havendo a tratar, deu-se por encenada a presente Assembléia. Eu, Denise Frossard, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo presidente.

Brasília, 8 de dezembro de 2004. – **João Campos**, Presidente, **Juíza Denise Frossard**, Secretária Ad-hoc.

FRENTE PARLAMENTAR PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

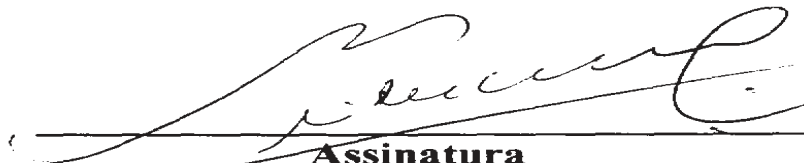
TERMO DE ADESÃO

**Estou de acordo com os
princípios e objetivos da Frente
Parlamentar pelo
Financiamento da Segurança
Pública e do Sistema
Penitenciário Brasileiro**

Nome do Parlamentar: PE AMARILDO

Partido: PMDB **Estado:** TO **Gabinete:** 218 **Anexo:** IV

Brasília – DF, de de 2004


Assinatura

**Após a Assinatura, favor enviar a ficha de adesão ao Gabinete do
Deputado João Campos – Gab. 315 Anexo IV ou pelos telefones 5-
5315 / 5-3315 / 5-1315 / Fax. 5-2315 - Falar com Marcos Vinícios**

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL - JOÃO CAMPOS**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA
FRENTE PARLAMENTAR PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO****Reunião realizada no dia 24/11/2004 na Presidência da CSPCCO**

N.º	Nome	Partido	UF	Gab.	An exo	Assinatura
1.	ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	441	4	
2.	AGNALDO MUNIZ	PPS	RO	833	4	
3.	ALBERTO FRAGA	PTB	DF	321	4	
4.	ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902	4	
5.	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	313	4	
6.	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	216	4	
7.	ALMIR SÁ	PL	RR	481	3	
8.	ANDERSON ADAUTO	PL	MG	739	4	
9.	ANDRÉ ZACHAROW	PP	PR	737	4	
10.	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	270	3	
11.	ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	708	4	
12.	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	414	4	
13.	ANTONIO CRUZ	PTB	MS	368	3	
14.	ANTONIO NOGUEIRA	PT	AP	426	4	
15.	ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CE	575	3	
16.	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	428	4	
17.	ÁTILA LIRA	PSDB	PI	640	4	
18.	AUGUSTO NARDES	PP	RS	936	4	
19.	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	235	4	
20.	CABO JÚLIO	PSC	MG	327	4	
21.	CARLITO MERSS	PT	SC	273	3	
22.	CARLOS MOTA	PL	MG	578	3	
23.	CARLOS NADER	PL	RJ	917	4	
24.	CARLOS WILLIAN	PSC	MG	472	3	
25.	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	528	4	
26.	CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	4	
27.	COLBERT MARTINS	PPS	BA	319	4	
28.	CORONEL ALVES	PL	AP	419	4	
29.	COSTA FERREIRA	PSC	MA	852	4	
30.	DELEY	PV	RJ	432	4	
31.	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	537	4	
32.	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PTB	MG	302	4	
33.	DR. HELENO	PP	RJ	628	4	
34.	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA	729	4	
35.	DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	546	4	
36.	DRA. CLAIR	PT	PR	469	3	
37.	EDNA MACEDO	PTB	SP	816	4	
38.	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	4	
39.	EDUARDO GOMES	PSDB	TO	950	4	
40.	EDUARDO PAES	PSDB	RJ	742	4	
41.	EDUARDO VALVERDE	PT	RO	435	4	
42.	ELAINE COSTA	PTB	RJ	728	4	

43.	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	446	4	
44.	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA	904	4	
45.	FERNANDO GABEIRA	S.PAR T	RJ	332	4	
46.	FRANCISCO APPIO	PP	RS	424	4	
47.	FRANCISCO TURRA	PP	RS	801	4	
48.	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	910	4	
49.	GORETE PEREIRA	PL	CE	607	4	
50.	HELENO SILVA	PL	SE	350	4	
51.	HENRIQUE AFONSO	PT	AC	645	4	
52.	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	539	4	
53.	INALDO LEITÃO	PL	PB	605	4	
54.	ISAÍAS SILVÉSTRE	PSB	MG	531	4	
55.	JAIME MARTINS	PL	MG	333	4	
56.	JAMIL MURAD	PCdoB	SP	437	4	
57.	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	421	4	
58.	JEFFERSON CAMPOS	PMDB	SP	341	4	
59.	JOÃO ALFREDO	PT	CE	566	3	
60.	JOÃO BATISTA	PFL	SP	962	4	
61.	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	315	4	
62.	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP	913	4	
63.	JOÃO LEÃO	PL	BA	320	4	
64.	JOÃO MATOS	PMDB	SC	720	4	
65.	JOÃO MENDES DE JESUS	PSL	RJ	572	3	
66.	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PL	MG	933	4	

67.	JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC	258	4	
68.	JOSÉ DIVINO	PMDB	RJ	587	3	
69.	JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	4	
70.	JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	281	3	
71.	JOSE RAJÃO	PSDB	DF	837	4	
72.	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	735	4	
73.	JOSIAS QUINTAL	PMDB	RJ	611	4	
74.	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238	4	
75.	JUIZA DENISE FROSSARD	S.PAR T	RJ	330	4	
76.	LEANDRO VILELA	PMDB	GO	574	3	
77.	LEONARDO VILELA	PP	GO	934	4	
78.	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	945	4	
79.	LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	844	4	
80.	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	220	4	
81.	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466	3	
82.	MANATO	PDT	ES	217	4	
83.	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA	521	4	
84.	MARCELO TEIXEIRA	PMDB	CE	210	4	
85.	MARCOS DE JESUS	PL	PE	745	4	
86.	MARCUS VICENTE	PTB	ES	362	4	
87.	MAURÍCIO RABELO	PL	TO	958	4	
88.	MAURÍCIO RANDS	PT	PE	237	4	
89.	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	244	4	
90.	MAURO LOPES	PMDB	MG	841	4	

91.	MILTON CARDIAS	PTB	RS	705	4	
92.	MOACIR MICHELETTI	PMDB	PR	478	3	
93.	MORONI TORGAN	PFL	CE	445	4	
94.	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	920	4	
95.	NELSON TRAD	PMDB	MS	452	4	
96.	NILSON MOURÃO	PT	AC	376	3	
97.	ODELMO LEÃO	PP	MG	545	4	
98.	ONYX LORENZONI	PFL	RS	374	3	
99.	OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF	837	4	
100.	PASTOR AMARILDO	PSC	TO	218	4	
101.	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE	475	3	
102.	PASTOR FRANKEMBERGEN	PTB	RR	577	3	
103.	PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE	548	4	
104.	PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	4	
105.	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	260	4	
106.	PAULO AFONSO	PMDB	SC	276	3	
107.	PAULO PIMENTA	PT	RS	552	4	
108.	PEDRO CANEDO	PSDB	GO	219	4	
109.	PEDRO CHAVES	PMDB	GO	406	4	
110.	PEDRO CORRÊA	PP	PE	717	4	
111.	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	625	4	
112.	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	4	
113.	PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP	513	4	
114.	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	206	4	
115.	PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	226	4	
116.	RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	809	4	
117.	REGINALDO GERMANO	PP	BA	310	4	
118.	REGINALDO LOPES	PT	MG	565	3	
119.	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	250	4	
120.	RONALDO VASCONCELLOS	PTB	MG	246	4	
121.	RUBENS OTONI	PT	GO	501	4	
122.	SANDRO MABEL	PL	GO	443	4	
123.	SILAS CÂMARA	PTB	AM	532	4	
124.	TAKAYAMA	PMDB	PR	583	3	
125.	VICENTINHO	PT	SP	740	4	
126.	VIEIRA REIS	PMDB	RJ	352	4	
127.	VILMAR ROCHA	PFL	GO	644	4	
128.	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG	754	4	
129.	WALTER FELDMAN	PSDB	SP	585	3	
130.	WALTER PINHEIRO	PT	BA	274	3	
131.	WANDERVAL SANTOS	PL	SP	348	4	
132.	WASNY DE ROURE	PT	DF	379	3	
133.	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	956	4	
134.	ZÉ GERALDO	PT	PA	266	3	

FRENTE PARLAMENTAR PELO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

DIRETORIA

PRESIDENTE: Deputado João Campos – PSDB/GO
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Wanderval Santos – PL/SP
2º VICE-PRESIDENTE: Deputada Juíza Denise Frossard - PSDB/RJ
3º VICE-PRESIDENTE: Deputado Moroni Torgan - PFL/CE
4º VICE-PRESIDENTE: Deputado Coronel Alves - PL/AP
5º VICE-PRESIDENTE: Deputado Rubens Otoni - PT/GO
1º SECRETÁRIO: Deputada Perpétua Almeida - PC o B/AC
2º SECRETÁRIO: Deputado Josias Quintal - PMDB/RJ
1º TESOUREIRO: Deputado Gilberto Nascimento - PMDB/SP
2º TESOUREIRO: Deputado Wasny de Roure - PT/DF

SUPLENTE:

Deputado Alberto Fraga - PTB/DF
Deputado Cabo Júlio - PSC/MG
Deputado Mauro Lopes - PMDB/MG
Deputado Pastor Frankembergen - PTB/RR
Deputado Carlos Sampaio – PSDB/SP

CONSELHO FISCAL:

TITULARES	SUPLENTE
Deputado Eduardo Gomes – PSDB/TO	Deputado Milton Cardias – PTB/RS
Deputado Isaias Silvestre – PSB/MG	Deputado Carlos Nader – PL/RJ
Deputado Pastor Amarildo – PSC/TO	Deputado Jefferson Campos – PMDB/SP
Deputado Walter Pinheiro – PT/BA	Deputado João Mendes de Jesus – PSL/RJ
Dep. Pastor Pedro Ribeiro– PMDB/CE	Deputado Vilmar Rocha – PFL/GO
Deputado Leandro Vilela – PMDB/GO	
Deputado Henrique Afonso – PT/AC	

REQUERIMENTO Nº DE 2004

(Do Sr. João Campos)

Solicitam a realização, por esta Comissão, de um Seminário com a participação de autoridades do setor de Segurança Pública para debater o tema: “Orçamento e Financiamento da Segurança Pública no Brasil.”

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Ex^a, nos termos regimentais, que seja realizado, por esta douta Comissão, nos dias 22 e 23 de junho do corrente ano, um Seminário sobre “Orçamento e Financiamento da Segurança Pública no Brasil”, a fim de debater com autoridades e técnicos do setor, medidas legais urgentes para solução do problema da criminalidade e violência no país, convi-

dando-se para participarem efetivamente do certame o Sr. Secretário Nacional de Segurança Pública Dr. Luiz Fernando Corrêa, os Secretários de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal por meio do presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública Dr. José Otávio Germano, os Secretários de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e os Administradores do Sistema Prisional por meio do presidente do Colégio Nacional de Secretários de Justiça, Cidadania e Administração Penitenciária Dr. Emanuel Messias Oliveira Cacho, o Sr. Diretor Geral da Polícia Federal Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, o Sr. Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal Sr. Hélio Cardoso Derenne, e ainda, os Chefes de Polícia Civil, os Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros dos Estados e do DF, os quais também estão organizados por meio

de Conselhos Nacionais. Solicito também o envio de convite a técnicos especialistas em matéria de orçamento, tributação e finanças públicas.

Justificação

A Segurança Pública, enquanto atividade típica do Estado, sofre a ausência de um dispositivo constitucional que lhe assegure um sistema de financiamento autônomo, a exemplo do que já ocorre em relação a outros setores da atividade pública onde o problema foi equacionado pela edição de normas constitucionais e infraconstitucionais.

Fruto de uma articulação bem sucedida das autoridades envolvidas, a educação e a saúde, pela aprovação das Emendas Constitucionais nº 14/96 e nº 29/00, respectivamente, lograram estabelecer o aporte de recursos financeiros compatíveis às necessidades e demandas próprias, permitindo ao Estado Federado a execução contínua dessas políticas públicas, impondo ao administrador a obrigatoriedade de aplicação de um percentual mínimo da receita proveniente de impostos, sob pena de sanção. Por oportuno, conforme dados oficiais, sabe-se que o orçamento da União para educação e saúde para o ano de 2004 é de 17,3 e 36,5 bilhões de reais, respectivamente, contrastando com o modesto orçamento de aproximadamente 4 bilhões de reais destinados à Segurança Pública e Justiça, sendo que, parte desses recursos, destinados ao enfrentamento do crime e da violência foram contingenciados pelo atual Governo Federal.

Com o crescimento vertiginoso da criminalidade e violência, motivado pela ausência de investimento do Estado em segurança pública, face a inexistência de políticas de financiamento para o setor, agiganta-se a necessidade de realização deste Seminário, sede legítima desse importante debate.

Importa lembrar que não basta apenas criar um Fundo Nacional de Segurança Pública. Torna-se necessária a vinculação de receita e a obrigatoriedade de aplicação total desses recursos em segurança pública, estabelecendo-se um limite mínimo como ocorre na esfera da educação e da saúde, impondo-se ao administrador faltoso a imputação do crime de responsabilidade. Tal medida tornará possível o repasse de recursos para os estados e municípios, permitindo a realização de investimentos de rápido retorno, notadamente quando aplicados na formação, qualificação e remuneração do agente público do setor de segurança pública, medida, por si só, capaz de reverter o quadro caótico já instalado no país.

A Segurança Pública, por suas instituições e profissionais, sempre responde com rapidez e eficiência

às demandas do setor, na direta proporção dos investimentos recebidos.

Por fim, este importante evento propiciará a abertura de um grande debate nacional nesta Casa, colaborando com o Governo na tarefa de responder concretamente aos reclamos da sociedade frente ao angustiante problema da criminalidade e violência.

Sala das Sessões, 11 de maio 2004. – Deputado
João Campos, PSDB/GO.

UM PACTO FEDERATIVO

PELA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

No seminário sobre Orçamento e Financiamento da Segurança Pública no Brasil, realizado nos dias 22 e 23 de junho do corrente, patrocinado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, com a presença de representantes do Ministério da Justiça, Deputados, Secretários de Segurança Pública. Justiça, Administradores do Sistema Prisional, Comandantes das Polícias Militares e de Corpos de Bombeiros Militares. Diretores das Polícias Civis, Representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Confederação Nacional do Comércio, após uma discussão exaustiva do tema do Seminário, com a participação de autoridades internacionais e brasileiras, ficou claramente comprovado que Segurança Pública não tem a menor prioridade no orçamento público da União, o que é absolutamente incompatível com a demanda que a sociedade reclama para esta área. Urge passar dos discursos para a prática, com medidas concretas, muito imediatas, que tratem a segurança pública e o sistema prisional como uma verdadeira prioridade. Gasta-se pouco e gasta-se mal, sobretudo por falta de coordenação e integração nacional, pois o investimento no setor é irrisório, nulo e os gastos estão sendo assumidos quase integralmente pelos Estados. Os recursos dos fundos Nacional de Segurança. Penitenciário, Antidrogas e Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fins da Polícia Federal estão, na sua quase totalidade, contingenciados para fins de superávit primário.

Não se critica a política econômica, nem se pede mudanças nas políticas fiscais, apenas se pleiteia que a curto prazo os recursos destinados a segurança pública e sistema prisional, sejam efetivamente alocados, empenhados e liberados.

Lamentavelmente, não há um pacto federativo pela Segurança Pública na perspectiva de uma cooperação entre os entes federados. Há uma estadualização de praticamente todos os gastos com a Segurança Pública e com o Sistema Prisional, conforme se pode ver nos quadros demonstrativos a seguir:

QUADRO 1 – Recursos Gastos com Segurança Pública pelos Estados em comparativo com os valores alocados pela SENASP / Ministério da Justiça – Exercício 2003

Ano - 2003				
UF	pessoal	Custeio	investimento	recebido senasp
AC	N/D	N/D	N/D	N/D
AL	154.897.831,15	68.997.764,80	N/D	3.869.000,00
AM	194.792.143,83	25.295.677,94	1.191.300,00	3.588.000,00
AP	73.971.124,26	12.824.463,56	1.709.304,42	5.062.019,64
BA	707.155.584,00	119.420.700,00	24.601.654,00	10.523.286,00
CE	242.645.066,89	43.409.798,61	3.744.025,36	9.216.681,00
DF	1.662.510.602,55	138.354.956,33	54.022.359,39	5.692.665,00
ES	1.427.693,82	3.910.459,08	12.369,30	8.000.000,00
GO	503.615.910,97	28.723.072,12	2.926.496,80	8.314.783,10
MA	N/D	N/D	N/D	N/D
MG	2.225.043.273,87	209.675.302,39	28.749.251,16	10.139.240,00
MS	144.751.328,55	60.484.951,96	8.785.390,54	10.090.948,00
MT	273.529.267,90	51.443.111,53	28.407.782,68	1.200.000,00
PA	1.93.891.862,39	48.914.939,00	9.957.019,96	11.474.200,00
PB	1.47.718.000,00	9.600.000,00	1.800.000,00	5.500.000,00
PE	622.832.509,04	135.006.966,17	4.961.348,27	6.363.270,00
PI	1.58.687.313,80	21.838.593,75	345.217,00	10.177.181,00
PR	446.707.302,65	101.847.485,29	596.441,40	6.844.686,00
RJ	1.163.140.207,74	223.196.429,17	41.823.208,49	37.953.018,92
RN	1.65.064.000,00	27.016.000,00	19.974.000,00	8.800.000,00
RO	1.84.619.684,50	21.855.783,36	271.891,85	4.165.738,75
RR	9.407.182,03	4.417.074,03	808.730,17	3.670.499,50
RS	708.035.094,35	259.129.033,28	18.318.700,92	19.980.875,08
SC	564.545.142,76	135.762.919,02	17.846.975,02	9.064.590,00
SE	1.08.069.769,25	22.575.008,68	N/D	4.341.934,04
SP	N/D	N/D	N/D	N/D
TO	21.128.666,00	9.077.018,13	11.544.655,11	1.948.000,00
TOTAIS	10.677.986.562,30	1.782.777.508,20	282.397.821,84	205.980.616,03

Fonte: Secretarias da Segurança Pública - 2004

Somatório de valores 2003	
Estados	12.743.161.892,34
Senasp	205.980.616,03

Percentuais
1,616
98,384

% SENASP
% Estados

QUADRO 2 – Recursos Gastos com Segurança Pública pelos Estados em comparativo com os valores alocados pela SENASP / Ministério da Justiça – Até Maio de 2004

UF	2004 até maio			
	pessoa	Custeio	investimento	recebido senasp
AC	N / D	N / D	N / D	em tratativas
AL	92 938 698,65	28 749 068,00	N / D	em tratativas
AM	94 063 008,00	17 079 637,93	1 430 236,00	em tratativas
AP	28 501 968,80	5 176 649,14	4 123 557,06	em tratativas
BA	318 421 662,00	38 760 925,00	6 342 720,00	em tratativas
CE	100 081 180,94	12 496 518,62	358 992,89	em tratativas
DF	N / D	N / D	N / D	em tratativas
ES	439 423,72	1 563 269,70	8 238,45	em tratativas
GO	184 302 373,22	11 770 246,38	1 437 051,97	em tratativas
MA	N / D	N / D	N / D	em tratativas
MG	813 711 765,33	88 743 701,82	12 435 515,53	em tratativas
MS	68 290 427,43	17 262 103,52	9 175 113,17	em tratativas
MT	102 673 265,11	28 105 560,85	6 842 739,70	em tratativas
PA	77 518 398,25	15 096 889,92	19 677 548,87	em tratativas
PB	N / D	N / D	N / D	em tratativas
PE	280 545 823,29	42 049 898,21	151 503,44	em tratativas
PI	68 821 918,11	7 165 925,34	248 644,89	em tratativas
PR	180 511 229,68	41 951 365,94	1 549 681,92	em tratativas
RJ	460 882 708,74	85 368 891,00	15 812 976,47	em tratativas
RN	70 548 333,33	11 051 250,00	11 051 250,00	em tratativas
RO	72 516 969,34	8 536 061,70	4 801 656,00	em tratativas
RR	2 853 142,33	1 085 557,45	328 650,00	em tratativas
RS	274 009 213,90	83 399 035,45	6 841 621,86	em tratativas
SC	284 228 553,00	46 383 777,00	12 744 875,41	em tratativas
SE	45 029 070,50	9 406 253,61	N / D	em tratativas
SP	N / D	N / D	N / D	em tratativas
TO	11 858 930,23	4 526 372,12	8 308 144,53	em tratativas
TOTAIS	3 632 748 063,90	605 728 958,70	123 670 928,16	

Fonte: Secretarias da Segurança Pública. 2004

QUADRO 3 – Os Números do Sistema Penitenciário Brasileiro

POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL

ANO	Nº DE PRESOS	Nº DE VAGAS	DÉFICIT
1995	144 MIL	38 MIL	105 MIL
1997	170 MIL	74 MIL	96 MIL
1999	194 MIL	107 MIL	87 MIL
2001	233 MIL	167 MIL	66 MIL
2002	240 MIL	182 MIL	57 MIL
2003	308 MIL *	191 MIL	116 MIL
2004	340 MIL	195 MIL	145 MIL

ESTIMA-SE QUE ATÉ O FINAL DO GOVERNO EM 2006 SERÃO 500 MIL PRESOS.

Fonte: Jornal Estado de São Paulo de 13.3.2004

(*) Departamento Penitenciário Nacional do MJ – Dez/03.

R\$ 20.000,00 per capta

Durante o Seminário, foram feitas várias propostas, entre outras, a vinculação de um mínimo constitucional a ser gasto obrigatoriamente pela União, Estados e Municípios, como ocorre atualmente na área da educação e da saúde, a ser operacionalizado pelos fundos estaduais existentes. E, ainda, uma vinculação da contribuição do lucro social líquido das Empresas e também uma taxa incidente sobre o Sistema Financeiro Nacional, com vistas a fortalecer os Fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário. Todas estas propostas a médio e longo prazos, tem uma sinalização de que se busque fontes complementares de recursos, de forma a assegurar que não haja déficit público. Todavia, é inaceitável que diante da crise nacional pela qual passa a Segurança Pública e o Sistema Prisional brasileiro, não sejam conseguidas receitas destinadas ou geradas nos segmentos e que não sejam neles aplicados.

Entretanto, a maioria das propostas implica em emendas ao Texto Constitucional vigente, exigindo, assim, um quorum e votação especiais e, além do mais, contribui para um engessamento do orçamento. Dai porque foi deliberado no Seminário:

1. O estabelecimento de um compromisso, público e nacional, por escrito, envolvendo o Presidente da República, os Governadores, os Presidentes do Congresso Nacional e dos Presidentes das Assembleias Legislativas Estaduais, para que as receitas vinculadas ao setor, tais como taxas, loterias, recursos externos para projetos de investimentos sejam sempre incluídos nos orçamentos e nos planos plurianuais e na lei de diretrizes orçamentárias, dando prioridade absoluta à área de Segurança Pública e do Sistema Prisional;

2. Que os chefes dos Poderes Executivos descontingenciem todos os recursos destinados aos setores que estejam eventualmente contingenciados e para o futuro não adotem qualquer tipo de contingenciamento de dotações no orçamento para esta área, liberando ainda, os pagamentos nas datas previstas;

3. Que os empréstimos de convênios externos firmados sejam assegurados as contrapartidas nacionais no orçamento, na execução e pagamento de recursos, em montante suficiente e tempestivamente, inclusive para se economizar o pagamento de taxas de compromisso e ter a condição de reclamar mais aporte;

4. Inclusão no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2005, bem como nas Leis Estaduais de normas reproduzindo as regras acima citadas, assegurando a alocação de recursos, a execução do seu pagamento, especificamente, no caso Federal a exigência que o orçamento de 2005 destine para investimentos na área de segurança o montante

no mínimo equivalente ao total de tributos federais recolhidos pelas empresas de segurança privada.

Discutiu-se no Seminário, ainda, outras proposições de leis para fortalecer os financiamentos e agilizar os investimentos em Segurança, envolvendo o mesmo tratamento legislativo dispensado ao sistema único de saúde e ao ensino fundamental;

Aplicação de parcela da receita do PASEP recolhida por cada administração estadual para a formação e requalificação dos servidores da área de segurança e do sistema prisional;

Aplicação de parcela crescente da receita paga pelos Estados, por conta da rolagem da dívida, de modo que o Tesouro Nacional devolva ao Estado de origem uma parte desta receita que dele recebe, pequena mas crescente, por exemplo o equivalente a 0,2%, e subindo até 1% da receita líquida real, destinada única e exclusivamente aos fundos estaduais de segurança pública e de Sistema Prisional.

Vinculação, ainda, de parcelas da receita da CPMF, equivalente a sua incidência estimada sobre a economia informal, para investimentos em segurança pública e sistema prisional.

A instituição de um piso salarial nacional para os operadores do sistema de segurança pública e sistema prisional.

Depois de lido, vai assinado pelos o presentes.

Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 23 de Junho de 2004.

Publique-se.

Em, 29-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,

Presidente.

Of Gab nº 25/2005

Brasília, 28 de abril de 2005

Exmo. Deputado Severino Cavalcanti
MD Presidente da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados

Prezado Sr. Presidente,

Cumprimento V. Ex^a ao tempo em que encaminho cópia de estatuto e relação dos parlamentares que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Revitalização do Rio São Francisco, instituída no dia 21 de outubro de 2003, em reunião realizada com o apoio da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, através do requerimento de número 72B3D4AB56.

Aproveito a oportunidade para solicitar vosso apoio para realização de reunião ordinária da Frente, na próxima semana, em data a ser definida com V. Ex^a.

Certo da atenção dispensada, reitero protestos de consideração. – Deputado **Fernando Ferro**, PT/PE.

ferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) aos PL nº 5.639/2005 e PL nº 5.642/2005, apresentados dia 12 de julho de 2005.

Seguem anexos os projetos apresentados e a justificação do pedido de reconsideração.

Certo da atenção de V. Ex^a, renovo meus protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente, – **Francisco Dornelles**, Deputado Federal PP/RJ.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

Revejo, por oportuno, os despachos de devolução apostos ao Projeto de Lei nº 5.639, de 2005, que Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, acrescentando parágrafo ao art. 34 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e Projeto de Lei nº 5.642, de 2005, que acrescenta parágrafo ao art. 45 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para determinar que sejam distribuídos, às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54, RICD), tendo em vista alterarem espécie normativa com **status** de lei ordinária, face expressa delegação constante do art. 2º do Decreto-Lei nº 822, de 5-9-69.

Esclareço ainda que os projetos tramitarão sujeitos à apreciação conclusiva das Comissões e ao regime de tramitação ordinário, nos termos do que determina os artigos 24, II e 151, III do RICD.

Publique-se.

Em 21-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 293/2005

Brasília, 21 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Atendendo convocação de V. Ex^a, comunico-lhe que aceito assumir o mandato de Deputado Federal, na qualidade de titular, pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Na certeza de especial atenção de V. Ex^a com o assunto, renovo os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – **Francisco Appio**, PP/RS).

Publique-se, nos termos do artigo 241, inciso I, do RICD. Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 21-9-05. – Deputado **José Thomaz Nonô**, Presidente da Câmara dos Deputados, em exercício.

Brasília, 21 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Temos o prazer de comunicar a Vossa Excelência a criação da “Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural – Extensão Rural Pública”, que reúne Deputados e Senadores preocupados com a Extensão Rural brasileira e empenhados no aprimoramento institucional da Extensão Pública

Pretendemos, com esta iniciativa, diagnosticar os problemas que afligem esse fundamental segmento das políticas públicas do setor agropecuário, identificar suas necessidades e propor alternativas para superá-las, bem como cobrar e apoiar medidas legislativas, políticas públicas e demais ações governamentais que viabilizem seu fortalecimento institucional e operacional.

Nos termos do art. 80, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, solicitamos a Vossa Excelência que dê ciência ao duto Plenário desta Casa da criação dessa Frente Parlamentar e convidamos, nesta oportunidade, nossos ilustres Pares a se unirem aos signatários do Manifesto em anexo.

Respeitosamente, – Deputado **Oswaldo Reis**
– Deputado **Paulo Lima** – Deputado **Aníbal Gomes**
– Deputado **Pedro Chaves** – Deputado **Asdrúbal Benites** – Deputado **Wilson Santiago**.

MANIFESTO

A Extensão Rural brasileira, com mais de meio século de bons serviços prestados ao meio rural, já foi de tal forma bem estruturada no País, que se constituiu no maior sistema organizado do mundo e em orgulho do setor público agrícola.

Torna-se desnecessário enumerar, aqui, as contribuições que o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural deu à sociedade brasileira. Criado em 1948, e estruturado inicialmente sob a sigla de Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR, ANCAR, ASCAR, ACASRESC, ABCAR) essa instituição brasileira esteve ao lado do produtor rural e de sua família, orientando-os e transferindo-lhes novas tecnologias e novos conhecimentos de ordem social, sanitária e educacional.

Datam daquela fase as contribuições inestimáveis que a Extensão Rural deu à introdução dos fertilizantes e das máquinas no campo brasileiro, das novas variedades desenvolvidas pela pesquisa agropecuária, do

milho híbrido, bem como o desenvolvimento de campanhas de conservação de solo e água, saneamento ambiental, noções de higiene, saúde e boa alimentação, de atividades comunitárias e de cooperativismo, tudo com vista ao desenvolvimento econômico das comunidades rurais e de seus habitantes.

A Extensão Rural desempenhou, sempre, um importante papel de intermediário entre as demandas da sociedade rural e do governo. Por sua ação, as políticas públicas governamentais chegavam aos agricultores e as demandas destes chegavam aos formuladores das políticas.

Muito do que se fez no Brasil, no que concerne às diretrizes e operações de crédito rural, na introdução de tecnologias modernas no campo, no planejamento de políticas públicas para o meio rural, dentre outras relevantes atividades, contaram com a inestimável contribuição da Extensão Rural.

As grandes mudanças institucionais introduzidas na década de 70, transformando-a de para-estatal em estatal, com a criação das Emater e da Embrater, deram novo impulso em termos de estrutura, a tal ponto que, em determinado momento, a Extensão Rural era a segunda maior rede de prestação de serviços governamentais do Brasil, sendo superada, apenas, pelos Correios. Essa capilaridade e sua ação interativa junto à população rural com que um Ministro da agricultura a considerasse os olhos e “os ouvidos do Governo no campo”.

Lamentavelmente, após o verdadeiro ato de lesa-pátria perpetrado pelo Governo Collor extinguindo a EMBRATER, o sistema nacional passou a sofrer crises de forma continuada, decorrentes da falta de coordenação nacional, da substancial redução do repasse de recursos federais e da inexistência de políticas estruturantes de um sistema nacional que permitissem às empresas estaduais manter-se contemporâneas, em face dos novos desafios que a modernização do campo e da sociedade – e a globalização – colocavam a sua frente.

Como fruto da ausência de política nacional consistente para o segmento da Extensão Rural, a realidade de hoje mostra-nos que algumas EMATER foram extintas, incorporadas a outros serviços estaduais, outras atuam precariamente e outras mantêm razoável nível de qualidade e quantidade dos serviços prestados. Há evidente heterogeneidade na qualidade e no esforço de prestação de serviços à sociedade, quando analisado globalmente o SIBRATER. No entanto, os problemas básicos, fundamentais, atingem a todas as entidades estaduais.

Os números atuais demonstram, todavia, que o SIBRATER ainda mantém expressão no contexto do campo brasileiro. São cerca de 14 mil técnicos em atuação, com mais de 4 mil escritórios locais, atendendo a mais de 5 mil municípios brasileiros (portanto, mais de 90% do total de municípios do Brasil). Este

tão importante Sistema assiste cerca de 2 milhões de agricultores, dos quais mais de 85% são agricultores familiares, o que, aliás corrobora com a tese da necessidade da Extensão Rural pública, para prestar assistência técnica e para a execução de atividades voltadas à educação e ao desenvolvimento global da população mais carente do campo.

Importante ressaltar que a dinâmica dos tempos exige adaptações dos métodos de trabalho e de organização institucional à Extensão Rural do século XXI, mas não se pode admitir que o concerto de políticas públicas brasileiras possa prescindir deste valioso instrumento de apoio, em especial aos agricultores familiares e aos assentados da Reforma Agrária.

Assim, nossa intenção é de fazer com que o Congresso Nacional assuma posição de liderança para o traçado de políticas públicas voltadas à valorização e ao fortalecimento do segmento da Assistência Técnica e Extensão Rural. cremos fundamental que, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, patrocinemos amplos debates nacionais, catalisemos as discussões, arbitremos as divergências, de forma a abastecer de idéias e de decisões todos que direta ou indiretamente, têm a ver com a formulação de políticas de Extensão Rural.

A Frente Parlamentar de Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural – Extensão Rural Pública destina-se, basicamente a conjugar e concertar as ações políticas e legislativas que se foquem no fortalecimento da Extensão Rural pública, e que se traduzam em melhores condições orçamentárias, aprimoramento institucional e metodológico, com melhor qualificação de seu corpo técnico e melhor conformação organizacional, inclusive com a implantação de órgão de coordenação nacional da política específica.

Este é nosso desejo. Esta é nossa disposição. Juntar os esforços de parlamentares comprometidos com o fortalecimento da Extensão Rural Pública, para, em frente suprapartidária, atuar junto ao Poder Executivo Federal, aos Governos estaduais e à sociedade civil, em prol do aprimoramento institucional dos serviços brasileiros de assistência técnica e extensão rural.

Temos convicção de que, dessa maneira, estaremos atendendo aos anseios de significativa parcela da população brasileira e contribuindo, enfim, para o desenvolvimento do setor rural brasileiro, para maior justiça social e mais completo desenvolvimento da sociedade. – Deputado **Oswaldo Reis** – Deputado **Aníbal Gomes** – Deputado **Asdrúbal Bentes** – Deputado **Paulo Lima** – Deputado **Pedro Chaves** – Deputado **Wilson Santiago**.

Publique-se.

Em 21-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputado **Dr. Benedito Dias**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 539/2005-P

Brasília, 31 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.630, de 2004.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputado **Dr. Benedito Dias**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 540/2005-P

Brasília, 31 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 3.661, de 2004.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, – Deputado **Dr. Benedito Dias**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 541/2005-P

Brasília, 31 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 4.426, de 2004.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, Deputado **Dr. Benedito Dias**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 542/2005-P

Brasília, 31 de agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no artigo 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 4.488, de 2004.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do respectivo parecer.

Respeitosamente, Deputado **Dr. Benedito Dias**,
Presidente.

Publique-se.

Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 73 / 2005

Brasília, 1º de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o comunicado da criação da “Frente Parlamentar pelo Transporte

te Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos”, que incorporou Parlamentares das duas Casas, com a finalidade precípua de acompanhar políticas e ações que se relacionem ao transporte fluvial, afim de ser um irradiador do desenvolvimento humano em toda a região da bacia do Rio Paraná.

Nos termos do artigo 80, parágrafo 2º, inciso I, do Regimento Interno da Casa, solicito a V. Exª. Que seja dada ciência ao Plenário da criação desta Frente Parlamentar, conforme manifestos em anexo.

Desde já, apresento meus protestos de elevada estima e consideração. – **Dilto Vitorassi**, Deputado Federal PT/PR.

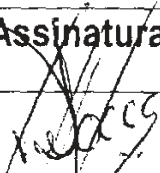
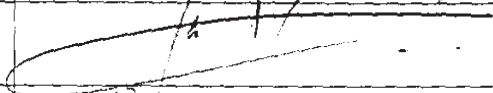

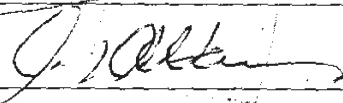
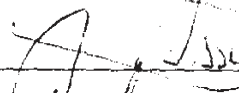

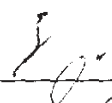
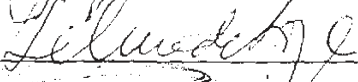
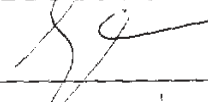
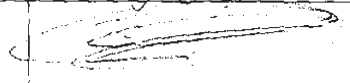
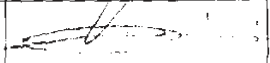
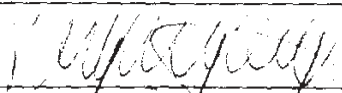


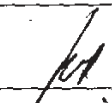




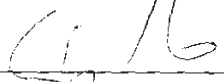
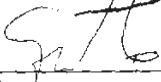
Ata de Assembléia Geral de Constituição da Frente Parlamentar Pelo Transporte Multimodal e Logístico, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos

No dia 23 de agosto de 2005, no Anexo II, sala das sessões 16 da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, as 18:30 horas, teve lugar a reunião de instalação da Frente Parlamentar xxxx, que tem por escopo Acompanhar políticas e ações que se relacionem ao transporte fluvial na bacia do rio Paraná; Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados; Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos e entidades de outros países, visando a integração das propostas e ações no sentido de viabilizar a implantação do transporte fluvial na bacia do Paraná; Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato. A Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logístico, na Bacia do Rio Paraná e Seus Entornos, atuará em conformidade com a Constituição Federal e com o Código Civil. Estiveram presentes à reunião os seguintes Deputados: – Dilto Vitorassi, PT/PR; Assis Miguel do Couto, PT/PR; Luiz Carlos Hauly, PSDB/PR; André Zacharow PSB/PR; Telma de Souza, PT/SP; Nelson Marquezelli, PTB/SP; Ricardo Berzoini, PT/SP; João Grandão, PT/MS; Geraldo Resende, PPS/MS; Antonio Carlos Biffi PT/MS; Reginaldo Lopes, PT/MG e Gilmar Machado, PT/MG. Assumiu como Coordenador Geral da Mesa, por aclamação dos Deputados, o Deputado Dilto Vitorassi, que presidiu a primeira sessão e convidou a mim, para redigir a respectiva ata, ficando assim constituída

a Mesa: 1º Coordenador, Nelson Marquezelli; Vice-Coordenadoria– Geral, André Zacharow; 2º Coordenador, Assis Miguel do Couto; Secretaria Geral, Telma de Souza; 3º Coordenador, João Grandão; 2º Secretaria, Ricardo Berzoini; 4º Coordenador, Geraldo Resende; Tesouraria, Luiz Carlos Hauly; 5º Coordenador, Antônio Carlos Biffi 1ª Tesouraria, Gilmar Machado. Em seguida, o Coordenador Geral da Mesa, declarando iniciada a sessão, fez um breve comentário sobre a importância da constituição da Frente Parlamentar da Bacia do Rio Paraná e falou também a respeito de alguns problemas sociais e econômicos ligados a Região da Bacia do Rio Paraná, afirmando que a Frente Parlamentar que está sendo constituída neste momento, seria um irradiador do desenvolvimento humano, e que o objetivo da reunião, além da constituição da Mesa Diretora, era o de deliberar sobre as finalidades, contidas no Estatuto Social, que deveriam reger a Frente Parlamentar, e que o 1º Coordenador iria proceder, inicialmente, a leitura das finalidades. Depois da leitura, foram as referidas finalidades postas em discussão e alteradas de acordo com a determinação da Assembléia Geral. A seguir foi feita uma leitura completa do Estatuto Social e como não houvesse qualquer objeção sobre os seus outros dispositivos foi submetido à votação e aprovado por unanimidade, valendo esta deliberação por uma declaração expressa da vontade livre de todos os presentes de constituir a Frente Parlamentar. Após consultar a Assembléia. o Coordenador Gerar da Mesa, declarou definitivamente constituída, desta data para o futuro, a Frente Parlamentar, com fins não econômicos, sendo seus fundadores todos aqueles cujos nomes, se encontram discriminadas no corpo da presente Ata e na Lista Nominativa, que fica fazendo parte integrante deste ato constitutivo. Em seguida, o Coordenador Geral da Mesa disse que, estando constituída a Frente Parlamentar, dava-a por oficialmente instalada. Logo após, o Coordenador Geral da Mesa proclamou os eleitos, considerando-os todos empossados e deliberou à Assembléia que o Estatuto será assinado pelo Coordenador Geral da Mesa. Nada mais havendo a tratar, declarou-se encerrada a sessão do que. para constar, eu, Nelson Marquezelli, 1º Coordenador, lavrei esta Ata, que lida, votada e aprovada, vai assinada pela Mesa e por todos os Deputados.

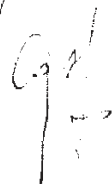
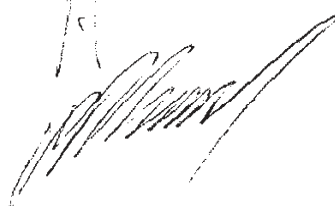
Dilto Vitorassi, Coordenador Geral da Mesa.
– **Nelson Marquezelli**, 1º Coordenador. – **André Zacharow**, Vice-Coordenador Geral. – **Assis Miguel do Couto**, 2º Coordenador.

LISTA NOMINATIVA

Nome	Assinatura	Rubrica
1) Dilto Vitorassi		
2) Nelson Marquezelli		
3) Luiz Carlos Hauly		
4) Assis Miguel do Couto		
5) André Zacharow		
6) Telma de Souza		
7) Ricardo Berzoini		
8) João Grandão		
9) Geraldo Resende		
10) Antonio Carlos Biffi		
11) Reginaldo Lopes		
12) Gilmar Machado		

GUSTAVO FRUST

NELSON MEURER



**FRENTE PARLAMENTAR PELO TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGISTICO, NA
BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS.**

REUNIÃO DE TRABALHO

DATA: 23/08/2005

HORÁRIO: 18:30h

LOCAL: Plenário 16, Anexo II – Câmara dos Deputados

LISTA DE PRESENÇA – TITULARES

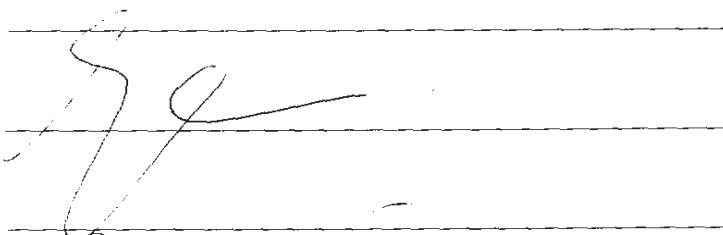
ASSIS COUTO



LUIZ CARLOS HAULY



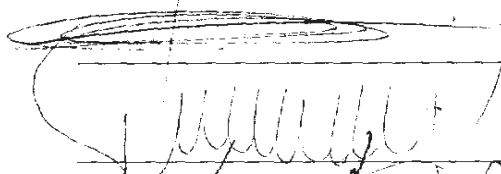
ANDRÉ ZACHAROW



TELMA DE SOUZA

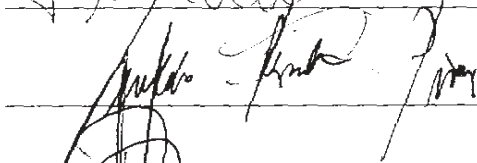
NELSON MARQUESELLI

RICARDO BERZOINI

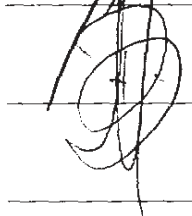


JOÃO GRANDÃO

GERALDO REZENDE

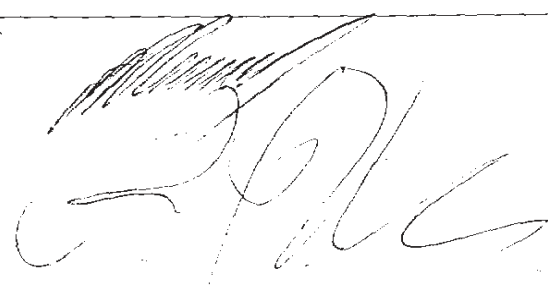


ANTONIO CARLOS BIFFI



REGINALDO LOPES

Nelson Meurer
Dra. Clair



**FRENTE PARLAMENTAR PELO TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGISTICO, NA
BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS.**

REUNIÃO DE TRABALHO


DATA: 23/08/2005

HORÁRIO: 18:30h

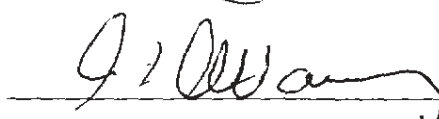
LOCAL: Plenário 16, Anexo II – Câmara dos Deputados

LISTA DE PRESENÇA – TITULARES

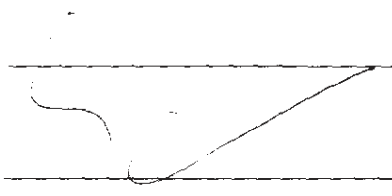
ASSIS COUTO



LUIZ CARLOS HAULY



ANDRÉ ZACHAROW

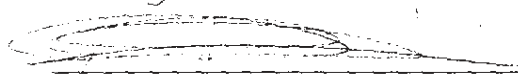


TELMA DE SOUZA

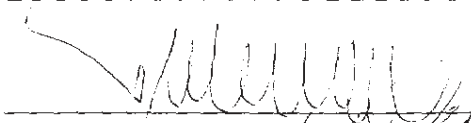
NELSON MARQUESELLI



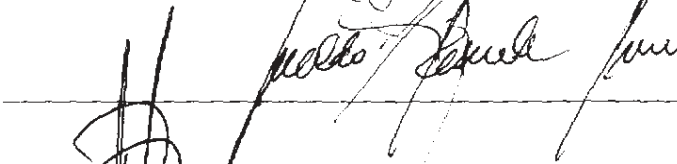
RICARDO BERZOINI



JOÃO GRANDÃO



GERALDO REZENDE

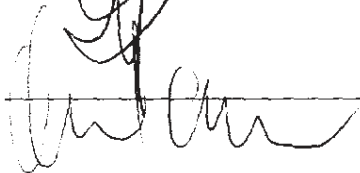


ANTONIO CARLOS BIFFI



REGINALDO LOPES

MORILLO REVITE



**FRENTE PARLAMENTAR PELO TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGISTICO, NA
BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS.**

REUNIÃO DE TRABALHO

DATA: 23/08/2005

HORÁRIO: 18:30h

LOCAL: Plenário 16, Anexo II – Câmara dos Deputados

LISTA DE PRESENÇA – TITULARES

Gilmar Machado

Gustavo Fruit

ANGELA GUADAGLIN

DEVAMIN

JOSE DIRCEU

ARLINDO CHINAGLIN

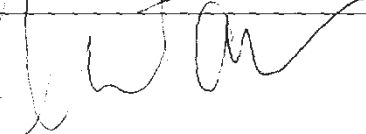
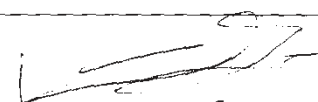
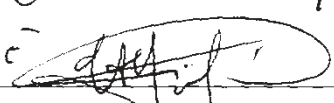
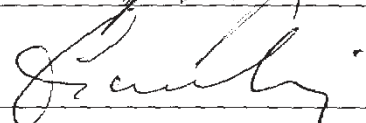
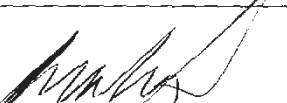
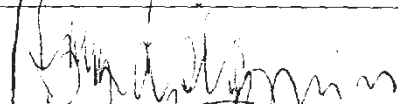
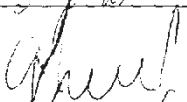
Walter Baulli

CEZAR SILVEIRA

Iara Bernardi

José Carlos

GURILLO ZANIN



**FRENTE PARLAMENTAR PELO TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGISTICO, NA
BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS.**

REUNIÃO DE TRABALHO

DATA: 23/08/2005

HORÁRIO: 18:30h

LOCAL: Plenário 16, Anexo II – Câmara dos Deputados

LISTA DE PRESENÇA – TITULARES

Gilmar Machado

Gustavo Fruit

ANGELA GUADALUPA

DEVAMIN

João Dirceu

Wilson Chinnaglia

Walter Baulh

CEZAR SILVESTRE

Iraci Bernardi

Luciano Lima

Welson Mourer

SRA. CLAIR

REGIMENTO INTERNO

Art. 1º A Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos, com atuação no âmbito da Câmara dos Deputados, é integrada por Deputados Federais interessados nas políticas e ações que tenham como objetivos buscar a implementação do transporte fluvial na bacia do rio Paraná.

Art. 2º São objetivos da Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos:

a) Atuar no sentido de promover ações que contribuam na implantação do transporte fluvial na bacia do rio Paraná.

b) Constituir um amplo fórum de debates sobre as matérias relacionadas ao tema.

c) Estudar e elaborar proposições que venham contribuir com os objetivos da frente.

d) Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato.

e) Acompanhar as ações, medidas e políticas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário relacionados aos objetivos da Frente; e

f) Informar os diversos órgãos do Poder Executivo e às entidade de classe dos setores da indústria, comércio e meio ambiente quanto aos estudos e recomendações que venham a ser sugeridas pela Frente.

Art. 3º A Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos é constituída de:

a) Assembléia Geral; e

b) Mesa Diretora.

Art. 4º A Assembléia Geral, formada pelos parlamentares da Câmara dos Deputados que solicitarem sua adesão à Mesa Diretora da Frente, é órgão máximo deliberativo decidindo pelo voto da maioria dos presentes, devendo reunir-se, no mínimo, uma vez por Sessão Legislativa, sendo de sua competência:

a) eleger a Mesa Diretora;

b) aprovar os planos e programas da Mesa Diretora.

c) Decidir sobre matérias sugeridas pela Mesa Diretora ou por qualquer um de seus membros.

Parágrafo único. No início de cada Legislatura, serão renovadas as inscrições.

Art. 5º Compete à Mesa Diretora, com mandato de dois anos, a direção dos trabalhos da Frente, devendo reunir-se uma vez por mês de cada Sessão Legislativa.

§ 1º A Mesa Diretora será composta por 11 (onze) membros, com as seguintes funções:

a) Coordenador(a) Geral ou Presidente.

b) 1º Coordenador(a), a Vice-Coordenadoria-Geral ou Vice-Presidência.

c) 2º Coordenador(a), a Secretaria Geral.

d) 3º Coordenador(a), a 2ª Secretaria.

e) 4º Coordenador(a), a Tesouraria.

f) 5º Coordenador(a), a 1ª Tesouraria.

g) Sub-coordenadores Regionais, representantes dos estados que compreendam a bacia do rio Paraná.

§ 2º A Mesa Diretora criará uma Secretaria-Executiva, com atribuições de assessorá-la, dando-lhe suporte técnico e administrativo, escolhido dentre os servidores da Câmara dos Deputados, funcionários do quadro de secretários parlamentares ou pessoa que demonstre conhecimento e capacidade para desenvolver as atividades de secretaria.

§ 3º A Secretaria Executiva poderá ter apoio logístico das entidades do Setor Industrial, Comercial e Ambiental relacionadas com o tema.

Art. 6º São atribuições do(a) Coordenador(a)-Geral ou Presidente:

a) Representar a Frente.

b) Dirigir as reuniões da Assembléia Geral e da Mesa Diretora.

c) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias; e

d) Autorizar eventuais despesas.

Art. 7º São atribuições dos(as) Coordenadores(as):

a) Substituir o(a) Coordenador(a)-Geral ou Presidente, em caso de ausência e impedimentos, além de sucedê-lo em caso de vacância; e

b) Assumir as tarefas da Secretaria Geral e Tesouraria, conforme art. 5º § 1º, (alíneas c) d), e) e f), respectivamente.

Art. 8º São atribuições dos(a) Sub-Coordenadores Regionais:

a) Acompanhar estudos e medidas que venham a contribuir na implementação do transporte fluvial na bacia do rio Paraná.

Art. 9º As entidades de classe de empregadores, empregados e de profissionais liberais poderão credenciar, junto à Mesa Diretora, representantes que possam colaborar com as atividades da Frente Parlamentar.

Art. 10. Este regimento terá vigência a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral da Frente.

ESTATUTO**ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELO TRANSPORTE MULTIMODAL E LOGÍSTICA, NA BACIA DO RIO PARANÁ E SEUS ENTORNOS**

Art. 1º A Frente Parlamentar pelo Transporte, Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos é uma entidade de direito privado, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política da câmara dos Deputados, podendo ter representações nas Assembléias Legislativas Estaduais, e tem como objetivo buscar a implementação do transporte fluvial na Bacia do Rio Paraná.

Parágrafo único. A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos:

a) Acompanhar políticas e ações que se relacionem ao transporte fluvial na bacia do Rio Paraná.

b) Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados.

c) Promover o intercâmbio com entes assemelhados de parlamentos e entidades de outros países, visando a integração das propostas e ações no sentido de viabilizar a implantação do transporte fluvial na bacia do Paraná;

d) Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato.

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos:

a) Como membros fundadores os deputados federais que, integrantes da 52ª Legislatura, subscrevam o Termo de Adesão no prazo de noventa dias, -contados da data de provação do presente estatuto.

b) Como membros efetivos os parlamentares que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior.

c) Como membros colaboradores:

1. os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da Frente;

2. representantes de entidades e organismos interessados na implantação da navegação fluvial na bacia do rio Paraná.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas

da sociedade em geral que se destacarem na atuação pela implantação dos objetivos desta Frente.

Art. 4º São órgãos de direção da Frente Parlamentar Pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus Entornos:

a) a Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

b) a Mesa Diretora, integrada por 1 (um) Coordenador(a)-Geral ou Presidente, até 5 (cinco) Coordenadores(as).

Parágrafo único. A Mesa Diretora poderá escolher, dentre os servidores da Câmara dos Deputados, funcionários do quadro de secretários parlamentares ou pessoa devidamente credenciada nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e um(a) secretário(a) executivo(a), para auxiliar nas atividades e nos trabalhos desta Frente.

Art. 5º A Assembléia-Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês a ser definido pela Mesa Diretora e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo(a) Coordenador(a)-Geral.

Parágrafo único. A Assembléia-Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença de 20% (vinte por cento) de seus membros fundadores e efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

a) Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar pela Implantação do Transporte Fluvial na Bacia do Rio Paraná.

b) Eleger e dar posse à Mesa Diretora.

c) Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente.

d) Admitir ou demitir membros, conceder títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no interregno das assembléias ordinárias.

e) Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora.

f) Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos.

Art. 7º A Assembléia-Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e nas emissoras de rádio e de televisão da respectiva Casa, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

Art. 8º Compete á Mesa Diretora:

a) Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente.

b) Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados.

c) manter contato com a Mesa Diretora e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados, visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir às políticas e às ações que compreendam a implantação do transporte fluvial da bacia do rio Paraná, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos dos demais poderes, na União, nos Estados e no Distrito Federal.

d) praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente.

e) firmar acordos, convênios ou contratos com órgãos públicos ou com entidades privadas visando o exame, a discussão e aplicabilidade das políticas e das ações de combate à prática da pirataria e da sonegação fiscal.

f) exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 9º Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Art. 10. As representações da Frente, referidas no art. 1º, terão autonomia própria, e adotarão regimento interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este estatuto.

Art. 11. O presente estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembléia-Geral de Constituição da Frente Parlamentar pelo Transporte Multimodal e Logística, na Bacia do Rio Paraná e seus entornos.

Nome	Part/Estado	Gabinete	Anexo	Telefone
Angela Guadagnin	PT/SP	270	III	(61) 3215-5270
Arlindo Chinaglia	PT/SP	706	IV	(61) 3215-5706
Arnaldo Faria de Sá	PTB/SP	929	IV	(61) 3215-5929
Coraucci Sobrinho	PFL/SP	460	IV	(61) 3215-5460
Delfim Netto	PP/SP	511	IV	(61) 3215-5511
Devanir Ribeiro	PT/SP	537	IV	(61) 3215-5537
Ivan Valente	PT/SP	716	IV	(61) 3215-5716
João Paulo Cunha	PT/SP	T 2	II	(61) 3215-5965
José Dirceu	PT/SP	924	IV	(61) 3215-5924
José Eduardo Cardoso	PT/SP	381	III	(61) 3215-5381
Luciano Zica	PT/SP	627	IV	(61) 3215-5627
Luiza Erundina	PSB/SP	620	IV	(61) 3215-5620
Luiz Eduardo Greenhalgh	PT/SP	466	III	(61) 3215-5466
Nelson Marquezelli	PTB/SP	920	IV	(61) 3215-5920
Professor Luizinho	PT/SP	404	IV	(61) 3215-5404
Telma de Souza	PT/SP	467	III	(61) 3215-5467
Vicento Paulo da Silva	PT/SP	740	IV	(61) 3215-5740
Zulaê Cobra	PSDB/SP	411	IV	(61) 3215-5411
Walter Barelli	PSDB/SP	374	III	(61) 3215-5374
São Paulo = 19				
Aléx Canziane	PTB/PR	842	IV	(61) 3215-5842
Assis Miguel do Couto	PT/PR	428	IV	(61) 3215-5428
Colombo	PT/PR	384	III	(61) 3215-5384
DR. Rosinha	PT/PR	474	III	(61) 3215-5474
DRA. Clair	PT/PR	469	III	(61) 3215-5469
Fernando Giacobbo	PL/PR	762	IV	(61) 3215-5762
Gustavo Fruet	PSDB/PR	821	IV	(61) 3215-5821
Hidekazu Takayama	PMDB/PR	583	III	(61) 3215-5583
Iara Bernardi	PT/PR	360	III	(61) 3215-5360
Iris Simões	PTB/PR	948	IV	(61) 3215-5948
José Janene	PP/PR	608	IV	(61) 3 215-5608

Nome	Part/Estado	Gabinete	Anexo	Telefone
José Borba	PMDB/PR	616	IV	(61) 3215-5616
Luiz Carlos Hauly	PSDB/PR	220	IV	(61) 3215-5220
Max Rosenmann	PMDB/PR	758	IV	(61) 3215-5758
Moacir Micheletto	PMDB/PR	478	III	(61) 3215-5478
Nelson Meurer	PP/PR	916	IV	(61) 3215-5916
Oliveira Filho	PL/PR	635	IV	(61) 3215-5635
Ricardo Barros	PP/PR	412	IV	(61) 3215-5916
Selma Schons	PT/PR	825	IV	(61) 3215-5825
Paraná = 19				
Marco Maia	PT/RS	369	III	(61) 3215-5369
Orlando Desconsi	PT/RS	329	IV	(61) 3215-5329
Rio Grande do Sul = 2				
Antonio Carlos Biffe	PT/MS	385	III	(61) 3215-5385
Geraldo Resende	PPS/MS	905	IV	(61) 3215-5905
João Grandão	PT/MS	484	III	(61) 3215-5484
Murilo Zauith	PFL/MS	479	III	(61) 3215-5479
Mato Grosso do Sul = 4				
Gilmar Machado	PT/MG	262	IV	(61) 3215-5262
Leonardo Mattos	PV/MG	914	IV	(61) 3215-5914
Reginaldo Lopes	PT/MG	426	IV	(61) 3215-5426
Minas Gerais = 3				
Sandes Junior	PP/GO	702	IV	(61) 3215-5702
Goiás = 1				
Feu Rosa	PP/ES	960	IV	(61) 3215-5960
Espírito Santos = 1				
Babá	PSOL/PA	480	III	(61) 3215-5480
Pará = 1				
Total = 50 Deputados				

Nome	Part/Estado	Gabinete	Anexo	Telefone
Flávio Arns	PT/PR	6	F. Miller	(61) 3311-2402
Alvaro Dias	PSDB/PR	10	Nilo Coelho	(61) 3311-1313
Osmar Dias	PDT/PR	18	t. Vilela	(61) 3311-2124

Nome	Part/Estado	Gabinete	Anexo	Telefone
Total = 03 Senadores				

OF nº 073/05 – Dep. Vitorassi
 Publique-se.
 Em 02/09/2005


SEVERINO CAVALCANTI
 Presidente

Ofício nº 47/GDHR/2005

Brasília, 30 de Agosto de 2005

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado Severino Cavalcante
 M.D. Presidente da Câmara dos Deputados
 Câmara dos Deputados
 Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a V. Ex^a para comunicá-lo, que em virtude do término de minha licença no próximo dia 1º de Setembro do ano em curso, estarei retornando as minhas atividades parlamentares nessa Casa no dia 2 de Setembro próximo.

Certo de contar mais uma vez com o apreço e dedicação de V. Ex^a, reitero os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Helenildo Ribeiro**, Deputado Federal – PSDB/AL.

Publique-se.

Afaste-se o respectivo suplente, a partir de 2 de setembro de 2005. Ao Senhor Diretor-Geral. Em 2-9-05. – **Severino Cavalcanti**, Presidente.

Ofício nº 36-2005/CD-I

Brasília, 2 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhora
 Presidente Deputado Severino Cavalcanti
 Câmara dos Deputados
 Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a a minha filiação Partido Socialista Brasileiro – PSB, nesta data. Solicito a comunicação deste ato a todos os órgãos desta Casa. Certo de poder contar com a atenção de V. Ex^a, antecipo meus agradecimentos e renovo meus protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente, – **João Mendes de Jesus**, Deputado Federal.

Córrego. Monjolos, no Km-595,2 da BR-040/MG, no Estado de Minas Gerais”.

Aguardando Designação

152. PROJETO DE LEI Nº 6.427/05 – Do Senador Federal – PLS 201/05 – que “dá a denominação de Viaduto Clifton Braga Nunes ao viaduto localizado na rodovia BR153, no Município de Gurupi, Estado de Tocantins”.

Aguardando Designação

153. PROJETO DE LEI Nº 6.450/05 – Do Sr. Vander Loubet – que “modifica os arts. 183 e 197 do Código Brasileiro de Aeronáutica, para vincular a autorização para exploração de novas linhas aéreas ao cumprimento de índice de pontualidade pelas empresas de transporte aéreo regular”.

Aguardando Designação

154. PROJETO DE LEI Nº 6.475/06 – Do Sr. Eduardo Paes – que “regulariza a utilização do Aeroporto de Jacarepaguá, localizado no Município do Rio de Janeiro – RJ”.

Aguardando Designação

155. PROJETO DE LEI Nº 6.488/06 – Do Sr. Mário Hering – que “modifica o art. 16 da Lei nº 9.503, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI”.

Aguardando Designação

156. PROJETO DE LEI Nº 6.490/06 – Do Sr. Ivo José – que “institui o Estatuto do Motorista Profissional”.

Aguardando Designação

157. PROJETO DE LEI Nº 6.509/06 – Do Sr. Marcos Abramo – que “acrescenta parágrafo ao art. 271 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre veículos apreendidos e recolhidos a depósito”.

Aguardando Designação

158. PROJETO DE LEI Nº 6.513/06 – Do Sr. Chico Sardelli – que “dispõe sobre a instalação de cercas de proteção em todas as rodovias federais duplicadas”.

Aguardando Designação

159. PROJETO DE LEI Nº 6.514/06 – Do Sr. Chico Sardelli – que “acrescenta artigo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Aguardando Designação

160. PROJETO DE LEI Nº 6.518/06 – Do Sra. Laura Carneiro – que “altera a redação dos arts. 268, 269 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘Institui o Código de Trânsito Brasileiro’, para dispor sobre a realização de exames de alcoolemia em condutores”.

Aguardando Designação

161. PROJETO DE LEI Nº 6.566/06 – Do Sr. Wilson Cignachi – que “dispõe sobre a localização de praças de pedágio e concede desconto ao habitante do Município onde se localiza a praça de cobrança”.

Aguardando Designação

162. PROJETO DE LEI Nº 6.611/06 – Do Sr. Vander Loubet – que “denomina a BR267 como Rodovia João Paulo II”.

Aguardando Designação

163. PROJETO DE LEI Nº 6.619/06 – Do Sr. Raimundo Santos – que “dispõe sobre o acompanhamento do exame de direção veicular pelas auto-escolas e isenção de taxa de reexame”.

Aguardando Designação

164. PROJETO DE LEI Nº 6.626/06 – Do Sr. Carlos Nader – que “torna obrigatória a afixação de cartazes em terminais rodoviários de todo o território nacional relativos a transporte constante na Lei nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso”.

Aguardando Designação

165. PROJETO DE LEI Nº 6.633/06 – Do Sr. Pedro Fernandes – que “denomina a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos na BR – 135, ligando a Ilha de São Luís ao continente, de Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha e dá outras providências”.

Aguardando Designação

Sala da Comissão, 6 de março de 2006. – **Ruy Omar Prudêncio da Silva**, Secretário.

Publique-se.

16-3-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ofício nº 143/05/GLB

Brasília-DF, 30 de novembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor

Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Assunto: Criação de Frente Parlamentar

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, trago ao seu conhecimento a formação da Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos, com o propósito de lutar pela liberação de recursos financeiros, junto ao Poder Executivo, que visem os pagamentos das indenizações dos processos de anistia política.

Informo, a propósito, a inscrição na Frente, de vários Deputados e Senadores.

Aproveito o ensejo para manifestar meu apreço e distinta consideração.

Respeitosamente, – Deputada **Lúcia Braga** (PMDB – PB)

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR PELOS DIREITOS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS

No dia 16 de janeiro de 2006, foi instituída a Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos, que tem o intuito de atuar junto ao Poder Executivo, para agilizar a liberação de recursos financeiros que visem ao pagamento das indenizações devidas aos anistiados políticos; acompanhar políticas e ações que se relacionem aos anistiados políticos; promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados e acompanhar a tramitação de matérias no Congresso Nacional que tratem do assunto correlato. A Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos, atuará em conformidade com a Constituição Federal e com o Código Civil. A referida Frente Parlamentar não tem fins econômicos, sendo seus fundadores todos os parlamentares cujas assinaturas se encontram anexadas.

Brasília, 16 de janeiro de 2006. – Deputada **Lúcia Braga**.

ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELOS DIREITOS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS

DA FRENTE PARLAMENTAR PELOS DIREITOS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS

Art. 1º A Frente Parlamentar Pelos Direitos dos Anistiados Políticos é uma entidade de direito privado, integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil, podendo ter representações nas Assembléias Legislativas Estaduais

Parágrafo Único. A Frente, que tem sede e foro no Distrito Federal, é instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração.

Das Finalidades

Art. 2º São finalidades da Frente Parlamentar Pelos Direitos dos Anistiados Políticos

I – atuar junto ao Poder Executivo, para agilizar a liberação de recursos financeiros que visem ao pagamento das indenizações devidas aos anistiados políticos;

II – Acompanhar políticas e ações que se relacionem aos anistiados políticos;

III – Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao tema, divulgando seus resultados;

IV – Acompanhar a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados que tratem do assunto correlato.

Dos Membros

Art. 3º Integram a Frente Parlamentar Pelos Direitos dos Anistiados Políticos:

I – Como membros fundadores, os Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil que subscrevam o Termo de Adesão no prazo de sessenta dias, contados da data de aprovação do presente Estatuto;

II – Como membros efetivos, os Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil que subscrevam o Termo de Adesão em data posterior à fixada na alínea anterior;

III – Como membros colaboradores:

a) os ex-parlamentares que se interessem pelos objetivos da Frente;

b) representantes de entidades e organismos interessados na defesa dos direitos dos anistiados políticos.

Parágrafo único. A Frente poderá conceder títulos honoríficos a parlamentares, a autoridades e a pessoas da sociedade em geral que se destacarem na atuação pela implantação dos objetivos desta Frente.

Art. 4º Os membros da Frente Parlamentar não perceberão vantagens ou receberão qualquer tipo de remuneração pelo exercício de cargos de direção.

Dos Órgãos

Art. 5º São órgãos de direção da Frente Parlamentar Pelos Direitos dos Anistiados Políticos:

I – A Assembléia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos;

II – A Mesa Diretora, integrada por 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vice-Presidentes, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro.

Parágrafo único. A Mesa Diretora poderá escolher; dentre os servidores da Câmara dos Deputados, funcionários do quadro de Secretários Parlamentares ou pessoa devidamente credenciada nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; um (a) Secretário(a) Executivo (a), para auxiliar nas atividades e nos trabalhos desta Frente.

Da Competência dos Órgãos

Art. 6º Compete à Assembléia Geral:

I – Aprovar, modificar ou revogar, total ou parcialmente, o Estatuto da Frente Parlamentar pela Defesa dos Direitos dos Anistiados Políticos e o regimento interno elaborado pela mesa diretora.

II – Eleger, reeleger e destituir os membros da mesa diretora e do Conselho Fiscal;

III – Zelar pelo cumprimento das finalidades da Frente;

IV – Admitir ou excluir membros, conceder ou cassar títulos honoríficos, homologando atos da Mesa Diretora que, neste sentido, forem adotados no inter-regno das assembleias ordinárias;

V – Homologar termos de convênios e de contratos firmados pela Mesa Diretora;

VI – Examinar e referendar os atos praticados pela Mesa Diretora, aprovando os seus relatórios e pareceres, se perfeitos e acabados;

VII – Apreciar toda e qualquer matéria que lhe for apresentada pela Mesa Diretora ou por qualquer de seus membros, fundadores ou efetivos;

VIII – Autorizar a aquisição e a alienação de bens imóveis;

VIII – Aprovar as contas.

Art. 7º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada ano, no mês a ser definido pela Mesa Diretora e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela maioria dos membros da mesa diretora ou pela expressa manifestação de pelo menos 1/5 (um quinto) de seus membros fundadores ou efetivos.

Parágrafo único. A Assembléia Geral reunir-se-á em primeira convocação, no horário e local previamente marcado, com a presença mínima de 1/5 (um quinto) de seus membros fundadores ou efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

Art. 8º A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, através de divulgação nos serviços de som da Câmara dos Deputados e nas emissoras de rádio e de televisão da respectiva Casa, sem prejuízo da divulgação por mala direta nos escaninhos dos parlamentares.

§ 1º Para a destituição dos membros da Mesa Diretora e alteração do estatuto, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação,

sem a maioria absoluta de seus membros fundadores e efetivos, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes. (art. 59, parágrafo único, do Código Civil).

Art. 9º Compete à Mesa Diretora:

I – Organizar e divulgar programas, projetos e eventos da Frente;

II – Nomear comissões, atribuir funções específicas a seus membros, nomear integrantes de missões externas e requisitar apoio logístico e de pessoal às mesas da Câmara dos Deputados;

III – manter contato com a Mesa Diretora e com as Lideranças Partidárias da Câmara dos Deputados, visando o acompanhamento de todo processo legislativo que se referir aos direitos dos anistiados políticos, realizando o mesmo empenho junto aos órgãos dos demais poderes da União;

IV – receber as doações e destiná-las ao cumprimento das finalidades da Frente Parlamentar;

V – praticar todos os atos administrativos inerentes ao funcionamento da Frente;

VI – exercer toda e qualquer prerrogativa e tomar as decisões necessárias ao cumprimento das finalidades da Frente, observando os limites impostos pelo presente Estatuto.

Art. 10. Os mandatos da Mesa Diretora têm a duração de quatro anos, permitida a reeleição para todos os cargos.

Do Patrimônio e das Finanças

Art. 11. O patrimônio móvel e imóvel e a receita da Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos se constituirá por intermédio da contribuição de seus membros, de aquisições, doações ou legados, de rendas provenientes do patrocínio de eventos, de convênios, de subsídios, transferências ou subvenções oriundas de entidades privadas e de outras origens legalmente admitidas.

§ 1º Os haveres em dinheiro, percebidos pela Frente Parlamentar serão depositados em banco oficial e em conta a ser movimentada conjuntamente pelo Presidente da Mesa Diretora e pelo Tesoureiro.

§ 2º Nenhuma despesa será efetuada sem a autorização do Presidente da Mesa Diretora.

§ 3º Para fins de controle interno, o ano fiscal da Frente Parlamentar pela Defesa dos Direitos dos Anistiados Políticos tem início no mês de abril e se encerra no mês de março do ano seguinte.

Das Representações

Art. 12. As representações da Frente Parlamentar, referidas no art. 1º, terão autonomia própria, e adotarão regimento interno que não conflite com as diretrizes adotadas por este Estatuto.

Da Extinção e da Dissolução

Art. 14. Em caso de extinção da Frente Parlamentar, os seus bens, móveis e imóveis, bem como os saldos em conta corrente, apurado o passivo e o ativo, serão destinados a qualquer entidade congênere ou de caráter social e filantropo, sem fins lucrativos,

nomeada pela Assembléia que determinar a dissolução da Frente.

§ 1º O ato de dissolução será da Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelos membros remanescentes, com esta finalidade.

§ 2º A Frente Parlamentar não poderá ser extinta enquanto houver ao menos cinco membros, fundadores ou efetivos, interessados em sua existência.

Das Disposições Finais

Art. 15. O presente Estatuto entra em vigor nesta data, aprovado pela Assembléia Geral de Constituição da Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

16/3/2006 10:56:58

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: Of. 143/05

Autor da Proposição: LUCIA BRAGA E OUTROS

Data de Apresentação: 2/3/2006

Ementa: Criação da Frente Parlamentar pelos Direitos dos Anistiados Políticos.

Possui Assinaturas Suficientes SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	198
Não Conferem	018
Fora do Exercício	003
Repetidas	067
Ilegíveis	000

Assinaturas Confirmadas

1	LÚCIA BRAGA	PMDB	PB
2	MARCONDES GADELHA	PSB	PB
3	INALDO LEITÃO	PL	PB
4	CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE
5	MAURÍCIO RANDS	PT	PE
6	JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ
7	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
8	HENRIQUE FONTANA	PT	RS
9	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
10	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
11	GILMAR MACHADO	PT	MG
12	JORGE ALBERTO	PMDB	SE
13	SOCORRO GOMES	PCdoB	PA
14	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
15	DRA. CLAIR	PT	PR
16	VICENTINHO	PT	SP
17	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
18	WALTER BARELLI	PSDB	SP
19	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
20	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
21	JOSÉ DIVINO	PMR	RJ
22	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
23	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
24	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
25	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
26	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
27	BENEDITO DE LIRA	PP	AL

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

16/3/2006 10:56:58

Página: 002

28	JOÃO MAGNO	PT	MG
29	IVO JOSÉ	PT	MG
30	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
31	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
32	VADINHO BAIÃO	PT	MG
33	LUCIANO ZICA	PT	SP
34	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
35	CARLOS SANTANA	PT	RJ
36	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
37	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
38	MARCO MAIA	PT	RS
39	JOSÉ MILITÃO	PTB	MG
40	CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG
41	DIMAS RAMALHO	PPS	SP
42	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
43	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
44	ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG
45	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT
46	CHICÃO BRÍGIDO	PMDB	AC
47	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
48	CARLOS BATATA	PFL	PE
49	ÁTILA LINS	PMDB	AM
50	REINALDO BETÃO	PL	RJ
51	HENRIQUE AFONSO	PT	AC
52	SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
53	IVAN VALENTE	PSOL	SP
54	ARNON BEZERRA	PTB	CE
55	RICARDO BERZOINI	PT	SP
56	RICARDO RIQUE	PL	PB
57	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA
58	MILTON CARDIAS	PTB	RS
59	ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR
60	ENIO TATICO	PTB	GO
61	PASTOR AMARILDO	PSC	TO
62	B. SÁ	PSB	PI
63	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
64	JORGE GOMES	PSB	PE
65	RUBENS OTONI	PT	GO
66	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
67	IRIS SIMÕES	PTB	PR
68	REINALDO GRIPP	PL	RJ
69	CÉSAR MEDEIROS	PT	MG
70	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
71	PASTOR REINALDO	PTB	RS
72	SELMA SCHONS	PT	PR
73	FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR
74	ANA ALENCAR	PSDB	TO
75	PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

16/3/2006 10:56:58

Página: 003

76	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
77	ANSELMO	PT	RO
78	IARA BERNARDI	PT	SP
79	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
80	JACKSON BARRETO	PTB	SE
81	MANATO	PDT	ES
82	ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA
83	JORGE BOEIRA	PT	SC
84	JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG
85	VANDERLEI ASSIS	PP	SP
86	LINO ROSSI	PP	MT
87	CABO JÚLIO	PMDB	MG
88	MORAES SOUZA	PMDB	PI
89	ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MA
90	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
91	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
92	ALCESTE ALMEIDA	PTB	RR
93	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
94	ZELINDA NOVAES	PFL	BA
95	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
96	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
97	VILMAR ROCHA	PFL	GO
98	LEONARDO MATTOS	PV	MG
99	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
100	MARIA HELENA	PSB	RR
101	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
102	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
103	MAURO LOPES	PMDB	MG
104	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
105	CARLOS MOTA	PSB	MG
106	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG
107	MUSSA DEMES	PFL	PI
108	JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ
109	WASNY DE ROURE	PT	DF
110	JAMIL MURAD	PCdoB	SP
111	SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF
112	FERNANDO DINIZ	PMDB	MG
113	ALEX CANZIANI	PTB	PR
114	OSVALDO REIS	PMDB	TO
115	BABÁ	PSOL	PA
116	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
117	VIEIRA REIS	PMR	RJ
118	SALVADOR ZIMBALDI	PSB	SP
119	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
120	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
121	CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS
122	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS
123	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

16/3/2006 10:56:58

Página: 004

124 NELSON PROENÇA	PPS	RS
125 LUCIANA GENRO	PSOL	RS
126 ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
127 DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
128 CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
129 TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS
130 NELSON MEURER	PP	PR
131 HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
132 ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
133 MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP
134 WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
135 JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
136 PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
137 ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
138 JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP
139 ZICO BRONZEADO	PT	AC
140 ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
141 SILVIO TORRES	PSDB	SP
142 CARLOS ABICALIL	PT	MT
143 JOÃO TOTA	PP	AC
144 ZÉ LIMA	PP	PA
145 VIGNATTI	PT	SC
146 ANA GUERRA	PT	MG
147 WALTER PINHEIRO	PT	BA
148 ANDRÉ COSTA	PDT	RJ
149 ADEMIR CAMILO	PDT	MG
150 CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
151 SANDES JÚNIOR	PP	GO
152 FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA
153 BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB
154 DR. BENEDITO DIAS	PP	AP
155 MILTON MONTI	PL	SP
156 CARLOS NADER	PL	RJ
157 INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
158 LEONARDO MONTEIRO	PT	MG
159 ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
160 OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
161 LUCIANO LEITOA	PSB	MA
162 MARCUS VICENTE	PTB	ES
163 WAGNER LAGO	PDT	MA
164 FRANCISCO GARCIA	PP	AM
165 EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
166 CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
167 MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
168 ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
169 LUCIANO CASTRO	PL	RR
170 NILTON BAIANO	PP	ES
171 CORIOLANO SALES	PFL	BA

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

16/3/2006 10:56:58

Página: 005

172	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
173	DARCI COELHO	PP	TO
174	JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE
175	MARCELO BARBIERI	PMDB	SP
176	LINCOLN PORTELA	PL	MG
177	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
178	NEYDE APARECIDA	PT	GO
179	ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS
180	PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP
181	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
182	TAKAYAMA	PMDB	PR
183	FRANCISCO APPIO	PP	RS
184	EDNA MACEDO	PTB	SP
185	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
186	MAURO PASSOS	PT	SC
187	NEUCIMAR FRAGA	PL	ES
188	JAIME MARTINS	PL	MG
189	ANN PONTES	PMDB	PA
190	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA
191	JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG
192	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
193	BETINHO ROSADO	PFL	RN
194	ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA
195	ALDIR CABRAL	PFL	RJ
196	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
197	FERNANDO ESTIMA	PPS	SP
198	BOSCO COSTA	PSDB	SE

SGM - SECAP (7503)**Conferência de Assinaturas**

16/3/2006 10:56:58

Página: 006

Assinaturas que Não Conferem

1	CARLOS DUNGA	PTB	PB
2	VITORASSI	PT	PR
3	MANINHA	PSOL	DF
4	NELSON TRAD	PMDB	MS
5	ZÉ GERALDO	PT	PA
6	NÉLIO DIAS	PP	RN
7	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
8	FÁBIO SOUTO	PFL	BA
9	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
10	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG
11	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
12	ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB
13	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
14	NILSON MOURÃO	PT	AC
15	TATICO	PTB	DF
16	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
17	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
18	ADÃO PRETTO	PT	RS

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE
2	ELAINE COSTA	PTB	RJ
3	CAPITÃO WAYNE	PSDB	GO

SGM - SECAP (7503)

16/3/2006 10:56:58

Conferência de Assinaturas

Página: 007

Assinaturas Repetidas

1	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
2	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
3	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
4	MARIA DO CARMO LARA	PT	MG
5	CARLOS DUNGA	PTB	PB
6	DRA. CLAIR	PT	PR
7	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
8	PASTOR REINALDO	PTB	RS
9	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
10	ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA
11	WALTER BARELLI	PSDB	SP
12	CARLOS SANTANA	PT	RJ
13	SALATIEL CARVALHO	PFL	PE
14	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
15	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
16	ROMEU QUEIROZ	PTB	MG
17	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
18	MANATO	PDT	ES
19	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
20	JOVINO CÂNDIDO	PV	SP
21	JOÃO TOTA	PP	AC
22	REINALDO BETÃO	PL	RJ
23	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
24	MILTON CARDIAS	PTB	RS
25	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
26	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
27	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
28	ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG
29	ZÉ LIMA	PP	PA
30	RUBENS OTONI	PT	GO
31	LUCIANO ZICA	PT	SP
32	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN
33	RICARDO BERZOINI	PT	SP
34	MAURÍCIO RANDS	PT	PE
35	ZICO BRONZEADO	PT	AC
36	GILMAR MACHADO	PT	MG
37	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
38	IARA BERNARDI	PT	SP
39	CARLOS DUNGA	PTB	PB
40	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
41	MANINHA	PSOL	DF
42	SOCORRO GOMES	PCdoB	PA
43	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
44	ENIO TATICO	PTB	GO
45	ZÉ GERALDO	PT	PA
46	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
47	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG

SGM - SECAP (7503)

16/3/2006 10:56:58

Conferência de Assinaturas

Página: 008

48	LEONARDO MATTOS	PV	MG
49	MILTON CARDIAS	PTB	RS
50	ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG
51	MANATO	PDT	ES
52	B. SÁ	PSB	PI
53	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
54	REINALDO GRIPP	PL	RJ
55	VILMAR ROCHA	PFL	GO
56	ROBÉRIO NUNES	PFL	BA
57	VADINHO BAIÃO	PT	MG
58	PASTOR REINALDO	PTB	RS
59	ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE
60	GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP
61	ZÉ LIMA	PP	PA
62	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
63	ARNON BEZERRA	PTB	CE
64	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
65	SELMA SCHONS	PT	PR
66	JAMIL MURAD	PCdoB	SP
67	OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG

Publique-se

Em 16-3-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Balsas–MA, 16 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Atendendo convocação de Vossa Excelência, de-claro-me IMPOSSIBILITADO de assumir o mandato de Deputado Federal, na qualidade de Suplente, pelo Estado do Maranhão, nos termos do artigo 241, § 1º, do RICD.

Aproveito a oportunidade para apresentar mani-festações de apreço e consideração. – **Francisco de Assis Milhomem Coelho**, PFL-MA.

Publique-se, nos termos do artigo 241, § 1º, do RICD. Convoque-se o suplente seguinte.
Ao Senhor Diretor-Geral.

Em 16-3-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 515, DE 2006**

(Do Sr. Júlio Redecker e outros)

Altera o § 2º do art. 55, da Constituição Federal.

Despacho: Apense-se À PEC nº 69/2003.

Apreciação: Proposição Sujeita à Ape-riação do Plenário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos dos § 3º do art. 60 da Constitui-ção Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 55, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Nos casos dos incisos I, II e IV, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto da maioria absoluta, mediante provoca-ção da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, asse-gurada ampla defesa.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vi-gor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposta de emenda constitucional tem por objetivo dotar de total transparência os pro-cessos de perda de mandato de parlamentar, deixan-do ao crivo da opinião pública, isto é, ao controle dos

cidadãos, a manifestação de cada parlamentar em tais processos. Isso porque a perda de mandato é o ápice de processo delicado, que requer o mais amplo pos-sível controle por parte dos maiores interessados, os eleitores. É por isso que peço aos nobres pares apoio para a proposta que ora apresento.

Sala das Sessões, 8 de março de 2006. – Depu-tado **Júlio Redecker**.

Proposição: PEC-515/2006

Autor: JÚLIO REDECKER E OUTROS

Data de Apresentação: 8/3/2006 22:30:53

Ementa: Altera o § 2º do art. 55, da Constituição Fe-deral.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:	220
Não Conferem:	16
Fora do Exercício:	0
Repetidas:	2
Ilegíveis:	0
Retiradas:	0

Assinaturas Confirmadas

- 1 – ABELARDO LUPION (PFL – PR)
- 2 – ADÃO PRETTO (PT – RS)
- 3 – AFFONSO CAMARGO (PSDB – PR)
- 4 – AFONSO HAMM (PP – RS)
- 5 – ALBÉRICO FILHO (PMDB – MA)
- 6 – ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP)
- 7 – ALCEU COLLARES (PDT – RS)
- 8 – ALEXANDRE SANTOS (PMDB – RJ)
- 9 – ALMEIDA DE JESUS (PL – CE)
- 10 – ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB – RJ)
- 11 – ALMIR MOURA (PFL – RJ)
- 12 – ÁLVARO DIAS (PDT – RN)
- 13 – ANA ALENCAR (PSDB – TO)
- 14 – ANDRÉ COSTA (PDT – RJ)
- 15 – ANDRÉ DE PAULA (PFL – PE)
- 16 – ANGELA GUADAGNIN (PT – SP)
- 17 – ANIVALDO VALE (PSDB – PA)
- 18 – ANN PONTES (PMDB – PA)
- 19 – ANSELMO (PT – RO)
- 20 – ANTONIO CAMBRAIA (PSDB – CE)
- 21 – ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP)
- 22 – ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP)
- 23 – ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)
- 24 – AROLDI CEDRAZ (PFL – BA)
- 25 – ARY KARA (PTB – SP)
- 26 – ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA)
- 27 – ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT – PR)
- 28 – BABÁ (PSOL – PA)
- 29 – BETINHO ROSADO (PFL – RN)

OF/A/PSB 111/05

Brasília, 5 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência a indicação da Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) para a vaga de titular da Comissão de Turismo e Desporto.

Atenciosamente, - Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

Defiro. **Publique-se.**

Em 13-4-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente

OF/A/PSB/ 120/05

Brasília, 12 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os deputados Jorge Gomes como titular e André Zacharow como suplente da Comissão Mista Especial com a finalidade de estudar, debater e propor mecanismo de reajuste permanente para o salário mínimo.

Atenciosamente, - Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

Publique-se.

Em 13-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

OF/A/PSB/ 121/05

Brasília, 12 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Venho informar a Vossa Excelência que foi instalada a Frente Plurissetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação no dia 20 de outubro de 2004, tendo como presidente o Deputado Renato Casagrande.

Atenciosamente, - Deputado **Renato Casagrande**, Líder do PSB.

Publique-se.

Em 13-4-2005. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Of. nº 45/05

Brasília, 4 de abril de 2005

Excelentíssimo Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
nesta

Assunto: Comunicação da saída de parlamentar de Comissão Permanente.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência, a saída da Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) da vaga de titular da Comissão de Educação e Cultura.

Respeitosamente, Deputado **Renildo Calheiros**, líder do PCdoB

Defiro. **Publique-se.**

Em 13-4-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

Ofício nº 46/05

Brasília, 6 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,
Indico a Vossa Excelência o nome do Deputado Fernando Gabeira – PV/RJ, em substituição ao Deputado Edson Duarte – PV/BA para integrar, na condição de Suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2001, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências”.

Atenciosamente, Deputado **Marcelo Ortiz**, Líder do PV.

Defiro. **Publique-se.**

Em 13-4-05. – **Severino Cavalcanti**,
Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Ofício nº 173/2005-CAPADR

Brasília, 5 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados
Assunto: Apreciação do Projeto de Lei nº 1.328/03

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 58 do comunico a Vossa Excelência a apreciação do Projeto de Lei nº 1.328/03 por este Órgão Técnico.

OF/A/PSB/487/06

Brasília, 21 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no Ato da Mesa nº 69/2005, comunico a Vossa Excelência que, em 7-6-06, foi instalada a Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas, sob a minha presidência e responsabilidade.

Assim sendo, solicito a Vossa Excelência o devido registro nesta Casa, e encaminhado, em anexo, a ata de instalação, seu estatuto e as assinaturas de apoio exigidas.

Respeitosamente, – Deputado **Alexandre Cardoso**, Líder do PSB.

Publique-se.Em 28-12-06. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

Ata da Reunião de Instalação da Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas

Aos sete dias do mês de junho, do ano de dois mil e seis, no auditório Freitas Nobre, no edifício anexo IV, da Câmara dos Deputados do Brasil, presentes os Senhores Deputados Alexandre Cardoso, Jair Bolsonaro, Alberto Fraga, Gustavo Fruet, Gilberto Nascimento, Renato Casagrande, Renildo Calheiros, entre outros parlamentares, o excelentíssimo senhor Vice-Presidente da República, José Alencar, o excelentíssimo senhor Ministro da Defesa, Valdir Pires, o comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque e o comandante da aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno reuniram-se, às quatorze horas, com o fim de apreciar a seguinte pauta de matérias: 1. Instalação da Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas; 2. Eleição da Coordenação, e 3. Aprovação do Estatuto. Assumindo a Presidência da reunião, o Deputado Alexandre Cardoso submeteu à consideração dos presentes a instalação da Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas, o que foi aprovado por aclamação. Atendido o Item 1 da pauta, passou-se ao item 2, quando foi aprovada, por unanimidade, a Coordenação, assim definida: 1) Setor Legislativo: Presidente: Deputado Alexandre Cardoso; Vice-Presidentes-Deputados: Jair Bolsonaro; Alberto Fraga; Gustavo Fruet; Gilberto Nascimento; Eduardo Campos e Ricardo Berzoini. 2) Setor Executivo: Ministro da Defesa – Waldir Pires; Comandante Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno; Comandante General-de-Exército Francisco Roberto

de Albuquerque e o Comandante Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. 3) Setor Científico: Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Reginaldo dos Santos; Comandante do Instituto Militar de Engenharia, General de Brigada Ernesto Ribeiro Ronzani, e o Dr. Carlos Berteli, representante da Agência Espacial Brasileira. 4) Setor Empresarial: Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil, Walter Bartels; Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa – Coronel Roberto Guimarães de Carvalho e Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil – Athayde Pereira Martins. Em seguida, o Senhor Presidente submeteu a votos o projeto de Estatuto. Verificando-se aprovação por unanimidade, o estatuto ficou redigido da seguinte forma:

Estatuto

1 – Da finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras, com atuação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter supra-partidário, de duração indeterminada, com sede e foro nesta Capital Federal, e regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) desenvolver programas de Ciência, Tecnologia e Inovação segundo a perspectiva estratégica de aperfeiçoamento, melhoria e modernização do conjunto das Forças Armadas Brasileiras;

b) promover discussões acerca da posição estratégica da Amazônia brasileira e o papel das Forças Armadas neste contexto;

c) discutir o papel estratégico da “Amazônia Azul” frente aos interesses nacionais da soberania, da proteção ambiental, da exploração econômica e da pesquisa científica;

d) discutir o papel estratégico das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais e do desenvolvimento do País;

e) priorizar o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro;

f) defender aporte suficiente de recursos financeiros, humanos e materiais para garantir o pleno desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro;

g) estimular o desenvolvimento das telecomunicações no contexto estratégico nacional;

h) Aprovar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e

outras iniciativas legislativas que reforcem os objetivos da Frente;

i) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional e da sociedade brasileira;

j) Assessorar os parlamentares que se filiarem à Frente;

k) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins;

l) Acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir às Forças Armadas, na sua plenitude, condições de defesa do território e da soberania nacional;

m) Acompanhar a implementação da Política de Defesa Nacional.

II – Da Coordenação

Art. 3º A Frente terá como Presidente de Honra o Presidente da Câmara dos Deputados e será coordenada por um colegiado (Coordenação Colegiada) eleito na data de seu lançamento, dia 7-6-06.

§ 1º A Coordenação Colegiada está dividida em quatro setores: Legislativo, Executivo, Empresarial e Científico.

§ 2º O Setor Legislativo será composto de um (1) Presidente e seis (6) Vice-Presidentes.

§ 3º O Setor Executivo contará com representantes do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Aeronáutica, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Minas e Energia e do Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º O Setor Empresarial será composto por representantes das indústrias de defesa:

- **Aiab** – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil;
- **Abimde** – Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa;
- **INB** – Indústrias Nucleares do Brasil.

§ 5º O Setor Científico contará com representantes das Universidades Federais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, do IME – Instituto Militar de Engenharia e da AEB – Agência Espacial Brasileira.

§ 6º A qualquer momento, por decisão da Coordenação Colegiada, outras entidades, instituições ou organizações poderão integrar a coordenação da Frente.

§ 7º Se qualquer membro da Coordenação Colegiada deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor pela própria Coordenação.

§ 8º A convocação da Frente será feita pelo Presidente ou por decisão de 1/3 da Coordenação Colegiada.

III – Da Competência

Art. 4º Compete à Coordenação Colegiada:

- a) organizar o programa de atividades da Frente;
- b) constituir delegação;
- c) examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que possam subsidiar suas atividades;
- d) propor alteração do Estatuto;
- e) propor a admissão de novos membros;
- f) resolver os casos omissos neste estatuto.

IV – Dos Membros

Art. 5º A Frente é composta por parlamentares do Congresso Nacional e por pessoas que participem direta ou indiretamente de qualquer dos outros setores.

Parágrafo único. Para integrar a Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras é obrigatório o preenchimento do termo de adesão.

V – Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 6º Após a aprovação do presente Estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação Colegiada com mandato até o término da presente Legislatura;

Art. 7º A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvida a Coordenação Colegiada.

Art. 8º Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação. – Deputado **Alexandre Cardoso**, Presidente.

Terminado o item 3, o Presidente Deputado Alexandre Cardoso concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, em seguida falaram: o comandante da Aeronáutica, o comandante do Exército Brasileiro, o comandante da Marinha do Brasil, o excelentíssimo senhor Ministro da Defesa e, por fim, o excelentíssimo senhor Vice-Presidente da República. Aproveitando a oportunidade, em atendimento aos termos do estipulado no Estatuto, o Presidente da Frente sugeriu a designação da senhora Jônia Maria Pompeu para atuar como Secretária Administrativa da Frente Parlamentar. Nada mais havendo a tratar, foi levantada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai por mim (Jônia Maria Pompeu), Secretária, assinada.

Brasília, 13 de setembro de 2006. – **Jônia Maria Pompeu**, Secretária Administrativa.

FRENTE PLURISSETORIAL EM DEFESA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

ESTATUTO

I – Da finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras, com atuação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter supra-partidário, de duração indeterminada, com sede e foro nesta Capital Federal, é regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) desenvolver programas de Ciência, Tecnologia e Inovação segundo a perspectiva estratégica de aperfeiçoamento, melhoria e modernização do conjunto das Forças Armadas Brasileiras;

b) promover discussões acerca da posição estratégica da Amazônia brasileira e o papel das Forças Armadas neste contexto;

c) discutir o papel estratégico da “Amazônia Azul” frente aos interesses nacionais da soberania, da proteção ambiental, da exploração econômica e da pesquisa científica;

d) discutir o papel estratégico das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais e do desenvolvimento do país;

e) priorizar o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro;

f) defender aporte suficiente de recursos financeiros, humanos e materiais para garantir o pleno desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro;

g) estimular o desenvolvimento das telecomunicações no contexto estratégico nacional;

h) Aprovar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e outras iniciativas legislativas que reforcem os objetivos da Frente;

i) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional e da sociedade brasileira;

j) Assessorar os parlamentares que se filiarem à Frente;

k) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins;

l) Acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir às Forças Armadas, na sua plenitude, condições de defesa do território e da soberania nacional;

m) Acompanhar a implementação da Política de Defesa Nacional.

II – Da Coordenação

Art. 3º A Frente terá como Presidente de Honra o Presidente da Câmara dos Deputados e será coordenada por um colegiado (Coordenação Colegiada) eleito na data de seu lançamento, dia 7-6-06.

§ 1º A Coordenação Colegiada está dividida em quatro setores: Legislativo, Executivo, Empresarial e Científico.

§ 2º O Setor Legislativo será composto de um (1) Presidente e seis (6) Vice-Presidentes.

§ 3º O Setor Executivo contará com representantes do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Aeronáutica, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Minas e Energia e do Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º O Setor Empresarial será composto por representantes das indústrias de defesa:

- **Aiab** – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil;

- **Abimde** – Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa;

- **INB** – Indústrias Nucleares do Brasil.

§ 5º O Setor Científico contará com representantes das Universidades Federais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, do IME – Instituto Militar de Engenharia e da AEB – Agência Espacial Brasileira.

§ 6º A qualquer momento, por decisão da Coordenação Colegiada, outras entidades, instituições ou organizações poderão integrar a coordenação da Frente.

§ 7º Se qualquer membro da Coordenação Colegiada deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor pela própria Coordenação.

§ 8º A convocação da Frente será feita pelo Presidente ou por decisão de 1/3 da Coordenação Colegiada.

III – Da Competência

Art. 4º Compete à Coordenação Colegiada:

a) organizar o programa de atividades da Frente;

b) constituir delegação;

c) examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que possam subsidiar suas atividades;

d) propor alteração do Estatuto;

e) propor a admissão de novos membros;

f) resolver os casos omissos neste estatuto.

IV – Dos Membros

Art. 5º A Frente é composta por parlamentares do Congresso Nacional e por pessoas que participem direta ou indiretamente de qualquer dos outros setores.

Parágrafo único. Para integrar a Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras é obrigatório o preenchimento do termo de adesão.

V – Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 6º Após a aprovação do presente Estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação Colegiada com mandato até o término da presente Legislatura;

Art. 7º A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvida a Coordenação Colegiada.

Art. 8º Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

PRESIDENTE DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO

Terminado o item 3, o Presidente Deputado Alexandre Cardoso concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, em seguida falaram: o comandante da Aeronáutica, o comandante do Exército Brasileiro, o comandante da Marinha do Brasil, o excelentíssimo senhor Ministro da Defesa e, por fim, o excelentíssimo senhor Vice-Presidente da República. Aproveitando a oportunidade, em atendimento aos termos do estipulado no Estatuto, o Presidente da Frente sugeriu a designação da senhora Jônia Maria Pompeu para atuar como Secretária Administrativa da Frente Parlamentar. Nada mais havendo a tratar, foi levantada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai por mim (Jônia Maria Pompeu), Secretária, assinada.

Brasília, 13 de setembro de 2006. – **Jônia Maria Pompeu**, Secretária Administrativa.

FRENTE PLURISSETORIAL EM DEFESA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

ESTATUTO

I – Da finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras, com atuação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter supra-partidário, de duração indeterminada, com sede e foro nesta Capital Federal, é regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) desenvolver programas de Ciência, Tecnologia e Inovação segundo a perspectiva estratégica de aperfeiçoamento, melhoria e modernização do conjunto das Forças Armadas Brasileiras;

b) promover discussões acerca da posição estratégica da Amazônia brasileira e o papel das Forças Armadas neste contexto;

c) discutir o papel estratégico da “Amazônia Azul” frente aos interesses nacionais da soberania, da proteção ambiental, da exploração econômica e da pesquisa científica;

d) discutir o papel estratégico das Forças Armadas na defesa dos interesses nacionais e do desenvolvimento do país;

e) priorizar o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro;

f) defender aporte suficiente de recursos financeiros, humanos e materiais para garantir o pleno desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro;

g) estimular o desenvolvimento das telecomunicações no contexto estratégico nacional;

h) Aprovar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e outras iniciativas legislativas que reforcem os objetivos da Frente;

i) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional e da sociedade brasileira;

j) Assessorar os parlamentares que se filiarem à Frente;

k) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins;

l) Acompanhar a execução orçamentária de forma a garantir às Forças Armadas, na sua plenitude, condições de defesa do território e da soberania nacional;

m) Acompanhar a implementação da Política de Defesa Nacional.

II – Da Coordenação

Art. 3º A Frente terá como Presidente de Honra o Presidente da Câmara dos Deputados e será coordenada por um colegiado (Coordenação Colegiada) eleito na data de seu lançamento, dia 7-6-06.

§ 1º A Coordenação Colegiada está dividida em quatro setores: Legislativo, Executivo, Empresarial e Científico.

§ 2º O Setor Legislativo será composto de um (1) Presidente e seis (6) Vice-Presidentes.

§ 3º O Setor Executivo contará com representantes do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Aeronáutica, do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério das Minas e Energia e do Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º O Setor Empresarial será composto por representantes das indústrias de defesa:

• **Aiab** – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil;

• **Abimde** – Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa;

• **INB** – Indústrias Nucleares do Brasil.

§ 5º O Setor Científico contará com representantes das Universidades Federais, do Conselho Na-

cional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, do IME – Instituto Militar de Engenharia e da AEB – Agência Espacial Brasileira.

§ 6º A qualquer momento, por decisão da Coordenação Colegiada, outras entidades, instituições ou organizações poderão integrar a coordenação da Frente.

§ 7º Se qualquer membro da Coordenação Colegiada deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor pela própria Coordenação.

§ 8º A convocação da Frente será feita pelo Presidente ou por decisão de 1/3 da Coordenação Colegiada.

III – Da Competência

Art. 4º Compete à Coordenação Colegiada:

- a) organizar o programa de atividades da Frente;
- b) constituir delegação;
- c) examinar estudos, pareceres, teses e trabalhos que possam subsidiar suas atividades;

SGM - SECAP (7503)

28/12/2006 15:42:06

Proposição:

Of/A/PSB/487/0

Autor da Proposição: ALEXANDRE CARDOSO E OUTROS

Data de Apresentação: 27/12/2006

Ementa: Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileira.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	199
Não Conferem	004
Fora do Exercício	001
Repetidas	009
Illegíveis	000

- d) propor alteração do Estatuto;
- e) propor a admissão de novos membros;
- f) resolver os casos omissos neste estatuto.

IV – Dos Membros

Art. 5º A Frente é composta por parlamentares do Congresso Nacional e por pessoas que participem direta ou indiretamente de qualquer dos outros setores.

Parágrafo único. Para integrar a Frente Plurissetorial em Defesa das Forças Armadas Brasileiras é obrigatório o preenchimento do termo de adesão.

V – Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 6º Após a aprovação do presente Estatuto, deverão ser eleitos os membros da Coordenação Colegiada com mandato até o término da presente Legislatura;

Art. 7º A Frente, com vistas ao alcance de suas finalidades, poderá criar, manter ou participar de entidades e instituições com iguais ou similares finalidades, ouvida a Coordenação Colegiada.

Art. 8º Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Assinaturas Confirmadas

1	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
2	ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE
3	B. SÁ	PSB	PI
4	BARBOSA NETO	PSB	GO
5	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS
6	CARLOS MOTA	PSB	MG
7	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA
8	EDINHO MONTEMOR	PSB	SP
9	EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
10	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL
11	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
12	IBERÉ FERREIRA	PSB	RN
13	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG
14	JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG
15	COLBERT MARTINS	PPS	BA
16	ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ
17	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG
18	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
19	MARCELO ORTIZ	PV	SP
20	JOÃO MENDES DE JESUS	S.PART.	RJ
21	JORGE GOMES	PSB	PE
22	SANDRA ROSADO	PSB	RN
23	AGNELO QUEIROZ	PCdoB	DF
24	ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA
25	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
26	EVANDRO MILHOMEN	PCdoB	AP
27	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE
28	JAMIL MURAD	PCdoB	SP

29	PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC
30	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM
31	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
32	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
33	MARCONDES GADELHA	PSB	PB
34	MARIA HELENA	PSB	RR
35	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG
36	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE
37	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
38	RENATO CASAGRANDE	PSB	ES
39	ADÃO PRETTO	PT	RS
40	ADEMIR CAMILO	PDT	MG
41	AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR
42	ALBERTO FRAGA	PFL	DF
43	ALEX CANZIANI	PTB	PR
44	ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR
45	ANN PONTES	PMDB	PA
46	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
47	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA
48	ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP
49	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
50	BABÁ	PSOL	PA
51	BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ
52	BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG
53	CARLITO MERSS	PT	SC
54	CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE
55	CARLOS MELLES	PFL	MG
56	CARLOS SANTANA	PT	RJ
57	CARLOS WILLIAN	PTC	MG
58	CEZAR SILVESTRI	PPS	PR
59	CHICO ALENCAR	PSOL	RJ
60	COLOMBO	PT	PR
61	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
62	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
63	DELEY	PSC	RJ
64	DRA. CLAIR	PT	PR
65	EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ
66	EDIR OLIVEIRA	PTB	RS
67	EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ
68	EDUARDO SCIARRA	PFL	PR
69	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE
70	FERNANDO CORUJA	PPS	SC
71	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ
72	GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP
73	GONZAGA MOTA	PSDB	CE
74	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR
75	HAMILTON CASARA	PSDB	RO
76	HOMERO BARRETO	PTB	TO

77	IARA BERNARDI	PT	SP
78	JOÃO BATISTA	PP	SP
79	JOÃO GRANDÃO	PT	MS
80	JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP
81	JOEL DE HOLLANDA	PFL	PE
82	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE
83	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
84	JOVAIR ARANTES	PTB	GO
85	JUÍZA DENISE FROSSARD	PPS	RJ
86	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
87	LEONARDO MATTOS	PV	MG
88	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
89	LINO ROSSI	PP	MT
90	LUCIANA GENRO	PSOL	RS
91	FLEURY	PTB	SP
92	MANATO	PDT	ES
93	MANINHA	PSOL	DF
94	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL
95	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
96	MORONI TORGAN	PFL	CE
97	NAZARENO FONTELES	PT	PI
98	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
99	NELSON TRAD	PMDB	MS
100	PASTOR AMARILDO	PSC	TO
101	PASTOR REINALDO	PTB	RS
102	PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM
103	PAULO DELGADO	PT	MG
104	PAULO MAGALHÃES	PFL	BA
105	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
106	PEDRO IRUJO	PMDB	BA
107	PEDRO NOVAIS	PMDB	MA
108	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
109	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
110	RAUL JUNGSMANN	PPS	PE
111	RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE
112	RICARDO IZAR	PTB	SP
113	ROBERTO BALESTRA	PP	GO
114	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
115	RONALDO CAIADO	PFL	GO
116	SANDRO MABEL	PL	GO
117	SARNEY FILHO	PV	MA
118	SEVERIANO ALVES	PDT	BA
119	SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF
120	SIMÃO SESSIM	PP	RJ
121	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
122	TEREZINHA FERNANDES	PT	MA
123	ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA
124	ZICO BRONZEADO	PT	AC

125	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP
126	ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ
127	ANA GUERRA	PT	MG
128	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
129	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
130	ANSELMO	PT	RO
131	AROLDO CEDRAZ	PFL	BA
132	BETINHO ROSADO	PFL	RN
133	CARLOS ABICALIL	PT	MT
134	CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO
135	CIRO NOGUEIRA	PP	PI
136	COSTA FERREIRA	PSC	MA
137	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
138	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP
139	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
140	EDUARDO VALVERDE	PT	RO
141	ELISEU RESENDE	PFL	MG
142	ENIO TATICO	PTB	GO
143	ÉRICO RIBEIRO	PP	RS
144	ELAINE COSTA	PTB	RJ
145	FÁTIMA BEZERRA	PT	RN
146	FRANCISCO TURRA	PP	RS
147	GILMAR MACHADO	PT	MG
148	HELENO SILVA	PL	SE
149	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PL	PE
150	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
151	JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES
152	JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP
153	JORGE PINHEIRO	PL	DF
154	JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP
155	JOSÉ MILITÃO	PTB	MG
156	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
157	JÚLIO CESAR	PFL	PI
158	JÚLIO REDECKER	PSDB	RS
159	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
160	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
161	LEONARDO VILELA	PSDB	GO
162	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
163	MANOEL SALVIANO	PSDB	CE
164	MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG
165	MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA
166	MARCUS VICENTE	PTB	ES
167	MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS
168	MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP
169	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
170	MAURÍCIO RANDS	PT	PE
171	MAX ROSENMAN	PMDB	PR
172	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS

173	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
174	MURILO ZAUIH	PFL	MS
175	NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG
176	NELSON BORNIER	PMDB	RJ
177	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
178	NILSON MOURÃO	PT	AC
179	OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL
180	ONYX LORENZONI	PFL	RS
181	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
182	REINALDO BETÃO	PL	RJ
183	REINHOLD STEPHANES	PMDB	PR
184	RICARDO BARROS	PP	PR
185	RICARDO BERZOINI	PT	SP
186	ROBERTO GOUVEIA	PT	SP
187	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
188	RONALDO CEZAR COELHO	PSDB	RJ
189	RUBENS OTONI	PT	GO
190	SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI
191	SUELY CAMPOS	PP	RR
192	TARCÍSIO ZIMMERMANN	PT	RS
193	TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF
194	TAKAYAMA	PMDB	PR
195	VITORASSI	PT	PR
196	WALTER PINHEIRO	PT	BA
197	WLADIMIR COSTA	PMDB	PA
198	ZEQUINHA MARINHO	PMDB	PA
199	ZONTA	PP	SC

Assinaturas que Não Conferem

1	FERNANDO FERRO	PT	PE
2	MAURO BENEVIDES	PMDB	CE
3	FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ
4	TATICO	PTB	DF

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1	HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL
---	-------------------	------	----

Assinaturas Repetidas

1	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS
2	JORGE GOMES	PSB	PE
3	COLBERT MARTINS	PPS	BA
4	ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ
5	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP
6	MARCELO ORTIZ	PV	SP
7	MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ
8	ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL
9	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG

Senhor Presidente:

Com fundamento no inciso I do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho apresentar Recurso à decisão de apensar o Projeto de Lei 6795/06 ao 3294/97, pelas razões abaixo transcritas:

1. O Projeto de Lei 6795/06 (anexo), de autoria do Deputado Federal Durval Orlato altera a redação do artigo 41 da Lei n. 8.213 de 24 de julho de 1991, determinando novas formas de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em linhas gerais, prevê-se a utilização do maior índice de correção entre quatro opções indicadas no próprio Projeto de Lei: INPC, IPCA, IGP-DI ou IPC.

2. Por sua vez, o Projeto de Lei 3.294/97, de autoria do Deputado Federal Euler Ribeiro dispõe sobre a atualização dos benefícios mantidos pela Previdência Social. Verifica-se que o projeto procura trazer nova legislação previdenciária, utilizando o salário mínimo de determinado tempo como base de cálculo para atualização do benefício percebido. Além disso, a lei prevê a atualização de valores para todos os benefícios previdenciários de prestação continuada.

3. Segundo o comando do inciso I do artigo 139 do Regimento da Câmara dos Deputados, "o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo fará a distribuição por dependência, determinando sua apensação (...)".

4. Não podemos, no entanto, dizer que as duas proposições são análogas nem conexas:

a) o PL nº 6795/06 modifica legislação vigente, enquanto que o PL nº 3294/97 pretende introduzir nova legislação previdenciária;

b) o PL nº 6795/06 trata de benefícios periódicos e extraordinários, nas condições que especifica, enquanto que o PL nº 3294/97 trata apenas de reajuste automático atrelado ao salário mínimo;

c) o PL nº 6795/06 trata apenas e tão somente dos benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social, enquanto que o PL nº 3294/97 trata de todos os benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social; e

d) o PL nº 6795/06 utiliza, como forma de reajuste dos benefícios, o maior dos benefícios dentre os quatro índices que especifica, enquanto que o PL nº 3294/97 prevê a atualização automática pelo número de salários

mínimos correspondentes dos benefícios em determinado período.

Sala das Sessões, 2 de maio de 2006. – Deputado **Durval Orlato** (PT-SP).

REQUERIMENTO Nº 3.958/2006

(Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

Requer a apensação do Projeto de Lei nº 6.262/05 ao Projeto de Lei nº 707/03.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 142 e 143, II, b, do Regimento Interno da Casa, solicito a Vossa Excelência proceder a apensação do Projeto de Lei nº 6.262/05, do Sr. Renato Casagrande, que "Institui o Selo de Qualidade Ambiental e dá outras providências" ao Projeto de Lei nº 707/03, do Sr. Luiz Bittencourt, que "dispõe sobre a instituição do Selo Verde, destinado a atestar a qualidade dos produtos e suas origens quanto aos cuidados para com a proteção ao meio ambiente", por se tratar de matérias correlatas.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2006. – Deputado **Anivaldo Vale**, Presidente.

Defiro. Apense-se o PL 6.262/05 ao PL nº 707/03. Oficie-se e, após, **publique-se**.

Em 29-5-06. – **Aldo Rebelo** – Presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.967, DE 2006

(Do Sr. Antônio Carlos Mendes Thame)

Requer a criação da Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis

Senhor Presidente,

Trago ao conhecimento de V. Ex^a a criação da Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis, conforme ata da 1^a reunião de seus membros parlamentares, ocorrida em 10 de maio de 2006, e que pautará sua atuação no Estatuto também aprovado naquela oportunidade.

Trata-se de iniciativa afinada com a atualidade da questão energética no Brasil e no mundo, com ênfase no uso e na disseminação dos combustíveis renováveis.

Em anexo, encaminho a documentação atinente à Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis, com a relação de adesões de parlamentares, solicitando neste ensejo que sejam tomadas as providências para os devidos registros nesta Casa.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2006. – Deputado **Antônio Carlos Mendes Thame**, Presidente da Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis.

Relatório de Verificação de Apoio

REQUERIMENTO Nº 3.967/06

Proposição: REQ-3967/2006

Autor da Proposição: ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Data de Apresentação: 16/5/2006 14:59:00

Ementa: Requer a criação da FRENTE PARLAMENTAR PRÓ-BIOCOMBUSTÍVEIS

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	198
Não Conferem	16
Fora do Exercício	-
Repetidas	27
Ilegíveis	1
Retiradas	-
TOTAL	242
MÍNIMO	198
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Adelor Vieira	PMDB	SC
2	Ademir Camilo	PDT	MG
3	Agnelo Queiroz	PCdoB	DF
4	Alceste Almeida	PTB	RR
5	Alceu Collares	PDT	RS
6	Alex Canziani	PTB	PR
7	Alice Portugal	PCdoB	BA
8	Almeida de Jesus	PL	CE
9	Almerinda de Carvalho	PMDB	RJ
10	Almir Sá	PL	RR
11	André Costa	PDT	RJ
12	André de Paula	PFL	PE
13	Angela Guadagnin	PT	SP
14	Aníbal Gomes	PMDB	CE
15	Ann Pontes	PMDB	PA

16 Anselmo	PT	RO
17 Antonio Cambraia	PSDB	CE
18 Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
19 Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP
20 Arnon Bezerra	PTB	CE
21 Ary Kara	PTB	SP
22 Asdrubal Bentes	PMDB	PA
23 Assis Miguel do Couto	PT	PR
24 Átila Lins	PMDB	AM
25 Babá	PSOL	PA
26 Betinho Rosado	PFL	RN
27 Beto Albuquerque	PSB	RS
28 Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
29 Bosco Costa	PSDB	SE
30 Carlito Meress	PT	SC
31 Carlos Abicalil	PT	MT
32 Carlos Melles	PFL	MG
33 Carlos Nader	PL	RJ
34 Carlos Willian	PTC	MG
35 Celcita Pinheiro	PFL	MT
36 Celso Russomanno	PP	SP
37 César Medeiros	PT	MG
38 Cezar Schirmer	PMDB	RS
39 Chicão Brígido	PMDB	AC
40 Chico Alencar	PSOL	RJ
41 Coraúci Sobrinho	PFL	SP
42 Costa Ferreira	PSC	MA
43 Daniel Almeida	PCdoB	BA
44 Deley	PSC	RJ
45 Dilceu Sperafico	PP	PR
46 Dimas Ramalho	PPS	SP
47 Dr. Benedito Dias	PP	AP
48 Dr. Francisco Gonçalves	PPS	MG
49 Dr. Heleno	PSC	RJ
50 Durval Orlato	PT	SP
51 Edinho Bez	PMDB	SC
52 Edir Oliveira	PTB	RS
53 Edmar Moreira	PFL	MG
54 Eduardo Sciarra	PFL	PR
55 Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP
56 Eliseu Resende	PFL	MG
57 Enio Bacci	PDT	RS
58 Enivaldo Ribeiro	PP	PB
59 Eunício Oliveira	PMDB	CE

60 Félix Mendonça	PFL	BA
61 Fernando Coruja	PPS	SC
62 Fernando de Fabinho	PFL	BA
63 Fernando Diniz	PMDB	MG
64 Fernando Gabeira	PV	RJ
65 Fernando Gonçalves	PTB	RJ
66 Francisco Garcia	PP	AM
67 Geraldo Resende	PPS	MS
68 Gervásio Oliveira	PMDB	AP
69 Gilberto Nascimento	PMDB	SP
70 Gonzaga Mota	PSDB	CE
71 Gonzaga Patriota	PSB	PE
72 Gustavo Fruet	PSDB	PR
73 Heleno Silva	PL	SE
74 Hermes Parcianello	PMDB	PR
75 Iara Bernardi	PT	SP
76 Ildeu Araujo	PP	SP
77 Inaldo Leitão	PL	PB
78 Isaías Silvestre	PSB	MG
79 Ivan Valente	PSOL	SP
80 Jaime Martins	PL	MG
81 Jair Bolsonaro	PP	RJ
82 Jamil Murad	PCdoB	SP
83 João Alfredo	PSOL	CE
84 João Caldas	PL	AL
85 João Campos	PSDB	GO
86 João Correia	PMDB	AC
87 João Leão	PP	BA
88 João Matos	PMDB	SC
89 João Mendes de Jesus	PSB	RJ
90 João Paulo Cunha	PT	SP
91 João Paulo Gomes da Silva	PSB	MG
92 João Pizzolatti	PP	SC
93 João Tota	PP	AC
94 Jorge Pinheiro	PL	DF
95 José Carlos Araújo	PL	BA
96 José Eduardo Cardozo	PT	SP
97 José Otávio Germano	PP	RS
98 José Pimentel	PT	CE
99 Josias Quintal	PSB	RJ
100 Josué Bengtson	PTB	PA
101 Jovino Cândido	PV	SP
102 Juíza Denise Frossard	PPS	RJ
103 Júlio Cesar	PFL	PI

104 Júlio Delgado	PSB	MG
105 Júlio Redecker	PSDB	RS
106 Julio Semeghini	PSDB	SP
107 Leonardo Mattos	PV	MG
108 Leonardo Picciani	PMDB	RJ
109 Leonardo Vilela	PSDB	GO
110 Luciana Genro	PSOL	RS
111 Luciano Castro	PL	RR
112 Luiz Bittencourt	PMDB	GO
113 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR
114 Luiz Carreira	PFL	BA
115 Manato	PDT	ES
116 Maninha	PSOL	DF
117 Marcelo Castro	PMDB	PI
118 Marcelo Guimarães Filho	PFL	BA
119 Marcelo Ortiz	PV	SP
120 Marco Maia	PT	RS
121 Marcus Vicente	PTB	ES
122 Maria do Rosário	PT	RS
123 Maria Helena	FSB	RR
124 Mário Assad Júnior	FSB	MG
125 Mário Heringer	PDT	MG
126 Mauro Benevides	PMDB	CE
127 Mauro Lopes	PMDB	MG
128 Mendonça Prado	FFL	SE
129 Miguel de Souza	FL	RO
130 Milton Barbosa	FSC	BA
131 Milton Monti	PL	SP
132 Moraes Souza	PMDB	PI
133 Moroni Torgan	PFL	CE
134 Murilo Zauith	PFL	MS
135 Nélcio Dias	PP	RN
136 Nelson Bornier	PMDB	RJ
137 Nelson Marquezelli	PTB	SP
138 Nelson Meurer	PP	PR
139 Nelson Pellegrino	PT	BA
140 Nelson Proença	PPS	RS
141 Nelson Trad	PMDB	MS
142 Neuton Lima	PTB	SP
143 Neyde Aparecida	PT	GO
144 Nice Lobão	PFL	MA
145 Nicias Ribeiro	PSDB	PA
146 Nilson Pinto	PSDB	PA
147 Nilton Capixaba	PTB	RO

148 Odair Cunha	PT	MG
149 Oliveira Filho	PL	PR
150 Orlando Desconsi	PT	RS
151 Osmar Serraglio	PMDB	PR
152 Osmar Terra	PMDB	RS
153 Osvaldo Biolchi	PMDB	RS
154 Osvaldo Reis	PMDB	TO
155 Pastor Amarildo	PSC	TO
156 Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	CE
157 Pastor Reinaldo	PTB	RS
158 Pauderney Avelino	PFL	AM
159 Paulo Baltazar	PSB	RJ
160 Paulo Gouvêa	PL	RS
161 Paulo Lima	PMDB	SP
162 Pedro Chaves	PMDB	GO
163 Pompeo de Mattos	PDT	RS
164 Professor Irapuan Teixeira	PP	SP
165 Professora Raquel Teixeira	PSDB	GO
166 Raimundo Santos	PL	PA
167 Raul Jungmann	PPS	PE
168 Reinhold Stephanes	PMDB	PR
169 Renato Casagrande	PSB	ES
170 Ricardo Barros	PP	PR
171 Ricardo Izar	PTB	SP
172 Romeu Queiroz	PTB	MG
173 Rubens Otoni	PT	GO
174 Salvador Zimbaldi	PSB	SP
175 Sandes Júnior	PP	GO
176 Sebastião Madeira	PSDB	MA
177 Selma Schons	PT	PR
178 Sérgio Miranda	PDT	MG
179 Severiano Alves	PDT	BA
180 Silas Câmara	PTB	AM
181 Simão Sessim	PP	RJ
182 Simplicio Mário	PT	PI
183 Tadeu Filippelli	PMDB	DF
184 Tarcísio Zimmermann	PT	RS
185 Teté Bezerra	PMDB	MT
186 Vadão Gomes	PP	SP
187 Vanderlei Assis	PP	SP
188 Vieira Reis	PRB	RJ
189 Vignatti	PT	SC
190 Vilmar Rocha	PFL	GO
191 Virgílio Guimarães	PT	MG

192 Wagner Lago	PDT	MA
193 Walter Barelli	PSDB	SP
194 Walter Feldman	PSDB	SP
195 Zé Lima	PP	PA
196 Zezéu Ribeiro	PT	BA
197 Zico Bronzeado	PT	AC
198 Zonta	PP	SC

Assinaturas que Não Conferem

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Adão Pretto	PT	RS
2	Carlos Souza	PP	AM
3	Colbert Martins	PPS	BA
4	Eduardo Valverde	PT	RO
5	Fernando Gabeira	PV	RJ
6	Herculano Anghinetti	PP	MG
7	Ildeu Araujo	PP	SP
8	Jutahy Junior	PSDB	BA
9	Michel Temer	PMDB	SP
10	Nilton Baiano	PP	ES
11	Ricardo Berzoini	PT	SP
12	Saraiva Felipe	PMDB	MG
13	Tatico	PTB	DF
14	Wellington Roberto	PL	PB
15	Xico Graziano	PSDB	SP
16	Zé Geraldo	PT	PA

Assinaturas Repetidas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
1	Adelor Vieira	PMDB	SC	1
2	Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP	1
3	Chicão Brigido	PMDB	AC	1
4	Dr. Francisco Gonçalves	PPS	MG	1
5	Durval Orlato	PT	SP	1
6	Elimar Máximo Damasceno	PRONA	SP	1
7	Enio Bacci	PDT	RS	1
8	João Leão	PP	BA	1
9	João Pizzolatti	PP	SC	1
10	José Carlos Araújo	PL	BA	1
11	Josué Bengtson	PTB	PA	1

12 Jovino Cândido	PV	SP	1
13 Leonardo Vilela	PSDB	GO	1
14 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR	1
15 Manato	PDT	ES	1
16 Marcelo Ortiz	PV	SP	1
17 Mário Heringer	PDT	MG	1
18 Neuton Lima	PTB	SP	1
19 Neyde Aparecida	PT	GO	1
20 Oliveira Filho	PL	PR	1
21 Pastor Reinaldo	PTB	RS	1
22 Pauderney Avelino	PFL	AM	1
23 Paulo Gouvêa	PL	RS	1
24 Paulo Lima	PMDB	SP	1
25 Pompeo de Mattos	PDT	RS	1
26 Virgílio Guimarães	PT	MG	1
27 Wellington Roberto	PL	PB	1

FRENTE PARLAMENTAR PRÓ-BIOCOMBUSTÍVEIS

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Natureza, Duração, Sede e Finalidades

Artigo 1º A Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis é uma entidade civil, de interesse público, de natureza política suprapartidária e sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de duração indeterminada, com sede e foro na Cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A atuação da Frente se norteia pelos princípios contidos na Constituição Brasileira e pelos ideais de fortalecimento da agricultura energética e da preservação do meio ambiente.

Artigo 2º A Frente, composta por Senadores da República e Deputados Federais, tem por finalidade:

1 – promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e as cadeias produtivas, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao desenvolvimento desses importantes segmentos econômicos;

2 – acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse da pesquisa tecnológica, da produção e da comercialização dos biocombustíveis;

3 – acompanhar os assuntos relacionados à produção de biocombustíveis no Executivo e no Judiciário, visando apoiar, politicamente, as posições dos setores envolvidos;

4 – estimular e apoiar a formação de Frentes Parlamentares nos Legislativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inspiradas nas metas e objetivos desse Estatuto;

5 – proporcionar apoio a programas, planos, atividades, ações governamentais e a iniciativas privadas que visem ao desenvolvimento dos biocombustíveis;

6 – incentivar o desenvolvimento de programas que visem à capacitação e especialização de recursos humanos para a atuação nos diversos setores da agricultura energética e da pesquisa tecnológica, da produção e da comercialização dos biocombustíveis;

7 – apoiar e incentivar programas ligados ao aprimoramento de tecnologias que privilegiem a utilização dos biocombustíveis como fonte de energia limpa e renovável;

8 – apoiar programas ligados à educação ambiental e promover a conscientização dos entes políticos e empresariais sobre a utilização dos biocombustíveis como fonte de energia renovável, como “combustíveis limpos” e como vigoroso fator de criação de empregos;

9 – defender a justa participação dos municípios produtores de biocombustíveis na arrecadação dos tributos incidentes na produção;

10 – promover a integração dos setores produtivos, das organizações de trabalhadores, das entidades da sociedade civil e dos governos municipais e estaduais para o desenvolvimento das ações e a implementação das propostas da Frente;

CAPÍTULO II Da Organização

Artigo 3º A Frente tem a seguinte estrutura:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria.

Artigo 4º A Assembléia Geral, órgão de deliberação soberano da Frente, é formada por todos os Parlamentares que a ela aderirem.

§ 1º A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos Parlamentares filiados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 2º A Assembléia Geral será instalada com a presença de qualquer número de seus filiados, sendo as deliberações aprovadas por maioria simples.

Artigo 5º A Diretoria compõe-se de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto, Coordenador Geral e Coordenadores de Área.

Artigo 6º Os Membros da Diretoria serão eleitos para o período de um ano, podendo ser reeleitos.

Artigo 7º A Secretaria-Executiva, para melhor desempenho de suas funções, poderá valer-se de apoio dos gabinetes dos Parlamentares da Diretoria e dos Membros da Frente.

CAPÍTULO III Das Competências das Unidades Organizacionais

Artigo 8º À Assembléia Geral compete:

- I – eleger os membros da Diretoria;
- II – aprovar os relatórios da Frente;
- III – zelar pelo cumprimento das disposições deste Estatuto;
- IV – alterar o presente Estatuto, decidindo, inclusive sobre os possíveis casos omissos;
- V – deliberar sobre assuntos para os quais for convocada.

Artigo 9º A Diretoria compete:

- I – zelar pelo bom funcionamento dos trabalhos de responsabilidade da Frente;
- II – estabelecer as diretrizes estratégicas de ação para os respectivos mandatos;
- III – promover iniciativas que facilitem a integração dos diferentes segmentos dos setores produtivos com a Frente e com as Frentes Parlamentares congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a colaboração dos Coordenadores de Área;
- IV – incentivar a difusão e a defesa dos ideais da Frente junto aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;
- V – interagir com as demais Frentes Parlamentares, em especial com as que lidam com assuntos relacionados aos biocombustíveis.

Artigo 10. À Secretaria-Executiva compete:

- I – prestar assistência direta aos demais membros da Diretoria;
- II – implantar as Diretrizes Estratégicas de Ação definidas pela Diretoria;
- III – acompanhar as matérias e os temas de interesse geral dos setores produtivos nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, sugerindo iniciativas políticas julgadas pertinentes;
- IV – elaborar, inclusive, em articulação com os órgãos técnicos dos setores produtivos, pareceres, notas técnicas, informações e propostas de proposições legislativas;
- V – planejar e preparar a participação dos Parlamentares da Frente em eventos de interesse político da agricultura energética e da promoção dos biocombustíveis;
- VI – divulgar periodicamente as ações da Frente e de seus componentes, bem como as dos Setores interessados que sejam cabíveis;
- VII – planejar e coordenar a realização de eventos promovidos pela Frente;
- VIII – executar, coordenar, controlar as atividades da secretaria, expediente, cerimonial, relações públicas, propaganda e comunicação social da Frente;
- IX – manter atualizados os cadastros dos Parlamentares membros;
- X – incrementar o intercâmbio com as comissões do Congresso Nacional e os gabinetes dos Parlamentares da Frente;

XI – incrementar o intercâmbio com as assessorias do Executivo Federal, do Judiciário e do TCU;

XII – sugerir iniciativas que visem à melhoria do funcionamento da Frente;

CAPÍTULO IV

Das Atribuições dos Dirigentes, Assessores e Auxiliares

Artigo 11. Ao Presidente incumbe:

I – dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Frente;

II – delegar atribuições, especificando a autoridade e o limites da Delegação;

III – convocar e presidir as reuniões de Diretoria e da Assembléia Geral;

IV – praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Frente;

Artigo 12. Aos Vice-Presidentes incumbe:

I – substituir o Presidente em ausências e seus impedimentos, observando, na ordem dos presentes, o que cumula maior número de mandatos;

II – exercer outras atribuições que lhes forem delegadas.

Artigo 13. Ao Secretário-Geral incumbe:

I – coordenar a elaboração das Atas das Reuniões de Diretoria e dos Trabalhos das Assembléias Gerais;

II – assessorar e assistir a Diretoria, e a Assembléia Geral nos assuntos da competência da Secretaria da Frente;

III – dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da Secretaria da Frente;

IV – expedir os demais atos normativos necessários à organização e ao funcionamento da Secretaria da Frente;

V – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Artigo 14. Ao Secretário-Geral Adjunto incumbe:

I – substituir o Secretário Geral em suas ausências e seus impedimentos;

II – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

Artigo 15. Ao Coordenador Geral incumbe:

I – supervisionar e coordenar a atuação dos Coordenadores de Área;

II – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas;

Artigo 16. Ao Coordenador Adjunto incumbe:

I – substituir o Coordenador Geral em suas ausências e seus impedimentos;

II – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Artigo 17. Aos Coordenadores de Área incumbe:

I – coordenar e supervisionar as atividades da Frente relativas às áreas e aos setores produtivos de atuação;

II – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Artigo 18. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Estatuto serão dirimidos pela Assembléia Geral.

Artigo 19. O presente Estatuto poderá ser alterado em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, desde que conte com um quorum mínimo de 50% dos filiados e com, pelo menos, 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos filiados presentes.

Artigo 20. Os cargos de dirigentes da Frente não são remunerados.

Artigo 22. As eleições para os cargos de dirigentes da Frente ocorrerão anualmente no mês de fevereiro.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Artigo 23. A 1ª Diretoria será eleita em assembléia de criação da Frente.

Brasília, 10 de maio de 2006.

1ª REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR PRÓ-BIOCOMBUSTÍVEIS – 10-5-2006

A Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis da Câmara dos Deputados realizou sua 1ª Reunião, com a presença dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB), Betinho Rosado (PFL), Leonardo Vilela (PSDB), Luis Carlos Hauly (PSDB), Luis Carlos Heinze (PP), Marcelo Teixeira (PSDB), Jovino Cândido (PV), e o representante Senador César Borges (PFL). Apresentados os propósitos inspiradores dessa articulação parlamentar pelo Deputado Mendes Thame, inclusive com os desdobramentos em nível da Declaração de Doha a respeito de bens ambientais e de ampla imunidade tributária internacional para estes, como proposto pela “core list” para definição dos bens ambientais a serem reconhecidos internacionalmente, seguiu-se análise de pontos de estrangulamento, principalmente fiscais, para uma mais ampla e estável utilização dos

biocombustíveis na atual matriz energética brasileira, que poderia significar um exemplo de desenvolvimento sustentável para o setor agroindustrial brasileiro e de base de exportações de insumos energéticos e de serviços tecnológicos. Houve concordância entre os participantes sobre uma ampla isenção ou imunidade para os biocombustíveis, consideradas as iniciativas exitosas dos Estados de São Paulo e Goiás com a redução das alíquotas de ICMS incidentes sobre biocombustíveis. O deputado Leonardo Vilela exemplificou a situação hoje no Estado de Goiás que adotou mecanismos de incentivo fiscal no âmbito do ICMS, com direcionamento para a produção familiar de biocombustíveis. O deputado Luis Carlos Hauly anunciou estar participando de comitiva parlamentar em viagem aos EEUU, proximamente, e sugeriu articulação com as entidades interparlamentares latino-americanas (ParLatino; Fipa; Copa), que deveriam ser informadas da constituição da Frente Pró-Biocombustíveis na Câmara dos Deputados, e comprometeu-se a informar o **Caucus Brasil-US, na US House of Representatives**, sobre a mesma, dando assim início a aproximações nas Américas para o esforço internacional de desenvolvimento da adoção e uso dos biocombustíveis. O deputado Betinho Rosado informou ser integrante da Frente em Defesa de Energias de Fontes Renováveis. O Deputado Leonardo Vilela recomendou a articulação com produtores mediante seminários com os quais difundir o conhecimento dos entraves para a ampla utilização de biocombustíveis no País e a necessidade de ampla desoneração fiscal desses insumos, como proposta da Frente Pró-Biocombustíveis, e se referiu ao desconhecimento existente a respeito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), criados pelo Protocolo de Kyoto, que estão ao alcance dos produtores de biocombustíveis. Nessa direção o Deputado Mendes Thame informou a próxima realização de evento em Piracicaba, Estado de São Paulo, com a participação da Única e Abiove, reunindo produtores de açúcar e álcool e de óleos vegetais. O Deputado Hauly ainda destacou a necessidade de superar a perda de credibilidade decorrente da crise de abastecimento e da elevação sazonal de preços do álcool hidratado nos postos de abastecimento do País, ao final de 2005, mediante estoques reguladores para assegurar a estabilidade de preços em períodos de entressafra. O Deputado Mendes Thame anuiu a que esta seria uma ação estratégica de governo para a maior segurança energética do País e para defesa do consumidor, claramente função do Estado brasileiro. Os Deputados Hauly e Heinze sustentaram a necessidade da defesa do produtor rural que não está recebendo compensação por sua contribuição para o fortalecimento da economia nacional e a garantia de

distribuição e elevação da renda no meio rural e no interior do País. O Deputado Heinze defendeu ainda a adoção de uma alíquota única do ICMS para os biocombustíveis, alertando, quanto a essa medida, para a possível reação contrária de governadores de Estado em face do risco da perda de arrecadação desse tributo, embora a experiência paulista nesta direção indicasse aumento de receita e redução de sonegação de impostos. O Deputado Hauly sugeriu ainda que partisse da Frente Pró-Biocombustíveis requerimento à Mesa da Câmara para a constituição de Comissão Especial para tramitação única de todos os projetos e proposições em curso relativos a biocombustíveis, com a concordância de todos os presentes. Passando a avaliação dos Estatutos propostos para a Frente Pró-Biocombustíveis, o Deputado Rosado recomendou a alteração no artigo 9º, III, da minuta em exame, para ali fazer constar que a Diretoria agiria articulada com Coordenadores Estaduais, na promoção da Frente. Recomenda-se, nesse sentido, substituir a designação "Coordenadores de Área das Cadeias Produtivas" por "Coordenadores de Área", o que compreenderia tanto os de áreas setoriais quanto os de segmentos físico-geográficos que atuariam nos Estados. Os presentes acordaram em indicar o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame para ocupar a Presidência da Frente Parlamentar Pró-Biocombustíveis. Ficou acertado o convite ao Senador César Borges para ocupar a 1ª Vice-Presidente da Frente Pró-Biocombustíveis. A 2ª Vice-Presidente caberá ao Deputado Luis Carlos Heinz. O Secretário-Geral será o Deputado Luis Carlos Hauly e o Secretário-Geral Adjunto o Deputado Jovino Candido. O Coordenador Geral será o Deputado Leonardo Vilela. O Deputado Betinho Rosado aceitou a Coordenação de Área do Estado do Rio Grande do Norte. As demais providências e indicações para os cargos da Diretoria serão tomadas em seguida, e após o encaminhação desta Ata e comunicações pertinentes à Mesa da Câmara dos Deputados.

Brasília, Distrito Federal, 10 de maio de 2006.

Publique-se.

Em 29-5-2006. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

REQUERIMENTO

(Do Sr. Chico da Princesa)

Requer a inclusão na Comissão de Viação e Transportes no despacho inicial apostado ao Projeto de Lei nº 6.429/2005.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 141, do Regimento Interno, que seja incluído no despacho inicial apostado da Comissão de Viação e Transportes,

Of.Pres. nº 49/04

Brasília, 28 de abril de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 58 do Regimento Interno, a apreciação, por este Órgão Técnico, do Projeto de Lei nº 4.747, de 2001.

Solicito a Vossa Excelência autorizar a publicação do referido projeto e do parecer a ele oferecido.

Atenciosamente. – Deputado **Tarcisio Zimmermann**, Presidente.

Publique-se.

Em: 14-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR
PARECER À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A DE 2001
QUE “DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 243
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL” (ESTABELECE
A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR
CONSTATADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO
ESCRAVO: REVERTENDO A ÁREA
AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS
QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA)
(TRABALHO ESCRAVO)

Ofício nº28/2004–Pres

Brasília, 12 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Senhor Presidente,

Em reunião ordinária realizada hoje, esta Comissão Especial opinou, por unanimidade, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº438, de 2001, com Emenda de Redação, pela aprovação parcial da Emenda nº 2, na forma da Subemenda, pela admissibilidade das emendas apresentadas, e pela rejeição das propostas apensadas de nº 232/95. 21/99,

189/99, 300/00 e 235/04 e das Emendas de nºs 1 e 3, nos termos do Parecer do Relator, que apresentou complementação de voto.

Dessa forma, solicito a Vossa Excelência determinar a publicação em avulso da referida matéria, na forma regimental.

Atenciosamente. – Deputado **Isaías Silvestre**, Presidente.

Publique-se.

Em: 14-5-2004. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

OFÍCIO-GAB.DEPVR/0112/2004

Brasília, 12 de maio de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta

Tenho a grata satisfação de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar a criação da “Frente Parlamentar Universidade Para Todos”, que tem por objetivo promover a efetiva igualdade de direitos no acesso ao Ensino Superior do País, beneficiando grupos populacionais historicamente discriminados, dentre os quais podemos destacar as populações Negra, a Indígena, os Portadores de Deficiência, os Carentes, de Terceira Idade, dentre outros segmentos.

Por oportuno informo que integram o predileto grupo de trabalho os seguintes parlamentares: Deputados:

Almir Moura PMDB/RJ, Jefferson Campos PMDB/SP, Edna Macedo PTB/SP, Edson Ezequiel PMDB/RJ, Murilo Zauith PFL/MS, Zequinha Marinho PSC/PA, Mário Negro Monte PP/BA, Severino Cavalcante PP/PE, José Divino PMDB/RJ, Josué Bengtson PTB/PA, Ricardo Izar PTB/SP, José Roberto Arruda PFL/DF, Heleno Silva PL/SE, Nilton Capixaba PTB/RO, Pastor Frankemhergem PTB/RR, Almir Sá PL/RR, Zonta PP/SC, Átila Lins PPS/AM, Eduardo Gomes PSDB/TO, Jorge Boeira PT/SC, Luis Carlos da Silva PT/SP, Wellington Roberto PL/PB, Clovis Fecury PFL/MA, Henrique Afonso PT/AC, Pastor Amarildo PSC/TO, Aníbal Gomes PMDB/CE, Cilas Câmara PTB/AM, Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP, Nélcio Dias PT/RN, João Paulo Gomes da Silva PL/MG, Zé Lima PP/PA, Edmar Moreira PL/MG, Carlos Max Dunga PTB/PB, Carlos Santana PP/RJ, Silas Brasileiro PMDB/MG, Maurício Rands PT/PE, Ary Vanazzi PT/RS, Givaldo Carimbão PSB/AL, Bernardo Ariston PMDB/RO, Marcos Abrumo PFL/SP, João Mendes de Jesus PSL/RJ, Leonardo Mattos PV/MG, César Medeiros PT/MG, Maurício Rabelo PL/TO, Philemon Rodrigues PTB/PB, Marcelo Siqueira PMDB/MG, José Eduardo Cardoso PT/SP, Dr. Heleno PP/RJ, Roberto Pessoa PL/CE, Carlos Nader

PFL/RJ, José Gerardo Arruda PMDB/CE, Luci Choinacki PT/SC, Luciana Leitoa PSB/MA, João Paulo PL/MG, Medeiros PL/SP, Lindberg PT/RJ, Terezinha Fernandes PT/MA, Luciano Zica PT/SP, Adão Pretto PT/RS, Iriny Lopes PT/ES, Dr. Francisco Gonçalves PTB/MG, Narcio Rodrigues PSDB/MG, Davi Albuquerque PDT/AP, Francisco Rodrigues PFL/RR, Jurandir Boia PSDB/DF.

Atenciosamente, – Deputado **Vieira Reis**.

Publique-se.

Em: 14-5-04. – **João Paulo Cunha**, Presidente.

Brasília, 13 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Paulo Cunha
DD, Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi constituída a Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, com o objetivo de promover o debate sobre o valor estratégico da indústria de adubos e fertilizantes e sua relevância para o aumento da produção agrícola no Brasil.

Encaminhamos em anexo a relação dos signatários.

Atenciosamente, – Deputado Federal **Carlos Willian**, PSC/MG.

FRENTE PARLAMENTAR DE APOIO
AOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS

ESTATUTO

I – Da Finalidade e Sede

Art. 1º A Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, com a ação precípua no âmbito do Congresso Nacional e em todo território nacional, de caráter suprapartidário, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro nesta Capital Federal, é regida pelo presente estatuto.

Art. 2º A Frente Parlamentar de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais é instituída para o cumprimento das seguintes finalidades:

a) Deflagrar no âmbito do Congresso Nacional movimento que promova o debate sobre o valor estratégico, dos Laboratórios Oficiais e sua relevância para o aumento da produção de medicamentos, objetivando melhor atendimento à população de baixa renda.

b) Debater e procurar solução para modernização e ampliação dos Laboratórios Oficiais.

c) Elaborar Requerimentos de Audiência Pública, Requerimentos de Informação e outras iniciativas legislativas que visem aprofundar o entendimento sobre o tema;

d) Organizar seminários, debates e outros eventos que possibilitem tanto o aprofundamento do tema quanto sua maior divulgação no âmbito do Congresso Nacional e da sociedade brasileira;

e) Assessorar os parlamentares que se filiarão à Frente;

f) Manter contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais e internacionais, que tratem de questões afins;

g) Estimular a criação de Frentes Parlamentares de Apoio aos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais nas assembleias Legislativas dos Estados, na Câmara Distrital do Distrito Federal e nas Câmaras de Vereadores de todo país;

h) Publicar informativo da atuação dos parlamentares da frente parlamentar.

II – Dos Membros

Art. 3º A Frente é composta de parlamentares do Congresso Nacional que solicitem sua inscrição junto à Coordenação.

§ 1º Somente os parlamentares terão direito a voto e prioridade no uso da palavra.

§ 2º Poderão acompanhar os trabalhos da Frente, com direito a voz, os pesquisadores, técnicos e representantes de entidades ligadas aos setores químico e farmacêutico.

III – Dos Órgãos

Art. 4º A Frente: a Assembléia Geral e a Coordenação.

Art. 5º A Coordenação compõe-se de 24 (vinte e quatro) membros, sendo 1 (um) Presidente, 1 (um) 1º Vice-Presidente, 1 (um) 2º Vice-Presidente, 1 (um) 3º Vice-Presidente, 1 (um) 4º Vice-Presidente, e 16 vogais, escolhidos pela Assembléia Geral, pelo prazo de uma legislatura, permitida a reeleição.

§ 1º Se qualquer membro da coordenação deixar de fazer parte ou renunciar ao cargo, proceder-se-á a escolha do seu sucessor em Assembléia Geral.

§ 2º A convocação da Frente poderá ser feita pelo Presidente ou por dois terços dos membros filiados.

IV – Da Competência

Art. 6º Compete a Assembléia Geral:

a) Organizar as atividades da Frente;

b) Constituir delegação;